

JOLINDA DE MORAES ALVES

HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS
POBRES EM LONDRINA: 1940 - 1980

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e
Letras da Universidade Estadual Paulista –
UNESP - Campus de Assis, para obtenção do
Título de Doutor em História – Área de
Concentração: História e Sociedade.

Orientador : Prof. Dr. Sidinei Galli

Assis - São Paulo
2002

ALVES, Jolinda de Moraes

A474h História da Assistência Social aos pobres em Londrina: 1940 – 1980 / Jolinda de Moraes Alves. Assis, 2002. 544f. : il

Tese – Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

1. Assistência social – Londrina. 2. Pobreza. 3. Caridade. 4. Filantropia. I Título.

CDD 361.98162

326.5

248.4

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS E QUADROS	05
LISTA DE ABREVEATURAS	06
RESUMO	08
INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I – LONDRINA – NORTE DO PARANÁ – O “ELDORADO CAFEEIRO”	31
1.1 O Estado do Paraná – ocupação territorial	32
1.2 A colonização do “Eldorado Cafeeiro”	48
1.3 O desbravamento do sertão e a edificação da “pequena Londres”... 67	
CAPÍTULO II – O EMPOBRECIMENTO NA “TERRA PROMETIDA” ...	85
2.1 A pobreza como construção histórica no Brasil.....	87
2.2 O empobrecimento da população que migrou para a “terra prometida”	118
2.3 Diferentes manifestações da pobreza em Londrina.....	156
CAPÍTULO III – ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS POBRES EM LONDRINA – AÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS	188
3.1 A assistência aos pobres na historiografia brasileira.....	194
3.2 A institucionalização da assistência social pelo Estado brasileiro ..	225
3.3 A organização da assistência social pelo Governo do Estado do Paraná.....	248
3.4 Assistência Social em Londrina	259
3.4.1 As ações do poder público na área da assistência social	260
3.4.2 As iniciativas da sociedade civil na prestação de serviços assistenciais aos pobres	291

CAPÍTULO IV – BENEMÉRITOS PIONEIROS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS POBRES EM LONDRINA	330
4.1 Maria Oliveira de Souza Mello.....	334
4.2 Antônio Faria Netto	345
4.3 Dom Geraldo Fernandes	353
4.4 Frei Nereu do Vale	362
4.5 Lucilla Pinto Ballalai	373
4.6 As idéias de assistência social e caridade	379
CAPÍTULO V – AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS DE LONDRINA	388
5.1 Hospitalzinho de Indigentes	389
5.2 Asilo São Vicente de Paulo	407
5.3 Albergue Noturno	419
5.4 Lar Batista Paranaense	429
5.5 Casa da Criança	440
5.6 ILES – Instituto Londrinense de Educação para Surdos	459
5.7 Creche Santa Rita	466
CAPÍTULO VI – ASSOCIAÇÕES FILANTRÓPICAS DE LONDRINA..	474
6.1 Associação das Senhoras de Rotarianos de Londrina – ASRL	475
6.2 Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI.....	494
6.3 Associação das Damas de Caridade – ADCL	510
6.4 As Idéias de assistência social e filantropia	522
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	526
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	531
8.1 FONTES DE PESQUISA	531
8.2 BIBLIOGRAFIA.....	533
ABSTRACT.....	544

LISTA DE TABELAS E QUADROS

	Página
Tabela 1 – Compradores de Terras da CTNP – 1935 a 1940.....	132
Tabela 2 – População de Londrina – 1950 a 1964.....	177
Tabela 3 – Tipos de construções em londrina – 1963 a 1966.....	178
Tabela 4 – Tipos de construções habitacionais em 1966.....	179
Tabela 5 – Dotação Orçamentária para Assistência Social – 1936/38...	261
Tabela 6 – Dotação Orçamentária do Departamento de Educação e Assistência Social – PML – 1949/1950.....	267
Tabela 7 - Dotação Orçamentária do Departamento de Educação Pública e Assistência Social – PML/1954.....	268
Tabela 8 – Recursos repassados a Entidades Assistenciais – 1987/1991.....	288
Tabela 9 - atendimentos realizados na Casa da Criança 1955/1956.....	448
Quadro 1 - Entidades Assistenciais de Londrina - 1936-1989.....	311

LISTA DE ABREVIATURAS

ADR – Administração Regional (da FUNAI)
 ANPI – Associação Norte Paranaense de Imprensa
 APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
 APMI – Associação de Proteção à Maternidade e à Infância
 ASRL – Associação das Senhoras de Rotarianos de Londrina
 BNH – Banco Nacional de Habitação
 CAS – Centro de Ação Social
 CBIA – Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência
 CEAS – Centro de Estudos e Ação Social
 CEB – Confederação Evangélica do Brasil
 CEDIT – Centro de estudo, Diagnóstico e Indicação de Tratamento
 CEME – Central de Medicamentos
 CIA - Companhia
 CIB – Confederação Israelita do Brasil
 CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais
 CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
 CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
 CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social
 CODEM – Companhia de Desenvolvimento Municipal
 CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná
 COHAB – Companhia Nacional de Habitação
 COLMESP – Sociedade de Colonização e Melhoramentos do Paraná
 COMAP – Comissão Municipal de Preços
 CRB – Conferência dos Religiosos do Brasil
 CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná
 CUCO – Projeto Cultural Comunitário da UEL
 CURA – Projeto Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada
 DATAPREV - Empresa de processamento de Dados da Previdência Social
 DC – Desenvolvimento de Comunidade
 DECr – Departamento Estadual da Criança
 DNCr – Departamento Nacional da Criança
 DSN – Doutrina de Segurança Nacional
 ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
 EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
 EUA – Estados Unidos da América
 FASPAR – Fundação de Ação Social do Paraná
 FBB – Federação das Bandeirantes do Brasil
 FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
 FNAPAES – Fundação Nacional das Associações dos pais e Amigos dos Excepcionais
 FRIDEN – Financiamento de Drenagens
 FUNAI – Fundação Nacional do Índio
 FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

GAS – Grupo de Ação Social
IAM – Instituto de Assistência ao Menor
IAPAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
IASP – Instituto de Ação Social do Paraná
IBC – Instituto Brasileiro do Café
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
ILECE – Instituto Londrinense de Educação da Criança Excepcional
ILES – Instituto Londrinense de Surdos
ILITIC – Instituto Londrinense de Instrução e Treinamento para Cegos
INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social
JFC – Juventude Feminina Católica
JOC – Juventude Operária Católica
LBA – Legião Brasileira de Assistência
MEC – Ministério da Educação e Cultura
NBNS necessidades básicas não satisfeitas
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PENUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PIB – Produto Interno Bruto
PIME – Instituto das Missões Estrangeiras
PIN – Posto Indígena
PROMOPAR – Fundação de Promoção Social do Paraná
SAM – Serviço de Assistência ao Menor
SECR – Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETA – Secretaria de Trabalho e Ação Social
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria
SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SPI – Sistema de Proteção ao Índio
SSVP – Sociedade de São Vicente de Paulo
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UNAF – União das Associações Familiares
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundação das Nações Unidas para a Infância
URSS – União das Repúblicas Socialistas - Rússia
VARIG – Viação Rio Grande
VASP – Viação São Paulo

ALVES, Jolinda de Moraes. Assistência Social em Londrina: 1940 -1980. Assis, 2002, 544 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Campus de Assis. Universidade Estadual Paulista.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo explicar o surgimento da pobreza e as formas de assistência social prestada aos pobres em Londrina, uma cidade localizada na região norte do Estado do Paraná, que ficou conhecida, na primeira metade do século XX, pelas representações fantásticas de lugar da riqueza e da prosperidade, como o “Eldorado Cafeeiro” , devido às condições de solo e clima favoráveis ao cultivo do café, produto que ocupou a liderança das exportações agrícolas brasileiras no início do século XX. Tem como ponto de partida o conhecimento da população que migrou para Londrina em busca da prosperidade, seja comprando lotes de terras, seja como trabalhadores do café, para explicar as contradições sociais e econômicas que geraram as situações de pobreza na região, principalmente com a erradicação desta cultura na segunda metade do século XX, o que causou a expulsão da mão-de-obra no campo, o rápido processo de urbanização da cidade e os problemas sociais gerados pela migração do campo para a cidade. Explica, ainda, como a sociedade londrinense e o poder público municipal enfrentaram o problema da pobreza, quando ela se fez reconhecer através da mendicância, do desemprego, do abandono de crianças pelas famílias necessitadas. Identifica os beneméritos pioneiros das ações assistenciais na cidade, a fim de compreender as idéias de assistência social aos pobres pela ótica de seus prestadores. Identifica também as primeiras entidades assistenciais destinadas a atender às diferentes manifestações da pobreza no município de Londrina.

PALAVRAS CHAVE: Assistência social, Londrina, pobreza, caridade, Filantropia

INTRODUÇÃO

O século XX, mais especificamente a partir da sua segunda metade, marca o período em que a história lança seus olhares para a sociedade, buscando, além de irradiar a verdade das elites, dos poderes e dos progressos, a compreensão das diferenças e contradições sociais.

A partir de então se desenvolveram estudos historiográficos sobre a pobreza como um fenômeno caracterizado por necessidades de sobrevivência. Da mesma forma, a assistência social aos pobres tornou-se objeto de análise da história recente, máxime na segunda metade do século XX, a partir das manifestações da chamada “questão social”, característica das sociedades capitalistas modernas.

Com o desenvolvimento e a sofisticação tecnológica do modo de produção capitalista, a partir da Revolução Industrial, a humanidade passou a conviver com diferentes manifestações da pobreza: famílias necessitadas cujos chefes estavam desempregados; indivíduos desqualificados para o trabalho, inaptos para o mercado, desagregados de suas famílias; migrantes em busca da sobrevivência, de serviços temporários; mendigos e pedintes de esmolas, de roupas, de alimento; mulheres abandonadas com filhos nos braços, em busca de abrigo; crianças órfãs perambulando pelas ruas das cidades; adolescentes

infratores e perigosos delinqüentes que respondiam com violência a violência a que são submetidos todos os dias pelas contingências da vida.

Esse quadro tem levado a diferentes reações de controle pela sociedade. As manifestações da pobreza são tratadas tanto através de ações assistenciais, quanto com violência e repressão.

Focalizar a pobreza como objeto de conhecimento e compreender as diferentes formas de assistência social destinada aos pobres em Londrina, a princípio pode parecer um contra-senso, considerando-se as representações “fantásticas” do norte do Paraná como terra onde tudo que se planta dá, onde o clima é generoso e há espaço para todos que queiram progredir e até mesmo enriquecer. Tais representações dão a idéia de que, nesta região tão rica, as condições geradoras da pobreza não se desenvolvem.

Na historiografia, de acordo com ARIAS NETO (1993), Londrina é exaltada como a “Terra da Promissão”, o “Eldorado Cafeeiro”, a “Nova Canaã”, onde o dinheiro circula em abundância e as possibilidades de enriquecimento são muitas, e onde a pobreza não se desenvolve, porque a terra acolhe a todos que a procuram em busca da melhoria de vida. Se esta é uma verdade, característica de todo empreendimento capitalista de sucesso, constatado pelos acelerados índices de crescimento de todos os setores da economia, é também verdade que tal desenvolvimento provocou efeitos sociais desastrosos para a população descapitalizada, que dependia totalmente da cultura do café para empregar sua mão-de-

obra que ficou sem colocação no mercado, a partir da erradicação da cultura do café.

O presente trabalho tem como foco de análise a pobreza que tira o encanto das cidades porque mostra sua face cruel, gera sentimentos de pena e solidariedade na sociedade. Porque produz a violência e ameaça a ordem social e o bem estar da coletividade, a pobreza incomoda igualmente o poder público.

Para SCHMITT (1990) a pobreza não é coisa nova do ocidente. Ela aparece na alta Idade Média como um dom de Deus, uma possibilidade de salvação oferecida tanto aos fracos, em sua provação, quanto aos poderosos, pela caridade praticada.

Considerando os desníveis de vida entre os homens e a miséria de grande parte deles, afirma SOUZA (1982) que somente escaparam dela as sociedades primitivas, porém foi na Idade Média que se verificaram as grandes transformações que marcaram a concepção moderna de pobreza.

A miséria, a vagabundagem, o desnível entre as condições de vida dos homens existiam desde cedo, dela escapando apenas as sociedades primitivas. A guerra, as grandes intempéries climáticas, as epidemias de doenças misteriosas sempre contaram entre os principais agentes causadores de indivíduos socialmente desclassificados: são determinantes conjunturais, freqüentes por exemplo na Alta Idade Média, e extremamente importantes para tornar compreensível o processo de desclassificação das populações. (SOUZA, 1982, p.51)

Desde o fim da Antigüidade, com o aparecimento das cidades, o desenvolvimento das atividades de trabalho passou a compor um conjunto de valores essenciais ao funcionamento da sociedade urbana.

Nas diferentes situações e ao longo do tempo o modelo do pobre apresentado pela literatura e sua tipologia sociológica variam bastante. Até o séc. XII a pobreza era sinônimo de uma riqueza espiritual, opção pela salvação daquele que se colocava como intermediário entre o rico e Deus. O pobre, ora é um mendigo humilde que encontra na renúncia a satisfação moral, ora é um filósofo que vê na pobreza uma condição para o cultivo da reflexão independente.

A longa permanência dos principais traços da imagem do pobre na literatura européia está relacionada, segundo GEREMEK (1995,p.8), *com o valor negativo que a sociedade atribui a essa imagem*. O tempo não provocou muitas mudanças no campo do código das normas éticas. A inviolabilidade da propriedade, a proteção das instituições e da ordem pública, a defesa de um determinado sistema de relações entre os indivíduos e os grupos de indivíduos produziram um conjunto de atitudes e ações repressivas tanto da parte do poder quanto do grupo familiar. Em consequência disso surgiram atitudes de desconfiança e suspeita.

Para SOUZA (1982,p. 52 -57), *o séc XII apresentou uma série de mudanças estruturais que começam a abalar o sistema feudal, com suas grandes convulsões na estrutura da propriedade rural, com o início da urbanização e as transformações na economia monetária*. Porém, foi a

partir do séc XIV, que a pobreza começou a ameaçar a ordem porque já não era mais considerada uma série de casos individuais. Os pobres tornaram-se numerosos, e as municipalidades e o poder público passaram a se encarregar das escolas.

Os séculos XIII e XIV marcam o aparecimento de um novo tipo de pobre, que não era inválido e almejava acesso ao trabalho. Porém como não conseguia, tornava-se um desocupado, biscateiro intermitente, um mendigo, um vagabundo e, por vezes um criminoso. A esse tipo de pobre MOLLAT (1978) chama de “pobre laborioso”, o camponês expropriado que, sendo trabalhador, não conseguia sustentar a família com o seu trabalho. Segundo ele, começava-se a esboçar uma lei moral do trabalho para a qual se tolerava o mendigo, mas odiava-se o vagabundo.

... pobre é aquele que de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação dos meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social.
(MOLLAT, 1989, p.5)

No Brasil, o empobrecimento da população tem determinações na história de sua colonização e desenvolvimento. O desenvolvimento econômico brasileiro tem a marca de um país periférico cujos ciclos econômicos foram sempre determinados pela economia internacional. A expansão marítima dos países da Europa que derivou do desenvolvimento do comércio continental, no século XVI, trouxe os portugueses ao domínio do território brasileiro. Na época do

descobrimto foi o interesse pelos produtos extrativos, especialmente a madeira, que atraiu o mercado externo para explorar as terras brasileiras.

A cada ciclo econômico uma região do país era desenvolvida e destacava-se das demais. Quando mudava o ciclo econômico, aquela região rica e exuberante passava por um processo de desqualificação dos recursos naturais e produtivos, tendo como conseqüência o flagelo da população que dele dependia para sobreviver.

Foi o que se constatou, desde a época da colonização quando teve início o primeiro ciclo econômico brasileiro, o Ciclo do Açúcar, responsável pelo povoamento e pela primeira forma de exploração da terra com o objetivo de abastecer o mercado europeu. Apesar do plano da divisão da Colônia em capitanias hereditárias, visando colonizar as terras de norte a sul, foi a região nordeste que primeiro se desenvolveu e a capitania de Pernambuco a que mais se destacou na produção da cana de açúcar. Brancos europeus, índios nativos e negros trazidos na condição de escravos africanos, povoaram os grandes centros produtivos de açúcar, as fazendas e os engenhos. A Colônia assim se caracterizou como uma economia escravocrata centrada na grande propriedade.

Fimdo o Ciclo do Açúcar, o nordeste brasileiro entrou em decadência passando a apresentar um grande contingente de mão-de-obra desocupada e empobrecida. Era a vez do Ciclo do Ouro quando Minas Gerais passou a liderar o movimento ocupacional da mão de obra brasileira. O Império abasteceu a Europa de pedras preciosas. Ouro,

prata, diamantes e esmeraldas atravessavam os mares e sua exploração provocou a colonização e o povoamento da região central do país.

O Ciclo do Café é considerado o terceiro grande ciclo econômico brasileiro pela ocupação que as exportações nacionais representaram no cenário mundial. Na época da República o Estado de São Paulo passou a liderar as pautas de exportação e ganhou destaque nacional devido ao processo de industrialização que lá se inicia. Ocorre então em relação aos demais estados uma dependência não mais externa e sim interna, tornando-se o Estado de São Paulo o centro de desenvolvimento do país, para onde migrou grande parte da população brasileira à procura de meios de sobrevivência.

Segundo MARTINS (1996), embora já se pudessem observar os efeitos da pobreza da população brasileira desde a Colônia, foi certamente o êxodo rural a principal causa da expansão da pobreza urbana no Brasil. Esse fenômeno, segundo a autora, se intensificou por duas vezes na história do país: no século XIX após a libertação dos escravos e no início do século XX após a substituição das culturas agrícolas que absorvem mão-de-obra, como o café, por culturas de grãos que possibilitam a mecanização das lavouras e a conseqüente substituição da mão-de-obra.

No contexto brasileiro, interessa aos nossos estudos o Estado do Paraná. Considerado igualmente uma economia periférica, este Estado dependia inicialmente, no séc XIX, principalmente do mercado externo,

para o qual exportava, pelo proto de Paranaguá, madeiras e erva-mate nas regiões sul, centro e leste. PADIS (1981) analisou os diversos ciclos econômicos do Paraná - tropeirismo, erva-mate, madeira, café e soja -.

Desde o descobrimento do Brasil, as regiões mais exploradas do Estado foram as regiões sul e leste, ficando o norte como palco de lutas territoriais entre espanhóis e portugueses e na disputa pela escravização e “pacificação” dos povos indígenas ali fixados. Somente a partir do século XX, com a expansão da produção cafeeira no norte do Estado, o Paraná tornou-se progressivamente uma economia periférica do Estado de São Paulo.

A região norte do Estado do Paraná passou a ter destaque no cenário nacional e internacional a partir da produção e exportação do café, sendo suas terras consideradas ideais para essa cultura, pela fertilidade do solo, altitude e clima favorável. Nas três primeiras décadas do século XX o desenvolvimento da região norte do Estado se destacou e atraiu um movimento migratório de nordestinos, mineiros e paulistas, além de grande número de estrangeiros na busca de melhores condições de vida e até mesmo de enriquecimento.

Passado o ciclo do café, restou uma região desenvolvida no setor agroindustrial, comercial e na prestação de serviços, porém que não absorveu toda a mão-de-obra que migrou em busca da riqueza. O resultado foi o paulatino empobrecimento da população que passou a sobreviver nas periferias das grandes cidades como Londrina e Maringá,

ocupando-se de serviços temporários e na construção civil. Aqueles que permaneceram nas pequenas cidades, onde a cultura do café foi substituída pela soja, trigo, cana de açúcar e pecuária, tornaram-se trabalhadores volantes ou desocupados pelas necessidades básicas de sobrevivência. Nordestinos, paulistas, mineiros, negros, índios e imigrantes estrangeiros, todos eles passaram a sofrer as conseqüências da falta de emprego e ocupação, sujeitados à pobreza, à miséria e à marginalidade social.

A “questão social”, nas regiões sul e sudeste do Brasil, teve seu agravamento a partir da década de 60 do século XX, com o êxodo rural provocado pela erradicação da cultura do café, sua substituição por lavouras mecanizadas e concentração da posse das terras. Ocorreu a liberação de um crescente contingente populacional das áreas rurais para a zona urbana que não absorveu toda essa mão-de-obra e isso gerou uma população desempregada cujas necessidades de toda ordem foram-se avolumando até formar os “bolsões de pobreza”, geralmente localizados nas periferias dos grandes centros urbanos.

Até o início do século XX a região, onde se instalou a cidade de Londrina em 1929, era habitada por indígenas, principalmente das tribos *Kaingang* e *Xokleng*. A economia municipal se desenvolveu principalmente pela cafeicultura, nas décadas de 30 e 40, quando se intensificou o povoamento, principalmente por trabalhadores, proprietários, porcentageiros e meeiros da cultura do café. Tratava-se de

migrantes atraídos pelas propagandas da Companhia de Terras Norte do Paraná, agente colonizador das terras férteis, que somadas ao clima e à privilegiada localização, eram ideais para o cultivo do “Ouro Verde”.

O município de Londrina localiza-se numa região privilegiada pela riqueza do solo, pela produtividade agrícola e pecuária e pela industrialização. Todos esses fatores contribuíram para que, na década de 50, Londrina ficasse conhecida como a “capital mundial do café”. Segundo ROLIN (1988,p.3), que estudou a questão da repressão policial em Londrina, *a cidade localizava - se entre as 81 maiores cidades do país, com uma população superior a 100 mil habitantes.*

Londrina foi elevada a município em 1934 e, aproximadamente, quinze anos depois já vivenciava os mesmos dilemas provocados pelo processo de urbanização, como o aumento da criminalidade, desajustes sociais, mendicância, jogo, prostituição, ameaçando a ordem e a segurança pública e privada. Para ROLIN (1988), os conflitos sociais não eram vistos como resultado das contradições latentes da sociedade, mas de desajustes individuais e passageiros, que mereciam vigilância e controle.

Paralelamente ao aparato repressivo, o atendimento às necessidades sociais em Londrina se deu seguindo os mesmos parâmetros característicos da sociedade brasileira, mediante ações assistenciais por parte da sociedade civil e do poder público. As situações de pobreza se manifestaram a partir da década de 40; a primeira grande

concentração de pobreza constatada foi a “Vila do Grilo”, considerada a primeira favela formada na década de 50.

As ações públicas se deram por iniciativa das primeiras damas, esposas dos prefeitos, inicialmente voltadas para ações básicas de saúde e higiene, acompanhadas por atendimentos especiais a crianças carentes. O primeiro equipamento público foi construído em 1955, a “Casa da Criança”, mantida a princípio pela Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência – LBA e posteriormente pela Associação de Proteção à Maternidade e Infância – APMI, presidida sucessivamente, pelas esposas dos prefeitos. A sociedade se encarregou de criar a rede filantrópica de prestação de serviços assistenciais através da criação de orfanatos e lares para órfãos, albergues, creches, asilos de velhos, escolas especializadas para deficientes.

As Igrejas foram importantes parceiras nas ações de assistência social em Londrina. A Igreja Católica participou com a criação do primeiro asilo para pessoas pobres e idosos, o Asilo São Vicente de Paulo. O primeiro lar para crianças órfãs, o Lar Batista Paranaense, foi fundado pela Igreja Batista Paranaense. O Albergue Noturno, destinado a indigentes, mendigos e itinerantes foi criado por um grupo de senhores ligados ao Espiritismo.

Analisando, em marcos temporais, a Assistência Social no Brasil, entendemos que podem ser distintos quatro períodos. O primeiro período foi caracterizado pela caridade cristã que compreende o final do século

XIX e o início do século XX, quando o marco foi o amparo aos desvalidos cujo melhor exemplo são as “rodas dos expostos” e as primeiras “instituições asilares”.

O segundo período, iniciado na década de 20 do século XX, caracterizou-se pela filantropia entendida como “modelo higienista” de cuidados prioritários com a infância. Nesse período desenvolveram-se ações públicas e privadas no intuito de prevenir a delinqüência e o abandono mediante a educação e a saúde, com a criação dos postos de puericultura, de entidades assistenciais por parte da sociedade civil e da Legião Brasileira de Assistência e da legislação específica para os futuros cidadãos do país, paralelamente à legislação trabalhista, característica do governo Vargas.

O terceiro período se deu a partir da implantação do modelo de Estado de Bem-Estar Social, caracterizado pelo Governo Militar que implantou as primeiras políticas públicas centralizadoras, como, por exemplo, a Política Nacional de Bem Estar do Menor, responsável pela assistência ao menor abandonado.

O quarto período conta-se a partir da década de 80 com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que contemplou a Assistência Social no Tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social.

Em 1993 foi promulgada a LOAS – Lei orgânica da Assistência Social, que define a assistência como Política Pública de Seguridade

Social não contributiva, direito do cidadão e dever do Estado. Em janeiro de 1993 foi implantada a Secretaria Municipal de Ação Social, em Londrina, e, no ano seguinte, o Município regulamentou a LOAS, pela Lei nº 6.007 de 23 de dezembro de 1994 que cria a Conferência Municipal, o Conselho Municipal e o Fundo Municipal de Assistência Social.

Esta legislação exige a elaboração de uma política municipal para a área da assistência, através da definição de princípios, diretrizes, planejamento e ações, que venham ao encontro das reais necessidades sociais da população. Para tanto são realizadas, de dois em dois anos, as Conferências Municipais, espaço privilegiado de participação da sociedade civil no processo de organização e gestão da política pública da área.

A priori, o que se constata em Londrina, é uma certa resistência, por parte dos prestadores de serviços assistenciais, quanto a essa nova mentalidade no trato da assistência social, que exige investigação das reais necessidades da população e articulação dos serviços prestados para evitar a superposição de programas, além do controle dos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência.

O panorama atual parece demonstrar uma contradição entre o ideário dos prestadores de serviços assistenciais (idéia de ajuda, caridade, filantropia) e aquele previsto na nova legislação (idéia de direito de cidadania).

As idéias não se modificam por decreto. Cidadania não se outorga, conquista-se. Modificar a mentalidade na forma de conceber e praticar a assistência social, a partir da nova legislação, significa romper com os empecilhos e impasses que emperram a prática da assistência social como política pública, direito de cidadania e, portanto, como um dever do Estado.

Historicamente temos duas ordens de problemas a investigar. Primeiramente há que se compreender a “cultura da ajuda” desenvolvida pela prática da caridade e da filantropia, pela qual a sociedade civil assumiu as ações de assistência aos pobres, permitindo ao Estado permanecer apenas como subsidiário. Mediante doações de terrenos públicos ou isenção de taxas concedidas às organizações filantrópicas, o poder público outorgou-lhes a responsabilidade pelo atendimento à pobreza. Como consequência, nem a sociedade civil, nem o próprio poder público concebem a assistência social como seu dever de garantia dos mínimos de sobrevivência à população, pelo exercício da condição de cidadania.

O segundo problema a investigar é o da cultura assistencialista que gerou, ao longo do tempo, uma dependência nas populações pobres, a partir das influências coronelistas, populistas e autoritárias a que foram submetidos os governos brasileiros, somadas às práticas caritativas de influência religiosa, que se cristalizaram na mentalidade dos prestadores e usuários dos serviços assistenciais.

Essas duas ordens de problemas podem ser experienciadas atualmente como empecilhos à implantação da política municipal de assistência social, principalmente nos municípios brasileiros de pequeno porte onde elas ainda estão muito arraigadas.

Mesmo nos municípios de médio porte, como Londrina, tal mentalidade interfere negativamente na implementação da assistência com status de política pública, pelo aparato jurídico de garantia de direitos e, principalmente, pelo componente técnico-científico de planejamento e controle para minorar os efeitos da pobreza, sobretudo mediante a redistribuição de renda, atuando sobre as causas da pobreza.

As pessoas que se elegeram para compor o primeiro conselho municipal de assistência social, demonstram em grande parte, não estarem convencidas de que a assistência deva ser praticada pela ótica do direito do direito de cidadania, mas as suas idéias demonstram estarem impregnadas da cultura da ajuda, da mentalidade da benemerência e, por vezes, da prática de favores. Por sua vez os usuários dos serviços assistenciais públicos e privados parecem não se sentirem sujeitos de direitos a reivindicar e exigir que a sociedade lhes proporcione verdadeiras condições para o exercício da cidadania.

Dada a dificuldade de registros suficientes sobre as populações pobres das décadas de 40 a 60, nossos estudos se voltam para a compreensão das visões dos prestadores de serviços assistenciais, das autoridades e das elites urbanas no período, cujos registros históricos

permitem o aprofundamento da questão em foco. A investigação para compreensão das representações culturais em torno das práticas assistenciais construídas desde a década de 40 se faz necessária porque elas têm se reproduzido historicamente na mentalidade atual no trato com a pobreza em Londrina.

O objetivo da pesquisa é explicar as idéias que motivarem as ações assistenciais desenvolvidas pelos atores individuais, os beneméritos, pelas entidades assistenciais e pelo poder público, no período compreendido entre 1940 e 1980. Pressupõe-se que essas idéias fazem parte de uma cultura de época que marcou uma mentalidade sobre a forma de prestar assistência aos pobres, e que permanece até os tempos recentes.

A delimitação de tempo se justifica por ser a década de 40, período em que Londrina passou a atrair migrantes, entre os quais pessoas despossuídas em busca de sobrevivência, para a região norte de Paraná. A década de 80 é considerada marco histórico final da pesquisa porque compreende a época de mudanças na forma de condução da Assistência Social aos pobres no Brasil, a partir da implantação do modelo de “Estado de Bem Estar Social”, cujos resultados explicitaram os direitos à assistência social como política pública a partir da promulgação da Constituição de 1988.

Pretende – se verificar por que e como a sociedade londrinense desenvolveu os procedimentos da ajuda aos pobres, da filantropia e da

caridade. Explicar como e quando as instituições sociais foram criadas e quais as principais razões que levaram a sociedade civil a prestar assistência social nas décadas de 40 a 80 do século XX, e qual a participação do poder público nessas ações.

O período em foco é caracterizado pelo início das ações assistenciais e marcado por iniciativas particulares ligadas a personalidades beneméritas que fundamentavam suas ações nos princípios da caridade. As entidades assistenciais fundadas no período desenvolviam suas ações a partir de um trabalho voluntário que congregava grupos sociais representativos da cidade, pela posição socioeconômica que ocupavam, por agremiações de cunho moral ou de serviços como a Maçonaria, o Lions Clube e o Rotary Clube ou ainda por representantes das igrejas, Católica, Evangélica e Espírita. A participação do poder público não se deu com a criação de entidades assistenciais, mas sim mediante repasse de subsídios em dinheiro ou em doações de terrenos públicos para a construção e manutenção de tais entidades privadas.

Produzir conhecimento histórico sobre a pobreza e a assistência social vai além da reconstituição das datas e da listagem das entidades assistenciais em Londrina. Compreender e interpretar o sentido dado às ações de assistência social pelos seus atores diante da realidade de pobreza surgida na cidade de Londrina significa analisar de forma crítica as fontes disponíveis.

Os atores da Assistência Social em Londrina, aqueles que praticaram a assistência, no período compreendido pela pesquisa são muitos: prefeitos, primeiras-damas, voluntários, idealistas, religiosos, damas de caridade e empresários locais. Interessa-nos, além da identificação e caracterização desses atores, compreender o sentido de seus atos, a razão de suas ações e os efeitos dessas práticas no atendimento aos pobres.

A pesquisa tem dois focos analíticos: a constituição da pobreza em Londrina e a institucionalização das ações do poder público e das entidades que se propuseram a assistir a pobreza no período compreendido entre 40 e 80. Os resultados se apresentam em seis capítulos.

O Primeiro Capítulo busca identificar os aspectos econômicos e sociais do país na primeira metade do século XX, as representações da cidade de Londrina como o “Eldorado Cafeeiro” do norte do Estado do Paraná em pleno ciclo econômico do café e o processo de colonização, desenvolvimento e progresso da terra prometida, onde não existe pobreza. Inicia-se enfocando os três ciclos econômicos brasileiros - cana de açúcar, ouro e café - e a ocupação da mão-de-obra nacional e estrangeira e pelo processo progressivo de pauperização do povo brasileiro.

No Segundo Capítulo a ênfase está na explicação do conceito de pobreza e na compreensão das contradições sociais e econômicas que

geraram as situações de pobreza na região de Londrina. Para tanto, parte-se do conhecimento das características de seu povoamento, que teve início na década de 30, do estudo das migrações internas no Brasil, da ocupação e da expulsão da mão-de-obra no campo, bem como do rápido processo de urbanização pelo qual passou a cidade e os problemas gerados por ele.

O Terceiro Capítulo tem como objetivo identificar a forma encontrada pelo poder público e pela sociedade civil para enfrentar o problema da pobreza, quando ela se faz reconhecer, a partir da década de 50, seja pela violência urbana seja por situações evidentes da fome, da carência material, da desocupação de homens, mulheres e crianças nas ruas, nos bairros, na rodoviária, nas praças. Explica a questão do atendimento institucionalizado à pobreza no Brasil e na região norte do Estado do Paraná para adentrar a realidade específica do Município.

No Quarto Capítulo apresentam-se os beneméritos pioneiros nas ações assistenciais da cidade, tendo sido escolhidas cinco personalidades dentre as muitas pessoas que se destacaram no serviço de atenção aos pobres, desde a instalação do Município, para compreender a visão de assistência fundamentada nos princípios da caridade, solidariedade e filantropia.

As primeiras entidades assistenciais fundadas no período compreendido entre o final da década de 40 até o início da década de 60 são objeto de estudos do Quinto Capítulo, tendo sido selecionados: o

primeiro hospital para indigentes, o primeiro asilo para velhos, o primeiro lar para crianças órfãs, o primeiro albergue para migrantes, o posto de puericultura de natureza pública, a primeira creche de natureza privada e a primeira instituição destinada a atender pessoas portadoras de deficiência. Quanto à institucionalização da assistência aos pobres, foram consideradas as instituições assistenciais que tiveram seus estatutos registrados em Cartórios de Registros de Títulos e Documentos da Comarca de Londrina.

O Sexto Capítulo identifica as três Associações Filantrópicas que mais se destacaram no período, analisando a assistência social prestada por elas sob o foco da filantropia. Para tanto foram consultados os Estatutos Sociais registrados nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos (1º e 2º Ofícios), livros de atas, arquivo de documentação sobre a pobreza e seu atendimento, termos de convênios com órgãos públicos, publicações, registros e fotografias.

Em relação às Fontes de Dados a maioria delas é de natureza documental. Para identificar as formas e características principais da constituição da pobreza no Município, foram consultados os arquivos do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina, dos Arquivos da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores da Cidade, do Museu Histórico de Londrina, do IBGE, da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal, dos Jornais *O Combate*, *Paraná Norte*, *Folha de Londrina* e do periódico *A Pioneira*. A

condição de pobreza será identificada pelas necessidades de sobrevivência das famílias atendidas no período de 1940 a 1980, renda familiar, condições de saúde, moradia, vestuário e alimentação.

Em relação ao poder público municipal, a análise se deu sobre a legislação existente nos poderes executivo e legislativo, após investigação dos orçamentos públicos e dos relatórios de gestão. Quanto às Leis municipais da Câmara de Vereadores que conferem o “Atestado de Utilidade Pública Municipal” às entidades consideradas assistenciais, somam-se cerca de 150 as aprovadas no período compreendido entre 1940 e 1980. Foram consultados ainda, nos arquivos da Câmara de Vereadores, os projetos de leis que criam algumas entidades com a aprovação de doação de terrenos públicos para construção de entidades, além da Comenda “Ouro Verde” destinada a entidades que se destacaram na cidade e da concessão dos títulos de “cidadãos honorários” do Município, aos beneméritos

Para este trabalho foram utilizadas como fontes principais os jornais da época, uma vez que os arquivos de documentos das primeiras entidades assistenciais, atas, relatórios, prontuários de atendimento, fichas com dados sobre os pobres atendidos e encaminhados por elas, praticamente inexistem ou se perderam. Tais informações foram complementadas pelos censos realizados pelo IBGE, que a partir de 1960 apresentam a categorização das faixas de renda da população paranaense.

Foram utilizadas ainda algumas fontes orais como coleções gravadas com depoimentos e memórias de pioneiros e conferências proferidas em solenidades arquivadas no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL.

O trabalho de interpretar as visões da assistência aos pobres para compreender o sentido e a intenção das ações assistenciais foi, em alguns casos, enriquecido e complementado mediante a realização de entrevistas com dirigentes das instituições assistenciais ainda vivos. As entrevistas tiveram sentido para a investigação, à medida que contribuíram para a compreensão e explicação dos focos analíticos da pesquisa, ou seja, identificar qual o perfil do pobre assistido no período e qual a idéia de assistência prestada a partir da visão de mundo daqueles que a praticavam.

Utilizamos ainda algumas imagens, como fotografias e outras disponíveis, não apenas de maneira ilustrativa, mas na tentativa de mostrar as características tanto do usuário institucional - o pobre, como daqueles que se propunham a exercer o trabalho assistencial - os beneméritos.

CAPÍTULO I

LONDRINA - NORTE DO PARANÁ - O “ELDORADO CAFEEIRO”

O município de Londrina tem, atualmente, uma população aproximada de 463.000 habitantes, de acordo com o Censo do IBGE. Fica localizada ao norte do Estado do Paraná e é considerada a terceira maior cidade do sul do país, depois de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, e Curitiba, capital do Paraná.

Este capítulo trata da ocupação territorial do Estado do Paraná, explicando em princípio, o processo de expulsão dos primeiros habitantes, os índios *Kaingang*, que se deu na disputa entre Espanha e Portugal pela posse das terras. A partir da compreensão do primeiro processo de ocupação das terras do norte do Paraná, então pertencentes ao governo, passa-se a explicar como se deu a colonização dessas terras consideradas pelos historiadores como o “eldorado cafeeiro”.

Nas duas primeiras décadas do século XX, através da concessão do Governo do Estado a empresas colonizadoras estrangeiras, principalmente a Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP, ocorreu um intenso movimento migratório de várias partes do país para a região norte do Estado, em busca do possível “enriquecimento” propagado pela CTNP.

A promessa do enriquecimento através do plantio do café, nas terras mais produtivas do Brasil, trouxe à região grandes proprietários de terras mineiros e paulistas, que para ela transferiram seus empregados com experiência no cultivo do café. Atraiu ainda, antigos colonos das grandes fazendas de café, geralmente imigrantes estrangeiros, que economizaram durante décadas e juntaram um montante suficiente de dinheiro a fim de adquirir um pequeno lote de terras. Chegaram, ainda, comerciantes à procura de mercados mais promissores e imigrantes estrangeiros de várias partes de mundo em busca de um recomeço de vida, a partir do investimento nas terras férteis do norte do Paraná.

A cidade de Londrina cujo nome significa “pequena Londres”, justamente pela influência inglesa de sua colonização, em pouco tempo tornou-se o centro de comercialização das terras e da produção agrícola na década de 40. Recebeu na época vários qualificativos como “O Eldorado Cafeeiro”, “A Terra da Promissão”, “A Canaã Bíblica”.

1.1.O Estado do Paraná - ocupação territorial

A demarcação do atual território do Estado do Paraná, segundo PADIS (1981,p.9), esteve intimamente ligada, em grande parte de seus aspectos, à própria fixação de territórios entre Portugal e Espanha¹.

De início, como a colonização do Brasil foi realizada através de Capitânicas Hereditárias, a região situava-se nas Capitânicas de São Vicente e Santo Amaro, pertencentes aos donatários Martin Afonso de Souza e Pero Lopes de Souza, aos quais foram doados dois quinhões de terras em cada uma das capitânicas citadas. O território que atualmente constitui o Estado do Paraná pertenceu a essas duas donatarias, porém, como ficava localizado mais ao sul foi, de certa forma, abandonado pelos donatários, que optaram por explorar os quinhões do norte.

Como toda a nação brasileira, as terras paranaenses eram habitadas por nativos, antes de serem ocupadas pela civilização branca de origem portuguesa ou espanhola. Desde o descobrimento do Brasil, a região onde hoje se situa o Estado do Paraná era habitada por povos indígenas, provenientes do tronco mongolóide da Ásia. Tratava-se de uma população indígena pré-cabalina relativamente das mais densas, pertencentes às mais variadas tribos, em sua maioria a duas grandes

¹ Segundo PADIS (1981), o Brasil teve problemas internacionais de limites de terras na região do Paraná, mesmo depois de resolvidas as demandas entre Portugal e Espanha (através dos tratados de Tordesilhas, Madrid e Santo Idelfonso). Os limites com o Paraguai foram definidos através da guerra ganha pelo Brasil, que resultou em um tratado celebrado em 1872. As demarcações das terras na divisa com a Argentina somente foram resolvidas em 1894, quando o presidente dos EUA, chamado a arbitrar sobre a questão, decidiu em favor do Brasil.

famílias: *tupi-guarani* e *gê- botocuda*. A região norte do Paraná era povoada, principalmente, pelos *Kaingang*.

A primeira expedição branca para catequizar os índios *tupi-guaranis*, na região norte do Paraná, ocorreu em 1541 pelos espanhóis dando origem ao território “Guairá” ocupado por reduções jesuíticas. No período de 1607 a 1631 as expedições portuguesas de Manuel Preto e Raposo Tavares destruíram Guairá e demais reduções jesuíticas, aprisionando os gentios e conquistando a posse portuguesa das terras.

TOMMASINO (1995) que estudou a história dos índios *Kaingang* da bacia do rio Tibagi, considera que o território leste paranaense foi explorado pelos portugueses desde o século XVI , a partir do litoral atlântico, mas as conquistas pelo interior quem as fez foram aos espanhóis, que penetraram pelas terras do Paraguai, no intuito de legitimar sua posse definitiva no tratado de Tordesilhas.

Em 1541 Cabeza de Vaca tomou posse simbolicamente do Rio Paraná, em nome da Coroa Espanhola. Em 1544 os espanhóis fundaram a cidade de Ontiveros, às margens do Rio Paraná, próximo à foz do Rio Ivaí. A povoação foi transferida para outro local, mais a cima, que passou a se chamar Ciudad Real del Guairá. A ocupação espanhola se deu também através da instalação das reduções jesuíticas, um sistema desenvolvido pelos missionários da Companhia de Jesus, os quais tiveram autorização de Dom Felipe, rei da Espanha, para catequizarem índios em povoações que chamaram de reduções. (TOMMASINO, 1995, p.51)

Igualmente para PADIS (1981), a ocupação do território paranaense, vinda do continente em direção ao oceano, teve seu início na segunda metade do século XVI pelos espanhóis.

Com efeito, o governador do Paraguai, por volta de 1554, resolveu fundar várias vilas no território, hoje parananense, com tripla finalidade: a de subordinar cerca de 200.000 índios que habitavam a região de Guaíra; a de deter a penetração portuguesa que se processara através da linha demarcatória do tratado de Tordesilhas e, finalmente, a de estabelecer uma saída marítima para o Atlântico, através da baía de Paranaguá. Dado o insucesso dos espanhóis, na subordinação dos indígenas, através dos adelantados, o governo espanhol confia esse trabalho aos jesuítas, que estabeleceram as chamadas “reduções”, que não eram senão pequenos núcleos habitacionais onde, além de habitação e trabalho, os indígenas recebem educação, especialmente religiosa. (PADIS,1981, p.15-16)

Nesse trabalho dos missionários da Companhia de Jesus foram catequizadas treze povoações² segundo TOMMASINO (1985, p. 51), localizadas nos vales dos rios Paranapanema, Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu, com uma população aproximada de mais de 100.000 habitantes.

Passado o período das reduções vieram as bandeiras paulistas à caça das populações indígenas. Além do aprisionamento dos índios aldeados, catequizados e mansos, cujo objetivo era a sua comercialização em São Paulo, as Bandeiras tiveram ainda, como objetivo, a expulsão dos jesuítas, com a destruição dos núcleos por eles construídos, o que significava a vitória dos portugueses sobre os

² Nossa Senhora do Loreto, Santo Inácio, São José, São Francisco Xavier, Encarnação, São Miguel, São Tomás, Los Angeles, São Paulo, Conceição, Jesus Maria, São Pedro e Santa Maria.

espanhóis na luta pela conquista e posse do território. Os autores afirmam que, no período compreendido entre 1628 e 1632 foram praticamente destruídas pela atuação das bandeiras paulistas as treze povoações citadas.

De acordo com BALHANA, WESTPHALEN e MACHADO (1969, p.26-28), o índio foi, no sul do Brasil, o braço sobre o qual foi possível a colonização e o estabelecimento das instituições de fundo português. Para sustentar a sociedade colonial nos trabalhos domésticos, nas derrubadas das lavouras, nas jornadas das minas, nas construções de estradas e fortalezas e nos transportes de mercadorias, já no final do séc. XVI os moradores de Santos, São Vicente e São Paulo passaram a organizar bandeiras para caçar índios carijós dos territórios hoje paranaenses.

TOMMASINO (1985, p.52) citando WACHOVICS (1988, p.34), afirma que *em 1629, Raposo Tavares retornava a São Paulo, com cerca de 20.000 índios escravizados*. Dos que sobraram, mesmo depois da destruição das reduções, é possível que muitos tenham se dispersado pela região, voltando à vida livre nas florestas. Outros teriam sido transferidos para São Paulo de Piratininga pelos portugueses no século XVII, os quais após a morte dos seus caciques, retornaram para a serra de Apucarana, no norte do Estado do Paraná.

A política indigenista da Colônia segundo TOMMASINO (1985, p.91), *tinha adeptos da brandura e adeptos da violência com os povos*

“selvagens”. Durante os três primeiros séculos da Colônia, tal política se efetivou pela guerra, oficialmente dada como defensiva, proporcionando-lhes o bem-estar que a civilização poderia trazer-lhes, além do acesso ao cristianismo. A partir do século XIX, com a chegada de D João VI, a guerra contra os “selvagens” passa a ser ofensiva, com o objetivo de deixar livres os caminhos da colonização.

Os indígenas eram considerados pela elite paulista um empecilho ao progresso da civilização. O pensamento dominante da época tinha fortes influências da elite intelectual européia, que considerava os povos indígenas como raça inferior à raça branca, devendo ser evitada a miscigenação (a não ser, em último caso, com a população mais pobre, que não chegaria a se envergonhar do sangue indígena) pelo perigo que os silvícolas representavam por sua selvageria e resistência à civilização.

No Paraná, a conquista das terras indígenas, seguindo a racionalidade do colonialismo luso - brasileiro, não se deu de forma pacífica, uma vez que levou ao extermínio ou à escravidão os indígenas.

Nos primeiros contatos, a tática era conquistar a sua confiança com promessas de presentes e proteção, para posteriormente convencê-los a se aldearem e liberarem as terras à posse da raça branca. Os índios aldeados participavam das expedições de pacificação e eram até armados pelos brancos para executarem a punição daqueles que resistissem, afugentando-os das terras a serem colonizadas, ou

aprisionando-os para que fossem vendidos como escravos aos fazendeiros.

Esse conjunto de estratégias combinadas - força militar, famílias que pretendiam se estabelecer nas novas terras a serem conquistadas, trabalhadores diversos, padres, escravos africanos e indígenas "pacificados" - formavam um exército de ocupação que avançava pelo interior da província. (TOMMASINO,1985, p.92)

Na década de 40 do século XIX, várias expedições partindo do Porto de Antonina passaram a explorar a bacia do rio Tibagi, na tentativa de abrir caminho para a província de Mato Grosso. Era também de interesse do Governo do Império encontrar uma comunicação por via terrestre entre a capital Rio de Janeiro e aquela província, implantando fazendas na região do norte do atual Estado do Paraná. Esse trabalho era confiado à coordenação de João da Silva Machado, mais tarde agraciado com o título de Barão de Antonina.

Os objetivos de João da Silva Machado eram dois: tomar posse de quantas terras pudesse encontrar, principalmente os lendários campos de Paiquerê (que ouvira dizer existir entre os rios Iguaçu e Piquiri) e encontrar um caminho ligando o litoral à província de Mato Grosso, este, de grande interesse estratégico para o governo brasileiro. A ligação até então se fazia pela via fluvial, entrando por Buenos Aires e subindo o Rio Uruguai. Tendo convencido as autoridades imperiais da importância estratégica da ligação fluvial até o Mato Grosso pelos rios Tibagi e Paranapanema, João da Silva Machado concebeu um plano para fundar, às margens desses rios, sete ou oito aldeamentos indígenas e ainda uma colônia agromilitar. A segurança dos aldeamentos e

da navegação seria garantida pela colônia militar. Era também sua intenção que alguns aldeamentos fossem construídos onde existiram as reduções jesuíticas do século XVII (WACHOVICZ, 1987:13 a 15). Pretendiam não só apagar as marcas da presença indígena como também dos espanhóis, com os quais disputavam os territórios tribais. (TOMMASINO, 1985, p.98)

Em 1847, iniciaram-se as explorações pelas vias fluviais dos rios Paranapanema e Tibagi. Para essa missão foi contratado, por João da Silva Machado, o sertanista Joaquim Francisco Lopes. Pelo Decreto Imperial 715 de 2 de janeiro de 1851, foi fundada a Colônia Militar de Jataí, inaugurada em Agosto de 1855, às margens do Tibagi, com o objetivo de garantir apoio material e bélico às expedições.

Nas proximidades da Colônia Militar de Jataí foi criado o aldeamento São Pedro de Alcântara, à margem oposta do rio Tibagi, com o objetivo de pacificar os *Kaingang* que habitavam as florestas da região. Joaquim Francisco Lopes decidiu trazer para esse aldeamento os índios *Guarani-Kayoa*, que viviam no Mato Grosso. Confiou a missão de convencimento e deslocamento dos *Kayoa*, do Mato Grosso até o aldeamento de São Pedro de Alcântara, ao inglês João Henrique Elliot. Aos *Kayoa* interessaram as promessas de proteção de João da Silva Machado que, segundo Elliot, foi interpretado como *Pay Guassu* “grande chefe”, uma vez que estavam sendo ameaçados por vários inimigos locais e estavam migrando para o Atlântico, movidos pela crença na “terra sem mal” *Ivy marãey* que enfim poderia se concretizar através do rio Tibagi.

Como se pode observar, essa migração é vivida / interpretada por duas sociedades / culturas em intersecção. De um lado, o inglês tem a missão de levar os Kayoa para o Tibagi, cumprindo os objetivos calculados pelo Barão de Antonina, a serviço do Império. Todas as suas ações e reflexões vão nesse sentido. De outro lado, os índios Kayoa se propõem a migrar para o leste, no Tibagi, onde Pay Guassu branco prometera segurança e proteção, num território onde poderão realizar um objetivo mítico: encontrar uma terra com as características do Ivy marãey, a terra sem mal dos Guaranis. (TOMMASINO,1985, p.105)

Nesse período das décadas finais do século XVII a região do rio Tibagi registrava ocupações *Guarani* e *Kaingang*. A sua catequese foi entregue aos missionários capuchinhos que, a partir de 1840, vieram da Itália para ministrar a catequese aos indígenas de vários estados brasileiros.

Pelo ano de 1860, segundo BARROSO (1956), os missionários capuchinhos, chefiados pelo “célebre” Frei Timóteo tentaram estabelecer catequese ou centros de civilização entre os índios *Coroados* ou *Kaingang* em três localidades : Jataizinho, São Pedro de Alcântara e São Jerônimo. Os Kayoa continuaram vindo do Mato Grosso e em 1876 foram computados 461 deles na região. Após a morte do Frei Timóteo, o aldeamento de São Pedro de Alcântara sofreu um rápido declínio até sua extinção oficial. Os *Kaingang* retornaram para São Jerônimo na Serra de Agudos, ou para a Serra de Apucarana, na região norte do Paraná nas proximidades do município de Londrina, onde atualmente são conservadas duas reservas indígenas.

Quanto ao processo de ocupação de terras do Estado do Paraná pela população de raça branca ocidental, ocorreu no séc. XVII, com finalidades de exploração dos recursos naturais, quando o Paraná ainda fazia parte da Província de São Paulo.

As primeiras atividades comerciais se ligaram à mineração para exploração do ouro, especialmente no litoral e nas aluviões do Ribeira de Iguape. Paralelamente teve início a expansão da pecuária, com a predominância de extensos latifúndios, onde se desenvolveu uma pecuária de caráter extensivo nos campos naturais do planalto. Em relação à agricultura, esta foi, no séc. XVIII, marcada por iniciativas extrativistas que não exerceram papel relevante no processo de povoamento do Estado. O litoral não oferecia condições favoráveis, e os grandes fluxos migratórios europeus passaram a ocupar as terras do planalto, com o estabelecimento de pequenas colônias de imigrantes nas proximidades de Curitiba³, Ponta Grossa e Castro, as quais se ligavam por estradas carroçáveis, permitindo escoamento e comércio da produção. Foi o extrativismo da erva-mate, comerciável nos países platinos, que representou a primeira atividade econômica expressiva do ponto de vista econômico entre 1830 e 1925. Após a década de 20 há uma perda da importância desse mercado, sendo essa atividade

³ A antiga povoação de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais foi elevada à condição de vila em 29 de março de 1693, e pela lei provincial de São Paulo, n.º 5, de 05/02/de 1848, à condição de cidade com o nome de Curitiba. Em 1854, Curitiba foi considerada capital do recém criado Estado do Paraná. (EL-KHATIB, 1969, p.87, V. 4)

substituída pela extração de madeira, que alcança significado devido à demanda europeia para a reconstrução do após guerra.

A comercialização madeireira do Paraná, segundo ZANE (1997, p.14-16), *teve início em 1801 com a extração e exploração de madeiras de lei do litoral, exportadas principalmente para o Rio de Janeiro, Bahia, Montevidéo e Rio Grande do Sul, através do porto de Paranaguá.* No final do séc XIX e início do XX desenvolveu-se o setor industrial de madeiras no Estado, que foi incrementado durante a Guerra de 1914 - 18, alcançando maiores preços nos mercados internacionais. No leste e no sul do Estado, a principal espécie explorada foi o Pinho Araucária.

A Província do Paraná foi desmembrada do Estado de São Paulo em meados do século XIX. A urbanização no Estado se deu prioritariamente na região sul, que se tornou o principal pólo de habitação, onde se instalou a capital Curitiba. As atividades econômicas giravam em torno das grandes propriedades, que produziam erva-mate, e da atividade pecuária. Curitiba logo se tornou um pólo de investimentos, pólo cultural e literário.

Em relação ao norte do Estado, em 1855 o Governo instalou a já citada Colônia Militar de Jataí, às margens do rio Tibagi, com o objetivo de fiscalizar o transito de tropas e mercadorias para o Mato Grosso e Paraguai . Segundo PADIS (1981, p.1), *este núcleo permaneceu em estado de completa estagnação, sem conseguir atrair população alguma e sem se constituir foco irradiador de ocupação do norte paranaense.*

O plantio do café⁴ teve seu início em 1850 na Colônia Militar de Jataí, nos aldeamentos indígenas desde São Pedro de Alcântara até São Jerônimo e na Colônia Tereza, em princípio para consumo próprio. A intensificação dessa cultura na região, no entanto, se deu cerca de cem anos depois.

A existência de leis nacionais restritivas ao plantio do café, advindas das crises de superprodução, a partir das quotas de produção permitida para os Estados, levou os grandes produtores paulistas e mineiros, a adquirir terras no Estado do Paraná, que ainda não havia atingido a quota máxima permitida, além de apresentar condições de solo e clima favoráveis à cultura do “ouro verde”.

Além disso, em meados da década de 60 do século XIX, a cafeicultura paulista já se havia expandido até quase os limites dos Estados de São Paulo e Paraná. O enfraquecimento das terras de Ribeirão Preto levou Barbosa Ferraz⁵, a transferir-se para o norte do

⁴ A Revista *A Pioneira*, em número especial dedicado à cultura do café (Jun.1953), publicou que os primeiros cafezais surgiram com a vinda de mineiros para a zona de Jacarezinho, onde se encontravam cafeeiros com mais de 60 anos de idade. Na fazenda Santo Antônio existia um talhão de café plantado no dia da Proclamação da República, 15 de novembro de 1989, que em 1953, com 63 anos, ainda estava produzindo.

⁵ KARAN no Jornal *O Estado do Paraná* publicou em 1963, reproduzido no Impresso original “ História de Londrina” uma Edição “Guia de Londrina – 1967”, encontrado no acervo do Museu histórico de Londrina. Segundo o autor, o pioneiro do café Antônio Barbosa Ferraz Júnior fazendeiro paulista de Ribeirão Preto adquiriu terras no norte do Paraná em 1910. Plantou 2.582 alqueires paulistas de cafeeiros. Sua fazenda possuía, em 1917, uma residência muito confortável com ala para hóspedes; possuía piscina, quadra de tênis, vasto pomar e uma horta que produzia de tudo. Além disso a estrutura da fazenda oferecia oficina de concertos, olaria montada e uma grande serraria. Em junho de 1917 a geada dizimou seu cafezal. Não desanimou: plantou algodão em toda a área e montou uma máquina de benefício para essa fibra, compensando dessa forma o prejuízo que tivera com a geada. Em 1923 participa da criação do município de Cambará, do qual foi o primeiro prefeito.

Paraná, lá adquirindo grande área de terras entre Ourinhos (divisa dos Estados SP e PR) e a região da futura cidade de Cambará, onde plantou cerca de 1 milhão de pés de café. Na mesma época Thomas Pereira da Silva, mineiro, atraído pela fama e exuberância das terras vizinhas ao rio Itararé, adquiriu ali uma vasta área de terras, às quais faz convergir grande número de conterrâneos seus dando origem, em 1862 , a um núcleo urbano, inicialmente chamado Colônia Mineira. O pioneiro era proveniente de Itajubá, região mineira considerada pouco fértil, localizada nas montanhas, e veio em busca de terras de qualidade nas províncias do sul do país , onde se iniciou o cultivo de milho, arroz, feijão e cana de açúcar. Esta região compreendida entre os rios Paranapanema, Tibagi, Cinzas, Laranjinha e rio das Antas, em breve se tornou um centro de convergência de mineiros e paulistas, recebendo posteriormente o nome de “Norte Velho”.

Um dos fatos que determinaram o plantio do café em longa escala na região norte do Estado, foi a existência da “terra roxa”, conjugada com a altitude e o clima favoráveis a essa cultura.

A terra roxa é no dizer do Professor Sílvio Fróis de Abreu, a nossa maior riqueza mineral, pois nenhuma outra rocha ou mineral contribuiu tanto para a riqueza do Brasil... Nem os diamantes das chapadas do sertão, nem tão pouco o ferro e o manganês de Minas Gerais proporcionaram ao Brasil elementos de riqueza comparáveis ao dos solos de terra roxa, resultantes da transformação dos lençóis de

*basalto e das intrusões de diabásio nos Estados do Sul.
(ABREU, 1953⁶)*

O próprio processo de colonização do norte do Paraná teve, como justificativa para a derrubada das matas em grande escala nessas terras consideradas improdutivas até a segunda metade do séc XIX, o cultivo do “Ouro Verde”.

A partir de 1860, penetrando pelos cursos superior e médio do rio Itararé, ocorreu a entrada da frente pioneira constituída pelos grandes proprietários paulistas e mineiros.

A falta dos meios de transportes adequados impedia o desenvolvimento da região, fato que levou Ferraz Júnior e outros fazendeiros da região a iniciar a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Paraná, com o objetivo de fazerem conexão com a Sorocabana, em Ourinhos no Estado de São Paulo. Em 1925, com 29 quilômetros construídos, a ferrovia chega à vila Cambará. Mais tarde a ferrovia se tornaria a Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná.

Foi, portanto, nas três últimas décadas do séc. XIX que se intensificou o movimento ocupacional na região⁷, devido à migração de grandes proprietários de terras mineiros e paulistas, que, atraídos pela

⁶ Revista, *A Pioneira*, Nº 14, p.5, Jun.1953

⁷ Os primeiros núcleos urbanos que atraíam mineiros, paulistas e nordestinos, no final do século passado e início do séc. XX, foram : Colônia Mineira em 1862, Tomasina em 1865, Santo Antônio da Platina e São José da Boa Vista em 1867, Jacarezinho em 1900, Cambará, em 1904, Bandeirantes em 1921, Cornélio Procópio em 1924, Andirá em 1926.

excepcional qualidade do solo, passam a adquirir terras em território paranaense.

O intenso afluxo de paulistas, mineiros e nordestinos trouxe alguns problemas de legalização na posse de terras. Visando eliminar a ocupação ilegal e predatória do solo e das matas feita por posseiros, o Governo do Estado promoveu, especialmente nos anos vinte, a divisão de lotes e a sua venda a preços bem baixos. Essa ocupação se deu pela concessão do Estado a companhias particulares cujos planos de colonização deram início aos movimentos ocupacionais organizados e racionalmente planejados.

Na região do chamado Norte Velho, nas proximidades de Cornélio Procopio, duas companhias interessadas no plantio do algodão, constituídas de capitais japoneses se instalaram: a “Brazil Tokushoku Kaisha” – BRATAC, que resultou no aparecimento da cidade de Assaí, e a “Nambei Tochi Kabushiri Kaisha” dando origem a Uraí. Para essas colônias vieram imigrantes japoneses, que rapidamente prosperaram dada a qualidade da terra e a assistência médica, agrônômica e financeira fornecida pelas colonizadoras.

Já na região do Norte Novo foi adquirida pela Companhia de Terras Norte do Paraná, entre 1925 e 1928, uma área de 515.017 alqueires, o que correspondia à décima sexta parte do Estado. Inicialmente organizada em Londres A “Brazil Plantation Syndicate Ltd” adquiriu glebas para instalar fazendas de algodão, que substituísse ou completasse a

produção desenvolvida nas colônias inglesas da África e do Sudão, para atender às necessidades de matéria-prima da indústria têxtil britânica e instalar máquinas de beneficiamento no Estado de São Paulo. Ainda em 1928 a mesma companhia adquiriu a maioria das ações da Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná e estendeu seus trilhos a partir de Cambará até Londrina, cuja estação rodoviária foi inaugurada em 28 de julho de 1935. Foi no curso desses trilhos que no período de vinte anos surgiram 110 núcleos urbanos, na sua grande maioria transformados em cidades.

Com este movimento ocupacional do norte do Estado foi aquecida a atividade econômica de exportação de madeiras para a Inglaterra. A exploração de madeiras de lei⁸ no norte do Paraná se iniciou em 1920, a partir do desmatamento provocado pela colonização, fato que veio incrementar a produção do Estado. Por volta de 1939 a madeira passou a liderar⁹ a pauta paranaense de exportações, seguida pelo café e pela erva mate.

Houve insucesso no empreendimento inicial de plantio de algodão pela própria Companhia Inglesa, o que determinou a mudança dos seus planos iniciais. Na tentativa de ressarcir - se dos prejuízos acumulados com a compra da grande gleba de terras, a empresa britânica resolveu

⁸ A árvore que mais se destacava na mata virgem era a peroba rosa com altura de 35 a 45 m e 80 a 150 cm de diâmetro, podendo ser observada uma média de 25 a 30 árvores por alqueire . As demais espécies encontradas em abundância eram: cabriúva, caviúna, coração-de-negro, pau-marfim, óleo-pardo, pau- d'álho, cedro, pinho entre outras.

⁹ Em 1920 existiam 174 serrarias no Estado em 1949, 687 e em 1962 , com o avanço também para o sudeste funcionavam 859 serrarias.

criar um projeto imobiliário de loteamentos para venda das mesmas, organizando para isso a “Paraná Plantation Ltd”, cuja subsidiária no Brasil chamou-se Cia de Terras Norte de Paraná.

A colonização do norte do Paraná, portanto, assumiu duas formas simultâneas: a aquisição de terras por grandes proprietários dando origem às grandes fazendas de café, para onde migravam colonos para trabalhar no cultivo do café e as concessões de extensos lotes de terras do Estado às grandes companhias colonizadores estrangeiras.

No curto período de 30 anos, aproximadamente entre 1920 e 1950, as terras roxas foram incorporadas à economia do Estado, provocando um verdadeiro surto de progresso, transformando radicalmente a fisionomia social do Estado do Paraná.

Segundo ARIAS NETO (1993, p.71), grande parte da historiografia paranaense e praticamente toda a produção do Depto de História da Universidade Federal do Paraná reproduzem a dualidade: o Paraná Tradicional situado na região sul do Estado, cuja população realmente caracteriza o “ser paranaense”, e o Paraná Moderno, instalado posteriormente na região norte, para onde migraram estrangeiros, mineiros, paulistas e nordestinos, constituindo uma população marginal em relação ao sul do Estado .

1.2. A Colonização do “eldorado cafeeiro”

A região norte do Estado do Paraná cuja colonização se deu no século XX, foi chamada de “eldorado cafeeiro” pelos historiadores locais, tendo a cultura do café como principal atrativo para brasileiros e estrangeiros.

Oliveira ROCHA (1948, p. 23) publicou na revista “A Pioneira” um “hino de glória” ao setentrião paranaense, que dá a idéia da terra prometida, onde uma civilização nova apareceu dentro do ciclo do café.

Quinze anos atrás tudo isso era potencial parado à espera do “Fiat” criador. E o homem chegou, abatendo a mata e dominando o desconhecido, criou, em seguida, no esplendor admirável das colheitas, a segurança do futuro e a riqueza de sua fatura.

Veio, derrubou a mata, arou a terra, plantou o café com simetria e carinho, de tal modo e com tal amor, que fez de seu trabalho um poema e do seu café estrofes admiráveis... O homem veio e transformou tudo... Foi uma luta árdua, foi um trabalho penoso.

A princípio era a selva agressiva, eram as vastidões inóspitas, a derrubada, a queimada e o preparo da terra. Depois a semente atirada à cova, que mão hábil preparara e regara, diariamente, com bagos de suor. Era a luta contra as intempéries, era o plantio do cereal em meio ao café, no aproveitamento máximo da terra, era, enfim, a ansiosa expectativa da primeira colheita, aquela que seria a redentora do colono, aquela que seria a redentora do colono, aquela que haveria de transformar os grãos da preciosa rubiácea, em dinheiro, nos mercados de São Paulo.

No entanto, por mais absurdo que pareça, o Norte do Paraná não começou ainda... Noventa por cento das suas lavouras cafeeiras esperam ainda a primeira florada, para o milagre extraordinário da sua fecundação. Depois sim, depois será, então, na ordem econômica, verdadeiramente, o seu começo.

E que começo não será este, que glorioso alvorecer será o setentrão paranaense, quando, já agora, pode apresentar ele, lavouras tão inéditas e cidades tão vertiginosas, das quais Londrina foi a primeira, em grande escala, e não será a última, por certo?!! Que responda o leitor.

Diante de tudo isso se justificam, plenamente, a confiança deste povo no seu futuro, o sadio otimismo das gentes desta região, o justo orgulho dos paranaenses e os cuidados excepcionais que os nossos governos vêm demonstrando pela nova mesopotâmia.

Governadores e ministros e o próprio Senhor Presidente da República, aqui chegaram, atraídos pelo café do Norte do Paraná. O Senhor Geroge Robins, presidente da National Coffee Association, dos Estados Unidos, até nós também veio, em viagem de intercâmbio comercial. São deste último as seguintes palavras, numa confissão táctica do seu encantamento e do interesse que lhe despertou a zona: << milhões e milhões de cafeeiros robustos, pujantes, cuidadosamente alinhados, oferecendo aos olhos surpresos um maravilhoso panorama>>.

E , isso, vale pelo maior elogio aos nossos agricultores, a esses desbravadores itemerados, criadores silenciosos e modestos de toda essa riqueza espetacular.

Diariamente, homens de todas as latitudes aqui aportam. Essa peregrinação tem muito de parecido com a penetração e conquista do Oeste Americano. Vêm todos eles à procura da riqueza da qual a terra é sempre depositária. .. Em pouco tempo, animados pelo exemplo e a solidariedade comum de toda a gente, erigem a sua tenda de trabalho e se entrosam na grande máquina, naturalmente, suavemente. Dia a dia, sol a sol, trabalham a terra, na deliciosa e confortadora certeza de que multiplicarão por cem ou por mil os seus esforços. (ROCHA, 1948¹⁰)

Tal visão triunfal e poética das características de valentia, entusiasmo, espírito desbravador dos homens pioneiros do eldorado cafeeiro, por vezes dá a impressão de que a terra jamais havia sido

¹⁰ Revista A Pioneira, 1948, p.23-26

habitada e o homem branco veio no início do século XX e transformou tudo trazendo o desenvolvimento e o progresso para a região norte do Paraná. Na verdade como já exposto, essas terras eram habitadas por nativos, antes de chegar a civilização branca de origem portuguesa, com o descobrimento do Brasil.

No início do Séc XX, vieram isoladamente alguns grandes proprietários de terras plantar algodão e café na região, mas, o fato que impulsionou o processo de colonização e gerou um grande movimento de migração populacional foi o plano racional de ocupação do espaço adquirido pela CTNP em 1929, do Governo do Estado do Paraná.

Os trabalhos sociológicos, historiográficos e literários sobre o desenvolvimento do norte do Paraná e o surgimento da cidade de Londrina se dividem em duas tendências: aqueles que o atribuem à iniciativa particular do grande empreendedor escocês, Lord Lovat, e ao projeto de colonização da Companhia criada por ele – CTNP, e aqueles que interpretam que as ocupações foram intencionais por parte dos governos brasileiro e inglês, visando a Inglaterra, garantias reais para consolidação do pagamento da dívida brasileira.

O primeiro grupo de escritores explica que Lord Lovat, esteve no Brasil como integrante da Missão Inglesa Montagu em 1924 e teve a incumbência de avaliar as terras do norte paranaense, pelas quais se interessou particularmente, fundando a Cia de Terras Norte do Paraná que adquiriu mais de 500 mil alqueires de terras devolutas do Estado do

Paraná. A CTNP, responsável maior pela colonização do norte do Paraná, dividiu as terras em lotes grandes e pequenos, vendidos a colonos nacionais e estrangeiros interessados na cultura do café.

A este primeiro grupo somam-se aqueles que de forma romântica exaltam a região como a terra da promessa, o Eldorado Cafeeiro ou a Nova Canaã, terra onde “se pisa em dinheiro”.

O Norte do Paraná, no simbólico dos homens que vivem esta história, bem como dos que a reproduzem, constitui-se em obra desta empresa (CTNP). Significa constatar uma “construção” que privilegia apenas um dos agentes envolvidos no processo... inúmeros outros atores participaram ativamente na ocupação, transformação e configuração deste território em “locus do capital”. Estado, fazendeiros paulistas e mineiros, sitiantes, sertanejos, colonos, grileiros, outras companhias particulares, pequenas empresas imobiliárias, ladrões que roubavam as casas para matar a fome, prostitutas que chegavam às levadas nas asas dos aviões do Panair, nordestinos esfomeados e mendigos que vagavam pelas ruas da fervilhante “nova Canaã”, etc. (ADUN, 1991, p.48)

O segundo grupo de escritores é composto por aqueles que, de forma crítica, interpretam as ocupações do norte do Paraná como intencionais por parte do Governo brasileiro que precisava renovar os empréstimos com a Inglaterra, para obter prorrogação da grande dívida externa brasileira, que, em 1924, somava 102.623.294 libras. Os interesses da Inglaterra eram vários. Para o governo e alguns investidores da Inglaterra a região era vista como possibilitadora de garantia real da dívida brasileira. Além disso, viam na quantidade de madeiras de lei

disponível um novo pólo para sua extração e importação. Por fim, o solo fértil das novas terras recém-descobertas era totalmente propício à produção agrícola do algodão.

A historiadora Sônia ADUM¹¹ caracteriza esses grupos como dois tipos de abordagem da história.

O primeiro deles – e mais freqüente – o da “história sem problemas”, “história limpa”, cuja narrativa traça uma trajetória racional de vitórias a caminho da “civilização”, onde a CTNP, cuidando também de seus interesses, teve como objetivo maior, o engrandecimento da região, do Estado e da Nação. Esta perspectiva, como já foi visto no capítulo anterior, traz no bojo uma idéia de paz e felicidade no espaço colonizado pela CTNP, principalmente quando comparado com espaços vizinho, sempre às voltas com inúmeros problemas e violências. Tal perspectiva insere-se na visão liberal-burguesa da história, cujos elementos de sustentação são, entre outros, a livre iniciativa, a garantia do direito à propriedade, o estímulo ao lucro, o espírito público da empresa privada, o caráter civilizatório e progressista da burguesia, o pioneiro, e que foram, nesta construção histórica a posteriori, instituídos como responsáveis pelo sucesso da colonização realizada, bem como, pelo desenvolvimento e progresso atual da cidade.

Não existe aqui a pretensão de recuperar os elementos ocultos pela ideologia liberal, de preencher as lacunas, mesmo porque, como afirma Marilena Chauí (1988:15-38), é o próprio do discurso liberal ser lacunar. Na verdade, agindo desta forma, assumiríamos uma

¹¹ A historiadora analisou 246 processos – crime junto ao Fórum de Londrina e apoiou sua dissertação em três deles. “O primeiro deles, na verdade um conjunto de dois processos concomitantes e relacionados, contidos numa mesma encadernação, diz respeito a questões administrativas da Prefeitura Municipal de Londrina no final da década de trinta. Foi o eixo das discussões acerca da construção do ordenamento sonhado pela CTNP e a partir do qual foi possível trabalhar a “Família Pioneira”. O segundo processo, de 1948, envolve questões de caráter cívico e patriótico e nos permitiu catar as mudanças das relações entre o político e o social no momento da redemocratização do País. Finalmente, o terceiro, relativo a um conflito urbano ocorrido também em 1948, foi fundamental no sentido de possibilitar considerações mais profundas acerca do contraponto da ordem = a desordem. (ADUM, 1991, p.29)

postura de negação da história da narrativa liberal, realizada por determinado grupo social, em momento determinado, com posição política e visão histórica definidas. Este tipo de operação negaria a historicidade da visão liberal, na medida em que, tendo como ponto de partida outra concepção histórica, exigir-se-ia que a primeira incorporasse categorias de análise que não lhe são pertinentes. A simples existência dos processos – crime discutindo exatamente a racionalidade da ação administrativa no município, naquele momento, representada pelo “mito” maior de empreendimento colonizador, bem como discutindo a lisura das relações entre o público e o privado, dão os limites da prática liberal, e permitem relativizar o discurso pelo que disse e não pelo que ocultou.

O segundo tipo de abordagem, este não tão comum, é o que assume uma postura crítica diante da forma de análise anterior, exemplificando principalmente por recente trabalho sobre a CTNP e já citado no decorrer deste texto, o qual tem o mérito de trazer à tona problemáticas até então intocadas sobre o processo histórico da cidade e da região. Tal trabalho constata a existência do “mito da Companhia de Terras Norte do Paraná”. Efetivamente, a ação desta Cia foi e é até hoje ressaltada em quase todas as publicações a respeito da história da cidade. É verdade também que existe uma certa reverência e mesmo enaltecimento que assinalam sempre o seu caráter “civilizatório e progressista”, bem como a veneração aos homens a ela ligados (...)

Não são raros os indícios de posições diversas e mesmo de críticas contundentes à ação desta Cia inglesa, dando uma clara dimensão de que nem todos a viam com os mesmos olhos. (ADUM,1991, p.133-234)

Sobre a primeira perspectiva¹², considerada como responsável pela literatura tradicional, um exemplo a ser citado é o professor Vicente Barroso (1956), que escreveu sobre “O famoso Norte do Paraná - terra

¹² Uns mais românticos, outros menos críticos, e ainda os que se preocupam apenas com os dados estatísticos e com as datas cronológicas, pertencem a esse grupo: Francisco José COLOMBINA (1974), Alberto João ZORTÉA (1975), Humberto Pugliari COUTINHO (1959), a publicação da CMNP (1975), João Antônio CORRÊA JR. (1995), Sônia SAHÃO (1989), Pedro LOPES e Gustavo BRANCO (1980), Edson MASCHIO e Jorge ELIAS (1977), Cecília M. WESTPHALEN et Alli (1969),

onde se anda sobre dinheiro”. No capítulo intitulado “O que é o Norte do Paraná” caracteriza a região sob os aspectos geográfico, histórico, geológico, etnológico e sociológico.

Geograficamente, é toda a região norte deste Estado, compreendida entre os rios Paranapanema, Itararé, Paraná e os baixos: Cinzas, Laranjinha, Tibagi, Ivaí e Piquiri.

Historicamente, é toda a vasta região conhecida pelos Jesuítas, pelos espanhóis e pelos bandeirantes, sob o célebre nome de Guairá, nos tempos dos chefes índios Guairaçá e Taiobá.

Geologicamente, o Norte do Paraná é a continuação das magníficas terras roxas do estado de São Paulo, prolongando-se pelo sul do mato Grosso, indo terminar além da Foz do Iguassú, em Santa Rosa, Rio Grande do Sul.

Etnologicamente falando, é ele a mais viva demonstração do quanto pode o braço nacional, auxiliado, de quando em vez, pelo braço estrangeiro, e orientado por entidades competentes.

Socialmente o Norte do Paraná é o “tira-teima” de muita doutrina fazendeira antiquada: o feliz consórcio de muitas raças, a prova dos nove de um complexo social com o que os governos terão muito que fazer, e cuja solução põe em jogo os mais espertos sociólogos, visto que, semelhante movimento demográfico em nossa Pátria, nunca se deu e talvez nunca mais se dará. Qualquer teoria sistema, qualquer tabela tendente a resolver o problema econômico-social no Norte paranaense, entrava logo com mil e uma dificuldades desconhecidas noutras regiões. Só mesmo quem vive lá é que poderá ter alguma idéia do que seria a “Nova Babilônia (..)”

Por fim o famoso Norte do Paraná é a Nova terra prometida, a nova Canã, onde todo mundo espera fazer fortuna rápida e facilmente... É a terra onde, em verdade, se pisa sobre dinheiro... É um presente do Céu às pessoas de boa vontade. É uma chamada do Inferno para aqueles que só visam a exploração indébita, anti-humana, antinacional, tornando a vida impossível lá onde deveria ser a mais fácil em todo o território nacional. (BARROSO,1956, p. 7 - 8)

Os qualificativos que o autor utiliza para explicar a exuberância do norte do Paraná, como: “magníficas terras roxas”, “Nova Babilônia”, “Terra Prometida”, “Nova Canãan”, “presente do Céu para os de boa vontade”, “chamada do Inferno para os exploradores”, demonstram a já citada idéia liberal de um mundo imaginado e almejado por todo ser humano, de existência possível nesta parte do Brasil.

Um dos importantes veículos de propaganda do exuberante desenvolvimento da região norte do Paraná e da cidade de Londrina foi a edição da revista *A Pioneira - o retrato do Norte do Paraná*, periódico bimensal ilustrado, publicado entre 1948 e 1954.

Destaca-se, segundo ARIAS NETTO (1993), uma forma poética das narrativas dos textos próximos à época, quase fantásticas, cuja força de premonição do futuro não permite ao leitor fixar-se em uma imagem. Ele é impulsionado para outra, como se os construtores dos textos tentassem repetir o movimento rápido de crescimento da cidade e da região. Na verdade a questão pode ser colocada inversamente: o ritmo de crescimento de Londrina e do norte do Paraná parece ser impresso pelos textos. Nos textos, não importa o tempo e o espaço, tudo o que pode representar o progresso termina por ser incorporado à narrativa mantendo magia e encanto.

Uma outra questão diz respeito às relações entre cidade e campo, ou melhor dizendo, entre cultura urbana e rural. As imagens de cidade e

do campo referenciam-se mutuamente. A cidade poderosa, centro de uma colonização séria e orientada, situa-se no coração da terra roxa, tesouro inestimável que o Paraná recebeu da natureza. O café - a agricultura, portanto - fez o esplendor econômico da região da cidade, o trabalho na terra produziu uma civilização bandeirante. A força dessas imagens *possui uma longa permanência no tempo e, de certo modo, contrariam visões cristalizadas da cidade como centro da civilização e do campo como lugar de atraso. Ao contrário, a cidade é a criação do campo, da agricultura, é a resposta da terra à semente bem-plantada.* (NETTO, 1993, p.10-11),

A segunda tendência dos escritores sobre a história do norte do Paraná onde se instalou a cidade de Londrina, reúne trabalhos mais recentes¹³, dentre os quais, sociólogos, antropólogos e arquitetos.

O estudo realizado por ARIAS NETTO, como exemplo, questiona a historiografia tradicional sobre as ocupações de terras no norte do Paraná.

A fertilidade da Terra, a rápida prosperidade pública e privada, o acesso à propriedade agrária, a riqueza propiciada pela agricultura são os elementos que compõem as representações da cidade e da região como Terra da Promissão e Eldorado. (NETTO, 1993, p. 9)

¹³ Alguns trabalhos são bastante críticos, outros chegam a escandalizar a historiografia tradicional, outros ainda são de natureza sociológica. Dentre eles podemos citar: Miguel ARIAS NETTO (1993), Sônia ADUM (1991), Ana Maria C. ALMEIDA (1980), Marcos BARNABÉ (1989), Ana Cleide C. CESÁRIO (1986), Cláudia Lima Esteves ALVES (1991), José JOFFILY (1984), Pedro Calil PADIS (1981), José Arthur RIOS (1980), Nelson TOMAZI (1989), Antônio C. ZANE (1989 e 1970), Kimye TOMASINO (1995)

Segundo ele, nos fins dos anos vinte e início dos anos trintas do séc. XX, a região onde hoje se localiza a cidade de Londrina foi ocupada e explorada por várias empresas privadas, que adquiriram terras do Governo do Estado do Paraná através de concessões de compra, com intuito aparente de coloniza-las, empreendendo a fixação de pequenos agricultores.

A formação da CTNP - Companhia de Terras Norte do Paraná, está vinculada à vinda da Missão Montagu ao Brasil em 1923, a convite do Governo Arthur Bernardes, a fim de que os técnicos ingleses viessem estudar a situação financeira econômica e comercial, com vistas, de um lado, à consolidação da nossa dívida com a Inglaterra, e de outro, na reformulação do nosso sistema tributário

A CTNP - Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da Paraná Plantations Ltda, com sede em Londres, adquiriu entre os anos de 1925 e 1927 uma área de 515.000 alqueires de terras e em 1928 a Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná, que ligava Cambará a Ourinhos.

Para JOFFILY (1984, p.41-45), *tratou-se na verdade de uma imposição dos credores ingleses ao Governo do Brasil*. Pelo que tudo indica, a intenção do grupo inglês era iniciar uma grande plantação algodoeira e a explorar da riquíssima reserva de madeira existente na área adquirida. Isso, entretanto, não ocorreu, posto que no decorrer do ano de 1928, cessaram todas as atividades da CTNP com o algodão e a

diretoria da empresa deliberou dedicar-se intensivamente à colonização das terras adquiridas na margem esquerda do Paranapanema, entre os rios Ivaí e Tibagi.

No período de sua estada no Brasil, Lord Lovat - Simon Joseph Fraser¹⁴, um dos membros da Missão Montagu, viajou pelo norte do Paraná, a convite de fazendeiros estabelecidos na região. Estes tentaram atrair a atenção da missão inglesa para a nova área de cafeicultura através de artigos publicados no Jornal O Estado de São Paulo. Na verdade os fazendeiros, que haviam iniciado a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Paraná, necessitavam de empréstimos para conclusão da ferrovia, que estava paralisada. Lovat, no entanto, quando visitou a região, mostrou-se interessado fundamentalmente no cultivo do algodão. De volta a Inglaterra, Lord Lovat convoca Arthur Hugh Miller Thomas, gerente da Sudan Cotton Plantations Syndicate, e o envia para o Brasil a fim de tratar do empreendimento que ele e seus sócios estavam pretendendo desenvolver no Brasil, enquanto Lovat funda em Londres a Brazil Plantations Syndicate Ltd. JOFFILY chega à conclusão de ser impossível conhecer a colonização do norte do Paraná sem passar pela análise do endividamento externo brasileiro.

¹⁴ Regressando a Londres, Lovat e seus sócios da Sudan Syndicate, fundaram em 1924 a Brazil Plantations Syndicate, transformada em Paraná Plantations Syndicate Ltda no ano seguinte, e sua subsidiária brasileira, a Companhia de Terras Norte do Paraná. Até 1928 a CTNP ocupou-se, por um lado, com a produção de algodão em fazendas experimentais adquiridas no Estado de São Paulo, e por outro, na aquisição de terras situadas na mesopotâmia dos rios Paranapanema, Ivaí e Tibagi, no norte do Estado do Paraná. (NETTO,1993, p. 22)

Aqui termino este trabalho de questionar, pesquisar com isenção e que pode ser resumido em três parágrafos:

1º) Em consequência do crônico atraso no pagamento de nossas dívidas, os banqueiros ROTHCCILD enviaram emissários ao Governo, em busca de maiores garantias financeiras em detrimento de nossa soberania.

2º) Lord Lovat, um dos enviados, valendo-se da subserviência das autoridades brasileiras, comprou por preços simbólicos 13.165 Km de terras no Norte do Paraná, área que foi dividida em lotes rurais e urbanos de elevado custo.

3º) Apesar do predatório desmatamento, porém graças à fertilidade das terras roxas, a diversos fatores oficiais e a um eficiente plano de loteamento

ficariam assegurados os extraordinários lucros ingleses. (JOFFILY,1984, p. 114)

Se nos anos trintas o norte do Paraná é o paraíso, as terras fecundas, as florestas brutas e ricas, uma natureza selvagem e feroz, ou seja, a projeção da Canaã Bíblica, o simulacro da terra onde corre o leite e o mel, é também a imagem e semelhança da CTNP, do empreendimento dos desbravadores transformaram a selva em civilização, que promoveu associação de homens e natureza de modo pacífico, ordenado e racional em prol do progresso do Paraná e do Brasil.

Da Inglaterra veio o capital para aquisição de terras e para a implantação da ferrovia, bem como máquinas, vagões, dormentes e locomotivas. O grupo inglês, detendo o monopólio da sua área territorial, organizou o projeto imobiliário, integrando campos e cidades, através da ferrovia e de estradas.

O arquiteto BARNABÉ (1989) aprofundou a questão de um plano racional de colonização, apontando a existência de uma determinada concepção norteadora do projeto da CTNP : a idéia de cidade - jardim elaborada por Ebenezer Howard no séc. XIX, em sua obra “Tomorrow: a Peaceful Path to Social Reform” escrita em 1898. A cidade-jardim deveria ser a realização do sonho da comunidade perfeita e auto-suficiente promovendo o equilíbrio entre indústria e agricultura, cidade e campo, trabalho manual e intelectual.

Marcos Barnabé considerou que não ocorreu uma transposição linear da proposta de Howard para o norte do Paraná, mas supõe que os planejadores não estavam alheios às propostas urbanísticas em desenvolvimento na Europa.

O agente colonizador teve como referência as suas experiências anteriores no Sudão e provavelmente em outras colônias britânicas. A diferença na elaboração do plano da CTNP é que não se tratava da consolidação de relações de dominação com uma colônia, nem do estabelecimento de “plantations” com a finalidade de abastecer de matéria-prima a indústria inglesa, mas sim de um empreendimento tipicamente capitalista, tendo como finalidade o lucro.

Desejava-se criar um espaço descongestionado, instalando uma cidade planejada que não deveria ultrapassar uma certa quantidade de indivíduos e onde estes poderiam usufruir tanto dos benefícios da vida urbana (como serviços públicos e as atividades sociais) quanto das vantagens do campo : ar puro, zonas verdes,

tranqüilidade, muito espaço, hortas e animais.
(RAGO,1987, p.195)

A idéia de cidades planejadas que se desenvolviam na Europa fundamentava-se num discurso que enfocava as relações entre cidade e campo de maneira nova e apresentava um modelo de estruturação espacial do território que apontava para uma situação de equilíbrio nessa relação como uma resposta teórica¹⁵ dos problemas advindos do processo de urbanização acelerada e suas conseqüências, produto das transformações no modo de produção capitalista, com a possibilidade de organização do território de forma a corrigir o problema da densidade exagerada das primeiras cidades industriais estabelecendo uma situação que canalizasse de maneira desejável os afluxos de população rural. Pela observação da topografia e da rede fluvial, sobre a qual se estenderia a rede de cidades, bem como pela ponderação cuidadosa na maneira de penetrar no local ele conclui que a colonização ocorreu segundo um projeto de espacialização predeterminado. O estabelecimento de rede de cidades principais ao longo das vias de comunicação, à distância mais ou menos constante uma das outras, à par da distribuição de patrimônios ao redor desses núcleos maiores, faz parte de um projeto de apropriação do espaço natural que prevê definida relação entre o urbano e o rural.

¹⁵ O autor defende a tese da construção da cidade - jardim na qual a sociedade humana e a beleza da natureza são compatíveis e podem ser desfrutadas juntas...o campo e a cidade devem estar casados e desta união ditosa nascerá uma nova esperança, uma nova vida, uma nova civilização.

BARNABÉ (1989, p.44 - 52) considera que a *Companhia de Terras Norte do Paraná adotou diretrizes bem definidas*. As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre essas, distanciados de 10 a 15 km um do outro, seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários.

Tanto nas cidades como nos patrimônios a área urbana apresentaria uma divisão em zonas residenciais e comerciais. Ao redor das áreas urbanas se situariam cinturões verdes, isto é uma faixa dividida em chácaras que pudessem servir para a produção de gêneros alimentícios de consumo local, como aves, ovos, frutas, hortaliças e legumes.

A área rural seria cortada por estradas vicinais, abertas de preferência ao longo dos espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte maneira: pequenos lotes de 10, 15 ou 20 alqueires, com frente para a estrada de acesso e fundos para um ribeirão. Na parte alta, apropriada para plantar café, o proprietário da gleba desenvolveria sua atividade agrícola básica: cerca de 1.500 pés por alqueire. Na parte baixa construiria sua casa, plantaria a sua horta, criaria seus animais para consumo próprio, formaria o seu pequeno pomar.

As casas de vários lotes contíguos, alinhados nas margens dos cursos d'água, formariam comunidades que evitassem o isolamento das famílias e favorecessem o trabalho em mutirão, principalmente na época

da colheita do café, que para a maioria dos pequenos agricultores representaria lucro líquido de sua atividade independente, portanto no decorrer do ano ele viveria - consumindo o necessário e vendendo o supérfluo - das culturas paralelas: arroz e milho. Plantariam ainda, por entre as fileiras do café novo, legumes e hortaliças, frutas diversas e criariam porcos e galinhas.

Esse pequeno proprietário não agiria como o grande fazendeiro de café, que produzia grandes safras e as comercializava nos grandes centros, diretamente em São Paulo ou em Santos. Ele venderia seu pequeno lote de sacas de café nos patrimônios, aos pequenos maquinistas, que por sua vez comercializavam a sua produção nas cidades maiores, já como representantes das casas exportadoras. Por outro lado, esse pequeno proprietário não gastaria o dinheiro recebido como o grande fazendeiro, nas grandes cidades. Ele o gastaria ali mesmo, no comércio estabelecido nos patrimônios, gerando assim uma distribuição de interesses e uma circulação local de dinheiro que constituiria um salutar fator de progresso local e regional.

A conseqüência mais importante da obra realizada pela Companhia vem a ser a oportunidade que ela ofereceu aos trabalhadores sem posses de adquirirem pequenos lotes agrícolas. O autor calcula que, nos lotes vendidos pela Companhia, passaram a residir cerca de um milhão de pessoas, o que elevou a densidade demográfica da área colonizada ao índice de 90 hab por km².

TOMAZI (1989) também realizou um estudo crítico sobre a atuação da CTNP. Segundo ele é necessário decompor ou desconstruir o “discurso mítico” que a Companhia elaborou sobre si mesma, estruturado por quatro elementos fundamentais: a) a sua atuação trouxe o progresso e a civilização ao norte do Paraná; b) embora seja privada sua atividade deve ser considerada de interesse público; c) sua atuação foi possível devido aos empreendedores: os pioneiros e, d) sua ação é exemplo pioneiro de Reforma Agrária. Para TOMAZI (1989, p.3), *esse discurso teve a função de ocultamento dos verdadeiros objetivos da ação da CTNP, a obtenção de lucros o mais rapidamente possível.*

No período dos anos trintas o norte do Paraná constituiu-se uma região caracterizada em primeiro lugar pela vinculação ao pólo dinâmico do capitalismo nacional e internacional sediado em São Paulo e Londres. A dimensão política da região foi construída a partir da existência de uma comunhão de interesses existentes entre a CTNP e o Governo do Estado do Paraná, o que garantiu à primeira o monopólio político no município de Londrina. Esse monopólio garantiu também a implantação de uma determinada organização espacial rural e urbana, elaborada pelos técnicos da CTNP, cujos pressupostos eram dados pelas noções de ordem e progresso no presente e no futuro expressadas pela idéia de um plano nacional de colonização.

Essas relações encontraram sua legitimidade na representação do norte do Paraná como Terra da Promissão que buscou também se

contrapor ao “paranismo”¹⁶ - ideologia regionalista das elites paranaenses - construindo uma identidade regional definida por uma positividade, decorrendo daí a idéia do norte-paranaense. Ao mesmo tempo, acomodou-se ao “paranismo”, recriando as imagens de um Paraná fértil, de imensas riquezas potenciais adaptadas ao movimento de expansão do capitalismo.

Este movimento passou a divulgar uma consciência de espoliação do Estado que, além das migrações de São Paulo, Minas Gerais e Nordeste partia para as concessões de terras às companhias estrangeiras¹⁷, principalmente a Paraná Plantations Syndicate e sua subsidiária Companhia de Terras Norte do Paraná, pelo então governador Afonso de Camargo.

A forma de legitimação do monopólio da CTNP sobre vasta área de terras no norte do Estado vinculou-se à idéia de que as riquezas do Paraná, ou melhor, do norte do Paraná nada seriam sem a ação dos homens desbravadores da CTNP, transformando pois o empreendimento

¹⁶ Movimento regionalista paranaense surgido no final do século XIX, denominado “paranismo”, cuja gênese decorreu de três fatores fundamentais: em primeiro lugar, a efervescência intelectual que ocorreu no Paraná a partir de 1890, período em que se fundou em Curitiba o Centro literário (1897), o Instituto Histórico (1900) e a cidade constituiu-se um dos principais centros do movimento simbolista; em segundo lugar a necessidade de construir uma argumentação em favor do Paraná nas questões de interesses interestaduais, e em terceiro pelo declínio econômico das classes dominantes (ervateiros e pecuaristas) na década de 20, o que exigiu algum esforço destes grupos para manter sua forma de existência.

¹⁷ No início dos anos trintas, a CTNP quase instalou cem mil curdos no norte do Estado em área de 1.400 alqueires de sua propriedade, que seriam vendidos a Liga das Nações. Essa população curda havia sido expulsa da Turquia e encontrava-se no Iraque sob tutela britânica. A partir de 1933 vários segmentos da população paranaense se uniram em uma campanha contra a imigração dos assírios, considerados vândalos do Iraque, retardados e avessos ao trabalho, briguentos, de costume, língua e religião diferentes das nossas, que a Inglaterra iria impingir ao Paraná, por conta de seu imperialismo.

privado em missão de interesse público, promotor do progresso econômico e bem-estar social do Paraná e da sociedade brasileira.

A imagem da “Terra da Promissão” composta também pela pequena propriedade, constituiu-se a estratégia de legitimação da repressão econômica da mão-de-obra da fronteira através do crédito limitado, com intuito de, por meio da incorporação do trabalho à terra efetivada pelos pequenos proprietários, promover uma valorização dos lotes a serem vendidos e ao mesmo tempo, consolidar “o desbravamento e a implantação de uma nova sociedade” como fator de atração para compradores de terra , grandes ou pequenos.

1.3. O desbravamento do sertão e a edificação da “pequena Londres”

A cidade de Londrina desenvolveu-se graças a um processo de colonização planejado onde foram atores: os investidores ingleses que adquiriram a concessão da Estrada de Ferro além de grandes áreas de terras férteis “sem saúvas”¹⁸ a fim de loteá-las e revendê-las; o governo do Estado, que colocou à venda as terras devolutas com o propósito de

¹⁸ No início do século XX, as formigas saúvas eram consideradas grandes inimigas dos produtores rurais, porque atacavam as plantações e as aniquilava a raiz, principalmente no Estado de São Paulo, aonde os jornais chegavam a publicar em destaque “ou o Brasil acaba com a Saúva ou a saúva acaba com o Brasil”. Portanto uma das grandes vantagens em adquirir terras no norte do Paraná era a ausência da saúva.

desenvolver o norte do Paraná; grandes proprietários de terras provenientes dos Estados de São Paulo e Minas Gerais interessados em expandir a cultura do café e do algodão e pequenos proprietários nacionais e estrangeiros atraídos pelas propagandas da vendas dos lotes pela Companhia de Terras Norte do Paraná.

A CTNP adquiriu do Governo do Estado, terras devolutas a baixo preço, 20 mil réis por alqueire paulista de 24.200 metros quadrados, fato justificado pela falta de vias de acesso na região. Além disso, segundo NETTO (1993, p.83), *na área existiam muitos posseiros, grileiros e safristas, portadores de títulos inválidos, que se viram transformados em invasores*. Para garantir o absoluto direito à propriedade a CTNP teria comprado novamente esses títulos, tendo pagado duas vezes pela mesma terra.

De posse das terras a Cia de Terras tinha necessidade de uma sede de trabalhos, localizada em um ponto conveniente. Transpondo o rio Tibagi em balsa e depois de percorrermos os poucos quilômetros, 2 ou 3, de uma precária estrada, entraram na mata os pioneiros da Cia de Terras. Segundo o relato do Sr Thomas na edição N.º 6 da Revista “A Pioneira” :

... saindo desta estrada, a burro, em julho de 1929, representantes da Companhia furaram o mato até cruzar a divisa de suas terras, e, pernoitando na picada, exploraram o terreno especialmente as cabeceiras das águas. A topografia em volta de um alto onde hoje se acha situada a igreja matriz de Londrina, impressionou-os como local ideal para uma cidade. Mas era necessário escolher um lugar para a primeira sede, que não atrapalhasse eventualmente o planejamento da cidade

futura e foi escolhido o terreno em cima de umas pequenas nascentes situadas uns 1.800 metros a leste daquele alto.(THOMAS, 1949)¹⁹

Seguiu-se então intensa atividade que envolvia a construção da estrada, ligando com Jataí, hoje Jataizinho: a derrubada e plantação de 10 alqueires destinados a uma chácara, além da construção de dois prédios, um para o hotel e o outro para o almoxarifado. Traçara-se assim o destino de Londrina, local escolhido depois de acurados estudos pelo pessoal da Cia de Terras.

Em entrevista à revista “A Pioneira” (1949), o Sr. Erwin Fröhlich conta como se deu a grande empreitada para “abrir o sertão”, a região onde se instalou a cidade de Londrina, abrindo picadas e iniciando a derrubada das matas, a construção de estradas e vias de acesso, ficando as primeiras estacas e construindo os primeiros ranchos. Seus serviços foram contratados pelo Sr. Alberto Loureiro, homem que empreitou (da CTNP) a derrubada da mata da região de Londrina. Os serviços foram combinados com o Sr. Erwin em Cambará, que era considerada a cidade boca do sertão, em fins de junho de 1929. No dia 20 de agosto partiu de Cambará a comitiva rumo ao sertão para fundar novas cidades no Paraná. Em 30 de janeiro de 1930 foram inauguradas a balsa sobre o rio Tibagi e a estrada de automóveis até o Hotel Campestre construído pela Cia de Terras. Depois foi o início da colonização. As

¹⁹ Revista “A Pioneira”, 1949, nº6, p.6

dificuldades eram enormes (dúvidas sobre a boa procedência dos títulos, medo das febres tropicais e de úlceras).

Sr Erwin atribui ao arrojo do grande Lord Lovad a aplicação de tão vultuoso capital em uma empresa arriscadíssima na ocasião e, levada avante com tão notável tirocínio pelo eminente Sr Artur Thomas

... só mesmo com árduos esforços, com honestidade e explicações claras e sinceras aos colonos sobre a legitimidade dos Títulos da Cia de Terras, sobre as águas, o clima ubérrimo, a ausência de febres e de feridas “bravas”, foi se impondo a Cia de Terras Norte do Paraná na confiança de todos e, hoje, podemos admirar milhões e milhões de pés de cafeeiros produzindo, podemos nos quedar extasiados diante da fabulosa produção de cereais, da exploração de madeiras e dos mais variados produtos agrícolas.(THOMAS,1949²⁰)

De acordo com PUPO (*A pioneira*,1952,p.42), aparelhada já com um hotel para o seu pessoal e visitantes da futura Londrina e com o almoxarifado, a partir do fim do ano de 1929, a Cia de Terras iniciou a sua grande obra. Compradores de terras começavam a vir para cá e a instalar-se em seus lotes rurais e nas datas urbanas, os primeiros em suas atividades agrícolas e os segundos montando, no patrimônio esboçado, suas casas comerciais.

Até fins dos anos trintas, o norte do Paraná era considerado a “Terra da Promissão”, o paraíso prometido da fertilidade, da produção agrícola abundante, “adequado a qualquer cultura” conforme folhetos de

²⁰ Revista “A Pioneira”:1949, n.º 6, p.32

divulgação de vendas da CTNP, das oportunidades iguais de enriquecimento para aqueles que quisessem nela trabalhar e prosperar .

A publicidade da Companhia foi veiculada em todo o Brasil e no exterior e atraiu uma grande e variada clientela. Eram europeus que fugiam das convulsões políticas e sociais originadas pela consolidação da União Soviética, pela ascensão do nazismo e do fascismo, pela guerra civil espanhola e também camponeses expropriados pelo processo de desenvolvimento do capitalismo europeu. A propaganda atraiu também brasileiros de todos os estados, mas especialmente do Centro - Sul (São Paulo e Minas) e do Nordeste, os grandes focos de tensão econômica e social do período. E quando vieram fixaram-se predominantemente no campo.

Retomando o texto da propaganda de 1935, verifica-se que a ênfase é colocada sobre aquisição de uma área “por pequena que seja” da Companhia de Terras Norte do Paraná, terras privilegiadas para qualquer produção (café, algodão, cereais, leguminosas, forragem) mas cujo acento da propriedade é colocada sobre as invernadas e pastagens de descanso de gado, ou seja, a possibilidade daquelas terras se tornarem em futuro próximo no ponto de articulação entre o gado de Mato Grosso e os centros consumidores de carne e da possibilidade de aproveitamento das madeiras para exportação direta para a Argentina pela Ferrovia, que avança em direção ao Rio Paraná e a cada quilômetro promove uma valorização das terras da referida companhia. Nada se assemelha às observações de Monbeig sobre o interesse da Companhia Ferroviária pelos produtos “clássicos” de exportação paulista.

Também o folheto de 1941 é dado, como já dissemos, ênfase à fertilidade das terras “adequadas para qualquer cultura e no caráter planejado das cidades, especialmente Londrina. Somente anos mais tarde é que o norte do

Paraná e a cidade de Londrina foram identificados ao café, transformando-se assim no Eldorado Cafeeiro.
(ARIAS NETTO, 1993, p. 49 - 53)

Fundada em 1929, Londrina, “a Pequena Londres” foi elevada a município por decreto estadual de 3 de dezembro de 1934 e instalada no dia 10 do mesmo mês e ano. Pelo decreto n.º 6.213 de 18 de janeiro de 1938 foi criada a comarca de Londrina, dando-se a instalação a 27 do mesmo mês e ano.

A escolha do nome *sonoro, eufônico, sugestivo e adequado*, segundo PUPO²¹, *deu-se em virtude de ser uma cidade filha de Londres, onde sob orientação de Lord Lovad se elaboraram planos de colonização das terras da grande empresa*.

Em matéria publicada em 09/10/1934 o jornal Paraná Norte informa que chegaram, no mês de Julho, no local onde não havia uma única habitação, os senhores Mister Thomas e William Reid, responsáveis por demarcar o terreno onde se instalaria a sede da Companhia de Terras Norte do Paraná. A matéria afirma serem os dois desbravadores e mais os senhores Alexandre Rasgulaeff, George Smith, Erwin Froelich e Alberto Loureiro, os primeiros habitantes. Em 1930 existia além da sede da Companhia, o Hotel Germânia dirigido por madame Fried Fleringer, local de passagem obrigatória para todos os que buscavam adquirir terras. As primeiras edificações da cidade foram os escritórios da Companhia, a casa destinada a abrigar seus funcionários e o hotel.

²¹ Revista, “A Pioneira”, 1948, v. 11

Além dos lotes rurais, a Companhia traçou um plano de urbanização. Os lotes eram vendidos por um preço fixo, sendo a entrada de 50% e o restante parcelado em até três anos, com juros de 8% ao ano. Em 1934, quando foi criada a municipalidade, abrangendo uma área de 23.169 km², tendo como distritos os núcleos de Cambé e Rolândia, já havia 554 habitações na cidade.

A criação da municipalidade de Londrina gerou conflito entre interesses da CTNP e o poder instaurado no município, que se resolveu quase um ano depois com a eleição do prefeito Willie da Fonseca Brabazon Davids - também diretor da referida Cia, em 02/12/35 permanecendo no cargo até 30 / 05/ 40. Durante cinco anos a CTNP manteve o monopólio político sobre a área do município. O primeiro prefeito, no entanto, não foi Carlos de Almeida, indicado pela Companhia de Terras e esperado pela comunidade de moradores locais, fato considerado nebuloso na historiografia²² por Pugliari Coutinho.

²² Segundo narração de COUTINHO (1959, p. 7-8), Carlos de Almeida era o conselheiro da gente rude que começava a estabelecer-se em Londrina e em suas cercanias. Para encaminhar um requerimento, uma carta ou algum entendimento com a Companhia de Terras Norte do Paraná, ou até um enfermo ao pequeno hospital, mantido pela Companhia de Terras, recorria-se ao Sr. Carlos de Almeida. Foi quando surgiu no povoado a necessidade de uma autoridade policial. Carlos de Almeida foi indicado pelo saudoso Dr. Willie Davids para o cargo de inspetor de quarteirão. Na falta de outra autoridade, Carlos de Almeida servia de juiz de paz, apaziguando as partes, reconciliando -as com tato e prudência nas questões comumente surgidas.

Quando se propagou a notícia de que em breve seria criado o município com sede em Londrina, imediatamente Carlos de Almeida foi unanimemente aclamado candidato ao cargo de prefeito. Sugestões foram feitas ao Sr Manoel Ribas, interventor federal do Estado, perante a qual os diretores da Companhia de Terras usufruíam a maior consideração. Estes aderiram à vontade popular e opinaram igualmente para que o Sr. Carlos de Almeida fosse escolhido.

Entretanto, com surpresa geral e desengano bastante lastimável, apresentou-se no povoado, inesperadamente, o Dr. Joaquim Vicente de Castro para empossar-se e

Na visão dos historiadores Sônia ADUN²³ (1991, p. 124) e Arias NETTO (1993, p.60 - 61), a postura de Manoel Ribas ao nomear Joaquim Vicente de Castro foi de caráter político e não pessoal. Buscava, em primeiro lugar sua própria estabilidade política diante do regime ditatorial de Getúlio Vargas a partir da Revolução de 30. A indicação de Willie Davids ou mesmo de Carlos de Almeida provavelmente aparentaria a continuidade das relações existentes entre a CTNP e as oligarquias depositadas.

Em 1943 foram desmembrados do município de Londrina dois novos municípios Rolândia e Apucarana e em 1947 o terceiro município desmembrado foi o de Cambé.

Na visão de ROLIN (1999), dos núcleos urbanos que se destacaram com a economia do café, Londrina sobressaiu devido a sua condição privilegiada, pois se tornou o principal município da área colonizada pela Companhia de Terras.

Com fotos de Juliani e Augusto Galante, a Revista *A Pioneira* fez um retrospecto do desenvolvimento acelerado do município.

Quatro anos após a CTNP ter iniciado seus trabalhos (1934) a cidade contava com 300 prédios e 1.600 habitantes... Em sete anos (1941) quanta diferença. 2.400 prédios e 13.000 habitantes. Em 1949 a cidade apresenta

assumir o cargo de prefeito de Londrina no dia dez do mesmo mês, sucedendo ainda que o nomeado era pessoa completamente desconhecida no local.

²³ Sônia ADUM (1991, p.118) aprofundou os estudos sobre a nomeação dos primeiros prefeitos do município, a partir da categoria "Família Norte Paranaense" por ela criada para explicar as relações políticas que envolveram tal processo bem como das questões que envolveram as primeiras administrações com a CTNP e o Governo do estado do Paraná.

o impressionante aspecto com 6.000 prédios e 35.000 almas.²⁴⁾

Na década de 30, através da estrada de ferro, Londrina exportava: arroz, feijão, café, milho, e madeira. Em 40 no norte do Paraná atuavam cerca de 300 serrarias. Dessas, três se destacavam em Londrina por serem de grande porte : Siam, Mortari e Curotto.

Em 1936 as estatísticas municipais registram 611 empresas comerciais: lojas de móveis, secos e molhados, tecidos, agências de automóveis, farmácias, hotéis, revendedoras de peças de veículos automotores, postos de gasolina, casas de materiais de construção e elétricos, escritórios de engenharia e contabilidade, máquinas de beneficiamento de arroz, café e algodão, consultórios médicos, bares, agências de bicicletas e motocicletas, serrarias e indústrias de madeiras e três bancos.

Quanto ao movimento bancário, o município apresentava um quadro cada vez mais surpreendente. A primeira Casa de Crédito foi o Banco Noroeste do Estado de São Paulo.

O movimento bancário, só desse município, apresenta um quadro deveras surpreendente e fascinante ao mesmo tempo...O banco Noroeste do estado de São Paulo, o decano pioneiro...e assim sucessivamente, o Banco do Brasil, o banco do Estado do Paraná, o banco de São Paulo, o Banco Mercantil, O Banco Comércio e Indústria, o Banco da América do Sul, o Banco Comercial do Paraná e a Caixa Econômica Federal.²⁵

²⁴ Revista "A Pioneira", 1949, v.5, p.66 - 67

²⁵ Revista "A Pioneira" , 1949, v.5, p.30

Em 1949 a filial do Banco do Brasil era a maior do interior do país e a quarta colocada em todo território nacional, perdendo apenas para S. Paulo, Santos e Porto Alegre. Quanto ao movimento da Caixa Econômica Federal²⁶, a filial de Londrina foi elevada à categoria especial por atingir o limite de cinquenta milhões de cruzeiros em aplicações e depósitos. Somando-se às praças de Cornélio Procópio, Jacarezinho e Arapongas, ultrapassam 60 % das operações no Estado em 1949. Na década de 50 já existiam 30 casas bancárias no município.

Até a década de 50 a maior parte da população do município (69,3%) residia na zona rural, contra 30,7% na cidade.

Na zona rural, os colonos de café que migravam para a região para trabalhar nas grandes propriedades de café aqui encontravam satisfatórias condições de vida. Como exemplo, nas fazendas de Geremia Lunardelli, grande proprietário de terras na região norte do Paraná, ao todo seis propriedades, condição que lhe rendeu o título de “Rei do Café”, eram construídas colônias com casas muito confortáveis e espaçosas.

Os ex - colonos e pequenos proprietários que procuravam o “eldorado cafeeiro”, adquirindo títulos da CTNP, embora os primeiros anos fossem de sacrifícios, recebiam algum tipo de incentivo das casas de

²⁶ Para melhor servir a Londrina, a Caixa Econômica Federal do Paraná instalou-se em magnífico prédio próprio... para preencher cabalmente as finalidades da modelar instituição de crédito popular... cuja quase totalidade de seus depósitos contribuirão para o maior progresso do Norte do Paraná. Incentivadora da Economia Popular, essa benemérita instituição se inscreve como elemento de real valor no rol dos fatores positivos do desenvolvimento deste maravilhoso rincão brasileiro. (Revista “A Pioneira” v. 2 jul/ ago, 1948)

crédito ou alguns programas do Governo, no incentivo à produção agropecuária.

O Dr. Daniel de Carvalho, ministro da Agricultura em março de 1947, criou, naquele ministério, diversos Postos Agropecuários, com a finalidade de fomentar e melhorar a nossa produção agrícola e animal. No norte do Paraná determinou que fossem instalados três postos, sendo um em Jacarezinho, outro em Londrina e outro em Maringá. Esses Postos tinham a finalidade de auxílio direto aos lavradores, proporcionando-lhes meios para aumentar, melhorar e defender sua produção²⁷.

A partir do ano de 1948 a média da população rural passa a decrescer e na década de 50 equiparou-se a população rural a urbana. Todo tipo de negócio prosperava na cidade: hotéis, bares, pensões, casas comerciais.

Na zona urbana, nos bairros próximos à Avenida Higienópolis, encontravam-se as residências mais finas. A revista “A Pioneira”, de grande circulação nas décadas de 40 e 50, a cada edição, publicava reportagens sobre as lindas, confortáveis e ricas casas, mansões e vivendas nos lares paranaenses, somando-se mais de 20 magníficos palacetes, vistosos e modernos, que embelezavam a jovem cidade.

²⁷ Informações e conselhos individuais aos lavradores, combate à saúvas e doenças da lavoura, vacinação e combate a doenças do gado, venda de reprodutores, material veterinário, soros, vacinas, monta e inseminação artificial, preparo mecânico da terra, expurgo e armazenamento de sementes para plantio, venda de máquinas e ferramentas, sementes, adubo, inseticida e fungicida, local para exposições e reuniões de lavradores e criadores, estímulo à criação de cooperativas agropecuárias, centro de treinamento de trabalhadores rurais, encaminhamento de serviços de engenharia rural para irrigação e drenagem e contra a erosão, encaminhamento de pedidos às repartições do Ministério e da Secretarias de Estado. (Revista “A pioneira”. 1949,v.6,p. 46-48)

Os primeiros habitantes de Londrina fizeram casas de madeira. Hoje ainda se fazem casas de madeira, mas também uma grande parte das que se constroem agora, de alvenaria, ou de material...como se diz...

...O norte do Paraná, Londrina especialmente, não é constituída de uma população nômade. Os seus habitantes já estão fixados à terra, daí o critério que adotaram na construção de suas casas... São construídas de alvenaria, com material de primeiríssima ordem, fino acabamento e são projetadas para dar conforto aos seus habitantes²⁸

O conforto e o bom gosto nos lares Norte Paranaenses - a magnífica residência do Sr Roberto Júlio Roehring e a linda vivenda do Sr Claudino Santos em Londrina.²⁹

A pequena Londres teve, portanto, um desenvolvimento assustador entre as décadas de 40 e 50. No comércio foram instaladas lojas de departamentos e boutiques, que exibiam nas vitrines, todas as novidades em lançamento no país: eletrodomésticos, móveis, louças, roupas da moda, cosméticos, jóias e artigos para presentes.

A sociedade londrinense iniciou a construção do primeiro clube de recreação e esportes em 1946. Fundado em outubro de 1946 e inaugurado no carnaval de 48, o Londrina Country Clube, Sociedade com objetivo social e esportivo, oferecia aos seus associados reuniões culturais, recreativas e prática de esportes .

Em outubro de 1949 a Santa Casa de Londrina, em funcionamento desde 1943, recebeu nova e moderna aparelhagem de Raios-X da marca

²⁸ .Revista A Pioneira, 1948, v.1,p.44

²⁹ Revista A Pioneira. 1948, v.2,p.44

“Westinghouse”, cujos serviços de radiografias e radioscopias era dirigido pelo Dr. Luis Ramos Filho, de acordo com publicação em “A Pioneira”³⁰

Nessa época Londrina é considerada o maior centro médico do norte do Paraná, conta com os mais amplos recursos para assistência médico-hospitalar. Entre as organizações hospitalares de nossa cidade, destacava-se além da Santa Casa, a Casa de Saúde e Maternidade Rocha Loures pela amplitude de seus serviços - clínica de olhos, ouvidos, nariz e garganta, clínica geral, cirurgia, partos e moléstias mentais. *A partir de 1949 a Casa de Saúde e Maternidade Rocha Loures inaugurou mais dois relevantes serviços à comunidade londrinense: a clínica de doenças nervosas e mentais e o serviço de pronto socorro, dispondo de ambulância perfeitamente equipada para atender em domicílio, bem como para realizar transportes de doentes e acidentados.*³¹ No período de 12 a 17 de outubro de cada ano realizava-se em todo o Brasil a Semana da Criança, com o objetivo principal de chamamento à atenção da opinião pública para os problemas relacionados com a criança, ao mesmo tempo em que aproveita para fazer campanha de educação sanitária e puericultura.

Londrina, que, muitas vezes deu mostra do que pode realizar e sempre cooperou com os poderes público e privado, realiza, através do Posto de Higiene, Escola Normal, médicos e povo em geral, a Semana da Criança.

³⁰ Revista A Pioneira, 1949, v.5, jun, p. 27

³¹ Revista A Pioneira, 1949, v.6, dez, p.51

Neste ano, o programa constou de palestras radiofônicas diárias, sobre temas diversos, e em especial, sobre educação sanitária, dietética infantil, puericultura e mortalidade infantil. Nas mostras das principais casas comerciais foram colocados cartazes com conselhos sobre higiene e aleitamento. Culminaram as realizações da Semana da Criança, com a realização do concurso de robustez infantil³².

No aspecto do transporte, há que se ressaltar que na década de 50 o aeroporto de Londrina era o terceiro do país em movimento de passageiros.

O antigo aeroporto necessitou ser desativado pela necessidade da construção do novo aeroporto, cujas obras se iniciaram em 1948. No mês de abril ocorreu a inclusão de Londrina na linha da VASP, de S. Paulo a Maringá mais um avião comercial de grande porte, o DC.3 passou a fazer parte da escala do aeroporto, três vezes por semana. Ainda no mesmo ano, a empresa "REAL" inaugurou mais uma linha diária de São Paulo a Presidente Prudente, com escala em Londrina. A "VASP", por sua vez, resolveu prolongar a sua linha São Paulo - Marília - Tupã até Londrina, onde avião e tripulação passaram a pernoitar. Havia ainda a possibilidade de que outras linhas aéreas fossem estabelecidas, com Londrina na rota, como no projeto de linha de cargueiros da empresa "VARIG".

³² Verificava-se num concurso de robustez infantil, a constituição orgânica de cada concorrente, levando-se em consideração todos os fatores que concorrem para isso, tal como hereditariedade, condições de nascimento, alimentação, evolução da criança, etc. "A realização de todos os anos da Semana da Criança constitui um dos fatores do melhoramento da raça. Atraindo as mães através desse interessante certame anual, as mães para os postos de puericultura e centros de Saúde, os médicos podem ministrarlhes úteis ensinamentos sobre higiene e nutrição. Revista "A Pioneira". 1949, v.6. p. 28- 29

... o deficientíssimo aeroporto de Londrina, está com um movimento extraordinário... Sem contar o número considerável dessas operações feitas pelos aviões de pequeno porte, de nosso Aero clube, de particulares e os que fazem táxi, temos diariamente 7 aterrissagens e outras tantas decolagens. Às segundas, quartas e sextas feiras, esse número é acrescido por mais duas decolagens e duas aterrissagens da VASP, ficando portanto, nesses dias, com dezoito operações ao todo³³...

Somada á intensificação do transporte aéreo, ocorreu uma contradição muito característica da modernidade. Se nos anos 30 - 40, foram os trilhos da Estrada de Ferro que propiciaram o desenvolvimento da região e o escoamento de produção agrícola, primeiro para o porto de Santos em São Paulo e depois para o porto de Paranaguá no Paraná, na década de 50, o transporte ferroviário foi sendo progressivamente substituído pelo transporte rodoviário.

Outro dado que deve ser ressaltado é o fato de a ferrovia representar nos anos 30, o símbolo da modernidade nos sertões e, em pouco mais de 20 anos, ser colocada como um monumento que ficou no passado. Nos anos 50, com as concepções modernistas que permeavam o imaginário social, começava a ser articulada a retirada dos trilhos no centro da cidade. (ROLIN, 1999, p.32)

Em 1952 foi inaugurada a Estação Rodoviária que se destacava pela grandeza do aspecto arquitetônico desenvolvido, entre outros, por João Batista Vilanova Artigas, um dos expoentes da arquitetura brasileira. Também o “Cine Ouro Verde”, com todas as características mais

³³ Revista *A Pioneira*, 1948. v. 6,dez,p.1

modernas de conforto, como ar condicionado, poltronas estofadas recuáveis e aparelhagem de som e projeções igualadas às dos EUA e da Europa.

No auge da produção cafeeira, Londrina contribuía com 16 % do total da arrecadação do Paraná, Estado que mais produzia café do Brasil, o que contribuía para as várias representações da cidade como: “*cidade milagre*”, “*Mina de Ouro do Brasil*”, “*Cidade Progresso*”, “*Grande Empório*”, “*Capital do Norte*” e “*Capital Mundial do Café*”. (NETO, 1993, p.76).

Por mais que apresentasse indícios de centro dinâmico de desenvolvimento regional, Londrina conservava as características de pólo econômico da produção rural, uma vez que toda sua economia girava em torno de São Paulo, metrópole econômica nacional responsável pelo surto industrial e pelas exportações dos produtos brasileiros. Aqui não se desenvolveu um processo de industrialização. Londrina, apesar de absorver a cultura das grandes cidades, continuou tendo como principal função a captação das riquezas agrícolas, que eram transferidas para São Paulo, centro de comercialização, industrialização e exportação. A região norte do Paraná subsistia em função da metrópole econômica nacional, como economia periférica ao pólo industrial brasileiro, embora com gênero urbano de vida.

De acordo com ALMEIDA (1980, p.21), *a cafeicultura não contribuiu para o desenvolvimento da indústria no Paraná*. Enquanto o

Estado de São Paulo dirigia o excedente de renda gerado pela cafeicultura para os investimentos industriais, o Paraná tinha parte de seu excedente de renda gerado pela cafeicultura voltado para São Paulo, para alimentar seu processo de industrialização e outra parte para incrementar a própria produção de café.

Por isso a existência de dois ambientes sócio – culturais distintos (rural e urbano) numa sociedade predominantemente urbana (caso brasileiro) e dois ambientes sócio-culturais na região de Londrina (sociedade economicamente considerada agrária com gênero de vida predominantemente urbano). (ALMEIDA,1980, p.40)

Os documentos produzidos sobre a época são repletos de representações positivas sobre esta terra abençoada, berço do progresso e que a todos acolhe.

As imagens veiculadas nos documentos, no entanto, produzem, paralelamente `a sensação do turbilhão do progresso, uma outra visão: a de imobilidade. Embora aparentemente paradoxal, essa construção dual aponta em direção à reflexão acerca das mudanças e das permanências na história: a cidade e a região tal como estão representadas no texto mais antigo, permanecem as mesmas por três décadas. Parecem diferenciar-se apenas por terem acumulado os frutos do progresso: a riqueza, a tecnologia e a ciência. (NETTO, 1993, p. 10)

Esses frutos do progresso não dão espaço às representações do cotidiano das populações menos favorecidas que se avolumavam nos contornos da bela e rica cidade: aqueles a quem o dinheiro não era tão

fácil e a sobrevivência era ameaçada pelas carências sanitárias, alimentares, habitacionais.

Cabe ao próximo capítulo investigar e explicar até que ponto todos os habitantes do “Eldorado Cafeeiro” usufruíram dos frutos do progresso, quais foram as pessoas ou comunidades que não enriqueceram apesar de se deslocarem para o norte do Paraná com este “sonho”, pelo contrário empobreceram, e, se existiram manifestações de pobreza na terra prometida, quais foram suas determinantes e que medidas a sociedade londrinense tomou para o seu efetivo controle.

CAPÍTULO II

O EMPOBRECIMENTO NA “TERRA PROMETIDA”

Grande parcela da população que migrou para Londrina, em busca da “Terra Prometida”, não conseguiu enriquecer, ou pelo menos sobreviver com dignidade.

O empobrecimento nesse caso explica-se pelo processo de migração provocado pelo êxodo rural na sociedade brasileira, que possui bases escravocratas e cujo modelo agroexportador favorece a concentração das terras, da produção e da renda nacional, gerando uma divisão de classes sociais bem distintas entre aqueles que são proprietários das terras e dos instrumentos de produção e a grande maioria que se constitui o braço forte que semeia, cultiva e colhe os frutos, mas que não tem o direito de usufruir o resultado final da produção, sobrevivendo em condições mínimas e permanecendo pobre mesmo que trabalhe por toda a sua vida.

O desenvolvimento do norte do Paraná foi resultante da implantação de um projeto capitalista de produção agrícola que, incentivando a cultura do café, foi responsável pela migração de um grande contingente de trabalhadores rurais para a região, seja como colonos empregados das grandes fazendas, seja como pequenos proprietários, através da aquisição de lotes de terras vendidos pela CTNP.

Com o desenvolvimento tecnológico na agricultura, grande parte da mão-de-obra trabalhadora foi substituída pelas máquinas e abandonou a zona rural. Muitos pequenos proprietários por não conseguirem acompanhar esse desenvolvimento, e enfrentando dificuldades de comercializar seu produto venderam suas terras aos grandes proprietários e migraram para a periferia de Londrina. Somadas a esses dois fatos, as geadas que castigaram a região de forma consecutiva levaram à substituição da cultura do café por outras, mecanizadas, como a soja e o trigo, provocando o êxodo rural a partir da década de 50.

Para entender as formas de pobreza características da região em estudo, o capítulo inicia abordando a constituição da pobreza no Brasil, associada aos três principais ciclos econômicos nacionais – da cana de açúcar, do ouro e do café.

A região norte do Estado do Paraná se desenvolveu a partir do Ciclo do Café e a cidade de Londrina foi criada para ser o centro das atividades comerciais dessa cultura. A população que migrou para Londrina, em busca de melhores condições de vida enfrentou muita

dificuldade para sobreviver numa região ainda inexplorada, onde teve que improvisar condições de moradia, alimentação, meios de cultivo da terra, transporte e escoamento da produção.

Com o desenvolvimento socioeconômico os migrantes passaram por muitas dificuldades de adaptação e sobrevivência na região. Iniciou-se igualmente o processo de empobrecimento da população que embora tenha migrado em busca de melhores condições de vida, não foi absorvida pelo mercado de trabalho na zona rural, ou não conseguiu saldar suas dívidas com a compra do lote de terras, transferindo-se para as periferias da cidade, sendo forçada a sobreviver do trabalho temporário ou volante.

A partir da década de 70, a situação se tornou incontrolável e a miséria e a pobreza passaram a fazer parte do cotidiano da “capital mundial do café”.

2.1. A pobreza como construção histórica no Brasil

Os estudos historiográficos sobre a pobreza apresentam diferentes explicações para o seu surgimento.

Segundo GEREMEK (1995), o pauperismo surgiu como fenômeno endêmico da aldeia moderna. A pobreza não foi uma “invenção”, não tem

certidão de nascimento. Todas as sociedades chamadas históricas evidenciam uma diferenciação das condições materiais e de força física dos homens. A sociedade urbana produziu argumentos para uma valorização social da riqueza e para que esta pudesse ser tratada como um sinal da graça de Deus. Conseqüentemente, a miséria constituía a prova de falta de ajuda divina e, talvez, até de sua ira. No plano social o pobre era tratado como alguém que subvertia a ordem social e era socialmente perigoso. GEREMEK, citando HARRISON na obra intitulada "Descrição da Inglaterra", destina um capítulo para tratar da "assistência que se deve prestar aos pobres", onde propicia a descrição do mundo da miséria e da vagabundagem da Inglaterra no século XVI.

As crises de alimentos que se difundiam sob a forma de carestia, fome e epidemias, deixaram uma marca singular na vida das massas rurais do final da Idade Média e no início da Idade Moderna. Para uns poucos essas crises favoreciam especulações lucrativas, mas para a massa dos camponeses, economicamente mais frágeis, elas significavam o fim das condições de vida existentes até então, levando-os inclusive a ter que abandonar o campo. O processo de pauperização é marcado pelo flagelo da fome, que ameaça com a morte. A extensão das crises de alimentos se restringiu por vezes aos limites locais; nesse caso era motivada por um sistema de transporte ineficiente e caro, que dificultava o fornecimento de alimentos de outras regiões para os lugares atingidos pelo desastre de uma má colheita. Mas geralmente o alcance dessas crises era muito maior, sendo seu ritmo determinado pelas condições climáticas, pela divisão do trabalho entre as regiões e pela produção especializada, que levava os países da zona industrial a depender da importação de cereais. A atração exercida pelas cidades, que dispunham de estoques de alimentos e onde era mais fácil conseguir ajuda temporária, fez com que a miséria rural se instalasse precisamente nos pavimentos urbanos.

Massas esfomeadas de miseráveis dirigiam - se para lá, enchendo as praças e ruas, e quando encontravam as portas fechadas ficavam esperando ajuda ao pé das muralhas, contando com a comida, o leite num abrigo ou a esmola de um passante. Era um problema sobreviver no inverno e conseguir alguma ajuda antes da morte pela fome. As cidades faziam todo o possível para se livrar desses hospedes. As novas colheitas punham fim à fome, dando a esse êxodo rural dos miseráveis um caráter transitório. No entanto, uma parte de tais migrantes esfomeados, não tinham motivo para voltar à aldeia. (GEREMEK,1995, p. 19-20)

A pobreza, como agora, era um fenômeno universal; não existia um único país europeu em que não houvesse um grande número de pobres. O autor levou em conta o fato de haver vários tipos de pobres: em primeiro lugar - os pobres por enfermidade, isto é, órfãos, velhos, cegos, aleijados e incuráveis; em segundo lugar - os pobres por desgraça (“by casualty”), como por exemplo soldados feridos e mutilados, patrões empobrecidos (“house - holders”) e acamados; e em terceiro lugar - os pobres por dissipação ou desperdício: pândegos, vagabundos, patifes e meretrizes. Esse tipo de classificação dos pobres coincidia com a “communis opinio” daquele tempo e costumava ser o ponto de partida para todas as iniciativas do Estado e da Igreja em prol da reforma da assistência social. As duas primeiras categorias devem ser ajudadas sistemática e organizadamente na base das coletas públicas semanais em cada paróquia, em conformidade com as ordenações reais que proibiam a mendicância nas cidades e no campo. Mas se os pobres dessas duas primeiras categorias, definidas por Harrison como “pobres

verdadeiros”, (“the true poor”), não quisessem se submeter aos rigores da ordenação e continuassem a mendigar, em vez de esperar em casa pela ajuda que lhes era devida, a lei obrigava a tratá-los como os da terceira categoria, sendo castigados severamente e fustigados. Muitos preferiam a liberdade, como eles próprios diziam, de permanecer cotidianamente sob a ameaça do açoite a esperar a caridade em sua paróquia. A assistência aos pobres fazia parte dos deveres das classes mais abastadas.

Esta época marca igualmente o período da gestação do capitalismo no “Velho Mundo”, principalmente na Europa, bem como a época das grandes descobertas marítimas do “Novo Mundo”, através do conhecido Sistema Colonial da Época Mercantilista.

As naus portuguesas que se deslocaram para o Brasil no século XVI traziam, além de pessoas ligadas à Corte, pessoas designadas a servirem à nobreza. As embarcações portuguesas, chamadas “quinhentistas” por DEL PRIORE (1999), traziam também para a Terra de Santa Cruz crianças órfãs, dentre aquelas meninas pobres que tinham apenas o pai falecido, para no Brasil se casarem com os homens solteiros da baixa nobreza portuguesa, que para cá se transferiam.

Em uma época em que meninas de 15 anos eram consideradas aptas para se casar, e meninos de nove anos plenamente capacitados para o trabalho pesado, o cotidiano infantil a bordo das embarcações portuguesas era extremamente penoso para os pequeninos. Os meninos não eram ainda homens mas eram tratados como se fossem, e, ao mesmo tempo eram considerados como pouco mais que animais cuja mão-de-obra deveria ser explorada enquanto durasse sua vida útil. As meninas

de 12 a 16 anos não eram ainda mulheres, mas em idade considerada casadoira pela Igreja Católica, eram caçadas e cobiçadas como se o fossem. Em meio ao mundo adulto, o universo infantil não tinha espaço: as crianças eram obrigadas a se adaptar ou perecer.

Se por um lado foram poucas as crianças embarcadas nas naus quinhentistas rumo ao Brasil, por outro lado, a mão-de-obra infantil, em substituição à adulta, tornou-se indispensável à epopéia marítima...

.. A história do cotidiano infantil a bordo das embarcações portuguesas quinhentistas foi, de fato, uma história de tragédias pessoais e coletivas. (DEL PRIORE, 1999, p.48-49).

Com o tráfico de negros escravizados para o Brasil, aumentou o número de pessoas pobres que para cá se deslocavam. Segundo a autora (1999,p.178) *os navios negreiros, que incessantemente cortavam o oceano, despejavam anualmente no Rio de Janeiro nove mil africanos, até 1808; a partir dessa data passaram a vir, anualmente, 24 mil escravos até 1830.* Em 1823, segundo a autora a população cativa chegava a 110 mil pessoas. Em 1830 três quartos dos escravos estavam concentrados nas grandes fazendas, ligadas à agroexportação do café e do açúcar. Predominavam os adultos do sexo masculino, que viviam em média até os cinqüenta anos de idade.

Ainda na relação das metrópoles com as colônias, desde o início do mercantilismo, surge a possibilidade de tornar os homens vadios, desprovidos de trabalho e de dinheiro, úteis e aproveitáveis se inseridos na produção colonial.

Para SOUZA (1982, p. 57-60), *a partir do momento em que existiram colônias, o estado mercantilista europeu se encarregou de*

propulsionar seu povoamento com uma grande parcela de elementos socialmente desclassificados. Em Portugal, em 1349 o rei Afonso IV expediu um documento que procurava limitar o número de ociosos e impedir os abandonos de trabalho, a vadiagem e a mendicância de que se queixavam as cidades. Fundamentada nas obras dos autores portugueses SÉRGIO (1972), LOBO (1904) e GODINHO (1969), a autora explica que *“El Rei” não queria ninguém vadio evadido dos campos e para tanto condenava os vadios a trabalhos rurais como “política de fixação.* Quando, no entanto, os vadios não eram absorvidos pelos trabalhos agrícolas seriam alvo da “política de transporte”, ou seja, os desclassificados seguiam para as terras beira - mar e de lá para o tráfico marítimo, muitas vezes recrutado à força. As possessões ultramarinas foram sempre para Portugal o ergástulo de seus delinqüentes, formando-se importantes correntes migratórias para as colônias. Pelo alvará de 6 de maio de 1536, por exemplo, Dom João II determinava que os moços vadios de Lisboa que andavam “na Ribeira a furtar bolsas e a fazer outros delitos” fossem desterrados para o Brasil.

A essa parcela da população branca constituída de vadios ou indigente, somavam-se todos aqueles que, destituídos de recursos materiais, sobreviviam com escassos meios de vida.

Elemento vomitado por um sistema que simultaneamente o criava e o deixava sem razão de ser, vadio poderia se tornar o pequeno proprietário que não conseguia se manter à sobra do senhor de engenho; o artesão que não

encontrava meio propício para exercício de sua profissão; o mulato que não desejava mourejar ao lado do negro - pois não queria ser confundido com ele - e que não tinha condições de ingressar no mundo dos bancos; vadio continuava muitas vezes a ser o que já viera de além - mar com esta pecha : o criminoso, o ladrão, o degradado em geral. (SOUZA, 1982, p.66)

O número desse elemento indefinido socialmente cresce continuamente constituindo – se, segundo PRADO JUNIOR (1970, p. 285), *uma subcategoria colonial composta daqueles que vegetavam miseravelmente e se degradavam moralmente*. A imensa maioria da população livre da Colônia compunha-se, além dos brancos em situação de indigência, sobretudo de pretos e mulatos forros ou fugitivos da escravidão; índios destacados de seu hábitat nativo e mestiços que não eram escravos e não podiam ser senhores pelo preconceito ou pela falta de posições disponíveis.

Uma parte desta subcategoria colonial é composta daqueles que vegetam miseravelmente nalgum canto mais ou menos remoto e apartado da civilização, mantendo-se ao deus dará, embrutecidos e moralmente degradados (tapuias e outros índios puros ou caboclos que deixaram de ser silvícolas e não chegaram a ser colonos, negros e pardos excluídos da sociedade ativa). Uma segunda parte da população vegetativa da colônia é a daqueles que, nas cidades, mas sobretudo no campo, se encostam a algum senhor poderoso e, em troca de pequenos serviços, adquirem direito de viver à sua sombra e receber dele asilo e proteção. Finalmente a última parte, a mais degradada, incômoda e nociva é a dos desocupados permanentes, vagando de léu em léu à cata do que se manter e que, apresentando-se a ocasião,

enveredam francamente pelo crime. (PRADO JUNIOR, 1970, p.282 - 283)

O autor atribui como causas profundas dessa situação: a escravidão, o sistema econômico da produção colonial e a instabilidade que caracteriza a economia e a produção brasileira.

A escravidão porque deslocou os indivíduos livres da maior parte das atividades e os forçou para situações em que a ociosidade e o crime se tornam imposições fatais.

As explicações sobre o empobrecimento da população brasileira indicam que suas causas se originam nas bases escravocratas e de desenvolvem como consequência das crises de produção e consumo.

De acordo com PRADO JUNIOR (1969, p.18-28), *a sociedade colonial brasileira é o reflexo fiel da sua base material, a economia agrária, a grande exploração rural como as lavouras de cana com os engenhos de açúcar e os extensos latifúndios dedicados à pecuária.* Esse trabalho agrícola sempre se baseou no braço escravo, negro ou índio.

Os processos brutais empregados pelos portugueses para forçar o índio ao trabalho, ao invés de cativá-lo, levou o gentio a permanecer no recesso das matas. É quando se inicia a “caça” do homem pelo homem, através das expedições bandeirantes de norte a sul do país. Desempenharam, então, importante papel na colonização brasileira as missões jesuíticas. Sua tarefa consistia em preparar o terreno para a domesticação dos povos primitivos e defender os seus direitos.

Os índios eram classificados em duas categorias. Os cativos em “guerra justa” e os prisioneiros de outras tribos, resgatados pelos colonos, eram considerados escravos de pleno direito. Os demais eram tidos como livres, mas deviam permanecer sob a administração e tutela dos colonos como “peças forros”, “servos de administração” ou “administrados” conforme os documentos da época.

A situação dos escravos índios não durou muito, manteve-se até meados do séc XVIII, quando foi totalmente abolida pelo Marquês de Pombal. Os nativos não ofereciam resistência física aos cativeiros, sendo facilmente acometidos de moléstias, além de se tornarem ineficientes no trabalho da lavoura que contrariava o seu natural nomadismo.

A condição dos escravos negros foi diferente da dos índios, pois não tiveram os jesuítas como “protetores”, e até o Império eram simplesmente equiparados a “bestas”. Os primeiros vieram no governo de Tomé de Souza (1552) e no final do séc XVI já somavam cerca de 14.000 escravos negros no Brasil.

Na economia da colônia, a pequena propriedade não encontrou terreno favorável para se desenvolver, pois o trabalho livre de pequenos trabalhadores não podia concorrer na rude tarefa do desbravamento de uma terra ainda virgem e nas primitivas culturas e produções adotadas com o grosseiro trabalho do escravo³⁴. A falta de mercados para o

³⁴ “A instalação de um engenho de açúcar - a principal riqueza da colônia - mesmo dos mais modestos, exigia mais de trezentos mil cruzeiros em moeda atual. Para o seu funcionamento requeriam-se ainda 150 a 200 trabalhadores.” (PRADO JUNIOR, 1969, p.20)

escoamento de seus produtos era outro obstáculo ao pequeno lavrador independente. Além disso, a vizinhança dos grandes e poderosos latifundiários levava a conflitos e lutas que terminavam quase sempre na sua espoliação dos pequenos em benefício dos grandes proprietários. Por fim, a agressividade das tribos indígenas punha em risco a sobrevivência dos pequenos lavradores, que não contavam com escravos e armas para se defender de seus ataques.

A estrutura social da colônia, no primeiro século de colonização, foi extremamente simples segundo PRADO JUNIOR .

Reduz - se em suma em duas classes: de um lado os proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e fazenda; doutro a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres. Da simplicidade da infra-estrutura econômica, - a terra, única força produtiva, absorvida pela grande exploração agrícola - deriva a estrutura social : a reduzida classe de proprietários, e a grande massa que trabalha e que produz, explorada e oprimida... Trabalhadores escravos ou pseudolivres; proprietários de pequenas glebas mais ou menos dependentes, ou simples rendeiros, todos em linhas gerais se equivalem. Vivem do seu salário, diretamente de suas produções ou do sustento que lhes concede o senhor; suas condições materiais de vida, sua classificação social é praticamente a mesma. (PRADO JUNIOR, 1969, p.28).

O autor explica a constituição das seguintes classes sociais na Colônia: os senhores, grandes proprietários dos engenhos; a massa de escravos índios ou negros que constituía a maior parte da população; os pequenos proprietários cujas glebas sofriam domínio dos senhores; os

agregados, em geral escravos libertos ou mestiços espúrios, que viviam nos grandes domínios prestando aos senhores toda sorte de serviços (guardas, mensageiros); os rendeiros de terras em troca de aluguel, serviços ou produtos e alguns poucos assalariados como os feitores e mestres do açúcar.

O sistema econômico de produção colonial, no ambiente asfixiante da grande lavoura, não ofereceu alternativas para outras atividades remuneradoras a não ser a produção em larga escala.

A instabilidade da economia não permitiu à produção brasileira assentar-se de maneira sólida e em bases seguras. Os diferentes ciclos econômicos (cana de açúcar e ouro, na Colônia, pecuária e café na República) que se alteraram no tempo e no espaço caracterizando a prosperidade e a ruína, tiveram repercussões sociais nefastas, quando as crises cíclicas deixavam um número mais ou menos avultado de indivíduos inutilizados, por perderem suas raízes e base vital de sobrevivência, passando a vegetar à margem da ordem social.

Analisa PRADO JUNIOR (1970,p.71-84) a evolução do povoamento brasileiro sintetizando-a em três grandes fases que tem cada qual seu ponto de partida e encontra seu impulso inicial em circunstâncias históricas bem definidas, de acordo com os ciclos econômicos.

A primeira fase compreende a ocupação inicial estabelecida do extenso litoral desde o Amazonas em 1616 até o Rio da Prata, em 1680

onde foi criada a Colônia do Sacramento. Esse primeiro período inaugurado pela colonização dos portugueses vai até fins do século XVII.

A segunda fase, muito mais lenta que a anterior, inicia-se no século XVIII com a descoberta das minerações no centro do continente, primeiro em Minas Gerais e depois no Mato Grosso e Goiás.

A terceira fase se inicia em fins do século XVIII quando a mineração já quase extinta, é substituída pela cultura de algodão e pela pecuária. Ocorre então a redistribuição demográfica para o planalto paulista e para a região sul do país.

Aponta que a agricultura é o nervo econômico de nossa civilização, uma vez que na agricultura se assentou a ocupação e a exploração da maior e melhor parte do território brasileiro, sendo a mineração apenas um parêntese de curta duração.

MARTINS (1996) estudou o processo da constituição da pobreza na historiografia brasileira, uma sociedade de bases escravocratas, onde o homem livre e pobre permaneceu desvinculado da economia, deslocado da produção, produzindo apenas para sobreviver, na agricultura ou em tarefas esporádicas.

De acordo com CARVALHO (1995), *ao proclamar sua independência de Portugal, o Brasil tinha como herança, uma população analfabeta, uma sociedade escravista, uma economia de monocultura e latifundiária e um Estado arbitrário e controlador. Após três séculos de colonização não havia nem cidadãos brasileiros nem pátria brasileira.*

A complexidade do problema etnológico no Brasil é explicada na obra literária “Os Sertões”, por Euclides da CUNHA (1902). Segundo ele, a gênese de raças mestiças se deu, em graus variados, pelas influências mútuas de três elementos étnicos: os silvícolas da terra e os alienígenas, o negro banto e o aristocrático europeu português.

Os estudos sobre a pré-história indígena patenteiam modelos de observação sutil e conceito crítico brilhante, mercê dos quais parece definitivamente firmado, contravindo ao pensar dos caprichosos construtores da ponte Alêutica, o autoctonismo das raças americanas.

... A face primordial da questão ficou assim aclarada. Quer resultem do “Homem da Lagoa Santa” cruzado com o pré-colombiano dos “sambaquis”; ou se derivem, altamente modificados por ulteriores cruzamentos e pelo meio, de alguma raça invasora do Norte, de que se supõem oriundos os tupis tão numerosos na época do descobrimento – os nossos silvícolas, com seus frisantes caracteres antropológicos, podem ser considerados tipos evanescentes de velhas raças autóctones de nossa terra.

... Os dois outros elementos formadores, alienígenas, não originam idênticas tentativas. O negro banto, ou cafre, com as suas várias modalidades, foi até neste ponto o nosso eterno protegido. Somente nos últimos tempos um investigador tenaz, Nina Rodrigues, subordinou a uma análise cuidadosa a sua religiosidade original e interessante. Qualquer, porém, que tenha sido o ramo africano para aqui transplantado trouxe, certo, os atributos preponderantes do homo afer, filho das paragens adustas e bárbaras, onde a seleção natural, mais que em quaisquer outras, se faz pelo exercício intensivo da ferocidade e da força.

Quanto ao fator aristocrático da nossa gens, o português, que nos liga à vibrátil estrutura intelectual do celta, está, por sua vez, malgrado o complicado caldeamento de onde emerge, de todo caracterizado.

... Os elementos iniciais não se resumem, não se unificam; desdobram-se; originam um número igual de subformações – substituindo-se pelos derivados, sem redução alguma, em uma mestiçagem embaralhada onde

se destacam como produtos mais característicos o mulato (negro com branco), o mameluco ou curiboca (branco com tupi), e o cafuz (tupi com negro).

... O brasileiro, tipo abstrato que se procura, mesmo no caso favorável acima firmado, só pode surgir de um entrelaçamento consideravelmente complexo.

Teoricamente ele seria o pardo, para que convergem os cruzamentos sucessivos do mulato, do curiboca e do cafuz. (CUNHA, 1902, p.59-61)

Euclides da Cunha retrata a realidade do sertanejo do nordeste brasileiro em sua luta cotidiana com a seca e a fome. Sua análise considera a diversidade e a variabilidade e os elementos contrastantes do meio físico geográfico e climático do imenso território nacional, para afirmar que o Brasil tem duas histórias distintas a do norte e a do sul do país.

A nossa história traduz notadamente estas modalidades mesológicas.

Considerando-a sob uma feição geral, fora da ação perturbadora de pormenores inexpressivos, vemos, logo na fase de colonização, esboçarem-se situações diversas.

Enfeudado o território, dividido pelos donatários felizes, e iniciando o povoamento do país com idênticos elementos, sob a mesma indiferença da metrópole, voltada ainda para as últimas miragens da “Índia portentosa”, abriu-se a separação entre o sul e o norte.

Não precisamos rememorar os fatos decisivos das duas regiões. São duas histórias distintas, em que se averbam movimentos e tendências opostas. Duas sociedades em formação, alheadas por destinos rivais – uma de todo indiferente ao modo de ser da outra, ambas, entretanto, envolvendo sob os influxos de uma administração única. Ao passo que no sul se debuxavam novas tendências, uma subdivisão maior na atividade, maior vigor no povo mais heterogêneo, mais vivaz, mais

prático e aventureiro, um largo movimento progressista em suma – tudo isso contrastava com as agitações, às vezes mais brilhantes mas sempre menos fecundas, do norte – capitânicas esparsas e incoerentes, jungidas à mesma rotina, amorfas e imóveis, em função estreita dos alvarás da corte remota.

A história ali é mais teatral, porém menos eloqüente.

Surgem heróis, mas a estatura avulta-lhes, maior, pelo contraste co o meio: belas páginas vibrantes mas truncadas, sem objetivo certo, em que colaboram, de modo desquitadas entre si, as três raças formadoras. (CUNHA,1902, p.69-70)

Ao explicar as duas histórias distintas do povo brasileiro Euclides da Cunha diferencia igualmente o sertanejo do norte e o do sul.

Explica que na região sul ocorreram as conquistas sertanejas através das *Entradas* pelos forasteiros vigorosos que se aclimataram mais prontamente em um meio menos adverso que o do norte. O paulista, nome cuja significação histórica, de acordo com Euclides da Cunha, abrangia os filhos do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e outras regiões do sul, erigiu como um tipo autônomo, aventureiro, rebelde, com feição perfeita de um dominador da terra, seguindo o curso dos rios cujas águas rolavam no sentido oposto à costa marítima.

Mas no sul a força viva restante no temperamento dos que vinham romper o mar imoto, não se delia num clima enervante; tinha nova componente na própria força da terra; não se dispersava em adaptações difíceis – Alterava-se, melhorando. O homem se sentia forte.

... A terra atrai o homem; chama-o para o seio fecundo; encanta-o pelo aspecto formosíssimo; arrebatado, afinal, irresistivelmente na correnteza dos rios. (CUNHA,1902, p.70-71)

Em relação ao sertanejo do norte do país o contraste se fazia presente nas condições climáticas e mesológicas, em que se encontra apertado entre os canaviais da costa e o sertão, entre o mar e o deserto. O autor defende a tese segundo a qual as diferenças nacionais entre o norte e o sul não se dão pelas diferenças das raças, mas pelas adversidades climáticas, pela disposição da terra e pelos vários aspectos da natureza.

É que o filho do norte não tinha um meio físico, que o blindasse de igual soma de energias. Se tal acontecesse, as bandeiras irromperiam também do oriente para o norte e, esmagando num movimento convergente, o elemento indígena desapareceria sem traços remanescentes. Mas o colono nortista, nas entradas para o oeste ou para o sul, batia logo de encontro à natureza adversa. (CUNHA, 1902, p.72-73)

Entretanto a observação cuidadosa do sertanejo do norte mostra acentuado esse antagonismo de tendências em uma quase fixidez nos caracteres fisiológicos do tipo emergente.

(...) o sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral.

A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas.

É desagracioso, desengonçado, torto. Hércules – Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humilde deprimente.

... É o homem permanentemente fatigado.

Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude.

Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude.

Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. Naquela organização combatida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-lhe, alta, sobre os ombros possantes, aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrige-se-lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e a figura vulgar do tabaréu canhestro, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador do titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias.

Este contraste impõe-se ao mais leve exame. Revela-se a todo o momento, em todos os pormenores da vida sertaneja – caracterizado sempre pela intercadência impressionadora entre extremos impulsos e apatias longas. (CUNHA, 1902, p. 89-93)

O flagelo das secas no nordeste brasileiro tornou-se um fenômeno de conseqüências sociais progressivas e alarmantes na história do Brasil, responsável pelo problema migratório do sertanejo do norte.

Na década de 50 do século XX, tal questão ocupou por várias vezes a pauta de discussão de soluções nas instâncias governamentais. A exemplo, o Jornal *Folha de Londrina* realizou várias reportagens durante o ano de 1956, abordando a questão do agravamento da seca no nordeste tornando-se esta uma questão discutida nas seções do Senado Federal, no mês de junho daquele mesmo ano.

...Na tribuna, o sr. Apolônio Sales discorreu sobre o problema da seca do nordeste, exibindo fotografias da cidade pernambucana de Buique e de retirantes assolados pela fome e pela sede. O orador alertou o governo no sentido de socorrer o Nordeste com urgência, mesmo sem planos pré-determinados, mas com verbas maciças. O Sr. Apolônio Sales foi muito aparteado pelos srs. Novais Filho, Fernandes Távora, Argemiro Figueiredo e João Vilas Boas. O sr. Novais filho criticou a ação do Governo nesse assunto, enquanto o sr. Rui Carneiro assegurou que o sr. Juscelino Kubitschek cumpria a promessa feita ao Governador Cordeiro de farias, prestando assistência às populações daquela região³⁵.

Mas o problema da pobreza se manifesta igualmente na região sul desde o final do século XIX, no Brasil, dadas às condições precárias em que sobreviviam as populações pobres que se assentavam nas periferias das grandes cidades .

RIZZINI (1997) que estudou as raízes históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil mostra as condições em que se encontravam as crianças no final do século XIX.

Relatórios médicos, discursos de políticos (em geral, médicos e juristas) e reportagens nos jornais mencionavam instituições repletas de crianças que eram abandonadas em grande número por pais apontados como inescrupulosos irresponsáveis; relatórios e depoimentos de médicos denunciavam um índice alarmante de mortalidade que chegava a 80% nos asilos, que abrigavam crianças expostas, crianças entregues à ociosidade e às más influências pelas ruas das cidades... Por muitos anos o eloqüente discurso do Senador Lopes

³⁵ Jornal Folha de Londrina, 1956, v. 1459, 23, jun.1956, p.1

Trovão, proferido em 1896, seria lembrado no Rio de Janeiro. Pois bem, senhores, quem com olhos observadores percorre a capital da República vê apesarado que é nesse meio peçonhento para o corpo e para a alma, que boa parte de nossa infância vive às soltas, em liberdade, incondicional, ao abandono, imbuindo-se de todos os desrespeitos, saturando-se de todos os vícios, aparelhando-se para todos os crimes. (RIZZINI, 1997, p.143-144)

A autora considera que havia uma multidão desenfreada de pobres e desqualificados a ameaçar não apenas qualquer projeto futuro, mas a própria estabilidade da República.

O professor Zaqueu de Mello, um dos pioneiros de Londrina que assinava semanalmente uma coluna do jornal *Folha de Londrina*, na década de 50 fez uma análise, segundo ele, superficial, das razões da pobreza brasileira que passamos a transcorrer na sua íntegra.

Somos um povo pobre, mas poderíamos estar em condições financeiro-econômicas melhores... O Brasil é um país muito rico, mas...o seu povo é pobre!

...Na capital da república trezentos mil favelados, além do operariado sub-nutrido com deficiência de transporte e residência.

Em São Paulo, a capital econômica do país, milhares de cortiços, elevado índice de prostituição, baixo padrão de vida do operário.

No interior ranchos miseráveis e insalubres, paupérrima alimentação, elevado índice de analfabetismo, homens e mulheres descalços e enfermiços.

Entre nós é considerado rico o cidadão que possui casa própria com mobília adequada, alimentação normal, meio de transporte, e que pode pagar médico, dentista e educação para a família. A grande maioria da população está abaixo desse nível. Milhões andam descalços, milhões não tratam os dentes, milhões não vão á escola, milhões não aprendem um ofício qualquer.

Evidentemente somos um povo muito pobre em cima de uma das terras mais férteis e privilegiadas do mundo!

Não temos vulcões, terremotos, furacões, neve, pragas e epidemias, guerras sérias e prolongadas, revoluções demoradas. Vivemos num “berço esplêndido”; entretanto, somos pobres e choramos a nossa miséria!

O exame superficial do assunto nos mostrará em nós mesmos as causas principais de nossa pobreza.

...Nossos Índios brincavam com diamantes e eram pobres, porque ignoravam a riqueza das pedras preciosas.

Nós brincamos com a riqueza do nosso solo, das nossas florestas, das nossas jazidas, porque não possuímos aquele conhecimento experimental da riqueza em nossas mãos. Falta-nos a experiência fabril que dona e beneficia os bens. Olhamos a floresta imensa, com madeiras de lei, fibras, resinas, raízes medicinais e nos extasiamos diante de sua riqueza bruta e monstruosa, porém não sabemos como aproveitá-la. Olhamos para uma grande queda d'água e ficamos deslumbrados com o seu potencial; entretanto, não nos julgamos capazes de domar seus milhares de selvagens cavalos- força. Julgamos possuir petróleo, mas corremos sobre ele com combustíveis vindos de outros povos!

A pobreza está em nós, porque o País é rico. Na ignorância, falta de educação, encontramos a causa intelectual da pobreza nacional. Somos ainda um povo que não sabe trabalhar e, por isso mesmo, estragamos e desperdiçamos a grande reserva dos bens nacionais.

Nossa indústria em grande parte é liderada por elemento estrangeiro ou nacionalizado; nossa lavoura está pouco além do nível em que no-la entregou o silvícola, pois o fogo destruidor ainda é a nossa maior ferramenta! E nosso comércio ainda vende no sertão coca-cola, cevada “quaker” e latarias estrangeiras...

Pobreza por falta de instrução.

Falta de educação...

O Homem não quer trabalhar... No passado a caçada, a pescaria, as frutas silvestres supriam as primeiras necessidades; agora “negocinhos”, “bicos”, “biscates”, “jogo”, “propinas”, “empreguinhos” só preferíveis a enfrentar pesado serviço sistemático que exige boa vontade e perseverança. Infelizmente não gostamos de trabalhar...

A falta de economia, de poupança, é outro fator responsável por nossa pobreza. Comemos doce e

atiramos a lata fora; tomamos bebida e desprezamos a garrafa; compramos pneumáticos novos e abandonamos os velhos e assim por diante....

Finalmente entre muitas causas da pobreza de nossa gente, apontemos mais uma: os “vendilhões” do povo e da pátria. Existe uma classe perniciososa de indivíduos despidos do sentimento de solidariedade e de patriotismo : são os “sanguessugas” da nação, por transformarem seus cargos e posições em balcão, onde se vendem o bem estar do povo e a honra nacional! Latifundiários improvisados, sem tradição e sem heranças, a açambarcarem a terra que devia ser entregue a baixo preço ao trabalhador! Maus brasileiros coniventes com quadrilhas internacionais de pirataria moderna a aplicarem golpes em nossas casas de crédito, com prejuízo geral para a nação! Traidores da confiança pública a se valerem dos seus altos postos para “gordas” negociatas, prejudiciais aos interesses do povo! Administradores incompetentes e egoístas a usarem suas pastas e repartições no sentido do interesse pessoal ou doméstico!

Educando-nos e combatendo os inimigos da pátria, poderemos ser um povo rico em curto prazo, porque o Brasil é muito rico. Porisso mesmo, nós, brasileiros, só não seremos ricos se não quisermos! (MELO, 1954³⁶)

Zaqueu de Melo, já na década de 50 do século XX, identificava como principais causas da pobreza brasileira a ignorância do povo e a incapacidade de planejamento sócio-econômico, aliada à corrupção dos governantes. Atribuía, por outro lado, a riqueza do país, às condições do solo, do clima, das reservas naturais e da capacidade produtiva somadas à vontade política do seu povo.

Nos países do terceiro mundo, a extensão da pobreza e suas origens são reflexo, tanto da insuficiência da riqueza produzida por esses

³⁶ CAUSAS da Nossa Pobreza. MELO, Z. Folha de Londrina, 1954, v.6, nº 891, 4, jun, p.6.

países quando relacionada a sua população, quanto da desigualdade da distribuição da renda nacional. De acordo com SALAMA e VALIER (1997, p.12), *as desigualdades de renda e, com elas, a extensão da pobreza têm origens profundas que é possível situar ao mesmo tempo nos traços culturais, na história e nos diversos padrões de inserção dessas economias na economia mundial*.

Os traços culturais e a história, segundo os autores, são uma maneira de evocar os referenciais de uma sociedade e a evolução desses. A combinação entre a população indígena, a população imigrada da Europa e a população migrante involuntária (escrava) variam muito de uma região para outra. No caso do Brasil, a forma da colonização levou a uma profunda desigualdade de distribuição da renda.

Ocorreu ainda, na busca da industrialização, a desqualificação da mão-de-obra nacional e a importação de um grande número de mão-de-obra estrangeira, fato que modificou as relações econômicas, sociais e culturais internas. Tal opção provocou transformações radicais na ocupação dos trabalhadores brasileiros até então com características rurais ligadas ao modelo agrícola de produção, que foram forçados a migrar para as cidades à procura de ocupação.

O segundo fator estrutural explicativo da pobreza apontado pelos autores refere-se aos padrões de inserção do país, na economia mundial.

ABRANCHES (1987, p.16) em seus estudos sobre a Política Social e o combate à Pobreza, concluiu que a miséria é filha do

subdesenvolvimento, mas não é qualquer modo de desenvolvimento que a faz desaparecer.

Pobreza é destituição, marginalidade e desproteção. Destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e consumo; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à vida e ao bem estar. Ser pobre significa, em termos muito simples, consumir todas as energias disponíveis exclusivamente na luta contra a morte; não poder cuidar senão da mínima persistência física, material. (ABRANCHES et all, 1987, p.16)

No Brasil, segundo ABRANCHES (1994, p.27), convivem duas formas de pobreza. Uma de natureza estrutural, associada ao desdobramento histórico de nosso padrão de desenvolvimento econômico, e a pobreza chamada “cíclica”, que se agrava com as crises de desemprego, queda da renda, sua concentração crescente e a aceleração inflacionária. Trata-se de uma sociedade marcada por fortes tensões distributivas, determinadas pelo perfil de alocação dos recursos e distribuição de renda. Tal perfil brasileiro se caracteriza pela ausência quase que absoluta de critérios de justiça, em todas as esferas distributivas e redistributivas, de sólida estrutura de privilégios, política e socialmente cristalizados.

Quanto aos desdobramentos históricos estruturais da pobreza brasileira, os fatores determinantes do agravamento dos efeitos da

Questão Social³⁷, que configura a situação de pobreza da maioria da população no século XX, foram a crise do comércio internacional em 1929 e a mudança de modelo econômico nacional de agroexportador, cujo principal produto exportável era o café, para o modelo urbano-industrial.

A situação econômica mundial levou, em 1929³⁸, à quebra na Bolsa de Valores de New York, gerando uma crise financeira internacional. Todos os possuidores de ações colocaram-nas à venda; no entanto, não havia compradores disponíveis. Caíram os preços internacionais do café, o que forçou o então presidente Washington Luís a suspender os financiamentos aos cafeicultores. Tal fato enfraqueceu a hegemonia política dos cafeicultores paulistas.

A crise do comércio exterior tradicional, que se anunciava desde começos do século e assume características dramáticas a partir de 1929, pôs em marcha uma série de processos que convergiram no sentido de abrir caminho à industrialização. Em primeiro lugar cabe referir a crise do Estado Nacional, que se apoiava tradicionalmente num equilíbrio de forças regionais. A deslocação da oligarquia cafeeira, que exercia hegemonia incontestada, criou condições para (e ao mesmo tempo tornou indispensável) o revigoramento do poder central...Assim a crise do café, seria também a crise do poder central e a abertura de um

³⁷ Segundo CERQUIERA FILHO (1982) a "Questão Social" é um fenômeno assim denominado pelos trabalhadores da área social, caracterizado pelas desigualdades sociais determinadas pelo mundo da produção da sociedade capitalista que produzem conseqüências contraditórias, gerando as necessidades sociais de toda ordem - econômica, política, cultural, etc. - que interferem no processo de sobrevivência da população subalternizada.

³⁸ Expõe Caio Prado Jr "O desenlace fatal virá com o craque da Bolsa de Nova - lorque em outubro de 1929. O curso do café não resistirá ao abalo sofrido em todo mundo financeiro, e declinará bruscamente de 30%. A queda ainda será depois mais acentuada. Ao mesmo tempo estanca-se o crédito externo e suspende-se o financiamento do café recebido; processa-se à liquidação dos débitos contraídos."(PRADO Jr, 1970: 235)

processo de transformação do estado nacional.
(FURTADO, 1972, p.20-21)

A política econômica na época buscava incrementar um processo de industrialização, procurando reverter para este pólo, os mecanismos econômicos naturalmente voltados para a sustentação do modelo agroexportador. Até a década de 20 o mercado urbano é abastecido por resíduos do fluxo principal que da Europa é dirigido e subvencionado para sustentar a expansão da economia cafeeira .

As migrações que decorrem da industrialização dos países não desenvolvidos constituem um fenômeno, historicamente condicionado, cujas manifestações concretas resultam das condições específicas em que se dá aquela industrialização³⁹. O processo de mudança tecnológica nos países capitalistas desenvolvidos difere consideravelmente da industrialização capitalista nos países não desenvolvidos.

³⁹ A criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas. Os fatores de expulsão que levam às migrações são de duas ordens : fatores de mudança = que decorrem da introdução de relações capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego. E fatores de estagnação - que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários. Do ponto de vista econômico, os fatores de mudança têm um sentido oposto aos da estagnação. Os fatores de mudança fazem parte do próprio processo de industrialização, na medida em que este atinge a agricultura, trazendo consigo mudanças de técnica e, em conseqüência, aumento da produtividade do trabalho. Os fatores de mudança provocam um fluxo maciço de emigração que tem como conseqüência reduzir o tamanho da população absoluto da população rural. Os fatores de estagnação resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra. Levam à emigração de parte ou da totalidade do acréscimo populacional devido ao crescimento vegetativo da população rural, cujo tamanho absoluto se mantém estagnado ou cresce apenas vagarosamente. (SINGER, 1998, p. 38)

De acordo com SINGER (1998), quando a agricultura se torna capitalista, ela expande fortemente sua demanda por mercadorias oriundas da economia urbana: instrumentos de trabalho, insumos industriais (energia elétrica, combustíveis, adubos químicos, inseticidas, rações, etc.), bens de consumo industrializados e serviços (de transporte, comerciais, financeiros, etc.) produzidos a partir da cidade. Aprofundando-se a divisão de trabalho entre campo e cidade, tem-se por consequência um aumento da demanda pelo produto urbano por parte da agricultura, que não pode deixar de refletir num crescimento da procura por força de trabalho na classe. É claro que esse nexos causal entre o desemprego tecnológico gerado no campo e a criação de novo emprego na cidade não assegura por si só que o volume de empregos eliminados da agricultura seja inteiramente compensado pelo volume de empregos criados na economia urbana. Ele cria, no entanto, as condições de possibilidade para que essa compensação se dê.

Enquanto nos países desenvolvidos a mudança se dá à medida que determinadas inovações “amadurecem”, nos países não desenvolvidos ramos de produção inteiros são implantados de uma só vez, submetendo a estrutura econômica a choques muito mais profundos. Em segundo lugar, desde que um país ultrapassa o umbral do desenvolvimento, ele deixa de ter um setor de subsistência ou este permanece apenas sob forma de bolsões de atraso de pequena expressão. A regra geral é que, num país desenvolvido, o conjunto da

população está integrado na economia de mercado. Obviamente a situação é oposta nos países não - desenvolvidos, em que boa parte da população ainda se encontra em economia de subsistência. Na medida em que o desenvolvimento se processa, parcelas crescentes da população vão-se inserindo na economia de mercado.

O surgimento de populações marginais, pelo menos do ponto de vista da moradia (favelas, callampas, barriadas, vencidades), em praticamente todas as cidades da América Latina (sem falar da África e da Ásia, onde as condições de marginalidade urbanas soem ser mais graves), tem levado muitos investigadores a encarar as migrações como um fenômeno social nefasto, cujas dimensões é preciso reduzir de modo a se poder começar a solucionar a problemática que elas suscitam. Como o desenvolvimento econômico repercute no plano social em primeira instância precisamente sob a forma de transformações demográficas - migrações internas, urbanização, aceleração do crescimento populacional devido a queda de mortalidade - cuja intensificação "parece" ser a causa principal dos desníveis econômicos e das tensões sociais que configuram a marginalidade urbana, passa-se a concluir que o ritmo do desenvolvimento e o progresso técnico deve ser minorado de modo a reduzir a intensidade das transformações demográficas, que aparentemente "ultrapassam" o ritmo de crescimento econômico ou, mais especificamente, da criação de empregos na economia capitalista urbana. (SINGER, 1998, p.43-44)

Inicia-se assim o delineamento da forma cíclica da pobreza brasileira já caracterizada por ABRANCHES (1994, p.27) que se agravou com a crise do desemprego, a queda e concentração crescente da renda nacional levando ao surgimento das populações marginais, que passaram a migrar pelo vasto território nacional em busca da sobrevivência.

As explicações recentes sobre o fenômeno da pobreza não têm sido unânimes quanto as suas causas e suas conseqüências. O critério universal que estabelece a linha de pobreza baseia-se num indicador econômico de medição, que hierarquiza a população pelo seu nível de renda, poder de consumo e poder aquisitivo do salário mínimo para suprir a cesta básica de alimentos considerados mínimos para fornecer as calorias necessárias às condições de sobrevivência do ser humano.

Dados recentes do Banco Mundial, segundo CAMAROTTI e SPINK (2000, p.7), revelam que aproximadamente 200 milhões de pessoas, na América Latina, têm renda per capita de menos de US\$ 1 (um Dólar) por dia. No mesmo contingente, os 40% mais pobres da população possuem somente 10% da renda, enquanto aos 20% mais ricos cabem quase 60% do total da renda.

Com a colaboração das agências do sistema das Nações Unidas como a UNICEF E A UNESCO, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PENUD vem desenvolvendo uma análise sistemática da problemática social em mais de 160 países do mundo, nos últimos trinta anos, que tem levado a algumas conclusões sobre a complexidade do processo do empobrecimento mundial.

Segundo os estudos de KLIKSBURG (1997, p. 42) *a explosão da pobreza está ligada à falta de uma política de desenvolvimento humano explícita, coerente e firme*, uma vez que as políticas econômicas predominantes nos últimos anos menosprezaram aquele que deve ser o

objetivo final de qualquer plano de desenvolvimento, que é o de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

A América Latina é hoje a região de maior desigualdade no mundo e esta desigualdade contribui significativamente para que as conquistas em termos de crescimento não cheguem aos setores pobres. Tampouco são favorecidos amplos setores da classe média. Enquanto, em sociedades como a Suíça, a classe média representa 60% da população, em muitos países da América latina, não chega a 20%. A desigualdade trava os mecanismos de propagação dos sucessos econômicos. (KLIKSBURG, 1997, p.43)

Para o autor, o desenvolvimento humano necessita de indicadores econômicos e sociais, sendo absolutamente inadmissível que as sociedades estabeleçam metas de crescimento econômico, de estabilidade, de produtividade e competitividade, que incrementem as suas exportações, mas ao mesmo tempo continuam a piorar as condições de vida de grande parte de suas populações.

Na abordagem estatística clássica, segundo SALAMA e VALIER (1997, p.25), definir pobreza consiste em determinar patamares de renda : *fala-se em pobreza no caso de renda inferior à linha de pobreza e de pobreza extrema (ou absoluta) abaixo da linha de indigência*⁴⁰.

Além dos conceitos de pobreza e de indigência, os autores acrescentam ainda à sua análise o conceito de pobreza estrutural definia

⁴⁰ Calcula-se o número de calorias necessárias à sobrevivência e converte-se esse número em uma série de produtos alimentares de acordo com os costumes de alimentação do conjunto da população, que por sua vez são convertidos em dinheiro. A quantidade de dinheiro necessária para comprar esses bens define a linha de indigência. (SALAMA e VALIER, 1997, p. 25-26).

pelas necessidades básicas não satisfeitas – NBNS, incluindo-se nelas a falta de água, esgoto, eletricidade, habitação, educação, tempo disponível e o mobiliário do lar. Nesse caso, seria considerado pobre o indivíduo que não tivesse acesso à luz elétrica ou à água encanada.

A realidade brasileira no final do século XX reflete um quadro alarmante, não apenas no que se refere à pobreza estrutural, mas principalmente à condição de indigência e miséria de cerca de 86 milhões de brasileiros que passam fome crônica, ingerindo menos que as 2.240 calorias consideradas mínimas pela OMS – Organização Mundial da Saúde.

As contradições brasileiras entre o quadro econômico e social são de grande porte. O Brasil convive com enormes desigualdades sociais apesar de atingir o patamar de décima economia mundial industrializada apresentando, o PIB – Produto Interno Bruto maior do que 460 bilhões de dólares.

Segundo o Relatório sobre Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 1996, o Brasil ocupava a 68ª posição no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano⁴¹.

Entre 1960 e 1995, os 10% mais ricos aumentaram sua participação na renda do país de 39% para 47,11%. Inversamente, os 90% restantes tiveram sua participação reduzida de 60,4% para 52%. (BOCAYUVA, 1999, p. 32-33)

⁴¹ O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano é calculado pelo PNUD para todas as nações e combina o PIB per capita, nível de escolaridade e esperança de vida.

Esses dados indicam a divisão recente da população brasileira⁴² entre: os muito ricos (1%); ricos (4%); uma classe chamada média (15%); pobres (45%) e os miseráveis ou indigentes (35%).

O conceito de pobreza distingue-se do conceito de empobrecimento, segundo SALAMA e VALIER (1997, p.25): *O primeiro termo se refere às condições sociais de reprodução dos indivíduos, o segundo, às condições de vida desses indivíduos.*

As profundas transformações da agricultura brasileira vêm acarretando alterações tanto na composição de suas forças produtivas, quanto nas relações de produção daí decorrentes. São mudanças que, objetivando principalmente maior produtividade e, conseqüentemente, maior ganho empresarial, ignoram muitas vezes outros aspectos das reais necessidades e potencialidades do homem do campo em sua realidade sócio-cultural e em seu meio físico. Resultam daí modificações nas relações de produção quanto ao papel da força de trabalho, gerando, não raro, o aparecimento do trabalho assalariado, em seguida a escravidão e o colonato, prosseguindo, assim, a evolução geral do capitalismo no campo. Nesse processo verifica-se a substituição do trabalhador assalariado permanente pelos de caráter temporário, conhecido como trabalhador volante ou bóia-fria, num agravamento dos problemas sociais no campo e nas cidades.

⁴² Embora não seja objetivo deste trabalho investigar as condições recentes da pobreza brasileira, apenas se disponibilizam alguns dados estatísticos para que se possa dimensionar a necessidade urgente de se desenvolverem estudos sobre a pobreza.

O empobrecimento da população que se ocupa das atividades agrícolas no Brasil, principalmente a partir da mecanização do campo e substituição das culturas que exigem grande quantidade de mão-de-obra, se coloca como um problema a ser investigado na sociedade atual, dadas as suas proporções.

2. 2. O empobrecimento da população que migrou para a “terra prometida”

A produção de café representou a maior força da economia brasileira no século XX. Segundo PRADO JUNIOR (1970, p. 225), *de todos os produtos brasileiros modernos, “o primeiro e soberano lugar” cabe ao café, produto líder entre os gêneros primários do comércio internacional, sendo o Brasil responsável por 70% da sua produção mundial.* A expansão da produção cafeeira trouxe riqueza e progresso para o país, mas foi também a maior responsável por sua crise, quando a formação de reservas e estoques passaram a concorrer negativamente nos preços do produto já na primeira década do século XX. Terminada a guerra de 1914-18, o café alcança um novo período de prosperidade, graças ao restabelecimento da normalidade do comércio europeu.

O consumo mundial se alarga, os preços sobem. Ocorrerá apenas uma pequena crise, reflexo das dificuldades financeiras que abalam a Europa em 1921. Mas logo depois se restabelece o curso ascendente. A produção é estimulada, para o que concorre sobretudo o boom financeiro de após-guerra, que se refletirá no Brasil com intensificação geral de seus negócios, o alargamento de crédito, e depois de 1923, o recurso a grandes emissões de papel – moeda destinadas a fazerem frente ao surto dos negócios e ativação da vida financeira que se verificava. Tudo isto provocará um grande incremento das plantações de café. Entre 1918 e 1924 o número de cafeeiros paulistas passará de 828 milhões para 949 ...

Criar-se-á em São Paulo um órgão especial, o Instituto do Café, destinado a controlar inteiramente o comércio exportador do produto, regulando as entregas ao mercado e mantendo o equilíbrio entre a oferta e a procura... Através de um banco oficial do Estado de São Paulo far-se-á o financiamento que será até 50% do valor da mercadoria retida...

Aparentemente a situação da lavoura era próspera: os altos preços do café prometiam larga margem de lucros. (PRADO JUNIOR, 1970, p.225-235)

Tal situação aparente de estabilidade econômica e financeira provocou uma retomada nos investimentos da cultura do café nos estados em que tradicionalmente era cultivado como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e uma ampliação das fronteiras agrícolas para a região norte do Estado do Paraná.

PAYÉS (1984) estudou a formação socioeconômica que ele chamou “agro norte - paranaense”, identificando dois períodos no desenvolvimento capitalista regional: o primeiro que se configurou na expansão cafeeira desde o final do séc. XIX até 1960, e o segundo que se inicia pós 1960, quando se manifesta, por um lado, a erradicação e substituição do café pela pecuária e pelas culturas da soja e do trigo e,

por outro, a completa proletarização de grandes camadas sociais que perdem definitivamente os vínculos com a terra. Tais camadas sociais, em torno de um milhão de habitantes urbanos e rurais, representavam a predominância de pequenos proprietários que se radicaram na terra e na cafeicultura norte-paranaense, através da aquisição de lotes de terras da Companhia Inglesa de colonização, com cerca de 14 alqueires paulistas cada. Durante a expansão da cafeicultura, esses pequenos proprietários conseguiram, segundo o autor, não apenas acumular bens, como também oferecer melhores condições de vida e de educação a suas famílias. Porém, com a substituição da cultura esta população composta de pequenos proprietários somada a colonos, parceiros e meeiros, passa por um processo migratório regional além de incrementar o contingente da categoria chamada de “bóias frias”.

Durante todo o período de colonização das terras do norte do Paraná, as duas primeiras décadas do século XX, os grandes proprietários tiveram dificuldade na expansão do plantio de café pela escassez de mão-de-obra. Porém, com a crise de 1929, o quadro se reverteu, e a mão-de-obra passou a ser excedente.

Quando a frente pioneira, constituída por grandes proprietários de fazendas de café em Minas Gerais ou no Estado de São Paulo, passou a adquirir grandes lotes de terras no chamado Norte Velho do Estado do Paraná, ela trouxe consigo os trabalhadores e os meios de produção necessários para sua instalação, dadas as dificuldades de comunicação e

transporte. Para a derrubada das matas era utilizada a mão-de-obra local, os caboclos. Na época da colheita do café utilizava-se a mão-de-obra das famílias dos pequenos sítiantes da região e realizava-se uma espécie de recrutamento clandestino dos imigrantes estrangeiros já radicados em outras regiões do Brasil, interessados em “melhorar de vida”.

Londrina foi elevada à categoria de município pelo Decreto nº 2.519 de 03 de dezembro de 1934, assinado pelo Interventor Federal do Estado do Paraná Manoel Ribas.

A intensificação do povoamento na região norte do Estado do Paraná, se deu entre 1930 e 1950. Os povoadores eram compostos, sobretudo de paulistas, mineiros e nordestinos, trazidos pelos proprietários das fazendas de café, para trabalhar na lavoura. Colonos estrangeiros de variada origem e procedência também se instalaram na região, muitos de forma espontânea, outros dirigidos por companhias colonizadoras das quais adquiriam lote de pequenas propriedades. A cultura do café emprega muita mão-de-obra durante todo o período do ano, fixa o homem à terra e eleva a população rural em relação à população urbana.

A Companhia Colonizadora oferecia os lotes de terras em todas os grandes veículos de comunicação do país. As propagandas como, por exemplo, a publicação no Jornal *Paraná Norte* (Anno I, de 25 de novembro de 1934, nº 7) apresentava a manchete

“A MELHOR VANTAGEM”

*aliada ao melhor futuro- oferece aos seus
compradores*

Cia. de Terras Norte do Paraná

*Entre outras vantagens que dificilmente podem ser
oferecidas por empresas congêneres, as seguintes:*

*1) Terras fertilíssimas, situadas em clima salubérrimo,
cobertas de matas virgens, em altitude mínima de 500
metros;*

2) Águas excelentes e abundantes;

*3) Títulos de propriedade absolutamente seguros,
outorgados pelo Governo do Estado do Paraná,
devidamente registrados;*

*4) Facilidade de comunicação com os grandes centros,
por boas estradas de automóvel e pela companhia
ferroviária São Paulo – Paraná que com suas linhas
férreas, está concorrendo para a maior rapidez do
progresso desta futura zona, bem como a valorização
das suas terras;*

*5) Facilidade de pagamento em prestações módicas, ao
alcance de todas as bolsas;*

*6) A SAÚVA, a paga mais terrível das zonas cafeeiras do
Brasil, NÃO EXISTE no Norte do Paraná e muito menos
nas TERRAS DESTA COMPANHIA.*

Peçam informações

Companhia de Terras Norte do Paraná⁴³

Escritório: Londrina.

Agentes em toda parte

São Paulo

Agência principal: Rua 3 de Dezembro 48

Segundo ROLIN (1999, p. 42-43), o Paraná, sendo fronteira agrícola, recebia migrantes desde a década de 20, processo que se acentuou nas décadas de 30 e 40 devido à comercialização das terras. Nas décadas de 40 e 50, a população teve um crescimento de 73%, com uma migração de aproximadamente 912 mil pessoas, o que praticamente dobrou a população do Estado.

⁴³ A MELHOR VANTAGEM, Jornal *Paraná Norte*, 1934, v.1, 25, nov. p.7

Neste Paraná fabuloso, nesta Canaã autêntica, vai o homem chegando – venha de onde vier, pouco importa suas origens, nacional ou estrangeira – logo se põe a desbravar, a dominar florestas, a amansar carrascais, a conquistar descampados, a erguer cidades, a construir metrópoles. Na região norte do estado o que se vê é isso, é essa febre fantástica, é esse frênilo estupendo de construção, de progresso jamais visto, de desenvolvimento nunca imaginado no Brasil e na própria América do Sul!

Da terra vermelho-roxa não apenas as lavouras – sobretudo o café: o romper, a vida, as vibrações de uma época e de uma civilização – mas as cidades vão emergindo, num ritmo soberbo, em arrojadas proporções. Já não parece, o que se verifica no Norte paranaense, o espantoso fenômeno de um povo, de todas as mesclas, em marcha para o futuro, mas, provocando assombros para o próprio infinito. (PIRES, 1958)⁴⁴

As propagandas atraíram brasileiros de todas as partes da nação.

A década de 50 é marcada por migrações de populações pobres do nordeste brasileiro para as regiões sul do país em busca de sobrevivência. O Estado do Paraná é um alvo muito propagado como região da riqueza e da prosperidade, para onde se deslocavam grupos de famílias de migrantes. A Manchete “Começou em Alagoas o roteiro da fome”, do Jornal *O Combate* trazia a seguinte reportagem em 1959.

Venderam todos os seus bens por 5 mil cruzeiros para poder viajar – 15 pessoas morando numa barraca de três metros por quatro – Menino de 25 dias nasceu durante a viagem.

⁴⁴ LEGÍTIMA Canaã, o Paraná. *Norte do Paraná em Revista*, Maringá, 1958, ed. Inaugural, set., p. 2

- Moço, no Nordeste quem tem coragem se joga no mundo, quem não tem morre de fome! – assim explicou ao Diário do Paraná um dos 15 nordestinos há cinco dias acampados no alto da rua Itiberê, no Pilarzinho.

Lá fazem eles uma pausa temporária em seu roteiro de miséria e sofrimento que começou em Alagoas há cinco meses atrás e ainda não tem fim previsto. Por todos os Estados onde tem passado, proprietários de fábricas e firmas construtoras lhes tem recusado emprego e agora só lhes resta esperar em suas barracas rudimentares que algum bafejo da sorte lhes garanta o alimento para o dia seguinte, já que emprego e estabilidade tornaram-se um sonho quase inacessível.

15 PESSOAS

São três famílias, num total de 15 pessoas, amontoadas numa pequena barraca de três metros por quatro. As 8 crianças, de idades que variam entre 3 e 7 anos. O caçula, entretanto, ainda não fez um mês. Nasceu em plena viagem, perto da cidade de Bandeirante.

Os três chefes de família – Durval Teixeira, Francisco Gomes dos Santos e Valdo dos Santos – contaram sua odisséia ao D.P. Moravam em Satuba Estação, quando as condições de vida obrigaram – nos a tomar a decisão de fugir para o sul.

- Ganhávamos de 20 a 25 cruzeiros por dia – explicaram. Quando soubemos que no sul um cristão pode ganhar até 300 não tivemos mais dúvida. Foi só arrumar umas roupas e seguir em frente com 10 jumentos pra transporte.

VENDERAM TUDO

Para financiar a viagem venderam tudo o que tinham: 5 alqueires de terra e as casas. Preço: 5 mil cruzeiros. No caminho foram trocando os jumentos por barracas ou comida. Outros foram vendidos por 80 e 130 cruzeiros.

- Agora estamos carregando a muamba toda nas costas diz Durval – e já atravessamos muitos Estados a pé.

Por falta de empregos em Curitiba, os homens estão fabricando cestas de arame (arrancado de pneus velhos que ganharam) para fazer algum dinheiro. Quando perguntaram se haviam aprendido a fazer as cestas no Nordeste Durval respondeu:

- Não sinhô. Aqui perto tem um homem que faz. A gente espiemo e aprendemo.

O grupo pretende ficar em Curitiba até onde seja possível. Se não conseguirem, irão para o interior do estado, onde julgam que poderão empregar-se na lavoura⁴⁵

Os nordestinos movidos pelas propagandas do “eldorado cafeeiro” abandonavam o estado de penúria em que viviam em sua terra natal, para lançar a sorte no sul. Vendiam tudo o que possuíam acreditando no investimento no futuro promissor da fartura. Diante da dura realidade encontrada, sem os seus pertences e sem condições para voltar ao nordeste, passaram a se sujeitar ao trabalho temporário e desqualificado, apenas para manter a dignidade da família que tinham por dever sustentar. Nesta nova realidade, a dúvida em trocar a vida de sacrifícios pela da fartura e do trabalho fácil se tornara quase certeza de que tomaram a decisão precipitada, mas que não tinha mais volta e tornará o futuro ainda mais inseguro. Viver em um lugar distante, onde os costumes e tradições são diferentes dos seus e onde eram vistos como estranhos pelos moradores, eis o que se tornou o sonho do progresso.

De acordo com ALMEIDA (1997, p.293), a migração deve ser encarada conquanto seja um processo social que provoca mudanças tanto nas relações objetivas quanto no plano subjetivo da existência dos sujeitos que vivenciam o deslocamento de uma sociedade ou região para outra.

⁴⁵ ACAMPOU EM CURITIBA CARAVANA DA MISÉRIA E DO SOFRIMENTO. *Jornal O Combate*, Londrina, 1959, v. 10, ago., p.6

Muito mais do que a mobilidade geográfica, esse processo significa, para os indivíduos e grupos, uma redefinição de suas condições socioeconômicas de vida, bem como a reelaboração do conjunto de valores que fundamentava suas práticas e concepções. (ALMEIDA,1997, p.293)

Para PAYÉS (1984, p.31), *a questão do braço agrário converte-se num problema fundamental à expansão cafeeira em meados do séc. XIX, baseada na organização do trabalho escravo, cada vez mais oneroso.* A partir de 1870, a política oficial brasileira passa a subsidiar a imigração de trabalhadores europeus; foi a solução encontrada para baratear os custos com a força de trabalho, uma vez que o salário pago aos colonos estrangeiros era dividido em remuneração monetária mais valores de uso como casa, comida e roupas.

A política do Governo do Paraná favorável à ocupação dos espaços abertos, pela via dos projetos privados de colonização provocou uma transferência de grandes levas de trabalhadores estrangeiros e nacionais para o norte o Estado entre as décadas de 30 e 50. Atraídos pelas imagens da “Terra da Promissão” e do “Eldorado Cafeeiro”, esses trabalhadores se apoiaram na possibilidade de ascensão social, na medida em que passariam à condição de proprietários da terra.

Uma parte dos trabalhadores que se deslocaram para o norte do Paraná foi trazida pelos grandes proprietários de terras na condição de colonos, empregados assalariados que moravam nas fazendas e cuja família inteira se envolvia na plantação, no cultivo e na colheita do café.

Porém, já na década de 50, alguns fazendeiros passaram a introduzir algumas técnicas e práticas agrícolas que adotavam “métodos modernos”. Além daqueles que se destinavam à defesa do solo (contra a erosão e geadas, controle de pragas e irrigação das plantações) , iniciaram-se processos de modernização e mecanização das lavouras. Além dos terreiros de secagem do café foram introduzidas as tulhas secadoras ou os secadores mecânicos, que apresentavam as vantagens de não ficarem sujeitos às condições meteorológicas. Mas, de qualquer maneira, os terreiros continuaram tendo papel muito importante. A tração animal foi sendo introduzida para carpir as ruas de café.

Houve ainda diversificação nas modalidades empregadas para espalhar o café em coco para secar ao sol. Uma das técnicas racionalizadas do trabalho foi a utilização dos “carrinhos”, para espalhar o café, de tração animal, que arrastavam rodos bem maiores, chegando a medir três metros de comprimento. Tais técnicas contribuíam para diminuir o tempo gasto no trabalho de secagem dos grãos. Porém a sua face cruel era a diminuição da mão-de-obra ocupada no trabalho. Um cavalo puxava um carpidor de ferro, substituindo vários colonos que fariam este trabalho carpindo no cabo da enxada. Se era preciso quatro homens para espalhar manualmente o café em coco com os rodos tradicionais, a mesma quantidade poderia ser espalhada por dois homens, empurrando um carrinho cada ou por apenas um homem, se utilizasse a tração animal.

Embora tivessem sido implantadas essas novas técnicas que substituíam o trabalho humano na lavoura do café, o fato que na realidade provocou o êxodo rural entre as décadas de 60 e 70 foi a erradicação dos cafeeiros que se tornaram antieconômicos após as constantes geadas que acometeram a região. A migração do campo para a cidade não ocorreu pela mecanização da cultura do café e sim pela substituição dessa cultura pela cultura de grãos como milho, soja e trigo, totalmente mecanizada, dispensando a utilização da mão-de-obra. As únicas culturas que passaram a utilizar braços humanos, antes dedicados ao café, foram as do algodão e do rami, que não absorveram toda a mão-de-obra ociosa na época, obrigando-se, então, o excedente a migrar para as periferias das cidades.

A adaptação do migrante recém-chegado ao meio social se dá freqüentemente mediante mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes mais antigos. Isso significa que o lugar que o novo migrante irá ocupar na estrutura social já é, em boa medida, predeterminado pelo seu relacionamento social, isto é, por sua situação de classe anterior.

O modo como o migrante se insere na sociedade de destino tem sido explicado por meio de suas características individuais; assim a proletarianização dos migrantes de origem rural sói atribuir-se à ausência de qualificação profissional, ao analfabetismo, etc. Uma das proposições feitas, com grande freqüência, a respeito da migração na América Latina, é que ela contribui para formação de uma população “marginal” nos

lugares de destino. É preciso assinalar, desde já, que a “marginalidade” é, em geral, conceituada como não-integração na economia capitalista e não-participação em organizações sociais e no usufruto de certos serviços urbanos.

Essa gente migrou para a região de Londrina em busca da terra prometida, que tanto se propagava, em todas as partes do país e também no exterior. Muitos eram antigos colonos de fazendas de café de Minas e São Paulo, que durante anos e anos acumularam reservas em dinheiro sonhando um dia ter a própria terra. E esse tempo havia chegado. Deslocavam-se com toda a família e, gastando tudo o que tinham, compravam o pequeno lote de terras no eldorado cafeeiro. Depois era só trabalhar e com suor e persistência tinham a promessa de dias melhores. Outros, vindos principalmente do nordeste, atraídos pelas propagandas das terras férteis, cujo clima e localização eram ideais para o plantio do café, não tinham a quantia necessária para dar a entrada no lote, mas assim mesmo para cá se deslocavam com a família, na condição de colonos, com o objetivo de acumular o dinheiro necessário para tornarem-se proprietários.

... chegavam na região nos famigerados caminhões de pau – de – arara e logo se engajavam nas turmas de derrubada de mato para o plantio de café. Nesse trabalho que era rude mas de boa paga, conseguiam amealhar algumas economias, já com o objetivo de adquirir um lote da companhia. Quando suas economias atingiam um certo valor, procuravam um dos escritórios de vendas da

empresa colonizadora, e manifestavam desejo de comprar terras. (BARROS IN CTNP,1975, p.124)

Para obter um lote de terras na região mais promissora do país, a CTNP exigia do pretendente uma entrada imediata de 10% do valor da gleba e 20% após sessenta dias quando assinavam um contrato de compromisso de compra e venda com prazo de quatro anos para pagamento do restante, acrescido de juros de 8% ao ano. Dessa forma facilitada encontravam-se à venda lotes de 10, 5 e até mesmo 1 alqueire paulista, sendo portanto a propriedade da terra muito acessível. Tal plano de loteamento provocou uma verdadeira corrida de vários brasileiros que investiram tudo o que tinham na compra de um pedaço de terra.

PAYÉS (1984) refere-se a esse tipo de proprietário como “produtor simples de mercadoria” cujo capital é constituído pelo cafezal, instrumentos de trabalho e mão-de-obra familiar.

Referimo-nos a uma categoria de produtor que nasceu “amarrado” ao mercado capitalista, que se tornou proprietário da terra e cujo “capital” constituiu-se pelo cafezal, instrumentos de trabalho, carroças, burros, etc. e, ainda, pela própria força de trabalho da família, embora comprasse força de trabalho alheia, notadamente na época da colheita. PAYÉS (1984, p.27)

O autor caracteriza de “rush” populacional o fenômeno de migração ocorrido no norte do Paraná entre 1930 e 40, com maior participação de brasileiros, porém com uma variada gama de migrantes estrangeiros.

Em 26 de outubro de 1934, o Jornal *Paraná Norte* publicou uma propaganda da CTNP, informando que *em 1930 a população desta zona de terras era de “ninguém”, e que “HOJE” cerca de 10.000 pessoas habitam as terras da companhia, nas vizinhanças das novas cidades de Londrina, Nova Dantzig e Rolândia.* A matéria apresenta ainda um balanço dos lotes de terras vendidos pela companhia de Terras Norte do Paraná, apresentando as “eloqüentes cifras”:

LOTES VENDIDOS⁴⁶:
Em 1930 - 96 lotes
Em 1931 - 136 lotes
Em 1932 - 297 lotes
Em 1933 - 484 lotes
Em 1934 - 755 lotes em 9 meses
TOTAL= 1.768 lotes, até 1934

Os relatórios da CTNP, datados de 1935, 1938 e 1940, apresentam esse movimento migratório crescente de nacionais e estrangeiros representado pelos compradores dos lotes de terras.

Apresenta-se a seguir uma tabela que registra a nacionalidade dos compradores de terras da CTNP no período, demonstrando que os estrangeiros adquiriam mais lotes que os brasileiros.

⁴⁶ Jornal *Paraná Norte*, Londrina, 1934, v.1, nº 3, p.3

Tabela 1 – Compradores de Terras da CTNP – 1935 a 1940

Nacionalidade dos compradores De terras da CTNP	1935*	1938**	1940***	TOTAL
Alemães	479	510	526	1.515
Italianos		611	659	1.270
Japoneses	434	533	577	1.544
Espanhóis	216	303	340	859
Portugueses	186	218	252	656
Poloneses	98	193	205	496
Húngaros	75	138	148	361
Ucranianos	60	172	189	421
Tchecos – Slovacos	41	51	50	142
Russos	32	44	44	120
Austríacos	20	29	33	82
Suissos	19	34	30	83
Lituanos	15	21	35	71
Romenos	08	12	14	34
Yuguslavos	06	15	28	49
Ingleses	06	07		13
Outras Nações	21	32	36	89
Total de Estrangeiros	1.716	2.923	3.166	7.805
Total de Brasileiros	1.266	1.823	2.320	5.409
Total dos Compradores	2.982	4.746	5.486	13.214

FONTES:

* Relatório da CTNP - 1935 - Publicado no jornal “Folha de Londrina” - em 19/04/75

** Álbum do Município de Londrina (1938: 76)

*** Relatório da CTNP de 1940, IN CMNP (1975)

A tabela apresenta com a denominação “outras nações”, os compradores oriundos da Argentina, Síria, Dinamarca, Austrália, EUA,

Suécia, França, Bulgária, Bélgica, Noruega, Índia e Estônia, Liechtenstein e Letônia.

Percebe-se um aumento gradativo no interesse pelas terras do norte do Paraná nas décadas de 30 e 40. Em seis anos foram vendidos 13.214 lotes de terras, sendo 7.805 para compradores estrangeiros e 5.409 para brasileiros. Os estrangeiros que mais se destacaram na migração, através do deslocamento de mais de mil famílias de cada nacionalidade, foram os japoneses, os italianos e os alemães; estes últimos se instalaram na Nova Dantzig, hoje Cambé, e no Heimtal, hoje um distrito rural muito próximo à zona norte do perímetro urbano da cidade. Vieram ainda muitas famílias da Espanha, Portugal e Polônia.

Segundo entrevista realizada com Aristides Souza Melo⁴⁷, engenheiro representante da Companhia de Terras Norte do Paraná *até 31 de Julho de 1956 foram vendidos 430.945 alqueires, entre 29.466 compradores o que representou uma área média de 14,6 alqueires para cada lote de terras. Na ocasião a CTNP realizou um recenseamento e verificou que cada lote abrigava em média 4 famílias, encontrando a cifra de 120.000 famílias, calculando cerca de 700.000 pessoas residindo na zona rural das cidades do norte do Paraná.*

O plano de colonização da CTNP apresentava inúmeras vantagens para o progresso local e regional, além das possibilidades reais de se

⁴⁷ Londrina, *Norte do Paraná em Revista*, 1958, p..48-49.

adquirirem terras a preço baixo e de forma facilitada, num lugar onde estavam previstas vias de escoamento e comercialização da produção.

No texto escrito por ocasião da comemoração do seu cinquentenário (CMNP,1975), a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná define o seu plano de reforma como “reforma agrária, racional e democrática” por dar aos trabalhadores sem posses oportunidade de adquirir lotes agrícolas, de acordo com modalidades de pagamentos amoldadas aos desejos desses compradores.

Esse plano, na sua simplicidade, veio possibilitar a solução de um problema multissecular, qual seja, o do assalariado, descalço e prisioneiro de um sistema econômico que parecia inexorável, transformar-se em proprietário e mudar de categoria econômica e social da noite para o dia. (CMNP,1975, p.100)

As famílias dos imigrantes recém-chegados alojavam-se em ranchos de pau-a-pique situados no meio das matas e enfrentavam várias dificuldades de sobrevivência. As crianças, quando podiam, freqüentavam os bancos escolares⁴⁸. Passavam por dificuldades financeiras e até por privação de alimentos que eram racionados em suas casas.

ALMEIDA (1997, p.42-48) realizou um estudo sobre a sociabilidade e as representações das famílias que se instalaram no “Vale dos Alemães”, primeiro núcleo rural implantado pela CTNP em sua ação colonizadora, o patrimônio do Heimtal. Idealizado para ser uma colônia de

⁴⁸ As fotografias da época mostram que muitas delas não usavam sapatos; algumas usavam apenas um pé do calçado até que esse se gastasse totalmente para então usar o outro.

alemães o projeto original traçava as ruas, a igreja católica, a pequena escola, o campo de futebol e, ao redor, subindo as encostas do vale, os sítios de 5 a 15 alqueires adquiridos pelos imigrantes alemães e migrantes nacionais, vindos, no final de 1920, especialmente de Minas Gerais e São Paulo, e durante as três primeiras décadas de colonização da região. O patrimônio de Heimtal se tornou o principal elo de ligação dos sítios com a cidade de Londrina e o único centro de abastecimento da população rural da gleba.

Em 1932, quando os contornos do “Vale dos Alemães” já estavam definidos ... foi instalado, pela colonizadora, a oeste de Londrina e dela distante 25 Km, um outro núcleo de alemães, atual município de Rolândia... Ao contrário dos imigrantes de Rolândia que trouxeram algum capital por serem, na sua maioria judeus alemães e políticos perseguidos e refugiados do nazismo, as famílias alemãs que se fixaram no Heimtal chegaram com muito pouco dinheiro. Muitos eram de origem teuto-russa e já haviam passado pelas fazendas de café de São Paulo. (ALMEIDA,1997, p.111)

ALMEIDA (1997, p.102-117), analisou pelos depoimentos⁴⁹, que as primeiras famílias alemãs que chegaram ao Heimtal acreditavam na imagem da “Terra da Promissão” que a CTNP veiculava em suas propagandas. Essa imagem era construída com base na fertilidade da terra, no clima favorável à agricultura, na segurança de propriedade legal da terra, na existência de vias de comunicação com o Estado de São

49 A autora no caso em estudo, buscou dar voz às pessoas que percorreram a trajetória de migração para o norte do Paraná, trazendo à tona suas vidas, mostrando como o seu cotidiano também constituiu a história que, muitas vezes, é contada sem que sua presença mereça destaque. (ALMEIDA, 1997, p.2)

Paulo. Entretanto o imigrante era obrigado a conviver com a falta de infraestrutura e saneamento básico, estradas e habitações precárias, água de rios e poços artesanais, dificuldade de assistência médica, que resultavam num alto índice de mortalidade, especialmente entre as crianças.

A região onde se instalou o patrimônio era habitada por criadores de porcos, que mantinham, concomitantemente a essa atividade, a cultura de subsistência. Foi com esses posseiros e safristas que os alemães aprenderam a erguer os ranchos de palmito e as primeiras lições de sobrevivência na terra virgem. O palmito era ainda uma das fontes de alimentação do imigrante, juntamente com a carne de caça e a mandioca.

Adquiriram as terras férteis para o cultivo do café, mas não tinham nenhuma tradição no cultivo dessa planta, nem possuíam rendimento suficiente para pagar as prestações das terras adquiridas. Como as primeiras colheitas somente seriam possíveis após três anos do plantio, os primeiros imigrantes alemães do Heimtal, para sobreviver e pagar as prestações, plantavam poucos pés de café e preferiam criar suínos, plantar cereais, produzir leite, queijo, ovos, frutas e verduras para o consumo familiar e para abastecer os habitantes da cidade.

No final da década de trinta, foram atraídos para a região de Londrina e para toda circunvizinhança, incluído o patrimônio do Heimtal, milhares de famílias descendentes de italianos e ex-colonos de café, que pretendiam tornar-se pequenos proprietários dedicados à cafeicultura.

Estes novos sitiantes passaram a influenciar os alemães a intensificar o plantio de café, apesar de continuarem com as culturas e atividades de subsistência como produção de leite, hortifrutigranjeiros, batata, mandioca. Entre as fileiras de café eram plantados o arroz, o feijão e o milho.

Na expectativa de se tornarem pequenos proprietários de terra, os migrantes estrangeiros e nacionais estabeleceram uma organização de trabalho fundamentada na participação de todo o grupo familiar. As mulheres ajudavam nas plantações e nas criações, cuidavam da alimentação da família, faziam o pão, o sabão e costuravam. As crianças passavam o período da manhã na escola e o período da tarde na lida com as lavouras do café (limpavam as covas para o café crescer e na colheita apanhavam o café das ramas mais baixas). A unidade familiar funcionava como uma unidade de produção e reprodução, garantindo a reposição física da força de trabalho e assegurando as condições de produção nas propriedades e o pagamento das parcelas da dívida com a CTNP, a fim de garantir o título definitivo da propriedade da terra, concretizando o projeto de se transformar em produtores independentes.

Os estudos da autora demonstraram, no entanto, que, ao final da década de 60 ocorreu uma tendência ao empobrecimento das famílias que ocuparam o Vale dos Alemães. A representação do “Eldorado Cafeeiro” já não tinha o mesmo significado que nas décadas anteriores. As crises sucessivas da cafeicultura em decorrência das geadas e da

oscilação dos preços do café no mercado internacional, bem como as mudanças na política nacional e na ordem capitalista internacional, levaram à substituição da cafeicultura por novas atividades agropecuárias e industriais.

Essas transformações atingiram, também, os sitiantes do Heimtal, provocando mudanças em suas vidas. As famílias capitalizadas que haviam mantido seus pequenos sítios, os quais, pela própria dimensão do lote, eram inadequados para o plantio das culturas temporárias optaram pela horticultura (uva, pepinos, tomates, morangos, maracujá, etc.). Aqueles que conseguiram expandir suas propriedades dedicaram-se à plantação de soja, trigo e algodão e, destes, a maioria foi morar na cidade, administrando as terras com a ajuda de uma família assalariada que ficou morando no local. Os que, paralelamente à agricultura, desenvolviam outras atividades como o comércio, continuaram com o café, à espera de uma boa oportunidade para vender o sítio. Outros, ainda, venderam suas propriedades e compraram casas nos conjuntos habitacionais e nas vilas mais próximas ao Heimtal. Destes últimos, atualmente os mais idosos vivem dos aluguéis e da aposentadoria do Funrural e os mais jovens se integraram às atividades assalariadas na cidade.

Finalmente as famílias não proprietárias, cujos membros trabalhavam como colonos ou parceiros do café, tiveram que se adaptar às novas relações de trabalho. Ou integraram-se na hortifruticultura como parceiros ou tornaram-se arrendatários e passaram a trabalhar com culturas temporárias, conseguindo expressivas melhorias de vida. A maioria, porém, assalariou-se definitivamente, trabalhando como bóias-frias ou como operários do parque agroindustrial e da construção civil de Londrina, setores em expansão, na época, em resposta às necessidades de transformação da região e de produção de insumos para agricultura, bem como para atender às demandas crescentes de moradias por parte da população que migrava do meio rural para o meio urbano. (ALMEIDA,1997, p.195)

As primeiras observações desse estudo demonstraram que este núcleo formava um grupo de quatro troncos familiares compostos por membros da primeira, segunda, terceira, quarta e até quinta gerações, que mantinham entre si relações de parentesco, amizade e vínculos de trabalho. Enquanto algumas unidades domésticas ainda possuíam pequenas propriedades rurais, nas encostas do vale, adquiridas no início da ocupação do local, outras estavam ligadas às atividades agrícolas como arrendatários e assalariados. Com exceção de uma delas que ainda se dedicava à cafeicultura, todas as demais trabalhavam com a soja, o trigo e a horticultura. Foi possível perceber, também, uma tendência à proletarianização das gerações mais novas, em virtude da incorporação de muitos de seus membros no mercado de trabalho urbano, desenvolvendo atividades assalariadas no comércio, indústria e setor de prestação de serviços.

Na realidade, enquanto os proprietários e arrendatários possuíam um padrão de vida semelhante ao das classes médias urbanas, os outros, já trabalhando como empregados rurais ou urbanos, vivenciavam muitas dificuldades econômicas, sofrendo um processo de empobrecimento. (ALMEIDA, 1997, p.43)

O desenvolvimento da cultura do café implica desenvolvimento econômico para a região, mas, por outro lado, gera alguns problemas sociais referentes ao vínculo de trabalho, à manutenção da mão-de-obra

por ela utilizada, às condições de habitação, alimentação e conservação da saúde de grande número de trabalhadores. Os vínculos de trabalho nas lavouras de café se deram basicamente através do regime de colonato⁵⁰.

No caso do norte do Paraná, o regime de colonato mais adotado pelas grandes fazendas⁵¹ garantia, além do trabalho fixo e constante e a moradia aos trabalhadores e suas famílias, condições de produzirem grande parte dos produtos por eles consumidos na própria fazenda. Tinham o direito de criar pequenos animais como porcos, galinhas, marrecos, coelhos, podiam cultivar, para a subsistência, arroz, feijão, milho, entre as fileiras do cafezal ou em áreas destinadas a este fim pelos fazendeiros. Em algumas fazendas existiam açudes ou pequenas represas onde era permitida a criação de peixes e mesmo o lazer às famílias de colonos.

O regime de colonato que permaneceu nas fazendas de café até os anos 60s centrava-se na estrutura familiar do trabalhador rural. Interessavam aos fazendeiros as famílias numerosas que ofereciam mais

⁵⁰ O regime de colonato comporta geralmente três formas de pagamento: 1) fixo, por 1000 pés, sendo o colono obrigado a manter limpo e preparado o terreno para a colheita; 2) por dia de trabalho, para os serviços de poda, adubação, reparos no equipamento de produção, etc; 3) proporcional ao número de sacas colhidas". O salário assim recebido é complementado pela lavoura de subsistência concedida ao colono dentro das ruas do cafezal ou em terreno separado, pela criação doméstica, plantações nas linhas, café para o consumo, etc. O colonato configura-se como exploração tipicamente capitalista, na qual o fazendeiro é o empresário que assume todos os riscos do negócio. (DIAS, 1992)

⁵¹ As grandes fazendas de café tinham as colônias, que segundo DIAS (1992, p. 53), consistiam um conjunto de casas enfileiradas, o terreiro para secagem do café, as tulhas e as máquinas de beneficiamento, a capela e a casa da fazenda (sede do dono) . Abrigavam tantas famílias quanto o cultivo do café exigisse e nas colônias se desenvolvia uma trama de relações sociais entre elas.

braços para a lavoura. Para os colonos, o trabalho do café era um elemento catalisador dos diversos membros da família e o sentimento de pertencer à fazenda dava significado à sua existência.

O norte do Paraná foi colonizado numa época de plena expansão do capitalismo no Brasil, em que se somavam ao entusiasmo das representações do eldorado cafeeiro a plena comercialização e exportação tanto da madeira como do café. Ao mesmo tempo o país iniciava o ciclo de importação de tecnologia para “baratear” a produção agrícola.

De início, o principal meio de transportes foi a linha férrea cujos trilhos vinham da Inglaterra. A partir da década de 40 iniciaram-se as construções de estradas intensificando-se o tráfico do escoamento da produção em caminhões e de passageiros em ônibus. Na década de 50 foi a vez da pavimentação dessas estradas como, por exemplo, trecho que ligava Londrina a Apucarana que fazia conexão com a Rodovia Melo Peixoto, considerada de importância vital para a economia paranaense.

A mecanização da agricultura teve início em 1949, na Fazenda Modelo de propriedade da COLMESPA - Sociedade de Colonização e Melhoramentos do Paraná, fundada no município de Cornélio Procópio, pelos irmãos Charles e Roberto Naufal, filhos de sírios.

Um repórter da revista *A Pioneira*, entusiasmado, escreveu, em 1949: *Ao assistirmos ao trabalho dos três tratores - um HD.19, de 163 HP, dois HD.10, de esteira, de 101 HP - foi que podemos ver o*

rendimento e a perfeição do trabalho das máquinas. Uma área que trabalhada por dezenas de homens necessitaria de alguns dias para ficar em condições de ser arada, em poucas horas estava pronta, ocupando apenas três homens.

A mecanização da lavoura ganhou terreno no norte do Paraná principalmente na região de Bandeirantes, Santa Mariana, Andirá e Cornélio Procópio, onde se instalou uma concessionária da FORD, revendedora de tratores e implementos agrícolas.

Segundo ZANE (1997, p.10-13), com o início da colonização do norte do Paraná verificou-se uma acelerada devastação coincidindo, em 1935, com a abertura do mercado europeu ao pinho brasileiro, provocando as derrubadas das araucárias no centro sul. Até 1965, o Estado do Paraná havia perdido mais de 75% de sua cobertura florestal. E em todo o Estado um milhão de pessoas viveram do setor madeireiro.

A exploração das matas com a finalidade do aproveitamento da madeira, ou para permitir o avanço da lavoura foi muito intenso durante o século XX. Até 1963, 87.990 km² foram destruídos; apenas nas décadas de 30 a 50 desapareceram 49.199 km² das matas paranaenses.

Tal devastação trouxe como consequência outra ameaça à qualidade de vida da população, o nível do lençol freático baixou assustadoramente em todo o norte do Paraná ⁵². As fontes de água de

⁵² O Prof. Dr. Reinhard Maak, chefe do serviço de Geologia e Petrografia do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Paraná, proferiu palestra por ocasião do Simpósio de Reflorestamento, promovido pela Associação de Engenheiros Agrônomos do Paraná, realizado em 1952 na cidade de Londrina. Segundo o pesquisador o clima do Estado

Londrina diminuíram a sua produção de 1 milhão de litros diários, de anos anteriores, para 550 mil litros em fins de 1948 e para apenas 140 mil litros em 24 horas no ano de 52, quando a Cia de Terras contratou serviços especializados em perfuração de poços artesianos, para aumentar a capacidade de captação de água que fosse suficiente para o abastecimento da cidade..

A revista *A Pioneira* (1953, n.º 14) dedicada à cafeicultura no norte do Paraná e em Londrina apresentava *Um grito de Alerta aos cafeicultores*, publicado pelo Então Governador do Estado Munhós da Rocha e uma *Saudação do presidente do Instituto Brasileiro do Café do Paraná*, Mário Penteado de Faria e Silva. Ambos os artigos, embora exaltassem a produção fabulosa de café do norte de Estado, alertavam os cafeicultores sobre preservação da terra e das florestas, sobre controle de pragas e utilização de adubação.

O Governador lembrava as dificuldades por que passaram os agricultores após as crises tanto as de fundo comercial, armazenamento, transporte, escoamento e comercialização do produto, quanto as

que era sempre úmido, com chuvas em todos os meses do ano estava se tornando cada vez mais seco e com as precipitações cada vez mais irregulares. Períodos de chuvas torrenciais seguiam-se a períodos de secas prolongadas, embora a média de precipitações em 10 anos ainda poderia ser considerada normal. Essas chuvas torrenciais, além de incrementarem a erosão, não contribuíam para o enriquecimento dos lençóis de água subterrâneos, que de ano para ano diminuem de volume. "Os anos de seca deixam exaurir as fontes. Os anos muito ricos em chuvas, sem a antiga cobertura de mata, provocam forte escoamento superficial da água e enchentes catastróficas, sem suficiente acúmulo de água nas fontes. As reservas das águas do subsolo não cessam de diminuir com chuvas repentinas e fortes. O motivo destes acontecimentos é a destruição sistemática das matas, sem reflorestamento e sem deixar reservas de matas ou florestas de proteção para as fontes..." (MAAK, Londrina, Revista *A Pioneira*, 1952, p.4)

provenientes das intempéries do clima, das geadas, ou mesmo aquelas devidas à falta de conservação e recuperação do solo, qualificando de patriótica a tradição do café e a persistência daqueles que não abandonam essa cultura nas piores fases.

Na mesma edição da revista, o presidente do IBC - Instituto Brasileiro do Café - chamava a atenção dos agricultores para a adoção de “práticas evolutivas e aprimoramento técnico de defesa do solo, sementes selecionadas, adubação orgânica e química, colheita, tratamento e beneficiamento evoluídos, fazendas equilibradas, que fujam dos efeitos malignos da monocultura; conservação das áreas florestais e a proteção das nascentes e margens dos cursos fluviais; abolição de queimadas, controle sanitário vegetal; racionalização dos processos culturais que, pela mecanização, venham aliviar o esforço muscular; medidas de barateamento dos preços de custo, e muitas outras práticas que permitam uma existência estável à cafeicultura”

Para o historiador ARIAS NETTO (1993), existiram três momentos distintos da história regional. O primeiro, iniciou-se em 1930, com a ação colonizadora da companhia inglesa e se prolongou até 1945, aproximadamente, quando prevaleceu a imagem do Norte Novo do Paraná como “*Terra da Promissão*”. O segundo momento, que se estabeleceu de 1937 até o final da década de 60, quando predominou a identificação da região como a “*terra do café*” e do “*Eldorado*”, caracterizou pela expansão da cafeicultura, nas terras colonizadas, pela

instalação do Estado Novo, pela proclamação da Marcha para o Oeste, pela IIª Guerra Mundial e pelo fim do monopólio exercido pela CTNP com a sua conseqüente nacionalização. Em 1970 iniciou-se o terceiro momento, “o fim do Eldorado”, caracterizado por uma série de fatores, entre os quais a substituição do café por outras culturas de exportação (o trigo, a soja, o algodão, entre outras), a mecanização e modernização das atividades agrícolas, a reorganização do trabalho rural (a substituição do colono e do parceiro do café pelo assalariado e bóia-fria), o êxodo rural e o inchaço dos centros urbanos.

Quando, na década de 60 inicia-se o “fim do eldorado”, a erradicação maciça dos pés de café que cedeu lugar a outras culturas, as quais não absorvem igualmente a mão-de-obra braçal, provocou o final do regime de colonato nas grandes fazendas.

A substituição do café por outras culturas significou muito mais que a perda do trabalho assalariado para as famílias dos colonos. A família deixou de ser uma unidade produtora e as fazendas deixaram de servir de abrigo e convivência de várias pessoas que ali desenvolviam relações de amizade, compadrio e reprodução através dos casamentos.

DIAS (1992) estudou o enfrentamento das mudanças no processo de exploração agrícola pelos trabalhadores da cafeicultura no Estado de São Paulo e concluiu:

O trabalhar no café significava muito mais do que desenvolver as tarefas determinadas, significava ter o café como o principal componente de sua identidade,

enquanto trabalhador, enquanto pessoa. Sua família trabalhava com vistas a obter um resultado conjunto, relegando a um plano menor de relevância os ideais de ego individuais.

A participação de cada indivíduo na família estruturada nos moldes anteriores estava fundamentada principalmente no trabalho. Quebrado esse vínculo, as mudanças internas à estrutura familiar foram inevitáveis e a reorganização de seu modo de vida demandou toda uma gama de mobilizadores psicológicos para adequar-se à transformação. (DIAS, 1992, p.93)

A autora refere-se às mudanças no papel da figura paterna na decisão dos rumos a serem tomados pela família e ao papel da mulher, como responsável pela comida, roupa e manutenção doméstica, acumulando as funções de trabalhadora na época da colheita. Faz referência ainda aos laços de parentescos entre as famílias de colonos com os casamentos entre os filhos e ao modo de vida dessas pessoas regulado pelo “espaço do café”, pelo “tempo da florada” ou da “colheita”.

BASSANI (1999, p.44), que realizou seus estudos de doutorado sobre os “Núcleos de Assalariados Rurais Temporários”⁵³ surgidos a partir das mudanças nos regimes de trabalho no campo, explica que, no caso das pequenas propriedades, o trabalho era desenvolvido sobre a base

53 O autor entende por Núcleo de Assalariados Rurais uma categoria social em formação de trabalhadores itinerantes e intermitentes presentes em regiões de agricultura desenvolvida, em regiões que adotam culturas que utilizam, de forma mais intensa a mão-de-obra e outras em que seja possível o seu trabalho. Um espaço geográfico e social restrito, correspondente a uma ou mais ruas, geralmente um quarteirão de terra cedida pela prefeitura, localizado à margem dos distritos, onde não existe uma praça formal, tampouco posto de saúde, iluminação pública, apenas uma rede de água. Os barracos são idênticos e construídos precariamente, tendo por base sobras de materiais de construção e/ou simplesmente lonas plásticas pretas. Constituíam-se um espaço de moradia, de sociabilidade e possibilidade de organização. (BASSANI, 1999, p.27- 28)

familiar; utilizava-se mão-de-obra volante de trabalhadores recém-chegados à região, apenas na época de colheita.

Com a erradicação dos cafezais, estes pequenos sitiantes desestimulados, muitos endividados, iniciam o processo de venda das propriedades. As únicas alternativas que restaram aos trabalhadores rurais passaram a ser o trabalho volante no campo ou a migração para as periferias das cidades para inserção igualmente em trabalhos temporários.

Este processo, nos anos 60, apresentou uma outra forma de trabalho, antes da expropriação completa do trabalhador rural. Simbolizada pelo chamado camarada, era na verdade uma fase intermediária, tanto da relação de trabalho, como de tempo de transformação do colono da fazenda em Bóia - Fria, volante.

A situação ocorria da seguinte forma: após a negociação com o proprietário, alguns trabalhadores permaneciam na fazenda, residindo nas antigas moradas dos colonos, porém eles perdiam o direito ao cultivo da pequena parcela de terra. Nesta nova situação, somente dependiam de seu trabalho como assalariado, naquela mesma propriedade ou em outra. (BASSANI,1999, p.47).

Quando, em fins da década de 40 e nas décadas de 50 e 60 do século XX, os pequenos proprietários tiveram que vender suas terras e os antigos colonos tiveram que deixar a vida no campo e migrar para a cidade em busca de outra forma de sobrevivência, não foram tão bem recebidos como o foram quando aqui chegaram pela primeira vez na década de 30, cheios de esperança.

Seguindo a argumentação dos governantes do período, a elevação dos níveis de vida no Paraná, o tornavam atraente para brasileiros de diversas regiões, e as promessas contidas nos programas de divulgação mantidos pelo governo fortaleciam esta atração. Para o governador Lupion, o déficit populacional já constatado comprometia a produção, pois esta, na medida que se expandia, necessitava de novos contingentes de mão de obra.

Neste contexto, a política se direciona no sentido de atrair o migrante, ao mesmo tempo em que procura controlá-lo dentro das fronteiras da ordem. Esta ação contém elementos muito claros e apontam para uma dicotomia na visão que acompanha a análise e a concretização dos objetivos.

... “bons e maus elementos, atraídos os primeiros pela fama de fertilidade das terras roxas paranaenses e os segundos pela facilidade dos negócios aqui chegaram”. (Discurso de Moisés Lupion), citado por BUMESTER, Ana M. ° et al O Paranismo em questão: o pensamento de Wilson Martins e Tenistocles Linhares na década de 50. In SILVA, Marcos (cord.) República em Migalhas. História Regional e local. S. Paulo : ANPUH /Marco Zero / CNPq, 1990,. 146(...) recebemos esses irmãos do nordeste, embora sabendo que nossos problemas surgiram sob o ponto de vista sanitário.

Fica claro, pelo teor do pronunciamento, que os migrantes aqui chegados foram alvo de dois discursos. O primeiro voltado por considerações acerca da necessidade de sua presença no sentido de incrementar a produção; o segundo, envolvido pelos problemas sociais que poderiam advir com sua presença em massa, tendo como ponto de referência principal a figura do nordestino.

O discurso de Bento Munhós da Rocha op cit , p. 147– “Testemunhamos o surgimento do desnível econômico, inédito até então no Paraná, terra clássica da pequena lavoura de subsistência, com a avalanche da onda cafeeira que traz riquezas mas é acompanhada também por multidões de desajustados e doentes. Percebe-se a miséria que acompanha o progresso”. (ADUM,1991, p.183).

Esses ex - lavradores quando para cá vieram igualmente vieram para vencer, deixaram sua terra natal, sua cultura e trouxeram tudo o que

tinham, também as lembranças de seus países e apostaram em dias melhores nas terras férteis do norte do Paraná. Mas a esperança não se tornou realidade, e ao invés de vencer, foram vencidos e tiveram que abandonar o campo e migrar para a cidade.

Encontraram além de tantas dificuldades a falta de crédito para financiar as suas lavouras. Segundo o jornal *O Combate*, os financiamentos beneficiavam apenas os grandes proprietários.

EIS A VERDADE SENHORES.

Quando são desmascarados os falsos protetores da lavoura do Paraná – Os pequenos lavradores não conseguem empréstimos –

... Em estado precário, este humilde lavrador não conseguiu empréstimo no Banco do Brasil apesar de seus papéis em plena ordem .

... Desnutrido e desesperançoso este homem do campo assiste os latifundiários esbanjarem o dinheiro que o Banco do Brasil lhes emprestou⁵⁴.

A reportagem apresenta fotografias de lavradores vestidos simplesmente, com roupas velhas, em aspecto de abandono com outras de homens vestidos de terno, em frente ao Banco do Brasil, fumando charutos.

Os “bem-sucedidos” continuariam sendo produtores. E os pequenos lavradores por não terem acesso ao crédito agrícola seriam forçados a vender a propriedade para pagamento de dívidas e a

⁵⁴ *EIS A VERDADE SENHORES. O Combate*, 1958, Londrina, v. 9, jun.

lançarem-se novamente à sorte no “Eldorado Cafeeiro”, porém desta vez sem a posse da terra. Por fim, não restava outra alternativa aos pequenos senão transferir-se para a periferia da cidade.

Ocorre que não se trata de um processo simples de deslocamento geográfico do campo para a cidade. Segundo DURHAN (1973, p.137), a migração, nesse caso, consiste em abandonar juntamente com a terra todo um conjunto de relações pessoais permanentes que passam a ser esporádicas e integrar-se num conjunto de relações, que eram esporádicas e passam a ser permanentes. Trata-se do universo sócio-cultural do homem rural.

Nem todos os que se deslocaram para a região, no entanto, vinham para a terra prometida plantar o café.

Da. Odília Aparecida Negro Bergoc relata, em entrevista gravada para o Projeto CUCO – Projeto cultural Comunitário da Universidade Estadual de Londrina, que seu pai trabalhava no ramo de olaria no Estado de São Paulo. Seu irmão veio para Londrina em 1935 com a intenção de se estabelecer neste ramo, porém o barro daqui não era próprio. Então convenceu o pai a comprar uma máquina de beneficiamento de arroz.

... Eu nasci em 26 e vim para Londrina. Então para mim tudo era festa, diferente, bacana, interessante. Agora para meus pais a vida era bem difícil ...

... a casa era construída de palmito, era construção fácil e rápido de fazer. Não a fruta do palmito, aquilo que a gente como, a árvore do palmito. Então aquilo era partido no meio, ela é assim redonda e depois de partida ela aumenta bem. Ou então tinha aquela madeira marfim,

então eles faziam as casas cobertas de tabuinhas, porque a telha era muito difícil em Londrina, vinha de Ourinhos.

... Eu trabalhava muito, mas com o meu pai com minha família, na minha casa. Era fábrica de farinha, que meu pai montou, moinho de fubá, máquina de arroz, tudo isso e a gente trabalhava sempre junto.

... Ele emprestou dinheiro para comprar a máquina de arroz quando nós viemos para Londrina. E então teve que vender, para pagar a dívida, porque não conseguiu ganhar para pagar a dívida. Sobrou apenas o dinheiro exato que ele empatou em dois alqueires de terra.

... ele trabalhava muito, mas a gente se deu bem, nunca faltou nada na minha casa, mas rico, nunca ficamos. (BERGOC, 1998)⁵⁵

Novamente um exemplo de que a “terra prometida” não apresentava condições objetivas para o enriquecimento de todos que a procuravam em busca do desenvolvimento. Mesmo com muito trabalho e investimento de todo o capital, a família de Dona Odila teve que se descapitalizar e vender a propriedade para sobreviver e, mais que isso, não enriqueceu como acreditava quando para cá se deslocou.

Um outro caso de família que se transferiu para Londrina e logo mudou do ramo agrícola é o da família Sr Domingos Casoni que visitou três vezes a região, antes de adquirir os 2,5 alqueires paulistas da CTNP, próximos ao núcleo urbano.

A intenção de Domingos era de formar uma granja na terra adquirida, iniciativa logo abandonada quando se voltou a produção de frutas. .. No segundo ano, depois de sua vinda definitiva para Londrina, teve que modificar, uma vez mais, os seus planos por ter enfrentado dificuldades no pagamento do lote adquirido...Abriu mão do empreendimento rural e resolveu vender suas terras

⁵⁵ BERGOC, Odila. Londrina, 17, jun, 1998. Entrevista concedida ao Projeto CUCO / UEL.

em pequenos lotes urbanos, já que sua propriedade ficava próxima às primeiras edificações que dariam origem ao centro da cidade. (CESÁRIO et al,1987, p.11)⁵⁶

A Vila Casoni foi um dos primeiros bairros a se formar na cidade de Londrina, abaixo da linha do trem. Acima da linha situava-se o centro, planejado, com várias praças, edificações, ruas largas com muito movimento. Mais acima ainda, lá no espigão, situava-se a Avenida Higienópolis, local onde seriam construídas as melhores moradias, dos barões do café, das autoridades e dos profissionais liberais.

Na Vila Casoni as pessoas eram simples, antigos colonos que não conseguiram pagar os lotes rurais adquiridos da Cia de Terras, que vendiam suas terras para os maiores produtores e vinham para a cidade tentar a vida, ocupando-se no trabalho da construção civil, nas oficinas de consertos, carroças de aluguel, marcenarias, carpintarias, alfaiatarias, pequenos comércios. As mulheres também tinham que exercer alguma atividade que complementasse a renda familiar: costuravam, bordavam, produziam pães, doces e sabão caseiro; as moças empregavam-se no trabalho doméstico nas residências de famílias ricas.

A característica principal dessas casas dos pioneiros da Vila Casoni é a construção de madeira... A velha Casoni, um lugar de gente

⁵⁶ Projeto IPAC/UEL- Onde o Bairro é a Casa - Vila Casoni. 1987

simples, conservadora, direita, pobre, mas unida e que nunca vai desmanchar as casas ... (RUIZ, 1987, p.66)⁵⁷

ZANE (1989) desenvolveu estudos entre 1989 e 1997, sobre a arquitetura de madeira no norte do Estado do Paraná, pois, sabe-se, as primeiras construções nos núcleos urbanos e rurais foram erguidas em palmito, madeira lavrada a machado ou na serra manual portuguesa.

No início da ocupação urbana e rural, na década de 30, foram erguidas edificações precárias procurando atender as necessidades imediatas de abrigo, usando materiais ao alcance da mão. Os colonizadores não estavam preocupados de início, com a durabilidade da obra, pois, no primeiro ano cada um tinha que construir sua casa e plantar a roça, na zona rural; e na urbana o que construía de imediato tinha um desconto de 50% do valor do lote, erguia-se a casa provisória, sonhando em substituí-la por outra cômoda e compatível com a nova condição a ser conquistada.(ZANE,1989, p.27)

O autor atribuiu a predominância da arquitetura de madeira na região devido a três fatores: a abundância de madeira, a pressa dos pioneiros em se instalar e a grande quantidade de carpinteiros associados à facilidade e rapidez construtiva, tornando o preço das obras acessível à maior parte da população.

Eram casas de programa simples, e de no máximo 3 quartos, sala cozinha, área de serviço, sala e banheiro, que às vezes era um pequeno cubículo no fundo do quintal conhecido como "casinha"...perfeitamente adaptadas às condições locais, e conseguiram apesar das

⁵⁷ Projeto IPAC/UEL- Onde o Bairro é a Casa- Vila Casoni. 1987.

limitações resolver problemas de moradia tanto da média como da baixa renda da população.(ZANE,1997, p. 37)

Segundo ARIAS NETTO (1999, p.153), houve, entre os pioneiros de Londrina, os vencedores e os vencidos. As companhias imobiliárias, os grandes proprietários de terras e até aqueles que enriqueceram ilícitamente aplicando fabulosos golpes de terras, especuladores e mesmo alguns colonos que conseguiram acumular um certo capital com seu trabalho, consideraram-se vencedores. Mas houve aqueles que, seduzidos pelo otimismo da época, perderam suas economias adquirindo falsos títulos, além da grande massa dos trabalhadores rurais que não encontraram satisfatórias condições de sobrevivência no eldorado cafeeiro, sendo duramente explorados.

O desenvolvimento econômico, o crescimento e o aumento populacional da década de 50 tiveram como conseqüência a desestabilização do sítio urbano de Londrina, com a proliferação dos loteamentos, com o crescimento vertical, com as residências de luxo construídas em meio ao barro e aos casebres da população de baixa renda. De acordo com ARIAS NETTO (1993, p.180), desestabilizou-se conseqüentemente a vida social com o aumento do custo de vida, a invasão de vadios e malandros, a multiplicação das casas de jogos e de prostituição e de alguns grandes golpes de terras. Por fim, os equipamentos voltados para abastecimento de água e energia elétrica e

também os meios de comunicação, como transporte, telefonia e correios, tornaram-se insuficientes.

O Jornal *Folha de Londrina* publicava na década de 50 várias matérias que expunham a questão do processo migratório da zona rural para as periferias da zona urbana, conforme a visão dos moradores da cidade.

IMIGRANTES OU MASCATES?

Nossa cidade foi invadida por uma onda de mascates, entrados no país como imigrantes destinados à lavoura.

O fisco permite que exerçam a atividade de mascates, já que deles recebem taxas e impostos, dando-lhes respectivos alvarás. O próprio fisco auxilia tais elementos a burlarem a legislação de imigração.

*Vieram como lavradores e agora são mascates e o fisco endossa a burla. A quem apelar?*⁵⁸

Percebem-se duas diferentes visões sobre as expectativas e realizações daqueles que procuraram o “eldorado cafeeiro”. A primeira é a visão daqueles que não encontraram dificuldades para “vencer” na “terra prometida” e que, portanto, vivenciaram e desfrutaram do progresso da região. A segunda visão é a dos que igualmente para cá migraram, como os lavradores citados, mas que não conseguiram “vencer”, eram agora condenados a burlar as leis da cidade provocando a desordem.

A reportagem acima expõe o problema da migração como mal social que passou a abalar a estrutura sólida e pacata da cidade menina,

⁵⁸ IMIGRANTES ou mascates? *Folha de Londrina*, Londrina, 24, set., 1952

onde não existia a “desordem” que vieram a causar esses “invasores estrangeiros”.

O grupo interdisciplinar de pesquisa coordenado pela professora FERREIRA (1999, p.74) concluiu que no caso do norte do Paraná, as migrações populacionais rural-urbanas apresentaram fatores determinados pela apropriação concentrada da terra e de capitais, que possui uma relação direta com a modernização da agricultura ocorrida a partir dos anos 60. A pesquisa estudou o problema da fome⁵⁹ como problema social que possui uma relação direta com os processos de deslocamento e concentração populacional, processos esses que dizem respeito à migração rural-urbana.

2.3. Diferentes manifestações da pobreza em Londrina

O professor BARROSO (1956) escreveu que não existiam pobres na região onde se instalou a cidade de Londrina, até a década de 50.

⁵⁹ Baseada nas discussões científicas sobre a fome, a pesquisa cita que segundo BRUN (1985), no final do século XIX, o cientista Cornélius Walford apresentou à sociedade de Londres, dois importantes comunicados sobre a fome no mundo, nos quais analisava as causas de mais de 350 surtos de fome que haviam flagelado os povos ao longo dos séculos. Ele classificava como “causas naturais”, as secas, as inundações, o gelo, os tremores de terra, o tifo, os ataques de predadores (como as pragas de gafanhoto e os ratos), as infestações parasitárias, como a que destruiu as colheitas de batata na Irlanda em 1845-1847 e as “causas sociais” : guerras, baixa produtividade agrícola, a ausência de vias de comunicação, perturbação do comércio, especulação, desvio de cereais de consumo direto para uso em cervejaria. (FERREIRA,1999, p.68).

Região próspera, que acolhia a todos⁶⁰ que para lá se dirigem, menos os chamados “falsos pobres” que sobrevivem da “profissão de pedinte”, que lá não têm sucesso.

*... Aqui tudo tem valor, até uma casca de banana... Tudo Quanto se fabrica é logo vendido. Mas tudo isso com uma condição: sofrer a lama, a poeira, o corre - corre, a “exploração” e a vida cara. Ou como dizem os entendidos na arte “EXPLORAR E SER EXPLORADO”, regra esta, que o autor deste livro não aprova, de forma alguma.
... uma “profissão” quase desconhecida no Norte é a de “pedinte”. Ali esses falsos pobres passam mal, porque ninguém dá. “Vai trabalhar”... é a resposta. Quanto aos verdadeiros pobres, não existem porque semelhante à saúva, eles não vingam... exceto alguns casos... (BARROSO,1956, p.12-13)*

Se fizermos uma análise um pouco mais aprofundada do processo de migração que ocorreu na região, vamos encontrar um quadro menos entusiasmante.

Sônia ADUM (1991) estudou os aspectos considerados contrários às imagens de progresso, que se vinculam ao desenvolvimento regional, e avaliou os resultados de sua pesquisa intitulada “Imagens do Progresso: civilização e barbárie em Londrina, 1930 – 1960”, concluindo que nesse terceiro período, Londrina não é mais o “Eldorado”, mas o lugar onde convivem a pobreza, a riqueza, as vilas e as favelas de trabalhadores urbanos e bóias-frias, os prédios e as moradias de luxo, os shoppings, os

⁶⁰ Em sua obra, BARROSO expõe as profissões mais rendosas no Norte do Paraná, através de um abecedário resumindo-o como uma porta aberta para todos que ainda não perderam a esperança de se fazer na vida.

grandes empresários e comerciantes, a classe média, os universitários, os pivetes, os ladrões, as prostitutas e os marginais.

Londrina, fim da década de quarenta, início dos anos cinqüenta. Retrato de uma cidade que havia sofrido rápida transformação urbana. A população mais do que dobrara desde 1940. Entre 1950 e 1960 este movimento continuara acelerado, atingindo a marca, em 1960, de 134.821 hab. Cifra muito superior àquela de 30 anos atrás, quando o embrião da cidade não era mais do que um acampamento no meio da mata. Nesta década, processava-se também o início de uma inversão na proporção entre a população rural e urbana, quer dizer, um aumento da população urbana em detrimento da rural, movimento este que, a partir desta década, se tornará mais e mais significativo. A cidade passara a ser um ponto de atração maior do que o campo para os inúmeros migrantes que ali aportavam.

... Portanto, diante do quadro composto pelo acesso de migrantes de todos os “naipes” e pela ocupação indiscriminada e desordenada dos espaços da cidade, com todos os “dissabores” que tal processo acarretava, uma “nova ordem” deveria ser rapidamente estabelecida para conter em seus lugares os elementos que aportavam ...

O movimento da cidade era fervilhante, e o espetáculo da modernidade era registrado de maneira incansável pelos jornais, livros comemorativos, discursos, etc. Um censo seguia sempre marcando os números do progresso; edificações, números de passageiros, movimento da rodoviária, do aeroporto, da produção de café e etc., salientando sempre o crescimento e a riqueza da “cidade menina” ...

Todo este movimento do “moderno” e do “progresso” mostrava um dos lados da questão. A seu lado caminhava a “barbárie”. Junto dos prédios modernistas, uma profusão de novos bairros periféricos, sem nenhuma infra-estrutura, bem como a proliferação de espaços decaídos da cidade, causavam um “mal-estar na civilização”. A contrapartida dos marcos arquitetônicos modernos era, portanto, a grande quantidade de homens que chegava e se alojava em espaços periféricos, ou se amontoava em espaços “decaídos”.

Os números que se contavam, no caso, eram os da “barbárie”: de mendigos por metro quadrado, vadios, prostitutas, prostíbulos, pocilgas, pobreza, etc...

O discurso que acompanhava este processo estava carregado da dicotomia. Por um lado, o “discurso da felicidade” que apontava e exaltava o “progresso”, “foros de civilização” e o “espírito pacífico e ordeiro de seus cidadãos”. Por outro, o da “barbárie”, que chamava a atenção para a “pobreza”, “podridão”, “vício” e “invasão de estrangeiros”. (ADUM, 1999, p.158-162)

Os fragmentos escolhidos da obra da autora, deixam evidente que os efeitos da “questão social” haviam atingido o “eldorado cafeeiro”.

Considerando a pobreza uma categoria conceitual muito ampla, é preciso compreendê-la a partir de suas várias formas de manifestações ao atingir os diferentes segmentos da população da cidade, de acordo com as contingências vivenciadas por eles. Nesse sentido, as situações de pobreza que mereceram nossos estudos são as que se manifestaram: nas dificuldades de sobrevivência, dado o elevado custo de vida que trouxe a fome e as precárias condições de moradia; na falta de ocupação e trabalho que levaram as pessoas a perambularem pelas ruas buscando a sobrevivência através do mercado informal, do mercado ambulante ou da mendicância; no mercado ilícito do sexo praticado nas zonas de meretrício, onde imperava a exploração do trabalho das mulheres, o jogo proibido, o vício e a violência;

Desde o final da década de 40, já podiam ser percebidas as primeiras manifestações de pobreza nas periferias e no centro da cidade, pobreza que se intensificou nas décadas de 50 e 60, tendo como principal

causa o êxodo rural. Em conseqüência das fortes geadas que assolaram a região (a primeira em 1955) a cultura do café foi sendo abandonada. Alguns agricultores passaram a substituir as lavouras pela cana de açúcar e algodão, que ainda ocupavam mão-de-obra e seguravam o homem no campo. Enfim, com a geada de 1975, ocorreu a substituição quase que total dos cafezais por culturas de grãos como a soja e o trigo, que gradativamente foram sendo mecanizadas.

ROLIN (1988, p.119-131) centrou seus estudos sobre a cidade de Londrina, conhecida, nos anos 50, como a “capital mundial do café” a qual, com uma população superior a 100 mil habitantes, estava entre as 81 maiores do país. A cidade vivenciava os mesmos dilemas das áreas urbanas que haviam passado pelo fenômeno da urbanização, com o aumento da criminalidade, desajustes sociais, mendicância, jogo, prostituição, ameaçando a ordem e a segurança pública e privada. Os conflitos sociais eram vistos não como resultado das contradições latentes da sociedade, mas de desajustes individuais e passageiros, que mereciam vigilância e controle.

A existência de grande número de mendigos foi noticiada, em agosto de 1952, pelo jornal *Folha de Londrina*.

Cada dia que passa, mais crescente se nos apresenta o número de mendigos em nossa cidade. Londrina parece um asilo de inválidos.

Ontem tivemos a oportunidade de contar o número de pedintes, colocados na Avenida Paraná. Em três quarteirões contamos com a presença de 6 esmoleiros,

sendo que três deles são novos, chegados há pouco, atraídos pela fama que Londrina alcançou no que se refere ao dinheiro.

Aleijados, defeituosos, coxos e paráliticos, estendem pelos passeios, seus membros mutilados causando aspecto desagradável a todos que passam por suas imediações⁶¹.

Desagradável é a reação provocada pelos efeitos da pobreza nos transeuntes da cidade nas décadas de 40 e 50 bem diferentes das propagandas explícitas em vários dos veículos de comunicação do país, que apresentavam o norte do Paraná como uma terra promissora onde “o dinheiro corria solto”. Era natural que toda a propaganda atraísse além dos investidores, todos aqueles que estivessem à procura de uma condição melhor de sobrevivência, incluídos os mendigos.

Mas por que a miséria provoca uma reação desagradável nas pessoas? Porque ela está fora da ordem admitida como normalidade para o progresso tanto da cidade como das pessoas que nela residem. As mazelas sociais não são vistas com bons olhos pelo cidadão comum. Coxos, mutilados, e pedintes esfarrapados enfeiam os cartões postais das cidades em plena prosperidade.

MISÉRIA E VERGONHA.

*Estado desolador da infância desamparada –
Prolifera a mendicância, como classe sindicalizada –
Vícios e Crimes.*

O clichê ao lado retrata o estado da criança abandonada, em nossa cidade.

⁶¹ Jornal O Combate, Ago., 1952.

Enquanto aguarda freguês distrai-se com um revolver de brinquedo..

Amanhã, usá-lo-á, de verdade da maneira que aprendeu na senda do vício, da promiscuidade e da vergonha...

São quadros desoladores, que atestam o abandono criminoso, em que vive a infância abandonada, no revolto das ondas de uma vida atrabiliária, sem teto, sem pão, sem escola e sem assistência.

Dia a dia, o estado desolador em que se encontra a nossa infância, toma vulto e apesar de todos nós sabermos e sentirmos a gravidade do fato, o assunto continua à mercê do tempo, sem merecer a devida atenção por parte de nossas autoridades. Também, é motivo de vergonha o alastramento da mendicância, que está constituindo uma rendosa indústria para uns e, para outros, o único meio para sobreviverem, em virtude do estado de saúde, que os impossibilita de trabalhar⁶².

A mendicância de crianças também é registrada pelo jornal *O Combate* na época propagandeado pelo seu editor e proprietário Marinósio Filho como “um jornal cometa que só aparece na hora da Justiça”. Na reportagem citada, o jornal expõe a fotografia de um menino: uma criança que aparenta cerca de seis anos de idade estende a mão e recebe dinheiro de esmola de um adulto transeunte.

STOFFELS (1977) estudou a mendicância na cidade de São Paulo e concluiu que ela era uma forma de sobrevivência para uma parcela da população que sofria três formas de exclusão: econômica, sócio-política e psicossocial.

Econômica, que a torna resíduo de um determinado sistema sócio-econômico; sócio-política, que

⁶² MISÈRIA e vergonha, *O Combate*, Londrina, v.4, JUN.1955.

configura o pedido de esmolas como um desvio, e psicossocial pois os agentes são suscetíveis de possuir doença mental, traços anormais, personalidade anormal.
STOFFELS (1977, p. 238)

A autora estudou o comportamento de 20 mendigos que esmolavam na cidade de São Paulo, na década de 70, demonstrando que a sobrevivência nas periferias do tecido social torna os mendigos alvos de representações negativas ligadas à idéia de ociosidade e insanidade.

Por outro lado constata-se que na década de 50 do século XX a mendicância era sim um meio de sobrevivência explorada por falsos pobres, que, não raras vezes encontravam-se perambulando pelas ruas dos grandes centros, exercendo a “profissão” de esmolante, como um negócio altamente lucrativo.

O Jornal londrinense *O Combate*⁶³, realizou uma reportagem sobre a “proeza” da repórter Elza Bagatolli, que resolveu “ser mendiga por 90 minutos”, explicando que seria esta a forma por ela encontrada para “viver e sentir as tristezas que a vida escreve todos os dias”. Caracterizada de mendiga a repórter sentou-se nas escadarias das igrejas de Curitiba, capital do Estado do Paraná, e pediu esmolas cuja renda de Cr\$ 230,00 foi doada posteriormente à Casa do Pequeno Jornaleiro.

Um repórter londrinense repetiu a “proeza” da repórter Elza Bagatolli quatro anos depois, esmolando por três horas em frente à igreja matriz, trajando roupas femininas caracterizado como uma “velhinha

⁶³ Jornal *O Combate*, Londrina, v.10, 10, dez.,1959

decrepta e doente”. Arrecadou ele uma grande quantia que distribuiu entre crianças pobres e outros mendigos “verdadeiros”.

FALSO MENDIGO ERA REPORTER – 3 horas de mendicância Cr\$ 8.325,00.

Em nosso país, assistência social é burla, engodo, pilhéria – avalanche de mendigos toma o Brasil de assalto – esmolar hoje, é negócio rendoso. O falso mendigo na igreja matriz levantou em três horas, cr4 8.325,00 – métodos usados para pedir esmola...

... QUANDO O GOVERNO ACORDAR

Enquanto a assistência social em nosso país continuar sendo isto que sabemos o problema da mendicância prosseguirá crescendo e desafiando as autoridades e, o que é pior, criando verdadeiros parasitas exploradores do sentimento humano.

Quando o Governo acordar, o Brasil, também já virou mendigo⁶⁴

A prática da mendicância foi rigorosamente criticada pela imprensa que desmascarava os “profissionais da miséria”, “a indústria de esmolas”, chamando-os falsos pobres, que por própria culpa não procuravam emprego mas sim meios mais fáceis de sobreviver. Anúncios publicitários evocavam o combate à vadiagem, exaltavam o trabalho da polícia através das “batidas” que detinham os vadios como homens perigosos.

A miséria e a mendicância eram motivo de vergonha para o município de Londrina, e a infância abandonada a esmolar no centro da cidade representava, além disso, uma ameaça à formação de futuros cidadãos, que poderiam se transformar em marginais e criminosos.

⁶⁴ FALSO mendigo era repórter. *O Combate*, Londrina, v.8, mar.,1963.

A imprensa local denunciava e cobrava providências das autoridades.

*NA SENDA DO CRIME – Lamentável,
Constrangedor, Alarmante.*

O problema de crianças abandonadas em nosso município agrava-se de tal maneira, que já não é o mesmo caso que se verifica no resto do país. Aqui, o assunto está alarmante, constrangedor e lamentável. E mais lamentável ainda é a notícia de que nenhuma providência está sendo tomada no sentido de, pelo menos, minorar tão agravante situação. Enquanto o transvio de crianças assume proporções de estarrecer, discute-se na Câmara a doação de um estádio municipal a um time de futebol⁶⁵.

Nesta reportagem aparece a fotografia de dois “menores” com cerca de 12 e 14 anos com tarjas nos olhos, que foram presos em flagrante cometendo pequenos furtos na cidade.

A imprensa chamava a atenção da população e conclamava as autoridades a dar respostas concretas ao problema dos “menores abandonados” que em 1962 semeavam pânico na população, ameaçando a tranqüilidade das famílias londrinenses.

*BANDO DE MENORES DESAJUSTADOS SEMEIA
PÂNICO EM LONDRINA -*

O Descuido e Desinteresse das Autoridades, Face ao problema do menor abandonado, Geram Criminosos de Alta Periculosidade.

Vivem aos bandos, semeando pânico e exigindo o máximo de cuidado e vigilância nas residências, locais que num abrir e fechar de olhos, são visitadas e,

⁶⁵ NA senda do crime. O *Combate*, Londrina, v.5, Dez., 1956

conseqüentemente roubadas pelos ladrões meninos cujo número já é grande.

O fato apresenta-se sério com tendência para maior gravidade. As autoridades competentes não podem deixar este problema a mercê do tempo assistindo a tudo de braços cruzados, sem um movimento sequer, para combater o mal.

UM REFORMATÓRIO

Sabemos de uma associação que se destina a amparar menores. No entanto, - em matéria de filantropia as dificuldades são astronômicas – daqui queremos lembrar a construção de um reformatório nas cercanias de Tamarana, sob coleta pública.

Uma comissão de pessoas que desejem trabalhar com o objetivo único, de construir, para resolver, em parte esta calamidade pública que se agiganta⁶⁶

O problema toma proporções alarmantes e ameaçadoras à ordem e segurança da cidade. O jornal acusa a omissão do poder público enquanto enaltece as iniciativas do trabalho filantrópico desenvolvido pela sociedade civil que, embora insuficiente, desenvolve ações no sentido de controlar o “cancro”. Quanto à solução indicada, a reclusão: tirar as laranjas podres do meio das laranjas sadias para estas não serem contaminadas, e mais, colocar os delinqüentes em reformatórios bem distantes do centro da cidade. Excluir os excluídos deve ser o remédio para não contaminar a sociedade londrinense.

De acordo com ROLIN (1999, p.52), se em Londrina havia um movimento muito intenso de capitais, devido ao comércio cafeeiro e à especulação imobiliária, por outro lado era extremamente difícil ter acesso ao dinheiro. Podia ser através do trabalho assalariado, mas, pelos

⁶⁶ BANDO de menores desajustados semeia pânico em Londrina. *O Combate*, Londrina, v.7, mar.,1962.

indicadores sociais da década de 50, provavelmente a maioria das pessoas o adquiriam no mercado informal.

O comércio ambulante existia em toda a cidade, tendo como local preferido a estação rodoviária devido ao intenso fluxo de pessoas e passageiros que embarcavam e desembarcavam na cidade. Vendia-se de tudo: cortes de casimira italiana, pares de meia de náilon, doces e salgados. Muitos eram engraxates. Outra figura muito encontrada era a do vendedor de bilhetes, homem simples, portador de deficiências físicas, a serviço das casas lotéricas.

Londrina leva a mesma vida das outras cidades do Brasil. As nossas ruas estão repletas de tipos populares, o homem da rua, vendedor ambulante, casas suspeitas, menores transviados, tubarões insaciáveis, enfim, temos de tudo, que tem nas outras cidades.

...Sessenta vendedores de bilhete, aproximadamente, há em Londrina e todos ganham e vivem honestamente.

A reportagem apresenta nomes dos cambistas da época como: Roldon Fernandes e O Coringa.⁶⁷

Entre os focos da pobreza identificamos a violência e a prostituição que se tornou um mercado altamente lucrativo em Londrina nas décadas de 40 e 50 do século XX.

MARINÓCIO FILHO (1979) escreveu sobre os perigos, a violência e a forma encontrada pela polícia local para implantar a ordem na “terra prometida”.

⁶⁷ Reportagem publicada no Jornal *O Combate*, Out., 1952.

O governo sabia, Londrina, lugar perigoso. Havia muitos assaltos, pistoleiros e fugitivos de outras regiões. A terra era de ninguém. A lei, dos mais fortes.

Carregadores e trilhos avançavam, acompanhando o homem de machado em punho. Nordestinos chegavam às levadas. Cheios de esperança, "melhores dias". Sacos nas costas e os pés na estrada.

Londrina já mostrava sua força e o valor das terras corria o mundo.

"A nova Canaã"! "O dinheiro anda solto"!

A fama da "terra do dinheiro" trouxe também as primeiras messalinas. Ourinhos – SP teve participação decisiva no desenvolvimento de Londrina no setor da prostituição. Era mais fácil chegar-se aqui por aquela via. O tráfico era muito bem estruturado e vinham para cá dodivanas de toda parte. Ávidas por dinheiro.

... Todos os dias, por volta das 16 horas diminuía sensivelmente o movimento no bar Líder. Hora da chegada dos aviões. Nesses vôos chegavam mulheres "contratadas" para os cabarés da cidade.

... Um balaio de mulheres lindas e elegantes. A fina flor da prostituição de São Paulo e rio de janeiro que vinha alegrar as noites londrinenses.

Nessas alturas, cabaré virou boate e prostituta, bailarina de salão. As noites, dominadas pela experiência de Diana, Laura e Selma.

... Fim da madrugada... Rara vez que de manhãzinha não se encontrava um cadáver na rua.

Pistoleiros, bandidos, assaltantes e ladrões de outros lugares, confundiam-se com trabalhadores do nordeste que traziam apenas um mundo de esperanças. A polícia nada não podia fazer. Quatro "gatos pingados" para combater o banditismo de "coronéis capitães", latifundiários e, ainda, a fúria odienta dos pistoleiros profissionais. (MARINÓRIO FILHO, 1979, p.2-3).

Segundo LEME (2001, p.42) conforme aumentava o número de trabalhadores formais, crescia também o número de prostitutas na cidade. A maior concentração de casas de prostituição estava na Vila Matos.

A fama das casas da Vila Matos ou Vila Velha, como ficou popularmente conhecida, corria o país. A zona de Londrina foi considerada, nos anos 50 e 60, como uma das maiores do Brasil. Eram mais de 100 casas que ocupavam duas quadras fechadas e suas laterais, numa área de aproximadamente 60 mil metros quadrados. Bares, restaurantes, casas de shows, a Vila Matos tinha vida própria. Era a 'Babilônia' londrinense, com temperos de Sodoma e Gomorra, para desespero de religiosos e de muitos setores da sociedade que, mesmo distante, sonhavam com o fim daquele espaço imoral.

Com a primeira grande quebra na safra de café, em 1953, determinada pelo advento de uma forte geada, algumas das principais casas do meretrício, com a correspondente queda no movimento, começaram a se mudar, para outras cidades e Estados. Outras optaram por permanecer na cidade, porém de forma diferente. Construíram casas luxuosas, fora do perímetro urbano. Formando as chamadas 'chacarinhas', como o próprio nome sugere, construídas fora do perímetro urbano da época. Esta nova modalidade de casas garantia uma maior privacidade para seus clientes. As mais famosas foram as chácaras "escondidinho da Jô" e a da Selma, batizada de Diana".

...A Vila Matos manteve seu reinado na noite, até os primeiros anos da década de 60. Dois fatores foram decisivos para a sua decadência: a crise da economia cafeeira na região e o crescimento da área central da cidade. Estes fatores influenciaram no fechamento das casas do chamado 'alto' meretrício. A crise na economia da região refletia, automaticamente, na queda do número de clientes. (NEME,2001, p. 47-48).

Nas ruas, nas calçadas do mundo do prazer - ou "Zona Proibida" - mulheres se exibiam, com luxo e extravagância nas roupas e maquiagem, para seduzir os homens.

Nas boates, as mais finas e requintadas chegavam por vezes de avião e passavam temporadas em Londrina. Algumas das boates se destacavam como a Boate Colonial, onde se realizavam musicais

enquanto o jogo corria solto durante a noite, e a Boate da Jô, que empregava apenas mercadoria de primeira e gozava do beneplácito das autoridades.

Nos bares, bordéis, pensões e pequenos hotéis ou “casas suspeitas” se comercializavam quartos cobrados por hora.

As mulheres também procuravam o Eldorado Cafeeiro em busca do enriquecimento, do emprego fácil e bem-remunerado, dos clientes famosos e endinheirados. Muitas delas viveram aqui em Londrina o apogeu de suas carreiras. Outras, porém, vieram em busca do mesmo sucesso mas empobreceram como a maioria dos demais migrantes.

O Jornal *O Combate* (v.21, Out/1952, p.5) noticiou como manchete : *Mulheres Marcadas- Mariposas das asas queimadas algumas, viciadas na maioria – problema social que constitui cancro de difícil extirpação – enquanto a cidade dorme, a prostituição abre as asas, acompanhada no seu vôo pelo cortejo da depravação.*

A reportagem é de página inteira e levanta uma polêmica em torno da questão abordando opiniões contra e a favor. Enquanto há aqueles que consideram a prostituição um mal necessário para a época, há os que “bradam” acusando aquelas mulheres de fazerem opção pelos caminhos tortuosos da vida fácil ao invés de trabalhar dignamente, como lavadeiras, por exemplo.

Todas as partes da reportagem merecem destaque neste trabalho para explicar a prostituição como um dos efeitos da questão social na vida

dos londrinenses. A manchete é acompanhada de várias fotografias de prostitutas da época, cada uma acompanhada dos seguintes comentários para justificar a prática da prostituição como meio de vida: *...a necessidade, quase sempre desesperante, de sustentar filhos, por vezes de pais desconhecidos, e talvez aos próprios pais.... Uma vítima das circunstâncias: O marido tornou-se ladrão profissional e a ela competiu a manutenção dos filhos*⁶⁸...

As mulheres que não possuísem os dotes necessários para serem prostitutas, mas dotadas de outros atrativos, cantavam ou dançavam no mundo da prostituição de luxo ou então comercializavam seus corpos por baixos rendimentos no chamado baixo meretrício das ruas periféricas, à mercê de cafetões e cafetinas, freqüentemente hostilizadas por parte da polícia.

Havia ainda além de um alto índice de violência e espancamento, o consumo acentuado de substâncias tóxicas no mundo da prostituição. Muitas prostitutas chegavam a praticar o suicídio diante do mundo de opressão, miséria e brutalidade a que eram submetidas. Muitas delas eram presas.

A polícia foi aparelhada no governo de Hugo Cabral. Era então delegado de Polícia o Dr. Raul Vaz. Em 1948 iniciaram-se as famosas “batidas”. Soldados da Polícia Militar desfilavam pelas ruas impondo a

⁶⁸ MULHERES marcadas. *O Combate*, Londrina, v.2, Out., 1952, p. 5.

ordem, fechando clubes, proibindo bebidas alcoólicas nos prostíbulos e as prostitutas de circular pelas ruas.

As rameiras que iam surgindo no centro da cidade, imediatamente eram detidas e encaminhadas para a cadeia na rua Sergipe. Claro que eram recolhidas no xadrez. Umas trinta meretrizes foram recolhidas. Pernoitaram nas celas. Dia seguinte tiveram suas cabeças raspadas pelo sargento Marcelino, comandante do destacamento e carcereiro.

Londrina ficou abismada, de “queixo caído” e “cara no chão”. Manifestou-se contra a atitude do delegado... Acontece todavia, que o próprio delegado desconhecia o fato. Foi uma medida do próprio sargento Marcelino.

... Iniciaram uma campanha contra o delegado. Conseguiram sensibilizar o público.

... Programaram uma passeata em 1948, 9 horas de uma segunda – feira de Semana Santa.

... Todas as mulheres com cabeças raspadas. Na frente os jornalistas Ciro e Plaisant, iniciaram a marcha de protesto. Curiosos também participaram. O espetáculo foi dantesco. Um misto de agressão e desabafo.

Meretrizes desfilavam, passos lentos. Umas sérias, outras gargalhavam. Havia as que choravam.

A polícia permaneceu em seus postos.

A Avenida Paraná ficou apinhada de gente. A assistência delirava. Gritos, palmas e gargalhadas. O “puritano” repudiava. O “debochado” zombava. Algumas senhoras assistiam silenciosas e outras, se refugiavam nas casas comerciais. Lógico que houve senhoras que protestaram contra o espetáculo: “prostituta não tem vergonha”. “Isto não é gente”. “Que imoralidade”!

Este episódio ficou na história de Londrina como demonstração inequívoca do alto poder do silêncio. (MARINÓSIO FILHO, 1979, p.11)

Em meados da década de 50, a população, a imprensa, os grupos representativos do comércio e a sociedade londrinense exigiam que os poderes públicos reorganizassem a cidade.

As levas de migrantes contribuíram para o aumento do número da população de baixa renda o que passou a ameaçar a tranquilidade da cidade famosa pelo progresso

As situações de pobreza se manifestaram em Londrina desde a década de 40, no entanto a primeira grande concentração de pobreza constatada foi a “Vila do Grilo”. Trata-se da primeira favela de Londrina formada em meados da década de 50.

Em agosto 1956 o Jornal *Folha de Londrina* tratou pela primeira vez da questão da favela do Grilo⁶⁹, localizada na zona leste da cidade, em terrenos da antiga propriedade do japonês Waldomiro Orizawa, publicando fotografias do local com as quais apresentava a situação de precariedade em que se encontravam crianças maltrapilhas em lugares inadequados à sua sobrevivência. Acerca do problema, o jornal comenta que Londrina, como toda cidade que apresentava grande crescimento, já apresentava o fenômeno da favela, vista como a degradação da família pela degenerescência do lar, visto que a promiscuidade, a insalubridade, o vício, a ignorância e o senso de desamparo social acabam por gerar a revolta e o crime.

Em 1962, o jornal o Combate publicou uma reportagem apontando os aspectos deploráveis do local contrastantes com o crescimento da cidade .

⁶⁹ FAVELA dos abandonados, *Folha de Londrina*, Londrina, v.10, Nº. 1500, 15/08/1956.p.1 e v.13, Nº 1502, 18/08/1956.p.1

**VILA DO GRILO: DOENÇA, FOME, VÍCIO,
MISÉRIA E ABANDONO**

As nossas autoridades, parecem, que ainda não atinaram para um sério problema que, dia a dia, vai se agravando.

Estamos caminhando na mesma estrada que levou grandes capitais aos graves problemas sociais, e que, hoje ai estão desafiando a competência administrativa dos homens do poder.

Todos nós sabemos a gravidade do problema que representam as favelas e os favelados. Os exemplos estão nas metrópoles, onde o descuido das autoridades e falta de assistência social dos famigerados institutos, são os responsáveis diretos do crescimento desses núcleos e do nascimento de outros que, com rapidez assustadora, amplia-se de tal forma que o poder público se sente incapacitado para combatê-lo. É um péssimo exemplo. As cidades novas, através das autoridades competentes deverão ter cuidado maternal para este fato, afim de que mais tarde não sintam incapacidade para resolvê-lo.

O nosso município, infelizmente está trilhando o mesmo caminho, o caminho do descuido e da falta de assistência social. Já temos florescentes e prósperas favelas repletas de mocambos e malocas, plantadas em vários pontos da cidade, oferecendo perspectivas lisonjeiras de desenvolvimento, de crescimento e de agigantamento assustador.

Temos por exemplo a famosa Vila do Grilo. Que espetáculo desmoralizante para um município novo e rico! Há necessidade imediata da Câmara Municipal e da Prefeitura voltarem-se para a gravidade que o caso encerra e através da inteligência e boa vontade encontrarem solução condigna, para que, não soframos, em futuro próximo, do mesmo mal que aflige as grandes cidades.

O fato das favelas de Londrina está caminhando a passos largos para a insolubilidade e, não podemos prosseguir neste progresso assombroso, se temos as bases minadas por um cancro⁷⁰.

A reportagem apresentava fotografias revelando crianças enfermas, com fome, a miséria e o abandono do local da favela.

⁷⁰ QUEM será o pai da criança?, *O Combate*, Londrina, v.7, fev. 1962.

A favela “Vila do Grilo” localizava-se abaixo da linha férrea, na zona leste da cidade, não muito longe do centro. Embora o repórter atribua o aumento dos moradores da favela do grilo à falta de competência das autoridades londrinenses, há que se analisar este fenômeno como consequência natural do desenvolvimento capitalista no campo. Prova disso é que, com a crise do café provocada pela grande geada de 55 as favelas proliferaram em Londrina na década de 60.

A princípio, os favelados tinham origem rural, depois rural e urbana. Eram inicialmente “peões” e “volantes”. Na fazenda de café tradicional moravam no barracão. Passaram depois a diaristas e tinham de levar comida para o trabalho. A situação se agravou com a erradicação do café.(RIOS,1980, p.15).

Apesar de ter um crescimento econômico substancial, Londrina recebeu um fluxo enorme de migrantes que viviam numa situação de carência generalizada. Pessoas que vislumbravam uma nova oportunidade de sobrevivência na tão propagada “Terra da Promissão”.

MENDONÇA⁷¹ chegou à conclusão de que muitos dos trabalhadores rurais igualmente viviam em precárias condições, pois além de serem precariamente remunerados, sofriam maus tratos dos proprietários das terras. Submetidos a essa situação nos núcleos agrícolas, onde não se permitia sua fixação, pensavam em outras alternativas, como se aventurar em frentes pioneiras ou ir a busca de

⁷¹ Em artigo publicado no jornal *O Combate*, Londrina, v.10, jun., 1956.

algum ganho nas cidades, fixando-se nas suas periferias em condições insatisfatórias de moradia.

Aquelas famílias que conseguiram juntar algum dinheiro na roça, para vir se instalar na cidade, adquiriam pequenos lotes em bairros recém-formados. Segundo RIOS (1980), alguns políticos ou negociantes do ramo imobiliário adquiriam grandes extensões, loteavam-nas e vendiam pequenos lotes, em pequenas prestações a longo prazo. Foi o caso do Bairro Shangri-lá e do Jardim do Sol, cujos lotes eram pagos em 80 e até 100 prestações. A fim de saldar mais rapidamente a dívida, os novos moradores construía mais uma casa ou edícula no lote para fins de locação.

A proliferação desses loteamentos dava origem a favelas. Os barracos eram construídos de madeira, cobertos de telha. Os proprietários vendiam os barracos por um salário mínimo. Os terrenos eram divididos por cerca de arame, sem condições sanitárias satisfatórias. Os moradores utilizavam-se da água de poços perfurados em terrenos em que se criavam animais de pequeno porte. Na mesma área, faziam-se hortas, plantavam-se frutas, cultivava-se milho.

Na década de 50 já existiam 53 vilas espalhadas por diferentes lugares, nascidas das subdivisões de lotes em pequenos terrenos de baixo preço, formando um padrão periférico de moradia. Na conjuntura do pós-guerra mundial, a formação dos bairros de periferia, sem infraestrutura e a construção de casas próprias em lotes comprados à

prestação, foi a maneira que os segmentos populares encontraram para resolver seus problemas de moradia.

A partir da década de 60 e 70, com a substituição do café, mecanização das lavouras e concentração das terras, ocorreu a liberação de um crescente contingente populacional da área rural, que se dirigiu para a zona urbana incapaz de absorver toda a mão-de-obra, gerando uma população desempregada cuja miséria foi crescendo.

Nos relatórios da Prefeitura Municipal as prioridades de saneamento básico sempre foram para as regiões centrais da cidade. Nos loteamentos populares, por ficarem num plano secundário, era comum a falta de limpeza, de energia elétrica, rede de água e esgoto e pavimentação.

A tabela abaixo mostra que nas décadas de 50 e 60 ocorreu o fluxo migratório para a zona urbana do município.

Tabela 2 – População de Londrina – 1950 a 1964

/ ANO / POPULAÇÃO	1950	%	1960	%	1964	%
URBANA	17.395	31,8	56.287	56,8	57.248	59,9
SUBURBANA	15.700	28,8	17.823	18,0	32.540	21,5
SUB TOTAL	33.095	60,6	74.110	74,8	89.824	81,4
RURAL	21.492	39,4	24.984	25,2	20.547	18,6
TOTAL GERAL	54.587	100	99.094	100	110.371	100

Fonte: CODEPAR/CODEM, CURITIBA. Relatório “Londrina, a Situação 66”, quadro 32.

Percebe-se que, no período compreendido entre o início da década de 50 e o final da década de 60, a população rural do município diminuiu em número e em percentual em relação à população urbana. O crescimento da população urbana, naturalmente provocado pelo êxodo rural, demonstra por sua vez que essa população migrante não foi absorvida pela rede de empregos na zona urbana de Londrina. Isso se conclui pelo crescimento da população suburbana no período, ou seja, a população migrou para locais marginais da cidade, passando a residir em áreas não saneadas, sem infraestrutura suficiente, e até mesmo em ocupações urbanas e em favelas.

O mesmo relatório apresenta ainda índices da construção civil efetuada em Londrina na década de 60.

Tabela 3 – Tipos de construções em Londrina – 1963 a 1966

CONSTRUÇÃO / ANOS	RESIDENCIAIS	COMERCIAIS	POPULARES
1963	74	78	92
1964	81	100	157
1956	92	74	366
1966	43	65	200

Fonte : Relatório “Londrina Situação 66” CODEPAR/CODEM Quadro 28

Constata-se, ainda, um crescente número de construções *baratas* destinadas a abrigar as camadas empobrecidas que se transferiram para a zona urbana da cidade. São apresentados os tipos de construção

residencial, discriminando-se os tipos de construções chamadas “populares” das chamadas “casas finas”:

Tabela 4 – Tipos de construções habitacionais em 1966

TIPO DE CONSTRUÇÃO	%
CORTIÇO	3,3
BARRACO	0,8
BARRACO PRECÁRIO	9,2
BARRACO MODESTO	29,2
CASA POPULAR	56,7
CASA FINA	10,8
TOTAL	100

Fonte – Londrina Situação 66 - quadro 29 do mesmo relatório

Pode-se perceber que quase quarenta por cento das habitações construídas eram barracos e cortiços destinados a abrigar famílias empobrecidas com dificuldade de sobrevivência. Cinquenta e seis por cento das famílias tinham poder aquisitivo para comprar uma casa popular com condições mínimas de sobrevivência, enquanto apenas dez por cento da população tinha um alto poder aquisitivo para construir residências de alto padrão. O Quadro representa os números da concentração de renda da população

Esta questão está intrinsecamente vinculada à profunda mudança do quadro agrário regional, que segundo FERREIRA (1999, p.74) foi determinada basicamente pelas transformações ocorridas na estrutura fundiária e pela incorporação tecnológica no campo.

Entre as transformações que tiveram um reflexo direto na região de Londrina destacam-se:

1º - A implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, transformando as relações de trabalho e dispensando milhares de trabalhadores rurais das propriedades às quais estavam vinculados;

2º - A erradicação da cultura cafeeira, que era absorvedora de mão-de-obra;

3º - Introdução de tecnologias modernas na produção (máquinas e insumos modernos);

4º - O aumento da pecuarização e área de pastagem;

5º - A especulação de terras;

6º - Introdução da cultura de soja, que alcança preços no mercado internacional, em detrimento de outras destinadas ao mercado interno e à sobrevivência. (FERREIRA, 1999, p.74)

A pesquisa aponta que a soma desses fatores ocasionou o êxodo rural intenso e o aparecimento do trabalhador temporário na agricultura, também conhecido como “volante”, que passa a habitar a periferia do município de Londrina. Muitos deles ainda permaneceram no meio rural, junto aos patrimônios e 8 distritos rurais⁷² existentes.

A situação socioeconômica dessa parcela da população é retratada pela pesquisa.

As características desse trabalhador volante já são bem conhecidas: trata-se em sua maioria de trabalhadores que não possuem nem qualificação profissional, nem documentação legal, uma grande parte analfabeta e outros poucos com baixo grau de instrução,

⁷² Londrina possuía oito distritos rurais na década de 70: Warta, Lerrovile, Irerê, Paquere, Maravilha, São Luiz, Guaravera e Tamarana, tendo este último se tornado município em 1999. Quanto aos Patrimônios rurais ligados aos distritos somam-se 10: Taquaruna, Serrinha, Guairacá, Bairro dos Nogueiras, Barro Preto, Gaviãozinho, Três Bocas, Limoeiro de Baixo, Limoeiro de Cima, Venda dos Pretos, Heimital, Espírito Santo, Regina, Campo da Aviação Velha e Selva.

sujeitando-se a condições precárias de trabalho, transporte e salário. A diária desse trabalhador girava em torno de Cr\$ 150,00 cruzeiros reais, quantia esta que, ao final do mês não soma um salário mínimo.

Considerando ainda que isso não acontece em virtude de inúmeros fatores, como a pouca oferta de trabalho, a sazonalidade agrícola (as intempéries) e os acidentes de trabalho. Sendo assim, esse trabalhador e sua família passam a engrossar o contingente de miseráveis que povoam as áreas rurais, que plantam alimentos sem ter direito a eles, constituindo-se nos famintos da zona rural. (FERREIRA,1999, p.74-75)

ALMEIDA (1980, p.66) estudou a participação social dos operários de origem rural na área urbana de Londrina na década de 70 e comprovou que 59% da população pesquisada apresentou, como principal motivo que a levou a procurar a cidade como novo meio de vida, a situação de crise em que se encontrava a agricultura, agravada pelos problemas de geada e erradicação ou corte do café ou porque achavam que na cidade poderiam melhorar de vida.

Neste sentido, o migrante rural ao se instalar na cidade de Londrina, e no processo industrial (como operário), deve ajustar seu comportamento às novas condições de vida que lhe apresentam. De um lado, um novo tipo de organização de trabalho e de outro, um ambiente sócio-cultural diferente. Sua conduta deve ser redefinida, a fim de se integrar no novo esquema de vida.

... Em última análise, o homem rural tem seu comportamento econômico submetido nas relações sociais. Por isso, segundo Durhan, ao se trabalhar com a categoria "migrante rural" não se deve entender a migração como simplesmente um deslocamento geográfico, mas também como movimento no universo social dos indivíduos, pois, requer do trabalhador um tipo de qualificação mais ampla, que não aquela específica para o trabalho industrial, mas aquisição de normas,

valores, enfim, padrões culturais, a fim de orientar as novas relações sociais. (ALMEIDA,1980, p.41-43)

Seus estudos partiram da suposição de que o meio rural e urbano, apesar de possuírem características distintas, coexistem e participam de uma mesma realidade econômica, social e política, de acordo com as especificidades de colonização e desenvolvimento da região do norte do Paraná, e, particularmente, da cidade de Londrina. Concluiu, além disso, que o meio rural e o meio urbano, apesar de pertencerem a uma mesma realidade socioeconômica global, possuem distintos modos de organização social, decorrentes de uma divisão de trabalho entre estes e de uma especialização no processo produtivo da sociedade mais ampla.

Em levantamento realizado pela COHAB – Ld, no ano de 1970 já existiam 9 favelas em Londrina: Grilo, Bom Retiro, Esperança, Pito Aceso, Grilinho, Boa Vista, Novo Mundo, Vila Paulista e Marísia.

Segundo GAVETTI (1997, p.57), a densidade demográfica dessas favelas era de 5,6 pessoas, sendo 39% maiores de idade e 61% menores de 18 anos. Quanto à renda mensal⁷³, 31,42% das famílias recebiam em torno de um salário mínimo, ao passo que 35 % recebiam menos que R\$ 100,00 e cerca de 24% mais que um salário mínimo. A COHAB, recentemente implantada em Londrina, tinha como missão iniciar o processo de desfavelamento no município, tendo sido escolhida para primeira erradicação a favela do Bom Retiro.

⁷³ Tendo como referência-base o salário mínimo vigente na época de R\$ 120,00.

Assim é, que partindo dos levantamentos efetuados foi escolhida a favela do Bom Retiro.

A mesma foi escolhida entre outras existentes, por vários motivos:

- Dado o número menor de favelados, o que possibilitaria melhores condições para a experiência.*
- Por ser uma favela pertencente a um proprietário particular que explorava o aluguel dos barracos ou cortiços.*
- Por estar completamente desprovida de água ou qualquer outro princípio de higiene.*
- Por se encontrar nas proximidades de um terreno que necessitava a atenção dos poderes constituídos para sua higienização e saneamento. (GAVETTI,1997, p.58)*

O agravamento da questão social de acordo com LOLIS (1993, p.54), ocorreu na década de 80. No início, desde a década de 50, registram-se pessoas e famílias recém-chegadas à cidade que, sem a mínima condição de se instalarem em uma moradia digna, e sem trabalho fixo, começam a se concentrar em ocupações de terrenos na periferia da cidade. Em 1980 a cidade, contava com a cifra de 18 mil desempregados, número que se elevou para 30 mil em 1992.

A população residente em favelas, assentamentos e favelas urbanizadas em Londrina no ano de 1979, era aproximadamente de 8.153 moradores distribuídos em 13 áreas⁷⁴. Em 1987, no mês de janeiro a situação era: 7 favelas urbanizadas, com divisão de lotes, água e luz, 1 delas com rede de esgoto, num total de 505 unidades; 5

⁷⁴ Foram consideradas as denominações da COHAB e SEPLAN/PML, segundo as quais favelas eram aquelas ocupações em terrenos irregulares, públicos ou privados, acima de 10 habitações; núcleos de favela, também irregulares, abaixo de 10 habitações; assentamentos, nos casos de remoções de favelas e assentamentos de famílias de outros locais, sejam elas das próprias favelas removidas ou de sem – teto e sem – terra e; favelas urbanizadas, que são aquelas divisões de lotes, arruamento, água, luz, etc.

assentamentos com construção de casas, asfalto, água, luz, 1 delas com rede de esgoto, num total de 905 unidades. Mesmo com essas melhorias as condições socioeconômicas continuaram precárias devido ao desemprego, baixos salários, discriminação social e baixo nível de escolaridade.

A situação dessa população no ano de 1989, ainda era de 625 unidades distribuídas em 9 favelas, segundo pesquisa realizada pela COHAB-LD e PML. (LOLIS,1999, p.56-57)

A pesquisadora explica que, segundo a COHAB-LD, até 1982 a maioria da população das favelas era da zona rural. A partir de 1983, com o agravamento da crise econômica do país, essa população passou a ser aquela que pagava aluguel e não passava pelos critérios exigidos para realizar financiamento da casa própria.

O empobrecimento da população de Londrina foi progressivo até os dias atuais conforme constatado pela pesquisadora FERREIRA (1999, p.67): *Nessa pesquisa sobre Mão-de-obra (1983), havia 7.500 pessoas residindo em habitações precárias (favelas), e, hoje, dez anos depois, a população favelada é de aproximadamente 20.000 pessoas representando mais de 140% de crescimento.*

FERREIRA realizou duas pesquisas: “Mão-de-obra de Londrina” em 1983 e “Bolsões⁷⁵ e pontos de pobreza em Londrina”, em 1998.

Na última pesquisa, que retrata a realidade de pobreza em Londrina na década de 90 do século XX, foram localizadas 34 “áreas de

⁷⁵ A expressão “bolsões de pobreza” foi utilizada pela pesquisa para indicar os locais onde se concentravam os aglomerados de pessoas identificadas como as de mais baixa renda e as mais carentes do município.

pobreza” e 20 pontos de “pernoite” na área central, totalizando aproximadamente 20.000 pessoas, das quais, cerca de 14.300 em estado de pobreza absoluta⁷⁶, representando cerca de 4% da população urbana. Na área rural a população pobre totalizava 4.500 pessoas. A pesquisa concluiu ainda que apenas 22,82% da população londrinense recebia acima de 3 salários mínimos, o que demonstra uma alta concentração da renda municipal.

O Maior “bolsão” – que será denominado de “bolsão A” – localizado no Setor Sul-sudeste da cidade no contato entre a área urbana e rural da cidade é constituído de seis núcleos de população carente, denominados de: Franciscato I, Franciscato II, Novo Perobal, Núcleo cristal, Núcleo Jardim Itapoá e União da Vitória I,II,III e IV. Nesse “bolsão” residem cerca de 9.300 pessoas: trata-se de um “bolsão” de assentamento recente, iniciado na década de 80, mas o maior núcleo desse “bolsão”, denominado União da Vitória, começou a ser povoado de forma mais intensa no início desta década de 90. (FERREIRA,1999, p.72-73).

Considerado pela pesquisa como um núcleo bem carente, o União da Vitória é o maior assentamento populacional de Londrina, onde residiam cerca de 8.000 indigentes que apresentam carência alimentar, educacional e sanitária. Além delas, o índice de desemprego atingia mais de 50% dos chefes de família.

Os demais “bolsões” identificados foram o Quati, “bolsão B” no setor norte, com nove núcleos onde residiam aproximadamente 3.700

⁷⁶ Como pobreza absoluta foi considerada a condição de indigência, ou seja, estado habitual de privação da condição social, que se refere aos bens necessários à manutenção da vida.

pessoas e o “bolsão C” no setor leste aglutinando 3.000 pessoas carentes.

A pesquisa localizou ainda alguns pontos isolados de pernoite da população *sem teto*, que chamou de “áreas de pobreza urbana”, em praças públicas, construções abandonadas, calçadas, marquises, em baixo de viadutos, onde faziam sua morada famílias inteiras, adultos e crianças desagregadas de suas famílias.

Durante cerca de 30 dias, foram cadastradas aproximadamente 70 pessoas, nesses “pontos de pernoite”. Algumas famílias dessa população, em passado recente, já conseguiram pagar aluguel na cidade de Londrina, residindo na Vila Nova, Vila Casoni, ou em alguma área periférica da cidade, segundo depoimentos coletados; outras procederam de áreas rurais próximas ou distantes de Londrina.

Foram encontrados alguns profissionais como encanadores, carregadores profissionais, pedreiros, serventes, ex-empregadas domésticas com carteira assinada, papeleiros, ajudantes de serviços gerais nas feiras da cidade, ex-trabalhadores na cafeicultura, ex-vendedores com carteira assinada, ex-trabalhadores das transportadoras locais, com carteira assinada, ex-trabalhadores em empresas de construção, como a “Tend-Tudo”, ex-trabalhadores em chácaras na cidade, etc. (FERREIRA, 1999, p.73).

Constata-se, portanto, que paralelamente ao progresso caracterizado pelo “Eldorado Cafeeiro”, ocorreu a pauperização de parte da população de Londrina, na sua maioria de origem rural, proveniente das extintas lavouras de café ou ainda dos processos migratórios em busca de melhores condições de vida. Para essas parcelas da população

que se tornaram marginais ao desenvolvimento socioeconômico regional o “Eldorado Cafeeiro” não se concretizou, uma vez que não encontraram a “Terra prometida” que tanto procuraram. Voltar às suas terras natais também não era mais possível porque não existiam recursos para o deslocamento da família e permanecia a dúvida se em suas terras de origem encontrariam trabalho e condições de sobrevivência. Ficar significava viver sem dignidade, em condições de pobreza, sem esperança de trabalho e, em muitos casos, perder até mesmo a identidade.

CAPÍTULO III

ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS POBRES EM LONDRINA - AÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

As ações realizadas pela sociedade londrinense, para atender à pobreza do Município, desenvolveram-se conforme ela foi se manifestando, desde o início da colonização do norte do Paraná até a década de 80 do século XX.

O primeiro Natal dos Pobres foi realizado em 1936, quando o Município completava seu primeiro aniversário. Desde a década de 40 a sociedade civil iniciou a construção da rede de serviços assistenciais destinada a atender as necessidades da população pobre, que, em fins da década de 80, superava o número de 140 instituições entre entidades, associações caritativas e filantrópicas.

Este capítulo identifica como se deu a implantação dessa rede assistencial em Londrina, evidenciando as ações do poder público e da sociedade civil no combate à pobreza.

A assistência social no Brasil, no período em foco, caracterizou-se como prática desenvolvida prioritariamente pela sociedade civil e regulada pelo Estado, o qual se colocou como subsidiário das ações criando organismos reguladores nas três esferas de governo, tendo assumido o cunho filantrópico e assistencialista.

Para compreender a realidade local inserida no contexto regional, nacional e mundial, a análise inicia-se pela investigação da temática da assistência social na historiografia, ressaltando a realidade brasileira desde o período colonial, quando as ações assistenciais assumiram o caráter caritativo, até a promulgação da Constituição Federal de 1988, que define a Assistência Social como política pública de seguridade social.

A assistência aos pobres e desamparados no século XII constituía-se das confrarias de caridade movidas pelo espírito de realização das Obras de Misericórdia⁷⁷ organizadas por sociedades de socorros mútuos. *As chamadas obras de misericórdia eram em número de 14, sendo sete espirituais e sete obras materiais.* (MARCILIO, 1997, p.51).

⁷⁷ Os vocábulos de raízes latinas Miserere & Cordis, significam “dar seu coração a outrem”, “doar amor aos carentes” ou “doar a quem necessita”

A prática da misericórdia⁷⁸ foi adotada pelas ordens religiosas católicas e se tornou dever dos cristãos quando a Europa foi duramente castigada pela tríade fome, peste e guerra no período compreendido entre os séculos XI e XV. Os monarcas e a população criaram e desenvolveram uma consciência de solidariedade e assistência social.

Segundo MARCILIO (1997, p. 51-76), uma dessas confrarias, a do Santo Espírito, nasceu em Montpellier, no sul da França, fundada pelo frei GUY em fins de 1160, junto ao hospital para assistência aos pobres, peregrinos, doentes e expostos. Em 1201, o papa Inocêncio III, chocado com o número de bebês encontrados mortos no Tibre, transferiu essa irmandade para Roma, criando o Hospital Santa Maria destinado a acolher as crianças abandonadas nas “rodas de expostos” e assisti-las .

No Hospital de Roma, que recebia pobres, peregrinos doentes e leprosos, entravam os expostos, através de uma roda, com um pequeno colchão, onde se depositavam os bebês, estando rigorosamente vedada a busca de informações sobre o expositor.

O nome da roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou

⁷⁸ Em edição comemorativa aos 50 anos da Santa Casa de Londrina, o jornal Folha de Londrina publicou: *Foram consideradas como obras espirituais: ensinar os simples, dar bom conselho a quem pede, castigar com caridade os que erram, consolar os tristes e desconsolados, perdoar as injúrias recebidas, suportar com paciência as deficiências do próximo e rogar a Deus pelos vivos e mortos. Foram consideradas obras corporais: remir cativos e presos, visitar e curar enfermos, cobrir os nus, dar de comer aos famintos e pobres, dar de beber aos que tem sede, dar pousada aos peregrinos e pobres e sepultar os finados.*(Jornal Folha de Londrina, Londrina, 20/10/1990, p.4)

rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado.

A origem desses cilindros rotatórios de madeira, vinha dos átrios ou vestíbulos de mosteiros e de conventos medievais, usados então como meio de se enviar objetos, alimentos e mensagens aos seus residentes. Rodava-se o cilindro e as mercadorias iam para o interior da casa, sem que os internos vissem quem as deixara. A finalidade era a de se evitar todo contato dos religiosos enclausurados com o mundo exterior, garantindo-lhes a vida contemplativa escolhida. (MARCILIO, 1997, p.55)

Em Portugal, segundo a autora, a ação decisiva de criar instituições de assistência direta a crianças abandonadas partiu das mulheres da alta nobreza, infantas e rainhas. Em 1273, a rainha Dona Beatriz, esposa de Dom Afonso II de Castela, sensibilizada com a dramática situação dos bebês órfãos e abandonados, que muitas vezes morriam ao relento, sem assistência e sem batismo, fundou o hospital dos meninos órfãos de Lisboa, destinado a recolher os expostos e velar pelo seu bem-estar físico e moral, preparando-os para ganhar seu próprio sustento, na juventude.

Durante toda a Idade Média a assistência aos pobres foi desenvolvida, prioritariamente, pela Igreja Católica. O advento do cristianismo modificou a idéia de caridade tornando todos os homens iguais e irmãos entre si, independente de sua raça, cor, nacionalidade e cultura. A Igreja criou os “diáconos” encarregados dos bens materiais da Igreja, a quem competia recolher e distribuir os auxílios arrecadados através das “esmolas” e coletas. Criou ainda a figura das “diaconisas”;

geralmente mulheres viúvas, piedosas e modestas, que com tradicional boa vontade prestavam socorros, visitavam enfermos e cuidavam de crianças abandonadas. Junto aos mosteiros funcionavam os dispensários, os hospitais, os leprosários, os orfanatos e as escolas.

As grandes ordens religiosas, que se dedicavam principalmente à vida contemplativa e ao ensino, segundo VIEIRA (1978, p.21), passaram a subsidiar as obras sociais mantidas à sombra dos conventos. Surgiram ainda congregações religiosas destinadas especificamente à assistência aos pobres uma vez, que os males sociais eram enormes naqueles séculos provocados pelos flagelos das guerras, da fome e das epidemias.

Além disso as corporações de ofícios e as confrarias leigas ou irmandades, que floresceram principalmente na Espanha e em Portugal, instituíram vários sistemas de auxílios mútuos para seus membros.

A contar do século XVI, a Comuna de Nuremberg de Paris instituiu o “Pão dos Pobres” em 1552 e organizou os “Bureaux des Pauvres” em 1544. Foi o início das preocupações governamentais com a assistência aos pobres.

Na França, no século XV em meio a vários conflitos políticos, guerras religiosas e decadência das instituições caritativas, surge a figura de um dos Santos católicos que mais representou a idéia da caridade: São Vicente de Paulo. WILLIGAN e FOURASTIÉ (1983, p.5) explicaram que o Papa Pio XII enfatizou que São Vicente era um homem em que a fé sobrenaturalizava a bondade da alma, no qual a caridade de Cristo

estimulava a fé, e no qual a fé e a caridade combinavam para conquistar o mal pelo bem e operar milagres para o alívio de qualquer calamidade e miséria humana.

A primeira legislação direcionada ao controle da pobreza foi a Poor Law, promulgada pela Rainha Elizabeth I da Inglaterra, em 1601, que determinava que cada município deveria dar conta de assistir os seus pobres, controlar a distribuição de esmolas e refrear a vadiagem.

Selma SCHONS⁷⁹ (1999, p.63-100), fundamentando-se no pensamento de MARSHALL (1967), POLANYI (1980), ROSANVALLON (1984), BOBBIO (1986) e THOMPSON (1988), o surgimento da lei dos pobres na Inglaterra em fins do século XVI e início do século XVII. A Poor Law de 1601, também chamada de “elizabethana”, ditou os pontos norteadores da assistência aos pobres, instituiu uma taxa a ser paga para o benefício⁸⁰ dos pobres e um subsídio em dinheiro. A assistência era de responsabilidade local e geralmente toda a carga de satisfação das necessidades básicas do crescente número de pobres, bem como a repressão à ociosidade, e a preservação da ordem recaía sobre as paróquias, responsáveis pela arrecadação de taxas e impostos.

⁷⁹ A autora é assistente social e defendeu dissertação de mestrado junto a PUC – SP sobre o tema Assistência Social entre a ordem e a “des-ordem”, na qual aprofunda seus estudos sobre a POOR LAW, também chamada de elizabethana, criada em 1601 e a sua reforma em 1834, norteadas pelo liberalismo clássico.

⁸⁰ Constituindo na observação crítica de BOBBIO (1986, p.405) muito mais numa tentativa de eliminação da pobreza, uma vez que toda comunidade que tinha que tinha que prover o sustento de seus pobres, procurava, na realidade expulsá-los e deixar entrar nele apenas o menor número de pobres possível..

À medida que a Revolução Industrial se consolidava, tinha como consequência contradições que traziam desordem pelas condições de maior pobreza dos trabalhadores na Inglaterra. Houve a necessidade de intervenção do Estado, na tentativa de sua minimização, sobretudo no final do século XVIII e início do XIX, através da reformulação da lei dos pobres – “Poor Law Reform”. A Nova Lei dos pobres, promulgada em 1834 foi considerada pela autora como a gênese da assistência pública, embora sob o estigma de serem seus destinatários apenas aqueles que desistiam de lutar (velhos, doentes, preguiçosos).

Os estudos de SCHONS (1999, p.63-100) explicam ainda o período do liberalismo clássico, que abrange praticamente todo o século XIX, relacionando a Lei dos Pobres com a Lei do Mercado, até os fins do mesmo século, quando ocorre, pela ordem vigente, uma “autorização” do Estado chamado de “Estado de Bem-Estar Social”, a desenvolver uma legislação de seguridade social para garantir a cidadania pela afirmação dos direitos sociais.

3.1. A assistência aos pobres na historiografia brasileira

A questão da assistência aos pobres foi tratada com pouca profundidade na historiografia brasileira, mas é possível relacioná-la às

diferentes concepções de pobreza, de acordo com as diferentes visões de mundo dos atores que a praticam.

Segundo MARTINS (1996, p.58–64), no período colonial, as ordens religiosas prestavam ajuda à população pobre. Às instituições caritativas, mosteiros e conventos⁸¹ mantidos pela Igreja Católica, permitia-se, a partir da visão piedosa da pobreza, o recolhimento de esmolas dos fiéis distribuídas como ajuda aos pobres. Não era a Igreja que assumia diretamente a assistência, mas as irmandades e congregações. De acordo com a historiadora, tanto as esmolas quanto o atendimento prestado por aquelas instituições fundamentavam-se em uma visão caridosa da pobreza, concebida como um fatalismo e norteadas por princípios cristãos, segundo os quais o pobre era visto como representante de Cristo na Terra.

O trabalho desenvolvido pela primeira Santa Casa de Misericórdia fundada em 1599 era realizado através de visitas domiciliares às casas dos pobres para distribuir esmolas e atendimento aos doentes através do tratamento e hospitalização. A historiadora MESGRAVIS (1976) explicou as atividades desenvolvidas pela Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, no período compreendido entre 1599 a 1884. Nos séculos XVI e XVII era denominada Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e somente a partir do século XVIII se tornou um hospital.

⁸¹ Em 1591, foi fundado o Convento de Carmo, em 1640 o Mosteiro de São Bento, em 1685, O Recolhimento Santa Tereza e em 1774, o Convento da Luz.

Desde o Brasil Colonial o pobre já era considerado, também, como uma ameaça à ordem. As leis de Portugal – Ordenações Filipinas de 1603, também vigoraram no Brasil.

Ordenações Filipinas

Livro V

Título LXVII

“que qualquer homem que não viver com senhor, ou com amo, nem tiver ofício ou qualquer outro mister em que trabalhe e ganhe a vida, ou não andar negociando algum negócio seu ou alheio, passados vinte dias do dia que chegar a qualquer cidade, vila ou lugar, não tomando dentro dos ditos vinte dias amo ou senhor, com quem viva, ou mister em que trabalhe e ganhe sua vida, ou se tomar e depois deixar e não continuar, seja preso e açoitado publicamente”

Título CIII

“que pessoa alguma não peça esmola para invocação de algum Santo, senão as que para isso mostrarem nossa Carta, em que logo vão nomeadas por seus nomes, as pessoas que houverem de pedir as ditas esmolos e arrecadar as Confrarias.” (Ordenações Filipinas IN MARTINS, 1996, p.64-65)

As Ordenações Filipinas vigoraram durante todo o período colonial brasileiro.

No período imperial foi criado o Código Criminal do Império, sancionado, segundo a historiadora, em dezembro de 1830, o qual, igualmente, previa repressão à ociosidade. Foram criadas as colônias marítimas para reclusão e reabilitação dos considerados vadios, por meio do trabalho forçado. O Código Criminal do Império previa que ociosos por vadiagem ou mendicância seriam advertidos, presos e condenados a

trabalho (de 8 a 24 dias), a não ser que portassem a Carta Oficial de permissão concedida aos cegos, pobres envergonhados e doentes. Os vadios reclusos tinham que assinar o “Termo de bem viver” antes de serem libertados das prisões.

A tradição europeia de instalação das rodas de expostos, também foi transferida para o Brasil Colonial no século XVIII, sendo a primeira instalada em Salvador, em 1726. No Rio de Janeiro a roda dos expostos foi instalada em 1738, e, na cidade do Recife em 1789.

As autoridades da Bahia estavam preocupadas com o grande número de crianças recém-nascidas abandonadas, em Salvador. O vice-rei escreveu à Coroa em 1726 solicitando recursos para que a Santa Casa de Misericórdia erigisse uma roda de expostos como forma de evitar a impiedade, o horror e a desumanidade praticados com os recém-nascidos, abandonados à própria sorte, que morriam de fome ou até mesmo eram devorados por cães e outros animais.

DAMÁSIO (1965, p.60) explicou que *a roda de Salvador foi aberta em 1726, juntamente com o recolhimento de meninas. O rei concedeu, em 1731, um subsídio anual de 400\$000 rs, para subsidiar tal serviço, em reconhecimento às dificuldades financeiras enfrentadas na época pela Santa Casa.*

As rodas dos expostos⁸² também continuaram a ser implantadas, na maioria das vezes, vinculadas às Santas Casas de Misericórdia.

A roda dos expostos permaneceu em vigência até a promulgação do primeiro Código de Menores em 1927. Aos poucos as Irmandades de Misericórdia em conjunto com os governos provinciais foram ampliando o atendimento aos necessitados.

Crianças órfãs, leprosos, alienados, doentes e inválidos foram os primeiros segmentos que receberam uma forma assistencial institucionalizada. À exceção dos alienados, os demais tiveram sua atenção sob os cuidados da Irmandade de Misericórdia, mesmo que, com o passar do tempo, esse fosse se desvencilhando de tais compromissos e centrando sua ação na atenção médico-hospitalar. (SPOSATI, 1988, p.78)

Sustentar estas Instituições de amparo aos expostos era uma tarefa pesada e onerosa para as Misericórdias. Era costume das famílias abastadas desde a época colonial, dentro do espírito da caridade cristã, deixarem esmolas para as Misericórdias que, além de acolher os expostos, tinham que prover dotes às meninas desamparadas para que pudessem ter um futuro promissor.

Com a chegada do Iluminismo no século XVIII, iniciou-se na Europa uma campanha para a abolição das rodas dos expostos. No

⁸² Em 1825 foi instalada a roda dos expostos na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. No Rio Grande do Sul foram criadas Três Rodas (Porto Alegre em 1837, Rio Grande, em 1838 e Pelotas em 1849. Em Santa Catarina, na capital Desterro (Florianópolis) foi em 1828. Ainda em Cachoeira (BA), Olinda (PE) Campos (RJ), Vitória (ES) e Cuiabá (MS), foram criadas Rodas de Expostos).

Brasil, porém, as principais rodas sobreviveram até a primeira metade do século XX⁸³.

Com a Independência foi mantido o mesmo atendimento assistencial norteado pela caridade através de esmolas e instituições filantrópicas. A assistência se destinava aos “pobres envergonhados”⁸⁴, fundamentada na concepção cristã da pobreza e da assistência, através da concessão de esmolas para permitir a sua sobrevivência.

A datar da proclamação da República, o Estado brasileiro, no início, reconhecia as instituições de caridade concedendo-lhes isenções fiscais e contribuições esporádicas. Cabia à administração fiscalizar os hospitais. Era incentivado o voluntariado confessional, por exemplo, os vicentinos que desde 1874 realizavam visitas domiciliares aos pobres envergonhados para distribuição de alimentos, pagamentos de aluguel e outros auxílios.

Nesse período da Velha República constatava-se uma mudança no quadro da mão-de-obra - trabalhadores estrangeiros - que resultou na criação de instituições como as hospedarias para migrantes e a Beneficência Portuguesa como organização de socorro mútuo. Os movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora nessa época provocaram a reforma Carlos Chagas, criando serviços de assistência hospitalar, higiene infantil, ambulatórios médicos e dispensários. Na área

⁸³ A do Rio de Janeiro foi fechada em 1938, a de Porto Alegre em 40, e as de São Paulo e Salvador sobreviveram até a década de 50.

⁸⁴ O atendimento estava condicionado à distinção entre os “verdadeiros e os falsos pobres”. Os primeiros faziam parte da “pobreza envergonhada”, enquanto os últimos eram considerados mendigos e vadios. MARTINS (1996, p.63)

específica da assistência à população mais pobre intensificaram-se as ações das Igrejas (principalmente a Católica).

O assistencialismo surgiu do interesse dos setores dominantes em manter as relações sociais e de produção e, geralmente foi interpretado como ato de bondade, generosidade, solidariedade. Cedia-se apenas o mínimo possível, que fosse suficiente para ajudar os necessitados, a partir daquilo que lhes sobrava.

No âmbito das ações estatais, o assistencialismo se configurou nas políticas sociais populistas, paternalistas e protecionistas, executadas pelos seus agentes técnicos, profissionais como o assistente social, que tem função legitimadora do sistema.

Pode surgir, ainda, o assistencialismo, como resposta a um processo de reivindicação dos necessitados e pressão social gerada pela fome, falta de emprego, moradia, saúde, daqueles que não estão preocupados com a intenção de quem lhes presta a ajuda revestida de demagogia, politicagem ou caridade e jamais recusarão qualquer tipo de ajuda.

No caso específico da infância desamparada contata-se uma diferença marcante entre os séculos XIX e XX, ou seja, a assistência à criança abandonada deixa de ser considerada uma questão de caridade com os desamparados e passa a ser vista como uma necessidade urgente de controle da crescente criminalidade e da delinqüência infanto-juvenil.

PILOTTI e RIZZINI (1995, p.194-196) afirmam que as iniciativas em relação à assistência à infância no Brasil durante os três primeiros séculos e meio foram quase todas de caráter religioso, quase que totalmente vinculadas à Igreja Católica. Essas instituições caritativas preocupadas com a situação de abandono e indigência das crianças, sobreviviam de esmolas e donativos e contribuições de associados, muitos dos quais exercendo o trabalho voluntário de atendimento direto a essas crianças no interior das instituições caritativas.

De um total de 32 instituições de recolhimento para menores e 22 associações e estabelecimentos de assistência extra-asilar existentes no Rio de Janeiro entre 1738 e 1930, apenas 7 e 3 são respectivamente, iniciativas do Estado – ainda assim, incluindo a Casa de detenção, o Asilo de Mendicidade e a Colônia Correccional, onde se podiam encontrar crianças, embora esta não fosse uma finalidade específica destes estabelecimentos.

As iniciativas do Estado neste setor só ganham relevância a partir do início deste século, pressionada entre outros fatores, pelo movimento médico higienista, que se propaga por todos os cantos do Brasil e pela demanda crescente por parte de alguns setores, da construção de uma rede profissionalizante de ensino separada da assistência aos desvalidos.

Até então, grande parte dos estabelecimentos destinados a acolher crianças “abandonadas”, “órfãs”, “necessitadas” ou “viciosas” se dispunha a oferecer algum tipo de ensino natural, prático, artesanal ou profissionalizante. No entanto, quando analisamos mais de perto em que consistia este ensino, ministrado pela caridade, constatamos que ele não apenas era o mínimo suficiente para a incorporação da criança nos postos mais baixos da hierarquia ocupacional, como também era atravessado por subdivisões das próprias categorias de órfãos, abandonados e desvalidos – como por exemplo órfão branco e órfão de cor, filho legítimo e ilegítimo,

pobre válido e inválido, criança inocente e viciosa.
(PILOTTI e RIZZINI, 1995, p.195-196)

A assistência caritativa se fundamentava, conforme demonstram os autores, em critérios de ordenamento social marcados por preconceitos religiosos e racistas característicos da época em questão.

Segundo os autores no século XIX, a questão era vista como um “magno problema” de responsabilidade de toda a sociedade no sentido de salvar a criança abandonada e torná-la um futuro cidadão com condições dignas de sobrevivência e convivência social. No início do século XX, no entanto, a questão se tornou um “problema social” relacionado ao contexto capitalista urbano. Foi o período em que mais se desenvolveu a legislação brasileira para a infância, na tentativa de regulamentar a situação da infância que passa a ter como palavras de ordem tanto a sua defesa como “gênese da sociedade” quanto o alerta para o perigo que se constatava diante do aumento da criminalidade e da marginalidade passando a ser vista como uma “ameaça à ordem pública”.

Justiça e assistência – uma associação, que se firmará nas décadas seguintes, finca suas bases na passagem do século. É importante compreendermos o significado dessa associação, cujos reflexos são claramente detectáveis no processo que se desenvolveu nas duas primeiras décadas do século XX e que deu origem à criação de uma legislação especial para a infância – o Código de Menores.

Ninguém melhor que o Desembargador Ataulfo de Paiva, para nos ajudar a lançar luz sobre o importante movimento internacional, que revolucionou as concepções vigentes sobre o papel da justiça. Utilizando termos como

“o novo Direito”, “novos horizontes da Justiça” e “o Direito moderno” em diversos discursos, palestras e artigos que publicou a partir de 1910, Paiva refere-se às idéias deflagradas em Congressos Internacionais por volta dos anos 1900 e, a partir daí, discute a necessidade da reforma da Justiça para menores no Brasil.

Paiva defenderá que o aumento da criminalidade infantil constituía fato incontestável e que a justiça brasileira precisava de uma reforma. (PILOTTI e RIZZINI,1995, p.112)

Igualmente no trato da questão dos adultos desocupados deu-se, naquela passagem de século, a associação entre pobreza e criminalidade. Como resultado surgiram as instituições fechadas de recolhimento, onde mendigos, estropiados e loucos passam a ser encarcerados e assim perdem seu lugar no interior do corpo social. Houve então a necessidade de ações estatais voltadas ao planejamento urbano e engenharia sanitária , a criação de instituições de assistência e tratamento médico assistencial e reaparelhamento da polícia para repressão ostensiva da vadiagem. As ações assistenciais tomaram o caráter de filantropia higiênica, continuaram as ações de caridade e surgiram as primeiras organizações operárias preocupadas com a pobreza.

Ao final do século XIX , com a abolição da escravatura e a implantação das lavouras cafeeiras, trabalhadores estrangeiros foram sendo incorporados à mão-de-obra nacional, até então constituída pelos negros libertos e homens livres. Sendo mínimas as possibilidades de emprego no campo, ocorre o êxodo rural para as grandes cidades, em

busca de sobrevivência, no ingresso ao trabalho assalariado adaptado à economia de mercado. Houve, na época, o adestramento do trabalhador nacional para fixá-lo no local da produção e torná-lo apto ao trabalho ritmado, para aumentar a produtividade. Porém, um grande contingente populacional ficou excluído do processo de trabalho no início do século XX, constituindo-se um perigo para o bom funcionamento da ordem nacional.

Segundo HAHNER (1993), durante as duas primeiras décadas do Séc XX, a situação de pobreza atinge os trabalhadores brasileiros, que sofriam de níveis deficientes de saúde, nutrição e consumo.

Eles trocavam longas horas de labuta em locais insalubres e em condições de trabalho inseguras por pagamentos miseráveis... Mais do que se unir para se opor aos sistemas econômicos e políticos existentes muitos trabalhadores urbanos procuravam alívio individual, tal como beber e jogar, procurar melhoria social através de esforços individuais ou através da compra de bilhetes de loteria. Alguns se aliviavam com membros das classes dominantes que podiam lhes oferecer emprego, caridade e proteção. ..As atitudes e aspirações do trabalhador pobre variavam de grupo social e ocupacional de uma área urbana para outra. As diferenças raciais e étnicas não desapareceram. Junto com a pobreza e repressão policial, estas diversidades inibiam os esforços para a organização dos trabalhadores... O trabalhador urbano pobre, extenuado pelo excesso de trabalho e mal alimentado, era pego em um círculo vicioso de subnutrição e infecção.... As crianças pequenas sofriam extremamente com as doenças, especialmente aflições gastro-intestinais.

Nutrição insuficiente, assim como moradia insalubre e falta de sono deixavam o pobre urbano mais suscetível à devastação da doença, e o cuidado médico era difícil senão impossível de se conseguir quando a doença

atacava. Embora os hospitais de caridade, tal como a Santa Casa de Misericórdia do RJ, recebessem pacientes indigentes, falta de remédios, espaço e pessoal limitavam a eficiência dos hospitais. (HAHNER,1993, p.226-238) .

Marilda IAMAMOTO e Raul de CARVALHO (1985, p.127-167) estudaram o aparecimento da Questão Social no Brasil, identificando suas bases com a generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marcou profundamente o seu passado recente. Com a introdução do mercado de trabalho nos moldes capitalistas, a manutenção e reprodução do operário e de sua família ficam a cargo dele próprio através do salário que recebe.

A exploração abusiva a que é submetido – afetando sua capacidade vital – e a luta defensiva que o operário desenvolve aparecerão, em determinado momento, para o restante da sociedade burguesa, como uma ameaça a seus mais sagrados valores, “a moral, a religião e a ordem pública”. Impõe-se, a partir daí, a necessidade de controle social da exploração da força de trabalho. A compra e venda dessa mercadoria especial sai da pura esfera mercantil pela imposição de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado.

As Leis Sociais, que representam a parte mais importante dessa regulamentação, se colocam na ordem do dia a partir do momento em que as terríveis condições de existência do proletariado ficam definitivamente retratadas para a sociedade brasileira através dos grandes movimentos sociais desencadeados para a conquista de uma cidadania social. Em torno da “questão social” são obrigados a posicionar-se as diversas classes e frações de classes dominantes, subordinadas ou aliadas, o Estado e a Igreja. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1985, p.128)

SILVA (1988, p.31-36), ao analisar a “política moral dos pobres” no Brasil, considera que as revoltas por subsistência não podem ser explicadas como simples respostas aos estímulos econômicos. As queixas do povo, segundo o autor, pressupõem um quadro de carências sociais e são direcionadas principalmente ao Estado.

Ele pode aparecer tanto como vilão (queixas contra o Estado), quanto como o grande regulador (queixas ao Estado). O Estado patrão atrasa os pagamentos e deixa as viúvas na fila de espera; o Estado regulador, ao contrário, afigura-se como a única barreira visível contra as regras do mercado. (SILVA, 1988, p.34)

RIZOTTI (1999), ao estudar o caráter privativista e filantrópico da ação social no caso brasileiro, fundamentou-se na tese de Gilberto FREIRE (1980) para afirmar que ele nada teve de ocasional ou irrelevante para a interpretação da pobreza.

Ao contrário, constituía-se base segura de adequação do enfrentamento das desigualdades aos padrões históricos do desenvolvimento experimentado, cabendo ao estado o papel de coadjuvante de regular genericamente as relações de produção que prolongavam sua existência. O privatismo surge, assim, como caráter determinante da política social brasileira, diretamente identificado com as transformações conservadoras pelas quais a sociedade havia passado na transição que teve de experimentar para a ordem social competitiva. (RIZOTTI, 1999, p.83-84)

Em seus recentes estudos sobre a filantropia e a assistência social MESTRINER (2001) elaborou um quadro comparativo⁸⁵ entre os períodos históricos brasileiros, desde o Império até o Brasil recente. Chamou de *Filantropia Caritativa* as ações de cunho religioso praticadas pelas obras pias de atendimento a órfãos, inválidos, enfermos, delinquentes e aleijados, características do período imperial.

Caracterizou de *filantropia higiênica*, as ações de assistência, prevenção e segregação, as obras sociais desenvolvidas na Primeira República (1889 a 1930). Concluiu que através de atendimento especializado, fundamentavam-se na perspectiva médico-religiosa e jurídica: para as crianças, os asilos, orfanatos e internatos; para os idosos e inválidos, os asilos; para os alienados, os hospícios; para os mendigos, asilos de mendicidade; para os doentes, sanatórios, dispensários e lazaretos; para os imigrantes⁸⁶, as instituições de auxílio mútuo.

No período do Estado Novo, que a autora chama de getulismo (1930 a 1945), prevaleceu a *filantropia disciplinadora*, quando o Estado regulamentou, através das Constituições de 1934 e 1937, das intervenções de diversos Ministérios e da criação de órgãos federais e estaduais de proteção, a educação e a assistência social subsidiando as

⁸⁵ A autora explica a filantropia, a partir das tipologias das organizações sociais por períodos históricos desde o Brasil Imperial (1822 -1889) até o Estado Democrático (1988 – 1999), evidenciando a intervenção estatal, que se inicia com o getulismo, analisando -a até o período recente, em que a filantropia é democratizada com a promulgação da Constituição de 1988.

⁸⁶ Silvia Zanirato Martins (1986, p. 79-82) também explica que esta concepção de filantropia implicava em socorrer aqueles cuja pobreza não escondesse nenhuma “artimanha”, visando o reerguimento das famílias, dando como exemplo a fundação da Beneficência Portuguesa em São Paulo, em 1859 e das Conferências Vicentinas em 1874.

instituições assistenciais de recolhimento⁸⁷ que se responsabilizavam pelo controle da pobreza.

A década de 30 do século XX foi marcada pela ação conjunta da Igreja, do Estado e da Sociedade Civil. Nesse período houve significativas mudanças de ordem social, policial e jurídica quanto à forma de pensar sobre o problema da pobreza. Tais mudanças acabaram por definir os moldes para o enfrentamento da questão social no Brasil. A solução seria ensinar o pobre no sentido da sua reeducação alimentar e sanitária e, ao mesmo tempo, tornar científica a assistência, através da busca de eficiência e racionalidade⁸⁸.

A participação da Igreja Católica em face da desagregação da sociedade civil tradicional e do declínio de sua influência nos rumos do desenvolvimento nacional foi chamada de “reação católica”.

O processo de formulação da atividade política religiosa comandada pela hierarquia inicia-se, cronologicamente, a partir da segunda metade da República Velha e terá por bandeira, justamente, recuperar os privilégios e prerrogativas perdidos com o fim do Império. Esse movimento condensa-se nos primeiros anos da década de 1920, simultaneamente as outras manifestações – como a

⁸⁷ Houve a criação do Albergue Noturno sob a responsabilidade da Associação Cívica Feminina e da Sociedade Amiga dos pobres e encarcerados. A Assistência Vicentina aos Mendigos foi fundada em 1931, a partir de um entendimento com a polícia paulista e mantinha dois abrigos: a Vila Mascote, que abrigava os “verdadeiros indigentes” e a Chácara de Bussocaba, para onde eram encaminhados, pela Delegacia de Costumes, os homens detidos pela polícia, encontrados nas ruas, sem ocupação. (Martins, 1996, p.151 -166)

⁸⁸ Consistia a assistência em ocupar as crianças construindo parques e bibliotecas, realizar campanhas educativas pelos meios de comunicação, avaliar o custo da assistência social e planejá-la, inquirir sobre os aproveitadores da assistência, criar profissionais com capacitação e formação específica - assistentes sociais (em 1936 foi criada a 1ª escola de Serviço Social no Brasil) e criação de aparato Estatal (em 1942 criou-se a LBA - Legião Brasileira de Assistência).

fundação do Partido Comunista do Brasil, a realização da Semana de Arte Moderna, o início das revoltas "tenentistas" – indicadoras da alteração do processo de crise do pólo dominante da economia – o complexo cafeeiro – e das transformações sociais decorrentes do aprofundamento do modo de produção capitalista a nível nacional e mundial. (IAMAMOTO e CARVALHO,1985, p. 144)

Segundo os autores, tal ação política assumida pela Igreja se conduziu através de dois eixos principais, a mobilização do eleitorado católico e o apostolado social. Para dinamizar a ação social e o apostolado laico são criados círculos operários, movimentos como a JOC – Juventude Operária Católica, a JFC – Juventude Feminina Católica, o GAS – Grupo de Ação Social e, em 1932, é criado em São Paulo o CEAS⁸⁹ – Centro de Estudos e Ação Social, considerado uma necessidade de formação técnica especializada para a prestação de assistência social.

Na década de 40 no Rio de Janeiro, grande centro industrial e então Distrito Federal, concentravam-se nas periferias, em favelas, grandes parcelas da população pobre. Em convênio firmado entre a Prefeitura, o Governo federal, a Ação Social Arquidiocesana e a Fundação Cristo Redentor, surgiu em 1946, a Fundação Leão XIII, oficializada por Decreto – Lei da Presidência da República. Os objetivos da Instituição eram assistir os habitantes das grandes favelas em vista da

⁸⁹ Segundo IAMAMOTO e CARVALHO (1985, p.180), além de conseguir organizar o movimento católico laico junto aos estudantes e nas vilas operárias em São Paulo e no Rio de Janeiro, o CEAS teve papel decisivo na fundação da primeira Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro em 1936.

extrema precariedade material e moral e, ao mesmo tempo, controlar a infiltração do Partido Comunista, junto à população, em vésperas de eleições.

Foi prevista uma estrutura própria para a Fundação Leão XIII, tendo por base a implantação de Centros de Ação Social – CAS⁹⁰ nas principais favelas.

Contando com forte apoio institucional a partir de Estado e da hierarquia católica procurará coordenar os serviços assistenciais que possam ser prestados à população englobada em seu âmbito, tendo por base sua própria infra-estrutura a ser montada, assim como a de outras instituições e entidades.

Desta forma mobilizará apoio junto às forças armadas (transportes e serviço de alimentação), paróquias e obras paroquiais (vicentinos, irmãs de caridade, etc.), clubes esportivos (infra-estrutura de esporte e lazer), serviço de alimentação da previdência (merenda escolar), etc. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1985, p.144)

A Primeira Semana de Ação Social, organizada pelo Grupo de Ação Social – GAS, do movimento laico da Igreja Católica, realizada no Rio de Janeiro em 1936, foi considerada um espaço concreto de articulação das ações da Igreja Católica com o Estado bem como um marco para a introdução da profissão do Serviço Social na capital da República. O encontro contou com uma “Comissão de Honra” composta pelos nomes de ilustres representantes dos poderes públicos do

⁹⁰ Os autores afirmam que ainda em 1946 houve o lançamento das pedras fundamentais de 12 CAS, em cerimônia oficial que contou com a presença de autoridades federais e locais e do cardeal arcebispo do Rio de Janeiro .

executivo, legislativo, judiciário e do exército, como também de senhoras da alta sociedade sob o patrocínio da Senhora Darcy Vargas, então “primeira dama da Nação”.

No discurso de inauguração da Semana, o presidente do GAS, Dr Aníbal Porto, reclamou a presença do Estado como subsidiário da Ação Social Católica.

Porque a classe dos ricos se defende por seus próprios meios e necessita menos da tutela pública; mas o pobre povo, falto de riqueza que o assegure, está peculiarmente confiado à defesa do Estado... Portanto o Estado deve abraçar, com cuidado e prudência a ele peculiares, os assalariados que formam a classe pobre geral.

... Recorrendo, quando necessário, à intervenção dos poderes públicos, a Ação católica apela antes de tudo para iniciativas particulares; o que ela quer são:

- a) Instituições de caráter particular, completamente livres;*
- b) Instituições, livres ainda, mas regulamentadas ou fiscalizadas pela lei, no estritamente necessário;*
- c) Instituições de caráter semipúblico.*

Quando a Ação Católica apela para a intervenção do Estado, quer que esta intervenção se limite ao necessário, e proceda por disposições legais, deixando, assim, ainda vasto campo às atividades particulares. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1985, p. 186)

A resposta do Governo através do discurso de encerramento da 1ª Semana de Ação Social do Rio de Janeiro, proferido pelo então Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Sr. Agamenon Magalhães, oficializou o princípio salutar de cooperação da Igreja com o Estado.

O Brasil, pela constituição de 1891, era um Estado pagão. A Revolução de 1930 mudou-lhe a estrutura e a orientação. Um dos primeiros atos do Governo provisório

foi permitir o ensino religioso nas escolas, decretando, logo após, a legislação social de que ora nos orgulhamos, toda ela informada nos princípios da moral cristã.. E, se o sindicato foi criado para fins exclusivamente econômicos, o Governo, na sua atitude e na adaptação e prática da lei, tem procurado ajustá-lo ao sentimento católico do trabalhador nacional.

Na Constituição de 1934, as grandes correntes nacionais do pensamento católico se representaram, consagrando a Constituição de 16 de julho não só a liberdade de ensino religioso, como o princípio salutar da cooperação da Igreja com o Estado. Esse princípio de cooperação é que tem ordenado o Ministério do Trabalho, coordenando os sindicatos e estimulando os círculos operários católicos, num esforço de sistematização da atividade social, que não poderá subsistir sem os motivos espirituais de nossa formação cristã e brasileira. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1985, p.187)

O Governo Vargas instituiu, pela Constituição de 34, a legislação trabalhista. O Estado passa a intervir na economia e assume a responsabilidade pelo bem-estar. É considerado cidadão o trabalhador formal e passa a ter direitos sociais.

A edificação da “Nação Brasileira” assentava-se no tripé - Trabalho, Ordem e Progresso. A representação positiva do trabalho e do trabalhador foi vigiada e censurada mediante um projeto político ideológico do novo regime contra todas as formas de expressão cultural que questionassem a ordem⁹¹. A imprensa brasileira passou a ser censurada e colocada a serviço do poder, tendo a lógica da repressão

⁹¹ Em 1931 foi criado o DOP - Departamento Oficial de Publicidade; em 1934 o DPDC - Depto. De Propaganda e Difusão Cultural encarregado da censura do cinema, rádio, jornal, turismo, visando a “Educação Cívica dos brasileiros”; em 1939 o DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda com a missão de “ educar, formar a índole, preparar e orientar a opinião pública“, com poderes para censurar, controlar, cobrar taxas, conceder isenções, prêmios, favores, direitos autorais.

fundamento na defesa da ordem e na necessidade de destruir quem a ameaçasse.

Em 1938, sob a vigência do Estado Novo, o Decreto-lei nº 525, de 1/07/1938, instituiu o Serviço Social e cria o Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde.

As funções do Serviço Social, segundo o decreto, eram congregar a utilização das obras sociais mantidas pelos poderes públicos ou pelas entidades privadas, com o fim de diminuir ou suprir as deficiências ou sofrimentos causados pela pobreza e pela miséria ou oriundas de qualquer outra forma de desajustamento social e reconduzir o indivíduo e a família brasileira a um nível satisfatório de vida, no próprio meio em que habitavam. Para tanto foi criado o CNSS como órgão centralizador das ações assistenciais brasileiras, para o qual deveriam credenciar-se todas as entidades públicas e privadas.

Serão funções específicas do CNSS:

- *inquéritos e pesquisas sobre as situações dos desajustes sociais;*
- *a organização do plano nacional de serviço social, englobando os setores público e privado;*
- *sugerir quanto a políticas sociais a serem desenvolvidas pelo governo;*
- *opinar quanto á concessão de subvenções governamentais às entidades privadas. (Decreto Lei nº 525 de 1/07/1938)*

Surgiram em todo o território nacional na década de 40 várias escolas de Serviço Social, todas com o apoio da Ação Católica. A

Assistência Social começou a ser tecnicizada, ultrapassando os aspectos curativos para atuar na prevenção dos problemas sociais

Embora assentada em bases técnico-profissionais, a ação dos primeiros assistentes sociais, formados sob orientação da Ação Católica, não deixaram de ter um caráter ligado ao apostolado laico feminino, ou seja, “moças da sociedade, com determinado capital cultural e formação familiar”.

O Assistente Social deveria assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer, etc. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1985, p.227)

Esta forma de militarismo católico impresso na formação e nas práticas dos primeiros assistentes sociais brasileiros levou os profissionais a atuar sobre os efeitos da “questão social” através de uma ação de caráter educativo propondo o ajustamento social daqueles que, em princípio, encontravam-se incapacitados para alcançar o bem – estar. As causas do pauperismo e da miséria se explicavam como situação patológica, ligada à ignorância e à falta de preparo das classes pobres,

que deveriam ser educadas e tuteladas para o ajustamento social e conseqüentemente para a melhoria das condições de vida. Para IAMAMOTO e CARVALHO (1985, p.216-219), dessa forma a profissão contribuiu para a mistificação da exploração capitalista, transformada em problema de ordem educacional, moral ou assistencial. Atuando por força das seqüelas da questão social, sobre a reprodução material do proletariado, os profissionais atuavam também na reprodução da classe trabalhadora e, portanto, atendendo diretamente os efeitos da pobreza nas entidades caritativas e confessionais, contribuía para reproduzir as condições objetivas da miséria, que estavam ligadas à má distribuição da riqueza no País.

Se aumentava a interferência do Estado nas ações de assistência social bem como o número das entidades assistenciais particulares, nem por isso a pobreza diminuía.

Miséria era sinônimo de vergonha nacional na década de 50 do século XX. Vergonha para os verdadeiros pobres que esmolavam para sobreviver; vergonha para o Governo que não controlava os efeitos provocados pela questão social; vergonha para o povo brasileiro, quando se surpreendia com “marginais” que se valiam da miséria alheia para fazer dela uma fonte de renda abusando da caridade das pessoas.

Esses efeitos da pobreza evidenciados nos anos 50s eram fruto das grandes mudanças provocadas nas condições de vida da população brasileira a partir dos anos 30s, que, segundo FAUSTO (1991, p.89),

configuraram importante etapa na definição dos rumos do capitalismo industrial no país.

A Legislação Social, característica do Governo Vargas, ao reconhecer as necessidades de sobrevivência da classe operária, teve como objetivo, neutralizar os componentes autônomos e revolucionários da grande massa de trabalhadores que engrossavam as fileiras das cidades, que não estavam adaptadas à disciplina do trabalho urbano industrial, necessariamente incorporando, de alguma forma, as reivindicações populares.

O reconhecimento legal da cidadania do proletariado urbano se deu pelo discurso do Direito. Por outro lado, o Estado Novo também foi caracterizado pela violência, repressão e tortura, não se abatendo ante os movimentos reivindicatórios, mas ante aqueles de caráter autônomo e potencialmente revolucionário.

A noção do "Direito" e da paz social pressupunha o surgimento constante de novas instituições - Seguro Social, Justiça do Trabalho, piso do salário mínimo, Assistência Social, legislação sindical,...- apareciam como respostas ao desenvolvimento real ou potencial das contradições geradas pelo aprofundamento do modo de produção, que atingiam o equilíbrio das relações de força.

Para FAUSTO (1991, p.514-516), a classe empresarial procurou pressionar o Governo no sentido de eliminar alguns dos aspectos que considerava mais danosos para os interesses industriais.

O período registrou o desenvolvimento de um aparato repressivo para controle da pobreza, identificada como indolência e ócio. Os caminhos trilhados pela repressão são indicativos dos limites intrínsecos às políticas sociais aplicadas, revelando uma sociedade autoritária e excludente, que não conseguiu diminuir os índices de miserabilidade de sua população e acabou por conviver com a pobreza enraizada em sua estrutura que, além de permanecer, se ampliou.

Como a presença da pobreza compromettesse a ordem social, foram necessárias medidas repressivas por três frentes de combate: 1 - reaparelhar a polícia para as detenções correccionais, 2 - institucionalizar a assistência através de repasse de verbas às entidades particulares - abrigos de reclusão e trabalho, 3 - legislar sobre a repressão dos pobres associados à criminalidade. Os crimes por vadiagem ocupavam o 4º lugar nos processos referentes a crime. Houve então o reaparelhamento policial de 1930⁹².

Uma nova ordem jurídica foi adotada por meio do Código Penal de 1940, que passou a enquadrar o homem pobre e desocupado como um sujeito potencialmente perigoso, porém fora do controle sindical e, portanto, também merecedor de uma vigilância constante.

As reivindicações históricas dos trabalhadores, ao serem incorporadas através de políticas sociais e assistenciais sofrem um processo de falsificação e burocratização - enquadramento da força de

⁹² Em São Paulo ocorreu a criação da Delegacia Especializada de repressão à vadiagem em 1933, da Guarda Noturna da Capital para controle da população suspeita, em 1934, e do Departamento de Comunicações e Serviço de Rádio - Patrulha em 1935.

trabalho. Em 37, os sindicatos são definitivamente transformados em agências de colaboração do Poder Público.

A Constituição de 1934 foi marcada pelo modelo corporativista, garantindo a expansão das atividades produtivas com a participação direta da elite industrial, baseada numa aliança com as forças políticas e econômicas ligadas à grande propriedade rural. Na área da proteção social o Estado ainda mantém um caráter supletivo.

IANNI (1986, p.34-54) explica que as crises que haviam abalado a sociedade brasileira nas décadas anteriores à revolução de 30, tornaram explícitos os pontos de estrangulamento do sistema econômico e financeiro do país. Nesse contexto o Governo Federal passou a criar órgãos, comissões, institutos, fundações e conselhos de caráter controlador e centralizador.

Em 30 de novembro de 1938, em discurso proferido sobre as “diretrizes da nova política do Brasil”, Getúlio Vargas afirmou

O Estado não compreende, nem permite antagonismos de classes nem explosões violentas de luta; para esse fim, criou órgãos reguladores, que não só coordenam as relações, como dirimem divergências e conflitos entre as diferentes classes sociais”. Estas foram as razões políticas alegadas para a adoção de uma legislação trabalhista que viesse “ estabelecer a harmonia e a tranquilidade entre empregados e empregadores no Brasil”. É portanto no cerne da “doutrina da paz social que se instaurou uma política de controle e dominação da atividade e da organização política do operariado. Direitos como salário mínimo, estabilidade de emprego, aviso prévio, descanso semanal, férias remuneradas, favoreciam de fato as classes trabalhadoras. Mas é bem

verdade que a interferência do Estado nas relações entre operários e empresários não evitou a pauperização de boa parte do proletariado nacional, nem tampouco atingiu o desemprego urbano produzido pela transferência das populações deslocadas da agricultura..(IANNI,1986, p.45-49)

A cidadania reconhecida pelo Estado foi privilégio e prerrogativa dos brasileiros inseridos no mercado de trabalho. O sistema previdenciário previa a contribuição mensal descontada em folha de pagamento. Portanto, tratava-se de atender mas mediante do sistema contributivo.

As necessidades de sobrevivência dos desempregados, deficientes e desamparados, até então coube à boa vontade e à caridade da sociedade civil, organizada em entidades e instituições assistenciais.

Como o governo não podia ignorar as necessidades desses brasileiros que não contribuía com o sistema previdenciário, tratou de articular o setor estatal com o setor privado. Criou um sistema nacional de assistência vinculado ao setor privado que já prestava os serviços assistenciais destinados ao atendimento dessa clientela pobre. O setor privado se tornou semi-oficial na visão de PILOTTI e RIZZINI (1995, p.68), e o Estado passou a articular-se com ele através da distribuição de verbas com *per capita* definido mensalmente. Segundo os autores, a estratégia do governo era privilegiar ao mesmo tempo a preservação da raça, a manutenção da ordem e o progresso da nação e do País.

As ações do setor público passaram a ser conduzidas através de grandes órgãos centralizadores das ações e repassadores de recursos ao setor privado.

Os órgãos responsáveis pela condução da estratégia governamental foram: o Conselho Nacional de Serviço Social, criado em 1938, o Departamento Nacional da Criança, criado em 1940, o Serviço Nacional de Assistência a Menores, em 1941, e a Legião Brasileira de Assistência, em 1942.

No período compreendido entre 1946 e 1964, MESTRINER (2001, p.46) evidenciou um novo período de intervenção do Estado Democrático Populista, que passa a criar instituições voltadas para a educação do trabalhador, da criança, das famílias brasileiras. Nesse período a filantropia é batizada pela autora de *filantropia partilhada profissionalizante* que integra ações com o empresariado nacional isentado da contribuição da cota patronal previdenciária e com as entidades assistenciais que passam a obter o Certificado de Filantropia.

A participação do empresariado nacional se deu através da preocupação com a qualificação da força de trabalho. Foram criados órgãos como o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em 1942, pelo Decreto Lei 4.048 de 22/02/42; o SESI – Serviço Social da Indústria em 1946, pelo Decreto Lei nº 9.403 de 25 / 06/ 1946; e o SESC – Serviço Social do Comércio (1946) e o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (1946).

Findo o governo populista de Vargas, João Goulart instituiu o Salário Família, através da lei 4.266 de 03/10/63, devido pelas empresas vinculadas à Previdência Social. Instituiu ainda o Estatuto do Trabalhador Rural.

No período do Governo Militar (1964 a 1985), que a autora chama de Estado Autoritário, a assistência aliada à prática da repressão deu origem às organizações sociais com influência do racionalismo técnico. Com o objetivo de implantar a ordem no País e desenvolver um governo eficiente, foram criados órgãos estatais centralizadores das ações em todas as áreas de políticas públicas, coordenados pelo SINPAS⁹³ – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social. O Governo Militar unificou todos os antigos institutos de aposentadoria e pensão a um comando único e reorganizou a Previdência através da implantação de um único sistema racionalizado de seguridade social no Brasil.

Quanto à Assistência Social, esta se vinculou ao Ministério da Previdência e Assistência Social, através da administração unificada – PRÉ – LBA, que reunia, além dos órgãos existentes da Legião brasileira de Assistência, também os centros e coordenações de Serviço Social do FUNRURAL e do INPS. A FUNABEM foi o órgão que ficou responsável pela política de atenção à criança e ao adolescente.

Foi o período chamado por MESTRINER (2001, p.151) de *filantropia de clientela e apadrinhamento*. As práticas assistenciais

⁹³ O SINPAS foi criado através da LEI Nº 6.439 de 1º de Setembro de 1977, composto pelos órgãos : INAMPS , LBA, FUNABEM, DATAPREV e IAPAS.

ganharam mais estrutura e racionalidade, com um aparato burocratizado e controlador, desmenbrando-se em serviços, programas e projetos, seguindo uma lógica de segmentação das necessidades e dos problemas enfrentados pelas populações pobres, e mais ainda segmentando os atendimentos por faixas etárias, designando para cada uma delas a forma de correção e repressão necessárias para impor a ordem. As instituições sociais passaram a ser incentivadas por meio de benefícios indiretos, isenções de impostos, além de uma série de imunidades, segundo MESTRINER (2001, p.172).

Com a abertura, no período da transição democrática (1985 a 1988) caracterizou-se na visão da autora (2001, p.181) a *filantropia Vigiada*, com o surgimento das ONGs, movimentos de defesa de direitos e novos movimentos sociais.

Enfim, com a implantação do Estado Democrático, a partir de 1988, período marcado pela institucionalização da Política Social, através da Constituinte que caracterizou o sistema de proteção social brasileiro, Mestriner (2001, p.217) concluiu que existem as bases para a *filantropia democratizada*, com a implantação do modelo descentralizado e participativo que prevê o controle social através dos Conselhos de Assistência Social, nas três esferas de governo. Fundamentado na ideologia liberal, o Estado não somente teve que admitir que a situação de sobrevivência da população encontrava-se comprometida pelo modelo econômico adotado – altamente concentrador da renda nacional – mas

também que implementar um sistema de proteção social que incluía a elaboração de políticas públicas de caráter compensatório, para o enfrentamento das desigualdades sociais nas áreas da habitação, saúde, educação, trabalho, saúde, previdência e assistência social.

Uma das diversas análises sobre o tema das políticas sociais, em especial sobre a Política de Assistência Social, foi desenvolvida pela teoria de MARSHALL, da Universidade de Londres, traduzida por GADELHA (1967). Para o autor, a Política Social se refere à política dos governos relacionada à ação que exerça um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos, ao proporcionar-lhes serviços ou renda.

Para MARSHALL (1967, p.148), o objetivo da Assistência Social é prestar um serviço de caráter geral a pessoas que apresentam incapacidades ou excepcionalidades no sentido de dar-lhes a oportunidade máxima de participar na vida da comunidade - prestando a esta colaboração - de modo que suas habilidades encontrem plena reabilitação, sua autoconfiança aumente e seus contatos sociais se fortaleçam.

A política social reflete a direção política das relações econômicas, a combinação específica, imposta pela correlação efetiva de forças, de incentivos à acumulação e ao crescimento, recursos para provisão de meios de subsistência aos mais carentes e ações redistributivas, visando a alcançar um certo patamar de equidade. (ABRANCHES,1987, p.10)

Os países europeus que assumiram a política social liberal justificaram a intervenção do Estado nas relações sociais como árbitro que tem, como função, a proteção dos fracos, dos excluídos do sistema produtivo. FALEIROS (1991, p. 43-45) aborda os parâmetros de intervenção do Estado Liberal que são: a garantia de um mínimo, o individualismo do auxílio social, a acessibilidade aos benefícios e serviços através das normas e critérios, a universalidade do direito, a livre escolha, a cobertura dos riscos sociais e a inconstitucionalidade dos conflitos.

As políticas sociais brasileiras não apresentam tais características de intervenção do Estado Liberal⁹⁴, ao contrário, revestem-se de um caráter fragmentário, descontínuo, clientelista e eventual, caracterizando-se mais como um sistema de exclusão política e social, do que propriamente de proteção social. Naturalmente que atendem algumas necessidades sociais, no entanto, não com caráter de universalização do direito de cidadania como se propõe o ideário liberal.

Segundo SPOSATI (1989), a assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras é uma forma discriminada e parcial de atender alguns segmentos populacionais excluídos historicamente, que praticamente não existem para o capital - desempregados, indigentes, deserdados, órfãos,

⁹⁴ De acordo com PRZEWORSKI (1991: 22- 40), foi o keynesianismo que forneceu os alicerces ideológicos e políticos para o compromisso da democracia capitalista, e ofereceu a perspectiva de que o Estado seria capaz de conciliar a propriedade privada dos meios de produção com a gestão democrática. O Estado de Bem Estar, proposto pelo Liberalismo keynesiano, ou neo-keynesianismo, prevê a intervenção Estatal nas relações de trabalho e nas relações sociais, como garantia da satisfação das condições mínimas de sobrevivência.

abandonados, etc. Dessa forma a assistência não ecoa como direito do cidadão, mas como “mérito do necessitado”.

3. 2. A institucionalização da assistência social pelo Estado brasileiro

Desde o final do século XVIII, pode-se evidenciar uma grande preocupação com a situação da infância desprotegida. De acordo com RIZZINI (1997, p.181), durante o século XVIII e parte do século XIX predominava a prática essencialmente caritativa de zelar pelas crianças pobres, que se materializava no ato de recolher crianças órfãs e abandonadas nas “rodas dos expostos”.

Na visão da autora, este modelo foi-se tornando inadequado e incompatível com a mentalidade do século XIX quando coube aos higienista e moralistas polemizar contra a assistência caritativa com base em argumentos respaldados na moral e nos conhecimentos adquiridos pela ciência médica.

O alvo dessas críticas será justamente a Roda dos Expostos. Sua existência não podia mais ser tolerada: por um lado ela construía um atentado à moralidade ao incentivar uniões ilícitas, que resultavam em filhos ilegítimos, anonimamente abandonados nas Rodas. Além disso, era sabido que em épocas de maior escassez, os pais entregavam seus filhos às Rodas para aliviarem-se

do encargo de criá-los; por outro lado, o amontoado de crianças nos asilos feria todos os preceitos de higiene, o que era largamente atestado pela facilidade com que as crianças morriam naqueles estabelecimentos. (RIZZINI,1997, p.181)

Na segunda metade do século XIX a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro se tornou o grande cenário das discussões sobre a mortalidade infantil nas rodas de expostos bem como sobre os cuidados indicados para o bom atendimento e as boas condições de higiene para as crianças.

O início do século XX é marcado com outra preocupação, a do “menor abandonado”. Representantes da Infância e da Justiça assumem a causa de criação de um sistema de proteção aos menores, prevendo uma legislação própria.

O desembargador Ataulfo de Paiva, jurista do Rio de Janeiro, pregava uma “nova justiça” voltada especialmente para os menores.

Entre 1923 e 1927 intensificou-se a regulamentação da assistência e da proteção à infância abandonada e delinqüente⁹⁵.

Os estudos de HEIN (1998) sobre a relação público / privado na execução dos serviços sociais, demonstraram que em 1935 ocorreu a primeira forma de reconhecimento dos serviços prestados pelas entidades assistenciais, por parte do governo federal. A Lei Federal nº 91 de

⁹⁵ Em 1923, o Decreto n.16.273, reorganiza a Justiça do Distrito Federal, incluindo a figura do Juiz de Menores; Em 1924, o Decreto N. 16.300 instituiu a Inspetoria de Higiene Infantil, como parte do Departamento Nacional de Saúde Pública e no mesmo ano o Decreto N. 16.388, regulamentou o Conselho de Assistência e Proteção dos Menores. Em 1926 foi aprovado o Decreto que criou o Código de Menores.

28/08/1935 criou a concessão do Título de Utilidade Pública Federal, através do qual toda instituição assistencial e filantrópica poderia se isentar do recolhimento da cota patronal junto ao INSS – Instituto Nacional de Seguro Social. A regularização da cooperação financeira entre a União e as entidades assistenciais, privadas, se deu em 1938, por intermédio do Ministério da Educação e da Saúde, pelo Decreto-lei nº 527 de 07/01/1938. A partir de então, não somente as entidades assistenciais tiveram acesso às subvenções governamentais, mas, igualmente, todas as instituições privadas que prestavam serviços nas áreas de educação, saúde e assistência social, ditas sem fins lucrativos.

A década de 40 marcou um período de preocupações governamentais com a prevenção à delinqüência infanto-juvenil, através de programas de educação e de saúde. Em 1940, junto ao Ministério de Educação e Saúde, foi criado o DNCr – Departamento Nacional da Criança, órgão encarregado da coordenação de todas as atividades relativas à proteção à infância, à maternidade e à adolescência.

Vinculado ao Ministério da Justiça, o SAM - Serviço de Assistência a Menores - foi criado por força do Decreto 3.779 de 5/11/41, em substituição ao Instituto Sete de Setembro, criado em 13 de junho de 1913. A finalidade do SAM era prestar, em todo o território nacional, amparo social, sob todos os aspectos, aos menores desvalidos e infratores da lei penal

Em relação à proteção geral dos necessitados, a primeira grande instituição nacional assistencial foi a LBA – Legião Brasileira de Assistência, criada em 1942 pela primeira dama do Estado Sra. Darcy Sarmanho Vargas , que lhe deu o nome inicial de “Legião de Caridade Darcy Vargas” . Com missão legionária a LBA foi instalada em 28 de agosto de 1942. Em primeiro de outubro do mesmo ano, registrou-se, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, como uma sociedade civil de finalidades não-econômicas voltada para congregar as organizações assistenciais de boa vontade.

Segundo SPOSATI & FALCÃO (1989, p.14), o vínculo institucional da LBA era duplo: *de um lado o Ministério da Justiça e Negócios Interiores para as ações sociais e, de outro, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para ampliação de recursos para fins de convênio com as Entidades Sociais*. As fontes de recursos procediam de cotas iguais de colaboração entre empregados, empregadores e União, tendo por base 0,5% sobre o salário do empregado (decreto - lei n.º 4830 de 15/10/1942).

A Legião Brasileira de Assistência tinha a finalidade de amparar as famílias órfãs e os “pracinhas”, debilitados para o trabalho, recém-chegados da II Grande Guerra Mundial.

Ao criar a LBA, Darcy Vargas assumiu a responsabilidade de liderar as mulheres brasileiras para apoiarem as famílias dos soldados

que participavam da Força Expedicionária Brasileira e lutavam na Itália, na guerra contra o neo-facismo.

Terminada a guerra, a LBA se firmou como órgão centralizado na figura das esposas dos governantes brasileiros. A elas cabia incentivar o trabalho voluntário das senhoras da sociedade, fundamentado na solidariedade, no sentido de realizar parcerias com setor público visando atender a pobreza brasileira em todos os estados e municípios.

Para SPOSATI (1989, p.16), a criação da LBA foi uma expressão da parceria entre o Estado, o empresariado e o voluntariado feminino civil.⁹⁶

A característica de “missão legionária” imprimiu um caráter ocasional às ações da Instituição. A LBA surge como um instrumento do populismo brasileiro para atuar em calamidades e formação de núcleos voluntários de solidariedade da sociedade civil a partir de campanhas comandadas pelas primeiras damas dos estados, e dos municípios.

O populismo brasileiro como modo de relação Estado / classes populares converteu-se em estratégia fundamental na manutenção do patamar assistencial – compensatório das políticas sociais públicas brasileiras...

O sucesso do populismo moderno esta em que ele se expressa como um modo de relação personalizada com os dominados e, um discurso antecipado das necessidades e demandas sociais. O reconhecimento de uma necessidade, apresentada de forma personalizada,

⁹⁶ Segundo a autora, LBA se insinuava como mãe da sociedade, marcada pela ação paternalista e de prestação de auxílios emergenciais e paliativos à miséria como ações vinculadas ao sentimento das mulheres e não da razão do Estado. As suas ações não eram sistemáticas, mas ocasionais, em épocas de calamidades públicas, como no caso da guerra, das secas, enchentes, etc.

tem grande efeito estratégico na trivialização da própria necessidade reconhecida, gerando a complacência e cumplicidade do mandatário, frente a sua satisfação ou a sua não satisfação regulada e compensatória.
(SPOSATI ,1989, p.40-41)

Segundo a autora, o discurso populista encontrava-se enraizado na cultura política do país, desdobrando-se no clientelismo, no apadrinhamento e no favoritismo que se encontram impregnados de uma maneira geral nos usos e costumes de todo brasileiro.

Após 1945, a LBA já existia em 90 % dos municípios brasileiros, iniciando sua trajetória de criação de uma rede de serviços na área da assistência social, inicialmente junto às famílias dos “pracinhas” (ex-combatentes de guerra), à maternidade, à infância e à velhice .

A década de 50 representou o início da modernização do Estado, passando as ações da LBA a ter característica de órgão paralelo à estrutura governamental, destinado à arrecadação de fundos para manutenção de instituições carentes, auxílio econômico, amparo e apoio à família, orientação maternal, campanhas de higiene, fornecimento de filtros de água e assistência médico-odontológica.

Além disso ampliou a celebração de convênios de manutenção das entidades sociais existentes na rede de solidariedade civil como creches, orfanatos, asilos, lactários, colônias de férias, concessão de instrumentos de trabalho entre outras. Seu âmbito de ação igualmente se expandiu na maioria dos estados através da rede de equipamentos

sociais como Casas da Criança⁹⁷, Postos de Puericultura, Hospitais Infantis, Educandários.

Em 1959 as entidades assistenciais passaram a requerer o Atestado de Fins Filantrópicos através da Lei nº 3.577/1959, que reconhecia como de utilidade pública as entidades com fins filantrópicos, isentando-as das contribuições previdenciárias.

De acordo com AMMANN (1985, p.29-37), a década de 50 marcou, ainda, o momento histórico em que as grandes potências mundiais lideradas pelos EUA e pela URSS deflagram a “guerra fria” pela conquista do primado político, econômico e ideológico de um mundo supostamente bipolarizado.

A consolidação do bloco socialista e sua expansão aos países orientais começam a representar um perigo crescente para os países capitalistas simultaneamente atingidos pela perda de suas colônias. Passa a então recém-criada ONU a desfraldar a bandeira da social – democracia e a buscar estratégias capazes de garantir a ordem social de preservar o “mundo livre” dos regimes e das ideologias consagradas não democráticas.

Sob o argumento de que “a pobreza é um entrave e uma ameaça, tanto para as populações pobres como para as áreas mais prósperas”; de que “na atual luta ideológica os povos famintos têm mais receptividade para a propaganda comunista internacional do que as nações prósperas”; de que “o esforço de ajudar os povos a alcançarem um nível de vida mais sadio e mais economicamente produtivo eliminaria os focos do comunismo em potencial”; de que “a melhoria de condições sociais e econômicas em qualquer parte do mundo livre redundaria em benefício dos Estados Unidos” este país se proclama líder do mundo pela boca de seu

⁹⁷ Observe-se que a Casa da Criança de Londrina foi construída na década de 50 e inaugurada em 1955, conforme explicado no Quarto Capítulo deste trabalho.

Presidente: “creio que devemos oferecer aos países amigos da paz, afirmava Truman em seu discurso de posse, os benefícios do nosso cabedal de conhecimentos técnicos e ajudá-los a realizar suas aspirações por uma vida melhor”. (AMMANN,1985 ,p.9-30)

A estratégia então utilizada para ajudar os países em desenvolvimento foi chamada de DC - Desenvolvimento de Comunidade.

Tratava-se do início das ações desenvolvidas pela Doutrina Brasileira de Segurança Nacional, que a partir de 1949 vinha sendo gestada pela Escola Superior de Guerra e se implantou em 1964, com o Governo Militar.

No Brasil, a DSN foi resultante de articulações entre militares e civis e se constituía, segundo MOREIRA ALVES⁹⁸ (1984, p.20): *um modelo específico de desenvolvimento econômico associado dependente combinando elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado.*

A situação de pobreza da população brasileira poderia constituir-se uma ameaça à segurança nacional, e a estratégia mais eficiente seria a implantação de políticas sociais. Nesse sentido o Conselho Econômico e Social da ONU - Organização das Nações Unidas definiu o DC – Desenvolvimento de Comunidade, em 1956, como *um processo através do qual os esforços do próprio povo se unem ao das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas,*

⁹⁸ Maria Helena Moreira Alves (1984) foi uma das estudiosas da questão do Estado Nacional pós 64. Segundo a autora, em nome do anticomunismo, a DSN dava forte ênfase à segurança interna, acarretando abuso de poder, mas igualmente propunha um processo de desenvolvimento econômico e social.

sociais, e culturais das comunidades , integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir, plenamente, para o progresso do país. (AMMANN,1985, p.3)

Com base nesse fundamento da participação das comunidades no custeio dos programas, segundo ROSEMBERG (1997, p.143-144), criaram-se programas, acionaram-se mecanismos, destinaram-se incentivos visando à integração regional e social. Na área da saúde e da educação infantil, a influência intragovernamental se deu através da UNICEF e UNESCO, junto do Departamento Nacional da Criança. Durante as décadas de 50 e 60 foram lançadas as bases conceituais que informaram o modelo de educação infantil propagado em diversos países, incluído o Brasil. A autora destaca, dentre as diversas orientações: a ênfase na participação da comunidade como estratégia para implantação da política social destinada à infância pobre, a estratégia de atuar junto aos governos nacionais e a sua entrada na área da educação.

Na década de 60 o UNICEF articulou-se mais diretamente com os ministérios de Assistência Social e o MEC, ampliando as ações para além do binômio nutrição e saúde, que se constituía, até então, a prioridade para envolver-se em projetos educacionais⁹⁹.

A política nacional de assistência à criança e ao adolescente no Brasil se concretizou a partir da criação da FUNABEM – Fundação

⁹⁹ O DNCr propôs a criação de centros de recreação que, apesar de não terem sido implantados na época do plano elaborado em 1967, forneceram o modelo para o primeiro programa nacional de massa implantado em 1977: o Projeto Casulo. (ROSEMBERG, 1997,p.147)

Nacional de Bem-Estar do Menor, pelo Governo Militar em 1964, que substituiu o SAM – Serviço de Assistência ao Menor.

As diretrizes da nova política foram traçadas em consonância com a Declaração dos Direitos da Criança, proclamada em 20 de novembro de 1959 pela Organização das Nações Unidas. A FUNABEM não se limitava a cuidar dos menores necessitados, abandonados e infratores, mas propunha avançar seus programas para intervenção sobre as causas dos desajustamentos

Na exposição de motivos G/M 906 B de 20/10/1964, do Ministério da Justiça ao Presidente da República, publicada no Diário do Congresso Nacional (Seção I) de 29/10/64, p. 9.625, consta:

1. Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo anteprojeto de lei que cria a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, em substituição ao Serviço de Assistência a Menores (SAM).

2. Há muito se faz sentir a imperiosa necessidade de encontrar-se uma solução racional para o grave problema de proteção ao menor desvalido, mediante a mudança completa do sistema até agora adotado e que se tem mostrado inadequado e ineficiente.

(...) 6. O malogro da instituição não decorre, como sempre salientam seus dirigentes, do problema de direção e de pessoal, mas, sobretudo, resulta de uma organização falha e onerosa e do uso de métodos inadequados à consecução dos fins em vista (Exposição de Motivos G/M 906 B de 20/10/1964)

Através da Portaria nº 98 – B de 10 de maio de 1963, o Ministro João Mangabeira criou uma Comissão¹⁰⁰ responsável pela reestruturação do sistema assistencial em bases inteiramente renovadas. Os trabalhos da referida Comissão deveriam transformar o SAM em Fundação, com plena autonomia técnica, financeira e administrativa, modificando além do nome, a estrutura e os métodos empregados para educação e recuperação dos menores desprotegidos.

A FUNABEM foi criada pela lei nº 4.513 de 1º de dezembro de 1964, vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social. O seu objetivo era formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, mediante o estudo do problema e planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executem essa política.

As diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor resguardavam prioritariamente os direitos do menor e da família:

I - Assegurar prioridade aos programas que vizem a integração do menor na comunidade, através de assistência na própria família e da colocação familiar em lares substitutos;

II - Incrementar a criação de instituições para menores que possuam características aproximadas das que informam a vida familiar, e, bem assim, a adaptação, a esse objetivo, das entidades existentes de modo que somente se venha a admitir internamento do menor à falta

¹⁰⁰ A Comissão era composta pelos cidadãos: Eduardo Bartlet James (então Diretor do SAM), Dom Cândido Padim O. S.B., Helena Iracy Junqueira, Lúcia Silva Araújo, Luiz Carlos Mancini, Maria Celeste Flores da Cunha, Odylo Costa Filho e Pedro Meireles Vieira. (Exposição de Motivos G/M 906 B de 20/10/1964 – item 8). IN, FUNABEM - Coletânea de Leis. MPAS.1964.

de Instituições desse tipo ou por determinação judicial. Nenhum internamento se fará sem observância rigorosa da escala de prioridade fixada em preceito regimental do conselho nacional;

III – Respeitar, no atendimento às necessidades de cada região do País, as suas peculiaridades, incentivando as iniciativas locais, públicas ou privadas, e atuando como fator positivo na dinamização e autopromoção dessas comunidades. (Lei nº 4.513, art.6º)

O atendimento ao menor passou a se dar de forma vinculada a ações comunitárias de apoio familiar.

O Conselho Nacional da FUNABEM era composto por representantes governamentais e representantes de entidades não-governamentais.

A composição governamental do Conselho era formada de: seis representantes do Poder Executivo, designados pelo Presidente da República, e um representante de cada uma das seguintes entidades governamentais: LBA – Legião Brasileira de Assistência, EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A composição das entidades da sociedade civil era formada de: um representante da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, designado por seu Conselho Federal, um representante de cada uma das entidades a seguir¹⁰¹: FNAPAEs , CFAS, SENAC, SENAI, FBB, UNAF, CNBB, CRB, CEB e CIB.

¹⁰¹ As siglas correspondem, respectivamente, a: Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, Conselho Federal de Assistentes Sociais, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, União das Associações Familiares, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil,

Comporiam ainda o Conselho Nacional da FUNABEM três pessoas consideradas “de notório saber”, no campo de proteção à família e ao menor, escolhidas em lista de nove, submetida à designação do Presidente da República.

Esta estrutura nacional montada para gerir a política e encaminhar as questões referentes à infância abandonada, carente e marginalizada, demonstrava uma mudança na forma de tratar o problema do “menor” através de ações de controle do Estado, apesar de contar com a participação da sociedade civil na prestação de serviços de assistência à criança e ao adolescente. A FUNABEM marcou o período em que o estado passava a definir as diretrizes para as ações de assistência à criança, retirando da sociedade civil empenhada em ações filantrópicas, sua autonomia e a responsabilidade que sobre ela recaía.

O Código de Menores de 1979 atualizou a Política Nacional do Bem Estar do Menor, formalizando a concepção “biopsicossocial” do abandono segundo PASSETTI (1999, p.364) e explicou a estigmatização das crianças pobres, como “menores” e delinqüentes em potencial. Com a abertura política do Regime Militar iniciou-se uma mudança nesta concepção quando os segmentos organizados da sociedade passaram a exigir uma revisão no código. Nascia, no bojo da Constituição de 88, a noção legal de que seria necessário substituir as Unidades de Internamento (FEBEMs), carregadas de preconceitos que ligavam

pobreza à delinqüência, por programas de atendimento em meio aberto. Foram as bases para a aprovação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

Em relação à LBA, o período pós-golpe de 64 modificou também o seu perfil legionário, para ser institucionalizado como órgão governamental.

Com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social em 1974, pela LEI nº 6.036 de 1/05/1974, a LBA – Legião Brasileira de Assistência - ganhou um novo estatuto como órgão governamental cujos recursos serão provenientes do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.

O Governo estruturou o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – SINPAS, através da LEI nº 6.439 de 1º de setembro de 1977.

Art.3º. Ficam criadas as seguintes autarquias vinculadas ao Ministério da Previdência e Assistência Social:

- I- Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS;*
- II- Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS.*

Art.4º. Integram o SINPAS as seguintes entidades:

- I- Instituto Nacional de Previdência Social – INPS;*
- II- Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS;*
- III- Fundação Legião Brasileira de Assistência – LBA;*
- IV- Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor – FUNABEM;*
- V- Empresa de processamento de Dados da Previdência Social – DATAPREV;*

VI- Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS

§ 1º Integra, também, o SINPAS, na condição de órgão autônomo da estrutura do MPAS, a Central de Medicamentos – CEME.

§ 2º As entidades do SINPAS têm sede e foro no Distrito Federal, podendo entretanto, manter provisoriamente sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, até que, a critério do poder executivo, possam ser transferidas para o Distrito Federal. (Lei nº 6.439 – de 1 de Setembro de 1977)

O Governo instituiu o SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, unificando todos os Institutos de Aposentadoria e Pensão. A Fundação LBA com a nova legislação passou a incorporar o FUNRURAL, o atendimento ao idoso e ao excepcional que eram procedentes do INPS. A Assistência Social passa a ser desenvolvida a partir da implantação de grandes políticas públicas controladas por institutos e fundações de abrangência nacional com representações nos estados e municípios.

Em 1979 mudou a fonte de custeio dos serviços da LBA com a criação do Fundo de Previdência e Assistência Social pelo decreto - lei 83.266 de 12/03/79.

De acordo com a revisão estatutária da LBA os seus objetivos passaram a ser *prestação de assistência social à população carente, mediante programas de desenvolvimento social de atendimento às pessoas independentemente de vinculação destas a outras entidades do SINPAS*, sendo definido como usuário, pela ótica da assistência prestada:

assistência pré-natal e natal, reforço alimentar as crianças de 0 a 6 anos, assistência ao excepcional e amparo á velhice.

A LBA era então vinculada à Secretaria de Assistência Social do Ministério de Previdência e Assistência Social, ao qual cabia a Direção Nacional da Política de Assistência Social dividida em quatro departamentos: Serviço Social; Educação para o Trabalho; Nutrição Materno-infantil e Assistência aos Excepcionais e Idosos.

Nos Estados e nos municípios ocorreu a descentralização da LBA através da criação das Superintendências Estaduais e Regionais¹⁰² além das comissões municipais.

No governo do General Figueiredo, foi implantado o Programa nacional do voluntariado do qual participava Da. Dulce Figueiredo. De acordo com o relatório da LBA (1984), assinado pela então presidente da LBA, Lea Leal, a Instituição se reafirmava como catalisadora do esforço comunitário e voluntário para atendimento aos mais necessitados. Segundo SPOSATI (1989, p.28), *a LBA apresentava, na época, um patrimônio de 135.000 voluntários, 6.000 entidades sociais conveniadas, 2.000 equipamentos sociais próprios e 8.000 servidores.*

Em 1987 pela portaria nº 3.939 de 12/02/1987, ocorreu nova descentralização com a possibilidade de cada Superintendência Regional em criar sua proposta organizacional, a partir de duas áreas-objetivos da

¹⁰² Em Londrina foi criada a Superintendência Regional da LBA em 1979, abrangendo os municípios de Cambé e Ibiporã, conforme explicado no item 3.4. deste capítulo.

“Nova LBA” : a SAC – Apoio ao cidadão e á família e a SAI – Apoio Comunitário e Institucional.

As ultimas alterações na Política de Ação da LBA foram realizadas no Governo de Itamar Franco (1993/1994). Como um órgão da administração pública federal, vinculada ao Ministério do Bem-Estar Social, a LBA tinha como missão¹⁰³ *participar da formulação da política nacional de promoção e assistência social, bem como estudar, planejar e implementar as medidas necessárias a sua execução de modo a contribuir para a melhoria das condições de vida da população pobre.*

As Ações Programáticas (LBA/MBES,1993) foram centralizadas em: família, criança carente, pessoa idosa, pessoa portadora de deficiência, apoio ao cidadão e ao fortalecimento familiar e programas promocionais comunitários.

O atendimento à criança carente de 0 a 6 anos deveria consistir em oferecer alimentação, saúde e educação através de duas modalidades: a creche comunitária (mantida por organizações comunitárias) e a creche domiciliar (onde uma mãe de família assumia a responsabilidade de cuidar de crianças, filhas de mães que se ausentavam para o trabalho).

Quanto ao apoio à pessoa idosa, com mais de 60 anos, este deveria constituir-se em atender as suas necessidades básicas, garantir integração social e fortalecimento dos laços familiares, através de duas

¹⁰³ LBA/MBES – Orientações sobre Programas e Convênios – Administração Leonor Barreto Franco, 1993.

modalidades: Asilar (regime de internato) e Conviver (atendimento ao idoso na própria comunidade).

O atendimento especializado à pessoa portadora de deficiência consistia na prevenção, tratamento precoce, reabilitação e integração nos serviços básicos da comunidade.

Ações de caráter eventual como auxílio econômico-financeiro em caso de emergência ou de calamidades públicas e a assistência judiciária para a legalização da cidadania, consistiam em duas modalidades: Apoio ao Cidadão e Fortalecimento Familiar.

Programas Promocionais Comunitários compreendiam ações de apoio técnico e financeiro, formação e reciclagem profissional, microunidades produtivas e projetos comunitários que poderiam contar com recursos federais.

No Documento de orientações sobre programas e convênios da LBA, foram previstos ainda programas especiais de parceria com empresários, entidades privadas, federações e associações, órgãos governamentais e organismos Internacionais, com o objetivo de ampliar a cobertura do atendimento à população, nos programas de promoção e assistência social.

Essa fase em que a LBA se reestruturou no governo Itamar Franco, teve sua importância para lhe devolver a credibilidade perdida pela atuação de Rosane Collor de Mello, esposa do Presidente Fernando Collor de Mello, enquanto ocupou sua presidência. Paralelamente a essa

reestruturação ocorria no Brasil o processo de regulamentação do art. 204 da Constituição Federal de 1988, que define a Assistência Social como Política Pública de Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social.

A partir da Constituição de 88, a Assistência Social foi legislada como Política Pública de Seguridade Social, de natureza compensatória. O Estado assumiu a Assistência Social como forma de substituir a renda e assegurar o direito às condições mínimas de sobrevivência das populações excluídas. Promulgada a Constituição, os setores técnicos e políticos vinculados à área da assistência social iniciaram o processo de elaboração da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, para regulamentação da recém-aprovada política pública

Em 1990 o Congresso Nacional aprovou a LOAS, mas o então Presidente Fernando Collor de Mello vetou integralmente o projeto de lei.

Foi somente em dezembro de 1993 que, tendo o projeto sido revisto e reencaminhado ao Congresso, sancionou-se a Lei 8742 de 07/12/93 - Lei Orgânica da Assistência Social pelo Presidente Itamar Franco. A LOAS assegura a assistência como uma política pública, com dotação orçamentária específica e estrutura descentralizada de ações nas três esferas de governo

A LBA foi extinta por força da LOAS¹⁰⁴ em 1 de janeiro de 1995, quando já era Presidente Fernando Henrique Cardoso. O modelo descentralizado da política nacional de Assistência Social instituiu a SAS - Secretaria Nacional da Assistência Social (estrutura administrativa) , o Conselho Nacional de Assistência Social (instância deliberativa) de composição paritária entre o Estado e a Sociedade Civil e o Fundo Nacional de Assistência Social (para alocação dos recursos).

Em novembro de 1995 realizou-se em Brasília a Iª Conferência Nacional da Assistência Social. Na ocasião reuniram-se 1.069 participantes, entre delegados de todas as entidades sociais prestadoras de serviços na área, governamentais e não-governamentais, profissionais ligados à Assistência Social e demais interessados, para debaterem¹⁰⁵ sobre a LOAS e seu processo de implementação.

Em outubro de 1998, A Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social apresentou à sociedade brasileira a Política Nacional de Assistência Social, fruto da construção coletiva ocorrida nas conferências municipais, estaduais e nacionais ao longo dos três anos de debates que envolveram a sociedade brasileira,

¹⁰⁴ Por mais que, no discurso de posse o Presidente e a Primeira Dama Da. Rute Cardoso afirmassem a extinção da LBA seria um ato político, a LOAS previa a extinção da LBA no prazo máximo de um ano a partir de sua promulgação em 7 de dezembro de 1993.

¹⁰⁵ As questões centrais apontadas como entraves foram : o reordenamento das instituições públicas e privadas a partir do processo de descentralização; a relação entre Público e Privado na prestação da Assistência como direito de cidadania; o financiamento para a área. A Conferência deixou bem claras as dificuldades para regulamentação da lei.

regida pelos princípios¹⁰⁶: universalização dos direitos sociais a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; igualdade de direitos ao acesso e ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, respeitando a dignidade do cidadão; primazia da responsabilidade do Estado na condução da política com interação construtiva com a sociedade para o enfrentamento da miséria, pobreza e exclusão, com centralidade na família, para implementação dos serviços; descentralização político-administrativa no âmbito da União, Estados, Distrito Federal, com ênfase na municipalização da gestão das ações e dos serviços; promoção da equidade no sentido da redução das desigualdades sociais e enfrentamento das disparidades regionais e locais no acesso aos recursos financeiros.

O Estado torna-se o responsável, como agente normativo e regulador para promover a elaboração e implementação da Política Pública de Assistência social, junto às demais políticas públicas, exercendo, na forma da lei, as funções de planejamento, incentivo e fiscalização.

O sistema descentralizado e participativo amplia a interlocução do Estado com a sociedade em suas diferentes formas organizativas no enfrentamento das questões sociais, uma vez que se reconhece insuficiente para responder sozinho às demandas sociais no enfrentamento à pobreza.

¹⁰⁶ Documento “Política nacional de Assistência Social” – PNAS- MPAS/SAS. 1998,p.7.

Diante da nova legislação, o que se constata, no caso do brasileiro é que, juridicamente (legislação social) e administrativamente, são criados órgãos, instituições e serviços voltados à proteção social, porém, efetivamente, o Estado não tem cumprido suas funções de seguridade social, porque não garante os princípios de universalidade e equidade no atendimento à população necessitada.

Além disso, no mesmo momento histórico em que se regulamentava a Lei Orgânica da Assistência Social, o Governo, dito “moderno”, na década de 90, lançava um programa vinculado à figura da primeira dama do Estado - O Programa Comunidade Solidária - que além de centralizador, porque partia da iniciativa do Governo Federal, desconsiderando a estrutura descentralizada regulamentada pela nova legislação, era ainda excludente, visto que privilegiava, de início, apenas 100 dos mais miseráveis municípios brasileiros.

Coloca-se a partir dessa análise novamente, a nossa questão de pesquisa. Se não falta legislação de direitos, quais são os verdadeiros empecilhos para a implementação de uma Política Pública de Assistência Social?

A forma pela qual a sociedade e o Estado têm enfrentado os efeitos da pobreza, a partir de ações concretas de prestação de serviços assistenciais, tem sempre um fundamento cultural determinado por idéias e concepções do que seja o assistencial.

O trabalho assistencial tem trazido no seu bojo a idéia de bondade, ajuda, caridade. As iniciativas de ações para controlar os efeitos da pobreza têm-se dado, prioritariamente, pelas organizações não-governamentais.

Na década de 90 consolidou-se juridicamente a Política Nacional de Assistência Social, mas o Estado continua dependendo dos serviços prestados pela rede filantrópica da sociedade civil para atender à pobreza.

As organizações não-governamentais compostas de entidades sociais, voluntariado, instituições de caridade e de filantropia teceram um universo disperso de mobilização de recursos, vontades e opiniões cujo ideário é de uma prática personalista e patrimonial.

A política pública brasileira, no trato com a pobreza, adotou historicamente, o modelo de regulação pela benemerência. O populismo e o centralismo burocrático foram características deste modelo regulador.

Sempre atrelada à Política de Previdência Social e de Saúde, a alocação de dotação orçamentária específica para os programas de assistência tornou-se irrisória, ou seja, foi a política minoritária da seguridade social brasileira.

A subalternidade dos programas assistenciais tem-se justificado pelo fato de que o usuário da assistência não contribui para a Previdência e, portanto, não pode ser chamado de beneficiário do sistema. Outra justificativa, segundo SPOZATI (1989, p.35), baseia-se no tipo de

benefício oferecido pelos programas assistenciais (LBA, FUNABEM...), tradicionalmente reconhecidos como assistenciais, como distribuição de alimentos, atendimentos a menores carentes, idosos e pessoas portadoras de deficiência, regularização de documento. Dessa forma, o critério institucional se justificou fundamentalmente em sua trajetória histórica e no tipo de benefício oferecido, além de buscar referir-se à população não-segurada.

Assim sendo a Assistência Social, no contexto das políticas sociais brasileiras, verificadas até a década de 80 do século XX, se configurou como mecanismo de tutela, benesse, assistencialismo, objeto e ações populistas e clientelistas que enfim descaracterizam o estatuto de política pública, direito do cidadão e dever do Estado.

Quando ela se regulamentou como direito de cidadania, os seus prestadores de serviços assistenciais e os responsáveis pela estrutura administrativa do poder público, modificaram o discurso, mas as ações ainda refletem a cultura da ajuda, do paternalismo, do clientelismo.

3.3. A organização da assistência social pelo governo do Estado do Paraná

As primeiras ações públicas na área da Assistência Social no Estado do Paraná priorizavam o atendimento à criança e estiveram vinculadas à Secretaria de Educação.

Durante o mandato do Interventor Federal Dr. Caetano Munhós da Rocha, foram fundadas em Curitiba, em 1929, as primeiras Escolas Oficiais¹⁰⁷ para atendimento à criança órfã ou carente. Já existia na época, o Asilo São Vicente para acolher idosos e portadores de deficiência mental, mantido por iniciativa da sociedade.

Na gestão do Interventor Manoel Ribas (1932/1945), a preocupação administrativa do Estado se voltou para a organização da assistência de caráter rural, tendo em vista as ações sociais mais voltadas para o trabalho ocupacional do que para o intelectual. Foram criadas várias escolas profissionalizantes, principalmente na capital do Estado, ligadas à Secretaria de Agricultura.

Em 13 de maio de 1947, foi criado o Departamento Estadual da Criança, pelo Decreto – lei nº 615, tendo sido seu regulamento aprovado

¹⁰⁷ Segundo documento Histórico do IAM foram elas: Casa Escolar Dr. Caetano Munhós da Rocha, localizada no bairro do Portão, para atendimento a crianças do sexo masculino e Escola Nossa Senhora das Dores, fundada junto ao Asilo São Vicente, no Juvevê, para atendimento a crianças do sexo feminino.

pelo Governador Moisés Lupion, em 20 de junho do mesmo ano pelo Decreto nº 2.517.

Finalidades do DECr:

I – Estimular e orientar a organização de estabelecimentos, municipais e particulares, destinados à proteção de maternidade, infância e adolescência;

II – Realizar inquéritos e estudos relativos à situação em que se encontra, no território do Estado do Paraná, o problema da maternidade, da infância e da adolescência;

III – Divulgar, por todas as modalidades, os conhecimentos sobre os problemas de proteção à maternidade, infância e adolescência;

IV – Promover cooperação do Estado com os Municípios e Instituições de caráter particular, mediante subvenção e auxílio destinados à maternidade, infância e adolescência. (Decreto Estadual nº 2.517/47)

Uma reportagem do Jornal *O Combate*¹⁰⁸, apresentou o trabalho desenvolvido pela Diretoria do DECr em 1957, baseado no programa de Governo do Estado, que teve em vista dar maior incentivo à luta contra a mortalidade infantil, por intermédio dos serviços de assistência ao binômio mãe-filho, mediante os postos de puericultura¹⁰⁹, lactários, maternidades, creches, bancos de leite humano, postos volantes, hospitais de crianças e artesanatos. O Departamento da Criança contava ainda com uma Divisão de Proteção Social que prestava os seguintes serviços sociais: colaboração familiar, registros e documentos, colocação familiar e serviços odontológicos.

¹⁰⁸ A DEFESA da infância acima de tudo. *O Combate*, Londrina, mar., 1958, p. 3

¹⁰⁹ O Posto de Puericultura de Londrina foi inaugurado em 1955 recebendo o nome de “Casa da Criança”, conforme exposto no Capítulo IV.

Segundo a mesma reportagem, em viagem de inspeção pelo interior do Estado a Diretoria do DECr visitou 124 Municípios e criou 31 novas Associações de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI¹¹⁰.

Além disso, procurando dar melhor assistência aos postos de puericultura do interior a Diretoria, seguindo a mesma orientação do ano anterior, fez aquisição de leite em pó e medicamentos¹¹¹ para distribuição.

No Estado de São Paulo, a unidade de internamento de menores infratores recebeu o nome de FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor e no Estado do Paraná, para executar o mesmo serviço foi criado, em 1962, o IAM – Instituto de Assistência ao Menor.

O Instituto de Assistência ao Menor foi criado pela Lei 4.617 de 16 / 07/ 62 e jurisdicionado à Secretaria do Trabalho e Assistência Social no Governo do Sr. Ney Amintas de Barros Braga, tendo sido nomeado como primeiro Diretor¹¹² o Sr. Adélio Conti. Na ocasião, o então Secretário de Trabalho e Assistência Social, Dr. Aristhides Simão estava preocupado

¹¹⁰ A A.P.M.I. de Londrina foi criada em 1955, sendo o “Termo de Abertura do livro de Atas” datado no mês de março de 1956.

¹¹¹ Foram enviados em 1957 para os postos de puericultura do Paraná: “103.970 latas de Leite em Pó; 47.970 frascos de Penicilina com diluente; 110.700 comprimidos contra febre; 209.100 comprimidos contra vômitos; 36.900 Empolas anticatarral; 36.900 Tubos de Fermento Láctico; 984 Litros de fortificantes; 738 Litros de Vermífugo; 246.000 Comprimidos de Pol Sulfas; 73.800 Empolas de antigripais; 36.900 Empolas de Balsâmico Pulmonar; 429.000 Comprimidos de Gluconato de Cálcio; 7.380 Vidros de Rin-Sulfin; 61.500 Comprimidos de Vermífugo; 369.000 Comprimidos de Vitamina c; 1.968 Litros de Xarope para tosse; 184.500 Empolas de medicação anti-diárréica; 18.450 Vidros de Hidrocofa; 6.150.000 Empolas de Aderogil D 3 Oral; 123.000 Comprimidos de Sulfa; 615 Litros de Extrato Hepático Ferruginoso.”

¹¹² Ao primeiro Diretor do IAM, Sr. Adélio Conti (1962) seguiram-se os seguintes: Sr. Luciano Celestino Binradtt (1962-1966); Sr. Ulisses Montanha Teixeira (1966-1969); Sr. José M. Bezerra Valente (1969); Sr. Euclides Rocha Ferreira (1970-1971); Sr. Newton Sérgio Ribeiro Grein (1971-1983); Sr. Teófilo Bacha Filho (1985-1986).

com a precariedade dos estabelecimentos oficiais, que se tinham tornado incompatíveis com a dignidade humana.

De acordo com o artigo primeiro da referida Lei o IAM era uma entidade autárquica, com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa e financeira, com sede em Curitiba, tendo por finalidade a formulação e execução da política governamental de assistência ao menor.

BATTINI (1982, p.52) explicou que o IAM passou à jurisdição da Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social segundo a Lei 6.636 de 29/11/74, que dispunha sobre a organização do Poder Executivo no sistema de administração pública do Estado do Paraná.

O IAM articula-se ao nível federal com a FUNABEM e, a nível municipal, com entidades assistenciais públicas e particulares. Essa articulação se faz através do estabelecimento de convênios, onde ficam delineadas as responsabilidades e atribuições recíprocas. A característica básica de sua proposta de ação é a preocupação por uma visão global, dada aos programas, sob a perspectiva vertical e horizontal. Na primeira perspectiva – vertical – a preocupação se volta para a integração entre os órgãos governamentais, os quais integram o sistema de administração pública, representando as diferentes dimensões de atendimento à criança, ou seja, educação, profissionalização, alimentação, saúde e recreação.

Para essa ação integrada, o IAM agiliza os subsistemas correspondentes, no sentido de globalização de atendimento ao menor e sua família. Mediante planejamentos, cursos treinamentos, informações, definições de fluxo de trabalho, forma-se uma rede coordenada por aquela autarquia. Essa prática, de forma geral, tem demonstrado predominância de resultados apenas ao nível das decisões de cúpula. Na prática direta,

essa integração é inexpressiva, tornando, não raro, o atendimento ao menor, fragmentado. Dessa forma, deixa de atingir a globalização preconizada nos termos da proposta da política estadual.

No enfoque horizontal, a política se efetiva junto às instituições de base, através de sua regionalização. Nessa perspectiva, são propostos Escritórios Regionais, os quais devem possibilitar a descentralização do trabalho e a racionalização da ação. Foi meta para 1980, a instalação dos Escritórios Regionais, completando a montagem de infra-estrutura de atendimento ao menor, ao nível de coordenação. Atualmente, apenas um acha-se em fase de implantação, e a coordenação é realizada por técnicos de Serviço Social, responsáveis pelas diferentes regiões e centralizados na Capital. Esses técnicos atendem um total de 194 entidades particulares e 16 oficiais, abrangendo todas as regiões de planejamento do estado, com uma concentração nas regiões 1 e 2 – Curitiba e Ponta Grossa -, sul do Estado, e 6 e 7 – Londrina e Maringá -, ao norte do Estado, considerados pólos de desenvolvimento regional. (BATTINI 1982, p.53-54)

O modelo adotado apresentava uma estrutura sistêmica de controle de todas as regiões do Estado¹¹³, na tentativa de atender, encaminhar, integrar e controlar o processo de marginalização que se tornava evidente desde a década de 70. As diretrizes operativas da política estadual do bem-estar do menor fundamentavam-se na fixação do menor em sua região de origem, em programas terapêuticos e preventivos de reeducação e de ação comunitária e também na internação, embora colocada como último recurso.

¹¹³ Os escritórios regionais que compunham a estrutura do IAM eram Localizados em: Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Guarapuava, Irati, União da Vitória, Pato Branco, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Cascavel, Campo Mourão, Umuarama, Cianorte, Paranavaí, Maringá, Apucarana, Londrina, Cornélio Procópio e Jacarezinho..

Aos escritórios regionais cabia a coordenação e supervisão dos programas comunitários de atendimento ao menor, o combate e a fiscalização da aplicação de auxílios e subvenções e contribuições às unidades sociais particulares de atendimento ao menor e o controle de vagas disponíveis.

No governo Jayme Canet Junior (1975-1978) foi criado o CEDIT¹¹⁴ – Centro de Estudos, Diagnóstico e Indicação de Tratamento, vinculado ao IAM. De acordo com as diretrizes e normas da FUNABEM e do IAM tinha como filosofia “prevenir para não remediar”.

Este programa de prevenção à marginalização do menor objetivava a implantação e manutenção de unidades comunitárias especializadas no atendimento ao menor, antes que ele se transformasse em um problema de difícil e improvável solução.

De acordo com a proposta elaborada pelo IAM, o CEDIT funcionaria em regime de internato, em caráter temporário, para ambos os sexos, atendendo a faixa etária de 0 a 18 anos. Os programas previam atividades e serviços na área de saúde, educação, recreação, além de atendimento e acompanhamento de Psicologia e Serviço Social. Paralelamente ao CEDIT, em Londrina foram implantados o Programa de Apoio e promoção Familiar – PAPF e o Programa de Orientação, Colocação e Acompanhamento Profissional – PROCAP.

¹¹⁴ O CEDIT de Londrina foi criado em 1982 e operacionalizou-se inicialmente junto ao Lar Anália Franco, entidade com caráter de orfanato destinado a crianças e adolescentes de ambos os sexos.

No governo Jayme Canet Junior existia ainda a FIDES – Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais, entidade igualmente vinculada à Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, cujo objetivo se limitava ao repasse de verbas e recursos às entidades assistenciais.

Em 26 de Novembro de 1979, segundo Governo de Ney Braga (1979 -1982) a FIDES foi transformada na PROMOPAR – Fundação de Promoção Social do Paraná, através do Decreto nº 1.556, com personalidade jurídica de direito privado, autonomia técnica, administrativa e financeira.

A PROMOPAR tinha como objetivos e atribuições (art. 4º do Decreto 1556) executar direta ou indiretamente, programas sociais de acordo com a política e normas técnicas de bem-estar social, fixadas pela Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-estar Social e de conformidade com as diretrizes do plano de Governo do Estado do Paraná.

A PROMOPAR desempenhava várias atividades através do serviço social como: atendimento a pessoas carentes, amparo social à velhice, ação assistencial comunitária, desenvolvimento comunitário através dos Centros Sociais Urbanos, central de voluntários e reabilitação social.

De acordo com a estrutura da PROMOPAR foi criado o Centro de Triagem e Atendimento Social – CETAS, com o objetivo de desenvolver atividades centralizadas, procurando dar atendimento adequado e eficaz

no setor social, educacional e médico para pessoas desvinculadas da Previdência Social.

Uma nova reestruturação estadual¹¹⁵, ocorreu no governo Álvaro Dias (1987-1990) com a criação da FASPAR – Fundação de Ação Social do Paraná através da qual ocorreu a fusão do IAM e do PROMOPAR, através da Lei nº 8.485 de 03/07/1987. A FASPAR foi regulamentada pelo Decreto nº 3609/88, como entidade da administração direta do Poder Executivo Estatal, vinculada à Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social - SETA, tendo como superintendente o secretário Rubens Bueno.

No Regulamento Interno aprovado pelo Conselho de Administração em 25/01/1988, a FASPAR foi considerada como entidade com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira. A FASPAR passou a atender a questão social em sua globalidade, ou seja, os segmentos da criança, do adulto e do idoso, tendo como objetivo central o apoio operacional à SETA, para a viabilização e agilização de suas ações, prevendo como nível de execução as unidades sociais oficiais instaladas ou a serem instaladas na Capital e nos demais municípios de interior do Estado.

A partir de 1989, a FASPAR passou a ser uma entidade da administração indireta do Poder Executivo Estadual, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social – SEJA, com objetivos de apoiar operacionalmente tal secretaria além da manutenção

¹¹⁵ Para maiores informações, consultar, OLIVEIRA, Juciley Eunice M. *História do IAM, PROMOPAR e FASPAR*. Pesquisa. IASP. 1987

e gerenciamento das unidades sociais oficiais de atendimento a menores órfãos, carentes, abandonados, infratores, deficientes e adultos carentes. Em 28 de agosto de 1989 foi aprovada nova proposta de estatuto e regimento interno, fundamentando-se nas diretrizes: *Compromisso com a classe trabalhadora e Auto-Suficiência pelo Trabalho*. Esta vinculação da FASPAR à SEJA possibilitou uma mudança na relação pedagógica¹¹⁶ em relação às pessoas e populações pobres, visando: evitar a subserviência, o clientelismo, o paternalismo e a cooptação; democratização das informações; defesa do crescimento econômico vinculado ao desenvolvimento social; reconhecimento e apoio ao sindicalismo e às iniciativas comunitárias, visando a efetiva participação popular. A FASPAR deixou de ser Fundação e foi transformada em Autarquia pela Lei 9.663 de 16 de Julho de 1991.

No Governo Jayme Lerner¹¹⁷ (1995-2002), através do Decreto nº 959/95 foi alterada a denominação da FASPAR, transformada no IASP – Instituto de Ação Social do Paraná, mudando também o seu vínculo, desta vez para a recém-criada Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família - SECR.

Instituída em 1º de janeiro de 1995 pela da Lei nº 11.066/95 e regulamentada pelo do Decreto nº 1099/95, a SECR tinha como objetivo estabelecer uma política de assistência social mais humana e dinâmica, facilitando o acesso da população carente do Estado, aos benefícios

¹¹⁶ Diretrizes de ação da FASPAR, Curitiba, Relatório de 1989.

¹¹⁷ Jayme Lerner foi reeleito Governador do Estado, nas eleições de 1998

sociais básicos. Para tanto a SECR definiu quatro grandes áreas de atuação:

O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO incentiva a organização e o desenvolvimento das comunidades para o exercício da cidadania;

A ASSISTÊNCIA SOCIAL articula ações públicas e da comunidade para garantir as necessidades básicas da população carente de nosso Estado;

O APOIO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS, desenvolve ações para enfrentar a pobreza e assegurar a todos o acesso à renda;

A INTEGRAÇÃO SOCIAL DO IDOSO E DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA promove medidas que favorecem a igualdade e participação plena dos idosos, dos portadores de deficiência e suas famílias na efetivação de sua cidadania. (SECR, Curitiba: Governo do Paraná, 1995)

Para o efetivo funcionamento e garantia do trabalho social a SECR conta com a seguinte estrutura: Coordenadoria de Desenvolvimento Comunitário; Coordenadoria de Assistência Social; Coordenadoria de Apoio às Atividades Produtivas; Coordenadoria da Política do Idoso e do Portador de Deficiência; IASP – Instituto de Ação Social do Paraná; PROVOPAR – Programa do Voluntariado Paranaense e 15 Escritórios Regionais nos Municípios do interior do Estado.

Analisando as diferentes estruturas administrativas da história da assistência social no Estado do Paraná pode-se observar que, da mesma forma que mudaram os governos, mudaram a denominação dos órgãos estaduais de amparo à maternidade, à infância, à adolescência e à família, aos portadores de deficiência e aos idosos pobres. Percebe-se

igualmente a falta de continuidade dos programas desenvolvidos pelo Estado que, a cada gestão desmontava uma estrutura existente, extinguindo órgãos ou serviços para colocar outra estrutura administrativa e criar novos programas de atendimento à população necessitada.

3. 4. Assistência Social em Londrina

O processo de atendimento a essas necessidades sociais em Londrina se deu seguindo os mesmos parâmetros característicos da sociedade brasileira, por iniciativa das primeiras damas, inicialmente com a preocupação voltada a ações básicas de saúde, acompanhada por atendimentos especiais a crianças carentes.

As Igrejas e a rede de organização das entidades filantrópicas da sociedade civil se encarregaram de organizar a prestação de serviços assistenciais: creches, lares para órfãos, asilos para velhos, hospitais. Como resultado desse processo, Londrina possui atualmente um maior número de entidades mantidas pela sociedade civil do que pelo poder público municipal. Este, por sua vez teve as atenções mais voltadas para a questão da habitação e da saúde, permanecendo como subsidiário da assistência social, cuja responsabilidade recaiu sobre as Organizações Não-Governamentais.

Apresentamos a seguir as ações desenvolvidas pelo poder público e pela sociedade londrinense na área da assistência social no período compreendido entre as décadas de 40 e 80 do século XX, visando identificar qual a relação estabelecida entre a esfera pública e a privada no trato com a questão social no município.

3.4.1. Ações do poder público na área da assistência social

Na década de 40, poucas eram as manifestações da pobreza no município de Londrina fazendo com que a atenção às famílias pobres recaísse sobre a boa vontade da população, que muito se mobilizou para atender as demandas locais nesta área. Ao poder público municipal coube uma atuação pontual, ligada ao gabinete do prefeito, para atender os casos mais urgentes.

Na esfera municipal, desde a década de 1936, podem ser verificadas, junto aos orçamentos públicos arquivados pela Câmara Municipal e publicados semestralmente no jornal *Paraná Norte*, verbas esporádicas destinadas aos pobres, indigentes, subvenções para amparo à maternidade e infância.

Nos documentos do Orçamento Municipal os demonstrativos da Receita e Despesa da Prefeitura durante a gestão do prefeito Dr Willie Davids (1935-1938), os recursos destinados à assistência aos pobres

eram alocados na rubrica “auxílio e subvenção”, conforme observado na tabela apresentada a seguir.

Tabela 5 – Dotação Orçamentária para Assistência Social – 1936/1938

RUBRICA	1936	1937	1938
Auxílio e subvenção			
Auxílio a hospitais	6:201\$600	7:200\$000	7:200\$000
Amparo à maternidade e infância	1:800\$000,	6:724\$000	7:540\$400
Hospitalização de Indigentes		17.331\$400	31:980\$000
TOTAL ANUAL	8.001\$600	31.255\$400	46.720\$400

FONTE: Jornal *Paraná Norte* (Ano II, 1936, Nº104 e Ano V, 1938, nº184)

O registro sob rubrica “auxílio a hospitais” refere-se à subvenção repassada ao Hospital da Companhia de Terras para consultas e tratamentos de pessoas pobres e doação de medicamentos, que eram pagas aos médicos particulares que mantinham clínicas em Londrina.

O aumento nas despesas, registrado em 1937 e 1938 na rubrica “hospitalização de indigentes”, refere-se às despesas de manutenção do “Hospitalzinho de Indigentes”¹¹⁸ criado pelo Delegado de Higiene do Município, Dr. Gabriel Martins.

¹¹⁸ O Hospitalzinho será objeto de estudos no próximo capítulo.

Em relação às ações desenvolvidas pelo Poder Público em Londrina, há que se considerar as três esferas de governo: federal, estadual e municipal.

A primeira organização de cunho assistencial pertencente à esfera federal a se instalar em Londrina foi a Legião Brasileira de Assistência, no período da Segunda Guerra Mundial. Em 19 de novembro de 1942, na sala da Biblioteca Pública do Paço Municipal foi empossada a Diretoria do Centro Municipal da LBA, assim constituída: presidente, Sra. Marina Figueiredo; secretário, Sr. João Gurgel Pismel; tesoureiro, Sr. Carlos de Almeida e como vogais os Srs. João Barbosa de Almeida, João de Jesus Neto, Nelson Maculan e Luiz Portela Passos.

As pessoas interessadas, de qualquer profissão, de qualquer classe social, que desejarem prestar concurso à pátria, notadamente neste transe, deverão inscrever-se como voluntárias no centro Municipal.

As fichas de inscrição acham-se com as voluntárias srtas. Iolanda Colabeli e Francisca Trabali, na prefeitura municipal.

Na última sessão realizada o centro recebeu mais de 14 voluntárias.

Ingressar na Legião Brasileira de Assistência é dever de todos os brasileiro e amigos do Brasil!

O Livro de Ouro, instituído para receber contribuições espontaneas de quem o desejar fazer para atender às necessidades das famílias paupérrimas, está á disposição, durante todo este mês, nas Casas pernambucanas.

A Legião aceita donativos de toda espécie para o natal das crianças pobres. Quaisquer esclarecimentos serão prestados pela Diretoria. Procurem-na¹¹⁹.

¹¹⁹ Reportagem do jornal *Paraná Norte*. Londrina, v.8, Nº 125, 06, dez., 1942, p.1

Uma campanha foi desencadeada pelo jornal *Paraná Norte* em conjunto com a LBA, com a finalidade de enviar dinheiro à esfera federal destinado a atender os diversos interesses nacionais. Em outubro de 1942 o jornal noticiou o ofício recebido do Dr Rodrigo Octavio Filho, em nome da LBA Nacional em agradecimento pela remessa da importância em dinheiro arrecadada através do Livro de Ouro¹²⁰.

Por ocasião do jantar festivo de comemoração do segundo aniversário do Rotary Club de Londrina, foi proferida palestra pela presidente da LBA de Londrina, solicitando apoio para a campanha nacional que se iniciava. Em seu discurso leu na íntegra as palavras proclamadas pelo representante de Da Darcy Vargas em São Paulo, Sr. Ernani Coelho Duarte, que assim enumerou as finalidades da LBA:

A LBA com a alta finalidade de congregar os brasileiros de boa vontade a promover por todas as formas os serviços de assistência social, tem como principais objetivos: proteger a maternidade e a infância; amparar os velhos e os desvalidos; prestar assistência médica às pessoas necessitadas; favorecer o reajustamento das pessoas, moral ou economicamente desajustadas; contribuir para a melhoria da saúde do povo brasileiro, particularmente no que se refere ao problema alimentar e da habitação; incentivar a educação popular (e eu chamo a atenção dos presentes para esta parte) inclusive cooperando na criação de escolas, bibliotecas e outras instituições educativas; desenvolver esforços em favor do levantamento do nível de vida dos trabalhadores, estimulando a organização de centros de

¹²⁰ O dinheiro foi enviado para a Campanha pela Marinha de Guerra Nacional, principalmente para atendimento das famílias de náufragos do atentado aos submarinos do eixo. Na ocasião as doações foram feitas por Garcia, Garcia & Garcia e sr Manoel Lopes Martinez, enviadas à LBA. (Jornal Paraná Norte, v.9, n. 418, 18, out., 1942, p.2)

recreação e cultura; auxiliar, sempre que possível, as instituições especializadas, cujos objetivos tenham a mesma finalidade da LBA; realizar inquéritos, pesquisas e estudos sobre matérias do serviço social, particularmente as relacionadas com o programa da Legião, e organizar cursos e promover todas as formas de propaganda e divulgação em favor do progresso do serviço social no Brasil. Na atual emergência, de estado de guerra, a Legião desenvolverá sua atividade principalmente para prestar integral apoio e decidido concurso ao governo, inclusive apelando para a consciência cívica do povo brasileiro, visando arregimentar e aproveitar as atividades das pessoas não mobilizáveis, habilitando-as e encaminhando-as às autoridades civis e militares ou aplicando-as nos serviços a serem organizados pela LBA; prover, sob a forma de serviço social básico as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados, e organizar serviços e promover todas as formas de atividades concernentes ao programa imposto pela atual emergência¹²¹.

Da. Marina Figueiredo terminou sua palestra, considerando que não tinha conhecimento de qualquer família de Londrina desamparado pelo motivo de convocação dos chefes para a guerra e que, portanto, diante dos outros objetivos apontados para a LBA, apelava ao Rotary Clube a sua colaboração para a fundação de uma biblioteca infantil, com o objetivo de despertar na criança o gosto pela leitura e pela literatura, contribuindo para a sua elevação cultural.

Londrina é a terra da Promissão, cidade encantamento, de solo ubérrimo, onde tudo germina, cresce, floresce e frutifica, ante aos nossos olhos extasiados.

A semente é boa, não cairá, estou certa, em terra sáfara. Termino pedindo mais uma vez ao Rotary que tanto tem feito por londrina e seu município, às senhoras rotarianas dotadas de tão boa vontade e pronunciado

¹²¹ Jornal *Paraná Norte*. Londrina, v.8, nº 422, 15, nov., 1942, p.1.

*espírito cívico, que colaborem nesta campanha para formação de brasileiros sadios, cultos e organizados, que terão orgulho de sua Pátria, não só pelo verde exuberante de suas matas, a riqueza de seu solo e a beleza sem par das suas paisagens, mas também pelo valor de si próprios*¹²²

Além dessa campanha, em março de 1943 o Núcleo Municipal da LBA publicou as doações do Livro de Ouro¹²³, lançando mais uma campanha solicitando donativos de quaisquer natureza – em dinheiro, em gêneros alimentícios ou tecidos, a serem enviados aos esforços de guerra¹²⁴. Foram abertas naquele mesmo ano, inscrições para os cursos de Enfermeira Socorrista e Rádio–Telegrafista a fim de preparar voluntários que se dispusessem a contribuir para ações na guerra.

*Curso de Voluntária Socorrista criado sob inspiração e patrocínio da legião brasileira de Assistência em Londrina, com duração de dois meses compreendendo uma parte teórica e uma prática pelos médicos Dr. A Barbosa Góis, Newton Câmara e Anísio Figueiredo. As aulas práticas serão ministradas no Hospitalzinho*¹²⁵. *Cada turma será constituída de 18 socorristas.dadas as limitadas condições*¹²⁶.

Alerta socorrista - Abertas as inscrições para o curso de enfermagem. Pelo ofício n F 93, dirigido pelo sr dr. Aramís Athayde, presidente da Cruz vermelha Brasileira Filial do Paraná, ao sr. dr Caio Moura Rangel, foi este nomeado

¹²² Jornal *Paraná Norte*. Londrina, v.8, nº 422, 15, nov., 1942, p.1e 2.

¹²³ Legião Brasileira de Assistência. Donativos recebidos e registrados no “Livro de Ouro”: 10 ms de flanela da Sra. Nicolau Lunardeli; 18 m de brim da sra. Do dr Anibal Veloso; 10 m de flanela da sra. Hugo Cabral; 1 peça de algodão da Sra. Aristides Souza Mello; 10 ms de riscado da Sra. José Bonifácio e Silva; retalhos das Casas Pernambucanas e Novelos de lã das Casas Fuganti. (Jornal *Paraná Norte*, v.9, n.438, 7, mar., 1943, p.2)

¹²⁴ Campanha publicada no jornal *Paraná Norte*. V.9, n.438, p.2, 7, mar., 1943, p.3.

¹²⁵ O Hospitalzinho aqui mencionado refere-se ao Hospital da Companhia de Terras Norte do Paraná.

¹²⁶ Jornal *Paraná Norte*, v.9,nº 448, 16, mai., 1943, p.1.

*Delegado dessa entidade neste Município. Delegado municipal da Cruz Vermelha*¹²⁷.

Terminada a guerra, termina com ela a missão legionária da LBA, que passa por uma trajetória de órgão paralelo à ação governamental, exercendo atividades complementares, recebendo e repassando doações, de acordo com a tendência dos programas sociais da década de 50 com forte caráter assistencial.

Voltando à análise das ações da esfera municipal, até 1940 as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Londrina, destinadas a atender a saúde, a assistência e a educação e cultura (que foram incluídas nos orçamentos de 1939 e 40) eram concebidas como auxílios e subvenções, diretamente vinculadas ao gabinete da Prefeitura, não existindo uma secretaria específica.

Segundo LOLIS (1993, p.51), o primeiro órgão executor da Assistência Social Pública foi o Departamento de Educação e Assistência Social, criado em 1948, responsável prioritariamente pelas ações de educação do Município. As ações referentes à assistência social tinham caráter de doação e se restringiam a encaminhamento médico-hospitalar, fornecimento de passagens, auxílio financeiro, doação em espécie como alimentos e roupas.

¹²⁷ Jornal *Paraná Norte*, v.9, nº 553, 21, jan.1945, p.2.

Quando analisados os orçamentos públicos da época identificamos que parte da dotação orçamentária do Departamento de Educação e Assistência Social era destinada para as seguintes ações assistenciais: auxílio à sopa da criança, auxílio a gestantes e crianças pobres, auxílios a indigentes e auxílio a associações de caridade.

As propostas orçamentárias da gestão do então prefeito Hugo Cabral (1948/1951), registradas na Câmara Municipal, apresentam dotação orçamentária para tais ações, de forma detalhada com rubricas específicas e diferentes para a assistência à educação e para a assistência social. Na rubrica de assistência à educação eram destinados recursos para compra de parques infantis e alimentação escolar. Na rubrica da assistência social, o orçamento era previsto para auxílio a gestantes, crianças pobres, indigentes e necessitados, além de verbas específicas para entidades ou associações de caridade.

A tabela apresentada a seguir demonstrativa da dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Londrina específica para a área da Assistência Social, alocada no Departamento de Educação e Assistência Social.

Tabela 6 – Dotação Orçamentária do Departamento de Educação e Assistência Social – PML – 1949/1950

Departamento de Educação e Assistência Social	1949 Cr\$	1950 Cr\$
Assistência à Educação:		
Auxílio à sopa da criança	48.000,00	50.000,00
Aquisição de Play Ground		50.000,00

Assistência Social:		
- Auxílio a gestantes e crianças pobres	150.000,00	150.000,00
- Auxílios a Indigentes e desamparados		40.000,00
- Associações de Caridade	27.000,00	
- Fundos para obras Assistenciais		
TOTAL DO ORÇAMENTO	225.000,00	290.000,00

FONTE : Leis que aprovam o orçamento municipal da gestão 1949/50 arquivadas na Câmara Municipal, no período.

Percebe-se que as dotações orçamentárias eram, basicamente, para atender crianças carentes e suas progenitoras, com quantia menor destinada a indigentes e desamparados.

Na década de cinqüenta ocorreu uma mudança significativa na dotação orçamentária do Departamento de Educação Pública e Assistência Social do município, na área da educação.

Tabela 7 - Dotação Orçamentária do Departamento de Educação Pública e Assistência Social – PML - 1954

DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO	EFETIVO
Nº 6 – F- Assistência Social	130.000,00	130.000,00
Nº 26 – VI – Depto. Educação pública e Assistência Social		
a) administração superior	217.000,00	207.000,00
b) Nº 27 - Ensino primário	2.467.600,00	2.386.600,00
c) Nº28 – Biblioteca municipal	144.200,00	69.200,00
d) Nº 29- Parques infantis	210.000,00	210.000,00
e) Nº 30 – Subvenções, contribuições e auxílios		
Instituições de educação pública	579.000,00	579.000,00
f) Nº 31 - Subvenções, contribuições e auxílios		
Instituições de saúde pública	1.292.000,00	1.292.000,00

Fonte: Jornal *Folha de Londrina* (v.6, nº 900,15, jun.,1954, p.2)

A tabela demonstra o aumento do orçamento para o referido Departamento, porém pode-se observar que não ocorreu a mesma proporção de ampliação de recursos para a assistência social. A ampliação do orçamento se destinou ao ensino primário, subvenção de instituições de educação pública além de dotação específica para instituições de saúde pública no orçamento do Departamento de Educação e Assistência Social. A assistência à saúde foi privilegiada e houve estagnação de subvenções às entidades assistenciais.

Como as situações de pobreza continuaram aumentando e não aumentou a destinação de recursos para amparo aos necessitados, a década de 50 marcou o período em que a sociedade e a imprensa local passaram a denunciar e a exigir providências do poder público em relação à mendicância.

Além dos empobrecidos que não conseguiram sobreviver no “eldorado cafeeiro”, para cá se deslocavam igualmente os aproveitadores, os vadios, os perigosos que ameaçavam a ordem e a segurança da cidade. A campanha pública continuava, cobrando dos poderes públicos, atitudes mais enérgicas com os desordeiros, a fim de tirá-los de circulação. Tratavam-se dos vendedores ambulantes, carroceiros, prostitutas, jogadores, viciados e malandros, considerados maléficos à sociedade.

A campanha é desencadeada. Percebe-se que certos espaços são considerados “doentes”, “cancros sociais”. A

solução não é mais a “cura”, mas seu afastamento para que não contamine a parte “sadia” da sociedade. É a política “de separação da laranja podre”. Nesta ação repressora se faz presente também a população que escreve cartas para os jornais clamando pelo “perigo grave” que representam estas “Gildas” que “borboleteiam” pelas ruas da “zona de deteriorização” da cidade “progressista”. (ADUM,1991, p.171)

Para Sônia ADUM (1991, p.168 -170), a campanha resultou em alguns atos concretos do executivo municipal. Os mendigos foram encarcerados no Albergue, os comerciantes clandestinos, vendedores de “quinquilharias” foram expulsos dos espaços da rodoviária, os pontos dos carroceiros foram proibidos e substituídos por pontos de automóveis, a zona de meretrício será mudada de lugar.

Na nova Estação Rodoviária em 1953, ficou proibida a presença de mendigos e ambulantes, incluídos os vendedores de bilhetes.

O PREFEITO É CONTRA OS HUMILDES

Adão Fontoura está proibido de trabalhar – na mesma condição um aleijado que vende bilhetes – o outro lado da Estação rodoviária.

O problema dos menos favorecidos pela sorte, em nossa cidade, está se avultando de tal maneira e com características tão impressionantes, que se clama providências urgentes dos poderes competentes. Homens há que não obstante o destino lhes ter reservado uma sorte das mais inditasas, lutam contra suas condições físicas corajosamente, numa batalha gigantesca, procurando viver honestamente, num digno exemplo de resignação.

... O exemplo vivo do que hoje nos reportamos é a lei nº 155 que fala do recinto interno da estação Rodoviária: o artigo 21 da lei em questão diz: Não será permitida a mendicância no recinto da Estação Rodoviária.

... Nas mesmas condições de Adão Fontoura, está José Maria Daniel, casado com Dona Conceição das Neves, possuindo três filhos menores. Daniel tem seu braço esquerdo defeituoso, impossibilitado portanto de exercer outra profissão senão a de vender bilhetes, miudezas para sustentar seus filhinhos e poder, com esforço pagar quatrocentos cruzeiros por mês de aluguel de dois cômodos, lá na Vila Recreio.

O famigerado artigo 21 da lei 155 privou José Maria Daniel de comprar mais um pedaço de carne para seus filhos¹²⁸.

A primeira gestão do prefeito Milton Menezes na prefeitura do município foi marcada pela necessidade de saneamento de uma cidade que crescia vertiginosamente e não possuía água encanada e saneamento básico. Em palestra no final de seu mandato, proferida por ele ao Rotary Clube de Londrina, Milton Menezes desabafou sobre seus temores e reforçou a responsabilidade que carregava como homem público.

Ao assumir a prefeitura, senti que o maior anseio da população de Londrina, era ver saneada a sua cidade.

Devo confessar aos srs do Rotary e às demais pessoas presentes, que grande foi a minha relutância, quando meu nome foi lembrado para concorreu à prefeitura de Londrina. Pensava eu, bem, as responsabilidades que iriam recair sobre a administração que se iniciaria, logo após a do Sr Hugo Cabral. Sabia disso por estar em contato constante com a administração e com os negócios públicos da municipalidade, pois imensos eram os problemas – e ainda o são – que aguardavam – e aguardam – a solução dos homens que tivessem – ou venham a ter – sobre si a responsabilidade da gestão da coisa pública. Eleito prefeito esse temor e

¹²⁸ O PREFEITO é contra os humildes. *O Combate*, Londrina, v.2, jan.,1953

esse pavor, vamos assim dizer, ainda mais se acentuaram. Devo dizer aos senhores, que até o último momento do meu mandato estarei pesando aquelas responsabilidades.

Mas, entretanto, no assunto que pretendo focalizar nestes poucos minutos, devo esclarecer que, ao ser eleito prefeito de Londrina o problema que mais me preocupou, como não poderia deixar de preocupar a todo cidadão que tivesse consciência dos problemas do município, foi o de procurar dar solução (ou encaminhamento, pelo menos) à questão do saneamento da cidade. Seria exausto dizer aqui, a velhos londrinenses, das dificuldades que se me apresentaram. (MENEZES, 1955)¹²⁹

Na gestão do Prefeito Milton Menezes, além da preocupação com transporte, iluminação pública, canalização de água e esgoto, foi novamente incentivada a intervenção da LBA em Londrina.

De acordo com SPOSATI e FALCÃO (1989, p.19) as ações assistenciais da LBA evoluíram, passando desde a arrecadação de fundos para a manutenção de instituições carentes, auxílio econômico, amparo e apoio à família, orientação maternal, campanhas de higiene, e expandiu-se sua rede de equipamentos sociais como as Casas da Criança, Postos de Puericultura, Hospitais Infantis e Educandários.

Em Londrina a reinstalação da Diretoria da Legião Brasileira de Assistência ocorreu em 1954, na primeira gestão do prefeito Milton Menezes (1952 a 1955).

Constituída a diretoria da L.B.A . de londrina – encaminhou carta convite a Sra. Flora Munhoz da rocha, primeira dama do estado e Presidente da instituição no

¹²⁹ Rotary Clube de Londrina, Boletim nº 72, 2, dez.,1955, p.1.

Paraná , para uma visita a londrina, a fim de fornecer a necessária orientação para o bom andamento dos trabalhos..

A convite da Sra Maria Salete Toledo Menezes, reuniram-se ontem, várias damas da nossa sociedade, com o propósito de organizar o departamento de londrina da LBA, e eleger sua diretoria, que após os trabalhos, ficou assim constituída: presidente d. Maria Salete Toledo de Menezes; 1ª vice – presidente, d. Olga Bordin; 2ª vice, d. Francisca Hosken Faria de Castro; 3ª vice, D. Luzia Accorsi; 4ª vice – D. Odracir Ferreira; 1ª secretária, D. Honorinda Borges de Andrade Chaves; 2ª secretária, D. Maria Alice Brugin Leite; 1ª tesoureira, d. Aparecida luz P. Alves; 2ª tesoureira, D. Elza Brigagão. Departamento Social: diretora, D. Maria José Resseti e membros, D. Dulce Ribas, D.. Dalva Castelo Branco, D. Wilma Maria Simões, D. Glória Santos, D. Mariazinha Almeida Kalinoski, d. Maria Toledo Amaral, D. Nedina Timoni Oliveira, D. Ester Miro Giorgio, D. Leini Ferreira, D. Avani Ferreira, D. Lourdes Matoso.

Departamento de Assistência: diretora, D. Doris Cunha e membros: D. Titã leite, D. Antonia Teixeira Paulo, D. Zilda Durães, D. Hilda Caram, D. Marieta de O. Castro, D. Felícia Freitas, D. Carolina ribeiro Martini, D. Maria José Camargo, D. Heloisa Seiller Roriz¹³⁰.

Foi nessa época gestada a idéia de construir a Casa da Criança de Londrina, um dos equipamentos sociais pertencentes à rede de equipamentos da LBA. De fato, em Londrina a Comissão Municipal da LBA foi mantenedora da Casa da Criança desde sua fundação em 1955 até o encerramento de suas atividades em 1969, pelo prefeito Dalton Paranaguá.

A estrutura administrativa da assistência social municipal esteve atrelada à educação desde 1948 até 1969, alocada no D.E.A.S. – Departamento de Educação e Assistência Social, criado no Governo do

¹³⁰ Jornal *Folha de Londrina*. Londrina, v.6, nº 953, 18, ago., 1954, p.1.

prefeito Hugo Cabral e extinto na gestão de Dalton Paranaguá. No período, os percentuais de orçamento da Prefeitura Municipal, destinados especificamente à assistência, foram irrisórios, revelando um relativo aumento a partir da década de 60, quando ainda continuaram reduzidos, se comparados aos de outros setores do Departamento, como ensino primário, órgãos culturais, parques infantis, pagamento de pessoal, e o ambulatório municipal.

As dotações orçamentárias do referido Departamento foram analisadas por SILVA (1999, p.79-80), demonstrando que, na última década de seu funcionamento, o D.E.A.S. destinou menos que 20% de seu orçamento à assistência social. Seus estudos explicaram que não era preocupação do governo criar programas e instituições públicas voltadas para o atendimento às necessidades mínimas da população excluída do mercado de trabalho, isto é, idosos, crianças, desempregados, deficientes físicos e mentais, famílias sem moradia. Demonstraram ainda que o poder executivo municipal transferia recursos para as entidades filantrópicas, reconhecendo o seu trabalho e reforçando que a assistência deveria ser prestada pela sociedade civil

A partir da gestão do prefeito Dalton Paranaguá (1969/1972) a administração municipal passa a se conduzir com a introdução de métodos mais modernos assessorada pelo IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal. De acordo com as análises de MACHADO (1991, p.69-74) com a criação da Assessoria de Planejamento e

Orçamento, modifica-se a forma de apresentação dos orçamentos municipais, com vistas à obtenção de verbas estaduais e federais que, se por um lado possibilitou a construção de grandes obras de urbanização, por outro lado iniciou o atrelamento dos orçamentos municipais aos estaduais e federais. Nesse governo algumas obras somente se realizaram em virtude de empréstimos contraídos nas esferas federal e estadual como: construção de 10.512 casas populares entre 1970 e 80; Variante Ferroviária; Via Expressa Norte-Sul; Estação Rodoviária; saneamento de vales; construção de centros comunitários.

Em 1975, já na primeira gestão do prefeito Antônio Belinati, iniciou-se um processo constante de endividamento, para garantir as obras de infra-estrutura, provenientes de financiamentos diretamente vinculados ao BNH para sustentar despesas oriundas do projeto FIDREN – Financiamento de Drenagens, do projeto CURA – Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada e Via expressa Norte Sul, vias de acesso aos conjuntos habitacionais.

Com referência à estrutura administrativa específica para a área de Assistência Social, em 1969 foi criada a Secretaria de Bem - Estar Social, através da Lei Nº 1.578, de 11/11/69, que não chegou a funcionar como Secretaria, mas foi anexada à Secretaria de Saúde e Promoção Social, transformando o órgão de atendimento em Departamento de Serviço Social. A referida Lei Nº1.578, foi suprimida pelo Decreto Lei nº677, de 17 de Setembro de 1973, e da Lei 2.297/73 que cria a Secretaria de Saúde

e Promoção Social, subdividida em Departamento de Medicina Preventiva, Departamento de Saneamento e Limpeza Pública e Departamento de Bem-Estar Social. Entre 1970 e 1973 o orçamento do Departamento de Bem Estar Social representava menos que 10% do orçamento da Secretaria.

Nesta nova regulamentação, foi citado como uma das atribuições daquela Secretaria: *Implantar e manter política de assistência social, com aplicação de métodos de Serviço Social aos problemas ou às distorções sociais que dificultem a indivíduos, famílias, grupos e comunidades, alcançarem padrões econômico-sociais compatíveis com a dignidade da vida humana.* A partir de então, segundo MACHADO (1991), o orçamento do Departamento de Serviço Social passou a representar cerca de 35 % do orçamento geral da Secretaria. Este aumento se fazia necessário devido ao aumento de entidades assistenciais no Município, para as quais passou a ser repassada verba mensal.

Ainda nesse ano é criada a Fundação Londrinense de Bem-Estar do Menor através da Lei nº 2.315/73. Em 1979, pela Lei nº 2.988, foi criado o COMSABES – Conselho Comunitário de Cooperação em Saúde e Bem-Estar Social, como órgão colegiado de assessoramento, diretamente vinculado ao gabinete do Prefeito.

No período pós 64 novamente a LBA se torna importante no cenário da assistência social, quando perde definitivamente o perfil legionário e populista incorporado na figura da primeira dama e passa a

se constituir um órgão governamental, mantido com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, embora continuasse a manter uma aliança com a sociedade civil, o voluntariado e a rede de filantropia, dando respostas às necessidades de pobreza nos diversos estados da Nação.

A LBA foi incorporada ao Ministério da Previdência e Assistência Social em 1974 (Lei nº 6036 de 1/5/1974), quando ocorreu sua reestruturação a partir da criação do SIMPAS, em 1/09/1977, passando o INPS a gerenciar o Programa de Assistência ao Idoso e ao Excepcional. Em Londrina, segundo MOURA (1982), essas atividades permaneceram sob orientação do INPS até maio de 1978.

Em maio de 1978, o Serviço Social do INPS, encerrou suas atividades concernentes ao programa de Assistência ao idoso, tendo em vista a passagem deste para a Instituição X¹³¹. Durante um ano, aproximadamente, o trabalho foi interrompido, devido a ausência de uma sede em londrina, assim como pessoal técnico para desenvolvê-lo. Em março de 1979, foi reimplantado o PAI, nas cidades de: Londrina, Cambe e ibiporã. (MOURA, 1983, p.39)

MOURA explicou que, na época, foram iniciados convênios da LBA com as entidades assistenciais que atendiam a população deficiente. Os referidos convênios, com repasse de verbas federais foram assinados com as entidades: APAE – Associação dos Pais e Amigos dos

¹³¹ A Instituição X a que se refere a autora era a LBA. Valéria MOURA foi estagiária do curso de Serviço Social da UEL, junto à LBA de Londrina no período compreendido entre abril de 1980 a dezembro de 1982.

Excepcionais e ao ILECE – Instituto Londrinense de Educação da Criança Excepcional. Para os idosos foi reimplantado o PAI – Programa de Assistência ao Idoso, que abrangia os municípios de Cambe, Ibiporã e Londrina.

O PAI foi reimplantado pela LBA através do Programa ALFA II , cuja programação previa atividades educativas, sociais, culturais, recreativas e artesanais. Além disso eram distribuídos pacotes de leite em pó aos idosos participantes do programa, sendo critérios para ingresso possuir mais de 60 anos e residir nas comunidades pertencentes aos três municípios já referidos.

Além da LBA (1979/1993), os órgãos públicos da esfera federal que mantinham escritórios regionais no município de Londrina eram: a FUNAI – Fundação Nacional do Índio, instalada em 1984 até a atualidade e a COHAB – Companhia Nacional de Habitação de Londrina.

Londrina apresentou os primeiros indícios do problema habitacional, em meados da década de 50 quando foi constatada a presença da primeira favela - “favela do grilo”.

Em 1965, foi aprovada a Lei 1.008 de 26 de agosto de 1965, criando a COHAB – LD, de acordo com a Lei Federal nº 4.380 de 21/08/1964. No entanto, somente no governo posterior, do Dr. Dalton Paranaçuá, é que a COHAB foi inaugurada, ou seja, em 1969.

O prefeito era médico e, segundo GAVETTI (1997, p.78), *político de sentimento humanitário, dotado de nobres propósitos, sensível e*

progressista, para quem administrar significava: construir salas de aula, abrir ruas, asfaltamento, atendimento básico popular, limpeza da área urbana, manutenção de estradas vicinais.

O prefeito destacou três pontos que seriam importantes: Fazer com que todas as avenidas de circulação de tráfego já existentes construídas e partes planejadas, fossem agilizadas com a maior presteza possível;

Desenvolver o saneamento de base;

Determinou que todos os vales a cidade, que eram muitos e extensos, fossem limpos e arejados; dizia ele : esses vales são os pulmões da cidade, merecendo tratamento especial.

O desafio maior e que tinha sido tema de sua campanha eleitoral era remover a linha férrea para outra área mais distante do lugar de origem, pois o crescimento da cidade em direção ao norte, tinha ocasionado uma divisão em sua malha urbana; e por ser uma implantação antiga, sem nenhuma passagem de nível e sem área para a sua própria expansão, tornara-se um caos para ambos os lados. Sua remoção era ponto de honra, e mais, a cidade estaria toda integrada e a valorização patrimonial, justa para todos. (GAVETTI,1997, p.78-79).

Foi igualmente preocupação daquela administração dar solução para o problema habitacional da população que residia em favelas, em barracos, sem condições dignas de sobrevivência.

Logo que assumiu a COHAB-LD, Dr Milton Gavetti, primeiro presidente da COHAB de Londrina em levantamento realizado constatou que, em 1970, já existiam nove favelas¹³² nas periferias do Município. Imediatamente foram realizados os contatos com a Caixa Econômica Federal para construção dos primeiros conjuntos habitacionais. No final

¹³² Bom Retiro, Grilo, Esperança, Pito Aceso, Grilinho, Boa Vista, Novo Mundo, Vila Paulista e Marisa. (GAVETTI.1998, p.57)

de 1970 era inaugurado o primeiro deles “O Conjunto Vitória Régia”. Em 1971, foram inaugurados mais três conjuntos: Barravento, Charrua e Conjunto das Flores. No ano seguinte o Conjunto Pindorama e em 1973, o Gávea, o Jerumenha e o São Pedro. Foram construídos pela COHAB – LD oito conjuntos habitacionais em quatro anos, para onde foram transferidos os moradores de favelas.

O primeiro desfavelamento de Londrina ocorreu em 1971, quando as famílias da favela Bom Retiro foram removidas para a Conjunto Habitacional Barravento. O trabalho iniciou-se com visitas aos favelados, em seus barracos, feitas pela equipe da prefeitura que cadastrava as famílias e os barracos, para evitar que fossem comercializados, vendidos ou transferidos os direitos de posse a novos favelados. Os donos dos terrenos foram igualmente contatados pela COHAB–LD a fim estabelecer as regras de desapropriação daquelas áreas a fim de possibilitar o processo de demolição dos barracos, para erradicação da favela. Os moradores de barracos também foram visitados por estudantes da Universidade Estadual de Londrina, que lhes davam instruções referentes ao processo de transferência para as casas populares, principalmente no tocante à higiene.

Para maior facilidade do trabalho, foi solicitada a participação da Polícia Militar do Paraná, através do 5º Batalhão de Londrina que compareceu com um destacamento.

Também o Corpo de Bombeiros de Londrina, que solicitado a colaborar, compareceu com uma guarnição

durante todo o tempo até a queima final dos barracos da mudança.

Nesse dia foram sendo chamadas as famílias cujos pertences eram transportados dos barracos para um local previamente escolhido. No referido local os utensílios eram dedetizados pelos funcionários da SUCAM, após o que recebiam um cartão de liberação para que os pertences fossem carregados nos caminhões da Prefeitura Municipal, a fim de serem transportados ao Conjunto Habitacional Barravento.

Naquele local, funcionários da COHAB-LD recebiam os moradores, indicando a casa a ser ocupada, cujo sorteio havia sido realizado na semana anterior.

Membros da comunidade orientavam na colocação dos pertences e auxiliavam na arrumação da casa.

Ao mesmo tempo os estudantes (Faculdade de Medicina e outros) davam as primeiras orientações relativas ao uso do banheiro, pia, etc...

Estava concluída a mudança da primeira favela de Londrina num espaço de cinco horas.

O objetivo do desfavelamento era suprir a falta de empregos, dando ao homem, meios condizentes para um futuro correto num Brasil presente.

Nosso empenho, nossa luta, nossa meta, era elevar o indivíduo, e também tirando-lhe o horrendo trauma que trazia consigo, usando para isso um meio, a Habitação. (GAVETTI,1997, p.60).

Outras favelas se formavam enquanto a COHAB realizava os primeiros desfavelamentos, transferindo os moradores para as novas casas urbanizadas, com rede de esgoto, Centro Social Urbano¹³³, infraestrutura para lazer e esporte estando ligadas ao centro da cidade pelo transporte coletivo.

¹³³ Nesses centros comunitários dos conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-LD, eram oferecidos serviços preventivos de saúde (exames laboratoriais de sangue, urina e fezes) e aulas de higiene, puericultura, enfermagem, alimentação, economia doméstica e alfabetização através do MOBREAL, além de trabalhos domésticos como corte e costura, arte culinária, bordados e decoração do lar.

Na década de 70 uma outra preocupação para os poderes públicos foi o início da presença de grande número de indígenas em trânsito na cidade de Londrina. A assistência às populações indígenas pela FUNAI, até 1984, era coordenada pela 12ª Delegacia Regional, sediada em Bauru, no Estado de São Paulo, desativada pela Portaria nº 910 de 12 de julho de 1984. Em 16 de julho de 1984, o Presidente da FUNAI, Jurandy Marcos da Fonseca assinou a Portaria nº 1668/E, designando o Assessor III da Presidência Odenir Pinto de Oliveira, para coordenar as atividades de transferência provisória da sede da 12ª Delegacia Regional de Bauru para Londrina, no Estado do Paraná.

Sob a Administração Regional de Londrina ficaram jurisdicionados os postos Indígenas: “Apucarana” na divisa de Londrina com o município de Tamarana; “São Jerônimo”; Barão de Antonina”, na divisa do município de Londrina com São Jerônimo da Serra, “Pinhalzinho” no município de Tomasina, próximo a Pinhal e “Laranjinha” no município Santa Amélia, próximo a Bandeirantes.

Dessas cinco reservas indígenas duas (Pinhalzinho e Laranjinha), que se localizam no chamado “Norte Velho” do Estado do Paraná, são habitadas pelos índios *guaranis* e as outras três (Apucarantina, Barão de Antonina e São Jerônimo) pelos índios *kaingang*. Os *guaranis* têm mais dificuldade de aculturação à raça branca porque são mais apegados à terra e às tradições. Já os *kaingang* se adaptaram facilmente e

assimilaram com muita facilidade os costumes dos brancos, até mesmo aderindo a religiões evangélicas e católicas.

Foram os *kaingang* que entraram em contato com as cidades formadas no norte do Paraná, na década de 30, a fim de trocar seus artesanatos e produtos alimentícios por eles produzidos com roupas e comidas de costume branco. Na década de 50 já era comum a sociedade londrinense encontrar índios pelas ruas da cidade vendendo seus objetos. No início vinham apenas os homens para vender o artesanato feito pelas mulheres que ficavam nas reservas. Por vezes os homens gastavam o dinheiro e chegavam de volta sem dinheiro nem artesanato. Com o tempo as mulheres passaram a acompanhá-los com toda a família. Permaneciam por três dias na cidade e após vender sua mercadoria retornavam aos postos indígenas de origem. Já na década de 70 os jornais locais noticiavam acampamentos de famílias de índios nas periferias da cidade de Londrina.

Na década de 80, no entanto, após ter aumentado a mendicância na cidade, era comum a imprensa noticiar a existência de índios esmolando pelas ruas da cidade.

Em 1989 uma comissão foi criada para investigar a situação real dos índios em trânsito. No relatório feito pela comissão composta pelo indigenista José Ricardo Simões Luz e por Evelise Viveiros Machado assistente social, é constatada a desagregação do sistema socioeconômico das comunidades indígenas de todo o norte do Paraná,

tornando-se eles dependentes pela drástica diminuição dos seus territórios, pelo comprometimento de sua ecologia, restando-lhes apenas pequenos refúgios em que se tornaram os atuais postos.

Com o objetivo de atender os índios em trânsito nesta cidade, bem como averiguar denúncias principalmente surgidas na imprensa escrita da região, dando conta da perambulação de famílias indígenas pela cidade de Londrina, em péssimas condições de sobrevivência, esta ADR criou uma comissão visando o estudo de tal situação

(...) As constatações meramente administrativas resumem-se a sete itens:

1-É bastante antiga a presença de índios na cidade de Londrina realizando a venda de artesanato e palmito, pedindo doações ou adquirindo bens de consumo no comércio local.

2- Observamos que somente os índios “Kaingang” dos PINs¹³⁴ Apucarantina, Barão de Antonina e poucos de São Jerônimo costumam acampar nesta cidade, permanecendo por diversos dias, realizando atividades já enumeradas no item anterior. Esporadicamente constatamos também a presença de índios do PIN Ivaí e também de Queimadas. Estes normalmente para cá se dirigem nos períodos de festas em suas aldeias.

3- Constatamos também que, com a criação do órgão nesta cidade existe, ao nível da opinião pública, a cobrança de uma solução imediata de nossa parte, já que as condições atuais causam consternação nas classes políticas e intelectuais da região, principalmente pelo aspecto carente destes índios bem como por alguns se apresentarem embriagados em locais públicos.

4- Observamos pelas estatísticas que não é uniforme a presença de índios. Oscila bastante podendo, em algumas ocasiões desde uma centena a tão somente duas ou três famílias.

5- Observa-se a existência de um casal de índios Kaingang totalmente desaldeados, que resistem a qualquer permanência nos Postos Indígenas, tornando-se, já, figuras folclóricas nesta cidade, por promoverem

¹³⁴ A sigla PINs significa Postos Indígenas.

contatos com entidades, órgãos públicos e policiais, quase sempre embriagados, constituindo-se num triste quadro.

6- As condições onde se alojam as famílias vindas a esta cidade, são, de fato, bastante precárias, como marquises de prédios públicos, fundos de vales em barracas constituídas dos mais diversos tipos de materiais, servindo, por vezes, de águas poluídas.

7- Nos casos de atendimento de saúde ou na solução de problemas políticos envolvendo Lideranças Indígenas, esta administração tem efetuado um atendimento que considera satisfatório, portanto os índios em trânsito entrevistados, na sua maioria nos acampamentos, constituem-se de artesãos. Para apoiarmos esta atividade não possuímos previsão orçamentária nesta Administração SIC¹³⁵.

O relatório, embora não apresente dados referentes às datas e números dos indígenas em trânsito, especifica que sua presença na cidade é “bem antiga” chegando por vezes a serem encontrados cerca de “cem índios” acampados nas periferias de Londrina.

Outra constatação explicitada no item 3 do relatório se refere às condições de miserabilidade em que se encontravam os indígenas em trânsito na cidade, não somente pela carência material, mas pelas precárias condições de alojamento e pela prática do alcoolismo. Tais questões evidenciam as influências malélicas do acultramento, principalmente dos índios *kaingangs*, uma vez que os *guaranis* não eram encontrados na cidade.

Estudos realizados por OLIVEIRA (1989, p.42-45) demonstraram que os *Kaingang* do PIN de Apucarantina se deslocavam para Londrina utilizando como meio de transporte mais comum a caminhoneta Toyota da

¹³⁵ Relatório apresentado pela comissão criada para investigar a situação real dos índios em trânsito, Londrina, 23/06/89.

FUNAI ou o transporte coletivo, levando consigo os artesanatos. Já os indígenas do PIN de Tamarana sempre preferiram levar os cestos e os balaios a pé, percorrendo uma distância de 20 km.

Chegando a Londrina, acampavam em barracas cobertas de lona ou plástico, em forma triangular e forradas com capim seco ou palha no chão onde dormiam. Cada barraca abrigava em geral três famílias que permaneciam na cidade por um período de quatro a seis dias, prazo suficiente para a venda do artesanato. A comida era feita em fogões de lenha improvisados com tijolos. Algumas poucas famílias preferiam pernoitar no Albergue Noturno, onde, além do pernoite, recebiam alimentação.

Os estudos da autora demonstraram ainda que, embora a maioria voltasse para os PINs de origem, após a venda do artesanato, alguns permaneciam na cidade exercendo a mendicância.

Observamos também, que a maioria dos índios voltam imediatamente para a reserva, logo que acabam de vender seus artesanatos. Porém, alguns desses índios permanecem, e acabam consumindo o dinheiro ganho com a venda dos artesanatos em aguardente, embebedando-se e perambulando pela cidade toda. Não é raro encontrarmos nas ruas de Londrina, alguns desses índios, sujos, embriagados, às vezes mendigando. Este fato, não acontece só com os Kaingáng, afetam também outros grupos tribais do Brasil. Essa situação é advinda pelo próprio contato interétnico, que vem sofrendo esses índios desde a colonização. (OLIVEIRA, 1989, p.45)

Há que se analisar, nesse aspecto das migrações, que a Constituição Federal garante o direito de ir e vir, também à população

indígena. Diante disso, deslocar-se para os centros populacionais a fim de trocar mercadorias como artesanato, milho, porcos, galinhas e cavalos, por outros bens que os atraíam diante da nova cultura com que estavam mantendo contato, seria considerada uma prática normal. Acrescente-se ainda a necessidade deste tipo de troca, uma vez que, com a diminuição das suas reservas, as condições ecológicas não eram mais favoráveis à sua sobrevivência longe da civilização.

Segundo a FUNAI, os índios dos postos indígenas da jurisdição de Londrina sobreviviam da agricultura em terrenos das reservas e também se empregavam como “bóias frias” nas propriedades agrícolas vizinhas aos postos indígenas. Nas reservas plantavam produtos para subsistência como arroz, feijão e milho, além de criarem porcos, galinhas e cavalos. A semente e o maquinário eram fornecidos pela FUNAI. No início da colonização da região, alguns índios empregavam-se como peões nas derrubadas das matas, porém tornaram-se “bóias-frias”, igualmente tutelados pela FUNAI, principalmente nas épocas de safra de algodão.

Com relação à estrutura administrativa municipal para a área da assistência social, a década de 80 não apresentou grandes mudanças. Ainda alocado na Secretaria de Saúde e Promoção Social, o Departamento de Serviço Social disputava recursos com outros setores. Segundo SILVA (1999, p.85), *Londrina também estava sofrendo os reflexos do que ocorria em nível federal, pois houve uma drástica redução*

de recursos para financiar a área social, em consequência do agravamento da crise econômica.

Os orçamentos municipais passam e especificar verbas para a Assistência Social para serviços tanto governamentais como para não-governamentais. Além disso as dotações eram subdivididas por segmento atendido, ou seja, velhice, menor, e outros. Ocorria também autorização do Legislativo Municipal para abertura de créditos adicionais¹³⁶ tanto para recebimento de verbas provenientes do Estado ou da Federação, quanto para repasse a entidades que provassem suas necessidades.

A tabela apresentada a seguir demonstra o total repassado pela Prefeitura Municipal às entidades assistenciais, entre 1987 e 1991.

Tabela 8 – Recursos repassados a Entidades Assistenciais – 1987/1991

ANO	ASSISTÊNCIA AO MENOR	ASSISTÊNCIA À VELHICE	ASSISTÊNCIA A OUTROS	TOTAL
1987	Cr\$ 7.519,00	Cr\$ 338,00	Cr\$ 1.215,00	Cr\$ 9.072,00
1988	Cr\$ 71.955,00	Cr\$ 5.454,00	Cr\$ 27.376,00	Cr\$ 104.785,00
1989	Cr\$ 47,759,00	Cr\$ 2.391,00	Cr\$ 38.000,00	Cr\$ 88.783,00
1990	Cr\$ 214.302,00	Cr\$ 9.607,00	Cr\$ 174.452,00	Cr\$ 389.361,00
1991	Cr\$ 339.294,00	Cr\$ 21.924,00	Cr\$ 183.531,00	Cr\$ 544.749,00

FONTE – PML – Secretaria de Saúde e Promoção Social

¹³⁶ Em 1987, a Lei 4017, da Câmara Municipal autoriza o Executivo a abrir créditos adicionais, suplementares e especiais pela assinatura de convênio com a LBA – Legião Brasileira da Assistência, no valor de Cr \$2.304.000,00.

A lei 3941 de 1987 autoriza o Executivo a conceder passe gratuito aos idosos maiores de 65 anos e para os deficientes físicos.

A Lei 3947 de 1987 autoriza crédito adicional de 21 mil cruzeiros para a APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais, que atendia a 150 crianças portadoras de deficiência mental.

Em relação à assistência ao menor, foram incluídos repasses a quarenta e três creches, quatro centros de acolhimento a adolescentes, cinco lares (orfanatos), e duas escolas de educação especial. Atendiam à velhice cinco instituições (asilos e lares). Como entidades da Assistência Social geral eram consideradas as de atendimento a indigentes, deficientes, usuários de drogas, gestantes, roupeiros e movimentos culturais de jovens, a distribuição de sopas e cestas básicas.

A tabela demonstra que os aumentos reais dos repasses de verbas entre 1987 e 1991 atingiram 5,904%.

Apesar de aumentar gradativamente o volume de repasse de recursos públicos para a área da Assistência Social, os repasses eram dotações esporádicas e descontínuas sem uma proposta planejada com metas definidas e controle de orçamento. A maioria das verbas era repassada para as entidades assistenciais e os serviços públicos eram poucos, demonstrando que a sociedade civil assumiu o trabalho assistencial em Londrina e o poder público¹³⁷ se limitou a subsidiá-la com repasses de verbas públicas.

A partir de 1983 organizou-se em Londrina o PROVOPAR – Programa do Voluntariado Paranaense, em parceria com o poder público municipal representado na época pelo DSS – Departamento de Serviço Social da Secretaria de Saúde e Promoção Social.

¹³⁷ Merecem destaque sobre o tema dois trabalhos: a pesquisa de pós-graduação de Dione Lolis “A pobreza em Londrina: As ações do órgão municipal de Assistência Social” . Londrina:UEL. 1993 e a pesquisa de mestrado em História de Cláudia neves da Silva – UNESP – 1999, que tratou da atuação do poder Público Municipal na área de Assistência Social no período compreendido entre 1964 e 1988.

A repressão econômica iniciada no início da década de 80 produziu uma população com grau elevado de pauperização em Londrina, assim o DSS/PROVOPAR – Ld organizou-se em 1983 e nos anos seguintes várias campanhas de agasalhos visando atender à grande demanda que procurava estes órgãos e também para desabrigados devido às fortes chuvas ocorridas no início desse governo. Essa população era proveniente de bairros com altos índices de pobreza, favelas e distritos. Esse atendimento foi realizado pelo DSS/PROVOPAR através dos programas: Programa emergencial de Inverno e Atendimento a Favelados; Programa de Atendimento a flagelados das Chuvas, Programa emergencial de Distribuição de Alimentos à População Carente; Programa de Cesta Básica e Suplementação Alimentar. (LOLIS,1993, p.86)

De acordo com a autora, esses programas atenderam, em 1983, um total de 49.969 pessoas, correspondentes a 15% da população, porcentagem que demonstra o grau de pauperismo do município de Londrina no início da década de 80 do século XX.

Observa-se que a forma adotada pelo poder público para enfrentar a questão da pobreza foi emergencial, através de destinação de recursos a programas para atender a fome, o frio, a falta de abrigo e as conseqüências imediatas das catástrofes climáticas, o que não se pode considerar como uma política de atendimento à pobreza.

O mesmo processo nacional que mobilizou a promulgação da Constituição de 1988 que colocou a Assistência Social no tripé da

seguridade social brasileira, provocou uma mobilização¹³⁸ municipal para que fosse criada, em Londrina, uma estrutura administrativa pública, através da criação do órgão gestor da política de assistência social.

Em 1991 foi criada a Secretaria Municipal de Ação Social através da Lei nº 4.910 de 26 de dezembro, tendo como principal finalidade *Planejar, programar, coordenar e executar a política social do Município de Londrina*. A implantação da referida Secretaria deu-se em janeiro de 1993, tendo sido nomeada a assistente social Márcia Helena Carvalho Lopes, a quem coube a responsabilidade de tornar a Assistência Social uma Política Pública¹³⁹ em Londrina.

Naquele mesmo ano, em dezembro, após aprovação pelo Congresso Nacional, foi sancionada a lei nº 8.742 - LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, pelo Presidente Itamar Franco.

O Município regulamentou a LOAS em 23 de dezembro de 1994, pela Lei Nº 6.007, que criou a Conferência Municipal como fórum máximo de discussão, avaliação e deliberação; o Conselho Municipal de Assistência Social com composição paritária entre o poder público e a sociedade civil e o Fundo Municipal para a alocação e repasse de recursos. A Secretaria de Ação Social teve regulamentado um percentual

¹³⁸ Segundo explica LOPES (1999, p.117), foi uma luta de pelo menos treze anos que mobilizou principalmente os assistentes sociais da prefeitura municipal, entidades da categoria profissional e dos docentes do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina.

¹³⁹ A esse respeito, consultar o trabalho de Mestrado de Márcia Helena Carvalho Lopes, defendido junto à PUC de SP em 1999 sob o Título: A Construção da Política de Assistência Social Pública – uma Gestão Democrática em Londrina – PR.

de 5% do orçamento geral do Município para implantar a Política Municipal de Assistência Social.

3. 4. 2. Iniciativas da sociedade civil na prestação de serviços assistenciais aos pobres

As iniciativas da sociedade civil preocupada com a existência de pobreza ocorreram desde a fundação do município. Londrina tornou-se cidade em dezembro de 1934 e exatamente um ano depois foi organizado o primeiro Natal dos Pobres. Organizado por uma Comissão de Senhoras da Sociedade da qual faziam parte: Jamile S. Dequêch, Dora Cavalcanti Ferraz, Durvalina Rangel Martins Ribeiro e Leonilda Marquesini. Em 9 de janeiro de 1936 a Comissão publicou um agradecimento na imprensa local.

Agradecimento

A comissão organizadora do Natal dos pobres desta terra, vem penhoradíssima agradecer a todos que num gesto altruístico cooperaram para a realização do mesmo e se externa de um modo particular às senhoras, d.d. Maria Macedo, Anna Tralaldi, prof. Antonieta Montanari, e srta. Judith Pereira, que muito fizeram para maior realce do Natal de 35 que se estendeu até Jatahy, município limítrofe, onde foi levada aos encarregados e pobres, a dádiva generosa deste povo.

Participavam ainda da comissão: Sra. Virginia Barduco e srta. Maria Froelich.

Relação das pessoas que contribuíram para sua

*realização e contribuições*¹⁴⁰:

TOTAL ARRECADADO EM DINHEIRO = 1:239\$000, ASSIM DIVIDIDOS:

*200.000 David Dequêch; 100.000 José Jorge e A. Martins & Cia, D. Dora Ferraz; 50.000 Sra. A. H. Thomas e Hein Kocher; 30.000 Boris, os Padres e Dr. P. K. Muller; 25.000 = D. Carlota Davids, Dr. Alexandre Beltrão e dr. Ulysses Medeiros; 20.000 = Dr. João Figueiredo, Dr. Oswaldo Dias, G. C. Smith, Carlos Rottman, Dario Pereira Gomes, Semy Ratsil Nosnade, F.E., Dr. Alexandre Razgulaeff, Hilário Schasf e Carlos Stender; 10.000= Dindo Shineider, Brasil Campanha, Família Coutinho, Arthur Mancyran, Carlos de Almeida, Guilherme Rausch, Manoel Almeida Filho, Bartolomeu & Krug, Edgar Mello, Maurício Pereira, Kuma Hiroshi, Eugenio Larionoff, A . Ostrensky, Werner Vosgenl, Mario Alcântara, Jacy Oliveira e Pedro Martins ; contribuição de 5.000 = B. Willig, Jacao Chocair & Irmão, Anonymo, Pharmácia Gomes (matriz) Pharmácia Gomes (Filial), Um catholico, Bortolo Trevisani, D. Maria Amélia Viegas, Joaquim Rodrigues, Uma estrangeira, Attilio Niero, Paulo Benvenuto, Severo Canziani, D. Luiza Maria Valle, Antônio Villela, George Coutinho, Lupercio Luppi, Anonymo, Anonymo, Sra. do Sargento do destacamento e Hugo Maria do Vale; 2.000 = Francisco Arias e um devoto*¹⁴¹.

¹⁴⁰ TOTAL DOADO EM MERCADORIAS: doce de coco, marmelada, goiabada, geléia, latas de doces, garrafas de vinho e cerveja, sabonete e sabão para barba, 500 cadernos sortidos, 10 kg de balas, 3 gorros, camisa, cortes de tecido (108 m de xadrez, 30 m de chita e 6 cortes de fazendas), 1 par de sandálias, 1 saco de arroz, 1 saco de açúcar, 100&000 em mercadorias, chocolate, 1 pacote de pão de mel, 2 estatuetas e 300 cartões de publicidade numerados para os presentes. Tais mercadorias foram doadas por: Giuseppe Victorio, José Olympio de Almeida, Paschoal Rorace, José rocha Guedes, Antônio Farias, Severiano José de Souza, Carlos Dequêch, Elias Tarran, Papelaria Brasil, Dacirio Egger, Sinode Bignatti. Carlos Mendes Ortão, Frederico Schulteiss, Typographia Oliveira , Paraná Norte (publicidade gratuita no valor de 130\$).

TOTAL DAS DESPESAS (pagamentos) = 1:221\$290 pagos a: Casas Pernambucanas, David Dequêch, Elias Tarran, Papelaria Brasil, Typographia Oliveira, Casa dos brinquedos, Casa São Paulo, Bazar das Novidades, Armazém São Miguel (Carlos Dequech), e despesas com Orchestra, palco, carroça para transporte de palmeira para ornamentação, carroto para Jatahy para fazer a distribuição aos pobres e presos, transporte de balsa para Jatahy, viagens de automóvel para distribuição aos pobres dos cartões numerados do município, com direito a prêmios.

¹⁴¹ Jornal *Paraná Norte*, Londrina, v.2, nº 67, 19, jan., 1936, p.3

Nesse mesmo ano de 1936 iniciaram-se as preocupações da sociedade londrinense com a construção de um hospital para Londrina, que atendesse a todas as pessoas inclusive as pessoas pobres que não poderiam pagar pelos serviços. Existia na época o hospital particular da Companhia de Terras que atendia aos funcionários e a outros pagantes que necessitassem dos serviços de saúde.

O Jornal Paraná Norte noticia em 23 de fevereiro que ocorreria no dia 29 daquele mesmo mês, no salão nobre do Paço Municipal, a reunião preliminar para a fundação de uma sociedade de beneficência que se encarregue de manter e dirigir um hospital de caridade. A primeira contribuição foi feita pela Tipografia Oliveira, que nada cobrou pelo fornecimento de papel e impressão para a reunião.

SOCIEDADE BENEFICENTE

Realizou-se Domingo último, no Paço Municipal, reunião preliminar para fundação da Sociedade Beneficente de Londrina com a presença de cerca de 40 pessoas.

Foi aclamada a seguinte diretoria provisória: Presidente : Arthur Thomas; vice – presidente: João Wanderley; Secretário: João Alfredo de Menezes; Tesoureiros: Elias Tarran e Daniel Gomes Leme; Vogares: Carlos de Almeida, Ângelo Vicentini, Eugênio Brugin, Carlos Strass, Frederico Schulteiss, Henrique Koecher, José Jorge Chedid, Mayeski, Udihara, Tassyassu, Pedro Martins, Dr. Amedeo Boggio, Fuad Tarran, Oswald Nixdorf, padre Germano e Antônio Raio¹⁴².

Durante todo o ano de 1936 realizaram-se várias campanhas para arrecadação de donativos e fundos para a construção de um hospital de

¹⁴² SOCIEDADE beneficente. Paraná Norte. V.2, nº 74, 8, mar., 1936, p. 2

caridade em Londrina. Além das costumeiras promoções promovidas como quermesses e bailes foram elaboradas pela Sociedade Beneficente, várias listas a serem preenchidas com donativos abaixo assinados, entregues á responsabilidades de pessoas idôneas para arrecadação de dinheiro.

Pelo hospital de londrina

O povo tem ajudado, campanhas de êxito

As ofertas grandes e pequenas, todas porem com o mesmo valor na balança da caridade, tem afluído à comissão de senhoras, encarregada dos festejos....

...Além das pessoas que tem trabalhado nos festejos, bailes e kermesses, outras há que se esforçam com denodo e êxito no angariar donativos em listas. Entre as que mais tem conseguido, seja-nos licito destacar a exma. Sra. D. Leonidia Marchesisi, digna esposa do Sr. Ernesto Marchesisi, que em poucos dias conseguiu na lista a seu cargo, a quantia de 916\$000 em dinheiro¹⁴³.

Observa-se nas reportagens dos jornais publicados no período da primeira década de existência do município, que se criou uma tradição da realização anual do Natal dos Pobres.

O Natal dos Pobres de 1939, por exemplo, foi organizado por uma comissão dirigida pela esposa do prefeito Willie David, Da. Carlota e contou com uma grande campanha por parte do Jornal Paraná Norte, para arrecadação de donativos.

Na ocasião o *Paraná Norte*¹⁴⁴ parabenizou a comissão na pessoa de Da. Carlota pela festa que excedeu toda expectativa, não somente

¹⁴³ PELO Hospital de Londrina. *Paraná Norte*, Londrina, v.2, nº 102, 20, set., 1936, p. 1.

¹⁴⁴ *Jornal Paraná Norte*. Londrina, v.6, nº 271, 24, dez., 1939, p.1

pela afluência de quatro mil crianças como também pela extraordinária quantidade de brinquedos generosamente ofertados pelo comércio local e por grande número de pessoas dessa sociedade. A festa ocorreu no dia 24 de dezembro, na sede do Club Londrina e foi ornamentada com uma linda Árvore de Natal e abrilhantada pela música de um jazz-band da cidade.

Com os donativos¹⁴⁵ arrecadados foi montada uma farta mesa de doces que foram servidos com guaraná para as crianças e seus pais. Os donativos entregues durante as festividades foram: 1.520 brinquedos, 2.200 pacotes de bombons, 42 vestidos feitos para meninas e cortes de tecido, 80 cortes de tecido para meninos e várias peças prontas, 60 pares de sapato e alguns cobertores.

No período da Segunda Guerra Mundial a sociedade londrinense mobilizou-se de várias formas para ajudar o país. Além do trabalho do Núcleo Municipal da LBA, já comentado neste capítulo, ocorreu uma

¹⁴⁵ Pessoas que contribuíram nesta campanha de boa vontade: Laureano Fonseca, Guilherme Laron, Antônio noivo, Confeitaria Ouro verde, Koziro Nishimura, Octavio Taccola, Dr. Boggio, Sattla, F. Schulteiss, Garcia & Garcia, A . Coli, Casa londrina, David dequech, Pascoal Sorace, anedis Agazarian, Casa Villa Real, Ozório Ferreira Valladão, Manoel dos Santos Ferreira, Plínio Benevenuti , Guilherme Lawin, Martin Reichert, Giuseppe Vittorio, Miran Mondtean, Casas Catharinenses, Pharácia N. S. de Lourdes, Pedro Lopes & Filhos, Casa Paulo, Padaria esmeralda, Hotel Luxemburgo, Maria Küster, marina Figueiredo, Nair Coutinho, Jamile Dequech, Adélia A Passos, Leonilda Marquesini Eggas, Alice pires, Olga Bordin, Rita Newbery, Frida Rottmann, Alice Rocha, Ruth Góes , Maria Vicente Gonçalves, Ismênia Bueno Braga , Adail castro Bizatto, Ascendina de Castro, Hotel Germânia, Padaria Flor da India, Casa Azul, Casa Para Todos, Casa das Nações, Jurema Canziani, Margarida Slochgrabe, Leonor Medeiros, Ophelia Oliveira Rangel, Chiquinha Faria Castro, Lenita Carvalho, Nair Nolasco, Nina Kotchkoff, Latife Tarran, Lolita Santoro, Leticia e Annete Hosken, Ruth Santos, Adélia Passos Correa, Gaspar Ernest, J. Klonfahs , Mesquita e Davids, José Rocha, e José Bozalli, Valéria, Taninha e Naneco. (*Paraná Norte*,v. 6, Nº. 268, 3, dez.,1939, p.1)

intensa campanha da Cruz Vermelha Brasileira em Londrina.

Cruz Vermelha brasileira instalar-se á em Londrina uma filial sob o patrocínio do núcleo municipal da LBA

Regulamentos da cruz vermelha:

EM TEMPO DE GUERRA:

1º prestar auxílio aos serviços de saúde das forças armadas nacionais, de terra, mar e ar;

2º Prestar socorros a todas as vítimas de guerra, civis ou militares;

EM TEMPO DE PAZ:

1º Preparar os recursos necessários, que em pessoal, quer em material, afim de garantir suas atividades em tempo de guerra, em colaboração com os órgãos oficiais competentes;

2º Concorrer para a educação popular, quanto a higiene, e para a proteção e melhoria da saúde e alívio de qualquer sofrimento das populações, colaborando com as obras oficiais ou de iniciativa privada, que tenham os mesmos objetivos;

3º Concorrer para o desenvolvimento da assistência aos enfermos, principalmente da assistência hospitalar, de pronto socorro e para a assistência social;

4º preparar e instruir o pessoal para as atividades em tempo de paz ou de calamidade pública;

5º Socorrer as vitimas e necessitados, em casos de epidemia, catástrofe, e de qualquer calamidade pública¹⁴⁶.

Todas as autoridades municipais se envolveram na campanha que conclamava os brasileiros de boa vontade, os patriotas e os amigos do Brasil. Foram empregadas várias modalidades de doações, contribuições e arrecadações, principalmente em dinheiro. Até as crianças cooperaram com a Cruz Vermelha. Vinte e seis alunos do Grupo Escolar Hugo Simas levantaram uma pequena lista de donativos em benefício da Cruz Vermelha, *doando entre 1\$00 a \$200 reis cada criança.*

¹⁴⁶ CRUZ Vermelha. *Paraná Norte*. Londrina, v.9, nº 468, 3, dez.,1943, p.1

Já se organizou uma Comissão Central da Campanha pró Cruz Vermelha Brasileira, cuja semana será iniciada na próxima quarta-feira.

Eis a relação das pessoas que compõem a dita comissão Central: Capitão Miguel Blasi – Dr. José Munhoz de Mello – Arthur Thomas – Dr. Rui Cunha – Dr. Anísio Figueiredo – José Bonifácio e Silva - - Dr. José hosken de Novaes – Dr. Jonas de Faria Castro – Dr. Adolfo B. Góis – Antonio Cafaro - H. Puigari Coutinho – Portela Passos - Vicente Cioffi – Dr. César Siqueira – José de Oliveira Rocha – Claudino dos Santos – Celso Garcia Cid – João de Jesus Netto – Jose´ Jorge Chedid – Dario Ferreira Junior – Arlindo Pereira – José A . Longo – Carlos de Almeida – Domingos Campanhã - Turíbio Alvariza Filho – Nelson Egas – João Isveski - Arnaldo Paulus – Octavio Damasceno¹⁴⁷.

A campanha da Cruz Vermelha em Londrina ocorreu concomitantemente à campanha pela construção da Santa Casa. O povo de Londrina respondeu com generosidade com ofertas nas duas campanhas, o que causou admiração à imprensa local.

Dois grandes seres – o doente e o ferido. Nada mais nobre, nenhum fim mais virtuoso que a morte gloriosa em defesa da pátria, da nacionalidade. O doente é o infeliz que perdeu as forças, cujas energias orgânicas, enfraquecidas, pedem a assistência reparadora e o amparo dos homens fortes.

A Pátria que, com justos direitos, pede o sacrifício de seu filho, a ele deve, nos momentos de convulsões dos povos, a solicitude do aconchêgo de um regaço piedoso , onde se cure das mazelas e encontre alívio às dores cruciantes.

O doente é o batalhador de todos os dias, o nosso companheiro de jornada, uma parcela ativa do progresso, um átomo da energia social, um creador de bem estar e conforto. A sua vida não raro pe uma luminosa página de

¹⁴⁷ Jornal Paraná Norte, Londrina, v. 7, nº 394,3, mai., 1942, p.3

abnegação e de respeitosa integração no organismo coletivo.

Dois grandes sêres – o doente e o ferido.

Londrina vive os dias dedicados a eles, ao doente e ao ferido, simbolizados na Santa Casa e na Cruz Vermelha¹⁴⁸.

A assistência social se fazia na medida em que apareciam situações específicas de famílias ou pessoas necessitadas. Não raro os jornais publicavam campanhas para resolver problemas específicos de famílias pobres, como no caso da viúva Conceição Gardena.

Conceição Gardena, brasileira de Monte Aprazível, S. Paulo, acompanhando o entusiasmo e a fé de seu marido Heleodoro Dominguez, pela terra moça e prodigiosamente fértil que é o Norte do Paraná, veio para o município de londrina. Aqui com o esposo e oito filhos menores, o trabalho era árduo, mas a vida lhes corria sem privações. E quando melhor julgaram estar, tendo os filhinhos bem alimentados, a Parca, a inexorável Parca, entrou de permeio, e ceifou a vida preciosa de Heleodoro. E ai ficou a viúva e as oito crianças, sem teto, sem pão e, o que é pior, sem esperanças dentro desta terra de abundância.

Ela, a triste viúva só ganhou na terra maravilhosa uma sepultura para o marido. Agora sofrendo os horrores da mais supina necessidade, quer voltar para a terra onde nasceu, onde os filhinhos nasceram, abrindo os olhos a luminosidade magnífica do céu brasileiro. Entretanto, para esta volta, volta tão triste para quem chegou não esperançado, falta à triste mãe o recurso...

Esse recurso, vimos hoje solicitar ao bom e generoso povo de londrina, abrindo aqui uma subscrição, em cuja lista já colhemos o seguinte: Dr Jonas Faria Castro, 20\$; Igreja Cristã Presbiteriana, 20\$; Dr José Hosken de Novaes, 6\$; dr. Marcolino de Souza 5\$; Benedito Evaristo, 5\$; José de Oliveira Rocha, 20\$; Dr. Ruben de Souza, 5\$; João de Jesus Neto, 5\$; Cosmopolita clube,

¹⁴⁸ DOIS grandes seres o doente e o ferido. *Paraná Norte*, Londrina, v.7, nº 395,10, mai., 1942, p.1

20\$; Edésio Corrêa Passos, 5\$; Stanilda carvalho, 5\$; João Vieira Gonçalves, 5\$; União da Mocidade da P. Independente, 20\$; Anônimo, 20\$. Total, 145\$000. A lista continua aberta nesta redação¹⁴⁹.

O mesmo Jornal publicou¹⁵⁰ a situação de *Da. Maria Mariana de Jesus, uma pobre mulher, que sofria na terra de fartura as angústias de uma verdadeira e lastimável miséria, com dois filhinhos, solicitando donativos.*

Em 1943 a Associação das Senhoras de Rotarianos registrou a realização de mais um Natal festivo para três mil crianças pobres, nas instalações da Santa Casa de Londrina, ainda por inaugurar, com custo de Cr\$ 300.000,00.

Segundo Da. Nina Bonifácio, aquele Natal contou com a participação de todo povo londrinense.

Nos atendemos (nos que eu digo os rotarianos e suas esposas) que ainda não tínhamos uma associação definida. Todos trabalhando juntos e o comércio em geral e atendemos uma média de três mil crianças. As crianças eram muito sabidas. Entravam na fila, recebiam o presente, davam uma voltinha e entravam na mesma fila. Aí o Dr Anísio resolveu pintar o dedo deles. Passar tinta. Mas eles na hora chupavam o dedo e tiravam a tinta outra vez. Aí Anísio pintava a testa. Era o único jeito da gente controlar. Mas foi um Natal muito alegre. Mas muito bonito mesmo. Acabou o estoque de presentes até boneca de papelão foi.(BONIFÁCIO, 2002)¹⁵¹

¹⁴⁹ VAMOS praticar um ato de caridade? *Paraná Norte*, Londrina, v.8, nº 377, 4, jan., 1942, p.4.

¹⁵⁰ *Paraná Norte*, Londrina, v.12, nº633, 28, dez., 1945

¹⁵¹ Entrevista realizada com Da. Nina Bonifácio, em 14/01/2002, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

Consta, no Livro de Atas¹⁵² da entidade relação de ações desenvolvidas desde 1943, para a compra de equipamentos de cozinha e rouparia para inauguração e funcionamento da Santa Casa de Londrina, assistência material como roupas e comida às famílias pobres e atendimento de doentes da cidade, principalmente aqueles acometidos de tuberculose, em favor dos quais eram providenciados todos os recursos necessários a seu encaminhamento a sanatórios em São Paulo.

Nas décadas de 40 e 50 surgiram as primeiras entidades e associações filantrópicas e na década de 70 vários serviços de assistência já se haviam instalado para atendimento aos pobres, por iniciativa de pessoas de boa vontade, sensíveis aos problemas dos necessitados.

À medida que as levas de migrantes miseráveis atraídos pela fama do Eldorado aportaram na cidade, a preocupação das elites tornou-se crescente. Neste momento as instituições assistenciais existentes (o Posto de Higiene - 1939 e Santa Casa de Misericórdia - 1942) tornaram-se medíocres frente ao crescimento urbano. Assim na década de 50 proliferaram as campanhas assistenciais visando sempre a criação de uma instituição beneficente. Dois foram os alvos prioritários : os migrantes pobres e as crianças. (NETTO,1993, p.214)

¹⁵² O primeiro Livro de Atas da Associação das Senhoras de Rotarianos data de 1959, ano em que os estatutos da entidade foram regulamentados em cartório. A primeira Ata registrada no Livro nº 1. (p.1-3) refere-se à reunião realizada no dia 12/06/59, que se iniciou com um balanço histórico de todas as atividades realizadas durante os 9 anos anteriores, sob a direção de Da Maria de Souza Melo.

O trabalho de atendimento e assistência às famílias pobres da cidade pela Sociedade de São Vicente de Paulo¹⁵³ teve início em 1944. Os primeiros Vicentinos foram pessoas influentes na cidade que contavam com donativos da comunidade e também da Prefeitura. Em 1956 já existiam duas conferências em Londrina que assistiam 31 famílias pobres contando com 154 pessoas. Quatro anos depois, em 1959 este número aumentou para 89 famílias, com 455 pessoas em situação de miséria.

No inverno do ano de 1955 o LIONS CLUB¹⁵⁴ de Londrina promoveu uma campanha de cobertores e sapatos para as famílias pobres das vilas, através da realização de um “sarau dançante” nos salões do Londrina Country Club, arrecadando a quantia de Cr\$ 4.538,00

Também os espíritas se preocupavam desde a década de 50 com o grande número de famílias pobres existentes na cidade e prestavam seu auxílio.

União Espírita de londrina

A Campanha da Caridade desenvolvida pelo departamento Feminino da União E L comparece perante aos benfeitores para agradecer. Graças a esses espíritos elevados, pudemos socorrer, de março a outubro desse ano, cerca de 148 famílias pobres.

Em igual período foram arrecadados 1.520 peças de roupas usadas. 1.183 quilos de mantimentos, 127 pares de sapatos usados, , revistas, livros, jornais, 32 vidros de remédios, 44 cadernos novos.

E Deus há de pagar, almas caridosas, e que sempre vos sobre para amenizar a dor de nossos irmãos em Jesus.

¹⁵³ Claudia Neves da SILVA (1999, p. 60 – 94) explica as ações desenvolvidas pela SSVV de Londrina.

¹⁵⁴ Jornal *Folha de londrina*, Londrina, v.9, nº 1181, 8, jun., 1955, p.8

Comissão: Vivaldo Marcelino da Silva, presidente, Silvia Cursini – presidente do Depto feminino e Maria Iazarini Capareli – secretária¹⁵⁵.

A “mocidade espírita” de Londrina também praticava a caridade junto aos detentos da cadeia pública municipal. Em maio de 1954 o jornal *Folha de Londrina* publicou¹⁵⁶ a ocorrência de uma cerimônia com a presença do delegado Miranda Assy Edo e do sub-tenente Brochado, em que os espíritas proporcionaram um lanche com doces e salgados e doação de cigarros aos 690 presos da cadeia. A cerimônia contou com as palavras do sr. Nelson R. Forattini, contador de uma agência do BB, a Sra. Sílvia Cursini e o jovem Vivaldo Marcelino da Silva. Agradecendo, falou o detento Mário Camargo Junior, que pronunciou uma breve e comovedora oração. A reportagem menciona o nome de 24 senhoras e senhoritas da sociedade londrinense que contribuíram com doações em dinheiro ou em mercadoria para aquele fim.

Nesse mesmo ano, o grupo de jovens da Igreja Presbiteriana Independente organizou uma grande promoção em benefício dos hansenianos indigentes da região norte do Paraná, atendidos pela Associação Londrinense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, presidida pela Sra. Francisca Faria de Castro. A renda bruta da Campanha foi de Cr\$ 25.200,00, descontando uma despesa de Cr\$ 5.750,00, foi entregue um saldo de CR\$ 19.450,00. A Campanha contou

¹⁵⁵ UNIÃO Espírita de Londrina. *Folha de Londrina*, v.9, nº1292, 28, out., 1955, p.1

¹⁵⁶ *Jornal Folha de Londrina*, Londrina, v.6, nº 883, 25, mai., 1954, p.1

com baile, gincana e Livro Ouro. Participaram da Comissão Organizadora os estudantes: Arlete Petrelli, Marly Aurora Egger, Yeda Guimarães, Cecília Moraes, Luiz Cláudio Nolasco, José Maury Monteiro, Álvaro Margarido, Duílio Nolasco Pereira e Carlos Roberto Chueiri, Sandy Sahn.

O grande número de pedintes que perambulavam pelas ruas da cidade, já no final da década de 40, levou as primeiras iniciativas da sociedade para a construção de um albergue. Em 12 de agosto de 1949, o vereador Dr. Aristeu dos Santos Ribas apresentou à Câmara Municipal de Londrina o primeiro projeto de lei sob o nº 67, de sua autoria, solicitando doação de um terreno para instalação do “Albergue Noturno”. O Albergue Noturno de Londrina, no entanto, somente foi inaugurado em 1953, como resultado de um processo que durou cinco anos e que envolveu o Legislativo Municipal e a comunidade.

A idéia de construir um “Lar” para crianças órfãs e abandonadas teve início em 1950, fruto da visão de Juvenal Teixeira, dos missionários Thomas N. Clinkscales e Rosalie D. Clinkscales e de outros cristãos pertencentes à Igreja Batista de Londrina. Além da questão humana e religiosa que impulsionou as iniciativas para a construção de um local de aconchego, paz, conforto e proteção às crianças desamparadas, houve total apoio do Juiz da Comarca, por quanto tinham início os processos da vara de família cujos despachos necessitavam de um local apropriado para encaminhar as crianças órfãs.

Já em meados da década de 40 a sociedade londrinense se preocupava com o problema do “menor abandonado”, que apresentava números alarmantes de crianças pedintes pelas ruas da cidade.

A primeira iniciativa teve como objetivo a profissionalização dos menores, que mais tarde constituiu a Liga dos Engraxates.

Cogita-se a fundação de uma cooperativa dos pequenos engraxates de londrina.

...Contamos com quase uma centena de pequenos engraxates bulhentos e incansáveis trabalhadores (humilimos e heróicos pequenos) cuja educação reclama maiores cuidados e uma assistência mais direta por parte de nossas autoridades, a fim de que, futuramente se transformem em elementos úteis á comunidade¹⁵⁷.

Passados dez anos, a Associação Paranaense de Imprensa, que desempenhava um importante papel de denúncia da questão social nas periferias da cidade, resolveu criar um serviço específico através de iniciativa particular, considerando a necessidade urgente de enfrentar o problema social.

UM CORPO DE PEQUENOS JORNALEIROS.!

Sentindo a gravidade do problema dos menores em nosso município a Associação Norte Paranaense de Imprensa, acaba de instituir um corpo de pequenos jornaleiros, composto por treze garotos, menores de 14 anos de idade, revertendo em benefício dos próprios o produto total da venda dos jornais. O objetivo da medida da anpi, é, além de prestigiar todos os jornais filiados à entidade, cooperar de maneira decisiva para a solução do cruciante problema dos menores.

(...) Inicialmente a entidade classista, dentre os muitos garotos que vieram até a sede da Associação,

¹⁵⁷ Jornal *Paraná Norte*, Londrina, v.9,nº 440, 21, mar., 1943, p.2

acompanhados dos seus pais, obedecendo critério de seleção através da necessidade de cada um.

(...) Para que se apresentem devidamente uniformizados, a ANPI forneceu fardamento, sapatos e meias.

(...) A Associação Norte Paranaense de Imprensa, com mais essa realização, deixa claro o seu constante propósito de atacar as questões sociais e culturais de maneira decisiva, através de medidas e iniciativas reais e objetivas¹⁵⁸.

Em junho de 1958 o mesmo jornal O Combate, publicou uma fotografia de um pequeno jornalista, com a manchete *o chichê retrata uma pequena colaboração da ANPI ao discutido problema dos menores abandonados de Londrina.*

A imprensa, por um lado, publicava algumas iniciativas particulares de enfrentamento á questão que envolvia os menores abandonados e, por outro, denunciava a omissão do poder público municipal, como demonstra a reportagem abaixo.

ESTÁTUAS DE BRONZE EM POLTRONAS DE PAU-BRASIL - Menores abandonados caminham para o vício e a perversão –

As nossas autoridades preferem o comodismo a resolver os problemas dos menores desamparados – A Guardinha de Londrina, um grande exemplo – Os pequenos jornalistas da Associação Norte Paranaense de Imprensa, uma colaboração.

É velho , e para muitos, complexo, o problema do menor abandonado em nosso país. (...)

(...) O número aumenta e os crimes assumem proporções fantásticas. Novos criminosos são feitos, praticamente, especializados, pela maneira rudimentar com que agem nossas autoridades, que , sem alguma

¹⁵⁸ UM corpo de pequenos jornalistas. O Combate, Londrina, v.7, Jul., 1957, p. 8

boa vontade, insistem em considerar o problema como complexo.

Não oferecem instrução aos menores abandonados, nos grupos não há vagas; não lhes dão teto, porque, não há casas assistenciais; pão também, não lhes dão porque não há emprego; logo se lhes oferecem um caminho, o do mal. Aquele que, leva os que estão desabrochando para a vida, ao cárcere em promiscuidade com presos comuns. Dali somente poderá sair um desequilibrado, um perverso prático e conseqüentemente, especializado. Se há complexidade neste fato, está com as autoridades, que respondem pelo problema. São autoridades cômodas, insensíveis – estátuas de bronze em poltrona de Pau Brasil.

Então poderá haver complexidade para em cada canto plantar-se uma escola, fundar-se instituições, morais, dirigidas por jesuítas, alimentar-se os abandonados com o produto do trabalho dos próprios?

Há complexidade para fundar-se escolas agrícolas, completamente gratuitas? Quanto custaria tudo isto ao país? Logicamente, muito menos do que é gasto em escolas correcionais de menores, em penitenciárias que receberão mais tarde os menores transviados de hoje.

O exemplo do que há em vários pontos do país, por iniciativa particular, é eloqüente testemunho de que o governo, federal, estadual e municipal, poderá fazer se houver boa vontade.

Aqui em Londrina, fundaram uma Ass. De Amparo aos Menores Abandonados, Criaram a Guardinha, abrigando quase uma centena de menores. Depois de algum tempo entregaram à supervisão da prefeitura Municipal. A Ass. de Amparo, nada mais fez, senão algumas reuniões sem importância. Aí, parou a Associação.

Faltou, é claro, maior boa vontade.

Outro exemplo, é a criação pela Associação Norte Paranaense de Imprensa, de um corpo de pequenos jornalheiros. Algo modesto e simples, porém ampara quinze meninos que vivem com o produto total da venda de jornais da cidade – os chamados pequenos jornais -.

Tal iniciativa visou, unicamente concorrer para a solução do problema dos menores, dentro da possibilidade da Associação. Hoje, um ano decorridos, os pequenos jornalheiros da A N. P. I , possuem cadernetas da Caixa Econômica Federal, com o fruto de suas

economias, depois, é lógico, de atender as necessidades de suas famílias.

Tais exemplos se opõem ao que dizem as nossas autoridades sobre o problema do menor abandonado – problema complexo – pois, a nosso ver o que falta é exclusivamente boa vontade, porque solidariedade humana, nos dias atuais, é coisa que pouco se vê; os comodistas preferem esquecer que cuidar do problema dos menores, é o mesmo que zelar pela situação e bem estar de cada um e todos os membros de uma comunidade¹⁵⁹.

Esta reportagem apresenta no clichê duas fotografias acompanhadas dos dizeres: *os pequenos jornaleiros da Associação Norte Paranaense de Imprensa. Em baixo, após a entrega da quota de jornais: alegres ganham o pão de cada dia.*

No final da década de 50 o “problema do menor abandonado” e o “trabalho do menor”, já eram uma realidade que preocupava os cidadãos de Londrina.

Outra preocupação característica do período foi o surgimento das favelas.

Abordado na última reunião do Rotary o Problema das Favelas.

Sob a presidência do Sr. Leônidas Dutra, na ausência do Sr Newton Câmara, palestrou o engenheiro Amílcar Neves Ribas, versando sobre o tema: Vida e crescimento das cidades..

A seguir falou o Sr Aristides Souza Melo, referindo-se elogiosamente à palestra do sr Ribas e dizendo que o orador fizera uma denúncia que devia por de sobreaviso a todos, particularmente ao Poder público, qual fosse a da existência, embora em fase incipiente, de favelas em

¹⁵⁹ *ESTÁTUAS DE BRONZE em poltronas de pau-brasil. O Combate, Londrina, Jun., 1958, 3º Caderno.*

Londrina. Após outras considerações sobre o assunto disse que “o Rotary poderia tomar a si o cargo de não permitir a disseminação daquele verdadeiro “flagelo social”¹⁶⁰.

Em 1963, surgiu também o Conselho Londrinense de Serviço Social que tinha por finalidades: *combater a falsa mendicância e promover a recuperação das pessoas realmente necessitadas, apoiar as demais instituições sociais, estimulando-as a adotarem programas planejados e coordenados, para melhor prestação de serviços à comunidade.* No ano de 1968 o Conselho deixou de ser responsável pelo planejamento geral do serviço social do município sendo transformado no SOS - Serviço de Obras Sociais, para atendimento emergencial à pobreza , mendicância e itinerantes.

De acordo com o *Documentário 40 anos* da Associação das Damas de Caridade de Londrina, O SOS – Serviço de Obras Sociais, foi instalado em Londrina, por iniciativa da Sra. Maria Cândida Caramuru Cezar¹⁶¹, proveniente de Araraquara – SP, de onde trouxe a experiência.

¹⁶⁰ FAVELAS. *Paraná Norte*, Londrina, v.10, nº 1362, 26, jan., 1956, p.7

¹⁶¹ Maria Cândida é uma pessoa de destaque pelas ações assistenciais que desenvolveu junto à população pobre de Londrina. Trabalhou com o frei Nereu do Vale na Vila da Fraternidade ensinando moças e senhoras da periferia a cozinhar e costurar. Encaminhava crianças recém-nascidas, cujas mães não queriam cuidar, para adoção por casais interessados. Uma das crianças que não conseguiu pais adotivos porque tinha graves problemas de saúde, acabou sendo adotada por ela mesma. Colaborou com a reintegração dos presos à sociedade, promovendo almoços mensais e festas de páscoa e natal na Cadeia Municipal, tendo tirado uma das detentas da prisão para ser sua empregada doméstica. Construiu duas fábricas de Sabão (uma no Jardim Amparo e outra na Favela OK), com 60 m2 de construção, com água encanada e instalações sanitárias, com o objetivo de desenvolver unidades de produção com mulheres pobres que moravam na periferia, na década de 80. (ADCL - Documentário 40 anos, 1999, p.32)

Várias outras iniciativas foram surgindo, através de ações da sociedade civil para atender a pobreza no Município. A princípio nos parece que os sujeitos ou atores das ações assistenciais no município de Londrina eram movidos por interesses particulares, ligados à idéia de benemerência , caridade e filantropia com alcance bem limitado diante dos efeitos imediatos que a pobreza produzia, principalmente nas periferias da cidade.

Para Arias NETTO (1993), essas práticas são marcadas pelos pressupostos modernistas, de um lado o trabalho e a moralidade, com patriotismo e civilidade e, do outro lado, a proposta de regeneração material e espiritual da cidade no aspecto tanto beneficente como estético.

Em pesquisa realizada junto aos arquivos da Câmara de Vereadores, consultamos cerca de 150 leis que dão o Atestado de Utilidade Pública às entidades e associações que prestam serviços assistenciais. O quadro abaixo apresenta, por data de criação, as entidades assistenciais de Londrina, no período compreendido entre 1936 e 1989. Além das leis municipais que dão o Atestado de Utilidade Pública, foram consultados os arquivos da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família – SECR, Escritório Regional de Londrina.

Para conceder o Atestado de Utilidade Pública Municipal a Câmara de Vereadores aprovou a Lei nº 617 de 20 de abril de 1961, cujo artigo primeiro estabelecia: *Poderão ser declaradas de Utilidade Pública as*

sociedades civis, as associações e as fundações com o fim de servir desinteressadamente à coletividade.

A lei exigia, como requisitos mínimos: (a) *ter personalidade jurídica;* b) *estar funcionando e com efetivos serviços prestados há mais de um ano;* c) *não remunerar seus diretores, nem lhes oferecer bonificações;* d) *constar dos Estatutos.* A mesma Lei estabeleceu ainda, como necessário, que fosse apresentada anualmente a relação circunstancial dos serviços por elas prestados à coletividade.

QUADRO 1 - ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE LONDRINA – 1936-1989

N.º	ANO	NOME DA ENTIDADE	POP. ALVO	MANTENEDORA
		DÉCADA DE 40		
1	1936	Sociedade Beneficente de Londrina	População pobre em geral	Associação Beneficente
2	1937	Hospitalzinho de Indigentes	Doentes pobres	Dr. Gabriel Martins
3	1942	LBA - Núcleo Municipal	combatentes da II Guerra Mundial	Associação Beneficente Nacional
4	1942	Cruz Vermelha - Comissão Central Municipal	Doentes pobres	Associação Beneficente Nacional
5	1943	Cooperativa de Pequenos Engraxates	Meninos pobres de 12 a 16 anos	Associação de Amparo ao menor abandonado
6	1943	Irmandade da Santa Casa de Londrina	Assistência à saúde	Mitra Diocesana
7	1944	Conferências Vicentinas	População pobre em geral	Sociedade São Vicente de Paulo
8	1945	Loja Maçônica Regeneração III	População pobre em geral	Maçonaria
9	1947	Associação Odontológica Norte do PR	População pobre em geral	Profissionais Liberais
10	1949	Asilo São Vicente de Paulo	Assistência a Idosos	Sociedade Vicentina
		DÉCADA DE 50		
11	1950	Associação de Assistência aos Lazaros e defesa contra a Lepra	Doentes pobres	Associação Beneficente

12	1950	Legião da Boa Vontade	População pobre em geral	Associação Filantrópica
13	1951	Lar Batista Paranaense	Crianças órfãs e abandonadas	Igreja Batista
14	1952	Loja Maçônica de Londrina	População pobre em geral	Maçonaria
15	1952	Associação das Senhoras de Rotarianos	Crianças pobres e excepcionais	Associação Filantrópica
16	1953	Albergue Noturno	População pobre em geral	Doutrina Espírita
17	1955	Casa da Criança	Crianças até 7 anos	LBA e Prefeitura Municipal
18	1955	APMI – Associação de Proteção à Maternidade e à Infância	Mães, Crianças e adolescentes	Associação de voluntários de caráter público
19	1955	Centro Espírita Caminho e Luz	População pobre em geral	União Espírita de Londrina
20	1957	Cooperativa dos pequenos jornalheiros	meninos de 12 a 16 anos	ANPI - Associação Norte Paranaense de Imprensa
21	1957	Lar Santo Antônio	Crianças órfãs	Missionárias Claretianas
Fontes: SECR; CML; Jornal Folha de Londrina				

QUADRO 1 - Entidades Assistenciais de Londrina - 1936-1989 (continuação)

N.º	ANO	NOME DA ENTIDADE	POP. ALVO	MANTENEDORA
22	1957	Guardinhas de Automóveis	Menores abandonados	Associação dos Automobilistas
23	1957	AAMEL- Associação de Assistência a Menores	Crianças e adolescentes	Associação Beneficente
24	1958	Associação Feminina Evangélica Beneficente	População pobre em geral	Igreja Evangélica
25	1959	Hospital Evangélico	Assistência à Saúde	Igreja Evangélica
26	1959	ILES – Instituto Londrinense de Educação de Surdos	Assistência aos surdos	Associação Beneficente
		DECADA DE 60		
27	1960	ILECE- Instituto Londrinense de educação para crianças excepcionais	Crianças excepcionais	Associação das Senhoras de Rotarianos
28	1960	Instituto Pio XII	Crianças e adolescentes	Missionárias Claretianas
29	1960	SOLEAS- Sociedade Londrinense de Educação e Assistência Social	Crianças e adolescentes	Sociedade Beneficente
30	1961	Creche Santa Rita	Crianças de 2 a 7 anos	Irmãs Filhas da Caridade
31	1963	Lar Anália Franco	Crianças órfãs e abandonadas	Sociedade espírita

32	1963	Conselho Londrinense de Serviço Social	População pobre em geral	Associação/ Conselho
33	1963	MAPIL - Movimento Associativo Presbiteriano Independente	População pobre em geral	Igreja Presbiteriana Independente
34	1963	Beneficência Japonesa	População pobre em geral	Associação Beneficente
35	1963	Conselho Londrinense de Serviço Social	População pobre em geral	Conselho de Associações Beneficentes
36	1964	APAE - Associação dos pais e Amigos dos Excepcionais	Crianças excepcionais	Associação Beneficente
37	1964	Sociedade Beneficente de senhoras da Igreja Adventista do 7º dia	População pobre em geral	Associação de senhoras adventistas
38	1964	Centro Cultural Beneficente Nipo – Brasileiro - Imaculada Conceição	Famílias japonesas necessitadas	Associação Beneficente
Fontes: SECR; CML; Jornal Folha de Londrina				

QUADRO 1 - Entidades Assistenciais de Londrina - 1936-1989 (continuação)

N.º	ANO	NOME DA ENTIDADE	POP. ALVO	MANTENEDORA
39	1965	Associação das Damas de Caridade	População pobre em geral	Associação Filantrópica Católica
40	1965	Creche N. Senhora de Fátima	Crianças até 7 anos	Irmãs de Caridade
41	1965	Instituto do Câncer	Assistência à saúde	Associação/ Hospital
42	1965	JUBIM - Junta Beneficente da igreja Missionária	População pobre em Geral	Igreja Evangélica Missionária
43	1965	Guarda Mirim de Londrina	Adolescentes do sexo masculino	Clube de Serviço
44	1965	ILITIC - Instituto Londrinense de Instrução e Trabalho para Cegos	Assistência aos cegos	Associação Beneficente
45	1966	AMAS - Associação Metodista de Assistência Social	População pobre em geral	Associação Metodista
46	1967	Lar Esperança de Londrina	Mães solteiras	Associação das igrejas Missionárias
47	1967	Abrigo Gilda Marconi	Assistência a idosos	Doutrina espírita
48	1968	SOS - Serviço de Obras Sociais	População pobre em geral	Associação Beneficente
49	1968	Sociedade Beneficente Muçulmana	População pobre em geral	Doutrina Muçulmana

50	1968	DORCAS - IEAD - Instituição Evangélica de Assistência	População pobre em geral	Igreja Adventista do 7º Dia
51	1968	Loja AMORC - Antiga E Mística Ordem Rosa Crusis	População pobre em geral	Doutrina internacional
52	1969	Conselho Londrinense de Assistência à Mulher	Assistência à saúde da mulher	Fundação/hospital
53	1969	Loja Maçônica Cavaleiros da Paz n.º 25	População pobre em geral	Maçonaria
54	1969	Lions Clube de Londrina Igapó	população pobre em geral	Clube de serviço
DÉCADA DE 70				
55	1970	Associação Evangélica Nova Vida	População pobre em geral	Igreja Evangélica Assembléia de Deus
56	1970	Associação dos Surdos - Mudos de Londrina	Assistência aos surdos - mudos	Associação Beneficente
57	1971	BENFAM - Sociedade Civil de bem estar à Família no Brasil	Assistência a família	Sociedade nacional de caráter público
Fontes: SECR; CML; Jornal Folha de Londrina				

QUADRO 1 - Entidades Assistenciais de Londrina - 1936-1989 (continuação)

N.º	ANO	NOME DA ENTIDADE	POP. ALVO	MANTENEDORA
58	1971	EVIN - Evangélica de Assistência	meninas prostitutas ou viciadas	Associação de voluntários evangélicos
59	1972	Associação do Roupeiro Santa Rita – Catedral	maternidade e recém – nascido	Mitra Diocesana - catedral
60	1972	Creche Haydée Colli Monteiro	Crianças até 7 anos	Associação Senhoras de Rotarianos de Londrina
61	1973	Centro Promocional João XXIII	profissionalização de moças -auxiliares do lar	Sociedade Educadora Rainha das Missões – católica
62	1973	Creche Matilde Vicentini	Crianças até 7 anos	Damas de Caridade
63	1974	SOBASLUZ - Sociedade Beneficente de Assistência Social	População pobre em geral	Igreja Evangélica Luz do mundo
64	1975	COLSAN – Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue	Assistência à saúde	Sociedade beneficente e filantrópica
65	1975	IBAD - Instituto Brasileiro de Pesquisa em alcoolismo e drogas	Usuários de alcoolismo e drogas	Instituto científico, cultural e assistencial
66	1975	Mitra Arquidiocesana de Londrina	População pobre em geral	Igreja Católica

67	1975	Sociedade Beneficente Miguel Couto	assistência psiquiátrica	Centro espírita amor e caridade
68	1976	Associação Cristã de Moços	Crianças e adolescentes	Associação cristã
69	1976	Fundação Maçonica Gonçalves Ledo	População pobre em geral	Maçonaria
70	1976	Associação de Recuperação de Alcolistas	usuários de álcool	Associação de recuperação
71	1976	EPESMEL - Escola Profissional e Social do Menor de Londrina	Profissionalização de adolescentes	Instituto Leonardo Associação católica
72	1976	SANA- Sociedade Assistencial Nova Aliança	População pobre em geral	Sociedade beneficente
73	1976	Associação do Roupeiro Sta. Rita de Cássia – Shangri-lá	maternidade e recém-nascidos	Soc. Civil paróquia N.S Rainha dos Apóstolos
74	1976	Associação São José Creche de Irerê / patrimônio rural	Crianças até 7 anos	Associação São José Creche de Irerê
75	1977	Associação Feminina da Loja Londrina	População pobre em geral	Maçonaria
Fontes: SECR; CML; Jornal Folha de Londrina				

QUADRO 1 - Entidades Assistenciais de Londrina - 1940-1989 (continuação)

N.º	ANO	NOME DA ENTIDADE	POP. ALVO	MANTENEDORA
76	1977	ABET – Associação de Bem estar do Tuberculoso	Assistência à saúde	Associação filantrópica e beneficente
77	1978	NUSELON – Núcleo Social Evangélico de Londrina	Usuários de drogas	Igreja Presbiteriana
78	1978	Dispensário Irmã Scheila	Usuários de drogas	ALA - Associação Londrinense de Assistência Espírita
79	1978	FAC – Fraterna Ajuda Cristã	População pobre morador de rua	Sociedade leiga católica
80	1978	Congregação de Irmãs da Pequena Missão	deficientes da audição	Congregação católica
81	1978	Associação Feminina Estrela do Oriente	População pobre em geral	Entidade para-maçônica
82	1978	Creche Pindorama	Criança até 7 na	APMI
83	1978	Centro Espírita de Umbanda e Candomblé Ele – de - Oiá	População pobre em geral	Soc. civil de ordem cultural, religiosa, Assistencial– Culto do Umbanda
84	1979	Creche Quadrangular	Crianças até 7 anos	Sociedade Evangélica
85	1979	Associação das Senhoras Voluntárias do Hospital Universitário R. do N. PR	Assistência à saúde	Sociedade de Senhoras voluntárias

86	1979	Creche Alaíde Fausto de Souza	Crianças até 7 anos	Associação beneficente
87	1979	Creche Reverendo Jonas	Crianças até 7 anos	Associação beneficente
88	1979	Igreja "Seicho-no-lê –do Brasil".	População pobre em geral	Organização religiosa
89		DECADA DE 80		
90	1980	SOMA – Sociedade Mantenedora de Assistência	População pobre em geral	Sociedade beneficente
91	1980	Creche Tia Maria Júlia	Crianças até 7 anos	Associação beneficente
92	1980	Creche Antônio A . Faria	Crianças até 7 anos	Sociedade Beneficente dos Bairros da Amizade
93	1981	Centro Espírita Pai Pena Branca	População pobre em geral	Doutrina espírita
94	1981	Acácia Londrinense – Associação Filantrópica Feminina	População pobre em geral	Entidade para-maçônica
95	1981	Creche Milton Gavetti	Crianças até 7 anos	Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Milton Gavetti
Fontes: SECR; CML; Jornal Folha de Londrina				

QUADRO 1 - Entidades Assistenciais de Londrina - 1940-1989 (continuação)

Nº	ANO	NOME DA ENTIDADE	POP. ALVO	MANTENEDORA
96	1981	Creche Antonieta Trindade	Crianças - 7 anos	Associação beneficente
97	1981	Creche Dom Geraldo	Crianças até 7 anos	Associação beneficente
98	1981	Creche Regina Barros	Crianças até 7 anos	Sociedade beneficente
99	1981	Creche Branca de Neve	Crianças até 7 anos	Conselho Comunitário Adriano Marino Gomes
100	1981	Centro de Valorização da Vida	População em geral	CVV – Associação católica
101	1981	CEMIC – Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade	Crianças e adolescentes	Sociedade beneficente
102	1982	Associação Missionária e educativa de Sant'Ana	População em geral	Irmandade Católica
103	1982	AFAC – Associação Feminina de Assistência à Criança	Criança carente	Sociedade beneficente Feminina Voluntária
104	1982	Creche Escola Governador José Richa	Crianças até 7 anos	Sociedade beneficente
105	1982	Creche Marabá	Crianças até 7 anos	Sociedade beneficente

106	1982	Associação dos Diabéticos do Estado do Paraná de Londrina	Assistência à saúde	Sociedade Civil de defesa e assistência
107	1983	Casa do Bom Samaritano	Assistência a itinerantes	Instituto espírita de promoção Social
108	1983	Casa da Mãe Solteira	Assistência à mãe solteira	Sociedade beneficente
109	1983	ADEFIL – Associação dos Deficientes Físicos de Londrina	Assistência a Portadores de deficiência física	Associação de defesa de direitos
110	1983	Creche escolinha das Irmãs de Betânia	Crianças até 7 anos	Sociedade beneficente católica
111	1983	DORETRANS – Associação Nacional de Pacientes Doadores – Rg. Paraná	Assistência à saúde de pacientes renais	Associação civil assistencial
112	1983	Creche Allan Kardec	Crianças até 7 anos	Centro Espirita Allan Kardec
113	1983	Creche Victória M. Dinardi	Crianças até 7 anos	Sociedade beneficente
114	1983	Casa do Peregrino	Crianças até 7 anos	Sociedade beneficente
Fontes: SECR; CML; Jornal Folha de Londrina				

QUADRO 1 - Entidades Assistenciais de Londrina - 1940-1989 (continuação)

Nº	ANO	NOME DA ENTIDADE	POP. ALVO	MANTENEDORA
116	1983	Associação do Roupeiro N. S. da Boa Viagem	Maternidade e recém-nascidos	Sociedade Civil - paróquia N. Senhora da boa Viagem
117	1983	Creche Novo Amparo	Crianças até 7 anos	Associação de moradores
118	1983	Creche Renascer	Crianças até 7 anos	Associação Beneficente
119	1984	Instituição Religiosa Perfect Liberty	População em geral	Entidade civil de caráter religioso e filantrópico
120	1984	Creche Pequeno Príncipe	Crianças até 7 anos	Associação Beneficente Amor e Paz
121	1984	Creche Tía Lana	Crianças até 7 anos	Associação Beneficente Estrela Máxima
122	1984	Creche Helena Ometto Torres	Crianças até 7 anos	Sociedade beneficente
123	1984	Creche Tia Nelma	Crianças até 7 anos	Associação Beneficente
124	1985	Lions Igapó para Pesquisa e Orientação, Controle e Tratamento dos Diabetes	Assistência à saúde	Lions Club Igapó

125	1985	Creche Níssia Rocha Cabral	Crianças até 7 anos	Centro Promocional do Menor Nossa Senhora das Graças
126	1985	Centro Promoção ao Menor N. Senhora das Graças	Crianças até 7 anos	Igreja Católica
127	1985	Casa do Caminho Tia Lana	Crianças e adolescentes	Sociedade Espírita
128	1985	COL – Centro Ocupacional de Londrina	Deficientes Mentais acima de 15 anos	Entidade Filantrópica
129	1986	PROVOPAR – Londrina	População em geral	Voluntariado – 1ª Dama
130	1987	Centro promocional e Creche Aracy Soares Santos	Crianças até 7 anos	Entidade civil de caráter filantrópico
131	1987	Creche da Vila OK - ABAC	Crianças até 7 anos	Associação Beneficente Amigos da Criança
132	1987	Creche Ouro Branco	Crianças até 7 anos	Associação Beneficente
133	1987	Creche Menino Jesus	Crianças até 7 anos	Associação Beneficente
134	1987	MEPROVI – Ministério Evangélico pró – Vida	Usuários de drogas	Igreja Presbiteriana Independente
Fontes: SECR; CML; Jornal Folha de Londrina				

QUADRO 1 - Entidades Assistenciais de Londrina - 1940-1989 (continuação)

Nº	ANO	NOME DA ENTIDADE	POP. ALVO	MANTENEDORA
135	1987	Casa do Caminho	Abrigo crianças e adolescentes	Sociedade Espírita
136	1987	Creche M. Helena Januário	Crianças até 7 anos	Associação Beneficente
137	1987	Associação Ano 53	População em geral	Associação Beneficente
138	1988	Creche Jurema Canziane	Crianças até 7 anos	Sociedade civil
139	1988	Creche Boa Esperança	Crianças até 7 anos	Ass Voluntária Boa Esperança
140	1988	Lar Maria Tereza Vieira	Assistência a idosos	Igreja Presbiteriana
141	1988	Creche Guiomar Moreira	Crianças até 7 anos	Sociedade civil
142	1989	Creche Tia Lana	Crianças até 7 anos	Núcleo de Amparo Cristão
143	1989	Associação Interdisciplinar de AIDS	Assistência à saúde	ALIA

144	1989	Comunidade Evangélica de Libertação	Usuários de drogas	Sociedade Evangélica
145	1989	Creche União da Vitória	Crianças até 7 anos	Associação Metodista

FONTES : O quadro exposto (p. 311 - 318) foi construído a partir da consulta as lei de utilidade pública na Câmara de Vereadores e com os dados complementares coletados junto à SECR – Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família- Escritório Regional de Londrina além de artigos publicados no Jornal Folha de Londrina

Analisando o quadro de entidades assistenciais, observamos que a cada década aumentou o número de instituições, ou seja: 2 no final da década de 30; 8 na década de 40; 16 na década de 50; 28 na década de 60; 34 na década de 70 e 56 na década de 80, somando – se 145 entidades no período.

Quanto à natureza das instituições, 66 são confessionais, ligadas às Igrejas Evangélicas, Católica ou Muçulmana, a crenças como Candomblé, Maçonaria, Rosa Cruz e Espiritismo. São confessionais porque professam alguma fé ou seguem alguma doutrina e desenvolvem sentimentos de solidariedade e caridade. Por outro lado, identificamos outras 72 entidades que não se ligam a uma religião específica, que podemos considerar entidades beneficentes de iniciativa dos clubes de serviço, associações profissionais, associações de moradores e outras entidades da sociedade civil que prestam serviços de assistência à pobreza, à criança, à saúde, incluindo os portadores de deficiência e usuários de drogas. Além dessas, o quadro identifica apenas 7 entidades mantidas de forma articulada entre a sociedade civil e pelo poder público: o Núcleo Municipal da LBA em 1942, o Centro Municipal da Cruz

Vermelha em 1942, a APMI criada em 1955, a Casa da Criança em 1955, a Creche Pindorama em 1978 (ambas mantidas pela APMI), a BENFAM, de caráter nacional em 1971 e o PROVOPAR – Programa do Voluntariado Paranaense, em 1986, coordenado pela primeira dama do Município.

O poder público municipal sempre repassou verbas, mas, ao se restringir a subvencionar as ações de caráter privado, assume papel de coadjuvante e não de responsável pelo enfrentamento à pobreza em Londrina, no período estudado. Podemos observar, na consulta às leis, que as entidades são todas criadas por iniciativa da sociedade civil, embora recebam incentivo, doação de terrenos, e subvenção de verbas da Prefeitura Municipal.

As Igrejas, quando se instalavam na cidade tinham dois objetivos, a evangelização e a educação de crianças, geralmente abrindo escolas particulares. Para atingir os ideais cristãos, de comunhão e igualdade perante Deus, implantavam igualmente orfanatos, creches ou escolas para atender gratuitamente os filhos das famílias pobres, ou ainda asilos e dispensários para idosos e pessoas doentes desamparadas..

Algumas entidades e associações tinham o cunho cultural, ligadas ao atendimento assistencial restrito às famílias de migrantes, como no caso dos japoneses.

No caso das Lojas Maçônicas o atendimento destinava-se às viúvas de maçons quando necessitadas.

Analisando o quadro de entidades nas quatro décadas (40 a 80) constata-se que o maior número de instituições criadas se destinou ao atendimento de crianças na idade de 0 a 7 anos e assistência à maternidade, ou seja, somam-se 55 entidades entre orfanatos, lares, assistência à maternidade e infância e creches. Cabe ressaltar que as creches se intensificaram apenas na década de 80 somando então 32 creches em Londrina.

A segunda maior preocupação da sociedade ao criar as entidades assistenciais se dirigiu à população pobre em geral. Foram 44 entidades construídas no período para atender a famílias sem renda, itinerantes, mendigos e combatentes de guerra.

Segue-se a assistência à saúde (hospitais, hanseníase, tuberculose, aids, doença mental) deficiências (auditiva, visual, mental e física) e dependência química (usuários de drogas e álcool), somando-se 30 entidades assistenciais.

Em relação à assistência a adolescentes carentes, somaram-se 13 entidades, a maioria visando a profissionalização de meninos e meninas. Por fim, contata-se um número reduzido de apenas 3 entidades destinadas a atendimento de idosos abandonados no período.

Entre as décadas de 50 e 60 houve grande preocupação com a criança órfã por parte, por exemplo, do Lar Batista, Lar Santo Antônio, Casa da Criança, Lar Pio XII, Lar Anália Franco. Uma grande preocupação da sociedade londrinense no período foi com referência ao

destino dos adolescentes que perambulavam pelas ruas, fora das escolas, ameaçando a ordem e se lançando para um futuro de marginalidade. Criaram-se a Guardinha de Automóveis, a Associação de Amparo ao Menor e a Guarda Mirim de Londrina.

Em 1963 foi fundado o Lar Anália Franco com capacidade de 100 vagas destinadas a abrigar crianças abandonadas.. Depois de construído faltava equipá-lo com móveis e utensílios para entrar em funcionamento. Em dezembro de 1963 o Lions Clube de Londrina se reuniu com a finalidade de angariar fundos para aquisição do mobiliário da entidade.

Novo Mobiliário : LAR ANALIA FRANCO .

Proveitosa reunião na sede do Lions Clube, edifício Minerva contou com a presença de destacadas figuras da nossa sociedade – iniciativa elogiável merece apoio de todos.

O Lar Anália franco nasceu como surgem as outras cousas belas. Um grupo de abnegados desses que, ainda, cultivam a solidariedade humana é responsável por essa obra essencialmente filantrópica que hoje constitui uma realidade concreta.

...Foi na sede do “Lions” que teve lugar a proveitosa reunião que contou com a presença dos srs. Aimoré Kley, presidente do Clube; Celso Menoncin, Alceu Malucelli, José Augusto de Queiros, Arlindo Ramos, Francisco de Assis Andrade, Olímpio Nunes da Costa, Juvenal Peitraroia, Newton Petraroia, Nelson Foratini, Vitor pimenta Cunha, Doan Álvares Gomes e Olavo G. Ferreira da Silva¹⁶².

Outra instituição que surgiu em 1965, impulsionada pela preocupação da sociedade londrinense com os menores abandonados foi

¹⁶² Jornal O Combate, Londrina, v.13, Dez, 1962

a “Guarda Mirim”, fundada em 13 de julho de 1965, pelo LIONS CLUBE de Londrina, na gestão do sr. Vitor Pimenta da Cunha. Os objetivos da entidade eram prestar assistência material, à saúde e à educação, amparando meninos órfãos e desamparados na faixa etária de 12 a 17 anos, mediante preparação e encaminhamento ao trabalho através de convênios com empresas comerciais, industriais e agrícolas do município. Nos estatutos de fundação o artigo 4º dos Estatutos, mencionava que a Guarda Mirim de Londrina seria supervisionada pelo LIONS CLUBE, em colaboração com o Juizado de Menores da Comarca de Londrina.

Também na década de 70, a preocupação foi com a profissionalização dos adolescentes do sexo masculino e prevenção e recuperação de meninas prostituídas ou em perigo de prostituição. Essa década marcou também a criação de várias instituições de prevenção e tratamento de drogas e dependência química para adolescentes e adultos.

Quanto ao atendimento especializado para portadores de deficiências, desde o final da década de 50 e durante as décadas de 60 e 70, foram criadas instituições assistenciais. O ILES para os deficientes auditivos, o ILECE e a APAE para excepcionais, o ILITIC para os deficientes visuais, bem como a ADEFIL - Associações de Defesa de Direitos dos Deficientes.

As primeiras creches surgiram na década de 60, mas a grande maioria, ou seja, 32 das creches de Londrina foram construídas na

década de 80, quando a LBA passou a desenvolver convênios através do Projeto Casulo. Dessa forma as creches tinham três fontes de recursos: próprios, municipais e federais. Elas atendiam a uma demanda realmente ampla e necessária, prestando assistência, no período diurno, a crianças menores de 7 anos, que ainda não freqüentavam escola, mas que não podiam permanecer em casa por motivo de trabalho das mães.

As entidades e instituições de Londrina recebiam ajuda material ou em dinheiro para a sua manutenção, através de subvenções do orçamento municipal e de campanhas públicas que sensibilizavam a comunidade para doações.

Observam-se, na análise das propostas orçamentárias do Município, exemplos de emendas aditivas para subvenção de entidades como no caso do Orçamento Municipal de 1968 referente à Emenda Aditiva N° 9/68 ao Projeto LEI N° 128/68:

Acrescente-se à proposta orçamentária a verba seguinte:

*Subvenção a “ASSISTÊNCIA LAR ESPERANÇA”
para manutenção.Cr\$ 1.000,00
SALA DAS SESSÕES, 17 de Outubro de 1968*

A Diretoria da Entidade apresentava anexos à referida Emenda Aditiva, dados sobre os serviços prestados pelo Lar Esperança. Fundado em 1967, com capacidade para 25 gestantes e mães solteiras, atendia vinte e seis moças em um ano de funcionamento, tendo nascido no lar vinte crianças. As moças poderiam ingressar na Entidade após

completarem seis meses de gestação e permanecerem lá até o filho completar um ano de idade, desde que demonstrasse “bom procedimento”. Durante este prazo a instituição tentava encaminhá-las ao emprego. Algumas se casavam e outras eram encaminhadas à casa dos pais. A média de idade das gestantes era dezenove anos, variando entre as mais novas de 14 e as mais velhas de 25 anos. O documento frisava que as “moças não eram prostitutas” e que o objetivo da instituição era justamente evitar dois grandes problemas sociais: o da prostituição e o dos menores abandonados.

Em 1964, também como exemplo, foi considerado de utilidade pública municipal através da Lei nº 8/ 64 o MAPIL, o movimento Associativo Presbiteriano Independente de Londrina. O vereador Galdino Moreira Filho, proponente do projeto, apresentou justificativa anexa explicando que o Movimento, sediado num antigo sítio doado à Igreja Presbiteriana Independente pelo senhor Valdomiro Ferreira da Silva, tinha um ano e meio de funcionamento. O plano social do MAPIL era dividir o terreno em 100 lotes sendo 30 deles destinados a construção de casas a serem entregues a 30 famílias faveladas da cidade. Além de contribuir para o desfavelamento, o projeto propunha a criação de complexo esportivo e anfiteatro que deveria sediar atividades de caráter educativo, cultural e religioso. *Visa o movimento recuperar moral e espiritualmente uma juventude que tem diante de si graves e sérios problemas.*

Quando analisamos as justificativas dos projetos de leis apresentados pelos vereadores à Câmara Municipal, verificamos que na grande maioria os termos utilizados são: *Trata-se de Entidade que vem prestando relevantes serviços de assistência e proteção a indigentes e necessitados...*

O atestado de utilidade pública somente era concedido após constatação de funcionamento de pelo menos um ano, prestando a entidade os serviços a que se propunha. Entre esses serviços assistenciais, conforme podemos observar no quadro exposto, conta-se: distribuição de alimentos e roupas (e enxovais para recém-nascidos) aos pobres, assistência hospitalar, tratamento médico, dentário, farmacêutico e ambulatorial de pessoas comprovadamente necessitadas; orfanatos e abrigos de crianças desamparadas e órfãs, assistência e proteção a indigentes e necessitados; assistência social, moral e educacional a meninos e jovens sem recursos; solução de problemas humanos e sociais; promoção do bem-estar moral e material; socorro e amparo a famílias pobres; assistência à educação de crianças e jovens sem recursos; acolhimento, amparo e recuperação moral e espiritual de mães solteiras, bem como amparo e educação de seus filhos; assistência a crianças e deficientes pobres; e amparo aos velhos.

De acordo com o estudo das entidades assistenciais, os objetivos institucionais eram materiais, sociais e espirituais.

Os prestadores dos serviços se propunham a assistir a indigência, o desamparo e as incapacidades imprimindo a moralidade da ordem social que deveria ser seguida e que, mesmo involuntariamente, aqueles indivíduos necessitados subvertiam. Eram sujos, não tinham morada digna, não tinham famílias, eram desempregados que precisavam de ajuda para desenvolver novas potencialidades de convivência e integração na sociedade, eram mães solteiras que precisavam ser recuperadas através do arrependimento e da mudança de conduta, eram crianças abandonadas que precisavam de um lar, de estudos e de encaminhamento para uma vida digna.

Nesse sentido, quando se criavam as entidades assistenciais, elas passavam a exercer um papel de controle social da pobreza. A instituição social era regida por um conjunto de normas controladas por um sistema de valores. Na rotina do atendimento, geralmente existia uma “domesticação” do usuário, para enquadrá-lo ou recuperá-lo para o convívio com a sociedade.

A idéia de domesticação se vincula à representação da segregação social a que estão submetidos os pobres, considerados incapazes de suprir, por seus próprios esforços, as suas necessidades de sobrevivência. Tal representação da pobreza pode ser explicada pela condição de segregação social reservada aos usuários da Assistência Social que sofrem o que GOFFMANN (1963) chama de estigma. Trata-se de um modelo de identidade social, segundo ele, virtual, presente no

subconsciente coletivo e fruto do senso comum, que leva à segregação de uma parcela da sociedade vista como “diferente” dentro dos padrões de normalidade reconhecidos pelo próprio grupo social. No caso do pobre, usuário das instituições sociais de assistência o fenômeno se manifesta pela da discriminação social que passa a rotulá-lo como incapaz de sobreviver sem a ajuda institucional, o que cria uma dependência material impregnada de preconceito.

As entidades assistenciais são criadas para atender a uma demanda específica que incomoda, naquele momento, uma parcela da sociedade que resolve tomar providências concretas para a recuperação do usuário de drogas, da mãe solteira, do pedinte ou ainda dos menores abandonados que se lançam á delinqüência e dos desempregados que têm famílias para sustentar. Estes usuários ao mesmo tempo que têm o reconhecimento da cidadania devolvido na forma de donativos e de condições mínimas de sobrevivência, sofrem o estigma e a segregação¹⁶³, quando os prestadores de serviço assistencial passam a considera-los incapaz de sobreviver sem o apoio institucional, tornando-se um ônus para a sociedade.

Observamos, também, que nos estatutos sociais registrados em cartório toda a instituição apresentava critérios de seleção, atendimento e desligamento de seus usuários. À medida que se responsabilizavam em

¹⁶³ Este trabalho não tem a pretensão de adentrar nesta questão, mas de indicar a necessidade de aprofundamentos de estudos posteriores sobre o estigma e a segregação social que sofrem os pobres e usuários das Instituições de assistência social.

fundar e manter uma entidade assistencial, os seus atores repassavam sua cultura, seus valores e até mesmo seus costumes aos usuários institucionais, visando sua recuperação e integração social. À idéia de caridade, solidariedade, humanidade, vinculam-se as práticas de controle, disciplina e ordem no contexto institucional de assistência social à pobreza em Londrina no período estudado.

No que se refere ao papel do Estado em prestar assistência social pública, o que se evidencia na sociedade brasileira e se reproduz na realidade de Londrina, apesar do reconhecimento estatal das necessidades das populações pobres, é uma ação subsidiária e complementar que, no entender de Mestriner (2001, p.13 a 21), não delinea claramente o que neste campo era público e o que era privado. A assistência social no Brasil se desenvolveu, na visão da autora, mediada por organizações sem fins lucrativos ou por voluntários, num obscuro campo de publicização do privado.

Embora a assistência social tenha ingressado na agenda do Estado, não foi reconhecida propriamente como responsabilidade pública e estatal, mas pelas iniciativas organizadas da sociedade civil no campo chamado “sem fins lucrativos”.

Historicamente, o Estado não concebeu a assistência social como uma política pública¹⁶⁴, com dotação orçamentária específica e metas de atendimento a todos os que dela necessitem, mas sim como práticas

¹⁶⁴ A não ser a partir da promulgação da Constituição de 1988 e da regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social em 1993.

isoladas e pulverizadas tratadas com “sobras” de recursos públicos geralmente repassados às iniciativas institucionalizadas dirigidas a segmentos específicos como das crianças e adolescentes, dos idosos, das pessoas portadoras de deficiência, das populações migrantes, dos abandonados e incapazes.

Assim sendo, no período considerado para este estudo, o Estado transferiu à sociedade, através de subsídios, isenções e subvenções, a responsabilidade pelo controle dos efeitos provocados pela questão social, determinando que a assistência social no Brasil se desenvolveu no campo da solidariedade, da filantropia, da benevolência e da caridade.

CAPÍTULO IV

BENEMÉRITOS PIONEIROS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS POBRES EM LONDRINA

No período em que a região passou a ser denominada “Eldorado Cafeeiro” ou “Canaã Bíblica”, a população deparou-se com situações específicas de pobreza, manifestadas principalmente nas décadas de 40 e 50, e algumas pessoas tomaram iniciativas pioneiras desenvolvendo ações concretas para melhorar a condição de vida daqueles que tinham dificuldade de sobrevivência na “Terra Prometida”.

No caso da assistência aos pobres, são considerados pioneiros aqueles que, ocupando posições privilegiadas em que se encontravam por usufruir, política, econômica e socialmente, dos frutos do progresso das décadas de 40 a 60 no “Eldorado Cafeeiro”, iniciaram ações de solidariedade e caridade aos que não tinham condições de sobreviver com dignidade na “Terra Prometida”.

Por vezes os beneméritos eram pessoas pertencentes às famílias dos próprios pioneiros, geralmente as esposas dos desbravadores das terras que, edificando suas mansões no centro da cidade, passavam a observar que perambulavam pelas praças e ruas seres humanos

maltrapilhos, esmolando pratos de comida, agasalhos em tempo de inverno e algum trocado para o leite das crianças.

Outras vezes, as primeiras ações de assistência surgiam das instituições religiosas, congregando pessoas que professavam a mesma fé e eram levadas, por sentimentos de solidariedade cristã, a prestar caridade aos pobres.

O pioneirismo traz duas idéias subjacentes: a de ser o primeiro a se aventurar em uma missão difícil e desconhecida e a de ser um agente social que inicia um processo de modificação de uma situação específica.

Dentre os beneméritos pioneiros destacamos para estudo as seguintes personalidades londrinenses: Da Maria de Souza Mello; Sr. Antônio Faria Netto; Dom Geraldo Fernandes Bijos; Frei Nereu do Vale e Da. Lucilla Pinto Ballalai. Os critérios de escolha se deram com base nas ações de atendimento emergencial à população pobre com a qual essas pessoas tinham contato, mas principalmente porque tiveram a preocupação de criar entidades assistenciais com a finalidade de controlar os efeitos da miséria numa terra onde o progresso se propagava.

Dona Maria de Souza Mello, paulista, esposa do engenheiro da CTNP, Aristides de Souza Mello, foi uma das beneméritas escolhidas porque fez de sua casa, na década de 40, um local de amparo a todos os pobres que precisassem de roupa, comida, remédio e encaminhamento para tratamento de saúde especializado em São Paulo. Foi fundadora e

primeira presidente da Associação das Senhoras de Rotarianos de Londrina, num mandato que durou nove anos.

Antônio Faria Netto, paulista, foi escolhido por ser o membro da Sociedade São Vicente de Paulo que mais se destacou na cidade. Chegou a Londrina em 1945 e logo iniciou o trabalho de assistência às famílias pobres da cidade, abrindo a própria casa para abrigar os pobres e alimentar diariamente todos os famintos que o procuravam. Em 1959 se tornou presidente das Conferências Vicentinas durante nove anos. Quando faleceu ficou conhecido como o “Ozanam Londrinense”.

Dom Geraldo Fernandes Bijos, mineiro, foi o primeiro bispo e primeiro arcebispo da arquidiocese de Londrina. Padre claretiano, formado em Teologia, Arquivística e Direito Romano, foi jornalista e professor da UFPR e da UEL. Criou em 1958 uma congregação de irmãs de caridade, as “Missionárias de Santo Antônio Maria Claret”, com sede em Londrina. Dedicou-se à imprensa tendo sido eleito presidente de honra da Associação Norte Paranaense de Imprensa. Criou e fez parte da criação de várias instituições e entidades educacionais, de atenção à saúde e de assistência do Município. Recebeu o título de Cidadão Honorário de Londrina em 1961.

Frei Nereu do Vale, italiano, veio para Londrina em 1958, construiu a Igreja Nossa Senhora de Lourdes na Vila Sian e a escola paroquial; em 1959, a pedido de Dom Geraldo Fernandes, construiu a creche Santa Rita, com a ajuda das Damas de Caridade. Realizou um trabalho

comunitário assistencial com os moradores da primeira favela de Londrina, “Favela do Grilo”, transformando-a na “Vila da Fraternidade”; colaborou com a Sociedade de São Vicente de Paulo dando assistência integral às Conferências Vicentinas. Recebeu da Câmara Municipal o Título de “Cidadão Honorário”, pelas realizações que efetivou no campo social e filantrópico.

Dona Lucilla Pinto Ballalai, proveniente da Bahia, esposa do Senhor Augusto Balallai veio para Londrina em 1950 e desde sua chegada sua casa ficou conhecida como o lugar onde os recém-nascidos desamparados encontravam guarida, recebiam os primeiros cuidados, ali permanecendo até que Dona Lucilla encontrasse para eles pais adotivos. Abrigar viúvas desamparadas que tivessem vários filhos, construindo e doando às mesmas casas para morar. Dedicou sua vida a obras filantrópicas destacando-se entre elas o Lar Anália Franco, o Lar Marília Barbosa de Cambé e o Instituto do Câncer de Londrina. Da. Lucilla também recebeu o título de “Cidadã Benemérita de Londrina”.

Ao identificar os beneméritos pioneiros, buscamos explicar as idéias de assistência à pobreza que moveram suas ações de caridade para com os necessitados.

Quanto às fontes foram consultados, nos arquivos das entidades assistenciais, documentos como livros de atas, estatutos sociais, boletins de divulgação e relatórios de atividades; bibliografia específica e biografias sobre os pioneiros. Nos arquivos da Câmara Municipal foram

consultados os projetos de lei municipais que concedem o título de “Cidadão Benemérito” e “Cidadão Honorário” às personalidades que se destacaram e contribuíram com o desenvolvimento assistencial do Município.

4.1. Da. Maria Oliveira de Souza Mello

D.a Maria Oliveira de Souza Mello, paulista nascida em Jundiaí, desde cedo saiu da casa paterna para estudar, em regime de internato, no Colégio Sant ‘Ana dirigido pelas Irmãs de São José na capital, na década de 20 do século XX.

Quando solteira, após sair do colégio, foi acometida por tuberculose e internada no Sanatório Padre Vitta, em Campos do Jordão. Na época era noiva do engenheiro da Companhia de Terras Norte do Paraná, Aristides de Souza Mello. Quando se recuperou da doença os dois se casaram e fixaram residência em Londrina, em 1941.

Das montanhas de campos de Jordão, onde deixamos pedaços do coração, chegamos às planícies do Paraná. Londrina que se iniciava, nos encantou de princípio; os pioneiros que aqui estavam, nos receberam de braços abertos, de maneira que logo nos sentimos felizes. Conhecemos a cidade pequenina, iniciando suas ruas, suas casas e seus destinos.

Aristides assumiu seu cargo de gerente da Companhia de Terras, lugar deixado pelo Dr. Wille Davids, segundo prefeito municipal.

Montamos nossa casa para começarmos uma nova vida e aqui, pelas mãos de Deus encontramos nossos filhos Sebastião e Ana Elizabeth, adotivos, mas filhos do amor e do coração. E assim senti que poderia fazer algum trabalho de assistência social, seguindo a trilha da Sra. Da. Carlota Davids, a bondosa Carlota.” (MELLO, 1984)¹⁶⁵

O casal não tinha filhos. Segundo relato de sua companheira e amiga Rosa Maria Ambrósio Lopes¹⁶⁶ (D.a Rozinha), D.a Maria estava rezando na igreja matriz, quando chegou uma mãe desesperada com uma criança muito doente à procura do batismo. D.a Maria se comoveu com o caso e levou a criança imediatamente para a Santa Casa. Durante o tratamento, a família da criança desapareceu. Ela entendeu o ocorrido como um “presente que Deus” enviava a ela e seu marido e levou a criança para casa criando-a como filho.

A menina foi recebida pelo casal com cinco anos de idade, através de tutela provisória, por solicitação do juiz de menores Dr. Dinis, enquanto providenciava ele o processo de adoção definitiva da criança. Afeiçoaram-se à criança e resolveram adotá-la dando a ela seu sobrenome.

D.a Maria Mello foi uma das fundadoras e primeira presidente da Associação das Senhoras de Rotarianos em Londrina, quando da sua regulamentação como entidade filantrópica em maio de 1952. Antes disso porém, as senhoras de rotarianos, lideradas por D.a Maria, realizavam

¹⁶⁵ *Troféu Rosa de Prata*, Londrina, ASRL, Documento, 1984, p.17. Discurso proferido por D.a Maria Mello na ocasião em que recebeu o troféu “Rosa de Prata 1967”

¹⁶⁶ Entrevista realizada em 15 de março de 2001, com Da. Rosa Maria Ambrósio Lopes.

campanhas de alimentação e vestuário para assistir as pessoas necessitadas em Londrina e faziam doações em espécie e em dinheiro arrecadados em campanhas beneficentes junto a entidades sociais já existentes em Londrina. Por essas ações freqüentes e mensais, a associação considera como data de sua fundação o ano de 1942, época em que as atividades começaram a ser programadas e relatadas em documentos da entidade.

Na ocasião em que a Associação das Senhoras de Rotarianos comemorava o seu Jubileu de Prata, em 1969, na gestão de Terezinha Lima Vilela de Magalhães, a oradora da associação, Maria do Carmo Gouveia de Moraes, publicou uma homenagem comemorativa exaltando a figura humana de D.a Maria Mello e sua importância para aquela entidade assistencial.

A capacidade de trabalho, a fineza de trato, a perfeita liderança e a desmedida compreensão fizeram de Maria Oliveira de Souza Mello não só a primeira presidente da ASR, mas, por eleições sucessivas, presidente por 15 anos.

Pelo muito que realizou, pela grande união e companheirismo que transmitiu com o exemplo pessoal, foi indicada pela nossa associação, para ser a portadora do troféu "Rosa de Prata", recebendo, na ocasião, o título de primeira dama rotária do Brasil de 1967.

À senhora Da Maria fundadora, 1ª presidente e Presidente de Honra da ASRL, a certeza de que a harmonia sempre reinante entre nós, justo motivo de satisfação íntima nossa, e, principalmente para a senhora, continuará a ser o marco predominante dessa Associação.

Além da homenagem, a nossa admiração á sua marcante personalidade. (MORAES, 1969)¹⁶⁷

O pronunciamento da oradora representante oficial da ASRL expõe como qualidades pessoais de Maria Mello a capacidade de trabalho, de liderança e o companheirismo. Tais qualidades pessoais somadas ao sentimento de solidariedade tiveram como conseqüência o agrupamento de várias senhoras da sociedade londrinense, em torno de um trabalho pessoal que se tornou um trabalho coletivo e popular cada vez mais intenso, conforme iam aparecendo as necessidades sociais das famílias empobrecidas da cidade. O companheirismo e a capacidade de fazer amizades sólidas se somava a sua sinceridade e franqueza em observar e fazer críticas quando as ações não seguiam os caminhos da verdadeira doação e da ajuda aos que realmente necessitavam.

Cabe observar, no mesmo pronunciamento, a característica de “fineza de trato” atribuída pela oradora a D.a Maria Mello. Este qualificativo representa o requinte na sua forma de se vestir, de receber às senhoras nas reuniões que se realizavam em sua residência, a esmerada educação que recebeu no Colégio Sant’Ana dando certo *status* de “fidalguia” a essa benemérita.

Por vezes as senhoras da sociedade mais abastada, movidas por sentimentos de solidariedade com os que nada possuíam, voltavam suas

¹⁶⁷ Discurso proferido por Maria do Carmo Gouveia de Moraes. *Boletim Encantado*, Londrina, ASRL, 1969.p.5.

atenções aos pobres. No caso de D.a Maria, tais sentimentos se tornaram um compromisso com a pobreza que se instalava em Londrina

Em março de 1984 a Coordenadoria das Entidades de Senhoras de Rotarianos do distrito 463, ao qual pertence a ASR de Londrina, elaborou um documento¹⁶⁸ intitulado “Troféu Rosa de Prata – relato de suas portadoras” que foi apresentado no Xº Encontro Nacional da Amizade em Blumenau, Santa Catarina.

Maria Mello, além de formar um agrupamento e transformá-lo em um grupo coeso – hoje a Associação das Senhoras de Rotarianos de Londrina -, dedicou grande parte de sua vida aos que batiam a sua porta, na Casa de Tijolinhos, buscando auxílio e alívio para suas necessidades. Assim, nossa querida companheira recebia em sua própria casa, crianças doentes, durante meses e, até anos, encaminhando-as aos sanatórios ou hospitais, atendendo-as até seu restabelecimento e cuidando da instrução das mesmas. Depois vinha a preocupação em arranjar-lhes trabalho que as ajudasse a viver. (ASRL - Documento “Troféu Rosa de Prata”. 1984.p.18)

O mesmo documento apresenta alguns dos exemplos de pessoas paraplégicas e deficientes visuais ajudadas por D.a Maria Mello, que por ela foram acolhidas e encaminhadas a tratamentos em hospitais especializados em São Paulo. Foram registrados casos de hanseníase e febre tifóide, igualmente acolhidos e encaminhados para tratamento por D.a Maria Mello.

¹⁶⁸ O Documento que contém a memória de 9 Encontros Nacionais da Amizade, foi editado em março de 1984, pela Gráfica da Viação Garcia com capa da editora da Universidade Estadual de Londrina.

Essas pessoas, enquanto se tratavam, moravam na sua casa. Quando fosse necessário o deslocamento para São Paulo para tratamento especializado, ela custeava as passagens, roupa e estadia. Depois de curadas ela encaminhava as pessoas para trabalhos que lhes dessem condições de sustento próprio.

O sanatório para o qual eram encaminhadas as crianças e pessoas acometidas pela tuberculose era o mesmo onde D.a Maria Mello havia permanecido para restabelecimento de sua saúde em Campos do Jordão. Tratava-se do Sanatório São Vicente de Paulo, presidido pelo padre Vitta, com quem ela mantinha estreitas relações, o que facilitava o atendimento dos necessitados de Londrina.

Aproveitei os ensinamentos do padre Vitta, que dirigia, em Campos do Jordão, O Sanatório São Vicente de Paula, com mais de 250 crianças tuberculosas. Levávamos as crianças doentes de Londrina para lá, onde quase 80 % foram curadas. (MELLO, 1984, p.19)¹⁶⁹

A “Casa de Tijolinhos” estava situada na esquina da Avenida São Paulo, em frente à Catedral, num terreno cedido pela CTNP ao seu marido e tinha um grande terreno vago anexo.

Sua residência ficou cada vez mais conhecida na cidade, pois além da caridade que D.a Maria Mello prestava nos seus portões, foi sede de campanhas beneficentes que se faziam todos os anos em prol das obras construídas pela Associação das Senhoras de Rotarianos de Londrina.

¹⁶⁹ Discurso proferido em 1967, por D.a Maria Mello na ocasião em que recebeu o título de Dama Rotária . IN Documento “Troféu Rosa de Prata”. ASRL, Londrina, 1984, p.19.



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Histórico de Londrina

A fotografia mostra a praça Floriano Peixoto ainda em construção, ao lado da Catedral, primeira Igreja Matriz . Na esquina esquerda, transversal a frente catedral, localizava-se a “casa de tijolinhos”, na Avenida Rio de Janeiro.

Em entrevista¹⁷⁰ concedida a esta pesquisa, conta D.a Rozinha Lopes que durante as tardes, enquanto as companheiras se reuniam na “casa de tijolinhos” para confeccionar os enxovaizinhos, a cada hora chegava uma pessoa necessitada. *Batiam a sua porta, diariamente, mães com crianças doentes, pessoas com fome, pedindo roupas, alimentos e todo tipo de doações para aliviar suas necessidades e Maria chegava a*

¹⁷⁰ Entrevista realizada em 15/03/2001, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

doar utensílios e roupas de seu próprio uso pessoal, pois não sabia dizer “não” a quem lhe pedisse ajuda. Havia algumas crianças e jovens que se alimentavam todos os dias na casa de D.a Maria Mello.

Duas promoções realizadas na casa de tijolinhos se tornaram tradicionais, na época em que D.a Maria presidiu a Associação das Senhoras de Rotarianos: A “Quermesse Encantada”¹⁷¹ e o “Bazar de Aventais”. As quermesses faziam-se tradicionalmente na época da Páscoa às terças e quintas-feiras e aos sábados a partir das 17:00 horas, e, aos domingos, logo após o horário de almoço e duravam até 22:00 horas. Montavam-se barraquinhas de diversão e de alimentos além dos tradicionais “correios elegantes”¹⁷² e oferecimento de músicas aos namorados, pelo alto-falante. As senhoras de rotarianos arrecadavam as prendas para as barraquinhas e faziam os pratos e os alimentos para serem vendidos na festa.

Elas se reuniam antes da festa para arrumar as barraquinhas onde seriam servidos os “comes e bebes”, vendas de roupas e doações recebidas, e as outras onde seriam organizadas as brincadeiras como:

¹⁷¹ O termo “encantado” foi utilizado pela ASRL para qualificar a quermesse, o boletim e a boutique e outros trabalhos que mais tarde a associação iria desenvolver. Segundo informações de Da. Nina Bonifácio em entrevista concedida a essa pesquisa, o termo se referia à criança, foco principal das ações assistenciais da ASRL. Da. Maria achou que o tema do “encantamento” daria um sentido mágico e ao mesmo tempo transformaria o sonho das crianças necessitadas de Londrina em realidade, a partir das obras criadas pela Associação.

¹⁷² Tratava-se de um cartão confeccionado com figuras ou desenhos sugestivos aos namorados no qual existia um espaço para o pretendente escrever e expressar seus sentimentos ou convites à pessoa amada. A entrega do correio elegante era feita em sigilo por uma portadora que cobrava pelo serviço.

pescaria, tiro ao alvo, correio elegante, bingo e oferecimento de músicas pelo alto-falante. Durante a festa, as senhoras se escalonavam para atender o público visitante da quermesse, responsabilizando-se pelo dinheiro arrecadado que seria destinado às obras sociais da Associação das Senhoras de Rotarianos de Londrina.



Fonte: Acervo particular de Da. Maria do Carmo Gouveia de Moraes.

A fotografia mostra D.a Maria Mello sentada e, ao seu redor, suas companheiras de trabalho, senhoras de rotarianos, em baixo de uma das barracas da Quermesse Encantada, em 1969. Dentre elas identifica-se D.a Nina Bonifácio, de roupa xadrez (sexta, da esquerda para a direita).

Segundo depoimento de D.a Rozinha, o período de tempo dedicado aos preparativos da Quermesse Encantada, dirigidos por D.a Maria Mello era sempre de muito entrosamento, alegria, bom humor, e satisfação das participantes por poderem contribuir com um trabalho assistencial que era prestigiado pelos moradores de Londrina. A festa era esperada pela população a cada ano e apresentava bons resultados de vendas.

O bazar de aventais tornou-se igualmente tradicional, realizado no mês de setembro de cada ano, na “casa de tijolinhos”. Tudo muito requintado. Eram peças de decoração e de utilidades domésticas, destinadas a compor os enxovais de mesa e serviço das casas de fino trato. As senhoras da sociedade esperavam a promoção para comprar peças de enxovais para suas filhas em idade próxima ao casamento.

.... Cada uma queria fazer melhor que a outra. Cada uma tinha uma especialidade. A minha especialidade era avental de copeira. Era todo branco, com bordado Inglês. Aqueles bem chiques mesmo. O da cozinheira era de uma fazenda mais rústica, mais dura, porque sujava mais. A copeira era mais um enfeite do que propriamente um avental. Eu ainda tenho avental que Maria fez, está muito velhinho, mas ainda tenho. Ela era muito caprichosa. Os aventais de Maria eram todos forrados, com muito ponto russo, muito bordado inglês. Ficava carro e ela acabava vendendo pela quarta parte do preço. Mas era muito divertido.

Cada uma fazia os aventais na sua casa e Maria abria a Casa dela, tudo muito bem organizado. As vendedoras com crachá, com horário certo para ser atendido. O bazar durava dois dias. Era só avental, para dona de casa, para copeira, para babá, cozinheira, até para crianças a gente

fazia alguns. (BONIFCIO, 2002)¹⁷³

D.a Maria dava as coordenadas para a organização do bazar, encomendava as peças de “bom gosto” às companheiras e abria a própria casa à visitação pública. Em 1967 necessitou abrir o bazar em local maior, pois sua residência não acomodaria o bazar, dado o aumento do movimento de pessoas que o freqüentavam.

.. Maria Mello, em Londrina, foi vista por suas companheiras como uma figura humana invulgar, ostentando uma aura que a todos envolvia. Importante nisso, foi a realização, a doação e, sobretudo, o elemento aglutinador, a liderança que formou, a força coletiva a que se deu o nome de Associação das Senhoras de Rotarianos de Londrina. (Documento “Troféu Rosa de Prata”. 1984. p.19)

Quando passou a presidência da ASRL a outras companheiras julgadas igualmente competentes, continuou a participar das diretorias da entidade. Representava a Associação no âmbito nacional e internacional, realizava palestras e conferências no Município, no Estado do Paraná e em outras unidades da Federação.

Cumpre-me lembrar o trabalho de Maria de Souza Mello apresentado na 6ª conferência do Distrito 463 em Curitiba, “O trabalho da Mulher no Setor da Assistência Social”, fez com que os rotarianos reunidos naquela conferência tomassem conhecimento do que se fazia em Londrina” (AIRES, 1969)¹⁷⁴

¹⁷³ Entrevista realizada com D.a Nina Bonifácio, em 20/01/2002, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

¹⁷⁴ AIRES, Mary Dias. IN Boletim Encantado. ASRL. Agosto de 1969, p.11

A mesma edição do Boletim Encantado na seção de “Cartas, Pensamentos e Flores”, destaca um pensamento de Maria Mello que expressa sua humildade: *Rememorar tudo o que temos feito, pareça talvez, um pouco de vaidade.*

Mas não foi assim, vaidosa, que as companheiras da associação se lembraram dela, após a sua morte ocorrida em 1990. D.a Maria foi eleita “Presidente de Honra” da ASRL em reconhecimento pelas inúmeras obras assistenciais que praticou em Londrina e pelo exemplo que deixou a suas seguidoras.

4.2. Antônio Faria Netto

Nasceu em 23 de agosto de 1910, na cidade de São Sebastião do Paraíso, em Minas Gerais. Seu pai era lavrador e sua mãe fazia doces para vender para educar os oito filhos com muita dificuldade. Quando criança, o “Toninho” que era não só filho exemplar mas também o primeiro aluno na escola, vendia doce de leite, pamonha e pé-de-moleque, doces feitos pela mãe. Terminou o curso primário e iniciou seu trabalho de balconista. Depois de casado se tornou viajante, passando longos períodos longe da família. Mudou-se para Cruzeiro no Estado de São Paulo onde abriu uma loja de representação de máquinas de

escrever e geladeiras até a II Guerra Mundial quando seu negócio foi prejudicado pela proibição das importações. Novamente teve que voltar a ser viajante. Em 1945 recebeu uma proposta para vir para Londrina, montar um escritório de uma Companhia de Seguros, na qual trabalhou por mais de 40 anos.

Pertencia à Sociedade Vicentina desde 1935, em Minas Gerais, e quando chegou em Londrina, logo ingressou na Conferência Vicentina local, participando de várias obras assistenciais como a Santa Casa, mas dedicou-se principalmente a ajudar famílias pobres.

A Sociedade São Vicente de Paulo, foi fundada em Paris, em 1833, por iniciativa de Antônio Frederico Ozanam e mais seis colegas da Faculdade de Direito da Sorbone, com o objetivo de ajudar famílias pobres. Esses estudantes reuniam-se sistematicamente para discutir assuntos variados nas chamadas “conferências”, numa época em que a França encontrava-se em período de grandes mudanças econômicas e sociais. Inspirados no trabalho de São Vicente de Paulo, fundaram a Conferência da Caridade, que mais tarde se tornou “Conferência Vicentina”.

As Conferências Vicentinas têm o seu alicerce na caridade e humildade com que realizam seus fins. Proporcionam aos pobres, que assistem, a esmola espiritual através da esmola material; proporcionam o conforto, a alegria, a esperança e a fé aos desamparados, aos infelizes e desesperados.

Segundo SUCUPIRA (1972), foi um movimento católico leigo voltado para o atendimento às necessidades dos que se encontravam numa condição de miséria e, naturalmente representavam uma ameaça para a burguesia ascendente na Europa. As conferências espalharam-se rapidamente atingindo, em 1859, dezoito países europeus. No Brasil, a primeira conferência foi fundada em agosto de 1872, no Rio de Janeiro

SILVA (1999) estudou o modelo de atuação da Sociedade São Vicente de Paulo na área da Assistência Social no município de Londrina, no período compreendido entre 1964 e 1988. De acordo com a autora, a primeira conferência do Estado do Paraná foi fundada em fevereiro de 1896, na capital Curitiba, e em Londrina, em agosto de 1944.

Os primeiros vicentinos, profissionais de destaque na cidade, como advogados, engenheiros e professores, voltaram suas atenções para famílias e indivíduos que não tinham condições mínimas para sua sobrevivência, preocupação das elites locais, haja visto o crescimento de crianças abandonadas nas ruas, indigentes e desempregados.

Atas dos anos de 1949 a 1958 da primeira conferência registram que as lojas comerciais, bancos e pessoas da comunidade realizavam constantes doações, seja em dinheiro, seja em bens materiais, como a doação de gêneros alimentícios, remédios e roupas. A Prefeitura de Londrina também repassava recursos para os vicentinos atenderem às famílias carentes. Esta preocupação em minorar a pobreza pode justificar-se no receio de que os pobres colocassem em risco a ordem social e a política estabelecida.

Além das doações às famílias, a SSVP também mantinha, desde 1958 (e ainda o faz até os dias de hoje), um asilo para idosos, um lar para crianças (semi-internato) e uma creche, além de algumas casas para aqueles que não tinham onde morar (não foi possível conhecer o número exato de casas). (SILVA,1999,p.60)

De acordo com o artigo 2º dos “Estatutos do Departamento Diocesano de Obras Unidas à Sociedade de São Vicente de Paulo de Londrina”, registrados no cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos em 06/10/1966, a entidade tem por fim: *a construção, administração e manutenção de obras, visando o amparo espiritual, moral e material dos pobres, segundo os objetivos da Sociedade São Vicente de Paulo*. No artigo 12 dos mesmos Estatutos, consideram-se obras da entidade: *o Asilo São Vicente de Paulo e o Lar Santo Antônio de Londrina, em funcionamento desde 1949 e 1957, respectivamente*.

Dom Geraldo Fernandes primeiro bispo de Londrina, da Igreja Católica tornou-se amigo íntimo do Sr. Antônio Faria Netto, pioneiro e líder vicentino de Londrina, a quem ele chamava de “vicentino número 1”. No período compreendido entre 1959 e 1972, após dez anos de mandato como Presidente do Conselho Central, o Sr. Faria multiplicou de 12 para 35 as Conferências Vicentinas na cidade.

Em Londrina¹⁷⁵ enfrentou muito barro e poeira, e, somente depois de morar durante treze anos em casa alugada, é que conseguiu construir a casa própria. No quintal da sua casa construiu um cômodo que servia como depósito para armazenar mantimentos que conseguia através de doações para serem por ele distribuídos às famílias carentes. Construiu ainda uma cobertura para acolher todos os pobres que procurassem sua

¹⁷⁵ As informações pessoais sobre Antônio Faria Netto foram retiradas de um texto elaborado por sua filha Maria Inês Faria Fidellis, a nós fornecido pela Diretoria da Sociedade São Vicente de Paulo de Londrina.

casa a fim de tomarem as refeições. Sua preocupação ao atendê-los era que não se sentissem humilhados. Acolhia a todos os necessitados fornecendo-lhes comida e entregando mantimentos para sua subsistência.

Quando Sr. Antônio se tornou presidente das conferências de Londrina, elas já eram 13 com 123 membros atendendo a 89 famílias que somavam 455 pessoas pobres. Após os dez anos de seu mandato, o número de conferências, segundo os registros nos relatórios anuais da entidade, havia aumentado para 35 com 277 membros que atendiam a um total de 1.054 pessoas pertencentes a 199 famílias pobres londrinenses.

Quando transferiu o cargo de presidente do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo de Londrina ao seu sucessor José Aparecido Fidelis, em 11 de março de 1973, o Sr Faria se pronunciou dando graças a deus pelo cargo ocupado.

Ao assumir a Presidência do Conselho Central de Londrina, em 28 de abril de 1963, lembro-me muito bem de ter ouvido do meu antecessor “Bem, agora passei o abacaxi para o Faria”.

Em resposta, afirmava eu que não havia recebido nenhum “abacaxi”, mas uma grande graça, pois o cargo era muito alto para quem o recebia, mas que confiava naquele magnífico e salutar ensinamento de São Vicente de Paulo, que dizia: “Deus não chama uma pessoa para executar uma tarefa sem que veja nela, qualidades essenciais; ou que não tenha o desejo de dar-lhe tais qualidades”.

Agora, ao transmiti-lo ao meu sucessor, não tenho dúvida em afirmar-lhe que a sua escolha foi também uma dádiva do céu. Para nós vicentinos, ou para quem se

sente com a responsabilidade de ser vicentino, o ser escolhido para prestar serviço numa Sociedade que visa o bem do próximo é o mesmo que ser chamado para mais perto de Deus, ao lado de São Vicente e de Ozanam.

Passados dez anos, tenho motivos suficientes para dar graças a Deus pela minha escolha para o cargo que deslustradamente ocupei...

Sinto-me completamente feliz e inteiramente realizado. (FARIA NETTO, p. 1973)¹⁷⁶



Fonte: Folheto entregue na missa de corpo presente, 23/04/1994.

O Sr Faria não deixou bens materiais aos três filhos, porque todos os recursos que lhe sobraram foram destinados à construção de casas para doação a famílias pobres.

Alguns dos seus confrades vicentinos se recordam de Antônio Faria Netto como um “santo”.

¹⁷⁶ Discurso proferido por Antônio Faria Netto em Londrina, em 11/03/1973, durante a cerimônia de transmissão de cargo da SSVV.

AH! Ele era fantástico, um santo! Uma pessoa muito boa, muito justa e muito desprendida, eu nunca vi assim...

Eu acho que ele se doou totalmente à Obra. Ele que acompanhava as Conferências. Ele que nos orientava. Ele lia muito o Regulamento e seguia tudo. (FABIANO, p. 2002)¹⁷⁷

Antônio Faria Netto faleceu em 22 de abril de 1994, com 83 anos de idade, na cidade de Londrina. No seu velório, conforme sua vontade, foi solicitado, através dos meios de comunicação, que a importância que se gastaria com flores fosse destinada para o Asilo São Vicente de Paulo. As próprias floriculturas se encarregaram da divulgação e encaminhamento dos donativos àquela entidade assistencial. Seu caixão foi colocado no chão da Catedral de Londrina onde se rezou missa de corpo presente, em sinal de humildade daquele que viveu os ensinamentos de Jesus Cristo *vim para servir e não para ser servido*.

Em 1985 escreveu uma mensagem em forma de testamento, que foi publicada na lembrança entregue aos presentes à missa de sétimo dia de seu falecimento.

A todos os meus familiares deixo a minha benção e minha despedida. Aos meus amigos, especialmente aqueles que me ajudaram no meu trabalho vicentino, e também aqueles que me ajudaram na luta pela vida, os meus agradecimentos, o meu último adeus e obrigado por tudo. Aos pobres que Deus teve a bondade de colocar no meu caminho, o meu carinhoso agradecimento e o meu desejo para que os meus seguidores, fiéis ao compromisso assumido ao entrarem para a SSVP,

¹⁷⁷ Entrevista realizada com Sr. Florindo Fabiano, Londrina, 16, abr., concedida a Jolinda de Moraes Alves

continuem sendo meus amigos, devotando-lhes a mesma amizade que sempre tiveram a mim.

A todos o meu Adeus para sempre e a certeza que não carrego a menor mágoa de quem quer que seja. (FARIA NETTO, 1985)¹⁷⁸

Intitulando-o no dia de seu sepultamento, como “o Ozanam Londrinense” Prof. Eduardo Afonso, encarregado de fazer-lhe uma homenagem, assim escreveu:

Eram 13 horas e 30 minutos da sexta-feira, dia 22 de abril de 1994.

- *Eis que se abrem, de par em par, as brilhantes portas do Empíreo.*
- *Esquadrões de Anjos postam-se, em fila, na avenida longa que conduz às culminâncias.*
Lá debaixo, do planeta terra – em remígio de luz – sobre a alma de ANTÔNIO FARIA NETTO.
- *Vicente de Paula toma-lhe a mão direita.*
- *Frederico Ozanam segura-lhe à esquerda.*
E ele, o abnegado apóstolo de 60 (sessenta) anos de dedicação vicentina, escuta a voz sonora e solene do Cristo que lhe grita:

“Vem, bendito de meu Pai. Toma assento no trono que te preparei desde o dia de teu batismo”. – Porque:

- *eu tive fome e me deste de comer;*
- *eu tive sede e me deste de beber;*
- *estava nu e me cobriste;*
- *estava prisioneiro e enfermo e me visitaste;*
- *Tudo o que fizeste aos pobres em meu nome, Foi a Mim que o fizeste.*
- *Obrigado, muito obrigado ANTÔNIO FARIA NETTO.*
E houve grande festa no Céu. (AFONSO¹⁷⁹.1994, p.4)

¹⁷⁸ Extraído da mensagem escrita por Antônio Faria Netto em 23 de agosto de 1985, Londrina, publicado pela família, na lembrança da missa de seu sétimo dia de falecimento.

¹⁷⁹ Esta homenagem foi impressa no Folheto entregue à população em geral que participou da missa de corpo presente, no dia de sua morte (23/04/1994).

O jornal *Folha de Londrina* de 24 de abril de 1994, publicou em matéria paga, uma homenagem dos amigos da associação dos Funcionários da Viação Garcia:

*Depois de Antônio Faria Netto esta cidade jamais será a mesma...Nós que o conhecemos por tanto tempo, desde quando o pó vermelho era a marca desta terra, podemos afirmar com toda a tranqüilidade, com toda certeza, que ele era único. Único em seu amor ao próximo, único em sua humildade, único no dar-se ao seu semelhante*¹⁸⁰.

4. 3. Dom Geraldo Fernandes Bijos

Dom Geraldo Fernandes Bijos nasceu em Contagem, Minas Gerais, em 1º de fevereiro de 1913, nasceu no seio de uma família pobre. Ficou órfão de pai com 6 anos, e com 7 começou a trabalhar, ordenhando vacas, na madrugada, e indo para a beira da estrada vender leite. Com sacrifício fez o curso primário na sua terra e com 11 anos entrou para o seminário. A partir daí teve poucos contatos com sua família , mãe, duas irmãs e um irmão.

De 1924 a 1936 estudou em Guarulhos, Curitiba e Rio Claro. Iniciou os seus estudos filosóficos em Rio Claro e concluiu-os em Roma. Concluiu o curso de Arquivística na biblioteca do Vaticano. Formou-se em

¹⁸⁰ Publicada no Jornal *Folha de Londrina*, 24/10/1994.

Direito Romano e Canônico na Universidade Lateranense e doutorou-se em Direito na Universidade de Geórgia.

Ordenou-se sacerdote em 1936, com 23 anos já como membro da Congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria, fundada por Santo Antônio Maria Claret. Voltou ao Brasil em 1940, para ser professor de Teologia Moral e Direito Canônico no Instituto Teológico Claretiano de Curitiba – tinha então 27 anos.

Viveu em Curitiba por 15 anos, até 1955. Nesse período foi também reitor do “Studium Theologicum”. Vice – Provincial dos Padres Claretianos, fundou a juventude universitária católica, organizou o Primeiro Congresso de Religiosos do Brasil, que deu origem à Conferência de religiosos do Brasil; fundou capelas, foi diretor da Associação de educação Católica e tomou parte na fundação do CELEM – Conferência Episcopal Latino – Americana, em 1952, no Rio de Janeiro. Em Curitiba, fundou o “Clarim Mariano” e a “Voz do Paraná”.

Em São Paulo ocupou cargos de destaque em sua Congregação, como superior em várias casas e como consultor jurídico da Conferência Nacional dos Religiosos do Brasil.

Dedicou-se à imprensa, tendo sido diretor da revista e tipografia “Ave Maria” em São Paulo e diretor fundador de “A Voz do Paraná”, com circulação estadual. Em 1957 foi eleito Presidente de Honra da Associação Norte Paranaense de Imprensa.



Excmo. Padre Geraldo Fernández

Fonte: Galeria de Prelados Claretianos. (MESA, 1956)

EXPRESSIVO ACONTECIMENTO NA VIDA DA IMPRENSA REGIONAL – Empossado Dom Geraldo Fernandes ao cargo de presidente de Honra da ANPI – Discursos – Inaugurado o retrato do homenageado.

Constituiu um acontecimento expressivo na vida da imprensa norte – paranaense, a homenagem que a ANPI prestou a dom Geraldo Fernandes, Dispo Diocesano de Londrina por sua investidura ao cargo de presidente de honra da entidade.

O acontecimento contou com a presença de altas autoridades e jornalistas da região, tendo as solenidades, sido transmitidas por uma cadeia de emissoras

compostas da Difusora Paraná, Rádio Londrina, Rádio Bela Vista, Rádio Ibiporã, Rádio Rolândia e rádio Marumbi, de Curitiba.

... Durante as solenidades foi inaugurado o retrato a óleo do homenageado, feito especialmente para o ato pelo pintor italiano Matteo Donato¹⁸¹.

Foi professor de Teologia Moral e Direito Canônico na Universidade Federal de Curitiba, e de Direito Romano na Universidade Estadual de Londrina, quando ainda era Faculdade de Direito.

As primeiras providências para a instalação da sede do bispado de Londrina foram tomadas em Junho de 1955 em reunião¹⁸² realizada na Associação Comercial de Londrina, que contou com a presença do prefeito municipal Milton Menezes, várias autoridades locais, sob a presidência de D. Geraldo de Proença Sigaud, bispo de Jacarezinho, diocese a qual Londrina pertenceu até aquela data. O custo do empreendimento foi orçado entre três e cinco milhões de cruzeiros para atender as exigências do Núncio Apostólico: terreno para erigir o Palácio Episcopal e Seminário Diocesano e os recursos para as referidas construções.

Vinte e sete paróquias deveriam integrar a nova Diocese¹⁸³, à qual pertenceriam os municípios vizinhos: Cambé, Ibiporã, Rolândia, Arapongas, Bom Retiro, Araruva, Faxinal, Alvorada do Sul, Bela Vista do Paraíso, Centenário do Sul, Lupionópolis, Santo Inácio e outras localidades compreendidas entre os rios Tibagi e Ivaí.

¹⁸¹ EXPRESSIVO acontecimento. *O Combate*, Londrina, v.7, jun., 1957.

¹⁸² *Jornal Folha de Londrina. Londrina*. v.9, nº1177, p. 8

¹⁸³ *Jornal Folha de Londrina, Londrina*. V.9, nº 1.178, 16, jun., 1955, p.1

Quando tomou posse no Bispado, em 17 de fevereiro de 1957, Londrina tinha 49 padres em 26 paróquias. Logo em seguida incentivou a criação de novos centros de irradiação religiosa e promoção social no Município e o florescimento de inúmeras obras de assistência educacional, hospitalar, sanitária e religiosa.

Completando 25 anos de bispado deu uma entrevista ao jornal Folha de Londrina quando contou como se deu o planejamento que norteou seu episcopado.

Em Novembro de 1956 fui nomeado primeiro bispo de Londrina. Conforme meu desejo, eu queria estar aqui, trabalhando, já no Natal mas outros determinaram quando eu podia tomar posse. Sagrado Bispo a 13 de janeiro de 1957, só tomei posse no dia 17 de fevereiro do mesmo ano.

Essa longa demora me fez bem e, principalmente no contato com os outros bispos me foi possível fazer um plano global de pastoral que, hoje, vinte e cinco anos depois, norteia ainda o meu episcopado. Escrevi para meu uso particular aquilo que achei que devia nortear um Bispo no Governo de sua Diocese..

A Diocese era nova e eu seu primeiro Bispo. Devia antes de mais nada criar o que se chama hoje de infraestrutura. Devia em primeiro lugar pagar uma pequena casa para morar, comprada, mas não paga. Devia pagar algumas contas pendentes (contas a pagar, não dívidas, um tanto elevadas. Devia construir um Seminário e fazê-lo funcionar mantendo um regular número de alunos em outros seminários. Devia dar seguimento à construção da catedral e dos seus muitos e grandes anexos. Devia ainda pensar em fazer construir e funcionar novas paróquias em toda a Diocese, colégios, obras assistenciais de toda espécie. Diga-se de passagem que para executar todos esses planos, não dispunha de nenhuma renda e que nem sequer tinha contas em bancos a não ser em dois onde devia importâncias um tanto altas. As entradas mensais se reduziam a uma inexpressiva contribuição das paróquias e as taxas de crisma.

Com a graça de Deus, o zelo dos sacerdotes, a dedicação dos religiosos e a contribuição do povo nos foi possível, não somente realizar o nosso plano, mas ir muito além nesses 25 anos¹⁸⁴.

Os pontos básicos do plano episcopal de Dom Geraldo Fernandes eram: a paróquia, as CEBs, a família e a catequese. O Plano foi publicado na sua íntegra pelo Jornal *Folha de Londrina*¹⁸⁵ resumindo-se nos seguintes pontos: *multiplicar as paróquias cuidadas por bons padres ; trazer para a Diocese numerosas congregações religiosas masculinas e femininas; ter uma boa presença contínua em todas as paróquias, visitas e estímulo de um modo especial aos sacerdotes; aumentar a vida espiritual dos sacerdotes, dos religiosos, religiosas e leigos; que os sacerdotes estivessem animados de grande bondade para com o povo e fossem conhecedores e fiéis executores da doutrina teológica, jurídica, normal e litúrgica; prestar assistência visando a promoção dos pobres, das crianças, dos deficientes.*

Duas ações extrapolaram àquelas programadas no plano episcopal de Dom Geraldo: a criação da diocese de Apucarana, confiada a Dom Romeu Alberti e a fundação da Congregação das Irmãs Claretianas, que se espalharam em cinco continentes.

Em outubro de 1961 quando recebeu o título de Cidadão Honorário da Câmara Municipal, quatro anos após sua posse como Bispo, somavam-se 52 paróquias e 85 padres.

¹⁸⁴ Jornal Folha de Londrina. Londrina, v. 34, nº 9051, 31, mar., 1982, p.4-5

¹⁸⁵ Jornal Folha de Londrina. Londrina v. 34, nº 9051, 31, mar., 1982, p.4-5

Nestas 52 paróquias, encontram-se 66 obras assistenciais as mais diversas, contra 12 aqui encontradas, desde as Confrarias dos Vicentinos, Lares para Crianças, Hospitais, Creches, Dispensários etc. sem falar nos colégios e escolas, que eram em 1957 apenas 15, somando atualmente cerca de 45, havendo em perspectiva mais três Colégios para Londrina e outras cidades para dentro em breve.

Encontram-se em franca atividade em todos os setores sociais as Congregações dos Padres Franciscanos, Capuchinhos, Palotinos, Pio Instituto das Missões estrangeiras – PIME, Xaverianos, Calistas, Padres do Coração de Maria, Dominicanos de Maria, Lazaristas, Salesianos, Dos Sagrados Corações e Josefinos.

No ramo feminino, em atividades educacionais, hospitalares e de assistência social : Irmãs de Maria, Missionárias de Santo Antônio Maria Claret, Palotinas, Filhas da Caridade, Irmãs da Imaculada, Catequistas de Santana, Pastorinhas, Dominicanas de Malta, Franciscanas e Irmãs do Coração de Maria.(Câmara Municipal, Lei Nº 665/61)¹⁸⁶

Em reportagem do jornal *Folha de Londrina* de 31 de março de 1982 escreveu: *traçamos um plano de assistência e promoção aos pobres, às crianças, aos deficientes. Deus nos permitiu encontrar um povo aberto para esse trabalho. Foi fundado um bom número de creches, asilos para anciãos, lares para crianças e escolas para surdos, cegos e deficientes, assistência aos pobres e domicílio, hospitais, etc. Não sei se há outra região onde tanto foi feito e se está fazendo pelos pobres e necessitados.*

¹⁸⁶ Lei Nº 665/61 de 31/10/1961- Câmara de Vereadores de Londrina, que concedeu o título de Cidadão Honorário a Dom Geraldo Fernandes

Quando foi nomeado arcebispo de Londrina, no dia 27 de março de 1971, pelo papa Paulo VI, já era, dentro da hierarquia da igreja Católica, uma referência importante.

Foi assessor jurídico da CNBB, membro do CELAM em Medellín e Puebla. Foi também nomeado visitador apostólico de religiosos e religiosas e membro da comissão preparatória para o Concílio Vaticano II.

Como Arcebispo foi eleito vice-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1974, indicado para possibilitar a formação de uma chapa de consenso, substituindo o cardeal de São Paulo D. Paulo Evaristo Arns.

Em Londrina, ele fundou a Rádio Alvorada, construiu o Seminário Menor e o Seminário Maior, fundou a Casa de Encontros Emaús e junto com a madre Leonia Milito, fundou a Congregação das irmãs Missionárias de Santo Antônio Maria Claret, irmãs que trabalham em oito estados brasileiros e em outros países como França, Itália, Suíça, Alemanha, Costa do Marfim, Gabão, Argentina e Austrália.

Quando iniciou a demolição da antiga Catedral para a Construção de outra, em linhas modernas, com um estacionamento na parte inferior, recebeu críticas veladas por ter destruído um patrimônio histórico fundamental para a cidade.

Dom Geraldo demonstrava, sempre que tinha oportunidade, sua opção pela conciliação. *“Meu lema tem sido : lutar, mas não brigar”*¹⁸⁷

¹⁸⁷Jornal *Folha de Londrina*. Londrina, v. 34, nº 9051, 31, mar., 1982, p.4

Em fevereiro de 1982, Dom Geraldo adoeceu apresentando problemas cardíacos. Foi operado em São Paulo, em 17 de fevereiro e faleceu de embolia cerebral e parada cardíaca, no dia 05 de março de 1982.

O Jornal *Folha de Londrina*¹⁸⁸ estimou que quase 100 mil pessoas foram expressar suas condolências na Sede Metropolitana de Londrina, durante os dois dias em que seu corpo ficou exposto à visitação pública.

Dom Geraldo deixou um testamento espiritual, escrito em 25 de novembro de 1978, do qual transcrevemos a seguir alguns fragmentos.

... Professo, hoje, minha fé em Deus e em tudo que é de Deus! Professo a minha confiança em Deus através de Cristo meu Salvador e Nossa Senhora, Mãe e refúgio dos pecadores!

Amo a Igreja na pessoa de todos os meus irmãos, principalmente os mais pobres pelos quais eu sempre trabalhei nos arredores de Curitiba e de Londrina, de um modo especial...

Hoje, como no dia que tomei posse da Arquidiocese de Londrina, só quero viver e morrer pelo meu povo. Quero morrer sem dívidas, sem dinheiro e sem pecado!

... A todos aqueles que eu magoei injustamente e a todos aos quais eu não servi como devia, peço perdão. A todos aos quais dei mau exemplo, peço igualmente perdão.

Sempre procurei unir Londrina, nunca dividir ou partir, peço a Deus pela união de todos!...

À minha querida Congregação das Irmãs Claretianas eu quero dizer que a morte nos aproxima mais ainda. Desde o céu eu contemplarei o seu trabalho e oração e dedicação aos pobres. Que todas sejam uma!

... Às pessoas que sempre me serviram com dedicação, a minha ação de graças perene....

¹⁸⁸ Jornal *Folha de Londrina*. Londrina, v. 34, nº 9051, 31, mar., 1982, p.4

... Eu acredito que este mundo pode ser e será ainda muito feliz. Isso depende só de nós!

Adeus! Até o céu!

As. Dom Geraldo Fernandes (25/11/1978)

Podem ser destacadas como características do benemérito Dom Geraldo, a caridade, a humildade e a justiça, com que buscava ser exemplo de serviço ao bem comum e da união entre os cristãos.

4. 4. Frei Nereu do Vale

José Bassi, o frei Nereu do Vale, filho de Luiz Bassi e Emília Croatto, nasceu na Itália em 18 de maio de 1916, no povoado de Reana.

Entrou no seminário de Rovigo, com 12 anos, onde fez o curso primário. O curso ginasial foi concluído no Seminário de Verona. Fez o noviciado e recebeu hábito na cidade de Bassano no ano de 1934. Estudou filosofia na cidade de Pádua. Coursou teologia em Udine e em Veneza.

Transferiu-se para o Brasil por determinação de seus superiores, em 30 de outubro de 1939, para prestar serviço no Estado do Paraná.

Sua viagem foi precedida de muitos festejos e homenagens prestadas pelos seus conterrâneos.

Antes de partir, recebeu o Crucifixo de missionário entregue pelo seu superior Pe Odorico, em grande solenidade, diante de enorme multidão de pessoas que muito o admiravam e estimavam.

No dia 25 de novembro de 1939 visitou Tristi e em 6 de 12 de 1939, visitou Roma e recebeu a benção de SS santidade o papa Pio XII.

Partiu de Nápoles em 12/12/39, juntamente com o companheiro Frei Tito. com o navio Oceania, em plena Guerra, tendo o navio sido detido em Marselha.(Câmara Municipal,Lei nº1.139)¹⁸⁹

Os freis Nereu e Tito, desembarcaram no Brasil em 25 de dezembro de 1939, na cidade de Natal. Partiram para Recife, em 31 de dezembro, dirigindo-se ambos para Curitiba, logo em seguida.

Nessa cidade terminaram os estudos e foram ordenados sacerdotes na catedral por S^a Ex. RR Dom Eusébio Ático da Rocha., então arcebispo metropolitano de Curitiba, no dia 30 de novembro de 1941.

Frei Nereu do Valle celebrou sua primeira missa em Santo Antonio da Platina, município localizado no chamado norte velho paranaense, em 25/12/1941, porém não permaneceu naquela cidade.

Daí começou a desenvolver a sua grande obra no que tange à assistência social. Nos primeiros anos de sua vida sacerdotal passou como diretor do Seminário Serático de São Francisco de Barra Fria (atual Lacerdópolis, Santa Catarina) , de 1942 a 1946 e devido ao seu espírito de luta e trabalho profícuo, conseguiu elevar a sua ordem

¹⁸⁹ Justificativa do projeto de Lei nº1.139 de 5/11/1966, que concede o título de cidadão Benemérito de Londrina a frei Nereu do Vale

dos FRADES MENORES CAPUCHINHOS, ao grau de Comissariado, ficando destarte independente de Veneza , trabalho esse realizado durante o período de 1954 a 1957, quando foi superior da Ordem. (Câmara Municipal, Lei nº1.139)¹⁹⁰

Em todo as localidades do Estado do Paraná, onde residiu, sua passagem foi marcada com a realização de grandes obras, nas cidades de Curitiba, Iratí e em Londrina.

Frei Nereu veio para Londrina a convite de Dom Geraldo Fernandes, em 1957. Assim que chegou, ficou hospedado no colégio dos Irmãos Marista.

Esta decisão foi de Dom Geraldo queria que os Capuchinhos trabalhassem com ele, em Londrina, e fui escolhido eu para ir lá. Eu fui no começo, me hospedei no colégio dos irmãos marista. Mas depois me foi entregue a paróquia N Senhora de Lourdes, eu fiz uma pequena casa, que servia de moradia para mim e de capela. E naquela ocasião eu fui buscar um sino que eu tinha deixado em Congonhinas e na árvore pendurei o sino. E os jornalistas da Folha de londrina vieram e fotografaram o sino na árvore. A árvore feita torre. (VALE, 2001)¹⁹¹

Segundo informações de D.a Marieta Gaion, o terreno para construção da igreja e da casa do frei Nereu foi doado por Giácomo Lolatta, um dos moradores do bairro, que possuía 5 alquieiros de terras adquiridas da CTNP. *A primeira missa campal foi realizada no meio do capinzal, sob uma cobertura de lona, por frei Nereu Bassi do Valle. Outras*

¹⁹⁰ Justificativa do projeto de Lei nº1.139 de 5/11/1966, que concede o título de cidadão Benemérito de Londrina a frei Nereu do Vale

¹⁹¹ Entrevista realizada com frei Nereu do Vale, Curitiba, 14/11/2001, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

*missas foram rezadas na Serraria Lolatta*¹⁹². A autorização para construção da paróquia foi assinada em 13 de maio de 1958.

Tendo como fundamentos os ensinamentos da Congregação dos Frades Franciscanos, frei Nereu aceitava qualquer desafio para trabalhar com os pobres, enfrentando as dificuldades conforme elas iam se apresentando. Na recém-chegada Vila Sian, onde 85% da população era católica. Encontrou uma comunidade muito devota e disposta a trabalhar pelas melhorias do local, constituído de sítios e chácaras, sem iluminação, sem água encanada e calçamento. Os fieis freqüentavam a igreja matriz, tendo que caminhar quatro quilômetros de ruas sem calçamento, para professar a sua fé. *Um grupo de pessoas abnegadas que se uniram na fé e na fraternidade para construir uma Igreja, uma comunidade de amor abençoada por Nossa Senhora de Lourdes*¹⁹³.

*Eu sei que a coragem era maior que o trabalho! E fizemos, naquele tempo tudo. Eu via a cidade de Londrina fervendo e cai na fervura e ajudei a ir para frente. E comecei a acudir aquilo que aparecia e achava mais importante: primeiro a Igreja, depois a Escola, depois a Creche e depois a vila do grilo, vila da fraternidade. (VALE, 2001)*¹⁹⁴

Concomitantemente à construção da igreja era necessário providenciar a escola paroquial, para proporcionar educação às crianças do bairro. Dessa vez o terreno foi doado pelo Sr. Eugênio Gaion, de

¹⁹² Boletim *Voz de Lourdes*, Londrina, Paróquia N S de Lourdes, jun. 1998, p.8.

¹⁹³ Boletim *Voz de Lourdes*, Londrina, Paróquia N S de Lourdes, jun. 1998, p.8.

¹⁹⁴ Entrevista realizada com Frei Nereu do Vale, Curitiba, 14/11/2001, concedida a Jolinda de Moraes Alves

nacionalidade italiana, proprietário de um sítio de 5 alqueires no bairro, adquirido da CTNP. D.a Marieta, como é conhecida na localidade, nora do Sr. Eugenio, informou que era a responsável pela coordenação das orações comunitárias e dos terços que se realizavam nas residências das famílias do bairro.

Não sei se era porque a gente rezava muito, Jesus trouxe o Frei Nereu aqui, na nossa casa. Eu tinha feito oração nas casas das famílias, pedindo uma igreja para o bairro. Eu pensava: um dia vai chegar um padre aqui! E o Frei Nereu chegou! (GAION, 2002)¹⁹⁵

No mesmo ano que chegou, 1958, o frei Nereu criou o “Apostolado da Oração” na paróquia, elegendo como presidenta Da. Marieta Gaion, sendo ele o diretor espiritual até o ano de 1967, quando se mudou para Curitiba. As senhoras pertencentes ao apostolado da oração passaram a ajudar o frei Nereu em suas obras pela melhoria do bairro. Dentre as que mais se destacaram D.a Marieta citou as seguintes: D.a Verginia Piran Vieira, D.a Ana de Oliveira, D.a Alzira Bossa Fioramôscia, D.a Maria Bacarin, D.a Maria Turra, D.a Isaura Casarin, D.a Sofia Vique Montani e D.a Isabel Maquezete Lolatta.

A ajuda solicitada a Dom Geraldo para que lhe enviasse damas de caridade para ajudar nos trabalhos necessários foi aceita por D.a Gloria Santos como Presidente da Associação das “Obras do frei Nereu”. O que

¹⁹⁵ Entrevista realizada com Da. Marieta Gaion, Londrina, 06/03/2002, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

movia aquelas senhoras era o “dom de ajudar” conforme verbaliza a própria Da. Glorinha.

....Não tinha nem nome a nossa associação. Eu chamava Presidente das Obras do Frei Nereu. Eu mandava pedidos para o Estado, para o governo ou prefeitura. No requerimento tinha que aparecer a finalidade. Então eu punha: “Para as Obras do Frei Nereu”. Imagine! Porque a gente estava construindo junto, creche, escola, igreja, então eu punha junto como “Obras do Frei Nereu”!...

...Ah! É porque eu já tinha o dom de ajudar. Gostava e já estava trabalhando com as damas e aí fiquei muito feliz de poder ir trabalhar numa creche e enfrentar uma situação como presidente da associação. Aí a gente criou uma diretoria dentro de algumas damas da creche e também com algumas damas do bairro, como a dona Marília Polis e várias senhoras lá do bairro, a gente pegou para nos ajudar e a gente foi muito feliz. ...

... Era a Irene Vicentini , Marília Polis, Teresinha Fernandes, esposa do prefeito, D.a Lilá e eu. Quatro senhoras que trabalhávamos lá. Nós construímos também a igreja N Senhora de Lourdes, uma escola, grande, N S de Lourdes. E tinha também a casa do frei Nereu. Ele tinha uma casinha e fizemos uma casinha um pouco melhor para ele. (SANTOS, 2001)¹⁹⁶

Todas essas obras realizadas pelo frei Nereu, com a participação das Damas de Caridade, das Senhoras do Apostolado da Oração e da comunidade londrinense, através de grandes e pequenas promoções, como bailes, bingos, rifas, leilões, almoços e quermesses.

Naquela época o frei Nereu fazia movimentos bárbaros. Ele fazia um tipo leilão na Rua, com os Lopes, Mayrink Góis, aquelas firmas grandes. E aquele leilão ia a manhã inteira, as pessoas dando lances pelo telefone.

¹⁹⁶ Entrevista realizada com D.a Glorinha Santos, Curitiba, 14/11/2001, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

Aquelas brincadeiras, aquela procissão na rua, o povo fazendo aquele desfile enorme... Então esse movimento que ele fazia, ele conseguia e na mesma hora empregava todo o dinheiro que ele arrecadava naquilo que ele estava construindo... E na mesma hora o frei Nereu dizia tudo o que rendeu e aonde ele ia empregar. Esse era o jeito dele trabalhar. Então nós fomos muito felizes, porque a gente trabalhava de forma muito aberta. O povo gostava de ajudar porque via resultado. Quando a gente fazia aquelas quermesses enormes, que não se faz mais, iam todos, a cidade inteira ia nas nossas festas. (SANTOS, 2001)¹⁹⁷

Outra obra pioneira realizada pelo frei Nereu na cidade de Londrina foi o desfavelamento da Favela do Grilo, uma ocupação irregular que se fez em meados da década de 50 do século XX.

A vila do Grilo, só para sua ilustração, era uma chácara de um japonês. Eu estudei a história. Ele, quando terminou a Guerra, imaginou que o Japão estava ainda sustentando a Guerra e precisava de ajuda. Ele pediu entre os co-nacionais ajuda econômica para levar ao Japão para vencer e ganhar a Guerra. Mas ele foi surpreendido em São Paulo, com muito dinheiro, e foi preso e não conseguiu ir para frente. Então ele teve vergonha e não voltou mais a Londrina. E a chácara dele virou favela. (VALE, 1992)¹⁹⁸

O nome desse japonês a quem se refere o frei Nereu era Waldomiro Orizawa. O Jornal *Folha de Londrina*¹⁹⁹ tratou da questão da “Favela dos Abandonados”, localizada na zona leste da cidade, em

¹⁹⁷ Entrevista realizada com Da Glorinha, Curitiba, 14/11/2001, concedida a Jolinda de Moraes Alves

¹⁹⁸ Entrevista realizada com Frei Nereu, Curitiba, 14/11/1002, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

¹⁹⁹ Jornal, *Folha de Londrina*, Londrina, v.10, nº. 1500, 15, ago., 1956, p.1 e nº 1502, 18, ago., 1956, p.1

terrenos da antiga propriedade do Sr. Orizawa, publicando fotografias do local apresentando a situação de precariedade em que se encontravam crianças maltrapilhas em lugares inadequados à sua sobrevivência.

Os moradores eram pessoas de toda a parte do Brasil, principalmente nordestinos atraídos pela notícia de que em Londrina, o café estava dando muito dinheiro. Então vinha gente do Brasil todo, atrás de trabalhar nas fazendas de café. Trabalhavam nas fazendas, iam e voltavam. Seriam aqueles chamados de “paus de araras”. Eles iam de manhã e voltavam de tarde. E as mulheres ficavam trabalhando para as famílias, lavavam roupa para fora para sustentar seus filhos. (SANTOS, 2001)²⁰⁰

A primeira preocupação de frei Nereu com aquelas famílias foi em relação ao seu acesso à igreja e à creche construídas por ele no bairro vizinho. Apesar da proximidade, não existia um caminho que ligasse a favela à Vila Siam. Diante desse obstáculo o próprio frei Nereu, encabeçou um mutirão, para construir um caminho, uma passagem, que ligasse a Favela do Grilo à igreja Nossa Senhora de Lourdes, para que as pessoas pudessem freqüentar a igreja, e as crianças, a escola e a creche.

E ali fazia ligação com a Vila do Grilo. Foi dali que o frei Nereu abriu um caminho para trazer toda aquela pobreza da vila do grilo. Ele na frente, com foice, roçando, abrindo um caminho, com o pessoal do bairro ajudando. Ele mesmo abriu, ele na frente roçava. A vila do grilo era um matagal total. Ele abriu esse caminho e fez uma estrada e conseguiu trazer todo o pessoal, e as crianças

²⁰⁰ Entrevista realizada com D.a Glorinha, Curitiba, 14/11/2001, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

para a creche, e o pessoal também freqüentava a igreja. Essa foi a vida dele. (SANTOS, 2001)²⁰¹

Os locais de moradia eram casebres construídos de madeira e de papelão. Diante daquela situação, para ele inadmissível, frei Nereu resolveu iniciar uma campanha da fraternidade, para construção de moradias dignas para aquelas famílias. Tal decisão, no entanto, não envolveu a participação dos favelados. Para a construção das casas veio para Londrina um grupo de voluntários alemães.

Eu falava na televisão todo dia, que naquele tempo era novidade, à tarde. E o cônsul alemão que estava em Rolândia com a mulher, havia escutado. “Esse padre está falando todo dia, amanhã eu vou lá ver”. E vieram, e eu fui com ele até a vila e eles me disseram que poderiam ajudar mandando operários para fazer casas e duas assistentes: uma enfermeira e uma assistente social

Eu aceitei, mas, disse: vamos falar com Dom Geraldo, sem ele eu não quero decidir. Então fomos e combinamos e vieram. No dia da chegada, elas estavam já batalhando comigo. Fizemos uma festa. Fomos no aeroporto busca-los. Uma carreata, churrasco.

E eles começaram a trabalhar. Os rapazes construíam as casas e as duas moças davam assistência social às famílias, para que passando da casa pobre à casa melhor, tivessem boa educação de manter a casa limpa asseada e a escola. (VALE, 2001)²⁰²

²⁰¹ Entrevista realizada com Da. Glorinha Santos, Curitiba, 22/11/2001, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

²⁰² Entrevista realizada com frei Nereu, Curitiba, 14/11/2001, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

Da. Glorinha preparou uma casa para abrigar os rapazes. Eles faziam todo o serviço doméstico, e as suas refeições. Havia também moças no grupo, que ficaram hospedadas na creche.

Como se tratasse de uma ocupação irregular, após o término das construções no início da década de 60, o Frei Nereu buscou uma forma de fixar aquelas famílias definitivamente nos lotes onde foram construídas suas novas moradias. Preocupado com a legalização dos lotes, frei Nereu procurou o então prefeito o Sr. Milton Menezes²⁰³ para resolver o problema de legalização das datas.

Era uma ocupação irregular. Quem legitimou fui eu com o prefeito o Milton Menezes. Aí foi legitimado, no processo, foi depositada no Banco, uma importância no valor atual da chácara. Se aparecesse o dono, ele seria dono da importância, não mais do terreno. O terreno passou para a prefeitura. E a prefeitura, com o terreno escriturado, dividiu e formou a Vila da Fraternidade.(VALE, 2001)²⁰⁴

Naquela ocasião o trabalho assistencial com os moradores da favela já contava com a participação de vários membros da comunidade londrinense entre católicos e protestantes. O nome da favela era Grilo porque a área foi grilada, mas um novo nome deveria ser colocado. Na época em que foi dado o nome definitivo à vila, houve muita participação

²⁰³ O Sr Milton Menezes exerceu ao cargo de prefeito por duas gestões: a primeira de 1952 a 1955 e a segunda de 1960 a 1963.

²⁰⁴ Entrevista realizada com frei Nereu do Vale, Curitiba, 14/11/2001, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

dos evangélicos orientados pelo professor Zaqueu de Mello, que foi quem sugeriu ao frei Nereu a mudança do nome para Vila da Fraternidade.

Como a maioria das mulheres lavavam roupa para sobreviver, pois existia no local uma mina de água bem limpa, o frei Nereu teve outra idéia que beneficiou a comunidade, a construção de uma lavanderia coletiva. Uma das moças que vieram da Alemanha para ajudar no desfavelamento escreveu ao seu pai que era pastor protestante e ele enviou uma quantia em dinheiro da Alemanha para a realização do projeto de construção da lavanderia pública.

O Frei Nereu planejava: vou construir aqui, quarenta casas. Aí nós fazíamos campanha, para construir aquelas quarenta casas. Quando terminava aquelas, com a ajuda desses alemães, que vieram, né para nos ajudar. A gente terminava aquele grupo de casas e o frei Nereu falava: vou fazer aqui mais quarenta casas. E assim ele foi fazendo as casas e acomodou todo o pessoal da vila da fraternidade. (SANTOS, 2001)²⁰⁵

Segundo frei Nereu, não fazia parte do seu perfil ficar parado diante da necessidade. *Eu via a cidade de Londrina fervendo e cai na fervura e ajudei a ir para frente. E comecei a acudir aquilo que aparecia e achava mais importante: primeiro a igreja, depois a escola, depois a creche e depois a Vila do Grilo, Vila da Fraternidade.*

²⁰⁵ Entrevista realizada com D.a Glorinha Santos, Curitiba, 14/11/2001, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

Quando ele chegou, aqui na vila não tinha casa nenhuma. Não tinha água, nem luz, nem asfalto. Era uma lama só. Ele abriu os lotes e fez o seu movimento. E tudo foi prá frente! Depois da Paróquia N S de Lourdes ele construiu outra paróquia na Vila da Cervejaria, N S do Rocio e também na Vila da Fraternidade, a paróquia N Senhora da Luz. (GAION, 2002)²⁰⁶

Frei Nereu do Vale foi ainda um destacado colaborador da Sociedade São Vicente de Paulo, dando assistência integral à Conferência Vicentina instalada em sua paróquia.

Em 1965 o então vereador Milton Guimarães apresentou à Câmara de Vereadores de Londrina o primeiro projeto de lei com o objetivo de conceder o título de cidadão honorário a frei Nereu do Vale. Porém faltaram dados biográficos que foram apresentados pelo segundo vereador proponente, Sadao Masuko, em 27 de outubro de 1966. Enfim, em 5 de novembro de 1966, através da Lei 1.139, foi concedido o Título de Cidadão Honorário de Londrina ao frei Nereu do Vale.

4. 5. Lucilla Pinto Ballalai

Nascida em 31 de outubro de 1913, em Pojuca na Bahia, Lucilla era filha do senador Carlos Pinto e de Honorina Vilas – Boas Pinto.

²⁰⁶ Entrevista realizada com Marieta Gaion, Londrina, 06/03/2002, concedida a Jolinda de Moraes Alves

Casada com o senhor Augusto Ballalai teve quatro filhos: Gisleine, Augusto, Nuno Maurício e Jorge Alexandre.

Veio para Londrina em 1949 e desde sua chegada sua casa ficou conhecida como o lugar onde os recém – nascidos desamparados encontravam guarida, recebiam os primeiros cuidados, ali permanecendo até que D.a Lucilla encontrasse para eles pais adotivos.

Dona Lucilla é um nome por demais conhecido nos meios filantrópicos de Londrina, especialmente no trabalho de combate ao câncer. Suas atividades de benemerência remontam a 1949, quando chegou a Londrina, sempre e até hoje se dedicando a obras assistenciais despretensiosamente, com amor e denodo. (Projeto de Lei nº 2442/1974, parecer da Comissão de Justiça, 03, jun., 1974)

De acordo com a justificativa do projeto de Lei nº 2442/1974 da Câmara de Vereadores de autoria do vereador Wladimir Belinati, que instituiu a ela o título de “Cidadã Benemérita de Londrina” o número de crianças amparadas em sua residência passou de 40.

Fazia parte do trabalho assistencial de Lucila abrigar viúvas desamparadas que tivessem vários filhos para criar, construindo e doando às mesma casas para morar.

Sempre dedicou sua vida a obras filantrópicas destacando-se entre elas o Lar Anália Franco, o Lar Marília Barbosa de Cambé e o Instituto do Câncer de Londrina.

Foi presidente feminina do Lar Anália Franco, sendo em sua gestão terminadas as obras de construção, inaugurado e posto em funcionamento o lar em 1952.

Voltou então suas atenções à velhice desamparada realizando campanhas públicas para angariar fundos para a assistência à velhice. Idealizou, construiu e equipou, com auxílio de amigos e da comunidade, uma ala do Abrigo Gilda Marconi, para velhinhos, dando-lhes condições humanas de vida.

Além de atendimentos particulares aos necessitados, caridade que prestava com dedicação e carinho, construiu, com a ajuda de amigos, inúmeras casas para desamparados.

Todas essas entidades que contaram com a participação e o trabalho pessoal de Da. Lucilla foram construídas e mantidas pela comunidade espírita de Londrina.

Em 1965 deu início à sua luta contra o câncer²⁰⁷, iniciando as primeiras iniciativas para a construção do Hospital do Câncer.

A obra iniciada em 1965 – o centro de prevenção Ginecológico – constituía-se apenas em um consultório com alguns médicos e enfermeiras que, gradativamente, foi ampliando-se, tendo sido construído um ambulatório de prevenção, diagnóstico e Tratamento do câncer, em virtude de advirem, de nosso Município e outras

²⁰⁷ Em Londrina a campanha contra o câncer teve início com o Instituto de Radioterapia dirigido pelo Dr Aziz Farah, que publicava regularmente no jornal Folha de Londrina propaganda de sua clínica particular que oferecia aparelhos de : roentgeterapia, curieterapia, contctoterapia, eletroterapia, para o tratamento do Câncer. Nas suas campanhas o médico publicava os sete sinais de alarme, que deveriam o portador da doença a procurar imediatamente um médico. (*Folha de Londrina.v.10, nº 1472, 10, jul., 1966, p.6*)

localidades, pessoas, na maioria sem recursos, portadoras de outras manifestações de câncer que não o ginecológico. Assim, em curto tempo, foi concluído o primeiro bloco do instituto do câncer de Londrina, com o objetivo de prevenir e tratar as mais variadas formas de câncer.

Atualmente, vemos a majestosa obra – o hospital Antônio Prudente – já com seu projeto técnico inteiramente concluído e fadado a ser um dos mais importantes centros oncológicos do país. E tudo isso devemos ao empenho de d. Lucilla Ballalai, que assumiu, ao alcançar essa nobre causa, a grande responsabilidade de cuidar da vida humana, lutando contra um mal tão terrível, - o câncer. (Câmara Municipal, Lei nº 2442/1974)²⁰⁸.

Fundou em 1971 a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Londrina., entidade que presidiu durante toda sua existência..

A Rede Feminina de Combate ao Câncer tinha abrangência no norte do Paraná, sendo fundada de início em Londrina²⁰⁹ e em Alvorada do Sul. Nos dias 14 e 15 de setembro de 1971 ocorreu em Londrina um encontro entre a Rede Feminina de Combate ao Câncer Norte do Paraná e Da. Carmem Annes Dias Prudente de Moraes, Presidente Nacional da Rede Feminina de Combate ao Câncer. No encontro ela explicou como

²⁰⁸ Justificativa do projeto de lei que concede o Título de cidadã Benemérita. Lei nº 2442/1974. Câmara de Vereadores.)

²⁰⁹ O Livro da Atas da Rede feminina de combate ao Câncer registra os nomes das seguintes senhoras voluntárias em Londrina: Lucilla Pinto Ballalai, Maria do Carmo Gouveia de Moraes, Terezinha lima Vilela de Magalhães, Maria Agostinho de Toledo, Kimiko Togami, Dinorah da Cunha França, Mirtes Martins Moraes Rego, Doris Cunha, Mariza Ione Barbosa de Moraes, Jolinda Passo, Irene Vicentini, Maria Nair Pereira Pedrosa, Iedda Pinheiro de Moraes, Sônia Medeiros, Adalgisa Forattini, Yokiko Osawa , Liláh Rabelo, Sônia Janene, Cristina Lopes, Cacilda Minguette Ribeiro, Maria José Carneiros, Mercedes Raia Lessi, Arlete Richa, Walda Viotto, Valkiria Ávila Scaff, Daise Fuganti, Esmeralda Azevedo Ribeiro, Maria Eliza Borcezzi, Cleonisia Moura Toledo, Nadir Lima Milani, Maria Magnólia Viotti Muller, Francisca Perucini Viotti, Gisleine Ballalai, Maria Eliza Borazzi, Déa Alvarenga, Grete Rizzi, Maria Vera Carmona, Esmeralda de Azevedo, Domingas Terezinha M. Minikoski, Carmem Fernandes Carvalho

funcionava a entidade assistencial criada em São Paulo, da qual participavam senhoras voluntárias.

Dona Carmem com a palavra, informou que a Rêde não tem Estatuto, não é entidade jurídica e faz parte da Associação Paulista de Combate ao Câncer. Fala também que para iniciar a Rêde foram convidadas 40 senhoras, cujas famílias possuíam caso de câncer. Cada senhora arranjava 5 outras participantes, estendendo-se a Rêde a todos os setores sociais. No Brasil existe em 17 estados e até no exterior. Dificuldades existem para a Rêde, principalmente após grandes campanhas, porque a necessidade do atendimento não consegue abranger a todos. É essencial que a rede tenha renda própria, necessitando de um quadro social bem numeroso. As voluntárias poderão iniciar o trabalho da confecção e organização da rouparia do Hospital Professor Antônio Prudente, dividindo-se em grupos, para arranjar doações de tecidos, linhas, máquinas de costura e outros objetos necessários. Quando o Hospital for inaugurado, deverá estar pronto para entrar em funcionamento...

A Rede é dividida em 4 departamentos, que são: técnico, assistencial, social e educativo...

Salientou ainda, que todo o trabalho da voluntária deve ser enaltecido; que apesar da divisão e distribuição do serviço, todas fazem qualquer serviço. Existe hierarquia por necessidade²¹⁰. (Livro de Atas, p.1-2)

Percebe-se que embora não seja caracterizada como instituição juridicamente constituída, a Rede Feminina de Combate ao Câncer foi uma entidade de cunho assistencial destinada a amparar e assistir as vítimas portadoras de câncer e suas famílias durante todo o tratamento. O Instituto do Câncer de Londrina recebeu o nome do professor Antônio Prudente, marido de Da Carmem, que esteve em Londrina pessoalmente,

²¹⁰ Reunião realizada em 15 de setembro de 1971, Livro de Atas da Rede Feminina de Combate ao Câncer Norte do Paraná, p.1-2

para acompanhar e assessorar o trabalho de estruturação e implantação da Rede Feminina na região norte do Paraná.

O trabalho assistencial de Lucilla Ballalai foi atribuído, na ocasião em que recebeu o título de “cidadã benemerita”, à sua formação Cristã, professando a doutrina espírita. Segundo ela própria “com sua fé inabalável em Deus e nos homens, tem certeza da vitória”.

A idéia que moveu o trabalho voluntário de combate ao câncer igualmente se assentava em princípios da solidariedade e da caridade cristã, como forma de contribuir com aqueles que foram acometidos pela doença, principalmente os que não tinham condições financeiras de custear seu tratamento.

O trabalho voluntário da Rede Feminina de Combate ao Câncer por ela coordenado, era realizado através de campanhas, quermesses, almoços beneficentes, bazares, doações em dinheiro e em mercadorias. Dentre os pratos típicos o mais famoso era o “Vatapá”, comida típica baiana, terra natal de D.a Lucilla. Em 1973, por ocasião da Campanha Nacional de Combate ao Câncer, D.a Lucila mandou imprimir um livro para coletar assinaturas e contribuições com os seguintes dizeres: *Deus lhe pague por ajudar alguém a viver! Deus lhe pague por dar dignidade a alguém que está sofrendo! Este alguém que você não conhece ser-lhe-á eternamente grato! Hospital Professor Antônio Prudente. Instituto do Câncer de Londrina.* (Livro de Atas.p. 32, verso).

Esse livro foi levado pelas voluntárias a várias repartições públicas, empresas privadas, particulares, colégios, clubes.

Na sua luta contra o câncer, somaram-se nove anos de trabalho incessante para erguer as paredes, comprar equipamentos e colocar em funcionamento o “Hospital Antônio Prudente”. Mesmo ainda em construção o Hospital realizou nesses 9 anos cerca de 70 mil atendimentos. O Instituto Antônio Prudente tornou-se um dos mais importantes centros oncológicos do país na década de 80, no campo da prevenção contra o câncer

Após seu falecimento, Da. Lucilla foi homenagem também, colocando-se o sue nome na Maternidade Municipal de Londrina.

4.6. As idéias de assistência social e caridade.

A caridade foi colocada, em Londrina, como solução para o enfrentamento das manifestações da pobreza nas décadas de 40 e 50 do século XX. A sociedade civil tinha, portanto, a responsabilidade de controlar os efeitos da pobreza, bastava apenas apelar aos homens de boa vontade, que todos os recursos necessários seriam arrecadados e a situação controlada. Até mesmo as senhoras ligadas a entidades

comandadas pelo poder público, como a LBA e a APMI, demonstraram na caridade o fundamento de suas realizações.

A imprensa de Londrina não raramente publicou os resultados do trabalho magnífico e desinteressado de homens e senhoras da sociedade com a da colaboração franca e edificante de todos os londrinenses, definindo a caridade, como princípio das ações assistenciais. Como exemplo, já na década de 50 por ocasião da instalação da Casa da Criança vemos esta comprovação.

Caridade.

Positivamente a Casa da criança nasceu sob o signo da compreensão. Nem bem são passados 40 dias de sua abertura e, pode-se dizer, já que a instituição vê atingidas quase todas as suas finalidades. Além do trabalho magnífico e desinteressado que homens e senhoras de nossa sociedade vem desenvolvendo em prol dessa obra, cumpre ressaltar a colaboração franca e edificante que a ela tem sido dispensada por todo que solicitados. São contribuições valiosas cujo mérito principal reside no espírito que as inspiram. Caridade para com os pequeninos que vem ao mundo carentes dessa compreensão e dessa solidariedade admiráveis que lhes permitirá receber a assistência e o amparo que merecem. < Se na Terra a Caridade reinasse, o mau não imperaria nela; fugiria envergonhado; ocultar-se-ia, visto que em toda parte se acharia deslocado.>²¹¹

Nos casos estudados, os beneméritos pioneiros justificaram que as manifestações da pobreza provocavam em si mesmos a necessidade de fazer alguma coisa diante da necessidade que se apresentava, movidos por sentimentos de compaixão, de caridade cristã.

²¹¹ CARIDADE. *Folha de Londrina*. Londrina, v.9, nº 1263, 23, set. , 1955, p.1.

Diferentes religiões professadas em Londrina tomaram a frente dos trabalhos assistenciais, destacando-se a Católica, a Evangélica e a Espírita.

Duas congregações religiosas católicas interferiram mais diretamente nas ações assistenciais nas décadas de 40 a 60: os seguidores de São Vicente de Paulo e os seguidores de São Francisco de Assis.

A Ordem Franciscana foi fundada na Itália, na Idade Média, por São Francisco de Assis, na idade Média, que adotou a pobreza absoluta como ideal e dedicou sua vida a serviço dos pobres. Os frades capuchinhos derivam da ordem franciscana que em Londrina foi representada pelas obras do frei Nereu do Vale.

Igualmente a origem dos Padres Claretianos, congregação européia fundada por Santo Antônio Maria Claret²¹², tem seus fundamentos na ordem franciscana. Dom Geraldo Fernandes primeiro bispo e arcebispo de Londrina era Claretiano assim como a Congregação feminina criada por ele, “Missionárias de Santo Antônio Maria Claret”, que derivou da congregação franciscana européia das “Pobres Filhas de Santo Antônio”.

Os fundadores, Dom Geraldo Fernandes e madre Leônia Milito, sob o lema: “Bondade e Alegria”, estabeleceram como carisma do Instituto “o serviço aos mais pobres”, antecipando assim a grande opção evangélica da igreja

²¹² Para maior aprofundamento sobre Santo Antônio Maria Claret, pregador medieval da ordem franciscana, ver GONZALLES NETO, J.G. História da Congregação das Missionárias de Santo Antônio Maria de Claret. São Paulo: Ed. Ave Maria Ltda. 1992.

do Vaticano II de preferencialmente atender os pobres”.
(GONZALLES NETO.1992,p.11)

Já a Ordem Vicentina foi fundada por São Vicente de Paulo, no século XV, na França. São Vicente acreditava que o caminho para ganhar as almas de volta a Cristo era pela caridade. Dizia São Vicente: *Aquilo que for feito por caridade, é oferecido a Deus. O serviço do pobre é uma divina e honrosa vocação. O trabalho em prol da salvação do pobre povo do campo é o principal dever de nossa vocação, e tudo o mais é acessório.*(WILLIGAN e FOURASTIÉ. 1983, p.6).

Além das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo que instalaram-se em Londrina, criou-se o trabalho leigo iniciado pelas Damas de Caridade na França, inspirado em Luísa de Marillac²¹³, que após se tornar viúva, dedicou sua vida a visitar doentes e famílias pobres prestando-lhes assistência material. Em Londrina a Associação das Damas de Caridade foi fundada por Dom Geraldo Fernandes no final da década de 50.

A Ordem Franciscana também inspirou Frederico Ozanam a criar as Congregações Vicentinas para leigos na França, que se espalharam por todo o mundo. Em Londrina tiveram como seguidores: Dom Geraldo Fernandes, Antônio Faria Netto e outros tantos outros vicentinos citados neste trabalho, que dedicaram suas vidas ao apostolado da caridade.

²¹³ Para maior aprofundamento ver FLINTON,Ir.M. Aspecto Social da obra de Santa Luísa de Marillac. São Paulo:Edições Paulinas. 1989.

O trabalho dos vicentinos é de atendimento material e espiritual a famílias pobres, com visitas semanais para levar mantimentos e ajudar as famílias em todas as necessidades. Cada vicentino fica com a responsabilidade de assistir uma família pobre, após a sindicância de comprovação da situação de pobreza. Segundo o Sr. José Schetti²¹⁴, essa ajuda que o vicentino dá aos pobres é recompensada por Nosso Senhor e por São Vicente de Paulo.

... Um vicentino ao fazer uma visita ao socorrido, leva dentro de si a disponibilidade de ser o representante de Cristo. Através de boas mensagens e de bom conforto espiritual ele é um médico quando pergunta pela saúde do assistido; é um enfermeiro quando cuida das feridas, dá banhos ou troca-lhe as roupas; é um pai quando se preocupa com os filhos pobres; é professor ao interessar-se pelas escolas dos humildes; é um pedreiro quando percebe naquela humilde moradia a necessidade de uma reforma; é um faxineiro quando pega a vassoura e ajuda na limpeza; é um agricultor quando instrui sobre como cultivar a terra para obter alimentos; é um psicólogo quando houve a pessoa em respeito às narrativas do assistido; é um catequista quando medita e ensina a rezar; é o amigo quando dedica períodos de seus dias e doa-se por inteiro na visita domiciliar; é o próprio socorrido quando fica feliz por receber mais ajuda do que levou!

Como é bom ser vicentino! Melhor ainda é poder descobrir profissões que não imaginava exercer, junto aos nossos pobres que são filhos do mesmo Pai, recebendo como recompensa a satisfação pessoal! (Oliveira, 2000)²¹⁵

²¹⁴ Entrevista realizada em 30 de abril de 2002, Londrina, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

²¹⁵ Em entrevista concedida a Jolinda de Moraes Alves, em 30 de abril de 2002, o vicentino José Schetti fez suas as palavras de Jorge Luiz de Oliveira, de São João Del Rei, MG, impressas em folheto de distribuição pública.

Igualmente os evangélicos dedicaram-se a várias obras de caridade em Londrina, sendo os seguidores da Igreja Batista os responsáveis pela construção do primeiro lar para crianças órfãs na cidade, na década de 50 do século XX.

No discurso de solenidade de inauguração do Lar Batista Paranaense, o Pastor Eliseu Ximenes louvou a Deus, reconhecendo, naquela obra, uma realização de Deus, através de seus filhos neste mundo.

...Mas porque falar-vos a respeito da Bíblia, numa ocasião como esta?

Sim meus amigos, porque ela foi a inspiradora desta obra de filantropia, de amparo às crianças necessitadas. Não fora a Bíblia e viveríamos num verdadeiro cáus moral e espiritual. Há muitos que chegam à incongruência de combater e odiar a Bíblia vivendo todavia numa atmosfera abençoada pelos princípios exarados nas Santas Escrituras. Não fora este Livro bendito, e os homens estariam todos no mais crasso egoísmo, odiando-se uns aos outros; não fora a Bíblia e viveríamos mergulhados nas trevas, sem esperança e sem paz.

...Todo homem de são idealismo que deseja servir bem ao próximo e a Deus, o que realmente é um dever moral de todos nós, deve buscar o livro de Deus e tê-lo e não somente isso, deve ir além e observar os seus ensinamentos e guarda-los no coração para não pecar contra Deus e contra o próximo.(XIMENES, 1953)²¹⁶

No referido discurso o pastor Ximenes afirmou que aquele suntuoso prédio que estava sendo inaugurado para refúgio do órfão e da criança desamparada, tornara-se uma realidade porque a Bíblia havia

²¹⁶ Jornal *Eco do Norte*, 1953, v. 3, nº 4, jan., p.2 (Associação das Igrejas Batistas do Norte do Paraná)

inspirado os homens que construíram o Lar Batista Paranaense, guiando-os no caminho do dever para com Deus e com o próximo.

A Bíblia nos declara que Deus é o Pai dos órfãos e que nele o órfão alcança misericórdia. Também nos ensina palavra de Deus que “a religião pura e imaculada para com Deus, o Pai, é esta: Visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribulações, e guardar-se das corrupções do mundo”.

E muitos outros passos bíblicos que nos falam do dever de amparo ao órfão poderiam ser citados. Em obediência aos ensinamentos de Deus, aqui estamos na sua presença para inauguração desta obra de benemerência. (XIMENES, 1953)²¹⁷

Os espíritas, seguidores da doutrina de Alan Kardec, também se destacaram nas ações assistenciais no município de Londrina. Da Lucila Ballalai é um exemplo. Os espíritas foram responsáveis pela fundação do Albergue Noturno para migrantes pobres, do Lar Anália Franco para crianças órfãs e do Asilo Gilda Marconi para pessoas idosas do sexo feminino, no período estudado, além de prestarem assistência aos pobres, nas ruas da cidade.

A caridade para os espíritas tem dois sentidos: o material e o moral.

A caridade material e a caridade moral.

8. *“Amemo-nos uns aos outros e façamos a outrem o que queríamos que nos fosse feito”. Toda religião, toda moral se encontram encerradas nestes dois preceitos...
... A caridade, meus amigos, se faz de muitas maneiras; podeis fazer em pensamentos, em palavras e em ações. Em pensamentos: orando pelos pobres abandonados que*

²¹⁷ Jornal *Eco do Norte*, 1953, v. 3, nº 4, jan., p.2 (Associação das Igrejas Batistas do Norte do Paraná)

morreram sem ter podido ver a luz, uma prece do coração os alivia. Em palavras: dirigindo aos vossos companheiros de todos os dias alguns bons conselhos. Em ações pela beneficência aos pobres...(KARDEC.1993, p.173-175)

Em sua obra O Evangelho segundo o Espiritismo, KARDEC (1993, p. 31-41) explica ainda que o espiritismo e o cristianismo ensinam a mesma coisa, considerando como as três revelações divinas : Moisés, Cristo e o Espiritismo. A lei do Antigo Testamento está personificada em Moisés, a do Novo Testamento, em Jesus Cristo e o espiritismo é a terceira revelação da lei de Deus, personificada nos espíritos, que são vozes do céu. Define o espiritismo como uma ciência que vem revelar aos homens, por provas irrecusáveis, a existência e a natureza do mundo espiritual e as suas relações com o mundo corporal.

Impulsionada pela generosidade pela bondade e pela beneficência, a caridade pregada pelos seguidores do espiritismo é considerada uma chave para a felicidade eterna, uma vez que pelo devotamento ao próximo a alma pode encontrar a felicidade eterna e elevar-se às regiões espirituais.

Caridade! palavra sublime que resume todas as virtudes, tu deves conduzir os povos à felicidade; em te praticando, eles criara para si alegrias infinitas para o futuro, e, durante seu exílio na Terra, tu serás a consolação, o antegozo das alegrias que gozarão mais tarde, quando se abraçarão todos juntos no seio do Deus de amor. (KARDEC.1993.p.173-175)

No vocabulário cristão, caridade significa o amor que move a vontade à busca afetiva do bem de outrem e procura identificar-se com o amor de Deus. É uma das três virtudes teológicas, somada ao amor e à fé, pela qual os cristãos amam a Deus como bem supremo e ao próximo como a si mesmos. De origem no latim, “caritate” derivada de “caru”, significa bondade, benevolência, compaixão e amor ao próximo.

Com a difusão da idéia cristã – ocidental da caridade no Brasil, observamos que a assistência ao longo da história não apresentou um caráter sistemático e contínuo para melhoria das condições de vida daqueles que vivem na miséria, mas um caráter assistencialista, baseado numa ajuda emergencial, fragmentada, autoritária e paternalista, exercida por voluntários, associações religiosas e, em momentos de grave crise econômica ou institucional, pelo estado, nas esferas federal, estadual e municipal, haja vista que caberia aos pobres aceitar a ajuda emergencial e procurar, por seus esforços, melhorar suas condições de vida.

Em nome da caridade foram, e ainda são, construídas associações filantrópicas, como asilos, albergues, orfanatos, que, alegando fundamentarem-se em valores como o altruísmo e a devoção, prestam assistência material àqueles que nada possuem. Muitas destas associações filantrópicas institucionalizaram-se, formulando estatutos, adotando normas e critérios para o atendimento, em busca de recursos da comunidade e do Estado, como doações e isenções de impostos, para ampliarem seus serviços. (SILVA,1999, p. 69–70)

SILVA (1999, p.69) abordou a concepção cristã de caridade que leva à prática da assistência que não deve almejar interesses pessoais ou recompensas materiais, mas fundamentar-se no amor fraterno e filial aos pobres, mendigos, doentes, órfãos, deficientes físicos e mentais.

CAPÍTULO V

AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS DE LONDRINA

As ações dos beneméritos foram além da assistência esporádica às crianças, idosos, famílias sem emprego, indigentes e demais necessitados com os quais se deparavam no cotidiano da cidade que crescia. Resultaram concretamente na criação e fundação das primeiras instituições assistenciais de Londrina, destinadas a amparar os pobres, abrigando-os e prestando serviços concretos como alimentação, abrigo, cuidados com a saúde e moradia.

Dentre as primeiras entidades assistenciais de Londrina, foram selecionadas para estudo: o “Hospitalzinho de Indigentes”, primeiro hospital destinado exclusivamente a atender a pobreza, fundado em 1938 pelo médico sanitário Dr. Gabriel Martins; o Asilo São Vicente de Paulo, primeiro abrigo para famílias pobres e para idosos fundado em 1949; o Lar Batista Paranaense, primeiro lar para crianças órfãs e abandonadas,

fundado em 1951; o Albergue Noturno, primeiro abrigo para migrantes, itinerantes e mendigos inaugurado em 1953; a Casa da Criança (Posto de Puericultura), construída por iniciativa de Da. Carlota Davids, esposa do prefeito Willie Davids, através de promoções realizadas pela sociedade, inaugurada em 1955, no governo de Milton Menezes, sob a direção inicial da Comissão Municipal da LBA – Legião Brasileira de Assistência; o ILES – Instituto Londrinense de Educação para Surdos, primeiro serviço de atendimento a portadores de deficiência criado em 1959 e a Creche Santa Rita, primeira Creche de Londrina construída por iniciativa da sociedade civil, inaugurada em 1961.

As fontes mais utilizadas para compreender as ações desenvolvidas pelas entidades assistenciais foram os seus documentos oficiais, a Comenda “Ouro Verde” concedida pela Câmara Municipal às entidades que prestaram trabalhos relevantes ao Município e os jornais. Em alguns casos houve a necessidade de coleta de depoimentos de pioneiros, através de entrevista gravada.

5.1. Hospitalzinho de Indigentes

Em 1940 o jornalista Puiggari Coutinho²¹⁸ explicou que o Hospitalzinho de Indigentes de Londrina foi criado, para atender a

²¹⁸ Jornal Paraná Norte. ANO IV. Nº 299, de 7/07/1940.p.1

necessidade de grande número de indigentes doentes que não podiam pagar pelos serviços de saúde ao hospital da Companhia de Terras, até então o único hospital existente no Município, por iniciativa do Dr Gabriel Martins, médico do sub-posto de higiene, com apoio do prefeito municipal Willie Davids.

Tratava-se de um modesto hospital, fruto da caridade do bondoso médico sanitarista, que se destinava a assistir as vítimas de doenças contagiosas e epidêmicas e prestar auxílios a todas as pessoas pobres que necessitassem de assistência médico-hospitalar. Havia já um considerável número de pessoas necessitadas na região, às quais se dava o nome de “indigentes”, razão pela qual o povo de Londrina passou a se referir ao Hospital do dr Gabriel Martins como o “Hospitalzinho de Indigentes”.

Atraída pela justa fama de Londrina muita gente humilde de poucos recursos pecuniários, aqui chega na visão de um futuro melhor, de uma maior fatia de pão para a prole sem abastança. E essa gente luta, mourejando na gleba portentosa. Luta e vence. Mas há exceções dolorosas. Na gleba ou nas atividades da urbs, há os vencidos. Há os que foram surpreendidos pelas enfermidades traiçoeiras e que tombaram exaustos com o coração amargurado ao lado da esposa soluçante, dos filhinhos famintos...

... Pois bem para esses vencidos, enfermos, desvalidos, não há médicos nem remédios na cidade rumorosa, mesmo porque, onde não há possibilidade de remédios, a presença do médico se torna inútil.

A essa gente infeliz a sociedade deve auxílio. É muito triste, muito constrangedora a idéia de deixar alguém morrer de miséria, desamparado, roído por uma enfermidade, numa terra de tanta fartura, de tanta

opulência. (GOMES,1940)²¹⁹

O médico Gabriel Martins foi nomeado em 1936, através de portaria do Exmo Diretor da Saúde Pública do Estado do Paraná, como Inspetor de Higiene²²⁰ do Município de Londrina

Para o Jornalista GOMES, a pobreza de toda região sempre teve em Gabriel Martins, não só o médico que dava consultas gratuitas, mas o homem desprendido que inúmeras vezes pagava de seu próprio bolso as receitas por ele mandadas aviar para o consulente, e que, *como verdadeiro sacerdote da profissão, atendia com dedicação, diariamente, os enfermos internados no “Hospitalzinho” a casa de caridade de emergência por ele dirigida, desde que foi criada até a véspera de sua morte²²¹, ocorrida em 1944. (GOMES,1944)²²²*

A Associação Comercial de Londrina se incumbiu de formar uma comissão para homenagear, na qualidade de patronos de Londrina, o Dr Gabriel Martins²²³ e o ex-prefeito Willie Davids, após as suas respectivas mortes.

*Willie Davids e Gabriel Martins
Associação Comercial de Londrina reunida dia 25 do*

²¹⁹ Jornal *Paraná Norte*. V.7, jul., 1940 nº. 299, p.1

²²⁰ Jornal *Paraná Norte*. V. 2, nº 103, 27, set., 1936.

²²¹ Após a sua morte o médico foi homenageado, no dia 29 de Abril de 1944, com missa solene encomendada pelo Rotary Clube de Londrina, seguida de visita à rua que recebeu o seu nome.. Naquela data surgiu a idéia de prestar-lhe uma maior homenagem ao vulto inesquecível, de construção de um Busto de Bronze do Dr Gabriel Martins.

²²² Jornal *Paraná Norte*. V.10,nº 496, 30, abr., 1944.

²²³ O Busto de Bronze do DR Gabriel Martins foi inaugurado no triangulo localizado em frente à sua residência, deixando de ter o nome de rua para se chamar Praça Gabriel Martins.

corrente formou comissão incumbida de trabalhar pela consagração em praça pública pela memória de Willie Davids e Gabriel Martins, como verdadeiros patronos, encheram, com sua incançabilidade, o seu desprendimento e inesgotável bondade os primeiros anos de Londrina. Constituem eles o que de mais fino e caro existe em nosso patrimônio moral. São dois exemplos que devem estar sempre á vista dos homens, ensinando-lhes que ele nada vale sem a inteligência que não é inspirada pelo coração.(CUNHA, 1945)²²⁴

A assistência à saúde em Londrina teve seu início com a construção do Hospital da Companhia de Terras Norte do Paraná, assim que instalou seus escritórios na região.

Segundo palestra²²⁵ proferida por Dr Aristides de Souza Mello na Televisão Coroados – Canal 3 Londrina, que em 1930 se iniciava ao longo de uma esplêndida mata virgem, produto da generosa terra roxa, em oito anos já se tornara um pequeno burgo. A assistência hospitalar era prestada pela CTNP, através de seu hospital de madeira onde o médico Dr. Anísio Figueiredo fazia as cirurgias e seu irmão Dr. João Figueiredo atendia a especialidade clínica. Parte dos doentes indigentes era atendida também, ainda que precariamente no “Hospitalzinho” onde o saudoso e humanitário médico, Gabriel Martins prodigalizava-se em dedicação. Segundo Dr. Aristides²²⁶, foi também em 1936 que dois prestantes cidadãos, Joaquim Petrole e Honório Ribeiro, tomaram a iniciativa de fundar uma Santa Casa. Reuniram -se na redação do jornal Paraná Norte,

²²⁴ Reportagem de Rui Cunha. *Paraná Norte*, v.11, nº 572, 1, abr., 1945, p.1.

²²⁵ Publicada no Jornal *Folha de Londrina*, 7, set.1964.

²²⁶ A referida palestra proferida por Dr. Aristides Souza Melo, marcou as comemorações dos 20 anos da Santa Casa de Londrina.

junto ao diretor H. Puiggari Coutinho e procuraram o Diretor da CTNP, Arthur Thomas para solicitar a doação do terreno.

O Hospital da CTNP tinha como objetivo atender os funcionários da Companhia e as pessoas que podiam pagar. Os médicos Dr. Anísio Figueiredo Dr. João Figueiredo eram os médicos contratados pelo Hospital da Companhia.

Desde 1936 lideranças da comunidade londrinense preocupadas com o atendimento à saúde das pessoas pobres, já pensavam na construção de um hospital de caridade.

HOSPITAL DE CARIDADE

Um grupo de pessoas de relevante conceito social reuniu-se a semana passada e, sob a presidência do Sr. Arthur Thomas, assentou a fundação de um hospital de caridade nesta cidade.

Para tão humanitário quão oportuno desideratum, ficou resolvido, na citada reunião, se realizasse uma assembléia preliminar, a fim de eleger-se uma directoria provisória que tomasse a seu cargo o estudo sobre o assumpto, planos, organização do quadro social, etc. Uma vez que o quadro social esteja organizado, e pagas as respectivas contribuições do primeiro mês e a conseqüente jóia de entrada, será imediatamente convocada uma assembléia geral dos sócios para eleição da directoria definitiva e confecção dos estatutos²²⁷.

A reunião preliminar realizou-se no Paço Municipal em 29 de fevereiro quando, para a construção do futuro edifício, foi autorizada, pela da Cia de Terras Norte do Paraná, a doação de uma quadra de terreno, ou seja vinte e quatro datas.

²²⁷ HOSPITAL de Caridade. *Paraná Norte*, v.2, nº 71, 16, fev., 1936, p.1

Para manter, dirigir e coordenar as obras de construção do Hospital de Caridade, foi fundada uma Sociedade Beneficente.

SOCIEDADE BENEFICENTE

Realizou-se Domingo último, no Paço Municipal, reunião preliminar para fundação da Sociedade Beneficente de Londrina com a presença de cerca de 40 pessoas.

Foi aclamada a seguinte diretoria provisória: Presidente : Arthur Thomas; vice – presidente: João Wanderley; Secretário: João Alfredo de Menezes; Thesouheiros: Elias Tarran e Daniel Gomes Leme; Vogares: Carlos de Almeida, Ângelo Vicentini, Eugênio Brugin, Carlos Strass, Frederico Schulteiss, Henrique Koecher, José Jorge Chedid, Mayeski, Udihara, Tassyassu, Pedro Martins, Dr. Amadeo Boggio, Fuad Tarran, Oswald Nixdorf, padre Germano e Antônio Raio²²⁸.

Logo que foi instalada a diretoria provisória composta por homens que ocupavam cargos importantes na comunidade, na Companhia de Terras e nas propriedades agrícolas e no comércio que se instalava em Londrina, as senhoras²²⁹ desses personagens passaram a organizar campanhas para angariar fundos para início das obras.

Por mais que se realizassem promoções e por mais que o povo de Londrina ajudasse, levou muito tempo a construção do Hospital de Caridade que se tornaria a Santa Casa. A Irmandade da Santa Casa de

²²⁸ SOCIEDADE Beneficente. *Paraná Norte*, v.2, nº 74, 8, mar., 1936, p. 2.

²²⁹ Betty Thomas, Carlota Davids, Jenny Camargo, Marina Figueiredo, Alice Abreu Pires, Cornélia de Castro Beltrão, Estella Beltrão Medeiros, Leonidia Marchesini, Dora Ferraz, Nair Coutinho, , Jeanne Diment, Lazine Wanderley, Jamile Dequêch, Maria de Almeida, Adele Köcher, Conceição Orranto, Martha Rosemberg, Lenita Acharf, Santa Rosemberger, Laura Ponpêo de pinho, Betty Fröhlich, Jurema Neves Canziani e Zilda Malheiros. Auxiliadas pelas Srtas: Iignes Buch, Latife Tarran, Nair Teixeira Melo, Severina Colabelli, Leonilda Marquesini, Margarida Fröhlich, Clara Erdelyi, Maria Fröhlich, Anna Teixeira Mello, Amélia Barbosa, Consuelo Martins, Margot Estrella, Lydia Duha, Mercedes Martins e Virginia Leone. (*Paraná Norte*, v.2, nº 100, 4, set.1936.p.1)

Londrina, surgiu oficialmente aos 15 dias do mês de setembro de 1940 e o Hospital foi inaugurado em 1944.

Durante todo esse tempo continuava a preocupação da comunidade londrinense com a atenção à saúde dos indigentes.

Em meados de 1937 ocorreu uma epidemia de tifo, que afetou principalmente a comunidade de Rolândia. O médico sanitário, então Delegado de Higiene do Município, Dr. Gabriel Martins, improvisou 15 leitos de urgência para tratamento dos pobres que não tinham vaga garantida no Hospital da CTNP. O local foi cedido, sem qualquer custo, por *Dr. Alexandre Razgulaeff*, um dos engenheiros da Cia de Terras Norte do Paraná, a pedido do Dr. Gabriel para alojar os doentes. Era uma grande casa de madeira situada na Rua do Comércio²³⁰ na esquina da Rua Mato Grosso.

Uma personagem feminina, que sempre fez questão do anonimato passou, de forma pioneira em Londrina, a se preocupar com as condições de pobreza e de indigência em Londrina. Trata-se de Da. Nina Bonifácio²³¹, esposa do cerealista Sr. José Bonifácio e Silva²³², sócio da

²³⁰ A Rua do Comércio passou a se chamar Rua Benjamin Constant.

²³¹ Evangelina Rodrigues e Silva, nascida em Platina, no oeste do Estado de São Paulo, onde seus pais eram fazendeiros, casou-se aos 15 anos com o cerealista José Bonifácio e Silva e mudou-se para a capital onde teve dois filhos Gleds Alzira e Lincoln Brasil. A família transferiu-se para Londrina em Outubro de 1937.

²³² Trabalhou ativamente na organização e construção do prédio da Associação Comercial de Londrina, participando da Diretoria por duas vezes. Colaborou com a fundação do Colégio Londrinense junto ao Dr Jonas Faria Castro e também da construção dos colégios Coração de Jesus, dos Irmãos Maristas, N. Senhora de Fátima, tendo sido presidente da primeira Diretoria do Colégio Mãe de Deus; Sócio fundador e vice-presidente do Aero clube de Londrina e fundador e patrono do Tiro de Guerra: Sócio fundador dos clubes Grêmio Literário e Country Clube de Londrina. Foi juiz de paz de 1938 a 1941 em Londrina. Foi presidente da "Comissão de Socorro ao Japão", e

importante firma Frederico Platzeck & Co Ltda, uma das maiores organizações comerciais da Sorocabana com sede na capital paulista da qual foi chefe até 1937, quando se transferiu para Londrina. Era uma multinacional, “Refinações de Milho Brasil”, que fabrica a “Maisena”, e já havia plantação de milho suficientes em Londrina que compensava montar aqui um escritório de comercialização..

Quando o marido comunicou a D.a Nina, que iriam se mudar da Capital do Estado de São Paulo para um pequeno município no interior do Estado do Paraná, ela aceitou o desafio com naturalidade.

Ele veio primeiro em setembro de 37 e eu ainda fiquei com os meninos em São Paulo, porque ele precisava ver casa aqui, que aliás não tinha nenhuma mesmo, para alugar. Eu só me transferi para cá com as crianças, um de 3 e outro de 4 anos, em 27 de outubro de 1937. Cheguei aqui num dia, que era um barro danado, tinha chovido muito. Mas eu não me assustei não, porque eu era do interior. Estava morando na capital, mas eu era do interior. Eu não me assusto a toa mesmo, na verdade.

Mas quando eu descii aqui, eu vi, tinha muito barro, mas tinha um verde das árvores, a cidade era um mato só. E eu disse para o meu marido: Aqui vou fincar minhas raízes! Hoje, eu tenho uma bisneta com treze anos, quer dizer que finquei minhas raízes... (BONIFÁCIO, 2002)²³³

José Bonifácio instalou seu armazém de cereais na Rua do Comércio, bem defronte ao Hospitalzinho do Dr. Gabriel Martins. Todas

juntamente com Soiti Trauma e Santouro Nishyama, enviou `aquele País amigo mais de 1 milhão de cruzeiros em donativos aos necessitados após a guerra. Cooperou para a fundação de várias instituições, principalmente a Santa casa de londrina tendo sido o seu primeiro provedor. Foi também um dos organizadores e diretor do Banco Paraná - Santa Catarina. (Folha de londrina. ANO IX. Nº1252, de 4/09/1955.p.7)

²³³ Entrevista realizada com Nina Bonifácio, Londrina, 14/01/2001, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

as tardes a esposa levava-lhe pessoalmente um lanche no seu escritório. Numa daquelas tardes o marido convidou o Dr. Gabriel Martins para tomar o lanche com ele, ocasião em que Da. Nina o conheceu e, chegando a inteirar-se, pela conversa com Dr. Gabriel, da situação do Hospitalzinho, comoveu-se e comprometeu-se com aquela obra de caridade.

Era o tal do “Hospitalzinho de Indigentes”, que havia sido montado às pressas para atender as vítimas de uma epidemia de tifo, cujo foco se localizava em Orle, onde hoje está a cidade de Rolândia.

...A cena era horrível. Vi muito sofrimento e a precariedade dava medo. Alguém precisava fazer algo. Como eu estava ali, presenciando tudo, não podia omitir-me.....

...Quando a epidemia de tifo foi controlada passamos a atender outros tipos de pacientes como trabalhadores acidentados na derrubada das matas, pessoas com doenças contagiosas, como tuberculose, hanseníase e fogo selvagem. Com isso, os 15 leitos do Hospitalzinho viviam sempre lotados e as despesas aumentavam muito. Para piorar, não havia auxílio financeiro dos poderes públicos. Os recursos vinham dos donativos de comerciantes e da população em geral. O material cirúrgico esterilizado era trazido do Hospital da CTNP. (BONIFÁCIO, 1999)²³⁴

Quando foi montado o Hospitalzinho de Indigentes, alguns médicos passaram a atender voluntariamente os doentes pobres ajudando o Dr Gabriel Martins: Dr Anísio Figueiredo, Dr. João Figueiredo, Dr. Caio Hangel e o Dr. Newton Câmara. Eram muitas as dificuldades enfrentadas

²³⁴ Entrevista realizada com Nina Bonifácio, publicada pela revista *Maxi in*, nº 20, Londrina, 1999, p 15.

pelos médicos que realizavam um trabalho voluntário e caritativo no Hospitalzinho.

Durante os anos de 1938 a 1944, D.a Nina prestou ajuda periódica naquele estabelecimento, fazendo curativos, administrando medicamentos providenciando alimentação para os internos. Logo no primeiro dia em que visitou o Hospitalzinho já começou a ajudar.

O Dr. Gabriel me apresentou a enfermeira do local: Esta é a Da. Herna, Da. Nina. É uma espécie de “anjo” aqui dentro. Era uma senhora que devia ter uns quarenta e muitos anos. Ela ganhava para fazer o trabalho, mas o que ela fazia lá dentro, não tinha dinheiro que pagasse. Eu disse a ela: posso ajudar? Ela respondeu: pode, a senhora vá passando essa pomada nesta ferida, vá apertando esse tubinho no lugar onde está partido. Que eu me lembre, essa foi a primeira coisa que fiz para ajudar, passar uma pomada em um senhor que tinha fogo selvagem. Era só apertar aquela pomada e a coragem de enfrentar a ferida.. O fogo selvagem cria aquelas feridas com crosta, uma carga grossa, que depois se parte. Era ali que passei a pomada. Para aliviar a ferida.(BONIFÁCIO, 2002)²³⁵

Daquele dia em diante o trabalho caritativo do Dr Gabriel Martins ganhou uma forte aliada. Não que ela se preocupasse com os equipamentos, as instalações, o material cirúrgico e mesmo a aquisição de medicamentos. Estas questões mais ligadas ao corpo clínico Da. Nina explicou que ficavam a cargo do Dr Gabriel. Acredita que os equipamentos e medicamentos viessem do Estado, uma vez que o

²³⁵ Entrevista realizada com D.a Nina Bonifácio, Londrina, 14/01/2002, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

Hospitalzinho funcionava como posto de higiene local. O material cirúrgico de urgência era trazido do Hospital da CTNP pelo cirurgião Dr. Anísio Figueiredo.

*O Dr. Anísio chegou a fazer pequenas operações lá. Trazia material do Hospital da Companhia de Terras e uma enfermeira. Dr. Anísio era o cirurgião e o irmão dele era o clínico do Hospital da Companhia de Terras. Dr. João não ficou muitos anos aqui, mudou-se para Corrêa perto de Petrópolis. O Dr Anísio era um grande médico, uma grande pessoa e um homem corajoso. Porque ele fazia operações bem graves na época, aqui.
... Dr Anísio fincou as raízes dele aqui, logo depois se casou com uma mulher maravilhosa que era Maria Luiza²³⁶. Uma mulher muito importante. (BONIFÁCIO, 2002)²³⁷*

O Hospitalzinho já funcionava há mais de um ano quando Da. Nina conheceu suas instalações. Era uma casa de madeira com quatro cômodos: uma sala uma cozinha e dois quartos. Um dos quartos era reservado para doenças contagiosas e o outro quarto e a sala tinham camas que serviam de leitos. Segundo ela, o Hospitalzinho tinha capacidade para abrigar menos de dez doentes. Após a visita perguntou ao Dr. Gabriel como era mantido o Hospitalzinho. Foi quando ele a informou que não havia ninguém que ajudasse constantemente, e que contava com a bondade de poucas pessoas. Naquele mesmo dia ela

²³⁶ Maria Luiza Figueiredo também merece destaque pelo trabalho assistencial que desenvolveu em Londrina, junto ao marido, médico humanitário que foi, junto à Associação das Senhoras de Rotarianos de Londrina, da qual foi portadora da Rosa de Prata. Como Da. Nina, Maria Luiza fazia também questão do anônimo.

²³⁷ Entrevista realizada com Da. Nina Bonifácio, Londrina, 14/01/2002, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

pensou em como poderia ajudá-lo num trabalho tão importante e tão desgastante.

As preocupações de Da. Nina se voltaram para o que era mais urgente como alimentação e conforto dos indigentes internados, de acordo com as indicações da enfermeira responsável, D.a Herna. Para esse trabalho contou com a participação de Da. Leoni Xavier.

Eu perguntei a Da. Herna: falta alguma coisa? Ela respondeu: falta Da. Nina. Eu às vezes não tenho jeito de fazer uma sopa. Falta mandioca, batata, verdura, a ponta do pé de abóbora, chamada cambuquira. Porque para quem ia para lá tão doente, não precisava de tanta comida, bastava uma sopa, um pouco de leite com pão. O que eles precisavam mesmo era de remédio e de atenção médica.

...Então, eu não vou dizer que nós, eu e a Leoni abastecíamos o Hospital, porque não era verdade. Mas muitas vezes nós levamos da nossa casa: batata, açúcar, farinha de trigo, macarrão, o que mais precisava dentro de um hospital. Às vezes eu levava da minha casa ou passava na venda, porque naquela época não tinha supermercado. Outras vezes ela levava. Ela era uma pessoa muito boa, ela só não gostava muito de entrar no hospital. Mas o que dependesse da bondade do coração dela, ela fazia com muito gosto. Depois, por causa disso, nos ficamos muito amigas. Porque trabalhar junto une muito, sabia? (BONIFÁCIO, 2002)²³⁸

Conforme Londrina ia crescendo, aumentava o número de indigentes atendidos pelo Hospitalzinho. Eram homens mulheres e crianças acometidos das mais variadas enfermidades que chegavam em condições de pobreza, mal alimentados, mal vestidos, com a saúde abalada. Eram trabalhadores das derrubadas das matas, da construção

²³⁸ Entrevista com Da. Nina, Londrina, 14/01/2002, concedida a Jolinda de Moraes Alves

de ranchos de pau-a-pique ou de palmito. E o Dr. Gabriel Martins acolhia a todos, independentemente dos achaques, da idade, do sexo.

Quando entrei lá, era uma pobreza franciscana. Não era uma casa muito pequena, mas também não era muito grande, não. E tinha muita gente deitada. Eu nunca tinha visto na minha vida o fogo selvagem. Aparência horrível. Muitos entravam com gripes muito forte, outros com machucadura, das derrubadas das matas. Tinha um morfético, uma tuberculosa, que estava grávida. Foi ela que teve a menininha, que nasceu sem tuberculose. Puseram o nome dela de Carlota em homenagem a Da Carlota do Dr. Willie Davids. Ela ficou com o nome de Carlotinha. Foi um mascotinho lá por poucos dias, porque ela não podia nem mamar na mãe por causa do contágio. Logo foi para um Proventório em Curitiba, onde ficavam crianças filhas de mães que tinham doença contagiosa. (BONIFÁCIO, 2002)²³⁹

O caso da menina Carlotinha mereceu uma campanha pública com a finalidade de angariar fundos para manter a criança nos primeiros dias de vida e depois encaminhá-la a Curitiba. A criança teve que ser separada da mãe, que por sua vez foi encaminhada para um sanatório de tuberculosos, no Estado de São Paulo. O jornal *Paraná Norte*²⁴⁰ noticiou o episódio sensibilizando a população londrinense a ajudar a resolver aquela situação.

Desde meados do ano de 1940, o Hospitalzinho passou a ter dificuldades para manter os serviços de assistência à saúde dos

²³⁹ Entrevista com Da. Nina, Londrina, 14/01/2001, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

²⁴⁰ HOSPITALZINHO. *Paraná Norte*. Londrina, v.8, nº 377, 4, jan., 1942, p.3

indigentes da região. O fato se agravou com uma epidemia de malária ocorrida em março de 1941. Com muito poucos recursos, terminados os medicamentos o Hospitalzinho tinha que dispensar diariamente inúmeros flagelados por estar sem condições de lhes prestar o mínimo socorro.

Foi quando o jornal local publicou uma manchete exigindo das autoridades federais e estaduais, que enviassem socorro urgente, na forma de medicamentos, alimentos e até de médicos para centenas de enfermos e desamparados que não podiam ser atendidos no Hospitalzinho.

Os rios que circundam e correm nesta zona, espalham a malária nas populações rurais. A gente pobre, a gente produtiva da gleba, morre sem recursos desamparada, numa miséria comovente. As crianças, os pequeninos antes indefesos, sucumbem de fome quando os seios maternos secam, se esterilizam pela ardência escaldante da febre.

E nos, cuja função pública é essa de denunciar ao governo os males que infelicitam o povo, vimos denunciar esse, afirmando ao benemérito sr. Presidente da república, ao sr. Interventor federal, que nesta região há gente que morre de miséria, crianças que morrem de fome, todos flagelados pela malária.

...O chamado hospitalzinho de Londrina, não tem mais medicamentos, nem dieta, nem cousa alguma. Dali são despensados diariamente inúmeros flagelados sem o menor socorro, de mãos vazias. Só lhes acompanham a comiseração do médico e uma lágrima furtiva da enfermeira²⁴¹.

Nesta época Da. Nina e suas companheiras passaram a fazer campanhas maiores na cidade com o objetivo de angariar fundos para o

²⁴¹ MALÁRIA. *Paraná Norte*, Londrina, v.7, nº 333, 2, mar., 1941, p.1.

Hospitalzinho. O jornal *Paraná Norte* noticiou o grande baile em benefício do Hospitalzinho, realizado em setembro de 1941, nos salões do Grêmio Literário e Recreativo Londrinense, que teve como comissão promotora as senhoras Leoni Xavier e Nina Bonifácio e as senhoritas Marina Cunha, Olga Jorge, Maria Vicente e Ligia Córdia. Várias famílias encaminharam prendas, doces e salgados que foram vendidos no serviço de bar²⁴², em benefício do Hospitalzinho.

Também no Hotel Luxemburgo realizou-se um baile, em janeiro de 1942 em benefício do Hospitalzinho, cujos comentários do jornalista ROCHA²⁴³ exaltaram o belo gesto de compaixão com que aquelas senhoras se dedicaram à organização da festa que foi muito prestigiada pelo povo em geral: *Essas senhoras que correram o município em busca de donativos, que bateram á nossa porta à procura do nosso óbolo, que organizaram a festa e imprimiram à mesma aquele cunho impressionante de distinção, se já gozavam do nosso respeito e da nossa admiração, merecem agora, sobretudo, a nossa estima.*

Da. Nina juntamente com Da. Leoni e Da. Ruthe tomaram a frente das promoções, mas atribuíram ao bondoso povo de Londrina o sucesso de seu trabalho assistencial junto ao Hospitalzinho.

²⁴² Justo é assinalar, destacando-a, a cooperação prestada com desinteresse e grande prova de sentimentos humanitários pela senhora Santinha Mercer e senhoritas Yolanda Colabelli, Ieda Otranto, Helia Xavier da Silva, Nicéa P. de Lima, Hermínia e Chiquinha Traballi, professora Mercedes Martins, Ruth Loureiro, Rosa Maria, Carmem Xavier da Silva, Mercedes Massi, Gilda Santoro, Lourdes Martiniano que se encarregaram de passar os respectivos convites e tomaram a si os serviços do bar. (*Paraná Norte*, Londrina, v.7, nº 361, p.2)

²⁴³ DÁDIVAS do coração. *Paraná Norte*, J. Oliveira Rocha, v.8, nº.379, 18, jan, 1942, p.2

...Depois convidamos a Ruthe do Dr. Claudino dos Santos (dono do Cartório). A Ruthe era uma pessoa excelente, mulher muito preparada e ela nos ajudava financeiramente, também. Não exatamente levar mantimentos lá, mas às vezes doava um dinheirinho. E a gente comprava mantimento e levava. E assim fomos tocando, pedindo para um, contava para outro. E uma coisa precisa ficar ressaltada: Oh povo bom de Londrina! Povo abençoado! Nem que fosse um pouquinho, ajudava! Cidade abençoada, Londrina! (BONIFÁCIO, 2002)²⁴⁴

Com o tempo o Hospitalzinho passou a fazer parte da tradição da cidade considerado uma obra da bondade cristã que, como escreveu o reporte do *Paraná Norte*²⁴⁵: *tem sido abrigo das mazelas do homem desamparado e sem recursos. A inteligência e as mãos do Dr. Gabriel Carneiro Martins , médico do Hospitalzinho, tem dado conforto e alívio a muitos infelizes e degredados da sorte, mitigado muita dor, muito sofrimento.*

Por outro lado a sociedade reconhecia que o Hospitalzinho não dava conta de atender a todos os que dele necessitavam e que o local não era apropriado nem grande o suficiente para nele se instalarem os serviços de um hospital e, assim, cada vez mais se tornava urgente a construção de um Hospital que atendesse aos indigentes de Londrina.

Na época existia a Comissão Pró - construção do Hospital de Londrina, cujo presidente era o Sr Joaquim Petrole, que era responsável por angariar fundos, realizar campanhas e mobilizar a comunidade, uma

²⁴⁴ Entrevista realizada com Da. Nina, Londrina, 14/01/2002, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

²⁴⁵ *Paraná Norte*, v.71, nº 388, 22, mar., 1942, p.5

vez que, embora existisse o Hospitalzinho de Indigentes, o único hospital reconhecido na cidade era o da Companhia de Terras cujos 12 leitos não tinham mais as mínimas condições de atender a população de Londrina.

Em 15 de setembro de 1940, ainda na gestão de Dr Willie David, resolveu-se que o Hospital de Londrina, por ter como um dos objetivos atender doentes indigentes, deveria ser construído por uma Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, que precisava ser formada para este fim específico.

No entanto, as obras de construção da Santa Casa duraram quase dez anos e somente em 1944, foi inaugurada. Até então foi o Hospitalzinho de Indigentes que se responsabilizou pela assistência à saúde dos pobres em Londrina. Com a inauguração da Santa Casa o Hospitalzinho de indigentes foi fechado.

Hospital de Indigentes de Londrina

Ontem às 14 hs. sob a presidência do sr Dr José Munhoz de Melo, juiz de direito da comarca, realizou-se uma reunião da sociedade de indigentes de Londrina com o fim especial de fazer o encerramento do funcionamento do conhecido Hospitalzinho, fundado em 1939, durante a gestão do dr Willie Davids e que inestimáveis serviços prestou a população pobre desta e das cidades vizinhas. Desta reunião foi lavrada a ata que transcrevemos a seguir²⁴⁶

A referida reunião²⁴⁷, datada de 06/09/1944, realizou-se no prédio

²⁴⁶ HOSPITAL de Indigentes de Londrina. *Paraná Norte*, v.10, nº.515, 7, set., 944, p.4

²⁴⁷ A Ata da reunião foi assinada pelas seguintes pessoas: Dr. José Munhoz de Mello, Leony Fonseca Xavier, dr Ricardo Skowronek, dr Anísio Figueiredo, José Bonifácio e Silva, João Jesus Netto – representando o prefeito Municipal dr. Newton Câmara, dr.

do Hospitalzinho, à rua Mato Grosso, convocada pela então presidente da Sociedade de Indigentes de Londrina, Da. Leoni Fonseca Xavier e pelo diretor do Hospitalzinho de indigentes, Dr Ricardo Skowroneck que passaram a presidência ao juiz de Direito da Comarca.

Esteve presente à referida reunião o Dr Anísio Figueiredo, médico que prestou serviços profissionais voluntários ao Hospitalzinho de Indigentes desde a sua criação, que fez uso da palavra para lembrar alguns nomes das pessoas responsáveis pela grande obra desenvolvida por aquela “Casa de Caridade”.

O sr. Dr. Presidente deu a palavra a quem dela quizesse fazer uso, tendo se levantado o dr. Anísio Figueiredo que, em palavras repassadas de profundo pesar, referiu-se à vida e obra de Gabriel Martins e Willie David; o primeiro médico que foi, desde a fundação, desta casa de caridade, até 27 de abril de 1943, véspera de seu falecimento; o segundo fundador que foi do Hospitalzinho, em seu exercício no Governo municipal londrinense. Referiu-se ainda o dr. Anísio Figueiredo à primeira Comissão encarregada de angariar donativos e administrar o referido Hospitalzinho, que era constituída das seguintes senhoras: Da. Carlota David, presidente; D. Ruth F. Santos, vice-presidente; D. Adail Pizzato, tesoureira e D. Neusa Maragliano, secretária. A essa comissão, sucedeu, há 2 anos a seguinte: D. Leoni Xavier, presidente; D. Evangelina Rodrigues e Silva, vice-presidente; D. Adail Pizzato, tesoureira e D. Neusa Maragliano, secretária. Prestou ainda o dr. Anísio Figueiredo, uma homenagem particular aos drs. Adolfo Barboza Góis, Nelson Rosário e Ricardo Sckowroneck, respectivamente segundo, terceiro e quarto diretores que foram em épocas diferentes, do Hospital de Caridade que

Adolfo B. Góis. Dr. Dinis Sobral, dr. Ruy Cunha, Orestes Medeiros Pullin, Guilherme de Abreu Pires, Eufrosino Santiago, pelo “Paraná norte” e Rádio Londrina, dr. João Figueiredo, Edgar Paes de Mello, Vitor D’Andrea e João Alfredo de Menezes. (Ata da reunião de Encerramento do Hospitalzinho de Indigentes, IN Jornal *Paraná Norte*, ano X, nº 515, 07/09/1044, p.4)

neste momento cerra suas portas, depois de tantos anos de serviços prestados à pobreza desta região do norte do Paraná. Não esqueceu também o dr. Anísio de se referir ao gesto caritativo e desinteressado do dr. Alexandre Rasgulaef, proprietário de prédio, que não somente cedeu gratuitamente, como cooperou particularmente. Ata da reunião de encerramento do Hospitalzinho de indigentes. (Ata da Sociedade de Indigentes, 06/09/1944)²⁴⁸

A mesma Ata informou que foram transferidos para a Santa Casa²⁴⁹, 27 doentes do Hospitalzinho de Indigentes, o que demonstra a sua superlotação na época. O prédio foi devolvido ao seu proprietário Dr Alexandre Resgulaef.

5. 2. O Asilo São Vicente de Paulo

As preocupações da sociedade londrinense com a construção de um asilo para pessoas idosas surgem no início da década de 40 do século XX. Segundo reportagem publicada no jornal *Paraná Norte* em 1941 o então diretor da Cia de Terras Norte do Paraná, Sr Arthur Tomas, doou um terreno para esta finalidade.

O Dr Jonas de Faria Castro, que não tem regateado esforços no emprego do seu gênio construtivo

²⁴⁸ Publicada na íntegra no Jornal *Paraná Norte*, v.10, nº.515, 7, set., 1944, p.4.

²⁴⁹ Foram transferidos também para as novas instalações da Santa Casa, os doentes particulares dos doze leitos do Hospital da Companhia de Terras Norte do Paraná, igualmente fechado naquela data.

e de humanidade, está organizando em Londrina mais uma grandiosa obra de benemerência, com a fundação do Asilo São Vicente de Paulo para velhos e crianças abandonadas.

Secundando a generosa tarefa do dr. Jonas, a Comp. De Terras , pelo seu diretor , sr. Arthur Thomas, fez já uma importante doação ao Asilo, doação esta constante de três alqueires de terras a três quilômetros da cidade.²⁵⁰

Apesar da doação do terreno, o asilo não foi construído na ocasião, e, novamente em 1944, quando foi inaugurada a Santa Casa de Londrina, para onde foram transferidos os doentes internos do Hospital da Cia de Terras, o mesmo jornal fez novamente referência à necessidade de uma instituição asilar na cidade, sugerindo que o prédio desocupado, fosse transformado em asilo para velhos pobres e desamparados.

Agora que ficou definitivamente encerrado o funcionamento do Hospitalzinho, transferido ontem para a Santa Casa de Londrina, para a qual também está sendo transferido o Hospital da Cia de terras, vimos lembrar uma medida que parece das mais justas e que virá em muito beneficiar outra classe de necessitados.

Lembramos da instalação de um asilo de mendicância ou melhor duma casa da velhice desamparada por nos parecer que a nossa Santa casa apesar da boa vontade enorme da sua atual provedoria não possui recursos nem instalações para esse fim.

O prédio da Cia de terras onde funciona o Hospital que está sendo transferido para a Santa Casa, poderia ser cedido para a instalação do provisório asilo cuja idéia estamos aqui lançando, e que a endereçamos ao sr. Capitão prefeito municipal²⁵¹.

²⁵⁰ OBRAS de benemerência. *Paraná Norte*, Londrina. v. 7, nº.352,p.4, 13 jul. 1941.

²⁵¹ ASILO de mendicância. *Paraná Norte*, Londrina, v. 10, nº 515, p.1, 7 set. 1944.

A sugestão do jornalista também não foi acatada e a iniciativa de construir um asilo em Londrina foi da Sociedade São Vicente de Paulo.

Em 06 de agosto de 1944 foi fundada em Londrina a primeira conferência de São Vicente de Paulo²⁵², cuja presidência ficou assim constituída: presidente, Dr. Antônio de Camargo Correia Ferraz; vice-presidente, prof. José Godim de Matos; primeiro secretário, prof. Antônio Martins Correia; segundo secretário, Dr. Lucio Borges; primeiro tesoureiro, Sr. Adriano Marino Gomes; segundo tesoureiro, prof. Vitorino Gonçalves Dias. A conferência contava ainda com a participação dos seguintes confrades: João Menezes, José Mauro. A primeira conferência vicentina chamava-se Sagrado Coração de Jesus, que após ultrapassar 12 confrades, desmembrou-se na Conferência Sagrado Coração de Maria.

O Sr José Schetti²⁵³ tornou-se vicentino em 1953 e conheceu a maioria dos *confrades* citados²⁵⁴. Segundo ele, eram duas as preocupações da Sociedade: o abrigo de famílias pobres que não possuíam moradias e a construção de um asilo para velhos.

²⁵² Ata da Sessão de Fundação da Conferência Vicentina de Londrina. 06/08/1944.

²⁵³ Em entrevista realizada com o Sr Schetti, em 29/04/2002, o mesmo nos informou que chegou em Londrina no dia 03/01/1939, acompanhando o Sr Orestes Medeiros Pullin que instalou no município a Farmácia Maria Isabel, que durante 15 anos prestou serviço como drogaria, em funcionamento ininterrupto de 24 horas. O Sr. Schetti tornou-se sócio do Sr. Pullin, que era confrade da Conferência Vicentina desde os primeiros anos de sua instalação, tendo sido convidado, por ele, a ingressar na Conferência Sagrado Coração de Jesus, em 1953.

²⁵⁴ Segundo suas informações os primeiros membros da Conferência de Londrina eram homens instruídos, professores, profissionais preparados. Como exemplo citou o presidente, que era um advogado e fazendeiro muito rico pertencente à família Camargo Ferraz do Estado de São Paulo. (Entrevista realizada em Londrina, em 29/04/2002 concedida a Jolinda de Moraes Alves)

Aos vicentinos havia sido doado um terreno de duas datas, por parte do Sr. Thomas da Cia de Terras, localizadas na região central da cidade. Um dos vicentinos, na época, era da família Massaro que possuía uma chácara afastada do centro onde mantinha uma serraria e criava vacas para fornecimento de leite para várias famílias da cidade. De acordo com o Sr. Schetti, o confrade Augusto Massaro, sabendo da intenção da conferência, que na época era presidida pelo vicentino Orestes Medeiros Pullin de construir um asilo na cidade, informou aos vicentinos que um casal de alemães perseguidos da guerra, que havia adquirido terras da CTNP em Londrina, estava vendendo seu sítio de 5 alqueires, vizinho ao sítio da família Massaro. Os vicentinos resolveram vender as datas do centro e, com um pouco mais de dinheiro, adquiriram o terreno dos alemães, por cinco contos de réis, com o objetivo de fundarem o Asilo São Vicente de Paulo.

De início, em 1946 e 1948 construíram casas para abrigar famílias pobres, com recursos provenientes de doações.

Primeiramente o meu sócio Orestes Medeiros Pullin, mais Adriano Marino Gomes, mais o confrade José Arias, os três falecidos, eles pensaram em procurar algumas pessoas de Londrina para ajudar na obra. De início eles construíram por vinte contos cada casa. Os primeiros londrinenses que doaram foram: João Roveri Sobrinho já falecido; Raimundo Durães, um dos melhores e maiores corretores da Cia de Terras e João Milanez, da Folha de Londrina. São os três que eu me lembro que doaram as casas (SCHETTI, 2002)²⁵⁵

²⁵⁵ Entrevista realizada em Londrina, 29/04/2002, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

A primeira construção, destinada à instalação do Asilo, de acordo com informações de José Schetti, iniciou-se na década de 50, por iniciativa do Sr Antônio Faria Netto e do Sr Orestes Medeiros Pullin, tendo sido terminada no ano de 1956. Estando o edifício construído, os membros da Conferência foram chamados pelo bispo Dom Geraldo Fernandes, recém-empossado, que solicitou o prédio para instalação de um Lar para crianças órfãs.

Quando Dom Geraldo Chegou aqui, em março de 1957, ele disse para nós: Eu sou vicentino de Curitiba. Eu peço para vocês cederem para mim essa construção, que vocês estão dizendo que vai ser o asilo. Eu vou fundar em Londrina as Damas de Caridade, para elas ajudarem a administrar o Lar Santo Antônio. Porque eu penso que o problema maior são as crianças. Porque o idoso sempre tem um filho, uma filha, uma pessoa da família que acolhe o idoso mesmo que seja numa idícula, no fundo do quintal.(SCHETTI, 2002)²⁵⁶

Diante do pedido de Dom Geraldo a construção foi cedida para a instalação do Lar Santo Antônio, inicialmente mantido pelas Damas de Caridade e entregue às Irmãs Claretianas, congregação fundada por Dom Geraldo em Londrina.

Imediatamente após a doação, os vicentinos liderados por Antônio Faria Netto reiniciaram a construção de outro prédio para instalação do Asilo São Vicente de Paulo, que em 1965 foi confiada ao senhor Florindo Fabiano, o novo presidente das Conferências Vicentinas de Londrina.

²⁵⁶ Entrevista realizada em Londrina, 29/04/2002, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

O Sr Florindo Fabiano²⁵⁷ era vicentino em Bauru, SP, e ingressou na Conferência de Londrina a convite do Sr. Antônio Faria Netto, em 1952. Fabiano mudou-se para Londrina no dia 02 de outubro de 1947, para trabalhar com comércio de café. Em 1951, juntamente com seu irmão abriu a padaria e confeitaria Cristal, que se tornou um serviço de referência no setor, onde *conheceu o Sr. Antônio Faria Netto, que freqüentava a confeitaria para comprar biscoitos de polvilho para suas crianças.*

E ele ficou sabendo que eu era vicentino e sempre me convidava para ingressar. Eu já assistia algumas reuniões mas eu não sentia o mesmo “calor” que eu sentia em Bauru, porque a gente tinha um entrosamento muito grande entre os vicentinos. A gente saía todos os Domingos para fazer as visitas, depois íamos tomar aperitivo todos juntos. Era uma família. E o padre assistia as reuniões também.

Aqui não. Aqui nunca um padre assistiu uma reunião das Conferências. Então eu achei meio estranho, porque não havia o assistente religioso fazendo parte. Mas eu me adaptei e entrei para as Conferências, mas dois ou três anos depois, não me lembro bem a data.

Entre na Conferência da Igreja da Catedral. Me lembro que os vicentinos da época era o José Arias, o Dr Ivan Luz, o Pullin, o Schetti, o Farias, o Âgnelo Teodoro de Paula e mais outro que não me lembro.(FABIANO, 2002)²⁵⁸

Segundo informação do Sr Florindo Fabiano²⁵⁹, quando passou iniciou a construção do segundo edifício destinado ao Asilo São Vicente de Paulo, existiam seis casas de abrigo para famílias pobres no mesmo

²⁵⁷ Entrevista realizada em Londrina, 29/04/2002, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

²⁵⁸ Entrevista realizada em Londrina, 16/04/2002, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

²⁵⁹ Entrevista realizada em Londrina, 16/04/2002, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

terreno. A regulamentação legal da Sociedade Vicentina se deu em 1966, durante a presidência do Sr. Florindo Fabiano, tendo sido os Estatutos elaborados pelo advogado Dr. Ivan Luz, e registrados em cartório.

*ESTATUTOS DO DEPARTAMENTO DIOCESANO DE
OBRAS UNIDAS À SOCIEDADE SÃO VICENTE DE
PAULO DE LONDRINA²⁶⁰ – 1966.*

Art. 1º - A Conferência Vicentina de Londrina passa a denominar-se DEPARTAMENTO DIOCESANO DE OBRAS UNIDAS À SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO DE LONDRINA, com sede na cidade de Londrina, Estado do Paraná, regendo-se por estes Estatutos e pelos Regulamentos que baixar a Diretoria;

Art. 2º - A entidade tem por fim a construção, administração e manutenção de obras, visando o amparo espiritual, moral e material dos pobres, segundo objetivos da Sociedade São Vicente de Paulo;

Art. 3º - Para cada Obra, se for o caso, poderá a Diretoria baixar Regulamento específico de forma a facilitar a sua administração, o seu funcionamento e a disciplinação de suas atividades;...

Art. 12 – Consideram-se obras da entidade, para todos os efeitos, o Asilo de São Vicente de Paulo e o Lar Santo Antônio de Londrina, em funcionamento, respectivamente, desde 1949 e 1957, mantidos pela entidade até agora denominada Conferência Vicentina de Londrina.

Londrina, 08 de Setembro de 1966

FLORINDO FABIANO

Presidente.

O documento acima relacionado identifica o ano de 1949 como ano de início do funcionamento do Asilo São Vicente de Paulo. De fato,

²⁶⁰ Registrados sob o Nº 276, no livro A = 1, fls.122 do Registro de Pessoas Jurídicas no Cartório do 1º Ofício de registro de títulos e Documentos – Comarca de Londrina/ PR. Publicado na pág. 15 do diário oficial do estado do Paraná, de nº 179 de 06/10/66.

existiam nessa época as seis casas para abrigo de famílias pobres, mas não necessariamente idosos.

SILVA (1999, p.60) considera o ano de 1958 como data de fundação do Asilo.

Pelos depoimentos dos pioneiros vicentinos, no período compreendido entre 1946 e 1948, os vicentinos construíram casas para abrigar famílias pobres. A primeira construção do asilo deu-se entre 1952 e 1956, sendo o prédio doado a Dom Geraldo e às Irmãs Claretianas, para a instalação do Lar Santo Antônio, em 1957.

Diante do aumento de idosos abandonados na cidade, os vicentinos decidiram substituir as famílias pobres abrigadas nas casas, por idosos necessitados de amparo. As famílias foram transferidas para outras casas que eles construíram nos bairros da cidade.

Segundo o Sr. José Schetti, o trabalho de manutenção de famílias pobres passou por uma avaliação das Conferências Vicentinas porque essas famílias *davam muito trabalho*. Ele acompanhou o trabalho do confrade Orestes Medeiros Pullin que também era seu sócio o qual, enquanto presidiu a Conferência, praticamente todos os dias visitava as casas de abrigo das famílias pobres. Informou ele, que várias pessoas vinham sempre à Farmácia Maria Isabel, de sua propriedade, solicitando roupa, remédio, comida, por mais que os vicentinos os ajudassem.

Também o Sr. Florindo Fabiano avaliou que o atendimento às famílias pobres nas casas foi terminando aos poucos, com a construção

do Asilo, porque os vicentinos acharam esse tipo de ajuda não estava mais resolvendo problemas, mas criando outros.

Depois nós vimos que não funciona. Não dá certo. Começa muito “bochicho” e é difícil, a pessoa se “encosta”. Porque ela sabe que tem a casa, a alimentação. Então ela não busca.... Depois a última família, esse que se Chamava Gerônimo, nós tiramos ele, porque não tinha como tirar. Eles não queriam sair. Então nos tínhamos uma casinha no parque Guanabara, construída num terreno nosso, e levamos a família do Gerônimo para lá. (FABIANO, 2002)²⁶¹.

Em 1964 ocorreu a desocupação de todas as casas pelas famílias pobres e os vicentinos passaram a abrigar apenas idosos, sob os cuidados das Irmãs Claretianas.

A construção do prédio onde atualmente (2002) funciona o Asilo São Vicente de Paulo, iniciou-se na gestão do Sr Antônio Faria Netto, com a colaboração do Sr. José Arias. Em 1965 a construção foi assumida por Florindo Fabiano por solicitação de Dom Geraldo Fernandes e da Madre Leonia Millito, diretora da Congregação das Irmãs Claretianas.

Em 1965, Dom Geraldo me convidou para ser o Presidente das Obras, para construir do Asilo que já havia começado. Quem começou foi o José Arias. Quando eu peguei, já tinha a estrutura de concreto pronta. José Arias era comerciante ali na Quintino Bocaiúva, de uma família muito tradicional daqui. Ele também fez muito trabalho para o asilo e para as Irmãs fundadas por Dom Geraldo. Vieram para cá três irmãs: Madre Terezinha, Madre Leônia, aquela que morreu no desastre e Madre

²⁶¹ Entrevista realizada em Londrina, 16/04/2002, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

Eucarística. Eu tive mais contato com a Madre Eucarística. (FABIANO, p.2002)²⁶²

O Sr. Florindo aceitou o encargo após impor a condição de ter total autonomia para realizar a construção, sem ter que reunir a Diretoria cada vez que houvesse necessidade de efetuar uma compra de material ou pagar um serviço prestado.

Ele me chamou, então depois que eu aceitei ser presidente, e eu falei pra ele: eu aceito com uma condição, eu quero carta branca para trabalhar. Quando eu achar que alguma coisa não estiver a minha altura decidir, eu faço uma reunião para consultar. Se não for assim eu não aceito. Então Dom Geraldo se espantou de eu ter essa exigência de eu não querer me submeter a opiniões. Eu tinha que decidir, porque num trabalho, tem que ter um comando e eu queria o comando. Sem isso não era possível, tanto é que todos os cheques de pagamento tinham duas assinaturas, a minha e a do tesoureiro. E ele me entregava os cheques assinados em branco. Tem que ser assim, ou é confiança ou não é confiança. (FABIANO, p.2002)²⁶³

Concedida a permissão, o Sr Florindo recebeu a quantia de Cr\$ 26.000,00 (vinte e seis mil cruzeiros) em caixa, para concluir a obra de três mil e duzentos metros de construção, além de doações de pessoas da comunidade Londrinense somadas às *coletas de Finados no cemitério*.

O dinheiro vinha da seguinte forma. Quem nos ajudou muito foram os Garcia. Essa gente foi muito benemérita, eles ajudaram muito. Eu trouxe de Bauru essa experiência do cemitério. No dia de Finados nós fazíamos essa coleta em benefício. Lá eu contribuí com o Cruzeiro de Bauru. Lá nós construímos também o asilo...

²⁶² Entrevista realizada em Londrina, 16/04/2002, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

²⁶³ Entrevista realizada em Londrina, 16/04/2002, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

Então eu comecei aqui. Fazíamos campanhas, coletas, as Conferências todas ajudavam. A gente pedia e foi indo e conforme entrava dinheiro ia fazendo. Dom Geraldo me deu o exemplo daquela Obra na Catalônia, na Itália, que começou de nada e hoje é um monstro, de doações quem vem e vão aumentando, forma uma roda. E foi indo, foi indo eu terminei, quando o Richa (prefeito) assumiu. (FABIANO, p.2002)²⁶⁴

O prédio novo do asilo foi inaugurado em 1972 com capacidade para 120 idosos divididos nas alas feminina e masculina. Os vicentinos entregaram o prédio para as Irmãs Claretianas acompanhado de toda a regulamentação legal necessária. A Irmã Eucarística Lo Conte foi a primeira diretora do Asilo e permaneceu no cargo por vinte anos.

Fizemos todos os documentos necessários para regularizar o asilo. Só não conseguimos o Atestado de utilidade Pública Federal, que isenta do INPS, IPI.

A água por exemplo, nos pedimos isenção para a Sanepar. Ela não deu mas disse: nos fechamos os olhos, vocês podem gastar a água que precisar e a gente não cobra, vai ficar a conta, e ficou até hoje.

O INPS eu paguei em dia. A luz também não conseguimos, sempre pagamos. Porque devia ser doado, porque é uma coisa pública. Que é assistencial. Porque fazer sacrifício para pagar a Luz? Seria justo, mas não teve jeito. (FABIANO, p.2002)²⁶⁵

A manutenção da instituição foi assumida pelas Irmãs Claretianas, Eucarística Lo Conte, Dulce Mendes e Maria José Silva, que sempre contaram com doação por parte da comunidade e o apoio irrestrito dos vicentinos, que não raras vezes assumiram a responsabilidade das despesas com a folha de pagamento dos empregados.

²⁶⁴ Entrevista realizada em Londrina, 16/04/2002, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

²⁶⁵ Entrevista realizada em Londrina, 16/04/2002, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

... elas (irmãs) se mantêm, com todas as doações. Agora, toda folha de pagamento, quando elas estão apertadas, nós ajudamos. Mas elas recebiam muita doação. Arroz, carne, o café por exemplo era o Garcia que fornecia. O Celso Garcia Cid. Foi ele o primeiro que ajudou. Mas ele não foi o único, tinha muitas famílias que ajudaram o asilo. Quem captava muito recurso era o Faria. Como ele tinha aquele jeitinho de pedir, nunca vi igual.(FABIANO, 2002)²⁶⁶

Com a inauguração das novas instalações do Asilo, as antigas casas não foram demolidas. Passaram a abrigar idosos que necessitavam de isolamento, servindo de enfermaria, uma masculina e outra feminina. A Irmã Dulce montou uma equipe para cuidar desses idosos doentes: um enfermeiro para os homens e uma enfermeira para as mulheres. Ela própria, dormia na enfermaria feminina, para atender os doentes durante a noite.

Na década de 90 do século XX os vicentinos construíram uma enfermaria para este fim, uma vez que aumentou o número de idosos necessitados de cuidados médicos e ambulatoriais. A essa nova ala, inaugurada em 7/12/1996 com capacidade para 80 leitos, foi dado o nome de Enfermaria São José.

A Câmara Municipal de Londrina outorgou a Comenda Ouro Verde ao Asilo São Vicente de Paulo em 08 de maio de 2002, através da Lei 8.711/2002, pelos relevantes serviços prestados. São 100 idosos atendidos no asilo e 80 na enfermaria, somando-se 180 atendimentos.

²⁶⁶ Entrevista realizada em Londrina, 16/04/2002, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

5. 3. O Albergue Noturno

O Albergue Noturno de Londrina foi inaugurado em 1953, como resultado de um processo que durou cinco anos e que envolveu o Legislativo Municipal e a comunidade em geral, tendo se responsabilizado pela construção a Sociedade Espírita de Londrina, cujo pioneiro Raul Faria de Carneiro e sua esposa Olinda Carneiro foram os grandes responsáveis pela direção da Entidade.

Os primeiros passos para a construção do albergue iniciaram-se no final da década de 40. Em 12 de agosto de 1949, o vereador Dr. Aristeu dos Santos Ribas apresentou à Câmara Municipal de Londrina o primeiro Projeto de Lei sob o nº 67, de sua autoria, solicitando doação de um terreno para instalação do “Albergue Noturno”

*À CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA
decretou e eu, PREFEITO MUNICIPAL,
sanciono a seguinte lei:*

Art. 1º - A Prefeitura Municipal de Londrina adquirirá um terreno na área urbana da cidade, localizado adequadamente, para nele ser construído e instalado um serviço de assistência social denominado “Albergue Noturno”.

Art. 2º - Esse terreno será doado a título gratuito, a qualquer instituição de beneficência já existente ou que venha ser formada nesta cidade, para os fins da sua instituição.

Art. 3º - A doação será feita com a cláusula de reversão ao Patrimônio Municipal desde que não lhe seja dada a finalidade do serviço de assistência social.

Art. 4º - Fica aberto um crédito especial até Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) para atender a aquisição do terreno.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Londrina, aos cinco dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e quarenta e nove. Aristeu dos Santos Ribas (Câmara Municipal, projeto de Lei nº 67)²⁶⁷

Na justificativa anexa ao projeto rejeitado pela Câmara, o seu proponente inicia exaltando o desenvolvimento e o progresso da cidade denominada de “Cidade Milagre”, e ao mesmo tempo denuncia a existência de “pedintes perambulando por todos os cantos” demonstrando “a absoluta falta de assistência social”, considerada por ele como uma entre as diversas “lacunas de caráter público comuns a todas as cidades novas e progressistas”.

Considerou ainda que a falta de serviços de assistência social em Londrina estava se tornando um problema cada vez mais grave e premente, exigindo solução.

Considerando ainda que – a melhor forma de se solucionar um dos mais importantes setores de assistência social, qualquer seja o de se criar um Albergue Noturno em condições de atender às exigências decorrentes do movimento cidadão, é indiscutivelmente a de se dar essa incumbência a uma instituição beneficente regularmente organizada, com recursos necessários a manutenção daquele serviço, preservando – se os interesses da Municipalidade no caso de não ser isso feito satisfatoriamente;

Apresenta a consideração desta Câmara Municipal o presente projeto de lei, o qual, no meu modo de ver, atende perfeitamente a todas as facetas características

²⁶⁷ Projeto rejeitado e Arquivado pela Câmara de vereadores em 12/08/1949

dessa complexa questão social, esperando aprovação unânime aprovação dos Nobres Vereadores que tem assento nesta Casa. (Projeto de Lei nº 67)

As razões apresentadas pelo vereador Aristeu demonstram que Londrina enfrentava o mesmo problema das cidades de desenvolvimento acelerado na década de 40 do século XX. Demonstram ainda que seria da competência do poder público municipal controlar o problema das migrações de pessoas pobres decorrente desse processo de desenvolvimento. Por outro lado transfere para uma instituição beneficente a responsabilidade de atender aquela demanda social que estava se tornando incontrolável.

Justificando a necessidade de disponibilizar verba no orçamento municipal, ressaltou o vereador proponente que a Taxa de Assistência Social, prevista na arrecadação municipal, não estava sendo aplicada integralmente para as finalidades a que se destinava. Nesse caso pode-se interpretar que a finalidade a que se referia o vereador consistia em viabilizar a construção de um edifício entregando-o para ser mantido por instituição pertencente à sociedade civil. Isso mostra o pensamento do poder público da época era que as ações assistenciais deviam ser dirigidas por iniciativas particulares.

O projeto foi apreciado pela Comissão de Educação, Recreio, Saúde Pública e Assistência Social que, apesar de reconhecer a necessidade da criação de um albergue noturno na cidade, apresentou

parecer contrário à aprovação alegando como motivo que “A taxa de aplicação social está sendo muito bem aplicada”.

Não obstante a rejeição do Projeto nº 67/49, Aristeu dos Santos Ribas apresentou a Emenda nº 3 ao Projeto de Lei Nº 78 / 49 que tratava da Proposta Orçamentária do município de Londrina para o Exercício de 1950. Na tabela explicativa da referida Emenda nº 3 – Dotação nº 14 , o vereador propõe “a quantia de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) para aquisição de um terreno e construção de um albergue noturno.” Desta vez o parecer contrário foi da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, sob alegação de que não havia se inspirado o prazo de seis meses necessário para a renovação, previsto no art. 155 do Regimento Interno da Casa.

Mas na década de 50 o problema da mendicância tornou - se mais grave²⁶⁸ e passou a incomodar a sociedade londrinense, levando a imprensa e as lideranças a se movimentarem para contornar a situação.

Conforme ata da União Espírita de Londrina, que atualmente tem o nome de Centro Espírita nosso Lar, a primeira medida foi tomada na reunião realizada em 28 de outubro de 1951 com a criação de quatro comissões de trabalho: executiva, técnica, jurídica e de finanças.

Para compor essas comissões foi envolvida toda sociedade londrinense com colaboração dos órgãos públicos, da Maçonaria da Regeneração III^a e do povo em geral através de suas lideranças.

²⁶⁸ Os estudos realizados no Capítulo II, explicam como se deu o empobrecimento da população que migrou para Londrina, no período.

A Comissão Executiva, responsável pela coordenação das demais comissões, foi composta pelo então prefeito municipal Dr. Milton Menezes, o delegado de polícia Bel Ladislau Bowkosky Filho, Dr. Ruy Ferraz de Carvalho, Daniel Gonçalves, Joaquim Evilazio Correia, prof^a. Mercedes Camargo Martins e pelo prof. Newton Guimarães.

A Comissão Técnica, composta pelos senhores Mário José Romagnolli e Miguel Pinto Ribeiro, era incumbida da elaboração do projeto de construção e execução da obra.

A Comissão de Finanças, encarregada de angariar fundos, foi composta pelos senhores Jerônimo Nogueira Figueiredo, Luiz Canezin, Francisco de Paula Silva, Otávio Sta Maria, Oscar Camargo, Edgar França, Ângelo Gomes, José Jardim Fonseca, Vicente Bocutti, Luiz Gonzaga Russi, Manoel Fernandes, Pedro Facci e Claudovino Rodrigues.

A Comissão Jurídica composta por Benedito de Oliveira Moraes e Ludovino Pinto Valada, era encarregada principalmente da elaboração dos Estatutos Sociais.

O terreno de 2.000 m² foi doado por Manoel Lopes Martinez à Federação Espírita do Paraná, em 28 de agosto de 1952 tendo como finalidade a construção do Albergue Noturno.

A imprensa continuava denunciando a mendicância na cidade e a omissão do poder público, após o início das ações da Federação Espírita. O jornal *O Combate* de outubro de 1952 noticiou:

Londrina valhacouto de mendigos, produto lamentável de uma sociedade indiferente – urge uma enérgica medida da autoridade policial

...É tão comum e desagradável a visão em ampla agitação pelas ruas e em pleno dia de criaturas em farrapos a assaltarem com tal insistência o povo, que este na maior parte das vezes se vê obrigado a um regime forçado de tolerância e com paternidade, pronto a qualquer instante a uma rude e inusitada explosão de cólera, digna aliás, desse desabafo pouco humanitário.

Neste magote lamentável contam-se homens sadios, fortes, capazes de todas as atividades físicas que não fazem mais do que, durante o longo período que há luz, recolher óbolos necessários para a noite, provocarem os mais desagradáveis desacetos, estrapolias e escândalos.

Por certo ventilar tal assunto, delicado nos seus variados prismas e matizes, requer um tato especial, para evitar que nos paramentemos com uma austeridade pouco humana e intolerante – uma vez que a regra apresenta inúmeras exceções – no entanto é tão exorbitante a canalhice desses indivíduos de má fé que exploram a piedade alheia, que não se nos depara outra alternativa se não a de gritar – mos a todos os cantos, nossa repulsa e justificada indignação, chamando por uma intervenção enérgica das autoridades responsáveis naturalmente, aquela, sobre quem recai inteiramente o peso desta imperdoável negligência: a polícia.

Como resultado de toda essa movimentação em torno do problema, e sob a liderança do delegado de quem a população local exigia providências, desencadeou-se um processo público que acelerou, enfim na criação da primeira instituição específica para abrigar mendigos, o Albergue Noturno.

O então vereador Mário Romagnolli apresentou à Câmara de Vereadores um novo projeto de lei que solicitava verbas para a construção do albergue. A justificativa do projeto apresentava o problema

da migração para a cidade, somado ao aumento da mendicância, e expunha o fato de que alguns “homens de sentimento altamente cristão” já estavam em campanha para angariar fundos para a construção de tão importante e necessária entidade assistencial

Com vistas voltadas para o progresso de Londrina, cujo crescimento está suplantando todas as expectativas, brasileiros de todos os quadrantes de nossa pátria, aqui aportam em busca de um melhor nível de vida. Ninguém ignora as levas e levas de nordestinos que, acossados pelo rigor das secas inclementes, se despejam em nossa cidade, em estado desolador.

São homens famintos, mulheres esqueléticas e criancinhas raquíticas, que emprestam a Londrina um espetáculo verdadeiramente dantesco. Qual cortejo de fantasmas, ficam perambulando pelas ruas em busca de um recanto onde possam repousar seus corpos alquebrados.

Um grupo de abnegados, condoendo-se desses infelizes, agremiaram-se em comissões e lançaram-se numa tenaz campanha pró – Albergue Noturno, nesta cidade.

O legislativo e o Executivo não poderiam alheiar-se a esta campanha tão meritória. (Projeto de lei nº32/1952-CML)

A construção do Albergue Noturno, dispendendo de modernas instalações, foi a solução encontrada para alojar aqueles que enfeavam a cidade e que embora procurassem, não conseguiam emprego na terra prometida. Mas eram pessoas de bem, que lutavam pela sobrevivência, que migravam para as tão propagandeadas “terras onde se ganha dinheiro fácil”. Porém não tinham qualificação para o trabalho que a cidade oferecia, além de se encontrarem desnutridos, por vezes doentes,

maltrapilhos. Era preciso dar uma solução humana para a sobrevivência desses “filhos de Deus”.

Inaugurado em 1953, com um ano de funcionamento foi publicada uma reportagem na imprensa local²⁶⁹ sobre os trabalhos do Albergue Noturno informando que a média de pernoites mensais foi em número de 600 em 1954, média essa que teve significativo aumento no ano de 1955, quando famílias inteiras passaram a procurar os serviços de hospedagem. A reportagem constatou na visita realizada no local, acompanhada dos senhores José Antônio de Queirós, Augusto Canezin, Nelson Foratini e Luis Monteiro, que os albergados recebem, além do leito que pode ser ocupado pelo período de três a quatro dias, comida e banho. Constatou ainda que o Albergue Noturno extrapolava os seus serviços de caridade conforme as necessidades vivenciadas pelos albergados.

Agora mesmo, duas senhoras, grávidas e sem recursos, aguardam lá, prestando pequenos serviços, espontaneamente, a ocasião da “délivrance”. Aliás conforme informou o Sr Foratini, no Albergue já nasceram 4 crianças; mães e filhos foram assistidos em tudo o que necessitavam. Ficamos sabendo também que a instituição mantém utilíssimo intercâmbio com o Hospital Evangélico: os doentes da primeira são encaminhados para esse estabelecimento, que, em troca, quando suas acomodações estão superlotadas, envia para o Albergue internados que recebem alta e não sabem onde ir. Aliás muita gente tem obtido empregos por intermédio dos bons samaritanos que dirigem o Albergue Noturno, Obra de profundo alcance humanitário a que um punhado de dedicadíssimas criaturas dá o máximo de sua boa

²⁶⁹ Jornal *Folha de Londrina*.v.9, nº1286, 21, out., 1955.p.8

*vontade. Basta dizer que o casal de zeladores dali vive com a modesta parcela de 2 mil cruzeiros mensais!*²⁷⁰

Na época, a reportagem constatou que a manutenção do Albergue Noturno se dava através de subvenção municipal, de 120 mil cruzeiros, estadual, de 136 mil cruzeiros, e federal, de 70 mil cruzeiros. Além das subvenções públicas recebia poucas contribuições em gêneros que atingiam a cifra de 2 mil cruzeiros.

D.a Olinda Marçal Carneiro foi durante 23 anos diretora²⁷¹ do Albergue Noturno “Raul Faria Carneiro”, que recebeu o nome de seu marido falecido.

Em 29 de outubro de 1976, com 59 anos de idade, recebeu o título de “Cidadã Honorária de Londrina”, da Câmara de Vereadores. Na mesma data, em entrevista ao jornal “Folha de Londrina” contou que o Albergue foi a primeira entidade assistencial construída em Londrina.

Lá no Albergue Noturno Olinda Marçal Carneiro já conviveu em épocas diferentes – com o “Diabo Loiro”, o “Carne Seca” e o “Dedinho”, sem saber que eram perigosos marginais.

Dona Olinda Marçal Carneiro se diz um pouco de mãe, de pai, de avó, de médica, de parteira, foi ela responsável pelo parto das 18 crianças que nasceram no albergue: “Tudo nas minhas mãos”. Quinze dessas crianças foram adotadas por famílias da cidade. E ela tem acompanhado

²⁷⁰ Jornal *Folha de Londrina*. V.10, nº1286, 21, out., 1955, p.8.

²⁷¹ Desde a sua inauguração foram diretores do Albergue noturno: Padro Talarico e Luiz Canezin (1951 a 1953), Nelson Foratini e Luiz Canezin (1953 a 1954), Gerônimo Nogueira Figueiredo e Manoel Fernandez (1954 a 1955), Ludovino Valada (1955 a 1956), José Roberto Figueiredo (1956 a 1957), João Salles Coroa (1957 a 1959), Glauco Ferreira Borba (1959 a 1961), Pedro Cândido Romero (1961 a 1972), Wilson Manoel Gonçalves Salvador (1972 a 1976).

– resguardando o nome das pessoas que fizeram as adoções – a vida dessas crianças. Ela ainda cuidou de mais de uma centena de albergados que ali morreram, telefonando para a Polícia, pedindo providências. E fez encaminhamentos de parálíticos, cancerosos, débeis mentais e outros pacientes para hospitais de fora de Londrina. Diabo loiro e carne Seca andavam pela cidade vendendo cera e se hospedando no Albergue até que um dia foram presos e dona Olinda os pode reconhecer numa foto de jornal. Mas no abrigo, tomaram sopa, banho, para depois dormir como qualquer outra pessoa. O único que exigiu um tratamento mais enérgico foi o Dedinho. Achava que a sopa não estava boa, se recusava a tomar banho. Como eu lasquei um esguicho nele, prometeu que acabava com a minha vida. Começou uma bagunça por aqui, mas foi morto pela Polícia lá pelos lados de Umuarama há algum tempo atrás. (CARNEIRO, 1976)²⁷²

Situado à rua Araguaia na Vila Nova, o Albergue²⁷³ se dividia em duas alas a masculina e a feminina. Crianças do sexo masculino, até os doze anos, ficavam na ala feminina com as respectivas mães. Os maiores de doze anos teriam que dormir na ala masculina, mesmo que não estivessem acompanhados dos pais. Possuía ainda um grande refeitório, uma cozinha, sanitários e uma área coberta, com bancos e rádio, para os albergados aguardarem as refeições ou a hora de recolhimento aos dormitórios.

Não havia critérios para admissão; bastava não ter onde se abrigar e qualquer pessoa era acolhida. Poderia permanecer apenas por três dias e três noites na entidade, uma vez que o objetivo era de abrigo temporário

²⁷² Reportagem Jornal *Folha de Londrina*, 29, out., 1976.

²⁷³ A instituição encontra-se ainda em funcionamento, em 2002.

enquanto a pessoa conseguisse passagens para retornar ao seu destino ou à cidade de origem.

O albergue em 1976, segundo informações de Da Olinda, tinha capacidade para 100 pessoas, mas já chegou a acolher cerca de 300 em épocas críticas como em dias de muito frio.

Eram pessoas que chegavam e saíam de Londrina, geralmente à procura de meios para a sobrevivência, ou que chegavam à cidade e permaneciam no albergue até encontrarem um abrigo definitivo.

Havia também os que já não tinham esperança de arrumar emprego ou que já estavam dependentes de bebidas alcoólicas e, então, permaneciam no Albergue Noturno durante o prazo das três noites permitidas e a seguir passavam a se abrigar nas ruas, debaixo de marquises e pontes, mendigando e esmolando para sobreviver.

5. 4. Lar Batista Paranaense

O Lar Batista Paranaense nasceu em 1950, fruto da visão de Juvenal Teixeira, dos missionários Thomas N. Clinkscales e Rosalie D. Clinkscales e de outros cristãos pertencentes à Igreja Batista de Londrina.

Em nove de fevereiro de 1950 foram aprovados os estatutos do Lar Batista Paranaense, na primeira reunião registrada em ata na qual

estiveram presentes Juvenal Teixeira, idealizador do Lar, Jaime Reeburg, pastor Carlos Stroberg, pastor Benedito Serafim, missionária Rosalie D. Clinkscales, Giselde Stroberg e Genny Teixeira Grecco.

No dia 24 de junho de 1951 ocorreu a solenidade de lançamento da pedra fundamental do edifício do Lar Batista Paranaense de Londrina, com a presença da primeira Diretoria do Lar Batista composta de Thomas Clinkscales, Juvenal Teixeira, Rosalie Clinkscales, James Reeberg e de membros da junta executiva também presentes: Eliseu Gonçalves, Elizabeth Fiori, Geni Teixeira Grecco e o pastor João Emílio Henck.

Na ocasião estiveram presentes ainda Mr. Arthur Thomas, Diretor da Cia de Terras Norte do Paraná, Prof. Zaqueu de Melo, Diretor do Instituto Filadélfia de Londrina e o Rev. Jonas Dias Martins, pastor da Igreja Presbiteriana Independente, que representou a Ordem dos Pastores de Londrina.

O Lar foi construído num terreno de aproximadamente 10.000 m² na Rua São Vicente ainda sem calçamento, na época localizada na Vila Casoni. O primeiro nome do Lar foi “Orfanato Juvenal Teixeira” em homenagem ao seu idealizador.

Na fotografia apresentada a seguir pode ser observada a construção inaugurada em 1952.



Fonte: Acervo da Convenção Batista Paranaense.

Os Estatutos Sociais do Lar Batista, no Art. 1º definiam o Lar como *uma entidade com fins caritativos, principalmente para amparar crianças órfãs desamparadas de ambos os sexos, sem distinção de raça, cor ou religião.*

O significado de um “Lar” foi explicado no discurso do pastor Agenor Ribeiro, por ocasião da inauguração solene do Lar Batista que se deu em dezembro de 1952, publicado à página nº5 no “Eco do Norte” jornal interno da Associação das igrejas Batistas do Norte do Paraná como:

Lar, três letras que significam um mundo, mundo de paz, de conforto, de amor e de alegria. Sim, para a criança o lar é o seu mundo. Tudo gira em torno do lar, é o centro de todas as suas atenções.

Mas, aquelas pobres criancinhas que não tem um lar? Pergunta dolorosa! Quantas que neste dia de Natal, andam perambulando pelas ruas da cidade, a contemplar vitrinas, a olhar invejosas outras crianças, mais felizes que ganham seus presentes, ou a catarem as migalhas que sobejaram dos banquetes. Outras menores que ficam atiradas a um canto qualquer enquanto as mães labutam nas cozinhas dos mais afortunados, a fim de garantirem a sua subsistência.

Quanta alegria e quanta tristeza! Quanta fartura e quanta miséria. (RIBEIRO, 1952)²⁷⁴

A idéia de construir um lar para crianças órfãs, nasceu do sentimento cristão de amparar irmãos necessitados, principalmente quando se tratava de crianças desamparadas. Um grupo de pessoas abnegadas comovidas pelas imagens de crianças perambulando pelas ruas da cidade, sem assistência, sem proteção, sem atividades educativas, dispôs-se a uma ação concreta visando acolher e proporcionar amor, carinho e condições de sobrevivência e de desenvolvimento satisfatório para aquelas crianças sem pai nem mãe.

O Lar Batista Paranaense foi construído através de um esforço coletivo da Igreja Batista Paranaense, que contou também com contribuição de pessoas ligadas a outras crenças e religiões movidas pelo convencimento da necessidade daquela obra para o Município.

²⁷⁴ Artigo publicado por Agenor RIBEIRO, *Eco do Norte*, v.3, nº4, 1952, p.5

No dia da inauguração já se encontravam abrigadas 20 crianças no Lar Batista Paranaense. O discurso da solenidade de inauguração foi feito pelo pastor Eliseu Ximenes com a presença do prefeito municipal Milton Menezes e do meritíssimo juiz Dr. Guilherme de Almeida.

Rosalie Duggan Clinkscale, secretária da Associação das Igrejas Batistas do norte do Paraná publicou²⁷⁵ o relatório financeiro da Entidade, comentando que os colaboradores somavam-se 1.651 pessoas, sendo 570 sócios e mais 1.081 ofertantes. Informou que os sócios pertenciam às 42 Igrejas Batistas localizadas nas cidades²⁷⁶ que compunham o campo paranaense. Quanto aos colaboradores ofertantes, a maioria era da cidade de Londrina, mas o Lar foi construído com ofertas vindas de pessoas que nem sequer conheciam a obra. A maior oferta foi de Cr\$ 200.000,00 e a menor foi Cr\$ 1,00.

*O que fizeram 1.651 pessoas
Já pensastes na dificuldade que existiria para uma só
pessoa construir um orfanato? Mas, já notastes como se
tornou fácil quando todos cooperaram?*

O Lar Batista Paranaense nasceu no coração do consagrado servo de Deus, Juvenal Teixeira, mas depois achou apoio em muitos corações tão generosos como o dele. Gostaríamos de destacar a oferta de cada uma das 1.651 pessoas que construíram o tão lindo e atraente edifício do lar, mas os seus nomes foram publicados mês a mês. Todavia queremos mencionar de novo algumas ofertas. O Sr. Juvenal Teixeira já completou Cr\$

²⁷⁵ *Eco do Norte*. V.3, nº 4, jan., 1953. p. 6–10.

²⁷⁶ Londrina, Curitiba, Jacarezinho, Ibiporã, Rolândia, Jaguapitã, Cambe, Içara, Sertanópolis, Primeiro de Maio, Centenário do Sul, Arapongas, Uraí, Maringá, Apucarana, Paranavaí, Mandaguari, Ponta Grossa, Inventora, Iguarassú, Iratí, Ibaté, Jaguariava, Itaquí, Tagassaba, Concórdia, Cornélio Procópio, Marialva, Cog. Bacacherí, Lupionópolis, Joaquim Távora, Siqueira Campos, Vila Independência, e Mandaguari.

200.000,00 para esta obra com a qual ele sonhara; Mr.Arthur H.M. Thomas, nosso amigo e cooperador fiel que tanto nos ajudou na aquisição do terreno e depois angariando ofertas dos amigos, também fez a oferta de Cr\$ 50.000,00 e mais 10.000 tijolos; a sua esposa, Da. Bettye, fez a grande oferta inicial de roupa de cama no valor de Cr\$ 12.000,00; o fazendeiro Dr. Antônio Camargo Correia Ferraz do seu coração generoso nos alegrou com a oferta de Cr\$ 50.000,00; e também a imobiliária Paraná Ltda. Com Cr\$ 50.000,00; Sr. Raymundo Durães com Cr\$ 20.000,00 e mais Cr\$ 30.000,00 prometido; Sr. Lucílio Held com Cr\$ 10.000,00; Sr. Waldomiro Ferreira com Cr\$ 20.000,00; Sr. Raul Mignoni com Cr\$ nossos competentes construtores, a firma Paulo, César e Santos.²⁷⁷

O Lar Batista tinha capacidade para 50 internos de ambos os sexos. As crianças chegavam por indicação das Igrejas da região e através de encaminhamento do juizado de menores da comarca. De acordo com os estatutos sociais a idade máxima para admissão era de 8 anos completos e não precisavam, necessariamente, ser órfãs.

Art. 6º. Serão admitidos como hospedes do Lar Batista Paranaense:

1º) órfão de pai e mãe;

2º) crianças desamparadas;

3º) crianças pensionistas.

- a) A idade máxima para admissão é a de oito anos.*
- b) Desde que sejam admitidas, as crianças poderão permanecer no lar batista Paranaense, por tempo ilimitado.*
- c) A admissão de órfãos só de pai ou mãe, será feita a juízo da Diretoria Geral, sempre por tempo determinado.(Estatutos aprovados na ata da reunião realizada em 09/02/50, fl. 2)*

²⁷⁷ *Eco do Norte*. V.3, nº 4, jan., 1953, p.10.

O primeiro casal responsável pela direção do Lar Batista foi o pastor José Carneiro de Matos e sua esposa Da. Nair Gerhard de Matos, que permaneceram durante nove anos conduzindo os trabalhos, recebendo, cuidando, alimentando, vestindo, educando as crianças e encaminhando ao trabalho, ao casamento, ao retorno familiar, quando era possível.



FONTE: Acervo da Convenção Batista Paranaense.

Na fotografia podem ser observadas as 50 crianças internas no Lar Batista na década de 50. Nos degraus da escadaria, identifica – se o casal Carneiro, responsável pela direção da instituição.

O Lar Batista era mantido com contribuições pessoais das Igrejas Batistas de Londrina e da região norte do Paraná; doações de alimentos, roupa, calçados de pessoas físicas, do comércio e de proprietários de fazendas; e o atendimento médico e hospitalar era gratuito, feito por Dr. Issao Udihara e outros. O Lar Batista recebia ainda donativos de pessoas de outros credos religiosos, evangélicos ou não.

Em dezembro de 1953, o relatório de atividades da Associação das Senhoras de Rotarianos relata a realização do Natal das crianças do Lar Batista.

Uma reportagem da *Folha de Londrina* de 21 de julho de 1954 publica sob o título: “Deixai vir a mim os pequeninos”, informando que o lar acolhia 38 pensionistas e dava-lhes segurança, carinho, ensino e alimentação.

*Fundada em 1952, há presentemente , nesta casa, 38 crianças, meninos e meninas de 6 meses a 10 anos de idade. A par da instrução que ali obtém, aprendendo os mistérios das primeiras letras, vão também se iniciando no trabalho, cuidando de uma variada horta e ajudando na formação do que será em breve um bonito pomar. Isso para os garotos, pois as meninas se dedicam a cuidar de pequenas tarefas de limpeza e aprender costura. ...
...Trinta e oito pequenos existem ali. Façamos, com a nossa parcela de ajuda, que esse número se multiplique, pois incontáveis são as criancinhas por ali afora, à espera de nossa solidariedade, da nossa capacidade humana para não deixa-los crescer subnutridos ou perecer vitimados pelas doenças, que, geralmente, são consequência da miséria impiedosa em que nasceram.²⁷⁸*

²⁷⁸ Folha de Londrina, v.6, nº 929, 21, jul., 1954, p.1.

Em 15 de outubro de 1954, durante as comemorações da Semana da Criança a Escola Normal Secundária promoveu uma festinha com distribuição de doces, refresco e brinquedos, com apresentação de teatrinho infantil e canto, organizada pelas normalistas do 3º ano, sob a orientação da professora de Música Tereza Setúbal²⁷⁹. No final daquele ano a direção do Lar Batista promoveu uma feira de Natal com objetivo de angariar fundos para a manutenção dos órfãos e inauguração de um novo pavimento. A feira²⁸⁰ durou três dias, de 23 a 25 de dezembro e tinha à venda louças, talheres, alumínio, aventais, panos para copa e cozinha, roupas para bebê, crianças e adultos, plantas ornamentais, pinheirinhos de natal, bordados crochê, lenços, brinquedos, discos e livros, assados, (frangos e leitões), doces bolos e salgadinhos, refrigerantes, frutas natalinas, pequenas peças de móveis, quadros e fotografias das crianças do Lar. As prendas foram doadas pelo povo londrinense em geral, a partir da campanha lançada pela direção do Lar Batista.

No ano de 1955 destacaram-se nas reportagens da coluna “Ronda pela cidade” da *Folha de Londrina* duas promoções. Em maio²⁸¹ a campanha de inverno solicitando: flanela, cobertores, capotes, capas, blusas, malhas, lençóis, travesseiros, chinelos, meias, sapatos, para as 38 crianças órfãs internas no Lar 15 meninas e 23 meninos. No mês de

²⁷⁹ O fato foi noticiado pelo jornal Folha de Londrina (ANO VI,nº 999.p.1)

²⁸⁰ Reportagem do jornal Folha de Londrina. ANO XV. Nº 1046, de 15 de dezembro de 1954.p.1.

²⁸¹ Jornal folha de Londrina, ANO IX. Nº 1154 de 5/05/1955. p.8.

junho, foi realizado um recital²⁸² de piano e violino, a cargo da jovem pianista Mariazinha Almeida, aluna de Lídia Marques da Costa Branco e do violinista João batista, no auditório da Rádio Londrina

Em outubro de 1962, foram doados “pijaminhas de flanela e calcinha” pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância²⁸³.

No “Boletim Encantado” editado pela Associação das Senhoras de Rotarianos um grupo de senhoras narra uma visita ao Lar Batista, realizada em 26 de novembro de 1968.

Visitamos o local mas não encontramos o lar que sempre achamos devesse ser, mas o lar simples, dirigido por um casal, que procurava dar aqueles meninos uma boa orientação, não só para a vida em sociedade, mas também para a vida religiosa. Como nos informou o Pastor nem todas as crianças são órfãs, algumas têm pai e mãe. Outras são como um menino que muito nos impressionou: já conta 3 anos, não sabe falar, aprendeu a andar agora e apresenta aspecto de uma criança de um ano e meio, não possui documentação nenhuma pois sua mãe foi atropelada e veio a falecer.

Distribuímos biscoitos a todos, cabendo um pacote a cada criança. Apesar de um presente simples notou-se a alegria com que o receberam e correram a chamar os outros. Alguns que tinham entrado para tomar banho saíram molhados, segurando as calcinhas e correndo para receber seu pacote de biscoitos.

Entregamos 51 calcinhas à senhora encarregada da direção, que muito agradeceu, pois que os meninos necessitam de muita roupa.

A minha impressão particular é que todos deveriam comparecer a estas visitas, pois que muito nos ensinam. Comentando com Helenice Rosa Neto, ainda concluímos: Tanto zelo pelos nossos filhos, tantos presentes e, às vezes, não conseguimos ver nos seus rostinhos aquele sorriso de alegria tão puro, tão sincero como notamos

²⁸² Jornal folha de londrina, ANO IX. Nº 1190 de 19/06/1955. p.10.

²⁸³ APMI – Livro de Atas. 05/10/1962

naqueles, ao receberem um pequeno presente. Devemos pois agradecer a Deus por nos ter dado tanto e ainda a chance de poder ajudar. (WALTER, 1968)²⁸⁴

A sociedade se encarregava de “ajudar” aqueles que precisavam, conforme demonstra o relato, mas esse trabalho de caridade não tinha o condão de provocar modificações na situação da pobreza, apesar de amenizá-la de forma esporádica, com os recursos que sobravam àqueles que tinham em abundância.

Um ano depois, em 28 de novembro de 1969, outro grupo de senhoras de rotarianos foi escalado para visitar o Lar Batista, desta vez representado por Da. Hercília Vezozzo que registrou terem sido muito bem recebidas e saudadas com um hino cantado pelas crianças. Na ocasião o Lar abrigava 60 crianças, sendo 54 meninos e 6 meninas

Fizemos a entrega de 104 metros de pano mescla para a confecção de roupas para as crianças e servimos lanche com balas, bolo, bolachas e biscoitos

Notamos ao estabelecimento, mais limpeza, organização, disciplina, ordem e portanto maior rendimento escolar.

Voltamos inteiramente felizes por haver proporcionado alguns instantes de alegria as crianças e havermos cumprido o preceito de dar alguma coisa a alguém em alguma parte. (VEZOZZO, 1969)²⁸⁵

Também outras entidades assistenciais socorriam o Lar Batista. A direção do Lar recebia agradecida as ajudas , mas não contava com doações regulares.

²⁸⁴ Relatório de visita elaborado por Déa Walter. *Boletim Encantado*. ASRL, 1968, p.8-9

²⁸⁵ Relatório de visita. Hercília Vezozzo. *Boletim Encantado*, ASRL.,1969, p.10

O encerramento das atividades do Lar Batista Paranaense em Londrina se deu no ano de 1966, quando as atividades do Lar foram transferidas para Curitiba a cargo da Convenção Batista Paranaense²⁸⁶, sendo construída, em uma parte do terreno, a Igreja Batista dos Palmares. A outra parte foi vendida²⁸⁷.

5. 5. A Casa da Criança

Por informação de D.a Nina Bonifácio²⁸⁸, quando era prefeito o Sr Hugo Cabral (dez de 1947 a out de 1951), sua esposa, Da Sandra, dizia às senhoras voluntárias da sociedade londrinense que tinha um grande sonho: *a construção de uma creche pública para atender o grande número de crianças carentes do Município.*

Da. Nina explicou que fez parte da primeira Comissão formada por Da. Sandra Cabral, responsável pela construção da Casa da Criança.

No ano de 1950 foi doada à Campanha da Criança a quantia de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) pela família Junqueira e foi apresentado à Câmara de Vereadores o Projeto nº 91/50 que destinava a

²⁸⁶ A Convenção Batista Paranaense passou a desenvolver várias atividades assistenciais em outras cidades do Paraná.

²⁸⁷ Atualmente no local, Rua São Vicente entre os números 564 a 618, encontra-se construído o conjunto de apartamentos Plaza de Las Torres.

²⁸⁸ Entrevista realizada em 14/01/2001, concedida a Jolinda de Moraes Alves.

quantia arrecadada na Campanha à construção de uma maternidade e creche. Existia a proposta de construção do Posto de Puericultura já com planta elaborada. O projeto foi apresentado e discutido em primeira instância na sessão realizada em 8 de maio de 1950. Na sessão seguinte realizada em 9/05, foi encaminhado à Câmara Municipal um Ofício da Irmandade da Santa Casa solicitando que o dinheiro arrecadado na Campanha da Criança fosse destinado àquela instituição para construção de um pavilhão especial para atendimento de crianças.

Na sessão da Câmara realizada em 12 de maio de 1950 foi apreciado o parecer favorável da Comissão de Educação, Recreio, Saúde Pública e Assistência Social à destinação da verba arrecadada pela Campanha da Criança para a Irmandade da Santa Casa. Houve divergências por parte dos vereadores que defendiam a destinação da verba à construção da Casa da Criança. Após a leitura do parecer favorável ao Ofício da Santa Casa, pelo Vereador Dr. Adolfo Barbosa Góes ocorreu uma calorosa discussão entre os vereadores²⁸⁹.

Não questionando os méritos da assistência prestada pela Santa Casa de Londrina, que recebeu a verba da Campanha da Criança em 1950, o debate entre os vereadores demonstrou, pela primeira vez, as preocupações com a construção da Casa da Criança, o primeiro equipamento público destinado especificamente à maternidade e à

²⁸⁹ Ata da Sessão da CML. ,12/05/1950.

infância do Município. Demonstrou ainda a preocupação do poder público com a criança pobre do Município.

A obra foi levada a efeito por iniciativa da prefeitura municipal na gestão do prefeito Hugo Cabral que, após a doação do terreno, contou com o envolvimento da sociedade londrinense²⁹⁰.

Em matéria publicada pelo Projeto IPAC²⁹¹ da Universidade Estadual de Londrina o edifício²⁹² foi um dos primeiros construídos em estilo moderno na década de 50 do século XX.

Projetado pelos arquitetos João Batista Vilanova Artigas e Carlos Castaldi, o projeto seguia os critérios de formulações racionalistas, bem próximas aos critérios europeus da época, inspirados pelo arquiteto suíço radicado na França, Lê Corbusier, que preconizava uma nova ordem arquitetônica construtiva²⁹³.

O Posto de Puericultura²⁹⁴ tinha as seguintes dependências: lavanderia e almoxarifado, no subsolo; refeitório, cozinha, engarrafamento, lavagem, diretoria e secretaria, cabine telefônica, sala de espera e instalações sanitárias, no andar térreo; no primeiro

²⁹⁰ Na entrevista realizada com D.a Nina Bonifácio, ela relata que juntamente com suas companheiras da Associação das Senhoras de Rotarianos, participaram através de campanhas e até de uma passeata pelas ruas da cidade, quando arrecadaram a quantia necessária para colocar a obra em funcionamento.

²⁹¹ ,Jornal *Folha de Londrina* , 04, mar., 1990, p.18

²⁹² Trata-se do edifício onde, atualmente funciona a Secretaria Municipal de Cultura, localizado na Praça 1º de Maio nº110, em frente à Concha Acústica, que antes disso sediou a Biblioteca Pública Municipal, transferência para o antigo prédio do Fórum.

²⁹³ Segundo a reportagem, esta técnica permite uma intensidade de expressões plásticas aos edifícios, até então desconhecidas tais como: estrutura independente de vedações, planta livre, pilotis, panos de vidro, jogo de rampas, terraços, jardins, *brise soleil*.

²⁹⁴ Reportagem do Jornal *Folha de Londrina*. ANO VI. Nº 1035 de 30 de Novembro de 1954, p. 1- 8.

pavimento: auditório com capacidade para 50 pessoas, terraço, duas salas para consulta, gabinete dentário, otorrinolaringologia, Raio X e instalações sanitárias; no segundo pavimento: consultório pré-natal, berçário, rouparia, isolamento com duas salas e instalações sanitárias; no terraço, além de instalações sanitárias, havia uma parte coberta e um solário, onde as crianças poderiam tomar banho de sol.



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Histórico de Londrina

A fotografia mostra o edifício da Casa da Criança em 1954.

Foi considerada uma obra que, além de atender a uma parcela de crianças inegavelmente necessitada de amparo e assistência, teria como objetivo combater a mortalidade infantil, tema da Campanha Nacional da Criança daquele ano, resultado dos altos índices de mortalidade infantil enfrentados no Brasil. Por isso mesmo, a inauguração constituiu um dos

mais importantes acontecimentos da vida da cidade, nos últimos tempos, contribuindo, inclusive, para a classificação de Londrina entre os 5 municípios de maior progresso administrativo do País, no concurso promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal e pelo periódico “O Cruzeiro”²⁹⁵.

O jornal *Folha de Londrina*²⁹⁶ publicou: *Destinado ao amparo e proteção da criança e da mulher gestante, a “Casa da Criança”, notável empreendimento da municipalidade a ser inaugurado hoje – dispõe de uma área útil de 1320 metros quadrados com dependências e instalações das mais modernas. Trata-se, verdadeiramente, de uma notável instituição social.*

Em 19 de julho de 1955 foi criado o Conselho de Finanças, numa reunião especialmente convocada para este fim pelo prefeito municipal, da qual participaram os membros da LBA, o Médico Nilo Bacelar e os demais responsáveis pela Casa da Criança. Conforme noticiado na *Folha de Londrina*²⁹⁷ naquela reunião o Prefeito divulgou a data do início do funcionamento daquela entidade assistencial para o próximo dia 14 de Agosto de 1955. Comunicou ainda sobre a verba recebida do Governo do Estado, de 20 mil cruzeiros e a subvenção mensal da prefeitura de 60 mil cruzeiros, verbas estas que deveriam cobrir as despesas com pessoal, equipamentos e funcionamento da entidade as quais passariam a ser controladas pelo Conselho Empossado, que ficou assim constituído:

²⁹⁵ Jornal Folha de Londrina. ANO IX. N 1239. de 20 /08/1955.p.1.

²⁹⁶ Folha de Londrina, v.6, nº 1043, 10, dez.,1954

²⁹⁷ Folha de Londrina, v. 9, IX, nº 1214, 1955, p.1.

presidente, Arnaldo Bulle; vice-presidentes, Mário Fuganti, José Garcia Villar e Aristides de Souza Melo; secretário, Álvaro Godoy; e tesoureiro, Antônio Fernandes Sobrinho.

Ao ato inaugural da Casa da Criança no dia 10 de agosto de 1954 compareceram: a esposa do governador Bento Munhoz da Rocha, Sra Flora de Camargo Munhoz, na ocasião representando igualmente o representante estadual da LBA – Legião Brasileira de Assistência; o Secretário de Saúde prof. Joaquim de Matos Barreto; o prefeito municipal, Milton Menezes; os juizes Hercules de Macedo Rocha, Teobaldo Cioci Navolar e Ismael Dorneles de Freitas; o secretário da prefeitura, Sr Adriano José Valeste; o vigário da paróquia, padre Alberto; o brigadeiro Jussaro Fausto, da 4ª zona aérea; o médico Nilo Bacelar, Diretor-clínico do estabelecimento e quase todos os membros da LBA, seção de Londrina. Os discursos²⁹⁸, que culminaram com um coquetel, couberam ao Diretor – clínico, sobre o alcance da obra, a uma enfermeira que leu o “Decálogo das enfermeiras”, a representante da LBA, sra Antonia Teixeira de Paula que exaltou a presença de ali estavam gente da ciência e do coração, para proporcionar á criança não só o remédio, mas o conforto moral e o ensino e por ultimo D. Maria Cornélia Rezende, analisando os diversos aspectos do Serviço Social.

No seu discurso o prefeito Milton Menezes referiu-se à elevada finalidade da instituição, lembrando que o trabalho se iniciou no governo

²⁹⁸ Jornal Folha de londrina. ANO IX. Nº 1237, de 18/08/1955.p.1.

de Hugo Cabral. Ao entregar a direção dos trabalhos à Legião Brasileira de Assistência – Secção de Londrina, a sua representante Sra Antonia Teixeira Paulo, passou-lhe a palavra.

É com a maior satisfação que a cidade recebe, em data tão significativa, esta Casa destinada à Criança de Londrina...

...Aqui, as gerações que ainda estão no berço, ou dele mal saídas, encontrarão amparo e assistência que melhormente as prepararão para suportar o desgaste que as dificuldades do tempo que atravessamos lhes imporão....

...Esta Casa da Criança...representa, por outro lado, o quanto pode realizar o município, no terreno da assistência social, desde que lhe garantam as leis do país uma renda que corresponda às realidades nacionais e que dela bom uso façam os administradores que o povo colocar à frente da sua comuna.

Especialmente neste empreendimento se ajuntaram o esforço, a constância, o empenho dos poderes públicos municipais, representados pelo exmo sr. Prefeito e pela Câmara de Vereadores, aquele dedicando sua atenção e seus cuidados para que chegasse a bom termo, esta o apoiando e pondo à sua disposição os meios de que necessitava, tudo isso somado à colaboração direta do povo que, em memorável campanha, contribuiu generosamente para que este dia se realizasse.

...Entendemos que deve haver por parte da mulher brasileira, neste instante de tantas preocupações, uma compreensão muito nítida de que a sede de caridade de que padece o mundo pode e deve se desalterar em nossas mãos. E interpretando os sentimentos das senhoras da legião Brasileira de Assistência de Londrina, coloco os nossos préstimos à disposição dos necessitados que a essas portas vierem bater, ao tempo em que os oferecemos àqueles sob cuja responsabilidade elas forem guardadas. (PAULO, 1954)²⁹⁹

²⁹⁹ Discurso proferido por Antonia T. Paulo, publicado no Jornal *Folha de Londrina*. V.6, nº 1044, 12, dez., 1954, p.1-10.

A Casa da Criança iniciou os atendimentos em agosto de 1956. O Diretor Nilo Bacelar informou à imprensa³⁰⁰ que já haviam sido matriculadas 640 crianças; que os primeiros serviços a funcionar foram os de Pediatria, já tendo sido realizadas 260 consultas e aviadas 45 receitas médicas, e o serviço de Assistência Social, havia distribuído enxovais para recém-nascidos, auxílios em dinheiro e internado doentinhos nos hospitais para cirurgias e tratamentos especializados. Informou ainda, que dentro de poucos dias passariam igualmente a funcionar os serviços de pré-natal, odontologia e puericultura. A escola maternal³⁰¹ começou a funcionar em 15 de setembro, uma espécie de creche, destinada a acolher filhos pequenos de mães que precisam trabalhar fora e que ali ficarão entregues aos cuidados de pessoal habilitado para assisti-las moral e materialmente

Em final do mês de agosto, logo após o início das atividades, a presidente da seção da LBA de Londrina, Sra Antônia Teixeira de Paulo e a primeira dama do município, Sra. Terezinha Fernandes, lançaram a Campanha do “Sócio da Casa da Criança”³⁰², para ajudar na manutenção da mesma, anunciando alguns nomes que já compunham a lista de sócios, entre eles o Sr Herman de Moraes Barros, diretor da CTNP, e várias das próprias legionárias como Maria Mello, Casuê Udihara, Maria Cecília Vicentini e Antônia Teixeira Paulo.

A tabela a seguir registra os primeiros atendimentos da instituição.

³⁰⁰ Folha de Londrina, v.9, nº 1244, 26, ago.1955,p.10

³⁰¹ Folha de londrina, Ronda pela cidade. ANO IX.,Nº 1259, de 15 de set de 1955. p.10

³⁰² Jornal Folha de londrina. ANO IX. N 1248. de 31 /08/1955.p.10

Tabela 9 - atendimentos realizados na Casa da Criança 1955/1956:

Serviço prestado	Setembro de 1955	Janeiro de 1956	Março de 1956	Maio de 1956
Serviço de Pré – Natal				
Consultas	07	30	36	96
Revisões	08	77	64	76
Serviço de Pediatria				
Consultas	250	741	653	
Revisões	30	22	7	
Injeções	65	70	70	
Curativos	31	57	46	
Serviço de Puericultura (creche e escola maternal)				
Consultas	43	27	36	14
Revisões	1290	1.272	1.187	28
Total de receitas	190	649	582	93
Creche	13	15 crianças	15 crianças	15 +07 novos
Escola maternal	30	35 crianças	34	34 +27 novos
Serviço Odontológico				
Consultas	100	08	12	07
Revisões	12	102	120	82
Exames realizados:				
Laboratório	14	42	31	04
Radiológico		08	02	
Otorino-laringologia	05	41	22	
Outros Serviços e distribuições:				
Mamadeiras distribuídas	64	296	747	875
Refeições fornecidas	238	2.625	2.350	1.949
Lanches	600	2.319	2.225	2.046
Roupas e enxovais	22	09	14	26
Latas de leite	30	44	03	577
Internamentos	10	8	07	
Encaminhamento para cirurgia		03	01	
Remédios/dinheiro		106	83/Cr\$11.172,50	
Atestado de óbito		01	06	
Ortopedia		03	02	
Imunizações BCG		125	111	
Hidratação		15	07	
Empregos	12		01	

FONTE: Registros nos boletins estatísticos mensais da Casa da Criança.

O quadro permite estabelecer uma análise comparativa no primeiro ano de funcionamento da Casa da Criança, registrando os atendimentos relativos aos meses de setembro de 1955³⁰³, janeiro de 1956³⁰⁴, março de 1956³⁰⁵ e maio de 1956³⁰⁶.

Nos primeiros meses ficava evidente a sua função higienista, prestando serviços de atendimento à saúde da criança e da mãe, consultas, exames, internações. Com o decorrer dos meses, a entidade tomou um perfil de creche e maternal, deixando de prestar serviços ligados à área da saúde (como atendimento de pediatria, exames especializados, entrega de medicamentos, vacinações, hidratações e internamentos) para incrementar as atividades de cunho assistencial como creche, maternal, de entrega de roupas, alimentação, latas de leite, mamadeiras.

Ocorre que à medida em que esses serviços foram sendo oferecidos, o Município não disponibilizava recursos suficientes para atendimento de toda a demanda que aumentava mensalmente. Tanto a diretoria clínica da Casa da Criança, quanto a mantenedora, comissão municipal da LBA, iniciaram uma discussão sobre as condições objetivas de funcionamento da Casa da Criança como um posto de puericultura e surgiu a idéia da construção de um Hospital Infantil para a cidade.

³⁰³ Jornal Folha de Londrina. ANO IX. Nº1284 de 19/10/1955.p.8

³⁰⁴ Jornal Folha de Londrina, ANO X.Nº 1366, de 12/02/1956.p.10

³⁰⁵ Jornal Folha de Londrina, ANO X.Nº 1405, de 04/04/1956.p.10

³⁰⁶ Jornal Folha de Londrina, ANO X.Nº 1450, de 13/06/1956.p.6

Em reunião realizada em 8 de março de 1956, pela primeira vez foi exposta a situação deficitária em que se encontrava a Casa da Criança. Estiveram presentes à Reunião³⁰⁷, convocada pela presidente da Secção Municipal da LBA, o prefeito municipal, Antonio Fernandes Sobrinho, o presidente da Câmara de Vereadores, Oswaldo Palhares, o diretor da Casa da Criança, Dr Nilo Bacellar, o promotor público da Comarca, Dr Paulo Idelfonso D´ Assunção, Dr. Antônio Elias Campanelli, membro do corpo de médicos que colaboram com a clínica da Casa da Criança e o diretor da *Folha de Londrina*, João Milanez. A primeira decisão tomada, por decisão unânime dos presentes, foi a imediata transferência do ambulatório para as dependências da Santa Casa de Londrina, cedidas através de entendimentos realizados com o seu Provedor.

A partir de 1960 a manutenção da Casa da Criança foi entregue a APMI – Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, entidade fundada em Londrina a partir da visita de Humberto Balarini³⁰⁸, Superintendente do Instituto Nacional de Puericultura, em 1955, a Londrina para lançamento do primeiro projeto de Estatutos da APMI, cuja presidência caberia à primeira dama do Município.

³⁰⁷ Jornal Folha de Londrina. ANO X.Nº 1386 de 09/03/1956.p.10

³⁰⁸ O Jornal Folha de Londrina publicou na edição de nº 1169, v.9, de 25 de maio de 1955, reportagem completa da visita bem como o conteúdo da palestra e das sugestões de manutenção da Casa da Criança pelo Superintendente do Instituto Nacional de Puericultura, ao médico pediatra Nilo Bacellar, Diretor geral da Casa da Criança de Londrina..

O Livro de Atas da APMI faz referência à Casa da Criança a partir da primeira reunião realizada no salão nobre da entidade, no dia 29 de novembro de 1960³⁰⁹.

Segundo COUTINHO (1959, p.54-55), no período compreendido entre 1956 e 1958, a Casa da Criança matriculou em média 200 crianças no lactário e atendeu em média 73 crianças filhas de mães trabalhadoras, prestando a elas assistência médica, farmacêutica e nutricional. Nesse período, o médico responsável era o Dr. Paulo Rodrigues que além de prestar assistência médica, ministrava as vacinas Salk, Tríplice e BCG, assim que as crianças eram matriculadas.

A Casa da Criança fornecia 500 gramas de leite em pó para as crianças em idade de lactação e, por doação da Associação das Senhoras de Rotarianos, eram distribuídos trinta enxovais por mês às mães pobres com bebês recém-nascidos, cujo serviço pré-natal, que incluía exames e remédios gratuitos, era dirigido pela Dr^a. Nilsa Nunes Conceição, com a colaboração da enfermeira chefe Sra Adail Teixeira de Melo. O gabinete dentário a cargo da Dr^a Severina Alho, atendia gratuitamente a todas as crianças pobres da cidade.

³⁰⁹ “Presente toda a diretoria recentemente empossada, o Exmo Sr. Dr. Paulo Rodrigues, Diretor Clínico da casa da Criança, D. Severina Colabilli Lopes Coelho, odontóloga, D. Adail Teixeira Mello enfermeira chefe, Maria Inêz Fernandes secretária e as professoras do estabelecimento: Lourdes Almeida, Irene Rennosto, Ivone Cursi Chichôrro – Gominsa Seixas Lemos e Rejane Teixeira Cabral.” (Livro de Atas da APMI – página 5, linhas 15 a 24). Pelo Serviço pré – Natal também foram responsáveis as médicas : Dr^a Nilsa Nunes Conceição e Dr^a. Maria José Queirós.

Já foram vacinadas contra a paralisia infantil, 403 crianças residentes na região (...) O movimento no ano de 1958, foi o seguinte: Exames pré – natal, 295; revisão, 1.361; exames de puericultura, 266; revisão, 11.493; exames odontológicos, 69; revisão, 3.172; consultas pré – natal, 1.361; receitas aviadas, 1.361; comparecimentos na creche, 4.860; comparecimento maternal, 10.655; distribuição de mamadeiras, 16.440; refeições, 31.503; lanches, 31.773; latas de leite, 10.463; enxovais, 360; exames de laboratório, 224. (COUTINHO, 1959, p. 54-55)

Todo este trabalho prestado a uma grande parte da população mais necessitada do Município tinha um custo muito alto. Em 1960, a Casa da Criança passou a evidenciar dificuldades financeiras. Na Ata da reunião realizada em 29 de novembro de 1960, Da. Salete aponta à diretoria, vários “problemas” para estudo e solução, entre os quais o *alojamento provisório das Crianças Excepcionais que impede a reabertura do Departamento de pediatria, Banco der Sangue e Distribuição de leite; a necessidade de reparos no prédio como reformas de calhas, canos e pintura geral e as dificuldades de verbas para a manutenção dos serviços prestados.*

A manutenção da Casa se dava através da realização de feiras, das verbas repassadas pela Prefeitura e pelo Governo do Estado e da taxa de inscrição das crianças. Era cobrada uma taxa de cem cruzeiros por criança inscrita e cento e cinquenta cruzeiros cobrados da mãe que inscrevesse dois filhos. As associadas da APMI que possuíam sítios ou fazendas, doavam gêneros alimentícios.

Ainda naquela reunião a presidente sugeriu que fosse aumentada a taxa cobrada pelo *Pré – natal*, argumentando “ *Não há possibilidade de uma reação negativa por parte das gestantes, pois a Secretária, ao fichar cada gestante no Depto. Pré – Natal, realiza uma verdadeira sindicância, anotando a profissão, honorários do marido, etc, etc. E os honorários também subiram! Apenas a Casa da Criança continua com a mesma verba, não obstante o encarecimento geral. Daí a necessidade urgente de melhorar o financiamento da manutenção desse estabelecimento.* (APMI, Livro Ata, 1960, fl. 5 e 6)

Em relação à reabertura do Departamento de Desidratação, Banco de Sangue, Ambulatório e Lactário foi realizada reunião em 16 de março de 1961, com a presença do presidente da Associação Médica de Londrina, Dr. Alcides Camapnelli, do Dr. Adolpho Góes e do Dr. Nilo Bacelar, médicos que assumiram a responsabilidade de estudar a melhor forma de encaminhar as necessidades de reestruturar o atendimento à saúde das crianças pobres, pela Casa da Criança. Ainda no mês de março do corrente ano foi aberto o Lactário, considerado de maior importância no momento pelo médico Dr Paulo Rodrigues, então Diretor Clínico.

A partir de março de 1962 a APMI inicia o processo de fundação do Clube de Mães da Casa da Criança atendendo diretrizes do Governo Federal, através da LBA e do Departamento Estadual da Criança, no

âmbito estadual. O Clube de Mães visava orientar e educar as mães pobres, confeccionar enxovais de bebês, .

*Um novo tipo de atendimento surge a partir de 1962, quando é criado o Clube de Mães, dirigido pela Sra. Eurídice Toledo, que atuava através da promoção de cursos e atendimento a situações problemas colocadas pelas mães efetivas do clube. Segundo ela “a reeducação de adultos era um programa que contava com a participação de 25 a 30 mães, com aulas teóricas e práticas”. As aulas eram voltadas à educação moral, sexual e de religião (sem discriminação de credo) e também práticas, de corte e costura, artesanato, com a confecção de enxovais pelas gestantes.*³¹⁰

Em julho de 1962, a ata da reunião realizada no dia 20 de julho, apresenta as dificuldades financeiras e a *situação penosa em que se encontra a Diretoria da Casa da Criança em virtude da falta de verbas*. Na mesma reunião a presidente D.a Salete pediu sugestões às senhoras presentes para angariar fundos pró Casa da Criança. Optaram pela realização de *uma quermesse com barracas de pescaria, bingo, quentão, café, churrasco e, como novidade, a dança em tablado ao ar livre, funcionando aos sábados, domingos e quintas-feiras, experimentalmente*.

Decorrido mais um ano de trabalho, em 03 de setembro de 1963, a pauta da reunião da APMI era a *situação deficitária calamitosa*.

³¹⁰ Jornal *Folha de Londrina*, 04, mar., 1990, p.18

No ano de 1964, na gestão de Da Adelina Castaldi Novaes, em reunião realizada em 10 de março foi registrado em ata³¹¹ o relatório das principais atividades e serviços realizados na Casa da Criança, bem como os recursos financeiros de manutenção e os critérios de seleção para o atendimento.

Notam-se mencionados na referida ata da reunião realizada em 10 de março de 1964, os repasses de recursos das três esferas de governo: federal, através da LBA, estadual, através do Departamento Estadual da Criança e municipal, através da Prefeitura Municipal de Londrina.

Também o controle social passa a ser realizado pela Instituição, no sentido de introduzir uma política de prestação de serviços com critérios de seleção, atendimento e desligamento, a partir de princípios econômicos. Definem-se critérios para a valorização do serviço institucional, cada vez de mais de difícil manutenção e considerado insuficiente diante da demanda; definem-se critérios também para o preenchimento das vagas ociosas, imediatamente após a sua comprovação.

Ainda na sua gestão, a presidente Da Adelina propôs a instalação de uma oficina de costura para confecção de peças de vestuário a serem vendidas para a manutenção da Casa da Criança

Já no final da administração de Da Adelina, desenvolveram-se as idéias de descentralização do atendimento à criança no município de

³¹¹ Livro de Atas da APMI.,10/03/1964, p.29.

Londrina. Na reunião realizada em 26 de abril de 1966, ela mesma sugeriu a venda do prédio onde estava instalada a Casa da Criança para construir duas creches em dois bairros periféricos, de preferência nos mais pobres e mais populosos, idéia que não foi aceita, na ocasião, pelas associadas presentes.

Foi na gestão do prefeito Dalton Paranaguá, quando a APMI era presidida por sua esposa Da Sidrônia, que ocorreu o fechamento da Casa da Criança, sendo as crianças transferidas para as duas creches existentes na cidade: a Creche Nossa Senhora de Fátima recém-construída na Vila Casoni e a Creche Santa Rita, na Vila Siam.

Usando a palavra o Exmo Sr Prefeito Municipal falou às Senhoras presentes sobre os serviços que a Casa da Criança vem prestando à Comunidade durante quase quinze anos, mas que há necessidade de reformas no setor assistencial do Município. Expôs em linhas gerais o “Plano Assistencial de Integração Social” PAES – a respeito da assistência à Maternidade e à Infância elaborado pela administração do atual governador; visando um maior entrosamento entre o Município, Estado e União. Teceu considerações sobre o prédio e instalações da Casa da Criança, dizendo que não são apropriadas para os fins a que se destinam, explicando a reconhecida necessidade de maior liberdade para o desenvolvimento normal da criança. Disse a seguir que pretende aproveitar o Plano de Integração Social do atual governo do Estado, e em convênio com a Fundação “Saza Latez” de Curitiba, visando promover o funcionamento de núcleos assistenciais para a orientação das mães nos cuidados básicos com a criança, acentuando que o grande índice de mortalidade infantil se verifica na periferia da cidade. Expôs que é conveniente às mães, vindo trabalhar no centro da cidade, que deixem seus filhos nos bairros de onde vem, pois o atendimento à criança é preconizado no seu próprio ambiente ...

... A seguir o Sr. Prefeito falou da necessidade de explicar claramente o objetivo da mudança da Casa da Criança, que não se trata de acabar com o serviço e sim descentralizar. Falou dos estudos anteriores e dos contatos mantidos com o Bispo Diocesano, Irmãos de Caridade da Vila Casoni e Senhoras de Rotarianos, no sentido de transferir as Crianças da casa da criança para a creche N^a Sra. De Fátima e Creche Santa Rita, e da intenção de se construir outras creches. Explicou que os recursos destinados à Casa da Criança, seriam encaminhados as instituições similares existentes e às outras a serem construídas nos diversos bairros da cidade, de acordo com um plano urbanístico elaborado pela prefeitura Municipal, atendendo as necessidades da população. Disse ainda que não há uma destinação específica para o prédio onde funciona atualmente a Casa da Criança.(APMI, livro de atas, fl.41–43)³¹²

As justificativas para o encerramento das atividades da Casa da Criança assentaram-se, portanto, em duas premissas básicas: o direito ao desenvolvimento integral da criança que precede o direito de trabalho da mãe e a descentralização da administração pública que deve atender os problemas sociais e de saúde nos locais de moradia da população carente, que vive nas periferias evitando o deslocamento dos usuários até o centro da cidade.

Dessa forma o critério³¹³ de localização da creche era a proximidade da residência dos usuários e não o local de trabalho das mães. Tais justificativas, no entanto, apesar de terem seus fundamentos

³¹² APMI, reunião realizada em 07/02/1969, Livro de ata, fl.41–43.

³¹³ Permaneceu a idéia de que as creches deviam estar nos bairros, em locais que oferecessem mais espaço ao desenvolvimento da criança como, por exemplo, pátios ensolarados e parque infantil para que elas pudessem brincar livremente. Considera-se que tal iniciativa levou o atendimento assistencial à criança para as creches, separando-o do atendimento à saúde da gestante e do recém-nascido, que passou a ser oferecido em núcleos assistenciais descentralizados.

administrativos, não foram aceitas passivamente pelas senhoras componentes da APMI.

Pedindo a palavra a Senhora Lilá Rabelo expôs as dificuldades que vê na construção de outras creches, por falta de recursos econômicos e ainda o tempo que se levará para isto, mas vê a possibilidade para isto através de convênios realizados para este fim. A seguir a Senhora Guiomar Moreira expôs que a Casa da Criança veio sanar um grande problema da época em que foi construída, pois ela que ocupou o cargo de oficial de gabinete do então prefeito, Exmo Sr. Dr. Hugo Cabral, acumulava todas as funções de Assistência Social do Município, que daí para frente passaram a ser atendidas pela Casa da Criança. Pedindo a palavra a Sra. Maria de Souza Mello lembrou os esforços feitos naquela época para a Construção da Casa da Criança. A Sra. Lamy Alves Pereira, como, porta voz das mães das crianças desta Instituição perguntou quando será fechada a Casa da Criança, ao que o Sr. Prefeito respondeu ainda não ter data certa, pois os estudos necessários para isto não foram concluídos. Falou-se ainda do problema da locomoção das mães e das crianças para as creches fora do centro, o que lhes acarretará maiores despesas, problema este que o Exmo. Prefeito disse ser estudado junto á empresa de ônibus. Agradecendo a Presença de todas as Senhoras o Sr. Prefeito colocou-se á disposição para ajudar em tudo que for possível no setor da assistencial. ” (APMI, Livro de Atas fl. 43.)³¹⁴

Pelas manifestações expressas na ocasião, pode-se perceber que existia certa resistência das senhoras componentes da APMI às mudanças pretendidas pelo prefeito recém-empossado. Além de salientarem a importância histórica daquela Instituição que exigiu sacrifícios e empenho tanto para a construção do prédio quanto para a

³¹⁴ Ata da Reunião Extraordinária da APMI, realizada na Casa da Criança, em 27/02/1969, registrada no Livro de Atas, fl. 43.

manutenção dos serviços prestados à comunidade, deixaram claro o envolvimento pessoal com a Casa da Criança e o trabalho que ali se realizava sob sua responsabilidade que então se transferiria para outras instituições das quais elas não mais participariam. Levantaram ainda os problemas que enfrentariam aquelas mães que não moravam próximo às duas creches para as quais seriam transferidas as crianças, tendo então que se locomover para a creche e posteriormente para os respectivos trabalhos, geralmente no centro da cidade.

Apesar dos argumentos das voluntárias prevaleceu a decisão política administrativa do poder público municipal visando descentralizar o atendimento médico social destinado às crianças, ocorrendo o fechamento da Casa da Criança no ano de 1969.

5. 6. ILES – Instituto Londrinense de Educação para Surdos

A história da criação do ILES foi contada pela própria fundadora Rosalina Franciscón³¹⁵ em entrevista concedida ao Projeto Cultural Comunitário - CUCO – UEL/PML.

³¹⁵ Da. Rosalina Lopes Franciscón, paulista de Orlândia casou-se com Odésio Franciscón em 1946 e em 1947 foi morar na fazenda Aparecida recém adquirida em Apucarana no Paraná pela família do marido. Nesta fazenda seu marido desmanchou uma das casas e com o material adaptou uma sala de aulas construindo carteiras, bancos e preparando um quadro de giz. Rosalina iniciou seus trabalhos como professora primária da zona rural naquela região.

Em abril de 1948 Odésio e Rosalina Franciscón fundadores do Instituto Londrinense de Educação de Surdos mudaram-se para Londrina. Rosalina era professora primária e começou a lecionar no Grupo Escolar Marcelino Champagnat, que na época chamava-se Escola de Aplicação da nova Escola Normal Secundária, localizada na rua São Salvador.

Posteriormente foi transferida para o Grupo Escolar Benjamin Constant, do qual foi também diretora por 14 anos.

Quando iniciou seu trabalho nessa escola Benjamin Constant, ela conheceu um menino muito bonito, de lindos olhos, esperto e inteligente, chamado Luiz Carlos, que era surdo.

O professor coitado, não sabia trabalhar com ele e deixava o menino sem nenhuma atividade, de tal maneira que a toda hora ele pedia para ir ao banheiro. Quando ele passava em frente a minha sala, parava, dava um tchausinho e ia embora. E isto, várias vezes por dia. (FRANCISCON, 1995)³¹⁶

Quando Rosalina foi nomeada diretora da escola, conversou com uma professora do primeiro ano, chamada Eri, que se prontificou a iniciar um trabalho de educação especial com o Luiz Carlos. A partir daí, com a dedicação da professora e o apoio da família, começou o interesse de Da. Rosalina pelo trabalho com os surdos. Depois do Luis Carlos vieram outras crianças surdas para a escola sob sua direção. Mas, segundo ela *foi por causa do Luiz Carlos Costa que surgiu o ILES – instituto*

³¹⁶Entrevista com Rosalina Lopes Franciscón realizada em 16 de Agosto de 1995.
FONTE – projeto CUCO – Projeto Cultural Comunitário - UEL/ PML – SME

Londrinense de Educação de Surdos, uma escola pioneira em Londrina e no norte do Paraná, que nasceu para o ensino especial, quase por casualidade.

Preocupada com a forma correta de lidar com a educação de uma criança surda, assim que tomou posse na direção da escola, Da. Rosalina viajou para a capital do Estado e foi à Secretaria de Educação. Foi recebida pelo professor Benedicto João Cordeiro, que era o delegado regional de ensino. De imediato ele se mostrou interessado no assunto e sugeriu a Da. Rosalina que fundasse uma escola especial, iniciando pela sensibilização da sociedade publicando um artigo no jornal local.

Da Rosalina se assustou, pois nem sabia que os surdos pudessem aprender a falar, mas aceitou o desafio e passou a imaginar o que escreveria no jornal..

Escrevi um artigo e coloquei um título bem sugestivo: “Os mudos também falam”. Se pusesse “os surdos também falam” não haveria problema, mas foi para chamar a atenção. Surdo falar, não assusta ninguém, mas mudo falar? A partir daí começaram a aparecer outras crianças com o mesmo problema. (FRANCISCON, 1995)³¹⁷

Ela atribuiu à providência divina ter sido a escolhida para iniciar esse trabalho em Londrina. Contou que na época foi visitar a mãe no interior do Estado de São Paulo, por ocasião do Dia das Mães. Como havia chovido muito e as estradas ficaram intransitáveis, para retornar a

³¹⁷Entrevista com Rosalina Lopes Franciscón realizada em 16 de Agosto de 1995. FONTE – projeto CUCO – Projeto Cultural Comunitário - UEL/ PML – SME

Londrina teve que ir à capital de São Paulo, por onde havia estrada asfaltada; lá se hospedou na casa de sua cunhada. Sabendo do seu interesse pelos surdos a cunhada informou a ela que havia copiado o endereço de um professor surdo, chamado Jorge Gadig, que havia aparecido na televisão e proferira na ocasião uma conferência com muito sucesso.

Da. Rosalina resolveu procurá-lo e convidá-lo para ir a Londrina e estudar a possibilidade de ministrar um curso para as professoras que se interessassem pela educação de surdos. Ele era o superintendente do Ensino Especial para surdos do Estado de São Paulo e atendeu o seu pedido. Durante um ano, passou a viajar duas vezes por semana, de avião, com a esposa, sem cobrar nada, para dar curso preparatório para duas professoras e cinco alunos. O professor Jorge Gadig ficava hospedado na casa de Da. Rosalina e Dr. Odésio.

Enquanto as professoras se qualificavam, Da. Rosalina saía com um livro pela cidade, pedindo dinheiro para cobrir as despesas de passagens do professor e os lanches durante a viagem e também para construir a escola de surdos. Naquela época segundo ela, a situação do professor de escola pública era muito mais difícil, pois os pagamentos atrasavam até seis meses.

De início a escola funcionava no próprio Grupo Escolar Benjamin Constant, na sala da diretoria, quando o professor Benedicto autorizou que duas professoras ficassem à disposição para esse trabalho.

Quando era prefeito o Dr. José Hosken de Novaes , sabendo da existência da escola perguntou a Da Rosalina o que ela estava precisando. Ela surpreendeu-se, pois não imaginava que tivesse direito de solicitar alguma coisa do Município. Ele então disponibilizou três professoras da rede municipal de ensino para trabalhar com cerca de dez alunos.

A escola contou com o apoio de Estado, do Município e também da comunidade através do dinheiro que era arrecadado. Contou também com um convênio com a LBA, que posteriormente foi cortado.

O terreno de 2.800 m², era de três lotes, sendo um doado por Nelson Maculan, outro por José Garcia Molina e mais um que foi comprado com recursos de doações de várias outras pessoas.

Realizaram-se muitas promoções, como feijoadas, churrascos, e pedidas doações. Segundo ela, *um dava tijolo, outro dava telhas e mesmo aparelhagem. Então nós não temos um grão de areia, nem do município, nem do estado e nem federal. Foi tudo Londrina que fez.*

Da. Rosalina destacou ainda, na entrevista concedida ao projeto CUCO, o grande apoio recebido por seu marido, que sempre assumiu gratuitamente a contabilidade da escola, sendo ainda responsável pela solicitação das verbas públicas e do respectivo plano de aplicação dos recursos. O Sr. Odésio foi também o presidente do ILES desde a sua fundação.

A Escola foi fundada no dia 15 de agosto de 1959, tendo sido os estatutos elaborados por Odésio Franciscón e Dom Geraldo Fernandes, que igualmente foi fundador e colaborador da entidade.

A primeira Diretoria do ILES foi assim constituída: presidente: Prof. Odésio Franciscón; vice-presidente: sra. Hilda Martins da Silva; primeira secretária: prof^a. Olivete Andreatti; segunda secretária: prof^a Fusako Maikuma; primeiro tesoureiro: sr. Atílio Lolatto; segundo tesoureiro: sr. Sebastião Peres da Silva; diretora técnica: prof^a Rosalina Lopes Franciscón; regente de classe: prof. Jorge Gadig; Conselho Fiscal: Dom Geraldo Fernandes, sr. Benedito Faria e sra. Amélia Sevilha.

Em relação ao menino surdo que inspirou Da Rosalina a criar o Instituto, ela considerou que foi um enviado na terra para cumprir essa missão de dar possibilidade de educação aos surdos.

Quanto ao Luiz Carlos, estava com câncer, fez um transplante de rim doado por seu pai, mas acabou falecendo ainda muito jovem. Mas cumpriu sua missão neste mundo. Se não fosse por ele, provavelmente o ILES não existiria, e muita gente não teria se beneficiado da assistência que esta escola está proporcionando em termos de educação especializada. Merecidamente ele recebeu uma homenagem, uma rua com o seu nome na cidade. (FRANCISCON, 1995)³¹⁸

A escola foi reconhecida pela Estado do Paraná pelo Decreto 20.592/70. Seus Estatutos Sociais foram registrados no Diário Oficial nº

³¹⁸Entrevista com Rosalina Lopes Franciscón realizada em 16 de Agosto de 1995.
FONTE – projeto CUCO – Projeto Cultural Comunitário - UEL/ PML – SME

485/1979 e registrados sob o nº 338 em 9 de fevereiro de 1979 no Cartório do 1º Ofício de Londrina.

Desde 1973, a escola contou a colaboração da Pequena Missão para Surdos, congregação católica vinda da Itália, qualificada para o trabalho de educação de deficientes auditivos.

A partir de 5 de abril de 1989, a escola foi reestruturada pela Resolução 862/89 da Secretaria Estadual de Educação e cadastrada como Escola Estadual do Ensino Londrinense de Educação de Surdos – Ensino Especial, Pré-escolar e de 1º Grau, com capacidade para atender alunos.

Quanto à procedência, os alunos não são apenas de Londrina, mas de outras cidades e também de outros estados.

O atendimento é gratuito e assistencial, extrapolando as atividades educacionais prestando serviços médico – odontológico, fonoaudiológico, psicológico, terapia ocupacional, doação de aparelhos de surdez, estimulação e treinamento profissional com encaminhamento para o mercado de trabalho local.

Da. Rosalina demonstrou na entrevista concedida ao projeto COCO, orgulho pelo trabalho realizado apesar das dificuldades enfrentadas .

O meu recado é: otimismo, entusiasmo e trabalho, fé e pegar na mão de deus. Então e trabalhar bastante, acreditar naquilo que vocês estão fazendo e pedir sempre a proteção de deus. Sem trabalho não há nada, e com trabalho não existe miséria, não existe pobreza, não

existe depressão. A pessoa que está trabalhando ela está orando, ela está agradecendo a deus a vida que recebeu. (FRANCISCON, 1995)³¹⁹

O ILES recebeu a Comenda “Ouro Verde” da Câmara Municipal de Londrina, pelos relevantes serviços prestados na área de assistência às pessoas portadoras de deficiência auditiva.

5. 7. Creche Santa Rita

A iniciativa de construir de uma creche para atender as crianças de famílias pobres que residiam nos bairros afastados do centro da cidade foi de Dom Geraldo Fernandes, bispo diocesano, assim que chegou em Londrina. Contando com um grupo de senhoras da sociedade londrinense, dispostas a ajudá-lo, tentou iniciar a construção da creche em 1957, porém, de acordo com informações do Frei Nereu do Vale, os esforços foram em vão e o projeto fracassou, o que deixou Dom Geraldo muito “abatido” .

Eu, ciente disso, fui um dia e disse para ele: Dom Geraldo, eu estou sabendo que a Creche Santa Rita não está saindo e que o senhor esta abatido. Ele respondeu: é verdade, estou muito abatido!

³¹⁹Entrevista com Rosalina Lopes Franciscón realizada em 16 de Agosto de 1995.
FONTE – projeto CUCO – Projeto Cultural Comunitário - UEL/ PML – SME

Respondi para ele: mas se o senhor quiser eu tenho um terreno e podemos fazer a creche lá. Ele se reanimou e disse: O senhor faz ? Respondi: Faço; Ele: no senhor eu confio!

Então eu pedi: mas eu precisaria de um grupo de damas de caridade. Naquele tempo a Presidente era a mulher de Aristides, D.a Maria Mello. Então Dom Geraldo designou D.a Glorinha, como chefe do outro grupo que veio auxiliar a construção da creche Santa Rita, mas no bairro onde eu morava. (VALE, p. 2001)³²⁰

O local foi sugerido pelo frei Nereu, num terreno³²¹, adquirido em 1960, de D.a Leonilda Vilella Pereira, pelas Irmãs de Caridade com área de 24.200 m², na Vila Siam. A antiga casa dos proprietários Vilella, foi reformada e serviu de residência para as irmãs.

O grupo formado por Dom Geraldo para auxiliar frei Nereu na construção da creche era chefiado por D.a Glorinha Santos e tinha a finalidade de realizar campanhas públicas e angariar fundos e recursos para a construção da obra. Participaram desse trabalho as Damas de Caridade do centro da cidade, ligadas à paróquia da Catedral, e as senhoras do “Apostolado da Oração”, presididas por Da. Maria Paham Gaion³²², tendo como Diretor Espiritual o frei Nereu do Vale, residentes no bairro onde seria construída a creche.

³²⁰ Entrevista realizada com Frei Nereu do Vale, Curitiba, 14/11/2001, concedida a Jolinda M. Alves.

²⁰⁷ Em 1959, o Conselho Provincial Brasileiro das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo, recebeu a solicitação do Bispo de Londrina, que enviasse irmãs a Londrina. O Conselho fundou uma Casa em Londrina, para pernoite das Irmãs, que para cá se deslocassem. Em 1960 as irmãs adquiriram um terreno para construção da sua casa.

³²² Em entrevista realizada em 06/03/2002, com Da. Marieta Gaion, como é mais conhecida na Vila Siam, a mesma nos informou que assim que Frei Nereu chegou a Londrina, em 1958, deu início aos grupos de oração da paróquia mesmo antes de construir a igreja N Senhora de Lourdes.

A creche Santa Rita foi considerada a primeira creche de natureza privada de Londrina³²³ e da região norte do Paraná.

Frei Nereu se preocupava em seguir os parâmetros considerados ideais para o padrão das creches existentes no País. Viajou para São Paulo em busca de informações, onde visitou algumas creches antes de planejar a construção da creche de Londrina.

Eu pensava que creche fosse uma coisa fácil. Na viagem que fiz para São Paulo compreendi que não era fácil cuidar de criança. Lavar muita roupa, muita alimentação, e muito zelo e cuidado. Então, no começo pensei: cento e cinquenta crianças, mas depois reduzi para cem e no fim tinha oitenta. E nos oitenta parei. A irmã que estava agora me disse que sempre teve em torno de oitenta e noventa. (VALE, p. 2001)³²⁴

O conceito de creche³²⁵ é definido como : *uma instituição supletiva da família nos cuidados diurnos dispensados as crianças sadias, na faixa etária do nascimento aos 24 meses* É prevista a extensão do atendimento até os trinta e seis meses e, quando possível, até quarenta e oito meses

Os objetivos das creches segundo o mesmo manual³²⁶ são: *assegurar ao filho da mulher que trabalha fora do lar os necessários cuidados diurnos, proporcionando à criança condições de*

³²³ Entre 1955 e 1969 , funcionou em Londrina a Casa da Criança, mantida pela LBA e transferida a APMI, em convênio com a Prefeitura Municipal. Existia uma ala para atender crianças em regime de creche. Porém a Casa da Criança foi considerada um Posto de Puericultura, com berçário, lactário e atendimento ambulatorial a nutrízes.

³²⁴ Entrevista realizada com Frei Nereu do Vale, Curitiba, 14/11/2001, concedida a Jolinda M. Alves.

³²⁵ Manual de creche/ Biblioteca do IASP - PR.

³²⁶ Dentro da modalidade de creche considerada tradicional o manual prevê creches de empresa, de bairro e distrital, mantidas diretamente ou mediante convênio com outras entidades públicas ou privadas, em regime comunitário ou a cargo do SESI, SESC, LBA ou entidades sindicais. (Manual de creche/Biblioteca do IASP/Curitiba-PR)

desenvolvimento biopsicossocial harmonioso. Quanto ao horário de atendimento, a creche deve funcionar no período correspondente ao trabalho das mães.

Para construir e manter a creche Santa Rita eram realizadas campanhas, almoços, quermesses e muitas festas na paróquia. O Frei Nereu juntamente com as Damas utilizavam o barracão da igreja Matriz Nossa Senhora de Lourdes, para realizar as promoções iniciais.

O Dr. Orlando Mayrink Góis ajudava muito. Ajudou na construção e na manutenção, eu mesmo ia buscar a sua contribuição mensal. Seu Antônio Vicentini também ajudava, que era gerente do banco e outras pessoas, junto com as damas de caridade, com moradores do bairro. Um grupo bem eficiente, anônimo. Tinha o José Garcia Molina, Orlando Mayrink Góis, o Banco Itaú, família Curoto e outras firmas que sustentavam uma criança. Eu não me lembro tudo agora. Era um grupo de assistentes sociais. (VALE, p. 2001)³²⁷

A gente usava aquela maneira de ter um afilhado. Então a gente conseguiu pegar todas aquelas firmas, cada uma tinha um afilhado e aquela firma contribuía para o sustento da creche. (SANTOS, 2001)³²⁸

Terminada a construção ela foi inaugurada em 14 de fevereiro de 1961, por Dom Geraldo Fernandes, e antes de ser entregue às Irmãs de Caridade, provenientes da Casa Sede de Curitiba, a creche foi mantida pelo grupo de senhoras coordenadas por D.a Glorinha.

³²⁷ Entrevista realizada com Frei Nereu do Vale, Curitiba, 14/11/2001, concedida a Jolinda M. Alves.

³²⁸ Entrevista realizada com D.a Glorinha Santos, Curitiba, 14/11/2001, concedida a Jolinda M Alves.

A creche Santa Rita tem como objetivo “*dar assistência às crianças de 02 a 06 anos de idade, filhos de famílias carentes, onde a creche tenta suprir as necessidades básicas de sua clientela, na área da alimentação, saúde, vestuário, educação, material escolar.*”³²⁹

Ao chegarem à creche às crianças tomavam café, faziam higiene e tinham trabalhos programados. Depois do almoço tinham descanso até as 14 ou 14:30hs e a seguir tinham mais ocupações, assistidas pelas irmãs e uma ajudante delas. As crianças recebiam ainda, a assistência médica voluntária, o Dr. Orlando Vicentini.

Era destinada a crianças do bairro e de toda a redondeza: vinham da Vila da Glória, Vila da Cervejaria, Vila do Grilo e também do centro da cidade. Não se fazia distinção.

O atendimento era gratuito sendo o principal critério para atendimento era que a mãe trabalhasse e não tivesse onde e com quem deixar os filhos. Às vezes as mães contribuía com o que podiam, mas geralmente elas não tinham com que contribuir. Deixavam as crianças na creche de manhã e pegavam de tarde, por cerca das dezessete horas. O horário de atendimento também era de acordo com o trabalho das mães, iniciava-se às oito horas, ou um pouco mais cedo e, a partir das dezesseis horas, as mães deixavam o serviço na cidade, passavam na creche e levavam a filha ou o filho para casa até as dezessete horas.

³²⁹ SCHENATTO, Is.M., Histórico da creche Santa Rita, Comissão Especializada de Educação da Província Brasileira da Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo – Curitiba.

De acordo com informações do frei Nereu e de Da Glorinha a creche no início foi mantida pelas Damas de Caridade e coordenada por elas, atendia apenas vinte e cinco crianças, sendo o atendimento ampliado para cinqüenta, sendo que chegou a atender oitenta crianças.

Quando a gente passou para as irmãs eram oitenta, depois talvez elas tenham passado para mais, mas nós atendíamos oitenta. (SANTOS, 2001)³³⁰

As primeiras Irmãs de Caridade se transferiram para Londrina em 1959, a pedido do Bispo Dom Geraldo Fernandes, a fim de auxiliar nas atividades paroquiais da igreja Nossa Senhora de Lourdes, onde era vigário o frei Nereu do Vale. Naquela paróquia as irmãs exerciam as seguintes atividades: aulas de Catecismo, Liturgia, ornamentação da igreja, visita aos pobres em domicílio. Uma das irmãs assumiu a classe da terceira série na Escola Paroquial construída pelo frei Nereu.

Quando a creche foi inaugurada, Frei Nereu e as Damas de Caridade coordenadas por Da. Glorinha, repassaram as responsabilidades educativas das crianças às Irmãs de Caridade. A Creche Santa Rita pertence à Província Brasileira das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo³³¹.

³³⁰ Entrevista realizada com D.a Glorinha Santos, Curitiba, 14/11/2001, concedida a Jolinda M Alves

³³¹ O terreno onde a creche foi construída pertence à Província de Curitiba, à Avenida Manoel Ribas, nº 2.

O grupo de apoio de Da Glorinha continuou a realizar promoções para manutenção da creche, durante mais algum tempo até que a entidade tivesse capacidade para se manter.

A educação desenvolvida na creche segue a filosofia vicentina, que, através dos princípios éticos, evangélicos – cristãos procura formar os educandos para que possam viver com dignidade, partilhando as riquezas da natureza e as culturais para o bem comum, sendo capazes de continuar vivendo os valores de amor, respeito, solidariedade, comunicação, partilha e fraternidade.

A Companhia das Irmãs de caridade teve início em Paris, em 1633, por São Vicente de Paulo e de Santa Luísa de Marillac³³².

As Irmãs Filhas da Caridade responsáveis pela creche Santa Rita provenientes da Polónia, chegaram ao Brasil em 02 de outubro de 1904, em navio que desembarcou na capital, permanecendo por duas semanas na Santa Casa do Rio de Janeiro. Embarcaram para o porto de Paranaguá no Estado do Paraná³³³, com destino a cidade de Abranches, onde deveriam assumir uma nova Escola. Além do trabalho de educação formal, as Irmãs Filhas da Caridade ensinavam trabalhos manuais

³³² Para maior aprofundamento sobre a obra de Luiza de Marillac, consultar FLINTON, Ir. Margaret. *Aspecto Social da obra de Santa Luísa de Marillac*. São Paulo. Edições Paulinas. 1989.

³³³ No Paraná, a Casa Central de Curitiba foi inaugurada mesmo sem o término da construção, em 28 de Novembro de 1933. Em agosto de 1934 ouve a primeira distribuição de mantimentos e roupas aos pobres assistidos pelas Senhoras da Caridade, e houve o início das visitas aos domicílios dos pobres.

(costura, bordados, pintura, flores), música (órgão, piano e violino) e reuniam jovens para fundar as “Filhas de Maria”³³⁴.

O principal dever das Filhas da Caridade, indicado pelos seus fundadores, é servir os pobres e aqueles que sofrem. Assim sendo, quase todas as casas das irmãs possuíam um ambulatório, onde eram atendidos os doentes. Eram centros de saúde onde a população do interior era socorrida pelas Irmãs que possuíam diplomas de farmacêuticas e enfermeiras.

A creche Santa Rita de Londrina, foi reconhecida como entidade filantrópica de Utilidade Pública Federal Pelo decreto nº 50.280 de 18 de fevereiro de 1961. Em 1º de julho de 1965 a creche registrou os Estatutos no Cartório de Imóveis de Londrina- Livro A – Nº 1631.

De acordo com as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) a creche recebeu o nome de Centro Vicentino de Educação Infantil Santa Rita³³⁵ passando a prestar serviços educacionais e assistenciais a crianças de 02 a 06 anos de idade.

³³⁴ Segundo a irmã Genoveva Valenga (1999, p. 08-11) que elaborou o Documento histórico da Província das Filhas da Caridade de Curitiba a fundação e direção das Filhas de Maria foi uma missão confiada a Santa Catarina Labouré pela SS Virgem. *Quando N S da Medalha Milagrosa apareceu a Santa Catarina, deu-se a origem da “medalha milagrosa”, o dogma da Imaculada Conceição proclamado em 1854 e as revelações, milagres e graças em Lourdes.*

³³⁵ Localizada à Avenida São João, nº 200, Vila Sian.

CAPÍTULO VI

ASSOCIAÇÕES FILANTRÓPICAS DE LONDRINA

Além das instituições de assistência desenvolveram-se em Londrina algumas associações filantrópicas que, embora de início não tenham conduzido serviço concreto de atendimento a uma população determinada, desenvolveram trabalhos de construção de instituições assistenciais, repasse de verbas e campanhas filantrópicas em prol da assistência à pobreza.

Desde a década de 40 tais associações agremiavam senhoras da sociedade londrinense, preocupadas com a assistência aos pobres que surgiam junto com o desenvolvimento de Londrina. Foram destacadas para estudo três associações filantrópicas: A ASRL - Associação das Senhoras de Rotarianos, entidade privada com fins filantrópicos fundada em 1942; a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de caráter privado porém presidida pela primeira dama do município, a esposa do prefeito em exercício, criada em 1955; e a ADCL - Associação

das Damas de Caridade, fundada por Dom Geraldo Fernandes em 1959, cujos fundamentos são cristãos baseados na ordem vicentina.

As fontes principais da pesquisa foram os arquivos das entidades assistenciais, documentos como livros de atas, estatutos sociais, boletins de divulgação e relatórios de atividades. Junto aos arquivos da Câmara Municipal também foram consultados os projetos de lei municipais que concedem a Comenda Ouro Verde, às entidades que prestaram serviços relevantes ao Município. Os jornais: *Folha de Londrina*, *Paraná Norte* e *O Combate* foram considerados fontes fundamentais para identificar as ações assistenciais desenvolvidas pela sociedade civil no período.

6. 1. Associação das Senhoras de Rotarianos de Londrina

A Associação das Senhoras de Rotarianos de Londrina iniciou suas atividades em dezembro de 1943, tendo sido organizada juridicamente em 18 de maio de 1952. Adquiriu personalidade jurídica em 15 de outubro de 1959, com o registro em cartório e a publicação de seu primeiro estatuto no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Fazem parte da associação esposas de rotarianos. Constituindo-se uma associação, tem personalidade jurídica própria e não se confunde

com o Rotary Club, um clube de serviços, idealizado pelo inglês Paul Harris.

Em Londrina o Rotary Clube foi fundado em 1940, com 22 sócios, e que logo em seguida à data de fundação, houve declinação de dez membros.

Bem sabem os sócios fundadores o que foram os primeiros dias que se seguiram à fundação deste Clube; dias amargos, cheios de dúvidas e dificuldades, que só mesmo o espírito forte daqueles denotados companheiros, poderia contornar.

.. Nada se fez de útil em Londrina, que não tivesse de uma ou de outra forma e cooperação do seu clube rotário.

... Nossa responsabilidade é grande sem dúvida, mas nosso desejo de servir, tem sido ainda maior.”
(FIGUEIREDO, 1955)³³⁶

Na edição comemorativa dos 15 anos de fundação, o rotariano Ruy Cunha (1955, p.23) explicou o incidente que provocou a referida debandada dos primeiros rotarianos. A terceira reunião ordinária, convocada pelo presidente do Rotary de Londrina, não ocorreu por força de outra convocação feita pelo então presidente Dr Ulisses, que era também Inspetor de terras do Estado, alegando ter recebido graves informações do vigário da cidade de que a instituição rotária entrava em choque com os preceitos da Igreja Católica. Os membros da diretoria recém-empossada não ousaram questionar tais argumentos e decidiram dissolver a sociedade para não criar maiores problemas com a Igreja.

³³⁶ Anísio Figueiredo, Boletim comemorativo do 15º aniversário do Rotary Clube de Londrina. 07/05/1955 p.1

Vários outros membros do clube: David Dequech, Newton Câmara, Anísio Figueiredo, Simão Cheueiri e Luiz Estrela, após tecerem elogios ao vigário local, trataram de argumentaram que em nada as instruções rotárias ofendiam os preceitos da Igreja Católica e que, portanto defendiam a continuidade do clube.

Foi uma reunião conturbada na qual após muita discussão um grupo mínimo de associados resolveu manter o Clube, permanecendo por dois anos sem admitir novos sócios, até que aparecesse o resultado dos primeiros trabalhos em prol do desenvolvimento da cidade. O primeiro sócio a ser admitido após os dois anos foi Aristides de Souza Mello pelo reconhecimento de seu “espírito rotariano nato”, segundo Ruy Cunha.

São considerados, portanto, como sócios fundadores de clube apenas dez senhores: Anísio Figueiredo, Ruy Cunha, Newton Câmara, José Bonifácio e Silva, João Gurgel Pismel, David Dequêch, Luiz Estrela, Simão da Rocha Chueiri, Neman Sahão e Edésio Correia Passos. Como muitos eram ainda solteiros, havia apenas cinco senhoras de rotarianos: Noêmia Pismel, Maria Chueiri, Salime Sahão, Jamile Dequêch, Abel Passos e Evangelina Rodrigues e Silva (Nina Bonifácio). Da Maria Mello ingressou no grupo em 1942, após a admissão de Dr. Aristides, seu marido, no Rotary Clube.

As senhoras de rotarianos sabiam que o Rotary era um clube masculino, ao qual eram convidados a participar apenas um representante de cada atividade profissional, ou seja, os diferentes ramos

do comércio, da agricultura, da indústria, da cultura, da educação e demais profissões liberais.

Diante disso, as senhoras passaram também a se agremiar em torno do lema do Rotary que é “servir”. Surgiram as primeiras Associações das Senhoras de Rotarianos, não com o objetivo de discutir e analisar os grandes problemas internacionais, nacionais e municipais, mas para prestar serviços concretos às comunidades às quais pertenciam.

Nós esposas de um grupo de amigos, devemos formar um grupo social, amigo e de serviço também. Diz a Psicologia que as pessoas só se unem quando são motivadas. Motivação sublime nós temos: SERMOS O CORAÇÃO DO VERBO SERVIR QUE ELES CONJUGAM NO ROTARY. (UDIHARA, 1967)³³⁷

Para aquelas senhoras, ser o coração do verbo servir significava servir aos que mais necessitassem, desenvolvendo caridade com solidariedade.

As primeiras senhoras de rotarianos de Londrina se reuniam a fim de costurar enxovaizinhos para recém-nascidos pobres e visitavam os doentes nos hospitais. Sensíveis aos efeitos da pobreza que já podia ser observada nas ruas da cidade, as senhoras não mediam esforços em tomar providências imediatas para acudir quem precisasse.

³³⁷ Palestra proferida por Casuê Udihara no II Encontro Nacional da Amizade. Curitiba.1967.

A data oficial de fundação da ASRL foi 18 de maio de 1952, tendo como Primeira Diretoria eleita as seguintes senhoras: presidente, Maria de Souza Mello; vice- presidente, Xandita de Almeida; segunda vice – presidente, Jamile Dequech; 1ª secretária, Alary Meneses; 2ª secretária, Maria Luiza Figueiredo; 1ª tesoureira, Valda Botelho e 2ª tesoureira, Felícia de Freitas.

Conforme o Parágrafo Primeiro do Artigo 1º do Capítulo I dos Estatutos Sociais *“A Associação terá por finalidade manter, dirigir e colaborar com obras e iniciativas por ela julgadas meritórias; de fomentar a amizade entre as sócias; de desenvolver programas tendentes a inspirar movimentos análogos em outras comunidades rotárias.”*

As obras julgadas meritórias, a que se referem os estatutos, são aquelas que possuem natureza assistencial, filantrópica, educacional, cultural e de saúde.

O relatório das gestões iniciais dos trabalhos apresentou como primeira ação efetiva o “1º Natal Festivo para 3.000 Crianças Pobres”, realizado na Santa Casa, ainda por inaugurar-se. A partir de então várias atividades foram relacionadas como: campanha de utensílios de cozinha para a Santa Casa; assistência às famílias pobres de 60 doentes encaminhados para sanatórios e hospitais; encaminhamento com doação de roupas e passagens, de 18 crianças tuberculosas para o Sanatório Padre Vitta em Campos do Jordão; Festa de Natal para varredores de rua para crianças do Lar Batista, para os presos e pessoas do Albergue

Noturno; entrega de 2.000 enxovais confeccionados na casa de Da Maria Melo, sendo distribuídos 700 na porta da própria casa, 1387 na Casa da Criança, 180 para recém-nascidos pobres da Santa Casa e 40 no Albergue Noturno.

No dia 2 de março de 1956, Maria de Souza Mello, presidente da ASRL proferiu uma palestra³³⁸, na reunião do Rotary Club de Londrina, sobre o trabalho desenvolvido pela Associação nos dois últimos anos. Informou que as reuniões realizavam-se mensalmente, às primeiras sextas-feiras de cada mês na casa de uma das senhoras de rotarianos, com 50% de presença.

Relatou que no ano de 1954 o trabalho foi para a confecção e entrega de 360 “enxovais para recém-nascidos”, distribuídos pessoalmente às mães pobres da cidade e à Santa Casa de Londrina, para que fossem ali distribuídos igualmente às mães pobres internadas. A campanha do “Leite em Pó”, coordenada por Cecília Vicentini e Casuê Udihara, contou, para angariar fundos, com a realização da “Festa da Criança”, ocorrida em 23 de outubro daquele ano, cuja renda foi de Cr\$ 30.000,00. Além disso realizaram várias visitas a casas de famílias pobres ocasião em que doaram roupa, remédio, alimentos. No Natal foram entregues roupas, doces e brinquedos a 40 crianças do Lar Batista, com recursos doados pelo Sr Celso Garcia Cid, aos indigentes da Santa Casa

³³⁸ O Jornal Folha de Londrina (ANO X. Nº 1383 de 6/03/1956. p.1 e 10), publicou na sua íntegra a palestra proferida por Maria de Souza Mello na reunião do Rotary Club.

foram entregues pijamas, vestidos, cigarros, e, às crianças indigentes doces, frutas e brinquedos.

No ano de 1955 a entrega de enxovais se ampliou para 380, contando para isso com a ajuda de cerca de 400 senhoras da sociedade londrinense. Foi realizada doação de roupas para o novo berçário da Santa Casa. Após a inauguração da Casa da Criança, a ASRL passou a colaborar com aquela administração entregando a ela mais de 140 enxovais, para que fossem distribuídos às mães pobres. Continuaram o trabalho de assistência a famílias pobres e doentes, procurando encaminhar as crianças para a creche local e os doentes, adultos e crianças para os sanatórios de Campos do Jordão e São José dos Campos, custeando-lhes as despesas. No Natal de 1955, além do tradicional atendimento às crianças do Lar Batista e aos indigentes internados na Santa Casa, foi visitado o Albergue Noturno doando-se roupas, alimentos e dinheiro aos mais necessitados; aos 38 presos da Cadeia Pública foram levados: lanche, doces, cigarros, refrescos e revistas. No ano de 1955 a ASRL promoveu a “Campanha da Senhorita do Ano”, na qual arrecadou Cr\$ 106.000,00 para custear as despesas com a assistência social prestada na cidade de Londrina.

Calculamos, aos preços correntes, que, em confecções de enxovais em número de 720 enxovais, compra de leite em pó, cerca de 8 mil latas por ano, e com outras despesas, as senhoras de Londrina aplicaram nessa benéfica obra de assistência social importância superior a um milhão de cruzeiros. Esse número, achamos é, sem dúvida, bem significativo!...

... Como desejamos ardentemente que a nossa Associação continue a prestar o mesmo trabalho neste e em outros anos, queremos pedir a todas as senhoras de rotarianos que, na medida do possível, freqüentem as nossas reuniões, para conhecer e tomar interesse pelo trabalho que executamos. (MELLO, 1956)³³⁹

O mesmo jornal³⁴⁰ publicou uma fotografia das senhoras de Rotarianos, no dia em que entregaram o milionésimo enxoval confeccionado para crianças pobres, por aquela Entidade que foi doado à Casa da Criança, sob a presidência da Sra Terezinha S. Fernandes.

O requerimento protocolado na Câmara de Vereadores pela presidente da ASRL, Leonilda Egas, em 15 de setembro de 1962, solicitando o Atestado de Utilidade Pública Municipal, apresenta anexos os Estatutos da Entidade, fundada em 18 de maio de 1952, e dois relatórios de atividades assinados pela então secretária Maria Luiza Figueiredo, o primeiro sobre os nove anos de trabalhos assistenciais prestados pela ASRL sob a presidência de Maria de Souza Mello até 12 de junho de 1959 e o segundo sobre a gestão de Maria Carolina Esteves.

O relatório da gestão de Maria Carolina Esteves apresentou como atividades desenvolvidas: as habituais visitas mensais à Santa Casa; auxílios diversos a famílias necessitadas como “víveres”, agasalhos e dinheiro; compra de aparelhos ortopédicos para 5 crianças necessitadas e mais 14 aparelhos ortopédicos a necessitados; auxílio a enfermos com câncer (3), tuberculose (10), e a uma criança com paralisia cerebral;

³³⁹ Palestra proferida por Maria Mello publicada na *Folha de Londrina*. V.10, nº 1383, 06, mar., 1956, p.10.

³⁴⁰ *Folha de Londrina*, v.10, nº1457, 21, jun., 1956, p.1

auxílios diversos a 17 indigentes; sepultamento de uma criança sem recursos; Natal de 1.300 crianças da “Vila do Grilo” durante dois anos consecutivos ; atividades da Semana da Criança incluindo visitas às alas de pediatria da Santa Casa e do Hospital Evangélico, com distribuição de doces, roupas e brinquedos; promoções, quermesses e passeatas para angariar fundos para a construção do Lar Escola para crianças excepcionais.

A cada mês um grupo de senhoras de rotarianos era escalado para realizar as visitas aos pobres atendidos pelas Instituições assistenciais de Londrina, a fim de levar donativos. O grupo escolhido, geralmente composto de dez senhoras, definia o dia e horário da visita à entidade previamente definida em reunião. A fim de adquirir os bens e objetos que seriam doados, angariavam fundos ou dividiam as despesas entre si.

Em consulta aos Boletins Encantados³⁴¹ publicados no ano de 1969 constatamos que a Associação realizava visitas regulares às entidades assistenciais da cidade, com o objetivo de oferecer donativos.

No ano de 1969 as senhoras da ASRL visitaram as seguintes entidades assistenciais: Santa Casa - seções de pediatria e de indigentes da ala feminina, Sanatório de Tuberculose, Lar Gilda Marconi, Albergue Noturno, Creche Santa Rita, Lar Santo Antônio, Lar Anália Franco e Lar Batista Paranaense.

³⁴¹ O “Boletim Encantado” foi idealizado por Maria Mello, em 04/02/66 na gestão de Maria Luiza Figueiredo, como meio de divulgação mensal das atividades realizadas pela ASRL. As primeiras edições dirigidas por Terezinha V. Magalhães, foram impressas em mimeógrafo artesanal, construído pelo jornalista Antônio Vilela de Magalhães.

A visita à seção de senhoras indigentes da Santa Casa de Londrina ocorreu no dia 14 de julho de 1969. Compunham a equipe escalada as senhoras: Luzia Vieira, Bety Veiga, Emília Vezozzo, Guiomar Moreira, Lígia Sokolowski, Luiza Casagrande, Mimi Lück, Nair Simamura, Salime Sahão e Terezinha Vilela.

Com a valiosa colaboração das dez senhoras foram efetuadas compras de flanelas, dentifrícios, sabonetes, calças, meias, balas e bolachas, revistas e bolo.

... Em cada quarto, três mulheres repousavam, cada uma com enfermidade diferente, umas jovens, outras idosas, mas todas com muita esperança de recuperação e ficaram muito agradecidas com nossa visita e nossas ofertas, para nós modestas, para elas de grande valia.

Foi a primeira vez, como senhora de rotariano que fiz essas visitas com minhas companheiras e senti o grande valor que têm.

Têm valor, para esses indigentes que são visitados, porque sentem que pessoas de fora, desconhecidas se preocupam com eles.

E para nós também, porque ao vermos tantas doenças, tantos enfermos, e até inutilizados, damos maior valor à nossa saúde, ao nosso trabalho e sentimos um novo estímulo em ajudar, sempre que possível, cada vez mais, o nosso próximo necessitado. (SOKOLOWSKI, 1969)³⁴²

O sentimento de ajudar o próximo move as ações das senhoras de rotarianos e as estimula a continuar desenvolvendo o trabalho assistencial. Cabe analisar que o trabalho é esporádico e embora as pessoas internas na instituição sejam indigentes e, portanto qualquer

³⁴² Relatório elaborado por Lígia Sokolowski. Boletim Encantado, Jul. 1969, p.2

ajuda era bem-vinda, não lhes era garantido que ações desse tipo se repetissem. O pobre, nesse caso dependia da vontade e da disponibilidade do benfeitor.

No mês de agosto a visita foi feita ao Lar Santo Antônio. O grupo responsável era composto por Arany Molina, Gilda Vasconcelos, Laila Vezozzo, Lília Maziotti, Nina Bonifácio e Conceição Amaral.

O Lar Santo Antônio era mantido pelas Irmãs Missionárias Santo Antônio Maria Claret e abrigava 100 crianças e adolescentes do sexo feminino, com idade entre 1 e 18 anos.

A visita de novembro foi ao Lar Anália Franco, que abrigava 80 crianças, para as quais foram doados calçados e doces. O grupo responsável era chefiado por Alba das Dores e formado pelas senhoras: Suely Sahyum, Hermínia Manela, Maria de Souza Melo, Elba Turquino, Elizabeth Laffranchi, Dair Fumiko Obuti, Elvira Garuti Costa, Andréa Ribeiro, Maria Helena Rapchan e Mary Dias Ayres. A relatora escreve no Boletim Encantado, sobre a experiência da misericórdia, da caridade e do amor ao próximo.

Que todas as companheiras de nossa Associação compartilhem de nossa alegria ao ler este pensamento:

< A misericórdia que usamos em favor de alguém, se converte em tranqüilidade em nós mesmas >

Não esperemos que a dor se adorne em trapos e se apresente ao abandono para que surja o momento de ajudar.

Não aguardemos que a miséria desnude corpos sofredores a fim de podermos oferecer a contribuição de nosso socorro. Atendamos a todos, como venham, como sejam, como vierem.

*Demos – se tivermos; Ajudemos – se pudermos;
Atendamos – se quisermos...*

*A misericórdia infinita de Deus sempre nos dá
muito além do que necessitamos sem nos solicitar coisa
alguma em troca.*

*Fazendo da caridade a mensageira do nosso amor,
viveremos um mundo mais feliz. (AYRES, 1969)³⁴³*

Os dizeres da Mary foram além de um comentário sobre a visita mensal que coube àquele grupo de senhoras. Ela quase que conclama suas companheiras para a prática da caridade a quem necessitasse, não importava aonde, nem quando. Era necessário praticar cada vez mais a ajuda ao próximo, pois que esta era a premissa básica para alcançar a misericórdia divina.

Tais idéias impulsionavam os grupos de voluntárias nas visitas às instituições de caridade de Londrina, e elas voltavam de lá fortalecidas na fé e com a certeza do dever cumprido.

Mas o trabalho assistencial da ASRL não se restringia àquelas visitas. Elas tinham como meta ampliar o quadro de entidades assistenciais do município e, para tanto, angariavam recursos para diversas construções.

Entre as muitas construções realizadas pela ASRL e doadas a irmandades ou associações para assistência social em Londrina, a primeira foi a construção do Lar Escola Rotary, projetado voluntariamente por Amílcar N. Ribas e inaugurado em 28 de junho de 1964 e cedida ao ILECE – Instituto Londrinense para Educação da Criança Excepcional.

³⁴³ Relatório elaborado por Mary Prado Dias Ayres. Boletim Encantado. Nov. 1969.p.4-5.

A maior doação realizada pela ASRL foi para a construção da Creche Nossa Senhora de Fátima, com colaboração das Damas de Caridade e do bispo de Londrina, Dom Geraldo Fernandes, que disponibilizou recursos recebidos da Igreja Católica de alguns países da Europa.

A construção foi edificada em terreno doado pela Prefeitura Municipal às Irmãs Xaverianas, localizado na Vila Casone. O empreendimento contou ainda, com um empréstimo da FUNDEPAR, cujo pagamento ficou sob responsabilidade das duas entidades.



Fonte: Acervo particular de Maria do Carmo Gouveia de Moraes.

A fotografia, registra a solenidade de inauguração da creche, em 1969, na gestão do prefeito Dalton Paranaguá, que recebe um ramallete

de flores das crianças. Podem ser identificadas ainda, as seguintes autoridades (da direita para a esquerda): Dom Geraldo Fernandes, D.a Gilda Vasconcelos, presidente da Associação das Damas de Caridade, D.a Maria do Carmo Gouveia de Moraes, presidente da Associação das Senhoras de Rotarianos e Irmã Maria Pia, diretora da Creche.

Em 1969, a ASRL lançou a pedra fundamental da creche Escola Rotary Haydée Colli Monteiro, em terreno doado pela prefeitura, no Jardim do Sol. O terreno media 3.618,85 m², situado na quadra nº 31 do Jardim do Sol, um bairro de cerca de 7.000 hab, dos quais a maioria em condições sociais carentes.

No local foi construído um prédio de alvenaria com 808,90 m² de área coberta e mais de 259,51 m² de arrimo e pátios internos. O prédio continha 6 salas de aula, corredores, sala de costura, refeitório, cozinha, dispensa, ambulatório, berçário, lactário, salão de recreação e sanitários. A construção foi orientada voluntariamente pelo engenheiro e rotariano Dr Alceu Vezozzo.

Para a construção, os recursos foram, ainda, provenientes da renda da Boutique Encantada, e de campanhas promocionais especificamente para este fim como: a Festa da Cerveja, Festa do Refrigerante, Festa Junina, Festa da Juventude e almoços beneficentes. A creche recebeu ainda a doação de uma jóia de grande valor que pertencera à associada falecida, Da Haydée, feita por seu marido. A creche que recebeu o seu nome foi inaugurada em julho de 1971.

A Associação das Senhoras de Rotarianos de Londrina, teve seu trabalho assistencial reconhecido em todo o território nacional, tendo sido portadora do “Troféu Rosa de Prata” por quatro vezes. A cada dois anos ocorre o Encontro Nacional da Amizade das Senhoras de Rotarianos do Brasil. Na ocasião são julgados os trabalhos assistenciais e comunitários de todas as associações concorrentes e realizado o julgamento com critérios bem definidos. A Coordenadoria Nacional entrega o Troféu “Rosa de Prata” à Entidade de Senhoras de Rotarianos que mais se destacou pela relevância dos trabalhos desenvolvidos junto à comunidade no biênio.

O Troféu “Rosa de Prata” representa a maior homenagem dada a uma Entidade de Senhoras de Rotarianos. Por ocasião da homenagem, a Associação contemplada com o troféu escolhe uma, dentre todas as companheiras para ser a “portadora do troféu Rosa de Prata”.

Pela primeira vez o troféu foi recebido em 1967 e a ASRL escolheu D.a Maria Oliveira de Souza Mello para ser a sua portadora. Da Maria Mello, como já descrito neste trabalho, foi a pioneira da Associação em Londrina, tendo sido após sua morte intitulada Presidente de Honra da Entidade. Foram 15 anos de vida dedicados às obras assistenciais presidindo os trabalhos a ASRL.

As reuniões da ASRL se realizavam nas residências de suas associadas, uma vez por mês. Havia muito requinte na ocasião quando geralmente a anfitriã oferecia um jantar, durante o qual se decidiam os trabalhos e se prestavam contas.

No início, para angariar fundos a fim de manter seu trabalho assistencial a ASRL realizava anualmente a Quermesse Encantada. Como as responsabilidades assumidas com as construções aumentava, as senhoras resolveram criar uma fonte de renda fixa. Segundo D.a Jurema Canziane, incentivadora da criação da “Boutique Encantada”, esta era uma experiência inovadora na época.

Nosso trabalho teve início na década de 60, precisamente há 22 anos, quando a grife “Boutique” era moda e o comércio deveria ser localizado em pequenas lojas, bem decoradas e atendidas pelas proprietárias. Surgiu de um grupo de senhoras de nossa Associação a idéia de fundar uma pequena loja que vendesse artigos finos infantis.

Tal idéia pode ser concretizada pelo entusiasmo do grupo, amparado por sete rotarianos que fizeram o empréstimo de Cr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros). Com esta importância e a renda de um desfile de aventais confeccionados por nossas associadas, pôde ser o início da concretização do sonho: a entrada para a compra de uma pequena loja, localizada no melhor ponto comercial da época o “Centro Comercial” e a compra do material para confecção dos artigos a serem vendidos.

... E assim nasceu a “BOUTIQUE ENCANTADA” da Associação das Senhoras de Rotarianos de Londrina - uma unidade de produção.

... Para formar o estoque da Boutique Encantada foi contratada a mais famosa costureira. As roupas infantis eram confeccionadas na própria Boutique, sob nossa orientação, com esmero.

Quanto aos finos enxovais de bebê, desde a compra dos tecidos e aviamentos até o corte e o risco dos bordados, eram executados por nós.

... As vitrines eram sempre enfeitadas com muito gosto; e a contabilidade foi feita gratuitamente por um rotariano. Foram sucessivamente conseguidas as isenções do ICM, taxas oficiais e demais encargos que na época eram concedidas. O primeiro passo, porém, foi conseguir o CGC.

... Todo o amor e a dedicação de muitas companheiras que foram se sucedendo na equipe da loja, imprimindo maior dinamismo, modificando e corrigindo as falhas, patentearam o alto sentido da finalidade desta iniciativa. (CANZIANE, 1984)³⁴⁴

Percebe-se, no discurso acima, que a ASRL passa a imprimir um cunho “de capacidade produtiva” que desse sustentação financeira às ações de assistência social, demonstrando aspectos de modernidade gerencial na área, que ia além da ajuda baseada em doações.

Com dez anos de funcionamento, em 1972, a renda da Boutique Encantada financiou o V Encontro Nacional da Amizade. Igualmente quando a ASRL definiu como meta construir a Creche Escola Rotary “Haydée Colli Monteiro”, a Boutique Encantada se responsabilizou em grande parte na compra de material de construção.

O terceiro troféu, referente ao biênio 1974/75, teve como portadora Maria Luiza Figueiredo, esposa do primeiro médico do hospital da Companhia de Terras Norte do Paraná, Dr Anísio Figueiredo. Maria Luiza foi presidente da ASRL por duas gestões, além de assumir o cargo de coordenadora distrital da Entidade. Foi a grande incentivadora da construção da creche escola Rotary “Haydée Colli Monteiro”, desta vez uma entidade que não seria doada, mas sim mantida pela ASRL, entendendo que o crescimento da cidade na década de 70 exigia tal esforço da Associação.

³⁴⁴Jurema Canziane, Documento “Rosa de Prata”, ASRL,1984, p.30-31

Solicitamos à Fundação Universidade Estadual de Londrina um levantamento sócio – econômico da cidade e os indicadores apontaram para o Jardim do Sol, bairro com notável núcleo populacional de mais ou menos 7.000 habitantes de condições sociais carentes.

A Prefeitura Municipal fez a doação do terreno 31, em loteamento do vereador Daniel Gonçalves. Surgiu então a creche Escola Rotary “Haydée Colli Monteiro” obra que leva o nome de uma querida companheira nossa, já falecida.” (FIGUEIREDO, 1974)³⁴⁵

No discurso de Maria Luíza fica evidente que a Associação passou a manter e prestar um serviço específico de assistência a crianças, resolvendo pela primeira vez manter uma entidade assistencial.

Em 1972, a creche Haydée Colli Monteiro passou a ser a meta da ASRL; foram assinados vários convênios e, com o intuito de colaborar com a comunidade, a ASRL cedeu uma parte da creche para a UEL, para que ali fosse instalada uma Unidade de Saúde. Assim foi inaugurado o Posto de Saúde “Dr Anísio Figueiredo”, homenagem póstuma da ASRL ao médico pioneiro e reconhecido como um grande rotariano, marido da homenageada Maria Luiza.

Na creche Haydée Colli Monteiro a associação criou o Clube de Mães, o bazar de roupas usadas e o “kantinho”, local onde as senhoras se reuniam para confeccionar peças de cama , mesa e banho a serem vendidas no bazar do kantinho, sempre no final de cada ano, cuja arrecadação era prioritariamente destinada ao pagamento de 13º salário, férias e demais encargos com os funcionários da creche.

³⁴⁵ Discurso proferido por Maria Luiza Figueiredo por ocasião da homenagem recebida em 1974, como portadora do Troféu “Rosa de Prata

Pela quarta vez a ASR de Londrina foi agraciada com o troféu “Rosa de Prata” no XIV Encontro Nacional da Amizade em 1992, tendo sido indicada como sua portadora Maria do Carmo Gouveia de Moraes, que exerceu quase todos os cargos de Diretoria da Entidade, tendo sido presidente por duas gestões e aclamada Primeira Coordenadora Nacional das Entidades de Senhoras de Rotarianos, durante o XIV Encontro Nacional da Amizade.

No discurso de agradecimento pela homenagem recebida, Maria do Carmo comentou:

Recebo este troféu nacional transitório, para ser sua portadora durante esses dois anos em que permanecerá conosco, com muita alegria, porque ele foi outorgado à nossa Associação pela quarta vez, em 14 Encontros Nacionais realizados. E porque, o ato dessa Diretoria jovem que representa o terceiro e o quarto meio decênio de nossos trabalhos comunitários em Londrina, esse ato, expressa o mesmo Ideal, a mesma harmonia, o mesmo altruísmo recomendados, pregados, vividos pela nossa querida e reverenciada Presidente de Honra, fundadora Maria de Oliveira de Souza Melo... a inspiradora de nossas metas de hoje, a mestra que nos orientou para a arte de bem fazer o bem.

Recebo esta grande homenagem pelas associadas que pertencem às Comissões de trabalho, do Bazar Kantinho, Boletim Encantado, da Boutique Encantada, Coordenação da Creche Escola Rotary Haydée Colli Monteiro, Assessoria Administrativa e Diretoria em geral, compartilhando com todas a homenagem recebida.

Esta “Rosa” não é minha, esta “Rosa” é da nossa Associação. (MORAES, 1982)³⁴⁶

³⁴⁶ Discurso proferido por Maria do Carmo Gouveia de Moraes, portadora da Rosa de prata biênio 1992/1994

No discurso de Maria do Carmo, percebe-se que a ASRL passou a se estruturar de forma burocrática e hierárquica, estabelecendo a divisão e controle de tarefas entre as associadas para melhor desempenho do trabalho assistencial. Esta organização teve início na década de 70 e foi se aprimorando na década de 80.

Passou então a ASRL a trabalhar através do estabelecimento de metas em consonância com as diretrizes da Coordenadoria Nacional das Entidades de Senhoras de Rotarianos; do Conselho Nacional de Serviço Social, junto ao qual a ASRL foi cadastrada e recebeu o Atestado de Filantropia; junto à LBA no âmbito nacional e ao IAM, no âmbito estadual, órgãos oficiais com os quais manteve convênio na década de 80 do século XX.

6.2. APMI – Associação de Proteção à Maternidade e à Infância.

A APMI - foi fundada em 23 de março de 1948, na capital do Estado do Paraná, Curitiba. Os Estatutos da Entidade, publicados no Diário Oficial em 15 de maio de 1948, apresentavam como objetivo “proteger a maternidade, a infância e adolescência”. A ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Londrina, realizada em 5 de abril de

1948 menciona o Ofício recebido da APMI comunicando sua instalação e posse da Diretoria.

Todos os anos realizava-se a Campanha Nacional da Criança, em todas as cidades do país, cujo dinheiro arrecadado era destinado a obras assistenciais em prol da criança brasileira. Em 1948 a referida campanha teve em Londrina uma boa repercussão, o que levou os vereadores a solicitar que o dinheiro arrecadado fosse incorporado ao patrimônio municipal, processo que resultou na aprovação da LEI Nº 71.

LEI nº 71/50

Súmula – dispõe sobre a incorporação ao patrimônio municipal de importâncias angariadas para a Campanha Nacional da Criança.

Art. 1 – Fica incorporada ao patrimônio do Município de Londrina as importâncias angariadas para a Campanha Nacional da criança, realizada neste município em 1948, bem assim quaisquer outras que sejam doadas com a mesma finalidade, devendo ser escrituradas sob a rubrica “Maternidade e Infância” ,código 2-3.(CML, 4, mai. 1950)

A criação da APMI de Londrina se deu de forma vinculada à inauguração da Casa da Criança. De início a manutenção da Casa da Criança cabia à Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência. No entanto como a instituição era mantida pela Prefeitura Municipal, o sr. prefeito Milton Menezes obteve informações, junto ao Instituto Nacional de Puericultura, de que o governo fazia algumas exigências para a manutenção das Casas da Criança em todo o país.

Realizou a Prefeitura um evento³⁴⁷ de grande porte do qual participaram: o Secretário da Prefeitura, Sr Adriano Valeste; Dr. Paulo Rodrigues, representante da Sociedade Médica; David Dequêche, representante da Associação Comercial; prof. Newton Guimarães; Daniel Gonçalves, representante do Aeroclube; Antônio Elias Campanelli; Manoel Conceição, coletor estadual; vereador Renato Cunha e Senhora; Luiz Estrela e Senhora; Raul Dal Col e Senhora; profa. Terezinha Menck, diretora do departamento de Educação Pública e Assistência Social da Prefeitura; engenheiro A Augusto Ericksen, diretor do DOP; Saulo Val Esteves de Almeida, presidente do Instituto Cultural Brasil Estados Unidos; Rosalvo L. Silva.

Na ocasião proferiu palestra o Sr Humberto Balarini, superintendente do Instituto Nacional de Puericultura, defendendo, dada a sua experiência no assunto, a criação da APMI para manutenção da Casa da Criança. Explicou que deveria ser do interesse de Londrina entregar o estabelecimento a uma diretoria constituída de cidadãos eleitos pelos interessados; a propósito elaborara o projeto de um estatuto para criação da APMI, que deveria ser estudado e difundido pelos interessados. Ofereceu na ocasião duas vagas de estagiárias e uma de dietista do INP a fim de colaborar com a manutenção do Posto de Puericultura de Londrina.

³⁴⁷ A Folha de Londrina, ANO IX. Nº 1169 de 25 de maio de 1955, assim noticiou: "Conforme se anunciara, realizou-se Domingo, na Associação Comercial, a reunião promovida pela prefeitura com o objetivo de adotar providências preliminares para a fundação da Associação de proteção à Infância e à Maternidade"

O Ante-projeto de Estatutos da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Londrina foi publicada na sua íntegra na edição do jornal *Folha de Londrina*.³⁴⁸

O artigo primeiro definia a APMI como instituição particular, de caráter público, constituída de ilimitado número de associados, podendo se esses, pessoas físicas ou jurídicas, nas seguintes modalidades: sócio efetivo, fundador, contribuintes, cooperadores ou ainda Benemérito, quando da prestação de um serviço relevante à APMI.

A artigo segundo definia as finalidades da APMI:

Art.2º - A Associação tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante, e especialmente:

- a) higiene da maternidade e da infância, e sua proteção e assistência, antes, durante e depois do parto;
- b) assistência médica à criança, à gestante e à nutriz enferma;
- c) assistência alimentar á criança, à gestante e à nutriz em estado de desnutrição ou reconhecidamente pobre, principalmente de família com prole numerosa;
- d) Distribuição de roupas, agasalhos e calçados às crianças e às gestantes sem recursos;
- e) Proteção e educação de crianças órfãos e abandonados, que vivem nas vias públicas sujeitas á fome, ao vício, ao analfabetismo, à contravenção, à perversão e ao crime, por falta de amparo, bem como os filhos de pais com doenças infecto-contagiosas, comprovadamente pobres, por meio de colocação familiar, internamento, etc.;
- f) Proteção, tratamento e educação de crianças com empeços físicos, mentais e sociais (surdos-mudos, aleijadas, cegas, paralíticas, etc);
- g) Proteção recreação e educação especiais de crianças cujas mães trabalham fora do lar;
- h) Divulgação dos preceitos de higiene, puericultura, recreação orientada de crianças e serviços sociais, por meio de palestras e cursos, exposições e outros meios de propaganda;

³⁴⁸ Folha de londrina, v.9, nº 1177, 3, jun., 1955, p.4.

- i) Promover recreação e educação física orientada de crianças em geral; e
- j) Outras iniciativas ou empreendimentos médico-sociais em favor da maternidade e da infância.

Na ocasião o superintendente afirmou que a Casa da Criança não devia ser dada à burocracia inoperante do poder público, nem seria conveniente entregar a sua direção à Legião Brasileira de Assistência, embora houvesse, a princípio, compromisso do prefeito nesse sentido³⁴⁹.

A documentação da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Londrina teve início a partir do “Termo de Abertura do Livro destinado à lavradura de Atas”, datado de 24 de março de 1956, cuja primeira reunião registrada realizou-se aos 24 dias do mês de março de 1956, na Prefeitura, sob a presidência da Senhora Dóris do Nascimento Cunha, presidente em exercício. Tratava-se da “Assembléia Geral Extraordinária” convocada através do “Edital nº 1/56, publicado na Folha de Londrina” com o objetivo de expor a necessidade de reestruturação do quadro social da entidade, reforma dos Estatutos Sociais e eleição da nova Diretoria. Da Dóris declarou que *Vinha encontrando sérios obstáculos na prossecução das suas atividades em virtude da renúncia da presidente Da Zilda Pereira de Moraes, bem como da renúncia e demissão de grande parte das associadas, que transferiram seus domicílios, desta para outras cidades.*

³⁴⁹ Por maior que fosse a insistência do Superintendente, a Casa da criança permaneceu ainda até 1960 sob a presidência da Secção Municipal da LBA.

Em Londrina, a primeira Diretoria da APMI registrada no Livro de Atas, era composta pela presidente, a senhora Zilda Pereira de Moraes, a vice-presidente, Senhora Dóris do Nascimento Cunha e a secretária, Senhora Santinha Mercer.

Nessa mesma reunião o sr prefeito municipal Antônio Fernandes Sobrinho assumiu a presidência da APMI em caráter provisório. Nesse período a APMI³⁵⁰ se empenhou em campanhas para construção de um teatro popular e de um hospital infantil na cidade. Em onze de setembro de 1956, foi eleita nova diretoria³⁵¹, sendo repassado o cargo de presidente da APMI a sua esposa senhora Terezinha de Souza Fernandes, esposa do prefeito.

Poucas são as atas de reuniões registradas no período compreendido entre 1955 e 1960, porém acompanhando as reportagens de jornais da época, conclui-se que as primeiras atividades da APMI não estiveram intimamente ligadas à manutenção da Casa da Criança, que dispunha de um Corpo Clínico para sua direção; a Presidência cabia à Secção Municipal da LBA.

Somente quando assume a presidência da APMI, Da Salete Menezes, esposa do prefeito eleito em 1960, é que a APMI passa a ser responsável pela manutenção da Casa da Criança.

³⁵⁰ Folha de Londrina ANO X n 1.446. de 26 de maio de 1956 consta que em reunião o presidente e prefeito apresentou um plano para construção de um teatro popular na cidade.

³⁵¹ Composição da nova Diretoria da APMI:Presidente, Teresinha Fernandes; vice-presidente, Doris Cunha; 1ª secretária, Neida Ramos; 2ª secretária, Iná Borba; 1ª tesoureira, Maria Aparecida Ferreira Alves; 2ª tesoureira, Glorinha Santos; oradora, Maria de Souza Melo. (Livro de Atas. 10/09/1957.p.2, verso)

Nos Estatutos da APMI de Londrina constavam como principais finalidades:

- a) Manter o Posto de Puericultura de Londrina;*
- b) velar pela Saúde, bem – estar e as necessidades da infância;*
- c) difundir o estudo da higiene, da puericultura e dos serviços sociais, sob os auspícios do corpo médico;*
- d) colaborar com o poder público e mais diretamente com a Prefeitura Municipal, no sentido de promover o mais eficiente possível amparo à maternidade e à infância, como preceituam a Constituição e as leis posteriores.*³⁵²

Em Londrina, desde a sua fundação, até 1980, foram presidentes da APMI as respectivas esposas dos prefeitos municipais, permanecendo no cargo por quatro anos consecutivos, correspondentes a duas gestões de dois anos cada, conforme rezam os Estatutos da entidade. No período, foram presidentes da APMI as senhoras: Teresinha de Souza Fernandes (1956/69), Maria Salete Toledo Menezes (1960/63), Adelina Castaldi Novaes (1964/68), Sidrônea Cerqueira Paranaguá (1969/72), Arlete Richa (1973/76), Emília Sales Belinati (1977/80).

No segundo semestre de 1961 Da. Salete comunicou a Diretoria da APMI, em reunião realizada em 10 de agosto de 1961, que aceitou o pedido da exma senhora Nice Braga, esposa do Governador Ney Amintas de Barros Braga, para ser a Presidente da Comissão Municipal da LBA, que se reinstalaria em Londrina no dia 20 de agosto de 1961. Na mesma reunião a Diretoria da APMI designou uma sala no edifício da Casa da

³⁵² Estatutos Sociais da APMI, anexos à Lei 2302/73 da Câmara Municipal que concede o Atestado de Utilidade Pública municipal, à APMI de Londrina

Criança, que seria alugada à LBA para que tivesse uma sede em Londrina.

Durante o período de funcionamento da “Casa da Criança” a APMI passou por momentos favoráveis em que os recursos eram suficientes a sua manutenção e outros em que a condição para manter o posto de puericultura era caracterizada como “situação deficitária calamitosa”, como no ano de 1963.

Na gestão do prefeito José Hosken de Novaes, durante o período final da administração de Da Adelina, iniciaram-se as idéias de descentralização do atendimento á criança no município de Londrina e a presidente da APMI Adelina Castaldi Novaes sugeriu a venda do prédio atual em que funcionava a Casa da Criança para construir duas creches em dois bairros periféricos, de preferência os mais pobres e mais populosos, idéia que não foi aceita , na ocasião, pelas associadas presentes.

Na gestão de Da. Sidronea Paranaguá, em 1969, a APMI fechou a Casa da Criança transferindo os usuários para as duas creches particulares existentes na cidade: a creche Nossa Senhora de Fátima, construída na Vila Casoni pela Associação das Senhoras de Rotarianos em Conjunto com as Damas de Caridade e doada a Irmãs de Caridade para manutenção e a creche Santa Rita, na Vila Sian, construída por Dom Geraldo Fernandes e frei Nereu do Vale com a colaboração das Damas de Caridade.

Após o fechamento da Casa da Criança, as senhoras componentes da APMI ficaram desmotivadas para o trabalho assistencial, não realizando reuniões com a mesma freqüência. Houve um certo esvaziamento nas funções da entidade.

O recém-criado “Departamento de Proteção Social” da Secretaria de Bem estar Social da Prefeitura passou a atuar no processo de transferência dos usuários da Casa da Criança. A assistente social Lúcia Maria Pereira discorreu, em reunião extraordinária da APMI, realizada em 20 de março, sobre o trabalho que estava desenvolvendo junto às mães, a fim de prepará-las para a transferência de seus filhos a outras creches. Informou que as mães estavam sendo atendidas caso a caso e que seria dado um auxílio financeiro ou “passe de ônibus” temporário para aquelas que tivessem problemas de transporte, até que elas se adaptassem à nova situação.

Pode-se concluir que a decisão do fechamento da Casa da Criança não se deu com a participação direta de todas as senhoras pertencentes à APMI, mas por decisão do Poder Executivo Municipal, sendo acatada pela Diretoria da APMI, que tinha como presidente a esposa do sr prefeito.

A prestação de contas referente ao fechamento da Casa da Criança foi apresentada na ata da reunião da APMI realizada em 22 de novembro de 1972, no Centro Social do conjunto habitacional Pindorama, sob a responsabilidade do Departamento de Proteção Social chefiado

pela assistente social Odária Battini. O referido Departamento pertencia à recém criada Secretaria de Bem Estar Social, sendo Secretário Municipal Dr. Bruno Piancastelli. Naquela reunião Odária Battini explicou que coube à Secretaria de Bem Estar Social a prestação de contas, a guarda do Livro de Atas, Livro de Caixa, bem como a responsabilidade pelas indenizações dos funcionários da extinta Casa da Criança junto à Justiça do Trabalho.

Quanto à documentação da Entidade, houve ainda necessidade de nova regulamentação junto ao Departamento Estadual da Criança, sendo apresentada a Certidão junto ao Cartório e a Prestação de Contas. Na mesma reunião Odária Battini esclareceu que a programação das atividades da APMI, a partir de 13 de setembro de 1972, se destinariam prioritariamente à Unidade Social do Conjunto Habitacional Pindorama I na Vila da Fraternidade, com supervisão da assistente social da Secretaria de Bem Estar Social. As reuniões³⁵³ da APMI passaram a ser realizadas na referida Secretaria, situada à rua Santa Catarina, número 584, para onde foi transferido o escritório da APMI.

³⁵³ Pela leitura das Atas, as últimas reuniões realizadas na Casa da Criança ocorreram no mês de março de 1969. Até então as reuniões da APMI ocorriam dentro de um prazo regular, no mínimo uma vez por mês. Ocorre que entre as atas das reuniões realizadas em 27 de março de 1969 e a seguinte realizada em 10 de Dezembro de 1971, existe um período de um ano e quatro meses sem registro das atividades da APMI. A partir daí são registradas duas reuniões no ano de 1972 (29 de maio e 22 de novembro). Observa-se ainda que as Atas registradas no Livro, entre Maio de 1972 a Abril de 1977, foram secretariadas pelas assistentes sociais contratadas pela Secretaria Municipal de Bem Estar Social, dando a impressão de que as associadas da APMI pouco participaram nesta fase da Entidade.

Quanto à prestação de contas da gestão 1969 a 1972, foi apresentada por Odária Battini, na reunião³⁵⁴ realizada pela APMI realizada em 22/11/1972, presidida por ela.

Foi impresso um caráter técnico ao trabalho da APMI³⁵⁵ nas gestões de Sidrônia Paranaguá (1969/1972) e Arlete Richa (1973/1975), tendo Da Arlete se afastado do cargo no último ano de gestão, sendo substituída por Íris Soares de Almeida. Nesse período constatou-se a participação direta, até mesmo em nível decisório, dos assistentes sociais pertencentes à Secretaria Municipal. Tal controle técnico se evidencia tanto pela dotação orçamentária, que passa a ser utilizada para pagamento de pessoal especializado, como pela programação desenvolvida junto ao Clube de Mães, com uma perspectiva educativa e

³⁵⁴ Ata da reunião da APMI realizada em 22/11/1972. Livro Atas, fl. 49.

³⁵⁵ Neste período participavam da APMI apenas as senhoras empossadas nas diretorias correspondentes aos mandatos dos prefeitos.

Na gestão de Danton Fonseca Paranaguá participaram da APMI as senhoras : Sidrônia Cerqueira Paranaguá, Maria Nila Pimenta da Cunha, Débora leite de Figueiredo, Cecília Odebrecht Vargas, Marci Queiros, Nice Canezin, Nair Boechat Hedy Menocim, Maria de Souza Mello, Mary Erickson, Hilda Caram, Zilda Durães, Lucila Balallai, Luci Gabardo, Zilá C. Branco, Emma Prochet, Cândida César, Deisy Fuganti, Maria Nair Pedrosa, Honda Miranda Teixeira, Guiomar Moreira, Guilhermina Haikal, Dra. Aya Toda, Leda Caldas, Dra Alcídia Wanderley, Francisca Viotti, Maria Ângela Belluci Pereira, Ana Elisa de Figueiredo, Francisca Viotti, Cleta Odebrecht Pimentel, Clarice P. de Freitas.

Na gestão de José Richa (1973/1976) participaram da APMI as senhoras: Arlete Vilela Richa, Sandra Alves Valduga, Armelinda Montenegro, Maria Margarida de Souza Góes , Dirlene L. Pagani, Vera Regina Ribeiro Feldmam de Schnaid, Maria Aparecida Ribeiro Guimarães, Adalgiza M. Forattini. Cacilda Minguete Ribeiro, Esmeralda de Azevedo, Aparecida Carreira de Silva, Marita Z. Soares, Terezinha Munis Franzin, Ana r. Marconi, Doris Cunha, Jusy Ramon, Mercedes Raia Lessi, Dirlene Luiza Lessi Pagani, Maria Aparecida Gonçalves Mendes, Lúcia Maria Pereira, Íris Soares de Almeida, Tertuliana Maria Bicudo Maccaguam, Lurdes de Almeida, Vera Regina Specian e Leni Vivan Branco.

promocional, característica da profissão do Serviço Social³⁵⁶ na década de 70 do século XX.

Em maio de 1976, a APMI passou a ser o Órgão Mantenedor do Centro de Recuperação Nutricional – creche Pindorama, situada á Rua Santa Rosa do conjunto habitacional Pindorama na Vila Portuguesa.

Em julho de 1976, a APMI se tornou igualmente Órgão Mantenedor da Guarda Mirim de Londrina e introduziu várias modificações estatutárias.

Entre elas a mais significativa foi a criação da figura de “Presidente de Honra” a ser ocupada pela primeira Dama do Município.

Quanto às finalidades da APMI de acordo com o artigo 3º dos Estatutos passaram a ser:

- a) desenvolver programas preventivos e promocionais que visem o atendimento às necessidades básicas das crianças e do adolescente de 0 a 18 anos;*
- b) estender programas ao grupo familiar, especialmente através do atendimento direto à progenitora;*
- c) colaborar com os órgãos públicos no sentido de promover atendimento á maternidade, à infância e à adolescência como preceituam a Constituição e leis superiores.*

O artigo 18 passou a definir a APMI como órgão mantenedor da Guarda Mirim e o artigo 19 a define como mantenedora da Creche Pindorama.

³⁵⁶ Para maiores explicações sobre o papel do Serviço Social deve-se ler o trabalho de Marilda Iamamoto (1985: p 312 a 330) “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, que trata da Institucionalização da Prática Profissional dos Assistentes Sociais de conteúdo preventista e educativo.

Percebe-se a mudança da perspectiva higienista impressa pelo Estado brasileiro na primeira metade do século XX, refletida nas finalidades dos Estatutos anteriores que explicitavam a responsabilidade da APMI na manutenção do “Posto de Puericultura”, para a perspectiva educativa e preventiva da assistência social, preconizada nos discursos e órgãos governamentais criados na segunda metade do século XX.

Na ata da reunião³⁵⁷ realizada em junho de 1977, com a presença do então Secretário de Saúde e Promoção Social Dr. Márcio José de Almeida e tendo como presidente a senhora Emília Salles Belinati, foram expostos os quatro programas mantidos pela APMI: *Programa Um – Creche Pindorama; Programa dois: Guarda Mirim; Programa Três: Atendimento Médico Odontológico e Programa Quatro: Bolsistas.*

O atendimento médico – odontológico era prestado na creche Matilde Vicentini e no Lar Anália Franco. O programa de bolsistas destinava-se ao pagamento de estagiários da Universidade Estadual de Londrina das áreas de Serviço Social e Recreação.

A Guarda Mirim de Londrina foi fundada como sociedade civil sem fins lucrativos, em 13 de julho de 1965, para atender a crianças órfãs e necessitadas de 12 a 17 anos, pelo LIONS CLUBE de Londrina, com a finalidade de preparar e encaminhar os adolescentes ao mercado de trabalho.

³⁵⁷ Ata da reunião da APMI, 03/06/1977, Livro Atas, fl..56 a 58

Na gestão 1977 – 1980 percebe-se nova modificação das associadas³⁵⁸ da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância. A APMI era mantenedora da Creche Pindorama e da Guarda Mirim.

Em reunião realizada em 13 de julho de 1977, foi discutida a questão de uma nova sede para a APMI, para seria transferida também a Guarda Mirim. Na época a Guarda mirim se achava temporariamente acomodada em local cedido pela EPESML – Escola de Profissionalização de Adolescentes. Da Emília falou³⁵⁹ dos recursos do *Centro de Recreação Orientada do Conjunto do Café, no bairro do Aeroporto. Ele possuía play ground, cancha de futebol de salão, um galpão com dois banheiros, duas salas e uma dispensa.*

Foi o prefeito Antônio Belinati que doou um lote situado na Rua Orestes Medeiros Pullin com a Rua I, bairro do Aeroporto, para a construção da sede da APMI, onde passaria a funcionar a Guarda Mirim de Londrina.

Novamente não houve participação da primeira-dama do município na gestão 1980 - 1981 na diretoria da APMI, e conseqüentemente diminuiu o número de voluntários. A entidade apresentava grandes dificuldades para manter a Guarda Mirim e a Creche Pindorama, que

³⁵⁸ No período referido (77 / 80) faziam parte da APMI as Senhoras: Emília Salles Belinati, Mabel Miriam Chaves, Zilda Trindade, Inês Vidotti, Nádia Moreira da Silva Lima, Tertuliana Maria Bicudo Maccgnan, Wanda de Souza Pepiliasco, Graça Duque, Sílvia Demattê, Íris Moraes Soares de Almeida, Celina Tieppo, Valéria Borges da Fonseca, Lucy Del Ciel, Ruth Trindade, Leila Godoy, Márcia Der Bedrosian, Maria Nila Penteadado Cunha e Maria de Lourdes Tieppo

Participou ainda o senhor Leônidas Cleto da Silva.

³⁵⁹ Livro de Atas, APMI, 1977. fl. 58 a 59

foram resolvidas após terem sido paralisadas as atividades da creche Pindorama por sessenta dias.

Na reunião realizada em 11/08/1981 a Diretoria entregou a creche Pindorama aos cuidados da Associação Evangélica de Assistência à Criança Desamparada, dirigida pelo pastor José Rodrigues de Lima.

No início do ano seguinte também a situação da Guarda Mirim se tornou insustentável e a Diretoria resolveu cancelar as atividades entregando a entidade à Secretaria de Saúde e Promoção Social, alegando problemas com funcionários e falta de tempo dos membros para dirigir a APMI.

A partir de então a Prefeitura Municipal e o Juizado de Menores resolveram criar uma diretoria com participação de senhoras voluntárias da sociedade, que se dispusessem a trabalhar pela manutenção da Guarda Mirim.

Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 1/04/1982, tomou posse como presidente da APMI a senhora Ana Maria Garcia Andretta; fizeram parte da Diretoria as senhoras Dionízia Pinheiro, Maria Aparecida Ferreira Jabur e Maria Magnólia Viotti Muller, Rosemeire do Carmo Martello Martins e Maria Aparecida Reghni, Terezinha Costa, Arany Mascaro Garcia Molina, Beatriz Garcia Cid Sachetin, Francisca Viotti, Marisa Ione Barbosa Garcia de Moraes, Dyla Costa Curta Ciccozzi. A primeira-dama, Da Emília Belinati, ocupava então o cargo de Presidente de Honra.

O primeiro trabalho dessa Diretoria foi estruturar o atendimento assistencial e profissionalizante com os meninos de 13 a 17 anos atendidos pela entidade. Paralelamente foram elaborados novos estatutos que oficializavam a fusão da APMI com a Guarda Mirim de Londrina.

No final da década de 80 a APMI – Guarda Mirim de Londrina acolhia 600 adolescentes do sexo masculino, oferecendo atividades culturais, esportivas e de profissionalização e encaminhamento para o trabalho.

A APMI teve dois períodos marcantes nas ações desenvolvidas em prol da assistência à maternidade e à infância no município de Londrina: no início entre os anos 50 e 60, com a construção e manutenção da Casa da Criança e, nos anos 80, com a manutenção da Guarda Mirim.

O primeiro período caracterizou pelas idéias do higienismo social, através da construção de um edifício moderno copiado do modelo europeu de assistência à infância que previa alimentação, vestuário, desenvolvimento educacional e cultural, além de assistência médica e odontológica, visando recuperar a “infância perdida” das crianças reconhecidamente pobres, e prepará-las para competir em igualdade de condições com as crianças ricas. A Casa da Criança representou uma intervenção competente e eficiente na esfera da assistência social pública na época caracterizada pelo “Eldorado Cafeeiro”.

As senhoras voluntárias se doaram e com pouco repasse de verbas públicas canalizaram esforços junto à esfera privada a fim de angariar fundos para manutenção da Casa da Criança.

Não pela decisão delas, mas pelo envolvimento da primeira-dama, presidente da APMI com o poder público, a Casa da Criança foi fechada em 1969.

O segundo período ocorreu quando novamente a APMI volta a congregar senhoras voluntárias da sociedade londrinense, dessa vez para assumir a manutenção da Guarda Mirim de Londrina, não mais dirigida pela primeira-dama municipal.

Disso pode-se concluir que a sociedade londrinense sempre esteve pronta a desenvolver o trabalho voluntário em benefício das pessoas pobres, mas no caso da APMI, essas ações estiveram à mercê da vontade política das pessoas que assumiram as gestões municipais modificando com elas as finalidades dessa entidade assistencial.

6.3. Associação das Damas de Caridade de Londrina – A.D.C.L.

A Associação das Damas de Caridade de Londrina – ADCL foi fundada em 29 de abril de 1957, tendo por seu idealizador S. Exa. Revma. Dom Geraldo Fernandes, primeiro bispo de Londrina.

Para criar a ADCL, Dom Geraldo convocou todas as senhoras da sociedade para uma grande reunião realizada no salão de festas do Grêmio Literário e Recreativo Londrinense, onde estiveram presentes duzentas e cinquenta mulheres, entre senhoras e senhoritas. Na ocasião ele palestrou sobre os objetivos caritativos daquela entidade à qual poderiam pertencer senhoras de todas as religiões. A imprensa local noticiou o acontecimento relatando as finalidades daquela Associação que se fundava.

Do programa de ajuda aos menos afortunados, consta a construção da casa para os pobres, asilo para velhos, patronatos para menores, escola agrícola e assistência aos indigentes, a domicilio.

Várias outras providências serão adotadas, assim como uma seção de corte e costura, para moças pobres, e futuramente será iniciada uma campanha para obtenção de gêneros alimentícios destinados aos desfavorecidos.

Por unanimidade, ficou deliberado que a mensalidade das contribuintes será de R\$ 50,00 cruzeiros. As primeiras reserva da associação serão destinadas à construção de um asilo para velhos, em terreno das Conferências Vicentinas, que ficará entregue aos cuidados de Irmãos que virão de São Paulo em Julho próximo.³⁶⁰

Na mesma reunião foi constituída a primeira Diretoria da ADCL tendo como presidentes de Honra, Da. Maria de Souza Mello e Da. Heloisa dos Santos Palhares; presidente, Da. Terezinha Fernandes, esposa do então prefeito municipal; vice-presidente, Da. Carlina Martini;

³⁶⁰ Jornal Folha de Londrina. V. 11, nº 1713, 2, jun., 1957, p.2

2ª vice – presidente, Da. Cecília Clark Vicentini; 1ª secretária, Da. Maria Helena Sampaio; 2ª secretária, Da. Maria Cecília Figueiredo; 1ª tesoureira, Da. Maria Luiza Figueiredo; 2ª tesoureira, Da. Maria José Nogueira.

O jornal informou ainda que faziam parte do Conselho Diretor da Entidade as seguintes senhoras londrinenses: Violeta Vieira, Maria Pilar Sales, Araci Santos, Olga Bordim, Rute Fontes, Leonilda Egas, Ester Siqueira, Evangelina Rodrigues e Silva, Rute dos Santos, Neida Ramos, Elisa Macedo, Rita Pullin, Francisca Faria Castro, Magali Gonçalves, Felícia Freitas, Maria Fontana e Lilota Vilares Junqueira.

A ADCL tem como finalidade, de acordo com o Art. 3º do Capítulo I do seu Estatuto Social: *Colaborar com obras e iniciativas julgadas meritórias e é independente de qualquer organização política, racial e religiosa. Desenvolve o espírito de caridade cristã entre as associadas e a comunidade em geral.*

De acordo com o *Documentário 40 Anos*³⁶¹, as senhoras reuniam-se na residência da presidente Terezinha. As Damas de Caridade realizavam campanhas para angariar rendas destinadas ao amparo de pessoas carentes, internação de indigentes em hospitais, concessão de passagens a quem necessitasse, alimentação vestuário, além de doações em espécie. Esta primeira gestão dedicou-se, também, à construção do Lar Santo Antônio, no terreno do Asilo São Vicente de Paulo.

³⁶¹ Documento Histórico que relata as atividades desenvolvidas pela ADCL no período compreendido entre 1957 a 1997, elaborado por ocasião da comemoração dos 40 anos da Entidade.

A inauguração do Lar Santo Antônio ocorreu em 13 de junho de 1958, com a benção de Dom Geraldo Fernandes que caracterizou a obra como um empreendimento apostolar destinado ao amparo dos menores abandonados. A cerimônia foi prestigiada pela presença de várias autoridades como o Prefeito Antônio Fernandes Sobrinho e os juízes Teobaldo Ciocci Navolar, Hércules de Macedo Rocha, Ossim França e Heraldo Hortman, que exaltaram a iniciativa da construção daquela grande obra filantrópica para o Município. O discurso de inauguração foi proferido por Da. Carlina Martini e reproduzido, na sua íntegra, pelo jornal *Folha de Londrina*

*Uma criança sem lar é como uma ave sem ninho...
é um viandante na solidão dos desamparados sem a
sombra acolhedora da árvore que lhe amenize a frente,
escaldada pela canícula. É o pobre e triste órfão do colo
maternal, sem bússola, sem roteiro, sem perspectivas e
horizontes na longa e lúgubre caminhada da vida...*

*É um serzinho sem o ombro amigo a que se
apoiar... sem a voz terna que lhe sussurre aos ouvidos as
doces cantigas que o adormeça e faça sonhar.*

*Falta-lhe o colo da mãe, fonte das mais acrisoladas
emoções, lampadário que lhe espargue a mais fulgente das
luzes nas pupilas sequiosas de caridade sempre terna.*

*Não há, meus senhores e minhas senhoras – para
a criança abandonada, noite mais escura, tenebridão mais
dolorosa que a ausência da ternura materna...*

*E é isso que nos propomos a fundar e inaugurar,
em nossa cidade – O Lar Santo Antônio. Proporcionar à
criancinhas sem lar, o lar que lhes falta, dar-lhes o
aconchego, a ternura e a beleza daquilo que representa o
maior bem que podemos ter a desfrutar na terra: a casa
que é o nosso mundo, o nosso universo.*

*Por isso – e tão somente por isso – reputamos e
avaliamos a magnitude transcendente da obra meritória
que óra inauguramos, estruturada sobre os sentimentos
cristãos de nosso povo.*

E se aqui, tudo fizemos, juntamente com os vicentinos – que construíram o edifício – para tornar esplendida realidade o Lar Santo Antônio, daqui em diante não devemos esmorecer em nossos esforços, em nossa boa vontade, em nosso propósito de bem servir para que ele cumpra a sua benemérita destinação. (MARTINI, 1958)³⁶²

Os serviços de atenção às crianças do Lar foram entregues à responsabilidade das Irmãs Missionárias de Santo Antônio Maria Claret, Congregação fundada em 1958 por Dom Geraldo Fernandes.

Na segunda gestão (1958 a 1959), a Associação das Damas de Caridade foi presidida por Da. Olga Brandão, tendo como sua vice, Da. Lourdes Matoso, secretária Da. Maria Helena Sademberg e tesoureira, Da. Ivete Vilar de Lucena Lobo. Foi nessa época formada a comissão de trabalho presidida pela Sra. Maria da Glória B. dos Santos (D. Glorinha), para colaborar com o Frei Nereu do Valle na construção da creche Santa Rita e na transformação da Vila do Grilo em Vila da Fraternidade.

A partir da gestão presidida por Da. Maria Alice Arruda Leite³⁶³ (1959 a 1960) foi constituído o Departamento de festas dirigido por Da. Guilhermina Haikal, que organizou o Concurso das Bonecas Vivas, em outubro de 1959, cuja renda de Cr\$200.000,00 foi entregue à Creche Santa Rita, construída com a ajuda das Damas na Vila Siam, pelo frei Nereu do Valle.

³⁶² Discurso de Da. Carlina Martini, IN *Folha de Londrina*, v.12,17, jun., 1958, p.6.

³⁶³ A primeira vice-presidente foi Da. Neida Ramos, a Segunda vice, Renata Menezes, primeira secretária, Maria Cristina Andery e primeira tesoureira, Da. Ivete Lobo.

Sob a presidência de Da. Maria Vera Gamberini Carmona³⁶⁴ (1960/1961), iniciou-se uma promoção tradicional na cidade, a realização do Baile das Debutantes promovido anualmente pela ADCL. Para a realização do primeiro Baile de Debutantes a Associação criou uma Comissão Organizadora, composta pelas senhoras Vera Carmona, Wanda Carnio, Teresinha Fernandes e Elizabeth Adum. A mesma comissão organizou ainda o Concurso Brotinho do Ano cujas rendas foram doadas ao Lar Santo Antônio, para sua manutenção.

Em 1961, no dia 6 de outubro ocorreu a transmissão de cargo para a nova Diretoria eleita, tendo sido eleita presidente Da Ivete Vilar de Lucena Lobo³⁶⁵. Nesta gestão as Damas de Caridade se dividiram em três grupos de trabalhos: o grupo de auxílio ao frei Nereu do Valle, o grupo de apoio ao Lar Santo Antônio e o terceiro grupo para prestar assistência à comunidade. O grupo de apoio às obras do frei Nereu estava encarregado da construção da creche Santa Rita. O grupo de apoio ao Lar Santo Antônio trabalhou pela ampliação do edifício, construindo uma lavanderia para aquela entidade assistencial. O grupo de Assistência à Comunidade deu assistência aos Engraxates, sob a direção do Revmo. Pe. Benjamim Fernandes e comprou uma máquina de costura criando um Departamento

³⁶⁴ Tendo como primeira vice- presidente Da. Wanda Carnio e Segunda vice, Da. Teresinha Fernandes, primeira e segunda secretárias, Olga Brandão e Lídia Costa Branco e, primeira e segunda tesoureiras, as senhoras Cecília Vicentini e Felícia Freitas, respectivamente.

³⁶⁵ A gestão 1961/1962 tinha três vive-presidentes: Neida Ramo, Regina Stela Vitoreli Jozzelino e Gisela de Faria Castro; duas secretárias: Da. Maria Helena Sampaio e Da. Terezinha Santos Stolf e duas tesoureiras: Da. Maria Alice Arruda Leite e Da. Felícia Freitas.

de Costura, presidido por Da. Alzira Marquesini que contava, principalmente com a ajuda das senhoras Irene Vicentine, Afra de Oliveira, Thereza Menegheti, Maria Cândida Cezar, Dulcinéia Vicentini e Maria Virgínia D'Ávila.

Na gestão posterior (1962 a 1963) novamente presidida por Da Terezinha Fernandes, que teve como vice – presidente Da Lina Alves de Lima, como secretária, Da Ana Nahir Nunes da Costa e como tesoureiras, Da Wilam Simões e Da. Ester Siqueira, a Associação das Damas de Caridade trabalhou pela manutenção da creche Santa Rita, fundada em 14 de Fevereiro de 1961 e entregue em 1962 à administração das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo.

Da. Vera Carmona³⁶⁶ foi reeleita para a gestão 1963/1964, realizando-se sua posse na nova sede da ADCL, o Palácio Episcopal situado à Rua Belo Horizonte. Na solenidade, presidida por Dom Geraldo Fernandes, ele se referiu aos sete anos de trabalhos da Associação, dizendo³⁶⁷: *O impulso dado às Obras de Caridade foi magnífico nesses anos, sendo que Londrina é uma das cidades mais bem dotadas de Entidades Assistenciais do Norte do Paraná.* Com o objetivo de congregar as Damas, Da Sebastiana Helal inaugurou o Clube da Amizade, formado por rapazes e moças com idade acima de treze anos a fim de despertar nelas amor ao próximo. Aquela gestão promoveu ainda missas e almoços

³⁶⁶ tendo dessa vez como vice-presidente Da. Ivete Lobo, Segunda vice, Da Terezinha Menegazo Armstrong e terceira vice, Da. Geny D'Ávila, secretárias Da. Maria Cristina Andery e Cecília Santos e tesoureiras, Maria Alice Arruda leite e Liselote Schinitzius.

³⁶⁷ (Dom Geraldo: Documentário 40 anos,p.5)

aos presos da cadeia pública e distribuiu víveres aos flagelados das queimadas que assolavam a região paranaense, causadas por uma grande seca ocorrida na época.

A próxima diretoria, presidida por Neida Ramos foi considerada de suma importância por ter sido a responsável pela formação dos alicerces jurídicos da ADCL, com a criação dos estatutos sociais, cujos estudos ficaram a cargo da secretária Da. Cecília Santos. Em Assembléia Geral realizada em 11 de agosto de 1965, foi apresentado o anteprojeto dos estatutos, documento aprovado por unanimidade, sem emendas.

Foram criados ainda nesta gestão dois centros de cultura, um na Vila Higienópolis e outro na Vila do Grilo. Os cursos de Religião, moral e Corte e Costura eram coordenados pelas sra. Maria Cândida Cezar e Jandira Pedrazoli. Por solicitação de Dom Geraldo Fernandes iniciaram-se os esforços para construção de mais uma creche, desta vez em conjunto com a Associação das Senhoras de Rotarianos .

A construção da creche Nossa Senhora de Fátima, na Vila Casoni, em terreno de propriedade das Irmãs Xaverianas, foi o grande objetivo da Gestão 1965/1966, tendo como presidente Da. Liláh Castelo Branco Rabelo.

A cerimônia de lançamento da pedra fundamental foi presidida por Dom Geraldo Fernandes e contou com a presença das autoridades municipais constituídas na época.

A fotografia registra, a cerimônia de lançamento da pedra fundamental, em 1964.



Fonte: Acervo particular de Maria do Carmo Gouveia de Moraes

Podem ser observadas no sentido da esquerda para a direita, a presenças: Walter Knoll, engenheiro da obra; frei Nereu do Vale, ao fundo, à esquerda do marco de fundação da creche, o prefeito o Dr. José Hosken de Novaes, Dom Geraldo Fernandes, Da. Liláh Rabelo, presidente das Damas de caridade, Da Glorinha Santos e Da. Maria de Souza Mello, presidente da Associação das Senhoras de Rotarianos.

Da. Liláh Rabelo foi reeleita para a gestão 1966 a 1967, desta vez com as vices, Da. Clea Pimentel e Da. Zilda Durães.

A creche Nossa Senhora de Fátima foi inaugurada em 30 de março de 1969, durante a gestão de Da. Gilda de Vasconcelos Barros (1968 a 1969). Da Gilda Vasconcelos permaneceu no cargo de presidente da Associação das Damas de Caridade por três gestões³⁶⁸ sucessivas, no período compreendido entre 1969 e 1974, .

A nova meta da ADCL, nesse período, foi à construção de uma creche, no Jardim Bandeirantes, em terreno doado³⁶⁹ pelo prefeito Dalton Fonseca Paranaguá. O lançamento da pedra fundamental se deu em 05 de Abril de 1970, tendo a nova creche do jardim Bandeirantes recebido o nome da Mathilde Vicentini, em Homenagem póstuma à ilustre Dama que prestou relevantes serviços à comunidade londrinense.

A Creche Mathilde Vicentini foi inaugurada em 21 de outubro de 1973, ainda na gestão de Da Gilda de Vasconcelos Barros que, na ocasião foi agraciada com o título de Presidente de Honra da Associação das Damas de Caridade de Londrina, pela idealização de seu projeto e sua dedicação pessoal aos serviços prestados à obra.

As próximas gestões dedicaram-se à ampliação e manutenção da referida creche. Da. Irene Vicentini presidiu as Damas por duas Gestões –

³⁶⁸ Participaram das diretorias das gestões presididas por Da. Gilda Vasconcelos as damas: Liláh Rabelo, Clea Pimentel, Terezinha Miranda Costa, Nazareth Vilela de Moraes, Neida Ramos, Liselote Schinitzius, Leonor Fabiano, Maria José Carneiro, Esther Siqueira, Terezinha Baldi da Costa, Irene Vicentini, Lavinia de morais, Gladis Camozzatto, Terezinha Castro, Tereza Manegheti, Irene Cabral e Maria Amélia Costa.

³⁶⁹ Com o fechamento da Casa da Criança em 1969, o prefeito descentralizou o atendimento de creches para os bairros periféricos de Londrina. Como haviam apenas duas creches construídas na zona Leste da cidade, a creche Santa Rita na Vila Siam, e a recém inaugurada creche Nossa Senhora de Fátima na Vila Casone, através da lei 1510 de 08/07/69, o prefeito doou um terreno de 3.000 m², no Jardim Bandeirantes, localizado na zona oeste, local de grande concentração de crianças carentes, para que a ADCL construísse mais uma creche.

de 1974 a 1976, tendo como primeira vice – presidente Da. Durvalina Farah e Segunda vice, Da. Maria da Glória B. dos Santos.

Quando a ADCL completou 20 anos de serviços prestados à Assistência Social em Londrina era sua presidente Da. Maria da Glória B. Santos, que permaneceu no cargo por duas gestões consecutivas (1976 a 1979). Sua segunda gestão foi muito bem amparada pelo Governo do Estado, na figura do então governador Jaime Canet Jr, com distribuição de verbas, além dos convênios firmados com o IAM – Instituto de Assistência ao Menor, no âmbito estadual e com a LBA – Legião Brasileira de Assistência, âmbito Federal, Prefeitura Municipal no âmbito municipal e com a Cia Cacique de Café Solúvel, indústria localizada nas proximidades do bairro onde se situa a creche Mathilde Vicentini.

Na ocasião em que a ADCL completou 25 anos de fundação, comemorados em 1982, realizou-se a cerimônia de posse da Diretoria do Jubileu de Prata tendo como presidente de honra, Da. Gilda Vasconcelos; Presidente, Da. Dinorah da Cunha França; primeira e segunda vice – presidentes, Da. Terezinha Baldi da Costa e Maria Amélia da Costa; secretárias, Da. Flausa Lopes, Da. Miriam Prosdócimo Dias e Da. Irene Codato; primeira e segunda tesoureiras, Da. Liselote Schinitzius e Thereza Menegheti; oradora, Da. Dulce Figueiras; Conselho Deliberativo, Da. Glorinha Santos, Terezinha Baldi Costa e Maria Guilhermina R. Haikal e Conselho Fiscal, Da. Irene Cabral, Da. Esther Siqueira e Da. Maria Vicentini.

A Diretoria³⁷⁰ do jubileu de prata tinha quatro departamentos de trabalhos: Departamento Jurídico; Departamento de Assistência Social; Departamento Cultural Religioso; Departamento Social e Bazar – com comissões de trabalho. A creche Mathilde Vicentini era presidida por um Colegiado cuja presidente era Da. Maria Amélia Costa; vice – presidente, Da. Gilda Vasconcelos; secretária, Da Miriam Prosdócimo Dias e tesoureira, Da. Thereza Menegheti. A Diretoria da creche também era composta pelos seguintes departamentos: de Compras, de Costura, Comissão de Trabalho, Clube de Mães e Bazar.

Com relação à manutenção da Associação, os registros demonstram que a arrecadação se deu basicamente através de campanhas beneficentes (bingos, almoços, chás, desfiles, bazares e feiras), de convênios mantidos com as três esferas de Governo e de doações de empresas privadas, bancos, deputados e outros políticos. A partir da década de 80 a Associação das Damas de Caridade, apesar de continuar dedicando-se a um trabalho assistencial de apoio às atividades desenvolvidas por várias entidades e associações assistenciais³⁷¹ de Londrina, passou a se dedicar mais especificamente à manutenção da creche Mathilde Vicentini. O trabalho de manutenção da creche, exigia

³⁷⁰ Pertenciam à Diretoria do Jubileu de Prata as seguintes Damas: Yolanda Woigt Cosentino, Flory Pitelli, Nadir Milani, Maria Campana, Elvira Soares Cassilha, Terezinha Minikoski, Maria Percilla Margraf Lopes, Terezinha Zanoni, Irene Vicentini, Leonor Fabiano, Márcia Alves, Alzira Oliveira, Maria de Lourdes Gonçalves, Marina Alves, Leonor Fabiano, Mathilde Hatti, Margarida Kato, Nielsen Nino, Benedita Araújo e Gilbéria de Souza e Silva

³⁷¹ Consta no Documentário 40 anos, que a ADCL colaborou com as seguintes entidades assistenciais: Asilo Gilda Marconi, Casa do Caminho, Lar Anália Franco, Favela do Amparo, Conjunto união da Vitória (Irmãs Franciscanas), Hospital Universitário, Recanto dos Velhinhos, Casa do renal Crônico, Lar Esperança, Creche Tia Neuma, entre outras.

muitos recursos para conservação e ampliação do prédio, contratação e pagamento de pessoal técnico qualificado e manutenção das crianças.

6.4. As idéias de assistência social e filantropia

As idéias de caridade, filantropia, benemerência e assistência social têm sido compreendidas como sinônimas no sentido da prática do bem e de ações concretas àqueles que necessitam de ajuda material, moral e espiritual.

A palavra filantropia, originária do grego (*philos*, significa amor e *antropos*, significa homem), representa a idéia de amor à humanidade. Segundo MESTRINER (2001, p.13–16), a filantropia constitui-se , no campo filosófico, moral, dos valores, o altruísmo e a comiseração que levam a um voluntarismo que não se realiza no estatuto jurídico , mas no caráter da preocupação com o bem-estar público e coletivo.

A benemerência está ligada historicamente às ajudas em formas de esmolas, auxílios materiais e morais, ligada à caridade cristã desenvolvida pela nobreza desde a Idade Média que criou os “esmoler” para recolher o benefício e os “vinteneiros” para verificar a necessidade dos verdadeiros pobres.

Ao identificar as idéias de assistência social dos pioneiros beneméritos e dos atores sociais que criaram as primeiras entidades e associações assistenciais encontramos nelas a explicação para a cultura da ajuda que se desenvolveu no campo da prestação de serviços assistenciais no município de Londrina.

O poder público doava terrenos para essas construções e realizava doações em dinheiro para sua manutenção, porém não assumiu a responsabilidade da assistência social delegando-a às organizações da sociedade civil.

Dentre elas destacou-se o trabalho desenvolvido por três entidades filantrópicas na área da Assistência Social

A ASRL – Associação das Senhoras de Rotarianos (1942), surgiu da iniciativa de senhoras da sociedade cujos maridos, profissionais liberais, empresários e agricultores pertenciam a um clube de serviço masculino - o Rotary Club – de expressão internacional cujo lema é “servir”. As senhoras resolveram criar uma associação paralela ao Rotary, voltada ao desenvolvimento da filantropia. De várias raças, crenças, culturas e religiões, irmanadas pelo objetivo de prestar assistência aos necessitados, tais senhoras passam a pertencer à associação não por iniciativa própria, mas porque são senhoras de rotarianos.

A APMI – Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (1955), surgiu por iniciativa do poder público, em âmbito nacional, com o

objetivo de organizar o trabalho assistencial nas cidades através da participação de senhoras sensibilizadas principalmente com os problemas de sobrevivência das crianças e suas mães, sendo convidadas pela primeira-dama do município. Participam da APMI igualmente senhoras de todos os credos religiosos, e de culturas diferentes, porém ligadas além dos objetivos filantrópicos, às finalidades políticas das gestões municipais.

A ADCL - Associação das Damas de Caridade (1959), teve um vínculo confessional com a Igreja Católica, com fundamentos nos ensinamentos de São Vicente de Paulo, reforçando a missão da prática da caridade dos cristãos a quem dela necessitar, sendo o necessitado colocado no lugar de seu irmão, em Jesus Cristo.

A semelhança no trabalho assistencial das senhoras voluntárias que pertenceram a essas associações, deu-se pela prioridade no atendimento a crianças pobres e às famílias necessitadas. Também foi semelhante a forma de arrecadar recursos através de campanhas beneficentes e de sensibilização daqueles que têm recursos “de sobra”, para serem doados aos que nada possuem. Tratou-se de uma forma de redistribuição da renda municipal realizada pela iniciativa privada para o atendimento público, dos munícipes em situação de pobreza, movida pela solidariedade, benemerência, altruísmo e filantropia. Os estudos

demonstraram ainda que várias das senhoras³⁷² da sociedade londrinense pertenceram a mais de uma associação filantrópica.

Na prática da filantropia coube um destaque especial à participação da população em geral, movida pela solidariedade com os pobres e o reconhecimento do trabalho assistencial.. O povo em geral contribuía regularmente com donativos em espécie e em mercadoria, participando em massa das promoções realizadas pelas entidades e associações filantrópicas, como quermesses, bazares, bailes, bingos, leilões, rifas, gincanas, concursos e almoços beneficentes. Foi portanto com a colaboração da sociedade civil londrinense que as entidades assistenciais foram construídas e mantidas.

³⁷² É o caso, por exemplo, de Da. Maria Mello, Da. Maria Luiza Figueiredo, Da. Arani Molina, Da. Lilá Rabelo entre tantas outras.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência aos pobres em Londrina no século XX, não fugiu ao modelo brasileiro que transferiu as ações de ajuda aos necessitados, ao âmbito civil da sociedade, permanecendo o Estado como subsidiário dessas ações.

A produção agrícola até meados do século foi a grande responsável pelo desenvolvimento brasileiro, absorvendo a cultura do café nos estados circundantes ao Estado de São Paulo absorveu toda a mão-de-obra nacional e estrangeira.

As cidades que surgiram com o objetivo de se tornarem centros de produção e comercialização do café se desenvolveram com muita rapidez e atraíram um movimento migratório intenso para atender a demanda daquela cultura. Londrina foi exemplo de centro regional desenvolvido em torno da cultura do café e ficou conhecida na década de 50 como “capital mundial do café”, dada a riqueza do seu solo, as condições climáticas próprias a essa cultura e a proximidade com o Estado de São Paulo, centro nacional da comercialização e exportação do café durante, o terceiro ciclo econômico agrícola do País – o ciclo do café.

O intenso movimento migratório ocorrido na época foi caracterizado pelo deslocamento de brasileiros e estrangeiros para a região norte do

Paraná em busca do “Eldorado Cafeeiro” tanto para comprar pequenos lotes de terras comercializados pela Companhia de Terras Norte do Paraná, quanto para trabalhar nas lavouras, na condição de colonos. Destacam-se, ainda, dentre os que migraram, pessoas sem posses e sem trabalho, de toda a parte do País, principalmente nordestinos, mineiros e paulistas com a esperança de encontrar guarida na terra onde se propagava o progresso.

No entanto, quando se iniciou a substituição desse produto, em razão, principalmente, das geadas que assolaram a região, ocorreu a liberação de grande quantidade de trabalhadores que passaram a migrar para a periferia da cidade em busca de outras formas de sobrevivência, somando-se àqueles que, tendo vindo para se empregar naquela cultura, não encontraram o trabalho que buscavam.

Parte dessa população que não estava qualificada para os ramos do comércio e da indústria empregou-se no ramo da construção civil, mas, a maioria se aglomerou em favelas passando a sobreviver do comércio informal, de trabalhos temporários e, quando a fome e a miséria os atingiram, passaram a depender da boa vontade das ações assistenciais da sociedade.

O governo não teve controle sobre esses fluxos migratórios porque não priorizou uma política de fixação do homem do campo na zona rural, deixando ocorrer normalmente o inchaço das cidades como um processo normal do desenvolvimento industrial.

Às administrações municipais coube a preocupação com os bolsões de pobreza que proliferaram desde então, mas elas não desenvolveram ações efetivas de prevenção desse enorme problema social. A consequência da omissão foi a desorganização do espaço urbano, o aumento do desemprego e a generalização da pobreza.

A imprensa local se encarregou de denunciar as manifestações de pobreza, responsabilizando o poder público municipal pela falta de compromisso com soluções práticas que resolvessem o problema da miséria na terra onde se propagava o progresso.

Surgiram as primeiras instituições assistenciais destinadas a amparar os pobres, através da iniciativa das Igrejas, ligadas à prática da caridade cristã.

Foram construídos asilos para idosos, lares para órfãos, creches para crianças de idade até sete anos, no período em que suas mães passaram a exercer atividades fora do lar para complementar o orçamento familiar, e entidades cuja finalidade era preparar e encaminhar adolescentes ao trabalho como forma de evitar a marginalidade.

Nos últimos anos da década de 60 foi constatada pela primeira vez a interferência da gestão pública municipal, na área da Assistência Social através da criação do “Departamento de Proteção Social” da Secretaria de Bem estar Social da Prefeitura Municipal, que passou a contratar técnicos - os assistentes sociais - que exerciam poder de decisão sobre os rumos da Assistência Social no Município.

O trabalho assistencial passou a ter um cunho técnico educativo em substituição ao caráter caritativo e filantrópico, mas continuava a ser insuficiente diante do aumento da demanda por serviços assistenciais no município. A opção do poder público foi dividir com a sociedade civil a responsabilidade pela assistência aos pobres.

Por mais que se imprimisse um caráter técnico à Assistência Social a partir da década de 70, as idéias que motivaram os prestadores de serviços assistenciais no município de Londrina ainda permaneceram marcadas pelo cunho confessional.

Além disso, há que se considerar que as ações assistenciais por mais que se esforçassem para atender mais e mais necessitados, não atuaram sobre as causas da miséria, que são de natureza estrutural devida à má distribuição da riqueza nacional. A Assistência Social exerce o papel de controle sobre a população desqualificada e marginal, domesticando o pobre no interior das instituições de caridade, para que não represente uma ameaça à ordem social. Além disso, representa a certeza do dever de cada um em fazer o que estiver ao seu alcance na prática da solidariedade e da filantropia.

Em Londrina, na década de 70 somavam-se cerca de 88 entidades assistenciais entre as prestadoras de serviços concretos e as associações filantrópicas. Tratava-se de uma rede de serviços insuficientes para atender a demanda de pobreza da região, principalmente com referência aos equipamentos de creches. Estas foram incrementadas igualmente por

iniciativas da sociedade civil na década de 80, quando o número de entidades quase dobrou, passando Londrina a contar com 145 entidades assistenciais, das quais, apenas sete eram mantidas pelo poder público conforme demonstrado no capítulo III. O poder público municipal destinava recursos a projetos específicos para atendimentos a clientela específicas, realizava campanhas para atender a calamidades públicas e grande parte do orçamento era destinada ao repasse às entidades assistenciais mantidas pela rede filantrópica do Município.

Essa “cultura da ajuda”, que se instaurou em Londrina parece ainda persistir na mentalidade dos prestadores de serviços assistenciais, que ainda reproduzem as idéias de caridade e praticam a filantropia. Tais idéias têm permanecido como fundamento das ações assistenciais e por isso têm dificultado a mudança de mentalidade sobre a forma de prestar a Assistência Social como uma política pública, direito do cidadão e dever do Estado, em conformidade com a nova legislação em vigor.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

8.1. FONTES DE PESQUISA

Fontes escritas :

Documentos das Entidades Assistenciais de Londrina:

1. Estatutos Sociais das entidades assistenciais registrados nos Cartório de Registro de Títulos e Documentos (1º e 2º Ofícios).
2. Relatórios Anuais de Atividades das entidades assistenciais
3. Livros de Atas das Entidades Sociais
4. Boletim Semanal – Rotary Clube de Londrina. Clube Nº 5.305. Distrito 463. Londrina – 1950 a 1970
5. Documentário 40 anos. ADCL, Histórico das Atividades, 1957-1997
6. Boletim Encantado – periódico mensal ASRL - Londrina – 1967-80

Legislação

1. Atas das reuniões da Câmara de vereadores - período de 1948-80
2. Leis que aprovam os orçamentos municipais da Câmara Legislativa Municipal no período
3. 150 projetos de lei da Câmara Municipal que conferem “Atestado de Utilidade Pública Municipal”, às Entidades consideradas assistenciais.
4. Projetos de lei que concedem o título de “Cidadão Honorário” e “Cidadão Benemérito” aos munícipes que se destacaram na área
5. Projetos de lei que concedem a Comenda “Ouro Verde” às entidades sociais que se destacaram no período.

Estatísticas:

1. Censos populacionais do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
2. Censos populacionais do IPARDES - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Paraná

3. Secretaria Municipal de Planejamento no período.

Jornais:

1. Paraná Norte - 1934 a 1953 (Direção de Humberto Puiggari Coutinho)
2. O Combate – 1948 – 1960 (Direção de Marinósio Filho)
3. Folha de Londrina - 1954 a 1985 (Direção de João Milanez)

Periódicos:

1. Revista A Pioneira – 1948 – 1953
2. Revista Terra Roxa – 1946 - 1947
3. Norte do Paraná em Revista – 1949 – 1958
4. Realizações Brasileiras – 1956 - 1962
5. Eco do Norte – Órgão da Associação das Igrejas Batistas do Norte do Paraná. Londrina, Ano III, nº4 Janeiro de 1953. Diretor: Thomas N. Clinkscales.

Fontes Orais:

1. Projeto “Memória e Cidadania : as classes populares em Londrina e Região” – fitas gravadas – CDPH/UEL
2. Projeto Cultural Comunitário - CUCO /UEL/ PML/ SME – Londrina.
3. Entrevistas gravadas pela autora, concedidas pelos beneméritos: Sr. José Schetti, Sr. Florindo Fabiano, Frei Nereu do Vale, Da. Nina Bonifácio e Da. Glorinha Santos, Prof. Manoel Barros de Azevedo, Da Marieta Gaion e Da Rosa Maria Ambrósio Lopes.

Fontes Imagéticas:

1. fotografias das solenidades de pedra fundamental das entidades (acervos particulares dos associados)
2. fotografias dos beneméritos e das pessoas que prestavam assistência (acervos particulares)
3. fotografias dos edifícios onde funcionaram as entidades assistenciais (acervo do Museu Histórico de Londrina)
4. fotografias dos usuários da assistência social (acervo das entidades assistenciais)

8.2. BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, S.H. et al. *Política social e combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ADUM, S. M. S. L. *Imagens do progresso: Civilização e Barbárie em Londrina – 1930 / 1960*. Dissertação de Mestrado em História. UNESP. Assis. São Paulo. 1991

ALBUQUERQUE, J. A . G. *Instituição e Poder* . Graal. 2ª ed. R. de Janeiro. 1986.

ALCÂNTARA, J. C. *Política Local (Um estudo de caso : Paranaíba 1952 - 1982)*. Maringá: Clichetec. 1987.

ALMEIDA, A. M. C. *A Morada do Vale: sociabilidade e representações; um estudo sobre as famílias pioneiras do Heimtal*. Ed. UEL. Londrina. 1997

_____ *Participação Social dos operários de Origem Rural em Área Urbana – Londrina – Pr*. Tese de pós – graduação em Economia Rural e Sociologia Rural – UFRGS. Porto Alegre, 1980.

ALVES, C. L. E. *Dinâmica Espacial de Produção e Reprodução da Força de Trabalho em Londrina - Os Conjuntos Habitacionais*. Mestrado. FFLCH - USP. São Paulo, 1991.

AMMANN, S. B. *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. São Paulo: CORTEZ, 5º ed.1985

ARIAS NETTO, J. M. *O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná - 1930/1975*. São Paulo: FFCH. USP. Dissertação de Mestrado. 1993

BALHANA, A. P.; WESTPHALEN, C. M., MACHADO, B. P. *História do Paraná*. Vol 1. Curitiba: GRAFIPAR. 1969

- BARNABÉ M. F. *A Organização espacial do território e o Projeto da Cidade: O caso da Companhia de Terras Norte do Paraná*. São Carlos. SP: USP. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Planejamento. 1989.
- BARROSO, V. *O famoso norte do Paraná – terra onde se anda sobre o dinheiro*. Curitiba: GRAFIPAR. 1956
- BASSANI, P. *Núcleos de Assalariados Rurais Temporários – Lugar de Resistência e Descoberta*. São Paulo: PUC. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. 1999.
- BATTINI, O. *O Assistente Social e o processo decisório*. São Paulo: Cortez Ed. 2ª ed. 1982.
- BATISTA FILHO, J. *O Projeto Cura no Parque Guanabara - uma Política - Programa de renovação urbana em Londrina*. São Paulo: FFLCH – USP. Tese de Doutorado. 1985.
- BOBBIO, N. et al. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed universidade, 2ª ed. 1986.
- BOCAYUVA, P.C.C., VEIGA, S. M. (org). *Afinal, que país é esse?* Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999.
- BRANCO, G., MIONI, F. *Londrina em seu Jubileu de prata : Documento histórico 1934 – 1959*. Londrina: Realizações Brasileiras. 1959
- BRASIL. SINPAS – *Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social*. Rio de Janeiro. DF: MPAS. 1977
- CAMAROTTI, I., SPINK, P. (org.) *Parcerias e Pobreza – soluções locais na implementação de políticas sociais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000
- CANCIAN, N. A. *Cafeicultura Paranaense: 1900-1970- Estudo de conjunturas*. São Paulo: USP/ FFLCH. Tese de doutorado em História Social. 1977
- CARVALHO, J. M. *Desenvolvimiento de la Ciudadanía en Brasil*. México: El Colégio de México. FCE. Dissertação de mestrado. 1995

- CARVALHO, M. S. *A Pequena Produção de Café no Paraná*. São Paulo: USP / FFLCH . Tese de Doutorado em Geografia Humana. 1991.
- CERQUEIRA FILHO, G. *A questão Social no Brasil; crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1982
- CESÁRIO, A. C. e outros. *Onde o bairro é a Casa - Vila Casoni* . Londrina: CONCITEC/IPAC/UEL. 1987.
- CHALHOUB, S. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo: Brasiliense.1986.
- CMNP. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – Londrina: publicação comemorativa do cinquentenário da CMNP*. 1975.
- COLOMBINA, F. J. *Descobrimto das terras do tibagi: manuscrito inédito do séc. XVII – Transcrição João Correia de Andrade – Maringá: Universidade Estadual de Maringá – PR* . 1974
- CORRÊA JUNIOR, J. A. *O trem de ferro – fatos verídicos*. Maringá: Ed. 5 de Abril Ltda. 1991
- COUTINHO, H. P. *Londrina, 25 anos de sua História*. São Paulo: Gráfica Universal. 1959.
- CUNHA, E. *Os Sertões – campanha de canudos*. São Paulo: Círculo do Livro: Autográfica Ltda. 1902.
- DAMÁSIO, A. J. *Tombamento dos bens imóveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia- 1862* . Bahia: Typographia de Camillo. 1965.
- DEL PRIORE, M. (org.) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto. 1999.
- DIAS, W. C. A. *Trabalhadores da Cafeicultura: O Enfrentamento das Mudanças no Processo de Exploração Agrícola (1950 – 1975)*. Assis. SP: UNESP. FCL. Dissertação de Mestrado em História. 1992
- DI FLORA, M. C. *Mendigos*. Petrópolis. R. J: Vozes. 1985.

DRAIBE, S. *As Políticas Sociais Brasileiras: Diagnósticos e Perspectivas*. Brasília: Ipea.1990.

DURHAN, E. R. *A Caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

EL-KHATIB, FI. *História do Paraná*. Curitiba. Paraná. GRAFIPAR Ltda. Vol.III. 1969.

FALEIROS, Vicente de Paula. *A Política Social do Estado Capitalista - As funções da Previdência e Assistência Sociais*. São Paulo : Cortez. 6ª ED. 1991.

FAORO, R. *Donos do poder. Vol. 2 : formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: GLOBO,1955.

FAUSTO, B. (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira. III.O Brasil Republicano. 3 Sociedade e Política (1930 - 1964)*. Rio de Janeiro. BERTRAND. 1991.

FERREIRA, A. D. D. *Agricultura Capitalista e Campesinato no Norte do Paraná - Região de Porecatu - 1940 - 52*. Curitiba : UFPR. Dissertação de Mestrado. 1984.

FERREIRA, Y. N. *Bolsões e pontos de pobreza de Londrina*. Londrina: Revista Geografia UEL. ISSN 0102-388. v.8, n.1, p.65-82, jan.1999.

FLINTON, Ir. M. *Aspecto Social da obra de Santa Luísa de Marillac*. São Paulo: Edições Paulinas. 1989.

FUNABEM – *Coletânea de Leis*. Rio de Janeiro: MPAS.1964.

FREITAS, C. (org) *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo:CORTEZ. 1997.

FURTADO, C. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 3ª ed.1972.

GALBRAITH, J. K. *A natureza da pobreza das massas*. R.Janeiro: Nova Fronteira,1979.

GAVETTI, N. *A Dignidade Política Administrativa – Por que tem que ser assim?* Londrina: Cotação Editora e Gráfica. 1998.

GEREMEK, B. *Os filhos de Caim - vagabundos e miseráveis na literatura européia. 1400 - 1700.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995

GOFFMAN, E. *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.* Antropologia Social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963

_____ *Manicômios, Prisões e Conventos.* São Paulo: Perspectiva. 1974..

GOMES, A.M.C. *Burguesia e trabalho : política e legislação social no Brasil. 1917-1937.* Rio de Janeiro : Campus . 1979.

GONZALLES NETO, J.G. *História da Congregação das Missionárias de Santo Antônio Maria de Claret.* São Paulo: Ed. Ave Maria Ltda. 1992.

HAHNER, J. E. *Pobreza e Política - os pobres urbanos no Brasil - 1870 / 1920.* Brasília, DF: Edunb . 1993

HEIN, E. L. L. *O Mix Público/Privado na Execução dos Serviços Sociais: as entidades sociais.* In: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998, Goiânia – Go. Cadernos de Comunicação. Vol.1.p.29-32

IAMAMOTO, M. e CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.* São Paulo: CORTES/CELATS, 1985.

IANNI, O. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1986.

IPAC/UEL- *Onde o Bairro é a Casa- Vila Casoni.* Londrina . UEL. Projeto IPAC, 1987

JOFFILY, J. *Londres - Londrina.* Rio de Janeiro: Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1984.

KLIKSBERG, B. *O Desafio da Exclusão – para uma gestão eficiente*. São Paulo: FUNDAP, 1997.

KOVARICK, L. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1987.

LEME, E. J. H. *Faces ilícitas de uma cidade: representações da prostituição em Londrina (1940-1966)*. Assis. UNESP, FCL. Dissertação de mestrado em História. 2001

LOLIS, D. *A pobreza em Londrina: As ações do Órgão Municipal de Assistência Social*. Londrina. UEL, Dpto Serviço Social. Monografia de Especialização. 1993.

LOPES, M. H. C. *A construção da Política de Assistência Social Pública – uma gestão democrática em Londrina – PR*. São Paulo: PUC. Mestrado em Serviço Social. 1999

LOPES, P. e BRANCO, G. *Empresas e gente de Londrina – Década de 80*. Londrina: Realizações Brasileiras. 1980

MACHADO, E. M. *A Política Social do Estado Brasileiro pós-64 e a subordinação das municipalidades: o caso de Londrina (1969 - 1982)*. São Paulo PUC. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. 1991.

MARCÍLIO, M. L. *A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1972-1950*. IN FREITAS, Cezar de.(org) *História Social da Infância no Brasil*: São Paulo. CORTEZ.(p51–76). 1997.

MARINÓCIO FILHO. *Dos porões da Delegacia de Polícia*. Londrina: Gráfica Canadá S/A. 1979.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, S. Z. *Artífices do ócio : mendigos e vadios em São Paulo (1933 -1942)*. Assis: UNESP. CCL. Tese de Doutorado em História. 1996.

- MASCHIO, E. e ELIAS, J. *Documentário de Londrina*. Londrina: Ed. Gazeta do Paraná. 1977
- MESA, C. *Excmo. Padre Geraldo Fernandes Bijos – C.M.F. Galeria de Prelados Claretianos*. Espanha, 1956, p.587– 603.
- MESGRAVIS, L. *A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo – (1955-1994)*. São Paulo. Conselho Estadual de Cultura, 1976.
- MENDONÇA, S. R. e FONTES, V. M. *História do Brasil Recente - 1964 - 1992*. São Paulo. Ática . 3ª edição revisada e atualizada. 1994
- MESTRINER, M. L. *Assistência e Seguridade Social : oposições e aproximações*. São Paulo: PUC. Dissertação de Mestrado. 1992.
- _____ *O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MOLLAT, M. *Os Pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro. Ed Campus, 1989.
- MOREIRA ALVES, M. H. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984
- MOTA, A. E. *Cultura da crise e Seguridade Social - um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez . 1995.
- MOURA, V. M. B. *A situação do idoso na sociedade capitalista*. Londrina: UEL. Depto Serviço Social. TCC . 1982
- OLIVEIRA, F. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: GRAAL. 1984
- OLIVEIRA, J. E. M. *História do IAM, PROMOPAR e FASPAR*. Curitiba: Pesquisa IASP, 1987.

- OLIVEIRA, M. *Kaingang e a produção do artesanato mercantil (ou “se não fosse o balaio, a gente tinha que cumê mato mêmo”)*. Londrina: UEL, CLCH. Depto. Ciências Sociais: Monografia. 1989.
- PADIS, P. C. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: HUCITEC, 1981
- PASSETTI, E. *Crianças carentes e políticas públicas*. IN DEL PRIORE, P.346. São Paulo: Contexto, 1999
- PAYÉS, M. A. M. *O Norte do Paraná: expansão cafeeira e apropriação da renda fundiária desde fins do século XIX até 1960*. Rio de Janeiro: UFRRJ / ICHS. Dissertação de Mestrado em Política Agrícola. 1984.
- PEREIRA, A D. D. *Agricultura Capitalista e Campesinato - Região de Porecatu - 1940 - 52*. Curitiba. . UFPR/ FCHLA. Dissertação de Mestrado. 1984.
- PILOTTI, F. e RIZZINI, I. *A Arte de governar Crianças – História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil*. Rio de Janeiro: USU Ed. Amais, 1995.
- POLANYI, K. *A grande transformação. As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 3ª ed., 1980
- PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. S. Paulo: Brasiliense. 10ª ed 1970.
- _____. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense. 1985.
- PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e Social - democracia*. São Paulo: Companhia de Letras; SHUARCZ, 1991.
- RAGO, M. *Do cabaré ao lar : a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro . Paz e Terra, 2ª ed. 1987.
- RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papirus, 1994.

- RIOS, J. A. *Londrina - uma análise sociológica*. Rio de Janeiro: CODEL / PML. 1980.
- RIZZINI, I. *O Século Perdido – raízes das Políticas Públicas para a Infância no Brasil*. Rio de Janeiro: USU Ed.: Amais, 1997.
- RIZOTTI, M. L. A. *Implantação da Política de Assistência Social e a constituição de sujeitos políticos na Região da AMEPAR - PR*. São Paulo: PUC. Tese de Doutorado em Serviço Social. 1999.
- ROLIM, R. C. *O Policiamento e a Ordem : histórias da polícia em Londrina - 1948 - 1962*. Londrina: Editora UEL. 1999.
- ROSEMBERG, F. *A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional*. IN FREITAS, C. (org) *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo:CORTEZ.(p137 – 157). 1997.
- ROSANVALLON, P. *A crise do Estado-Providência*. Lisboa: Editorial Inquérito, 2^a ed., 1984.
- SAHÃO, S. *Salin Sahão - meu avô*. Londrina: Ed. Gráfica Lotação Ltda. 1989
- SALAMA, P, VALIER, J. *Pobrezas e Desigualdades no Terceiro Mundo*. São Paulo: NOBEL, 1997.
- SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. Martins Fontes. São Paulo. 1986.
- SCHONS, S. *Assistência Social entre a ordem e a “des-ordem”*. São Paulo: CORTEZ, 1999.
- SILVA, C. N. *Poder Público Municipal e Sociedade de São Vicente de Paulo – dois modelos de atuação na área da assistência social em Londrina: 1964 – 1988*. São Paulo: UNESP. FCL. Dissertação de Mestrado em História. 1999.
- SILVA, E. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

SIMPAS. *Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – a reorganização e a racionalização da Previdência Social*. Brasília: MPAS. Coordenadoria de Comunicação Social. 1977

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: CONTEXTO. 1998

SCHMITT, J.C. *A História dos marginais*. A História Nova. Rio de Janeiro: Martins Fontes. 1990.

SOUZA, L. M. *.Desclassificados do Ouro- a pobreza mineira no séc XVIII*. Rio de Janeiro: Ed. GRAAL LTDA. 1982.

SPOSATI, A O. *A Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras – uma questão de análise*. S Paulo: Cortez, 1985

_____ *Vida Urbana e gestão da pobreza*. S Paulo: Cortez, 1988

SPOSATI, A e FALCÃO, M. C. *LBA, identidade e efetividade das ações no enfrentamento da pobreza brasileira*. São Paulo: EDUC, 1989

_____ *A Assistência Social Brasileira: descentralização e municipalização*. São Paulo: EDUC, 1990

_____ et al. *Os direitos (dos desassistidos) sociais*. São Paulo: CORTEZ, 1989

STOFFELS, M-G. *Os mendigos da cidade de São Paulo*. R. Janeiro: Paz e Terra. 1977.

STOLKE, V. *Cafeicultura, Homens, Mulheres e Capital: 1850-1980*. São Paulo. Brasiliense, 1986.

TOMAZI, N. D. *Certeza de lucro e direito de propriedade - O Mito da Companhia de Terras Norte do Paraná*. Assis: UNESP. FCL. Dissertação de Mestrado em História. 1989

_____ *Norte do Paraná: História e fantasmagorias*. Curitiba: Tese (doutorado). Depto. História. UFPR. 1997

TOMMASINO, K *A história dos KAINGÁNG da Bacia do Tibagi: Uma Sociedade JÊ Meridional em movimento*. USP/ FFLCH. Tese de Doutorado em Antropologia. São Paulo. 1995

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed.1988.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas, Editora UNESP. *Normas para Publicações da UNESP*. São Paulo: Editora UNESP, 1994, 4 v., v. 4.

WILLIGAN,W. L., FOURASTIÉ, J. *São Vicente de Paulo*. Trad. Pe. GÔRKA, J. C. M. Curitiba: Ed. Vicentina Ltda.1983.

VIEIRA, B. O. *Serviço Social: processos e técnicas*. Rio de Janeiro: AGIR, 1976.

VIEIRA, E. A. *Estado e Miséria Social no Brasil - de Getúlio a Geisel - 1951 a 1978*. São Paulo. Cortez. 1983.

ZANE, A C. *Repertório Arquitetônico e Sistema Construtivo das Casas de Madeira de Londrina - PR*. São Carlos.SP: USP. Dissertação de Mestrado em Engenharia. 1989.

_____ *Arquitetura de Madeira: Reconhecimento de uma Cultura Arquitetônica Norteparanaense - 1930 - 1970*. São Paulo: USP. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. 1997.

ZORTÉA, A. J. *LONDRINA, através dos tempos e crônicas da vida. Ed comemorativa do 40º aniversário*. São Paulo: Ed Jurisredi Ltda. 1975

ALVES, J.M. Social Assistance of poverty in Londrina: 1940-1980. Assis, 2002, 544 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis. Universidade Estadual Paulista.

ABSTRACT

This research aims to explain the appearance of poverty and the ways of Social Work done to the poors in Londrina, a city located at the north of the State of Paraná, that was known, in the first half of the 20th Century, for the fantastic representations of a place of richness and prosperity as an “Eldorado Cafeeiro” due to the land conditions and friendly clime for the coffees cultivation, product that occupied the leadership of exportations at the beginning of the 20th Century. The research has its beginning point in the know ledge of the population that came to Londrina searching prosperity, brying land or working on it, to explain the social and economics contradictions wich generated the poverty situations in the region, mainly with the end of this culture at the second half of the 20th Century, wich caused the exit of the work force in the field, the quick town urbanization process and social problems born by the migration from the field to the town. It still explains how the Londrina's society and the municipal public power faced the poverty problem, when she appeared through mendicancy, unemployment children abandon by their poor families. It identifies the deserving pionners of the town's social actions, intending to understanding the ideas of social assistance to the poors by the view of then authors. It identifies still the first assistant entities destined to attend the different ways of poverty manifestations in Londrina.

KEY WORDS: Social Assistance, Londrina, poverty, carity, filantropy.